

UNIVERSIDADE ABERTA



A Escola Portuguesa ao serviço da Nação. Discursos e práticas de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)

Maria Paula dos Santos Lourenço Pereira

Doutoramento em História

Especialidade: Representações, Poderes e Práticas Culturais

março de 2017

UNIVERSIDADE ABERTA



**A Escola Portuguesa ao serviço da Nação. Discursos e práticas
de orientação e disciplina do professorado primário (1926-1956)**

Maria Paula dos Santos Lourenço Pereira

Doutoramento em História

Especialidade: Representações, Poderes e Práticas Culturais

**Tese de Doutoramento orientada
pela Professora Doutora Maria Isabel João**

março de 2017

Resumo

Identificar e discutir os discursos e as práticas da administração escolar para orientar e disciplinar o professorado primário é o objetivo principal desta tese. A análise da política educativa do Estado Novo, da evolução das escolas de formação de professores e da identidade socioprofissional dos professores têm sido os eixos de análise mais frequentes, no domínio da História da Educação, para o período da Ditadura Militar e Estado Novo. Privilegiámos antes a análise dos discursos e estratégias da administração escolar para a orientação/doutrinação e disciplina dos professores primários no sentido da sua conformidade e operacionalização do projeto político-pedagógico salazarista. Considerámos a análise dos seus reajustamentos, estruturados em função das várias reformas da política educativa e coadjuvados por alterações na orgânica da Direção Geral do Ensino Primário, assim como as possíveis influências exercidas pela conjuntura política interna e externa. Tentámos compreender o peso dos eixos orientadores e disciplinares nos serviços inspetivos e a importância que lhe era atribuída, no seu desempenho profissional, pelos profissionais dos serviços inspetivos. Caracterizámos o professor primário, desde o seu percurso formativo à sua identidade socioprofissional, para compreendermos o processo de desvalorização profissional do professorado. Analisámos o quotidiano escolar no sentido de proceder à sua caracterização e perceber qual a margem de autonomia que era permitida aos docentes no seu desempenho profissional. Considerámos o controlo disciplinar exercido sobre os docentes na esfera profissional e a incidência que teve sobre o seu corpo e afetos. Procedemos à análise dos processos instaurados a docentes, professores e regentes, para tentarmos caracterizar o tipo de infração e sanções aplicadas no sentido de compreender se existe uma correlação com o rigor dos discursos legais e as práticas discursivas da administração escolar.

Palavras-chave

Administração escolar, Escola primária, Professores primários, Orientação e Disciplina

Abstract

The purpose of this thesis is to identify and discuss the methods of operation used in the educational administration during the dictatorship to guide and enforce discipline on primary school teachers. Concerning the period of Military Dictatorship and *Estado Novo* analysis of political education, evolution of primary school teachers and their socio-professional identity has been the most frequent study found in History of Education. We focused onto the analysis of discourses and strategies used by the educational administration for guidance/indoctrination and discipline of primary school teachers in the sense of their conformity towards Salazar political-pedagogical project. Analysis of their structured readjustments based on the various reforms of educational policy, aided by changes in *Direção Geral do Ensino Primário* and the possible internal and external policy influences was considered.

We tried to understand the weight of guidance and discipline in the inspective services and their awarded importance, in their professional performance. In order to understand the process of professional devaluation of primary school teachers we characterized them from their formative path to their identity. The everyday at school was analyzed to characterize it and understand which margin of autonomy was allowed for school teachers in their professional performance. The disciplinary control, suffered by teachers in their professional sphere as well as the incidence that took over their body and affections, was taken into account.

We analyzed the actions brought to scholars, teachers and rulers, to try to characterize the type of offense and sanctions applied, in order to understand whether there is a correlation with the rigor of legal discourse and discursive practices of the educational administration.

Keywords

Educational administration, Primary school, Primary school teachers, Guidance and Discipline

Agradecimentos

Em primeiro lugar o meu especial agradecimento vai para a Senhora Professora Doutora Maria Isabel João pelo acompanhamento constante e orientação deste trabalho de investigação. Expresso a minha gratidão por, ao longo deste processo, ter estado sempre disponível e pelo seu incentivo e clarificação, a nível científico, das questões que foram surgindo ao longo deste percurso. Os seus conselhos e apoio foram indispensáveis para o desenvolvimento da investigação e concretização deste trabalho.

Ao Professor Moreirinhas Pinheiro a minha gratidão profunda por toda a partilha de saber e disponibilidade constante.

Saliento os técnicos e funcionários da Biblioteca e Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação por todo o seu profissionalismo, dedicação e apoio que me foi concedido.

Aos técnicos da Biblioteca e Arquivo Histórico da Universidade do Algarve agradeço a forma especial como fui acolhida e apoiada no meu trabalho de investigação.

Aos responsáveis do Museu Escolar de Marrazes expresso a minha gratidão especial por toda a sua disponibilidade e as condições facilitadoras do meu trabalho de investigação.

Agradeço ainda a todos os técnicos e funcionários das bibliotecas e arquivos onde desenvolvi a minha investigação.

Aos meus colegas e alunos agradeço o apoio e incentivo.

Um agradecimento muito especial para a minha família, presentes e ausentes, pelo apoio incondicional que sempre tive, sem eles este trabalho não seria possível. O seu carinho, paciência e apoio permanente tornaram todo este percurso bastante mais fácil.

ÍNDICE

Introdução	9
1. A problemática em estudo	10
2. Âmbito cronológico	13
3. Metodologia e Fontes	17
4. Estado da arte	22
5. Objetivos.....	31
6. Plano da tese	33
I. A construção da escola primária nacionalista	36
A escola primária ao serviço da Nação	37
O primado da educação sobre a instrução	43
A criação do projeto educativo salazarista	49
O Plano de Educação Popular e a resposta ao atraso cultural	74
II. Os serviços da administração escolar de orientação e inspeção	80
A administração escolar republicana	83
Em tempos de transição.....	89
A construção da estrutura orgânica nacionalista	98
A reforma da estrutura orgânica de Carneiro Pacheco: controlo e disciplina	112
O reforço dos serviços disciplinares.....	117
III. O Professorado Primário.....	122
A formação	124
A profissão docente	143
Características do corpo docente	169
O quotidiano escolar.....	178
IV. A Orientação Profissional.....	190
O lugar da pedagogia moderna na formação dos professores	192
Os serviços de inspeção no período da Ditadura Militar.....	199
A orientação nacionalista do professorado.....	202
As Palestras da DGEP na Emissora Nacional	210
O boletim Escola Portuguesa.....	218
Ações de inspeção às escolas: orientar e disciplinar	221
Eixos orientadores da ação inspetiva.....	232
As funções inspetivas	242

As reuniões dos serviços de orientação com os professores	252
V. A disciplina do corpo e dos afetos	272
O professor: um exemplo vivo da moralidade no meio local.....	274
Os discursos sobre o corpo	284
A regeneração dos afetos.....	296
O casamento das professoras	303
VI. Processos instaurados	331
A regulação e os procedimentos disciplinares.....	333
Processos instaurados a docentes	360
Incumprimento dos deveres profissionais	361
Castigos e utilização de alunos em serviços pessoais	376
Exercício de outras funções.....	387
Desrespeito pelos superiores hierárquicos.....	389
Ter “espírito de oposição política”	390
A conduta moral do professor	415
Conclusão.....	433
Fontes e Bibliografia.....	453
1. Fontes	453
1. 1. Fontes de Arquivo	453
1. 2. Fontes impressas	458
1.3. Entrevista.....	475
2. Bibliografia	475
Anexos	495

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5.2. Distribuição dos pretendentes no setor terciário (valores percentuais)	318
Gráfico 5.3 - Processos de Autorização de Casamentos por Estado Civil do Pretendente (valores percentuais)	324
Gráfico 6.1. Tipologia dos processos instaurados a professores (valores percentuais).....	361
Gráfico 6.2. Tipologia dos processos instaurados por incumprimento dos deveres profissionais	363
Gráfico 6.3. Número de processos, por ano, por comportamento imoral	417
Gráfico 6.4. Percentagem das penalidades aplicadas às infrações por comportamento imoral	430

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.2 - Livros de Escrituração Escolar	237
Quadro 4.3 - Preleções Inaugurais dos Serviços de Orientação realizadas no ano letivo de 1933/1934	255
Quadro 4.4 – Eixos formativos dos temas tratados nas reuniões de professores.....	261

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Ex-libris da Direção Geral do Ensino Primário	11
----------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACUALG/EMPF – Arquivo Histórico da Universidade do Algarve, Escola do Magistério Primário de Faro

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação

DGEP – Direção Geral do Ensino Primário

JNE – Junta Nacional de Educação

MI – Ministério do Interior

MIP – Ministério da Instrução Pública

MEN – Ministério da Educação Nacional

MP – Mocidade Portuguesa

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Antifascista

OMEN - Obra das Mães Pela Educação Nacional

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

Introdução

1. A problemática em estudo

Na era da globalização, novos desafios são regularmente lançados à escola por uma sociedade de conhecimento em constante mudança. Compete aos professores a formação de cidadãos ativos e responsáveis capazes de responder aos desafios da modernidade.

A consciencialização do papel da escola na formação dos futuros cidadãos esteve presente no programa político dos Estados-Nação desde os finais do século XIX¹. Os aparelhos estatais criaram mecanismos que visavam inculcar uma base cultural unificadora e geradora de consensos. A modelação, cognitiva e comportamental, desenvolvida pelos aparelhos do Estado para a fabricação dos cidadãos nacionais conduziu à implementação de uma escolarização de massas. Pretendia-se criar uma “comunidade política imaginada” dotada de laços identitários com a Nação e proceder à legitimação política do Estado moderno².

O nosso ponto de partida foi a forma como, na modernidade, os Estados-Nação conceberam um modelo de instituição escolar responsável pela socialização política dos futuros cidadãos e a instrumentalização dos professores primários como agentes responsáveis por essa operacionalização. No início do século XX, em Portugal, o ensino primário foi considerado como o instrumento essencial para o desenvolvimento moral e social do homem. A escola primária já era obrigatória, em 1902, e desenvolveram-se estratégias promotoras da frequência escolar nesse nível de ensino³.

A valorização da instrução reforçou-se com a implantação da República, tendo sido criado o Ministério da Instrução Pública (MIP). O novo regime era defensor de um modelo escolar de formação laica e nacionalista, obrigatório e gratuito, fundamental para a formação integral dos futuros cidadãos republicanos.

A mudança de regime com o Movimento Militar do 28 de Maio de 1926 deu início ao desenvolvimento de uma política educativa cujo principal objetivo era a demarcação do modelo escolar republicano e defendia-se que competia ao regime ditatorial operar uma

¹ A modernidade anunciou, segundo Peter Wagner, um Estado que restringe práticas e disciplina indivíduos. Wagner, P. (2003). *A sociology of modernity. Liberty and discipline*. London: Routledge, pp.7-8.

² Seguimos a perspetiva de Anderson que a considera como uma comunidade imaginada, dado que muitos dos membros de uma Nação desconhecem os restantes. Anderson, B. (1993). *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México: Fondo de Cultura Económica, pp. 22-23.

³ A instrução primária passou a ser condição obrigatória para um candidato a um emprego público.

revolução nacional que regenerasse a alma dos portugueses. A partir de 1930, com o Ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, iniciou-se a construção de um projeto político e formativo de um *homem novo*, disciplinado e pronto a defender a Nação. À escola primária entregou-se a responsabilidade de selecionar as elites e formar as massas nos valores ideológicos oficiais do regime, num período em que Salazar começava a reforçar a sua posição política na estrutura governamental. A política educativa de Cordeiro Ramos, consentânea com o pensamento pedagógico e político de Salazar, promoveu reformas educativas centralizadoras que reforçaram os poderes da Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), do seu diretor geral, e desenvolveram esse projeto formativo.

Em 1934, o ex-libris da DGEP, obrigatório em todos os documentos oficiais e publicações do ministério, simbolizava a principal meta da política educativa do Estado Novo: a afirmação de uma escola nacionalista.

Figura 1 - Ex-libris da Direção Geral do Ensino Primário



Fonte: Portaria n.º 7932, de 19 de novembro de 1934.
Diário do Governo n.º 272, I Série, de 19 de novembro de 1934.

A imagem representava a importância atribuída à escola de massas na formação das novas gerações de portugueses, com uma alusão clara à identificação da Nação com o Estado, através da presença do nome do seu chefe: Salazar. A escola primária afirmava-se como portuguesa e valorizava a educação das massas, apostando numa formação simplista, tradicionalista e moralista das classes populares, sem qualquer ilusão de mobilidade social.

Esse projeto político-pedagógico foi consolidado pelo Ministro Carneiro Pacheco que assumiu a pasta da instrução em 1936. Iniciou-se uma nova etapa da política educativa salazarista que procurou reforçar os laços identitários dos portugueses com o Estado-Nação através da escola primária que se afirmava como portuguesa, nacionalista e católica. O ministério passou designar-se por Ministério da Educação Nacional (MEN), em representação de um projeto pedagógico que recusava a neutralidade política e religiosa.

Do ponto de vista político, os discursos da administração escolar continuavam a marcar o seu distanciamento da política educativa republicana. A direção geral, responsável pelo ensino primário, não esquecia a dinâmica do professorado primário no período republicano, através da imprensa, associações profissionais e congressos pedagógicos, espaços onde defendia os seus interesses profissionais e discutia ativamente assuntos ligados à educação. Longe de votar ao esquecimento a anterior política educativa e as práticas pedagógicas do professorado, a administração escolar até aos finais da década de 50 relembra, regularmente, o professorado dos efeitos negativos da educação republicana, procurando-se a sua passividade e conformismo com o novo regime.

Essas práticas discursivas serviram de ponto de partida para o nosso trabalho. Importava identificar o papel que a administração escolar destinou aos professores primários no projeto educativo de ressurgimento nacional e que estratégias foram desenvolvidas para uniformizar, normalizar e disciplinar as suas práticas e condutas profissionais e privadas. A DGEP estruturou um conjunto de ações de orientação e disciplina do professorado, que foram sofrendo reformulações contextualizadas pela conjuntura nacional e/ou internacional da fase em que foram construídas.

O objeto de estudo consistiu na análise dos discursos e práticas da administração escolar para orientar e disciplinar o professorado primário. A reformulação da identidade socioprofissional dos professores, em sintonia com os valores e normas oficiais, tinha implícita a sua orientação, nos domínios profissional, pedagógico, ideológico e ético. Importava identificar objetivos e processos desenvolvidos para o acompanhamento dos docentes pelos serviços da direção geral responsáveis pela sua orientação, designada oficialmente por profissional, e fiscalização das suas práticas pedagógicas.

Interessava-nos analisar o peso que as vertentes pedagógica e ideológica ocupavam nas ações de orientação, profissional e cultural, e caracterizar o trabalho desenvolvido pelos

serviços inspetivos no sentido do acompanhamento e fiscalização do serviço docente. Decidimos empregar o termo orientação e não supervisão por considerarmos que essa orientação e fiscalização não eram feitas de modo regular e visavam a sua doutrinação e padronização das suas práticas segundo o programa educativo salazarista.

No termo orientação enquadrámos todos os discursos e ações conducentes à formação profissional, ética, pedagógico-didática e ideológica do professorado. Essa orientação tinha uma vertente profissional, fornecendo ao docente um conjunto de informações atualizadas promotoras de um bom desempenho profissional⁴. Em simultâneo surgia uma componente ética-moral, que fornecia um conjunto de valores que deveriam guiar a conduta social e privada do docente. A orientação pedagógico-didática também era desenvolvida pelos serviços da direção geral, fornecendo lições-modelo sobre temáticas a abordar nas várias áreas que compunham o currículo. A orientação ideológica estava presente no cruzamento dos vários eixos orientadores, relembrando os valores oficiais do regime, o espírito de respeito e obediência e as virtudes do chefe, Salazar, pelas quais todos deveriam modelar a sua conduta.

Os princípios de obediência, respeito e formação moral deveriam guiar a vivência e as práticas desse grupo profissional. Quando a doutrinação falhava surgia a parte disciplinar que pressupunha a regulação e práticas de controlo e repressão exercidas pelos serviços da administração escolar. O controlo era exercido através da vigilância da sua vida profissional e privada, e a repressão acionava-se com a instauração de processos disciplinares.

A abordagem da orientação e disciplina dos professores primários teve por base a análise de um *corpus* documental que não tem sido explorado em trabalhos de investigação, na área da História da Educação, para o período da Ditadura Militar e Estado Novo. Esse *corpus* é constituído pelos processos, de inquérito e disciplina, instaurados aos professores primários e encontra-se no Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME).

2. Âmbito cronológico

Abordar a escola primária portuguesa correspondia a escrever sobre um período que abrangesse a sua implementação e desenvolvimento, numa perspetiva que abarcasse a

⁴ Regulação, calendário escolar, horários, deveres profissionais, recenseamento e matrículas, arranjo e higienização do espaço escolar.

política educativa e a administração escolar, no domínio da orgânica administrativa e das práticas que desenvolveu para a sua operacionalização. A opção cronológica teve subjacente o objeto de estudo, a orientação e disciplina do professorado, o período do seu desenvolvimento e as fontes existentes para o seu estudo.

A nossa primeira escolha recaiu sobre o ano de 1926, por ser o ano que marcou a transição de um regime liberal para um ditatorial. Nesse ano, os discursos do MIP, após o golpe militar de 28 de Maio, anunciavam uma intenção de demarcação em relação à política educativa republicana, embora ainda sem a apresentação concreta de um modelo alternativo. Em novembro, o ministro Magalhães Mendes implementou medidas para a centralização de serviços, passando os serviços de inspeção do ensino primário a pertencerem à direção geral responsável por esse nível de ensino.

Anteriormente, em agosto, tinha-se realizado o último congresso pedagógico promovido pela União do Professorado Primário Português e futuramente todas as reuniões de professores passariam a serem organizadas e controladas pelos serviços da direção geral responsável pelo ensino primário e normal, limitando-se cada vez mais a capacidade interventiva dos professores.

A partir de 1928, a noção de orientação do professorado surgiu claramente em discursos legais como sendo uma função das estruturas da administração escolar da responsabilidade dos serviços inspetivos, num período em que o quotidiano profissional dos funcionários dos serviços inspetivos continuava a ser dominado pelo trabalho burocrático e disciplinar⁵. A dimensão disciplinar era reforçada e desenvolvida no contexto de uma política educativa que visava o desmantelamento da escola republicana.

A importância da orientação e aperfeiçoamento profissional do professorado ganhou relevo a partir da presença de Cordeiro Ramos na pasta da instrução e tornou-se uma realidade a partir da reforma da estrutura orgânica da administração escolar de 1933 que criou os serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino e os serviços de inspeção e disciplinares.

A DGEF desenvolveu estratégias para a normalização das práticas dos professores. A perceção de que o professor era o mediador entre o currículo escolar, construído em função

⁵ Instrução de processos disciplinares.

dos valores e da pedagogia oficial, e as crianças, conduziu a que a administração escolar considerasse fundamental a sua doutrinação. De forma consciente ou inconsciente, o professor comunicava as suas concepções e influenciava os seus alunos e, por isso, pretendia-se que a informação transmitida se transformasse em saber, e contribuísse para a construção de uma identidade nacional formulada segundo os princípios ideológicos do regime.

Os serviços de orientação utilizaram os meios de comunicação social, nomeadamente o boletim *Escola Portuguesa* e a Emissora Nacional, e promoveram conferências pedagógicas e cursos de aperfeiçoamento profissional. A orientação à distância sobrepunha-se à ação de orientação, direta e individualizada, dos serviços inspetivos, limitada pela falta de funcionários, as contenções orçamentais e o excesso de trabalho administrativo.

As ações de orientação arrancaram no ano letivo de 1933-1934 com as preleções feitas presencialmente pelos inspetores orientadores e pelo diretor geral aos professores de todos os distritos, com o propósito de apresentação da nova orgânica administrativa da DGEP e os principais objetivos do programa educativo salazarista. A partir desse ano letivo e até 1950-1951 realizaram-se várias reuniões para a formação ideológica e profissional do professorado, tendo a partir desse último ano letivo diminuído significativamente o seu número e deixado a sua divulgação regular de ser feita através da comunicação social.

A par das conferências começaram, a partir do ano letivo de 1943-1944, a realizar-se cursos anuais de aperfeiçoamento pedagógico, para os agentes de ensino, sobre temáticas específicas. A partir do ano letivo de 1954-1955, as ações de orientação profissional foram limitadas do ponto de vista geográfico, a dois ou três concelhos por distrito, e a um tema específico: a Campanha Nacional para a Educação de Adultos. Essa opção deixava transparecer uma alteração nas estratégias de orientação do professorado, no que respeitava às temáticas, ao raio de ação e aos professores abrangidos. A principal preocupação formativa incidia sobre os professores de escolas rurais, no contexto de uma política de defesa do ruralismo e de desencorajamento do êxodo rural que se pretendia reforçar nas escolas primárias rurais.

As mudanças eram também visíveis nas opções da política educativa da década de 50. Os novos rumos da economia, no pós-guerra, exigiram que a educação pudesse responder aos

novos desafios, combatendo a iliteracia, reforçando o ensino liceal e promovendo a reforma do ensino técnico. A alfabetização dos portugueses levou o ministro Pires de Lima, a implementar a Campanha de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação dos Adultos.

Em 1955, Pires de Lima foi substituído pelo Engenheiro Leite Pinto que implementou uma reforma dos serviços administrativos para responder eficazmente ao avolumar do trabalho burocrático causado pelo alargamento da rede escolar. O ano que escolhemos para a segunda baliza cronológica do trabalho foi o ano de 1956 e não o ano anterior por considerarmos ter sido um ano de transição entre dois titulares da pasta da Educação. Embora Pinto Leite continue as principais linhas da política do seu sucessor, o mês de dezembro de 1956 ficou marcado por algumas alterações importantes. A Campanha Nacional de Educação de Adultos terminou e iniciou-se uma inflexão nos princípios da política educativa salazarista, com o aumento da escolaridade obrigatória até à 4ª classe, embora somente para os alunos do sexo masculino.

A orientação também ganhou um novo relevo com esse ministro. No mandato de Pires de Lima, entre 1947 e 1950, tinha-se processado uma vaga de repressão sobre vários professores considerados oposicionistas ao regime. O novo ministro, em dezembro de 1956, valorizou as funções orientadoras do serviço inspetivo, criando uma estrutura composta por dezoito inspetores orientadores e reforçou o número de funcionários das direções dos distritos escolares para que os diretores pudessem desenvolver uma ação pedagógica e inspetiva sobre todos os agentes de ensino do seu distrito escolar.

A identificação e avaliação das fontes documentais também pesou na opção cronológica. Não identificámos praticamente fontes documentais na área da orientação para o período posterior a 1956 e na vertente disciplinar revelaram-se muito escassas após 1956.

Os objetivos do nosso trabalho conduziram a que fizéssemos prolongamentos cronológicos. A intenção anunciada pelas práticas discursivas da administração escolar de corte com a política educativa republicana introduziu a problematização dessa questão, interrogando-nos até que ponto teria existido um corte claro com o modelo escolar e o funcionamento da estrutura orgânica da administração escolar, nos domínios da orientação e disciplina do professorado primário. A problematização dessa questão levou-nos a ultrapassar essas balizas cronológicas, abrangendo o período de finais da Monarquia e a

Primeira República no sentido de tentarmos identificar linhas de continuidade e de rotura. Foi uma opção cronológica tomada em função do objeto de estudo escolhido e das fontes que possibilitaram a informação contida neste trabalho.

3. Metodologia e Fontes

O trabalho insere-se na área da História da Educação, muito embora a nossa investigação não tivesse sido viável sem a interação com outras disciplinas e domínios do saber, para termos uma apreensão mais dinâmica e aprofundada do objeto de estudo.

Quando consideramos as práticas discursivas produzidas pelos funcionários da estrutura hierárquica da administração escolar e pela imprensa e as práticas pedagógicas dos professores estamos a considerá-las como práticas culturais e a perspectivá-las no contexto da História Cultural. Entendemos que eram representações que refletiam os interesses dos sujeitos que as construíam, sob o signo da orientação e o controlo do Estado. Produziam-se estratégias e práticas que procuravam legitimar e impor a autoridade da administração escolar sobre “as escolhas e as condutas” dos professores⁶.

A análise das produções discursivas e das práticas de orientação e disciplina constituíram a principal fonte do trabalho. Essas práticas procuravam legitimar e consolidar as novas estruturas do poder, impondo a autoridade da administração escolar e dos seus funcionários superiores em relação ao professorado primário. A perspectiva semiológica permitiu-nos analisar essas produções discursivas nas suas esferas de produção, circulação e receção⁷, embora as tenhamos enquadrado numa perspectiva sociológica no que diz respeito ao estudo das políticas educativas e da administração escolar. A análise dessas produções discursivas tem-se centrado essencialmente na produção legislativa e muito no boletim *Escola Portuguesa*. No entanto, as preleções e conferências promovidas pela DGEP não tem sido objeto de trabalhos de investigação e não têm sido feitas uma análise em profundidade dos relatórios dos inspetores e diretores de distrito escolar sobre o seu trabalho inspetivo e de acompanhamento dos docentes.

O controlo e a disciplina do professorado eram da responsabilidade dos serviços disciplinares da DGEP, mediante ações inspetivas a escolas e professores e a instauração

⁶ Chartier, R. (2002). A História Cultural entre Prática e Representações (M. M. Galhardo, Trad.). Miraflores: Difel, p. 17. (obra originalmente publicada em 1988)

⁷ Verón, E. (1978). Sémiosis de l'idéologie et du pouvoir. *Communications*, n.º 28, 8. Disponível em <https://tinyurl.com/mxyp9jw> (5 mai. 2014)

de processos de natureza disciplinar. Os estudos desenvolvidos até ao momento sobre o funcionamento da inspeção são escassos e têm-se baseado na análise de um conjunto reduzido de relatórios de visitas inspetivas ou de diplomas legais. Interessava-nos aprofundar a evolução da estrutura orgânica dos serviços inspetivos, relacionando-a com a política educativa, o processo de funcionamento das atividades inspetivas aos professores e a sua ação no contexto dos serviços disciplinares através da análise dos processos instaurados a docentes. Para o efeito houve necessidade de consultar toda a documentação disponível para consulta no AHME sobre matéria disciplinar, nomeadamente o *corpus* documental da DGEP e da Junta Nacional de Educação (JNE).

A abordagem aos processos, de natureza disciplinar, instaurados a docentes da escola primária possibilitou-nos identificar e categorizar as condutas geradoras de infrações, identificar as variáveis que funcionavam como atenuantes ou agravantes das medidas sancionatórias aplicadas e quais as principais preocupações do poder disciplinador da administração escolar. Nesse olhar sobre o funcionamento do poder fiscalizador e disciplinador dos serviços inspetivos da DGEP interessava-nos tentar compreender se os docentes tinham margens de autonomia e de que forma o controlo estatal incidia sobre a conduta social e o posicionamento político dos professores.

As várias etapas de um trabalho de investigação têm implícita a necessidade de recorrer a metodologias que possibilitem não só atingir resultados como também produzir um trabalho pautado pela objetividade e qualidade científica. Um trabalho de investigação de História Contemporânea tem ao seu dispor uma abundância de informação⁸, questão que se por um lado é bastante positiva para o historiador, por outro lado introduz a necessidade estabelecer um equilíbrio entre a problemática da investigação, o levantamento e recolha de informação e o seu tratamento.

A opção metodológica tomada situou-se no domínio da investigação qualitativa por considerarmos que era a que melhor respondia ao desenvolvimento de um trabalho de investigação que entrecruzava vários campos científicos. Essa assunção permitiu-nos desenvolver um percurso de investigação de identificação e análise, em profundidade, de um conjunto significativo de fontes documentais. O texto teve um papel fundamental na

⁸ Nora, P. (1983). O Acontecimento e o Historiador do Presente. In J. Le Goff [et al.], A Nova História. Lisboa: Edições 70, p. 53.

perspetiva historiográfica com que estruturámos e desenvolvemos o nosso trabalho. Partimos da conceção de Foucault que defende que devemos conceber o discurso como um sujeito que produz um campo de conhecimentos e considerámos que o poder construiu e adaptou o discurso às suas necessidades⁹. Com base nessas questões centramos a investigação na análise dos discursos produzidos pela administração escolar, para compreender as suas práticas de orientação e disciplina dos professores primários e perceber como as mesmas influenciaram a sua identidade socioprofissional.

No processo de recolha dos dados tivemos em consideração a pré-análise e a exploração do *corpus* documental propriamente dito. A fase da pré-análise possibilitou um contacto inicial com a documentação, nomeadamente do AHME, os recursos existentes e a sua adequação ao objeto de estudo. A seleção das fontes obedeceu às regras da representatividade, ao considerarmos que a documentação permitiria responder, de forma objetiva às questões colocadas no início e ao longo da investigação. Recorremos à via da amostragem no que respeita à análise das reuniões de professores e conferências das escolas de formação de professores, registos biográficos, processos instaurados e processos de autorização de casamento, porque apesar de termos consultado toda a documentação disponível no AHME estávamos convictos que não correspondia à totalidade da documentação existente no depósito de Camarate desse arquivo.

A informação estatística apresentada foi constituída por dados constantes do Anuário Estatístico de Portugal e das Estatísticas da Educação, assim como pelo tratamento quantitativo de dados da informação recolhida nas amostras de reuniões de professores registos biográficos, processos de autorização de casamento e processos de natureza disciplinar.

Desenvolvemos do ponto de vista metodológico a investigação por etapas. Numa primeira etapa, identificámos a regulação, entendida como toda a produção de regras orientadoras do sistema educativo. Procedemos à análise da legislação oficial, assim como de outros diplomas normativos, nomeadamente despachos do Ministro da Educação e do

⁹ Foucault, M. (1987). *A Arqueologia do Saber*. (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 33-34. (obra originalmente publicada em 1969).

Essa questão é abordada por Nóvoa. Ver a esse respeito Nóvoa, A. (1998). *História da Educação: Novos Sentidos, Velhos Problemas*. In J. Magalhães [et al.], *Fazer e Ensinar História da Educação. Actas do 2º Encontro de História da Educação* (p. 39). Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

Subsecretário de Estado, circulares da direção geral e das direções dos distritos escolares. Para o efeito impunha-se, em primeiro lugar, a consulta do *Diário do Governo* para o período compreendido entre 1926 e 1960. A identificação das circulares revelou-se mais complexa e essas foram apreendidas em diversas fontes, nomeadamente em documentação do AHME, nas secções da Direção Geral do Ensino Primário, Direção Geral do Ensino Liceal e Mocidade Portuguesa, e ainda na imprensa pedagógica e em publicações sobre legislação escolar. Foram ainda encontradas circulares da inspeção escolar de Leiria no Museu Escolar de Marrazes e circulares da DGEP no Arquivo Histórico da Universidade do Algarve.

Numa segunda fase, ocupámo-nos da identificação e consulta de fontes que possibilitassem o estudo dos serviços de orientação da DGEP. Procedemos à análise da regulação, de documentação, das várias secções, do AHME, do Arquivo Histórico da Universidade do Algarve, relativo à Escola do Magistério Primário de Faro, e de uma pesquisa na imprensa da educação. Essa análise possibilitou-nos proceder a uma caracterização da evolução e funcionamento da estrutura orgânica da direção geral, assim como identificar palestras e cursos de aperfeiçoamento realizados para orientação dos professores. Recorremos ainda aos relatórios de visitas de inspeção, existentes no AHME, onde encontrámos um conjunto de informações importante, nos domínios pedagógico e didático, assim como aos textos de conferências e de lições de Didática, produzidas no seio do aparelho estatal, e que foram identificadas no AHME e na imprensa da educação. Destacamos o boletim oficial *Escola Portuguesa*, da responsabilidade da DGEP, como uma fonte importante para o estudo das estratégias de orientação profissional e ideológica do professorado primário.

Numa terceira etapa concentrámo-nos nos professores e procurámos fontes que nos permitissem aprofundar a história da profissão docente. A formação para o magistério era um marco importante na vida dos futuros docentes. O currículo e funcionamento das escolas de formação deveriam seguir o modelo político-pedagógico defendido pelo Estado. Para a sua caracterização procedeu-se à consulta da regulação, de textos da imprensa e de documentação existente no AHME, e nos Arquivos da Escola Superior de Educação de

Lisboa, relativo à Escola do Magistério Primário de Lisboa, e da Universidade do Algarve sobre a Escola do Magistério Primário de Faro¹⁰.

A questão do estágio profissional levou-nos a identificar e analisar relatórios de alunos-estagiários. A documentação encontrada, no AHME, foi escassa, mas considerámos que seria importante abordá-la porque nos fornecia informações sobre práticas pedagógicas dos estagiários e, indiretamente, dos seus professores-orientadores. Foi ainda encontrada alguma informação sobre estágios no Arquivo Histórico da Universidade do Algarve.

Nas escolas de formação também se realizavam palestras e conferências, sendo grande parte da responsabilidade de alunos do último ano do curso. Essa informação foi identificada na imprensa da educação e nos Arquivos da Escola Superior de Educação de Lisboa e, sobretudo, da Universidade do Algarve.

A regulação permitiu-nos proceder à carreira socioprofissional dos professores. A consulta dos registos biográficos, existentes no AHME, contribui para o aprofundamento dessa temática, ao fornecer-nos dados sobre a sua origem geográfica, formação, estado civil, género, número médio de anos de permanência no ensino e razões que motivaram o fim da carreira docente.

Os registos biográficos contribuíram igualmente para a análise da classificação do serviço docente. Consultámos também pareceres sobre a progressão na carreira docente, publicados na imprensa de educação.

Para compreendermos a ação e o impacto da administração escolar sobre a vida dos professores procedemos à consulta da regulação (diplomas legais, circulares e orientações de serviço), artigos da imprensa, e, essencialmente, os processos instaurados a professores e os processos de autorizações de casamento de professoras existentes no AHME. Completámos essa análise com documentação existente nos Arquivos Históricos da Escola Superior de Educação de Lisboa e da Universidade do Algarve.

O controlo exercido sobre a vida privada dos professores levou-nos, numa outra etapa de investigação, à consulta da correspondência do Arquivo Salazar e à consulta de processos a professores no Arquivo da PIDE, localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁰ Não nos foi permitido o acesso à documentação das Escolas do Magistério Primário de Coimbra e do Porto.

Pretendíamos aprofundar questões ligadas a ações de repressão sobre professores primários que conduziram à sua demissão e/ou prisão.

Em último lugar refira-se o testemunho oral do Professor Moreirinhas Pinheiro. A consulta de documentação no Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa levou-nos a contactar pessoalmente com esse professor. Moreirinhas Pinheiro foi professor primário, delegado escolar do distrito de Leiria e professor da Escola do Magistério Primário de Lisboa. O seu testemunho recolhido em 15 entrevistas, de 1 hora cada, durante o ano de 2013, cruzado com outras informações, permitiu-nos esclarecer alguns detalhes sobre o funcionamento da organização escolar. O seu contributo levou-nos a considerar, como fonte, a inclusão das entrevistas conduzidas por nós ao professor.

4. Estado da arte

Os trabalhos sobre os serviços de orientação e disciplinares da administração escolar são inexistentes, e os estudos sobre processos disciplinares e inspeção da escola primária são ainda escassos. No entanto, um trabalho de investigação alicerça-se sempre a partir da análise dos trabalhos desenvolvidos até ao momento nas áreas que são abrangidas pelo objeto de estudo.

Salientamos os trabalhos de António Nóvoa (1987a, 1987b, 1989, 1992a, 1992b, 1993a, 1993b, 1987a, 1987b, 1998, 2003a, 2009) que constituem uma referência nos domínios da formação de professores, da caracterização socioprofissional dos docentes e da política de controlo dos professores. Nos seus trabalhos recorre a fontes documentais que não tinham sido usadas anteriormente como amostras de processos de autorização de casamento das professoras e de processos disciplinares, bem como um *corpus* documental da Escola do Magistério Primário de Lisboa.

Como ponto de partida para a periodização respeitante à evolução da política educativa e da administração escolar tivemos em consideração a periodização proposta por Formosinho (1987). O autor apresenta essa evolução dividida em cinco fases: 1926-1933; 1933-1945; 1945-1958; 1958-1968; 1968-1974. O primeiro período, 1926-1933, é apresentado como um período de “transição” onde se desenvolveu uma filosofia e uma política administrativa ditatorial. Seguiu-se o período de “mobilização”, entre 1933 e 1945, onde se detonou uma influência dos regimes fascista e nazi. Considera que a guerra civil de Espanha conduziu a uma fascização do regime que se refletiu na criação da Legião

Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, e que nesse período foram desenvolvidas técnicas de repressão e controlo que abrangeram os professores. O período de 1945 a 1958 correspondeu aos anos de “estabilização”. Após a vitória dos regimes democráticos, o discurso mobilizador desapareceu e o regime procedeu a reajustamentos. A lenta industrialização justificou uma política de educação das massas diferenciada, marcada pelo combate ao analfabetismo. A essa fase seguiu-se um período de “estagnação e declínio”, nos anos de 1958 a 1968. Nesse intervalo de tempo, a escolaridade obrigatória foi alargada para seis anos, foi criada a escola preparatória nas zonas urbanas e a *Telescola* destinada aos alunos das zonas rurais que queriam prosseguir estudos. O último período, entre 1968 e 1974, designado por “renovação na continuidade” foi marcado pela reforma educativa do ministro Veiga Simão, marcada pelo lema “democratização da educação”¹¹.

Essa periodização guiou a nossa análise sobre as reformas da administração escolar e a política educativa, bem como a abordagem da orientação e disciplina do professorado primário da responsabilidade da administração escolar, e mais precisamente da DGEP. A análise da administração escolar do ensino primário, e mais concretamente da DGEP, para o período da Ditadura Militar e do Estado Novo não tem sido objeto de investigação aprofundada, verificando-se que apenas existem alguns estudos que incidem sobre a Inspeção Escolar. Os estudos sobre a orgânica da administração escolar são muito escassos, dado que o enfoque tem sido dado ao modelo de gestão escolar, analisando-se os modelos de centralização e descentralização que marcaram a gestão escolar portuguesa no último século. A tese de Doutoramento de Henrique da Costa Ferreira (2006), no entanto, analisa a administração central da educação primária, entre 1926 e 1995, com o principal propósito de estudar a participação dos professores nessa administração. O seu trabalho incide sobre a administração escolar e o currículo primário, com base em diplomas legais, em entrevistas a professores e em estudos anteriores, e não tem por base o *corpus* documental do AHME. Refira-se que o autor aponta, na conclusão, para a existência de uma participação estratégica dos professores e considera que no período entre 1926 e 1955 a liberdade dos docentes ao nível pedagógico foi preservada.

¹¹ Simões, J. M. F. S. (1987). *Educating for passivity. A study of portuguese education (1926-1968)*. (Tese de Doutoramento policopiada). Londres: Instituto de Educação da Universidade de Londres, p. 46.

As práticas de fiscalização do desempenho profissional dos professores e a ação disciplinar eram desenvolvidas através dos serviços disciplinares da direção geral. Importava considerar os trabalhos publicados sobre a Inspeção Escolar, nomeadamente no que concerne à sua ação em relação ao ensino primário. As primeiras referências sobre a Inspeção e a sua ação de controlo aos professores pertencem a J. Salvado Sampaio (1976) que no seu estudo sobre o ensino primário, procede a uma abordagem histórica da orgânica de funcionamento dos serviços disciplinares e do regime de disciplina a que estavam submetidos os professores primários. Maria Filomena Mónica (1978) também analisa a questão do controlo sobre a escola primária salazarista, defendendo que o número reduzido de inspetores, existente na década de 30, e a forma como na prática se processavam as visitas às escolas, com um carácter rápido e irregular, condicionavam à partida a eficácia do controlo. A sua abordagem à parte disciplinar centra-se em textos da imprensa e nos diplomas legais, porque não se encontravam disponíveis os processos disciplinares no AHME. António Nóvoa (1992a) sublinha a ação redutora e controladora exercida pelo Estado Novo em relação aos professores primários e analisa uma amostra constituída por processos disciplinares instaurados a docentes que lhe foi fornecida no AHME, para o período compreendido entre 1944 e 1957, apresentando uma tipologia das infrações.

Nos últimos anos têm sido publicados trabalhos sobre a evolução histórica e as atividades da Inspeção Escolar que, do ponto de vista cronológico, abordam o período compreendido entre os finais do século XIX e o século XX. A legislação sobre Inspeção Escolar e a imprensa da educação e ensino têm sido as principais fontes selecionadas, por vários autores, para os seus trabalhos de investigação. O artigo de Joaquim Pintassilgo e Filomena Lume (2002) é exemplo desta seleção de fontes e apresenta uma reflexão importante sobre a organização da Inspeção Escolar, para o ensino primário, as suas funções e as representações construídas pelos inspetores e professores, durante o Estado Novo e no período pós 25 de Abril. O trabalho relaciona o serviço inspetivo com o controlo da educação no Estado Novo, considerando que o número reduzido de inspetores não possibilitava um controlo direto do Estado sobre os professores, passando essa fiscalização a ser confiada às elites locais. Apresenta-se ainda uma síntese do debate, na imprensa da educação, sobre as funções que deveriam ser atribuídas à inspeção escolar, revelando uma preocupação por parte de elementos dos grupos profissionais dos inspetores e professores com a orientação pedagógica dos docentes.

Os trabalhos de Filomena Lume (2004, 2006) contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre a História da Inspeção Escolar, nomeadamente no que diz respeito à orgânica de funcionamento dos serviços inspetivos, ao trabalho de campo desenvolvido pelos inspetores e ao seu duplo perfil profissional, enquanto supervisores e instrutores de ação disciplinar. Analisa o processo de profissionalização dos inspetores, a partir de 1867, momento em que passam a exercer funções exclusivas e pagas na inspeção, deixando de acumular essa função com outra atividade profissional. Através de entrevistas analisa as motivações que levaram alguns depoentes a ingressarem na carreira inspetiva, sendo a formação de professores e a sua orientação pedagógica a sua maior motivação. Considera que o papel dos inspetores como orientadores ganhou relevo a partir da reforma de Cordeiro Ramos de 1933, esbatendo-se o seu papel de fiscalizadores. Destaca ainda o seu papel na difusão da ideologia oficial do Estado Novo nas escolas. No seu percurso investigativo utilizou fontes do AHME, nomeadamente três caixas de processos disciplinares, assim como periódicos pedagógicos e testemunhos orais de inspetores procurando através dos seus discursos apreender pontos de vistas dos inspetores que, no Estado Novo, eram silenciados pela visão oficial do regime.

A dissertação de Mestrado de Isabel Gomes (2005) aborda a Inspeção Escolar do ensino primário no Estado Novo, nas décadas de 40 e 50, tendo como objetivo o estudo do controlo institucional que era exercido sobre os docentes e as suas práticas pedagógicas e apresentando a visão dos inspetores sobre a escola e sobre o ensino primário. A investigação desenvolvida teve como principais fontes os diplomas legislativos e textos do boletim *Escola Portuguesa* (1942-1962), embora recorra a outros periódicos da educação e a alguma documentação do AHME¹². A autora recorre ainda a entrevistas realizadas a antigos delegados escolares e professores, assim como aos relatórios de inspetores, para tentar compreender se a ação da Inspeção Escolar contribuiu para uma melhoria da qualidade da escola primária. Salienta a importância dada pelos inspetores aos métodos pedagógicos utilizados pelos professores, considerando que não existe uma unanimidade no método a empregar. Considera que os inspetores manifestavam a sua preocupação com a atualização dos professores sob a sua responsabilidade, desenvolvendo a mesma através de circulares, de textos no boletim *Escola Portuguesa* e de reuniões.

¹² Uma caixa de processos disciplinares, três caixas de relatórios de inspetores e documentação da subsecção de diversos.

O recurso à imprensa da educação e aos relatórios de inspetores também está presente no trabalho de Rui Afonso Costa (2006), para o período compreendido entre 1878 e 1933, que tem como principal objetivo a compreensão da orgânica da inspeção, funções, recrutamento e formação dos inspetores. O autor considera que a instabilidade político-organizacional da inspeção permanente foi uma constante desde a sua criação em 1878 e até 1974, sujeita a várias reformas enquadradas por fórmulas diferenciadas da administração escolar, no sentido da centralização *versus* descentralização. Refere-se às dificuldades colocadas ao trabalho dos inspetores, até 1933, pelas dificuldades orçamentais e pela imagem de dimensão repressiva como eram encarados pelos docentes. Salienta que a fundação da *Revista Escolar* se inseriu num processo de afirmação profissional, nos anos 20, do grupo dos inspetores. Esse periódico funcionava como foco de difusão de ideias pedagógicas e veículo de reivindicações desse grupo profissional.

Uma abordagem da evolução histórica e organizacional da Inspeção, na segunda metade do século XX, foi trazida pelo trabalho de Manuel Eugénio Ferreira (2010) que compara os percursos e as perceções da Inspeção em Portugal e em Espanha. O autor defende que a evolução da Inspeção e a construção da sua cultura teve origem na peculiaridade do sistema educativo de cada um desses países. Identifica dois momentos importantes da análise organizacional das Inspeções, embora com cronologias diferentes para Portugal e Espanha: o período da divisão sectorial, em que a Inspeção estava integrada nas direções gerais (até 1980 para Portugal e 1970 para Espanha), e o período de autonomia, técnica e organizacional. As conclusões do seu estudo apontam para que a presença dos inspetores nas escolas não é, na atualidade, intimidante e que essa intimidação é menor em Espanha que em Portugal. Conclui ainda que nos dois países a multiplicidade de tarefas entregues aos inspetores dificultou o seu desempenho profissional.

Menciona-se ainda o prefácio elaborado por João Barroso (2011) para a obra *A Inspeção do Ensino em Portugal. No Período da Ditadura Nacional*, onde faz referência a dois papéis complementares e, por vezes, conflituantes assumidos pela Inspeção: a supervisão e a fiscalização. Essa obra de A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso (2011) apresenta um estudo sobre a história da inspeção escolar dos vários níveis de ensino para o período da Ditadura Militar, com base na legislação e textos da imprensa e estudos sobre a História da Educação em Portugal. Refira-se ainda o trabalho destes dois autores, publicado em 2014, sobre a Inspeção do Ensino no Estado Novo, nos vários níveis de

ensino, que procede a uma análise da orgânica dos serviços inspetivos baseada na análise dos diplomas legais e em alguns textos da imprensa da educação. Nesse último trabalho são abordadas as preleções inaugurais feitas pelos serviços da direção geral após a reforma administrativa de 1933 da responsabilidade de Cordeiro Ramos.

A passividade e o conformismo introduzidos pelo sistema de ensino do Estado Novo têm sido abordadas nos trabalhos de Formosinho (1987, 2013). Educar para a passividade é de acordo com o autor o principal propósito do sistema de ensino do Estado Novo, no sentido da conformidade com o modelo social oficial. Formosinho considera que a organização, pedagógica e administrativa, da escola do Estado Novo foi programada para assegurar todas as vertentes de uma educação nacional.

Dos professores esperava-se passividade e conformismo com a política educativa e o modelo social e ético oficial, sendo para isso necessário exercer um controlo, nos domínios da vigilância e fiscalização, sobre os docentes. O controlo exercido sobre o professorado tem sido abordado, embora de forma não aprofundada em trabalhos que versam a história da educação no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, as suas políticas educativas e a formação de professores.

A alteração da relação entre a administração escolar e o professorado primário, enquadrada numa política de desmantelamento da escola republicana foi abordada por Filomena Mónica (1978). A autora considera que esse controlo aumentou no final da República e tornou-se mais intenso no período de consolidação do Estado Novo na década de 30. Defende que o ano de 1933 marcou o início de uma ofensiva contra os professores, baseando-se na análise de processos disciplinares que surgem mencionados em textos da imprensa da educação. Salientou que esse controlo exercido sobre os professores só foi possível graças à colaboração do meio local. António Nóvoa (1992a) também defende que, a partir de 1930, se assistiu a uma desvalorização profissional dos docentes, marcada pela criação dos regentes escolares, ideia partilhada por António Teodoro (1999). A contratação de regentes, selecionados por um critério de idoneidade moral, e sem habilitações profissionais foi entendida como um dos elementos de desvalorização dos professores pelo Estado, a par das alterações na sua classificação profissional e na sua progressão na carreira. No que respeita às regentes escolares, Paulo Guinote (2006) considerou, no

entanto, que elas expressavam a solução criada pelo Estado Novo, para conciliar a política de contenção orçamental com a expansão da alfabetização.

Para caracterização da identidade socioprofissional dos professores salienta-se o estudo monográfico de Salvado Sampaio sobre o ensino primário, comparando a evolução dos vencimentos dos professores primários com a de outros profissionais, para comprovar que os docentes auferiam salários baixos e tinham dificuldades em acompanhar com o seu salário a subida do custo de vida. Destacamos ainda o trabalho de Áurea Adão (1984), para o período compreendido entre 1901 e 1951, sobre o estatuto socioprofissional do professorado primário. Aí analisa assuntos ligados à formação, carreira profissional e ao estatuto social dos docentes, assim como aborda o associativismo docente, tendo por base diplomas legislativos e a imprensa da educação.

A feminização da profissão docente e a origem social das professoras primárias é abordada nos trabalhos de Helena Costa Araújo sobre as professoras e o ensino público em Portugal (1990, 1998, 2000). A autora, num trabalho publicado em 2000, analisa a feminização da profissão docente, tendo como fonte principal as entrevistas e as histórias de vida de professoras primárias que exerceram a docência entre os finais da Primeira República e o Estado Novo. Nesse trabalho considera que o lançamento da escola de massas se encontrava relacionado com uma construção do maternalismo que possibilitou, às mulheres, a transição da esfera doméstica para a esfera pública. A professora prolongava o papel de mãe na sala de aula educando os seus alunos. Aborda a questão da origem social das professoras, entre a primeira guerra mundial e a década de 30, e chega a uma conclusão idêntica à de António Nóvoa (1987b), que aponta para uma origem mais heterógena. Essa conclusão diverge da de Filomena Mónica (1978) que refere que a docência era uma forma de promoção social face à origem humilde das docentes.

Os discursos de justificação e valorização do trabalho das professoras levaram-nos a considerar o trabalho de Irene Pimentel (2011) sobre a política feminina do Estado Novo, com um estudo sobre a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). A autora refere-se ao facto do regime salazarista ter disfarçado a diferenciação de valores em função do género com uma aparente valorização da função social das mulheres, reservando-lhes uma esfera própria de atuação, aos níveis público e privado. Ainda sobre a temática da feminização docente refira-se a tese de Doutoramento de Lúcia Figueiredo (2007) que

apresenta uma análise sobre o número crescente de professoras primárias, focando a sua carreira profissional e a sua imagem social, e salienta que a sua formação tinha como objetivo a transmissão dos ideais político-ideológicos do regime. Menciona-se ainda o trabalho de Raúl da Silva Mendes (2008) sobre a formação dos professores primários, entre 1942 e 2000, que considera que a professora fazia uma gestão da sua classe equivalente à da mãe na família, representando assim, em simultâneo, um modelo maternal e profissional da mulher.

A formação e controlo dos alunos-mestres conduziram-nos a considerar alguns trabalhos sobre as escolas de formação de professores. O estudo coordenado por Joaquim Pintassilgo sobre as Escolas de Formação de Professores em Portugal (2012) apresenta uma perspetiva histórica sobre nove escolas de formação de professores situadas nas cidades de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Portalegre e Porto. O texto sobre o percurso institucional e o enquadramento legal das escolas de formação de professores, da autoria de Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro e Raquel Pereira Henriques permite acompanhar as origens do ensino normal, no século XIX, a evolução do plano de estudos e dos requisitos exigidos aos alunos candidatos à matrícula nas escolas até ao encerramento das Escolas do Magistério Primário no período pós-25 de Abril de 1974. O trabalho de Luís Mota (2007) sobre a campanha desenvolvida em jornais da imprensa regional contra duas professoras das escolas de aplicação da Escola do Magistério Primário de Coimbra acusadas de terem ideias progressistas serviu-nos de enquadramento para ação de controlo do Estado sobre as escolas de formação que levou ao seu encerramento em 1936.

Os condicionantes impostos ao controlo direto exercido pelos agentes da Administração Escolar levaram a que o boletim *Escola Portuguesa* da DGEP fosse perspetivado pelo poder político, como um meio de controlo indireto do professorado, mediante o exercício de uma ação doutrinária e disciplinadora. Essa questão é apontada por autores como Maria Filomena Mónica (1978) e Joaquim Pintassilgo e Filomena Lume (2002). António Nóvoa (1993) defende que a imprensa de educação e ensino é importante para a História da Educação e que deve mesmo ser pensada como um objeto de estudo autónomo. Ideia reforçada pelos trabalhos de Luís Miguel Carvalho (2007) e de Carlos Manique da Silva (2010). Nesse contexto, refira-se o trabalho de Lília Guedes (1998) que considera a *Escola Portuguesa* como um periódico enunciador do pensamento oficial do regime político e um

veículo de direção, propaganda e formação dos professores. A forte presença, no boletim *Escola Portuguesa*, do discurso ideológico e propagandístico do Estado Novo, nomeadamente no período compreendido entre 1934 e 1958, surge também referenciado no trabalho de António Nogueira (2012) sobre *A Biblioteca Escolar no Estado Novo: Meta-Análise do Boletim Escola Portuguesa entre 1934 e 1974* e num trabalho que realizámos para o Seminário Temático Ideologias e Memórias Sociais do Curso de Doutoramento em História da Universidade Aberta (2013) e posteriormente publicado (2014). Analisámos, nesse trabalho, o lugar e a função ocupada pela História de Portugal nas orientações produzidas e difundidas pelo boletim que considerámos como um meio de expressão de uma imagem de identidade nacional e difusor de um discurso nacionalista que visava fornecer aos professores primários, e por seu intermédio ao meio local, os valores referenciais de um sistema político totalizante estruturado em torno da dicotomia Estado-Nação. O papel desse periódico ao nível da formação dos professores é também analisado em trabalhos de Maria João Mogarro e Evelyn Orlando (2012) e de Joaquim Pintassilgo e Maria João Mogarro (2012).

Nos relatórios dos inspetores e nos mapas das ações inspetivas surgiam referências à pedagogia da Escola Nova e à importância da sua adoção pelos professores. A influência dessa pedagogia tem sido analisada no que respeita aos discursos dos professores. Salientamos os estudos de António Nóvoa (1987b), para os professores primários, e de Joaquim Pintassilgo (2002) quando analisa o discurso dos professores de liceu na imprensa pedagógica, nomeadamente em textos das revistas *Labor* e *Palestra*. O autor considera que o discurso pedagógico não corresponde a uma generalização nas práticas pedagógicas dos docentes. Maria João Mogarro, no artigo *Bibliotecas para a Formação de Professores em Portugal (1930-1970)*, salienta que o Estado Novo procede a uma seleção dos aspetos da pedagogia da Escola Nova que são suscetíveis de serem articulados com a ideologia oficial do regime. A autora procede ainda a uma caracterização do itinerário e composição da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, criada em 1913, e que com a reforma de Cordeiro Ramos, como veremos no trabalho de investigação, passará a ser um dos meios de orientação pedagógica do professorado.

5. Objetivos

A compreensão dos mecanismos de orientação, profissional e ideológica, e de disciplina dos professores primários é o principal objetivo deste trabalho.

Essa abordagem implicava que apresentássemos as principais reformas da política educativa e da orgânica administrativa da administração escolar, no sentido de tentarmos perceber as correlações existentes e identificarmos os fatores conjunturais, nacionais e internacionais, que provocaram novas reformas ou reajustamentos. A opção de prolongarmos esse estudo até ao período liberal teve como objetivo tentar identificar continuidades e ruturas entre as políticas educativas e os modelos administrativos dos períodos liberal e ditatorial. Interessava-nos caracterizar o projeto de formação salazarista e perceber se o mesmo se implementou com Carneiro Pacheco, a partir de 1936, ou se esse projeto foi iniciado, mais cedo, com o ministro Cordeiro Ramos. O tratamento dessas questões contribuirá para percebermos se o corte com o modelo escolar republicano foi sobretudo uma construção retórica ou acabou por ser uma realidade na escola primária.

O estudo dos serviços da direção geral de orientação, inspeção e disciplina do professorado fez-nos equacionar a questão das relações de poder entre a administração escolar e os professores. Partimos da conceção que a socialização se opera no contexto de relações de poder para procedermos a uma abordagem do poder entendida como a capacidade da administração escolar exercer formas de domínio e repressão sobre os professores. Interessava-nos perceber se as alterações introduzidas nas escolas de formação tinham sido consentâneas com uma visão simplista do ensino primário, e como se processava a doutrinação e o controlo estatal sobre os seus professores e alunos.

A carreira profissional do professor teria que ser abordada para identificarmos se as reformas introduzidas afetaram a sua carreira e se existiu um processo de desvalorização profissional. O desempenho profissional do docente está forçosamente associado a um espaço e a um tempo escolares e, por isso, analisaremos a evolução dos seus deveres profissionais e os ritmos do calendário escolar para caracterizarmos a evolução das condições de trabalho do professor. A questão da autonomia do trabalho docente está associada à gestão da sala de aula e interessava-nos perceber qual era a margem de autonomia que a regulação conferia ao professor e de que forma se fiscalizava e avaliava essa gestão.

Um outro eixo do nosso trabalho foi constituído pelas estratégias de orientação dos docentes. Interessava-nos identificar quais os processos utilizados pelas estruturas governativas para operar a socialização dos professores, no sentido de reformularem a sua identidade socioprofissional. A criação dos serviços de orientação e aperfeiçoamento profissional enfatizou a importância da orientação profissional, pedagógico-didática, ética e ideológica dos docentes. Era importante tentar compreender como se processava e quais os seus principais eixos orientadores. O enfoque dado pela direção geral à orientação feita pelo boletim *Escola Portuguesa* levou-nos a tentar compreender como se processava diretamente a orientação profissional dos professores, através dos funcionários dos serviços inspetivos. Interessava-nos perceber se as críticas ao funcionamento dos serviços de inspeção teriam algum fundamento e, para isso, procurámos compreender como funcionavam as ações inspetivas às escolas e quais eram os eixos orientadores dos inspetores.

A importância que a direção geral dava à integração dos professores no meio deu origem a um outro eixo interpretativo do trabalho. Centrámos-nos na função social do professor para tentar compreender a imagem do professor construída pela administração escolar e qual a influência que o discurso sobre o género tinha nessa representação. Interessava compreender porquê e como a administração escolar interferiu na vida privada dos professores, controlando o seu corpo e os seus afetos. No domínio das relações amorosas, interessava-nos perceber as razões que justificaram que o casamento das professoras dependesse de autorização do ministro e relacionar essa questão com a moralização dos professores imposta legalmente a partir de 1936.

Em último lugar centrámos-nos nos processos de natureza disciplinar instaurados a docentes. Para essa análise procurámos compreender o regime disciplinar a que os funcionários civis do Estado estavam sujeitos, numa perspectiva histórica, para percebermos se o período ditatorial trouxe uma alteração significativa dessa regulamentação. Com base nos processos de natureza disciplinar que identificámos, procedemos à sua análise e categorização das infrações, no sentido de tentar identificar os comportamentos geradores de infrações disciplinares, a origem das queixas, os condicionalismos atenuantes ou agravantes a considerar na aplicação das sanções e se existiu uma uniformização das penas aplicadas para o mesmo tipo de infrações.

6. Plano da tese

Começaremos, no capítulo I, por referir as principais linhas das políticas educativas, reformas e ideias sobre a escola desde o período liberal até ao Estado Novo, procurando identificar permanências e cortes. Identificaremos os principais atores e interesses subjacentes à construção e reformulação da política educativa do período da Ditadura Militar e do Estado Novo. Focar-nos-emos de forma particular nas reformas educativas de Cordeiro Ramos, como responsável pela criação do projeto educativo salazarista, e em Carneiro Pacheco que consolidou esse projeto com a criação de uma escola primária portuguesa que tinha como objetivo principal a educação nacionalista e moralista das massas. No período do pós-guerra abordaremos a inflexão da política educativa salazarista que apostou no combate à iliteracia, procurando adaptar o ensino às novas exigências do mercado de trabalho, através da Campanha de Educação Popular e a Campanha Nacional para a Educação de Adultos.

No segundo capítulo, procederemos à caracterização dos órgãos da administração escolar responsáveis pela gestão do ensino primário, nomeadamente a DGEP, referindo a organização dos seus serviços e funções e as várias mudanças que se foram processando na sua estrutura e funcionamento até 1956. Relacionaremos as várias remodelações dos serviços, no sentido do centralismo, com o processo de construção e consolidação de um regime autoritário. Salienta-se a concentração de poderes nas mãos do diretor geral, responsável máximo pelas estratégias de orientação e controlo dos professores e demais funcionários no contexto de um modelo administrativo centralizador. Centraremos a nossa análise nos órgãos responsáveis pelos serviços de orientação e disciplina e tentaremos compreender a importância conjuntural desses serviços.

O terceiro capítulo é especificamente dedicado aos professores primários e ao seu quotidiano profissional nas escolas. Procederemos a uma caracterização socioprofissional dos docentes, abordando a sua origem sociogeográfica, o processo formativo, o género, o estado civil e a carreira profissional. Procuraremos caracterizar a vida das escolas primárias e perceber que processos eram utilizados pela administração escolar para a uniformização das práticas docentes.

Seguir-se-á um quarto capítulo dedicado à orientação do professorado primário. Analisaremos as estratégias desenvolvidas pela administração escolar para uniformização

das suas práticas socioprofissionais e pedagógicas. Analisaremos os órgãos dos serviços da direção geral responsáveis pela orientação e quais os meios e estratégias utilizados para a formação dos docentes, nomeadamente através da análise das preleções e conferências realizadas e da importância dos meios de comunicação social para os serviços de orientação da direção geral, com particular destaque para a Emissora Nacional e o boletim *Escola Portuguesa*. Procuraremos reconstruir as práticas dos funcionários dos serviços de orientação da DGEP, através da análise das ações inspetivas às escolas e professores, para percebermos se existiam propósitos de supervisão, ou seja, de um acompanhamento regular dos docentes, e qual o peso que a dimensão científico-pedagógica tinha nas ações de acompanhamento dos docentes.

No capítulo quinto procederemos a uma análise da disciplina exercida pela tutela sobre o corpo e os afetos dos docentes. Abordaremos a relação entre a função social do professor e o controlo exercido pela tutela sobre a sua privacidade. Apresentaremos modelo social de conduta do professorado, definido pela administração escolar, e analisaremos como se processava a doutrinação desenvolvida para a conformidade dos professores com esse modelo. Identificaremos ainda as estratégias usadas pelos professores para se defenderem dos constrangimentos impostos pela administração escolar à sua privacidade. Essa ação disciplinar, marcada pela visão dominante da sociedade patriarcal, levar-nos-á a equacionar a questão do género na análise dos discursos sobre a feminização do ensino e no controlo exercido pela administração escolar sobre os afetos dos professores, nomeadamente ao namoro e casamentos das professoras primárias.

O capítulo sexto centrar-se-á na ação disciplinar da administração escolar e na análise dos processos instaurados a docentes, professores e regentes. Começaremos com uma abordagem da regulação sobre a disciplina dos funcionários civis do Estado, procurando identificar se existiu, na prática, uma rutura com os discursos legais republicanos sobre matéria disciplinar. Focar-nos-emos, em seguida, na análise dos processos disciplinares e apresentaremos uma categorização dos mesmos. Analisaremos os comportamentos considerados como infrações, os responsáveis pelas queixas e as sanções aplicadas. Procuraremos identificar quais os comportamentos considerados mais graves através da análise dos deveres dos professores e das penalidades aplicadas, e as circunstâncias atenuantes e agravantes que foram consideradas processo decisório de aplicação de uma

sanção disciplinar. Igualmente abordaremos a questão do género na análise dos comportamentos infratores e medidas sancionatórias aplicadas.

I. A construção da escola primária nacionalista

Na organização escolar interagiam atores com interesses, políticos e profissionais, convergentes ou diferenciados. Interessava identificar os interesses que se encontravam subjacentes à construção e reformulação da política educativa da Ditadura Militar e Estado Novo, entre 1926 e 1956, procurando detetar continuidades e ruturas em relação ao período liberal e possíveis influências conjunturais.

Entendeu-se importante uma abordagem sobre os atores ligados à conceção e execução dessas políticas. Os principais protagonistas eram os Ministros e, num segundo plano, encontrava-se o professorado primário de quem o poder político esperava passividade e operacionalização do programa político-pedagógico oficial.

A regulação foi a fonte principal utilizada para a análise da política educativa. Partiu-se do conceito de regulação, proposto por João Barroso, que compreendia a produção de regras que orientavam o sistema e o reajustamento das ações dos atores de acordo com essas regras¹³. Considerámos como regras todos os diplomas, circulares e orientações da administração escolar. A análise da ação dos atores ligados ao funcionamento do sistema educativo e o impacto das medidas implementadas levou-nos a recorrer, como fontes, a discursos e conferências proferidos por esses atores, a textos da imprensa de educação, ao *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, a pareceres da Câmara Corporativa, e às Estatísticas da Educação.

A escola primária ao serviço da Nação

O movimento militar de 28 de maio de 1926 tinha como pano de fundo um país rural e maioritariamente conservador. Os interesses dos grupos económicos dominantes eram divergentes e exigiam, no contexto da crise, uma atuação do Estado consentânea com a satisfação das suas aspirações.

Nos campos pontuava uma “oligarquia agrária” influente, a par de pequenos proprietários e camponeses¹⁴. No setor industrial, marcava presença um grupo numeroso de pequenos industriais e artífices e um pequeno grupo de empresários modernos. A elite mais influente, do ponto de vista económico-social, era composta por financeiros e grandes

¹³ Barroso, J. (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.

¹⁴ Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Sétimo Vol., p.17). Lisboa: Círculo de Leitores.

comerciantes ligados ao import-export, localizados principalmente nos núcleos das Associações Comerciais de Lisboa e do Porto.

O grupo dos grandes proprietários agrícolas defendia a conservação do ruralismo e do tradicionalismo, em oposição à transformação trazida pela modernização. A pobreza do campesinato rural continuava a ser uma realidade, obrigando ao emprego de toda a família, no trabalho dos campos, incluindo as crianças, pelo menos de forma sazonal.

A industrialização do país seguia um processo marcado pela debilidade e lentidão, situação que não impediu o surgimento, na primeira metade da década de 30, de uma elite de capitães da indústria que ganhou peso económico e até político¹⁵.

A pobreza da vida campesina funcionava como principal causa do êxodo rural. A possibilidade de trabalho nas indústrias, existentes nas cidades, era um polo de atração. O aumento da população urbana trouxe problemas habitacionais, mendicidade, alcoolismo e prostituição. Problemas que tinham ocorrido mais cedo em outros países europeus com o desenvolvimento da industrialização.

No país, no período compreendido entre a instauração da Ditadura Militar e o início do Estado Novo, assistiu-se ao desenvolvimento de ações conducentes ao desmantelamento do demoliberalismo e à instauração de um regime autoritário, antiparlamentar e corporativo. Nesse contexto, foi necessário proceder a concessões e a repressões sobre as várias fações apoiantes do Movimento do 28 de Maio de 1926.

Os ideólogos do regime salazarista procuraram a legitimação do novo regime através do princípio do nacionalismo. Criaram-se normativos de ação e de conduta, social e moral, que procuravam orientar os portugueses para a sua passividade e conformismo com um regime que se apresentava como a solução para a crise sentida no período republicano.

O discurso nacionalista foi visível, em Portugal, desde os finais do século XIX, e relevante durante o período republicano, embora marcado pelo seu espírito democrático e laico. No salazarismo, esse discurso cortou com o liberalismo e alicerçou-se em acontecimentos e figuras do passado histórico, especialmente nos períodos da fundação e da expansão e nas temáticas da missão civilizadora portuguesa e da defesa do império.

¹⁵ Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Sétimo Vol., p. 67). Lisboa: Círculo de Leitores.

Apresentava-se uma imagem unitária do poder político que, a partir de 1932, se construiu em redor de um chefe, Salazar, e que procurava esconder quaisquer sinais de divergência no seio das forças apoiantes do movimento militar que pôs fim à Primeira República.

Os discursos ideológicos recorriam a práticas memoriais que procuram a legitimação do poder político e funcionavam como um elemento integrador da identidade do indivíduo, através do reforço dos seus laços com a Nação. O Estado identificava-se com a Nação e apresentava-se como dinamizador de um movimento de ressurgimento nacional, assente nos valores do tradicionalismo, ruralismo e moralismo cristão. Estes axiomas eram difundidos pelo regime e utilizados como justificativos da teoria da individualidade da Nação, sobretudo em fase de consolidação do regime e de conjuntura, nacional ou internacional, adversa aos ideais autoritários.

A escola primária tornou-se um dos aparelhos ideológicos do regime responsável pela formação de futuras gerações de portugueses, alinhados com os valores do regime. A modelação das crianças no espaço escolar era feita a partir do exterior, com o objetivo de preparar os homens que a sociedade e o Estado “precisava e lhe convinha”¹⁶. Acabou-se com a conceção republicana, influenciada pelo movimento pedagógico da *Educação Nova*, da escola enquanto um local em que a criança se descobria a partir do seu próprio interior e adquiria as ferramentas necessárias para o seu crescimento intelectual.

A preocupação com a formação dos futuros cidadãos e a utilização de instrumentos de controlo não foi uma criação da Ditadura Militar. Desde os finais do século XIX que as elites políticas consciencializaram a importância da escola primária para a construção de uma consciência nacional. Os Estados da modernidade recorriam à escola primária para difundirem a imagem e a herança histórica nacional¹⁷, porque era aí que se iniciava a socialização das crianças, para além da família. A escola era considerada, segundo Maria Isabel João, como uma fábrica de cidadãos nacionais¹⁸, dado que aí que se promoviam ações para a criação de vínculos com a Nação e a construção da consciência e identidade nacional.

¹⁶ Conceito de Escola apresentado em *Escola Portuguesa*, n.º 1, 11 de outubro de 1934, 4.

¹⁷ Ver a esse respeito Hobsbawm, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo, Nações e Nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar, p. 87.

¹⁸ João, M. I. (2001). Estado, nação e região. *ARQUIPÉLAGO*, 2ª série, Vol. 5, 695-697.

A valorização da instrução era visível nos inícios do século XX, quando se defendia que o ensino primário era o instrumento fundamental da educação da inteligência e que exercia uma influência poderosa no desenvolvimento moral e material do homem¹⁹. Como estímulo à frequência escolar foram impostas restrições aos analfabetos, passando a escolaridade primária obrigatória a ser indispensável para a candidatura a um emprego público.

O ensino primário foi dividido, em 1902, em primeiro e segundo graus. O primeiro grau era obrigatório e gratuito para ambos os sexos, entre os 6 e os 12 anos. Compreendia o Ensino da Leitura, Escrita, Operações fundamentais da Aritmética e Noções do Sistema Métrico Decimal, Doutrina Cristã e Preceitos de Moral, Rudimentos da Agricultura Prática, Elementos de Desenho Linear, Exercícios de Ginástica Elementar e Trabalhos de Agulha e Lavoires para o Género Feminino.

A obrigação do ensino passava pela matrícula e frequência regular da escola, embora não abrangesse ainda as crianças que residiam a mais de 2 km de distância da escola pública ou particular²⁰. O incentivo à frequência levou à instituição de prémios aos alunos, desde louvores, à inscrição no quadro de honra, e à oferta de estampas ou livros²¹.

A valorização da educação dos futuros cidadãos conduziu a Primeira República a alterar a organização do ensino primário²². Foi criado o ensino infantil²³, com a duração de três anos, para crianças a partir dos 4 anos. A partir dos sete anos iniciava-se a frequência do ensino primário que passou a estar dividido em três graus: elementar, complementar e superior. O grau elementar tinha a duração de três anos e era obrigatório para as crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos.

A *Constituição de 1911*, publicada a 21 de agosto, expressava nos seus artigos 10º e 11º, a importância da educação para a formação integral do cidadão. Estipulava-se a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário elementar e sua neutralidade religiosa, e

¹⁹ Decreto n.º 8 de 24, de dezembro de 1901. Regulamentada a reforma pelo Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁰ Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²¹ Art.º 53º do Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²² Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²³ A terminologia utilizada era ensino infantil e correspondia à atual educação pré-escolar.

afastava-se do ensino qualquer possível influência da Companhia de Jesus através da manutenção em vigor de toda a legislação que extinguiu essa ordem religiosa²⁴.

O preâmbulo do diploma legal que introduziu a reforma educativa republicana de 1911 mostrava, logo nas primeiras linhas, a importância dada à educação, quando se defendia o princípio que o “homem vale, sobretudo, pela educação que possui”²⁵. A escola primária era responsável pela formação da “alma da pátria republicana”²⁶ e afirmava-se que o ensino do “a, b, c” era essencial para o desenvolvimento do carácter. A escola primária republicana surgia, segundo Luís Grosso Correia, como o motor de aperfeiçoamento do homem, testemunho das influências recebidas do pensamento iluminista e liberal francês²⁷. Competia ao Estado a valorização da instrução para que os portugueses, no futuro, fossem bons patriotas e cidadãos²⁸.

Na instrução primária devia inculcar-se nas crianças o amor à região onde nasceram e à Nação, e o fornecimento de conhecimentos “práticos e utilitários”²⁹ que permitissem o exercício de uma profissão. Os trabalhos manuais, retirados do ensino primário elementar no contexto da reforma educativa de 1901, passaram a fazer parte da estrutura curricular, podendo ser substituídos pelos trabalhos agrícolas.

Foram introduzidas novas disciplinas como História Pátria, Noções de Geografia, Noções Sumárias de Educação Social, Económica e Cívica, Geometria Prática Elementar, Noções dos Produtos Mais Comuns da Natureza Usados na Agricultura e Indústria, Higiene e Canto Coral. A disciplina de Doutrina Cristã e Preceitos de Moral foi substituída pela Moral Prática e a dos Elementos de Desenho Modelar por Desenho e Modelação.

A importância dada à instrução traduziu-se na criação, em 1913, do MIP, após um intervalo de tempo, entre 1911 e 1913, em que a educação esteve sob tutela do Ministério do Interior (MI)³⁰.

²⁴ Art.º 12º da Constituição de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zwf4b6> (2 jan. 2017)

²⁵ Decreto de 29 de março de 1911, p. 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ver a este respeito Correia, L. G. (2010, out.). O Ensino Primário na Primeira República – o homem vale, sobretudo, pela educação que possui, *Seara Nova*, n.º 1713. Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163> (14 jan. 2013)

²⁸ Decreto de 29 de março de 1911, p.1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁹ Art.º 12º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

³⁰ Lei n.º 12, de 7 de julho de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

No período do pós-guerra, em 1919, foi publicado o *Regulamento do Ensino Primário e Normal*³¹. Por essa lei, foi instituído o ensino primário geral de frequência obrigatória, a que se seguia o ensino primário superior com a duração de três anos. A obrigatoriedade de frequência passava com essa reforma de três para cinco anos e abrangia as crianças entre os 7 e os 12 anos. O seu principal objetivo era fornecer-lhes as bases de conhecimento e de cultura geral que as preparassem para a vida social³².

Nos finais de 1923 foram introduzidas modificações no regulamento publicado em 1919, nomeadamente através da entrada em vigor de um regulamento de matrícula na escola primária, no sentido de garantir a obrigatoriedade escolar e aumentar a eficácia do trabalho de docentes e discentes³³. Foi criado um sistema de multas para os encarregados de educação que não matriculassem os seus educandos. Em caso de frequência irregular competia ao professor advertir o encarregado de educação e, em casos de repetição de faltas, aplicar uma multa que revertia para a caixa escolar até um total de dez³⁴.

A política educativa do novo regime, instaurado no dia 28 de maio de 1926, foi marcada por uma intenção de clara demarcação, sobretudo no campo teórico, das representações e das práticas da escola republicana. Entendia-se que o período liberal, sobretudo republicano, tinha potencializado todos os defeitos dos portugueses, e que deveria desenvolver-se uma verdadeira revolução nacional que regenerasse as suas almas. Procurou-se dismantelar toda a estrutura da escola republicana sem que se oferecesse uma alternativa político-pedagógica bem definida que guiasse a ação do MIP.

Salazar, consciente da importância da escola primária, iniciou a partir de 1930, ano em que reforçou a sua posição política enquanto Ministro das Finanças e das Colónias, a construção de um projeto educativo de formação integral de um “novo homem” disciplinado, defensor da “pátria no passado, no presente e no futuro”³⁵, e dos valores do tradicionalismo e do ruralismo. Pretendia-se essencialmente, segundo Fernando Rosas,

³¹ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

³² Art.º 32º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

³³ Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

³⁴ Art.º 3º do Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

³⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 1, ano I, 11 de outubro de 1934, 2.

formar elites e educar as massas nos princípios ideológicos do regime³⁶. A partir de 1933, o aparelho ideológico do Estado Novo, através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), construiu e difundiu um programa de *política do espírito*³⁷ do qual a escola primária foi um dos principais pilares ideológicos.

O primado da educação sobre a instrução

Após a instauração da Ditadura Militar sucederam-se os Ministros à frente do MIP. Entre maio de 1926 e janeiro de 1930, a pasta da instrução foi ocupada por nove Ministros. A regulação produzida durante esse período não correspondeu a um plano concertado de implementação de um novo projeto educativo, mantendo-se em vigor a principal legislação republicana relativa ao regulamento e funcionamento do ensino primário.

O período de permanência dos Ministros à frente da pasta da Instrução não possibilitou o desenvolvimento de um programa educativo sistemático e contínuo. A regulação publicada era reveladora do ensaio de medidas que foram objeto de interrupções ou reformulações feitas a curto e médio prazo. Essa problemática foi visível durante o mandato dos dois primeiros Ministros da Instrução Pública da Ditadura Militar, Mendes dos Remédios e Ricardo Jorge.

Joaquim Mendes dos Remédios ocupou a pasta da instrução no primeiro ministério da ditadura. Era professor da Universidade de Coimbra e membro do Centro Católico, e apenas ocupou o cargo entre os dias 3 e 19 de junho de 1926, tendo sido exonerado a seu pedido.

Procedeu à extinção das Escolas Normais Superiores, tendo o seu pessoal docente ficado na situação de adido até nova colocação. A justificação apresentada para a sua extinção referia que, em 1924, essas escolas já tinham sido momentaneamente extintas por se reconhecer que não satisfaziam os interesses pedagógicos subjacentes à sua criação³⁸.

Sucedeu-lhe o médico Artur Ricardo Jorge que apenas permaneceu no ministério até finais de novembro desse ano. Cinco dias depois de assumir a pasta anulou uma lei do seu

³⁶ Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder*. Lisboa: Tinta da China, p. 181.

³⁷ Ver o programa da política do espírito e a sua operacionalização em Ó, J. R. do. (1999). *Os anos de Ferro, o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-194. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 55-59.

³⁸ Decreto n.º 11730, de 15 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 126, I Série, de 15 de junho de 1926, p. 579.

antecessor que considerava os 6 anos, e não os sete anos, como a idade mínima de matrícula na primeira classe e terminou com o regime de coeducação em todos os centros populacionais com mais de 5000 habitantes, desde que existisse mais do que um lugar de professor³⁹. A abertura de escolas mistas, por iniciativa republicana, tinha dado lugar a um aceso debate sobre os efeitos negativos da coeducação, baseado na diferença do género e na especificidade da educação feminina⁴⁰.

O seu sucessor, José Alfredo Mendes de Magalhães, também licenciado em Medicina, ocupou a pasta até 18 de abril de 1928 e implementou algumas das mais significativas medidas de rutura com o ensino republicano. Pertenceu ao partido evolucionista, do qual foi dissidente em 1917⁴¹, e ocupou a pasta da instrução no primeiro governo sidonista.

O ministro foi autor de uma reforma educativa, em 1927, que dividiu o ensino primário em três categorias: ensino infantil (4-7 anos), ensino primário elementar (7-11 anos) e ensino primário complementar (11-13 anos)⁴². O ensino primário elementar era obrigatório para ambos os sexos e determinava-se que, nas localidades em que existissem escolas infantis, as crianças que frequentaram com aproveitamento esse nível de ensino podiam matricular-se no 2º ano do ensino elementar.

No preâmbulo do decreto responsável por essa reforma já se começava a esboçar uma visão redutora do ensino primário quando se referia que esse ensino deveria favorecer uma população que, “pela sua situação económica”, estava “impossibilitada de adquirir a cultura indispensável na vida moderna”⁴³. Não existia um propósito de oferecer os vários percursos escolares a toda a população e procurava-se conter a frequência excessiva de alunos nos liceus, considerada prejudicial para o ensino liceal⁴⁴.

³⁹ O ministro publicou o Decreto n.º 11795, de 26 de junho, que anulou a Lei n.º 1880 do seu antecessor com o argumento que apenas tinha sido aprovada pelo Senado. A lei em questão era datada de 8 de junho e foi publicada no dia 24, para logo ser anulada passados dois dias. Ver Lei n.º 1880, de 8 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 134, de 24 de junho de 1926; Decreto n.º 11795, de 26 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 138, I Série, de 29 de junho de 1926.

⁴⁰ O ministro tomou ainda várias disposições sobre a distribuição dos subsídios das câmaras municipais, após petição dessas entidades ao governo, para a conclusão de edifícios escolares, material didático e mobiliário escolar e serviços de exames. Decreto n.º 12854, de 17 de dezembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 20 de dezembro de 1926.

⁴¹ Leal, E. C. (2008). *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*. Coimbra: Almedina, p. 53.

⁴² Decreto n.º 13619, de 17 de maio de 1927. *Diário do Governo* n.º 100, I Série, de 17 de maio de 1927.

⁴³ Preâmbulo do Decreto n.º 13619, de 17 de maio de 1927. *Diário do Governo* n.º 100, I Série, de 17 de maio de 1927, p. 770.

⁴⁴ Ibidem.

O diploma legal determinava que o ensino primário elementar passasse a ser feito em quatro classes. A estrutura curricular sofreu alterações e passou a compreender, para além da Cultura Física, da Higiene e do Canto Coral, as seguintes disciplinas: Desenho, Geometria e Trabalhos Manuais; Leitura, Escrita, Redação e Gramática; Aritmética e Sistema Métrico; Ciências Físico-Naturais e Corografia de Portugal e Colónias, História de Portugal e Educação Cívica.

Essa lei retomou a questão da separação de sexos, ensaiada por Mendes dos Remédios, e determinou que essa regra passasse a ser o regime geral adotado, embora de forma gradual, para evitar despesas desnecessárias e perturbações, uma vez que o ano letivo já estava em curso.

O jornal *Federação Escolar* publicou vários textos de crítica a algumas das disposições desse decreto. Opinavam que o decreto era testemunho da pouca importância dada pela Revolução do 28 de Maio à instrução para a educação e fortalecimento do povo. Consideravam que o diploma legal pretendia atacar os professores primários quando definia o regime de separação de sexos, com base no argumento que a proibição da lecionação de turmas mistas por professores do sexo masculino estava relacionada com questões de abuso de natureza sexual a alunas⁴⁵. Defendia-se que o fim da coeducação, baseada na diferença do género, só fazia sentido se aplicada a todos os níveis de ensino.

No mês seguinte, o Ministro introduziu uma alteração nessa reforma, que apontava para uma desvalorização do ensino infantil, através da determinação que as crianças, que tinham frequentado o ensino infantil, deixavam de poder matricular-se automaticamente na 2ª classe⁴⁶. A matrícula era feita na 1ª classe e competia aos professores a sua imediata passagem para a outra classe logo que adquirissem os conhecimentos indispensáveis.

A necessidade de implementação das novas medidas conduziu a uma ordem de serviço do diretor geral interino da Direção Geral do Ensino Primário e Normal, Aníbal Valdês, de 24 de setembro, com instruções para os inspetores dos círculos escolares sobre a execução do princípio de separação de sexos. Tornava-se claro que o fim da coeducação só seria possível nas localidades com mais de uma escola ou com edifícios cujas instalações

⁴⁵ Ver a esse respeito a *Federação Escolar*, n.º 40, de 16 de junho de 1927, 3-4; *Federação Escolar*, n.º 41, de 18 de junho de 1927, 1; *Federação Escolar*, n.º 43, de 26 de junho de 1927, 1.

⁴⁶ Decreto n.º 13791, de 17 de junho de 1927, que anulou o decreto responsável pela reforma. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 17 de junho de 1927.

permitissem proceder à separação de sexos, no que respeitava a salas de aula, casas de banho e recreios⁴⁷.

A imposição da separação de sexos pôs fim à polémica, iniciada em 1919, quando se instituiu a coeducação nos cinco anos da escola primária. A coeducação era criticada por se considerar responsável pela subversão moral dos jovens e defensora da igualdade de géneros⁴⁸. A polémica opôs os setores mais conservadores a grupos ligados ao liberalismo, defensores da pedagogia da *Escola Nova*.

O ideal de uma educação nacionalista começou a ser introduzido pelo Ministro Mendes de Magalhães, em outubro de 1927⁴⁹. No quotidiano escolar tornou-se obrigatório a saudação da bandeira nacional antes do início dos trabalhos escolares, um ritual cívico já praticado na escola republicana. Os rituais eram importantes para a criação de uma identificação das crianças com os valores ideológicos do novo regime, que se assumia como herdeiro da tradição histórica portuguesa anterior ao liberalismo republicano.

Os trabalhos escolares passaram a ser abertos com uma sessão de canto, no período da manhã e no da tarde. A disciplina de Canto Coral tinha sido introduzida até o ensino secundário, no período republicano, com uma “feição nacionalista”⁵⁰ e cívica. O nacionalismo marcava presença através do cântico do hino nacional, a que se acrescentava agora o hino da restauração, e acentuava-se o pendor tradicionalista com a introdução de cânticos populares ligados à tradição local e à apologia das virtudes do mundo rural.

No ano de 1927 foram promulgados os novos programas do ensino primário elementar⁵¹, com base nas conclusões da comissão de trabalho nomeada para o efeito em 1925⁵². No

⁴⁷ Essa medida sofreu novas alterações em fevereiro de 1928. Passou-se a ser obrigatória apenas em localidades onde existisse mais do que uma escola, não se mantendo a possibilidade de partilha de um mesmo edifício. Decreto n.º 15302, de 15 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1928.

⁴⁸ Ver a esse respeito o trabalho de Araújo, H. (1998). A “Batalha em torno da coeducação, 1919-1927. Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970: *Actas do 1º Congresso luso-brasileiro de História da Educação* (Vol. 3, pp. 35-40). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/15275> (23 jul. 2015)

⁴⁹ Decreto n.º 14463, de 7 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 234, I Série, de 22 de outubro de 1927.

⁵⁰ Decreto n.º 4799, de 8 de setembro de 1918. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 12 de setembro de 1918, p. 1656.

⁵¹ Decreto n.º 14417, de 12 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 225, I Série, de 12 de outubro de 1927. As instruções pedagógicas para a execução dos programas de ensino primário elementar foram definidas pela Portaria n.º 5060, de 18 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 21 de outubro de 1927.

⁵² Decreto n.º 10597, de 5 de março de 1925. *Diário do Governo* n.º 49, I Série, de 5 de março de 1925.

relatório da comissão continuavam a desenhar-se as principais finalidades da escola primária, segundo a visão do poder político. Definia-se que os novos programas não transpunham o “limite de saber mínimo “que cumpria dar aos filhos das classes populares”⁵³.

Essa conceção de nivelamento por baixo que caracterizou a política salazarista, segundo Sérgio Grácio⁵⁴, já começava a ser visível na regulação do MIP, nos anos de 1927 e 1928. Disso foram exemplo os novos programas do ensino primário complementar onde constava o relatório da comissão de trabalho para a sua revisão⁵⁵.

A comissão alertava para o número elevado de analfabetos que considerava terem a sua quota-parte de responsabilidade na decadência moral da Nação. A frequência da escola primária, no entanto, significava muito simplesmente o fornecimento de um conjunto de conhecimentos que os preparasse para o lugar socioprofissional que lhes estava reservado. Os mesmos valores deviam ser transmitidos às suas famílias para que não concebessem a educação como uma possibilidade de ascensão profissional, para que um trabalhador não quisesse ter um “filho médico” ou um “filho matemático”⁵⁶.

A educação nacionalista incluía a defesa do império colonial e, para isso, determinava-se que era preciso criar no espírito do povo uma noção precisa da importância do império e dos meios necessários para a sua valorização. A apologia da defesa do império colonial, na escola primária, foi institucionalizada em finais de fevereiro de 1928⁵⁷. Determinou-se que fosse feita propaganda das colónias e se intensificasse o seu estudo. Na prática, o seu estudo e valorização era feito através de palestras, exposições, recortes de jornais, fotografias, textos e mapas que despertassem os alunos para a “missão civilizadora” dos portugueses e a necessidade de defesa do espaço português.

⁵³ Decreto n.º 14417 de 12 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 225, I Série, de 12 de outubro de 1927, p. 1967.

⁵⁴ Ver a esse respeito o trabalho de Grácio, S. (1998). *Política Educativa como Tecnologia Social. As reformas do ensino técnico de 1948-1983*. Lisboa: Piaget.

⁵⁵ Decreto n.º 14900, de 16 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1928.

⁵⁶ Decreto n.º 14900, de 16 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1928, p. 120.

⁵⁷ Decreto n.º 15088, de 23 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 47, I Série, de 28 de fevereiro de 1928.

A importância da difusão do espírito colonial levou mesmo Mendes Magalhães a aumentar o número de vogais eleitos em representação do ensino colonial com assento no Conselho Superior de Instrução Pública⁵⁸.

Duarte José Pacheco substituiu Mendes de Magalhães na pasta da instrução a partir de 18 de abril de 1928. Era formado em Engenharia, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, e foi professor nesse instituto da cadeira de Matemáticas Gerais e reitor a partir de 1926. No seu curto mandato ministerial, que terminou a 10 de novembro, destacaram-se as medidas que tomou para regulamentar o ensino liceal e remodelar o ensino universitário. A sua ação política ficou sobretudo ligada à política de obras públicas do Estado Novo e acumulou mesmo, a partir de 1938, as funções de Ministro das Obras Públicas com as de presidente da Câmara municipal de Lisboa⁵⁹.

Duarte Pacheco não tomou medidas significativas em relação ao ensino primário. Apenas publicou uma disposição de alteração dos programas do ensino primário elementar com base nos trabalhos da comissão nomeada para o efeito⁶⁰. O relatório da comissão, seguia em linha de continuidade com a filosofia subjacente à revisão anterior, quando se referia aos conhecimentos mínimos da escola primária, o que significava reduzir o ensino ao ler, escrever e contar⁶¹. A grande novidade dessa revisão consistia no papel atribuído à disciplina de Educação Moral e Educação Cívica, com uma hora semanal, que deveria servir de base a todas as outras disciplinas. A expressão doutrinação aparecia registada no relatório e definia-se que essa disciplina tinha o objetivo de “disciplinar consciências, formando o carácter”⁶². A educação das crianças não se limitava unicamente à sua instrução, porque se defendia a sua formação integral, uma ideia que marcou a política educativa salazarista, nomeadamente na década de 30.

⁵⁸ Decreto n.º 13394, de 30 de março de 1927. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 2 de abril de 1927.

⁵⁹ Ver sobre essa questão o trabalho de Rodrigues, M. L. & Pereira, S. (1996). Pacheco, Duarte (1899-1943). In F. Rosas & J. M. Brito (Dir.), *Dicionário da História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 710-711). Venda Nova: Bertrand Editora.

⁶⁰ Por Portaria de 18 de julho de 1928, publicada no *Diário do Governo* n.º 106, II Série, de 21 de julho de 1928.

⁶¹ Decreto n.º 16077, de 26 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 247, I Série, de 26 de outubro de 1928.

⁶² Decreto n.º 16077, de 26 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 247, I Série, de 26 de outubro de 1928, p. 2211.

Para além dessa medida, o Ministro limitou-se a publicar disposições sobre o calendário escolar e a época de exames⁶³. Assistiu-se, no entanto, à reformulação de medidas tomadas pelo seu antecessor em relação às Escolas Normais Primárias. Foram reabertas as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada, que tinham sido encerradas em abril desse ano em nome de uma contenção orçamental⁶⁴. A sua reabertura prendeu-se com o reconhecimento da insuficiência de escolas de formação de assegurarem professores primários em número suficiente, dado que o número de professores diplomados era inferior ao dos professores nomeados. Insuficiência que era problemática num país em que a percentagem de analfabetos, com mais de sete anos, ultrapassava os 50%⁶⁵.

No domínio das escolas de formação foi publicado o regulamento das provas de habilitação e de estágio, e o regulamento da situação dos professores que prestavam exame de provas públicas para o magistério primário complementar⁶⁶. As Escolas Normais sofreram uma remodelação e foi publicado o regulamento do exame de admissão à sua frequência⁶⁷.

A criação do projeto educativo salazarista

Gustavo Cordeiro Ramos assumiu a pasta da instrução entre 10 de novembro de 1928 e 8 de julho de 1929, para a retomar no período compreendido entre 21 de janeiro de 1930 e 24 de julho de 1933. Licenciou-se em Letras pela Universidade de Lisboa e ganhou uma bolsa para estudar na Alemanha, em Leipzig, onde se tornou admirador dos métodos de ensino alemães.

O seu pensamento e ação eram convergentes com as ideias pedagógicas de Salazar, dado que os dois valorizavam a educação política do povo português. Para Cordeiro Ramos, a escola tinha de “formar o homem político”⁶⁸ e educar as gerações futuras porque, como

⁶³ Decreto n.º 15453, de 10 de maio de 1928. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1928.

⁶⁴ Foram encerradas pelo Decreto n.º 15365, de 12 de abril de 1928. *Diário do Governo* n.º 85, I Série, de 14 de abril de 1928. Reabertas pelo Decreto n.º 15886, de 24 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 24 de agosto de 1928.

⁶⁵ Decreto n.º 15886, de 24 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 24 de agosto de 1928, p. 1755.

⁶⁶ Decreto n.º 16025, de 12 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

⁶⁷ Decreto n.º 16038, de 15 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 15 de outubro de 1928.

⁶⁸ Ramos, G. (1937). Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo. *Uma série de conferências*. Lisboa: União Nacional, p. 374.

referia Salazar, só assim era possível assegurar a “continuidade revolucionária”⁶⁹ iniciada com o movimento do 28 de Maio.

Em janeiro de 1930 surgiu uma polémica que envolveu Salazar e Cunha Leal, governador do Banco de Angola, por críticas do governador à política financeira salazarista⁷⁰. A contestação de alguns aspetos desse programa financeiro acabou por contribuir para a queda do governo e a formação de um novo governo⁷¹ onde Salazar viu reforçado o seu poder, com a acumulação da pasta das colónias⁷².

Salazar e alguns homens ligados ao poder político desenvolveram um conjunto de medidas de cariz autoritário, que antecederam a sua nomeação para Presidente do Conselho, e que procuravam a legitimação e institucionalização do regime autoritário do Estado Novo. Os problemas do país, segundo Salazar, deviam ser resolvidos pelas elites e a sua formação era prioritária. A constituição desse escol de dirigentes tornava-se assim mais “importante do que ensinar toda a gente a ler”⁷³.

Para António Nóvoa, a ação educativa do Ministro Cordeiro Ramos enquadrava-se num período (1930-1936) que visava o desmantelamento da escola republicana, sem um programa próprio⁷⁴. Considerámos, no entanto, que foi com esse Ministro, a partir de 1930, que se iniciou a construção da escola primária nacionalista, com um projeto de formação de um “novo homem”⁷⁵ de cariz autoritário e nacionalista, que recebeu influências da política educativa alemã. A nova tomada de posse do Ministro Cordeiro Ramos, em 1930, levou a que a administração escolar adotasse cada vez mais uma estrutura centralizadora, marcada por regulação que definia os objetivos a prosseguir por todos os funcionários do ministério para que se atingissem as metas da política educativa.

⁶⁹ Salazar, A. (1955). A educação política, garantia da continuidade revolucionária. Discurso à União Nacional a 22 de março de 1938. *Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas*. Lisboa: Editorial Vanguarda, p. 33.

⁷⁰ Reis, B. C. (2015). *A Vida Política. Olhando para dentro 1930-1960*. Lisboa: Fundación Mapfre, p. 35.

⁷¹ No ano seguinte, o regime sofreria um abalo com a revolta da Madeira que se propagaria aos Açores e à Guiné.

⁷² Foi o responsável pela introdução de uma nova política para o império colonial marcada pela publicação do *Ato Colonial*.

⁷³ Ferro, A. (2007). 7ª Entrevista, Salazar princípio e fim. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, p. 183.

⁷⁴ Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Dir.), *Nova História de Portugal* (Vol. XII). Lisboa: Presença.

⁷⁵ Ramos, G. (1937). Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo. *Uma série de conferências*. Lisboa: União Nacional, p. 367.

O centralismo levou a que a ação de doutrinação e controlo do professorado se intensificasse. Cordeiro Ramos estava consciente da divergência de alguns professores em relação à política do ministério e que o sucesso do projeto educativo salazarista dependeria da passividade dos docentes, daí que a sua doutrinação e fiscalização revestissem cada vez mais importância.

Iniciou-se uma ação política de desqualificação profissional do professorado, marcada pela criação dos regentes escolares e por alterações no sistema de qualificação profissional e de progressão na carreira. A liberdade de expressão e associativa dos professores foi cerceada, em fevereiro desse ano⁷⁶. A autorização para a constituição de associações de professores oficiais e a fiscalização dessas organizações passou a ser da competência do ministério.

Passados dois anos, a liberdade de expressão do professorado foi de novo visada quando se determinou que, com o objetivo de assegurar a disciplina do funcionalismo e o respeito pela hierarquia, passaria a ser interdita a inserção de artigos ou de quaisquer escritos de apreciação de atos dos superiores hierárquicos nas publicações, promovidas com carácter oficial ou com subsídios do Estado, dos estabelecimentos dependentes do MIP⁷⁷.

A Direção Geral forneceu indicações precisas, através de normativos, aos inspetores escolares para que dissuadissem qualquer tentativa de “má vontade”⁷⁸ e de desordem por parte do professorado contra os “poderes constituídos”⁷⁹:

*Desnecessário é acentuar perante V. Exa. e os seus subordinados a alta conveniência, tanto para os interesses nacionais como para o bom nome da corporação docente do ensino primário de ser evitado tudo quanto posso considerar acto público de indisciplina da parte daquela corporação, da qual o país só deve esperar exemplo de ordem, serenidade, correção e urbanidade*⁸⁰.

Apresentava-se uma imagem de uma orgânica administrativa de carácter corporativo, marcada pela autoridade e o espírito da obediência perante aqueles que detinham o poder e que, por isso, tinham o saber, a competência e a legitimidade para controlar os recursos materiais e humanos da administração escolar. Os discursos ideológicos apelavam para uma comunhão espiritual entre governantes e governados. As relações entre os vários elementos da estrutura hierárquica eram definidas pelos princípios da disciplina e da

⁷⁶ Decreto n.º 17983, de 19 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 41, I Série, de 20 fevereiro de 1930.

⁷⁷ Decreto n.º 20889, de 15 de fevereiro de 1932. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1932.

⁷⁸ Museu Escolar de Marrazes, Circular n.º 24 de 26 de fevereiro de 1931. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

fiscalização e, por isso, todos os funcionários deviam ser “juízes uns dos outros e de si próprios”⁸¹. A competência avaliava-se pela lealdade ao regime e procurava-se padronizar, normalizar e controlar todos os recursos humanos.

Um projeto educativo nacionalista implicava a consolidação do princípio da separação de sexos, porque a coeducação continuava a existir nas designadas escolas mistas. Foram tomadas medidas, por Cordeiro Ramos, sobre o provimento dos lugares de professores das escolas do ensino primário elementar nesse regime⁸². Os lugares de escolas do sexo masculino eram preenchidos por professores, enquanto os lugares de escolas do sexo feminino e mistas eram preenchidos por professoras⁸³.

O desenvolvimento desse ideário implicava alterações na estrutura do ensino e nos programas em vigor. No ano de 1930, a estrutura do ensino primário elementar foi dividida em dois graus⁸⁴. O primeiro grau compreendia as matérias das três primeiras classes e o segundo grau as matérias relativas ao programa da 4ª classe. No termo de cada grau existia uma prova de exame e era apenas obrigatória a do 1º grau.

O princípio da simplificação dos programas conheceu um novo desenvolvimento, com Cordeiro Ramos⁸⁵. Ao ensino primário elementar cabia a responsabilidade de ministrar conhecimentos mínimos que permitissem aos alunos saber ler, escrever e contar corretamente. A 4ª classe consistiria num ensino complementar que fornecia conhecimentos indispensáveis para quem não prosseguisse mais os estudos. A disciplina de Moral e Educação Cívica formava o carácter do aluno e fornecia-lhe elementos que permitissem a sua identificação com a Nação, através do “culto da bandeira nacional”⁸⁶, o exercício da cidadania e a defesa do império colonial.

Ainda nesse contexto foram extintas as escolas móveis criadas, em 1913, para combater o analfabetismo⁸⁷ e substituídas por escolas incompletas nas povoações rurais em que

⁸¹ *Escola Portuguesa* n.º 1064, 25 de agosto de 1955, 341.

⁸² Pelo Decreto n.º 16422, 25 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 21, I Série, de 25 de janeiro de 1929.

⁸³ Caso não aparecessem no concurso candidatos do sexo masculino para o lugar de professor era aberto um novo concurso, a que poderiam ser admitidos candidatos dos dois sexos, sendo dado preferência aos candidatos do sexo masculino.

⁸⁴ Decreto n.º 18140, de 22 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 72, I Série, de 28 de março de 1930.

⁸⁵ Decreto n.º 16730, de 13 de abril de 1929. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 13 de abril de 1929.

⁸⁶ Decreto n.º 16730, de 13 de abril de 1929. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 13 de abril de 1929, p. 898.

⁸⁷ Decreto n.º 187, de 25 de outubro de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

estivessem recenseadas, pelo menos, trinta crianças em idade escolar⁸⁸. A sua regência foi confiada, pelo ministério, aos regentes escolares, pessoas a quem se reconhecia idoneidade moral e intelectual para o ensino⁸⁹. Em nome do combate ao analfabetismo foram abertos cursos noturnos para adultos.

A criação da figura do regente escolar relacionava-se com o processo de desqualificação profissional do professorado e com a política de contenção financeira do governo. Os novos docentes assumiam a regência das escolas móveis, sem terem habilitações equiparadas aos professores. A medida era justificada por um discurso de contenção orçamental, argumentação essencialmente ideológica a que o ministério recorreu para a sua legitimação. Essa decisão apresentada como temporária acabou por se tornar permanente. A polémica instalou-se e iniciou-se um processo de contestação de professores, através da imprensa da educação, que se consideravam lesados nos seus direitos. Os regentes, por seu lado, também argumentavam, defendendo os seus direitos e pediam a equiparação profissional e salarial aos primeiros⁹⁰. A falta de formação dos regentes foi um problema com o qual o ministério teve que lidar e muita da sua orientação profissional seria feita à distância através do boletim oficial *Escola Portuguesa*⁹¹.

A visão economicista dominava os discursos legais e a oferta da escola primária pública não conseguia abranger toda a população. A obrigatoriedade constitucional do ensino primário e a necessidade de alfabetizar a população eram mais teóricas do que práticas, uma vez que a criação de escolas só era viável em núcleos com o mínimo de 45 crianças em idade escolar recenseadas⁹². A sua criação dependia ainda da relação de escolas oficiais existentes num raio de 3km e da oferta de ensino particular. A coeducação mantinha-se em núcleos onde o número de crianças não justificava a existência de dois lugares de professores.

A educação dos portugueses era uma preocupação ministerial, contextualizada por uma conceção simplista e economicista do funcionamento da rede escolar. Em nome do

⁸⁸ Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 217, I Série, de 18 de setembro de 1930.

⁸⁹ Art.º 38º do Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 217, I Série, de 18 de setembro de 1930, p. 1811.

⁹⁰ Pinheiro, J. E. M. (1997). *Notas e Documentos para a História do Ensino Primário Normal*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa, pp. 62-66.

⁹¹ Criado pelo Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁹² Decreto n.º 20181, de 24 de julho de 1931. *Diário do Governo* n.º 182, I Série, de 7 de agosto de 1931.

combate ao analfabetismo, Cordeiro Ramos criou os postos de ensino, para que o ensino da leitura e da escrita chegasse a todos os “lugares recônditos” do país⁹³.

O preâmbulo do diploma que os criou era revelador da missão da escola primária para o regime: a formação e aperfeiçoamento do carácter das crianças. Estava dado mais um passo na operacionalização do projeto salazarista que privilegiava a educação integral sobre a instrução. Essa questão era visível na atribuição desses postos a regentes, pessoas sem qualificação profissional para a docência, mas com idoneidade moral, segundo o ministério, para formar o carácter das crianças portuguesas.

A importância dada à difusão dos valores oficiais do regime no meio local levou à determinação que em todos os edifícios do Estado dependentes do MIP, que tivessem sido adquiridos, construídos, concluídos ou ampliados após o 28 de Maio de 1926, fosse posta, na fachada principal, uma placa de mármore com a inscrição Edifício adquirido/construído/concluído/ampliado sob o Governo da Ditadura Nacional⁹⁴. Com essa medida promovia-se a criação de referenciais simbólicos do Estado-Nação junto de cada comunidade.

A doutrinação das crianças e, por seu intermédio das famílias, esteve também por detrás da medida de Cordeiro Ramos de inclusão, nos livros de leitura adotados, de ensinamentos de feição moral e patriótica. Algumas dessas frases representavam os eixos axiológicos do Estado Novo: “Deus, Pátria, Família”⁹⁵. Entre os trechos era visível a valorização da educação, na frase de Alfredo Pimenta “Instruir? Sem dúvida. Mas antes de instruir, educar”, e a defesa da obediência em detrimento da liberdade que se assumia como um ideal do liberalismo republicano e, por isso, se deveria rejeitar⁹⁶. Essa inculcação ganhou novo relevo, nos finais de dezembro de 1932, com a disposição legal que obrigava a afixar

⁹³ Decreto n.º 20604, de 30 de novembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 283, I Série, de 9 de dezembro de 1931, p. 283.

⁹⁴ Decreto n.º 20433, de 16 de outubro de 1931. *Diário do Governo* n.º 246, I Série, de 24 de outubro de 1931.

⁹⁵ Esses eixos surgiam em frases como “A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”; Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade”; “Na família, o chefe é o Pais, na escola, o chefe é o Mestre; no Estado, o chefe é o Governo”. Decreto n.º 21014, de 19 de março de 1932. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 21 de março de 1932.

⁹⁶ Decreto n.º 21014, de 19 de março de 1932. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 21 de março de 1932, p. 506.

esses pensamentos, em todos os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares e nas bibliotecas públicas⁹⁷.

A educação nacionalista atribuiu à disciplina de História um lugar importante na formação dos portugueses, sendo o seu ensino considerado importante para a criação de uma consciência nacional⁹⁸. Essa importância não era uma inovação porque o seu ensino, desde o período liberal, era visto como um elemento imprescindível ao desenvolvimento de uma educação nacionalista⁹⁹.

A identidade nacional, construída pelo salazarismo, reclamava a sua “iluminação pelo passado” histórico¹⁰⁰. A apropriação da História pelo regime levou Cordeiro Ramos a definir o que se entendia pela “verdade histórica” que deveria presidir ao ensino dessa disciplina nos níveis secundário e técnico¹⁰¹. A sua definição competia ao Estado e determinava-se que a verdade era a que convinha à Nação¹⁰². Defendia-se o ensino de acontecimentos que testemunhassem a mística de cruzada e a missão civilizadora dos portugueses, identificavam-se figuras do passado cuja ação se considerava superior e transpunham-se as suas virtudes para o presente e para o homem que as herdou: Salazar.

A presença de Cordeiro Ramos na pasta da instrução ficaria marcada pela publicação do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. O decreto surgia após a publicação do Projeto da Constituição Política da República Portuguesa a 22 de fevereiro¹⁰³, submetido a plebiscito a 19 de março, e em vigor desde o dia 11 de abril desse ano.

Segundo o artigo 42º da *Constituição de 1933*, a educação e a instrução eram obrigatórias e da responsabilidade da família. Os estabelecimentos oficiais e particulares também tinham a sua quota-parte de responsabilidade e deveriam colaborar com as famílias nessa matéria. Definia-se a obrigatoriedade do ensino primário elementar, no artigo 43º, estipulando-se que o mesmo poderia ser feito no lar ou em escolas oficiais ou particulares, questão que

⁹⁷ Decreto n.º 22040, de 20 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 28 de dezembro de 1932.

⁹⁸ Ver sobre a relação entre a História e a consciência nacional o trabalho de Matos, S. C. de (1990). *História, Mitologia, Imaginário no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.

⁹⁹ Ver a esse respeito Proença, M. C. (2000). *Um Século de Ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, p. 7.

¹⁰⁰ Nora, P. (1993, dezembro). Entre memória e História. A problemática dos lugares de memória. *Projeto História*, n.º 10, p. 11. Disponível em <http://tinyurl.com/jtn7z43> (5 jan. 2016)

¹⁰¹ Ver a esse respeito o trabalho de Pereira, M. (2014). A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as lições de História de Portugal do boletim do ensino primário oficial e o projeto ideológico do salazarismo. *Da Investigação às práticas*, 4(1), 63- 85.

¹⁰² Decreto n.º 21103, de 7 de abril de 1932. *Diário do Governo* n.º 89, I Série, de 15 de abril de 1932, p. 625.

¹⁰³ Decreto n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Governo* n.º 43, I Série, de 22 de fevereiro de 1933.

abria margem a que o Estado não garantisse que a rede escolar abrangesse toda a população recenseada.

No artigo já referido do texto constitucional expressavam-se os princípios do projeto pedagógico salazarista quando se afirmava que os objetivos do ensino primário público eram o revigoramento físico, o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais e a formação do carácter, do valor profissional e das virtudes cívicas e morais¹⁰⁴.

O desenvolvimento desse projeto formativo implicava uma reorganização profunda dos serviços de administração, orientação e inspeção, e a centralização de poder nas mãos do diretor geral do ensino primário. O decreto atrás mencionado assumia a continuidade da política educativa desenvolvida anteriormente pela ditadura, quando assegurava que a nova orgânica da DGEP fomentaria a prática de um ensino primário orientado pelas “exigências nacionais” impostas pela Revolução de 28 de Maio¹⁰⁵.

A reorganização produzia-se para resolver um momento de crise perante o descontentamento e as críticas de setores do professorado. A correspondência trocada entre Cordeiro Ramos e Salazar refletia a preocupação do chefe do governo com essa contestação¹⁰⁶. A administração escolar não podia ignorar as vozes discordantes e, por isso, redefiniram-se estratégias de dominação para doutrinar e disciplinar o professorado primário.

A cultura organizacional da DGEP estruturou-se em torno dos valores do tradicionalismo e do nacionalismo, e construíram-se mecanismos identitários, através de uma matriz cognitiva e normativa¹⁰⁷, que determinavam e uniformizavam as práticas e os comportamentos de todos os funcionários da DGEP.

Os Ministros que sucederam a Cordeiro Ramos não alteraram a sua política educativa. O seu sucessor foi Alexandre Alberto de Sousa Pinto, reitor da Universidade do Porto (1928-1931)¹⁰⁸. Foi o Ministro que procedeu regulamentação dos Exames do Estado para o

¹⁰⁴ *Constituição de 1933*, p. 16. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> (15 de dez. 2015)

¹⁰⁵ Ver a esse respeito o capítulo II, pp. 105-108.

¹⁰⁶ ANTT, AOS/CP/ 234 - Cordeiro Ramos 1932-1962.

¹⁰⁷ Surel, Y. (1998), *Idées, intérêts, institutions dans l'analyse des politiques publiques*. *Pouvoirs*, 87, 164-165.

¹⁰⁸ Homem, A. (2011). *A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2010)*. *História*, IV série, Vol. 1, 90.

magistério primário¹⁰⁹. Sousa Pinto acabou por pedir a exoneração e abandonou a pasta a 29 de junho de 1934, por recusar-se a publicar o decreto que extinguiu a Imprensa da Universidade de Coimbra¹¹⁰. A defesa da imprensa universitária já tinha sido feita anteriormente por Cordeiro Ramos que, segundo Paulo Archer de Carvalho, ter-se-ia mesmo oposto à sua extinção¹¹¹.

Após a saída de Sousa Pinto, assumiu a pasta da instrução, Manuel Rodrigues Júnior, doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo sido nessa cidade que conheceu Oliveira Salazar. Frequentou o Centro Académico da Democracia Cristã e aderiu aos ideais da direita católica. Entre 1932 e 1940 ocupou a pasta da justiça que acumulou com outros cargos, como foi o caso da pasta da Instrução.

O novo Ministro também não procedeu a quaisquer alterações significativas. Tomou disposições de carácter regulamentar sobre o *Boletim do Ensino Primário Oficial* que tinha a designação de *Escola Portuguesa*¹¹² e aumentou o quadro dos lugares de professores das cidades de Lisboa, Porto, Elvas e Braga¹¹³. Deixou a pasta a 23 de outubro de 1934 e foi substituído por Eusébio Tamagnini, professor de Ciências Histórico-Naturais na Universidade de Coimbra.

Tamagnini introduziu um novo referencial simbólico, o ex-libris da DGEP, nos serviços e estabelecimentos, nos documentos oficiais e na primeira página do boletim *Escola Portuguesa*¹¹⁴. Uma criança, do sexo masculino, em idade escolar, sustentava e erguia o escudo de Portugal, referencial simbólico da ação regeneradora que se esperava das novas gerações. No topo da figura, uma frase de Salazar traduzia essa aspiração e legitimava a ação da DGEP: “uma nova mentalidade fará ressurgir Portugal”.

¹⁰⁹ Decreto n.º 23735, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

¹¹⁰ Homem, A. L. de C. (2011). Sousa Pinto. Os Reitores da Universidade do Porto 1911-2011. Porto: Universidade do Porto/Fundação Engenheiro António de Almeida, p. 101.

¹¹¹ Carvalho, P. (2015). *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 388-390.

¹¹² Decreto n.º 24553, de 16 de outubro de 1934. *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 16 de outubro de 1934.

¹¹³ Decreto-lei n.º 24174, de 13 de julho de 1934. *Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 13 de julho de 1934.

¹¹⁴ Portaria n.º 7932, de 19 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 19 de novembro de 1934.

Durante o seu mandato foram tomadas medidas legais, pelo governo, para controlar e eliminar possíveis dissidências¹¹⁵. Com base nessas leis iniciou-se um processo, da responsabilidade do SPN, de depuração política nas universidades e que era o culminar de um processo de desvalorização e subalternização do saber académico e científico¹¹⁶. Publicitou-se uma resolução do Conselho de Ministros de afastamento do serviço de 33 figuras militares e civis, onde se incluíam professores como Abel Salazar, Adelino da Palma Carlos, Aurélio Quintanilha e Sílvio Lima, entre outros.

A formação dos professores e a qualificação profissional para a docência sofreu alterações com Tamagnini. Na área da formação foi alterado o regulamento de Exames do Estado¹¹⁷ e regulamentada a prática dos alunos-mestres das Escolas do Magistério Primário¹¹⁸.

Em relação aos regentes foram estabelecidas as condições para a comprovação da sua idoneidade através da prestação de provas de aptidão¹¹⁹. Justificava-se essa decisão pelo facto da sua nomeação ter obedecido, até então, a informações das entidades locais, e desresponsabilizava-se a DGEP e o Ministro por essas nomeações, concluindo-se que nem sempre a escolha recaía sobre os mais competentes¹²⁰.

A escola de massas e a consolidação do projeto político-pedagógico do salazarismo

No mês de janeiro de 1936 foi nomeado António Faria Carneiro Pacheco para a pasta da Instrução. Foi apoiante do sidonismo, professor universitário, doutorado em Direito, vice-

¹¹⁵ Em maio de 1935, determinava-se a aposentação, reforma ou demissão de funcionários, civis ou militares, que revelassem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dessem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado¹¹⁵. Pretendia-se que os funcionários assumissem uma posição de fidelidade permanente e se dedicassem ao serviço do Estado-Nação. Ainda nesse mês, no dia 21, era publicada uma lei relativa a associações secretas e sobre a obrigatoriedade dos funcionários públicos entregarem declaração de honra em como não pertenciam a nenhuma organização desse tipo. Assunto desenvolvido no capítulo VI. O diploma legal era a Lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 21 de maio de 1935.

¹¹⁶ Ver a esse respeito o trabalho de Rosas, F. & Sizifredo. C (2013). *A Perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta da China, pp. 20-31.

¹¹⁷ Decreto n.º 25818, de 4 de setembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 205, I Série, de 4 de setembro de 1935.

¹¹⁸ Decreto n.º 25954, de 19 de outubro de 1935. *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 19 de outubro de 1935.

¹¹⁹ Ver a esse respeito o capítulo III, pp. 153-154.

¹²⁰ Decreto n.º 25797 de 28 de agosto de 1935. *Diário do Governo* n.º 199, I Série, de 28 de agosto de 1935.

reitor da Universidade de Lisboa, desde 1931, e membro da Comissão Central e da Comissão Executiva da União Nacional, desde 1934¹²¹.

Carneiro Pacheco foi o responsável pelo desenvolvimento do projeto iniciado com Cordeiro Ramos. A sua nomeação deu lugar a uma nova etapa da política educativa do Estado Novo. O ministério foi remodelado e passou a designar-se, a partir de abril de 1936, por Ministério da Educação Nacional (MEN)¹²². Essa mudança de nome era testemunho de uma fase de consolidação dum projeto pedagógico e político de uma *escola primária portuguesa* que não podia ser neutra, em matéria política e religiosa.

Na historiografia da educação tem sido ponto assente que coube a Carneiro Pacheco o desenvolvimento do programa educativo salazarista. Um projeto de formação integral de um *homem novo*, nas palavras de Cordeiro Ramos¹²³, até então direcionado para a renovação e criação de novas elites¹²⁴, e que com Carneiro Pacheco passava a abranger toda a população, subalternizando-se a polémica, que dividiu pensadores e políticos, sobre as vantagens e inconvenientes da alfabetização¹²⁵ e a vontade dos portugueses de se quererem instruir.

A reforma educativa, iniciada com a Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, abrangeria os níveis do ensino primário e secundário, mas o projeto de modelação das almas das massas processava-se na escola primária. O ensino liceal continuava reservado às elites para que essas “eduquem e dirijam a Nação”¹²⁶. A educação continuava a não ser entendida como um fator de mobilidade social, defendendo-se o princípio que cada um deveria ocupar o lugar que lhe competia na sociedade corporativa, sem que lhe fossem dadas quaisquer ideias falsas de “igualdades irrealizáveis”¹²⁷.

A doutrinação e o controlo de docentes e alunos refletiam a conjuntura internacional, nomeadamente no contexto da guerra civil de Espanha (1936-1939) e, posteriormente, da

¹²¹Proença, C. (1996). Pacheco, António Faria Carneiro (1887-1957). In F. Rosas & J. M. B. Brito. (Dir.) *Dicionário da História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 709-710). Venda Nova: Bertrand Editora.

¹²² Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

¹²³ Ver a esse respeito Ramos, G. C (1937). Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo. *Uma série de conferências*. Lisboa: União Nacional.

¹²⁴ *Escola Portuguesa*, n.º 69, Ano II, 2 de fevereiro de 1936, 115-118.

¹²⁵ Ver a esse respeito o trabalho de Mónica, M. F. (1977). «Deve ensinar-se o povo a ler»: a questão do analfabetismo (1926-1939). *Análise Social*, Vol. XIII (50), 321-335.

¹²⁶ Ferro, A. (2007). 7ª Entrevista, Salazar princípio e fim. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, p. 183.

¹²⁷ *Escola Portuguesa*, 2 de julho de 1936, 266.

Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Enfatizava-se, nas práticas discursivas, a individualidade portuguesa, o “hábito da disciplina”, o gosto da obediência” ao Chefe¹²⁸ e o “repúdio do comunismo”¹²⁹.

A lei já referida criava, segundo disposto na sua Base II, a JNE¹³⁰ para o estudo de todos os problemas que diziam respeito à formação do carácter, ao ensino e à cultura. A educação tinha assim primazia sobre a instrução perante a defesa de uma formação integral que transcendia largamente, para o ministério, a vertente intelectual.

O desenvolvimento dessa política educativa conduziu à revisão dos programas, prevista na Base IX da lei, e à imposição do livro único de leitura em todos os estabelecimentos do ensino primário elementar, para que a doutrinação da juventude se processasse uniformemente por todo o país¹³¹.

A preocupação com a formação da juventude presidiu à criação da Mocidade Portuguesa (MP), na Base XI dessa lei¹³². Criou-se uma organização nacional e paramilitar, de acordo com o diploma, destinada ao desenvolvimento integral dos jovens, físico e moral, com o objetivo de formar futuros cidadãos disciplinados e devotos à defesa da Pátria.

A ideia da sua criação não era inovadora, uma vez que Cordeiro Ramos, segundo Irene Pimentel, já tinha proposto a Salazar a criação de uma organização denominada de Liga Nacional da Mocidade Portuguesa para o fortalecimento do amor à Pátria e do espírito tradicionalista e colonialista¹³³. Os estatutos da União Nacional, datados de 20 de agosto de 1932, previam a criação de uma organização destinada à preparação física e patriótica da

¹²⁸ Pacheco, A. F. C. (1940). *Portugal Renovado. Discursos*. Lisboa: Tipografia da Casa Portuguesa, p. 36.

¹²⁹ Pacheco, A. F. C. (1940). *Portugal Renovado. Discursos*. Lisboa: Tipografia da Casa Portuguesa, p. 215.

¹³⁰ A Junta foi regulamentada pelo Decreto n.º 26611, de 20 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

¹³¹ Essa medida ainda levou tempo a ser instaurada. O regulamento para a elaboração do livro único só foi publicado a 21 de julho do ano seguinte e em 1940 seria criada uma comissão técnica responsável pela elaboração de textos e respetiva ilustração. Decreto n.º 30316, de 14 de março de 1940. *Diário do Governo* n.º 61, I Série, de 14 de março de 1940. Nesse mesmo ano, em agosto, foram regulamentadas as bases a que obedecia a indústria e comércio do livro único. Decreto-lei n.º 30660, de 20 de agosto de 1940. *Diário do Governo* n.º 193, I Série, de 20 de agosto de 1940.

¹³² Regulamentada pelo Decreto n.º 27301, de 4 de dezembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 4 de dezembro de 1936.

¹³³ Pimentel, I. (1998). A Mocidade Portuguesa Feminina nos Primeiros Dez Anos de Vida (1937-1947). *Penélope*, 19-20, 161. Disponível em <https://tinyurl.com/ju8gksu> (11 jan. 2017)

mocidade¹³⁴. Salazar teria mesmo encarregue o Ministro Eusébio Tamagnini de reformular a Ação Escolar de Vanguarda numa organização que englobasse toda a juventude¹³⁵.

A parte feminina da Mocidade Portuguesa (MPF)¹³⁶ foi entregue à Obra das Mães Pela Educação Nacional (OMEN)¹³⁷. O Estado assumiu, desde 1936, o propósito de auxiliar a família na sua missão educativa, embora continuasse a defender que competia à família a primeira formação de carácter e de consciência nacional. O Ministro Carneiro Pacheco introduziu a incerteza na capacidade familiar de prosseguir essa missão e para isso criou duas organizações destinadas à formação dos jovens¹³⁸ e ao apoio familiar: a MP e a OMEN.

A OMEN era responsável por “estimular a ação educativa da família” e assegurar a cooperação familiar com a escola¹³⁹. A organização funcionava sob a tutela do MEN e deveria orientar as futuras mães para os seus deveres domésticos e maternos.

A MP tinha como baluartes as figuras de D. Nuno Álvares Pereira e do Infante D. Henrique, procurando que os jovens modelassem a sua conduta pelas representações que se construíram da conduta dessas personalidades, sobretudo do seu espírito de devoção e sacrifício pela Pátria.

O princípio da educação cristã levou à presença de outro referencial simbólico no espaço escolar. A Base XIII da Lei n.º 1914 tornou obrigatória a afixação, por trás e por cima da cadeira do professor, de um crucifixo, ladeado pelos retratos do Presidente e de Salazar. A norma foi saudada pelos deputados da Assembleia Nacional que consideraram que a mesma vinha completar os ensinamentos religiosos que a criança recebia em casa. Essa

¹³⁴ Ver a esse respeito o trabalho de Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos. Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 213.

¹³⁵ Ver a esse respeito o trabalho de Kuin, S. (1993). A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), 557. Disponível em <https://tinyurl.com/zj93lrm> (18 jun. 2016)

¹³⁶ Regulamentada pelo Decreto n.º 28262, de 8 de dezembro de 1937. *Diário do Governo* n.º 285, I Série, de 8 de dezembro de 1937.

¹³⁷ Organização criada pelo Decreto n.º 26893, de 15 de agosto de 1936. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 15 de agosto de 1936.

¹³⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 87, 11 de junho de 1936, 241-244.

¹³⁹ Decreto n.º 26893, de 15 de agosto de 1936. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 15 de agosto de 1936, p. 981.

regra era claramente assumida como um corte com a “moral laica” da escola republicana, neutra em matéria religiosa¹⁴⁰.

A partir dessa imposição realizaram-se por todo o país, amplamente noticiadas na *Escola Portuguesa*, as cerimónias de entronização do crucifixo, abertas à comunidade e com a presença das autoridades civis e religiosas. No contexto da guerra civil espanhola ganhava relevo o espírito de cruzada no combate ao “comunismo ateu”¹⁴¹.

A realização dessas cerimónias era reveladora dos propósitos integradores do regime, que procuravam criar uma visão unitária nacional¹⁴² de partilha dos valores do tradicionalismo histórico e cristão. A socialização das crianças operava-se através da participação em práticas performativas, de carácter ritualista, que iriam determinar a forma como futuramente agiriam e se integravam na sociedade¹⁴³.

O controlo do professorado também se intensificou e a Base V da Lei n.º 1941, de 1936, era seu testemunho. Determinava-se que na seleção dos agentes de ensino fosse tido em consideração, em primeiro lugar, a sua cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional, subalternizando-se a sua preparação científica¹⁴⁴. O exercício do magistério primário passou a estar dependente da conduta moral dos docentes¹⁴⁵. O controlo da DGEP ultrapassava a prática pedagógica e abrangia cada vez mais a esfera privada dos docentes¹⁴⁶. No seguimento dessa política de controlo, o Ministro encerrou as Escolas do Magistério com o argumento da existência de um número excessivo de professores¹⁴⁷.

¹⁴⁰ Intervenção do Deputado Querubim Guimarães. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 74, 7 de fevereiro de 1936, p. 420.

¹⁴¹ *Escola Portuguesa*, 8 de setembro de 1938, 542.

¹⁴² Para Maria Isabel João, as comemorações procuram criar um ambiente de unanimidade e a difusão de noções e de imagens que permitem aos indivíduos e grupos reconhecerem-se como pertencentes a uma comunidade. Ver a esse propósito João, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemoração em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 615.

¹⁴³ Ver sobre a socialização o trabalho de Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXI, 124. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9864.pdf> (5 mai. 2013).

¹⁴⁴ Lei n.º 1941 de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936, p. 412.

¹⁴⁵ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

¹⁴⁶ Ver o tratamento da questão do professor como um exemplo de moralidade no capítulo V.

¹⁴⁷ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

As novas bases do ensino primário elementar foram estabelecidas em finais de novembro de 1936. Nos discursos legais dessa reforma educativa criticava-se o estéril enciclopedismo da escola e definia-se que o ensino devia ser orientado por um ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.

O ensino primário funcionava sob o princípio da separação de sexos. Para a uniformização da população escolar impôs-se o livro único e a inscrição obrigatória na MP. Os postos de ensino, embora convertidos a postos escolares, eram definidos como a “escola aconchegada da terra pequenina” regida por pessoas com idoneidade comprovada¹⁴⁸. Em 1940, os regentes escolares correspondiam já a 22% dos agentes de ensino em provimento e estavam já abertos 2771 postos¹⁴⁹.

No final do mês de março de 1937, os programas do ensino primário sofreram nova revisão¹⁵⁰. Mantinha-se o princípio que à escola primária apenas competia fornecer um grau de cultura elementar e formar a personalidade moral dos alunos. Defendia-se que o professor deveria valorizar o meio local e que o ensino da Geografia e da História serviria para fornecer exemplos de patriotismo e de virtude moral e cívica. Essas disciplinas, no entanto, já não constavam do currículo, mas salientava-se que essa situação não implicava o seu esquecimento, pois os seus conteúdos deveriam ser abordados pelos professores no quotidiano escolar¹⁵¹.

O ministério argumentava que os programas eram demasiados áridos e determinava que competia aos professores a responsabilidade do seu desenvolvimento, por forma a inculcar nos seus alunos os princípios orientadores do Estado Novo: “Deus, Pátria e Família”. Pretendia-se que a escola salazarista, por oposição à neutralidade e laicidade da escola republicana, fosse afirmativa, “quer em matéria política, quer em matéria religiosa”¹⁵².

¹⁴⁸ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936, p. 1510.

¹⁴⁹ *Estatísticas da Educação 1940-1941*, 1942, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

¹⁵⁰ Decreto n.º 27603, de 29 de março de 1937. *Diário do Governo* n.º 72, I Série, de 29 de março de 1937.

¹⁵¹ Nos Livros de Leitura da 3ª e 4ª classes existiam várias referências à História de Portugal.

¹⁵² AHME, DGEP, Caixa 39-1408. O inspetor José Pires Antunes fez uma conferência sobre Interpretação dos programas para professores da Direção do Distrito Escolar de Castelo Branco (documento sem número).

Competia-lhe a formação das futuras gerações de cidadãos obedientes, e “respeitadores dos seus deveres” perante o Estado-Nação¹⁵³.

A inspetora orientadora Áurea Amaral definia, num editorial da *Escola Portuguesa*, o conceito de obediência que se pretendia implementar. Na sua ótica, obedecer significava saber cumprir mediante o reconhecimento da superioridade moral de quem mandava, atitude que permitiria aperfeiçoar a personalidade da mocidade¹⁵⁴. A apologia da superioridade moral do chefe e do seu espírito de sacrifício pela Pátria foram uma constante nas páginas da *Escola Portuguesa* e nos discursos da administração escolar.

A escola, como sagrada oficina das almas, procedia à modelagem das crianças através dos professores que deveriam funcionar como agentes propagandísticos do regime. A implementação desses programas, cada vez mais simplificados na forma e no conteúdo, levou a que administração escolar equacionasse a importância da orientação dos professores¹⁵⁵. A lecionação dos programas implicava necessariamente, de acordo com a DGEP, uma “unidade de pensamento do corpo docente”¹⁵⁶, para que todos aplicassem de forma padronizada o projeto pedagógico e ideológico do regime. A solução encontrada consistiu em palestras, feitas por funcionários superiores da DGEP, nomeadamente inspetores, nas conferências pedagógicas e cursos de aperfeiçoamento para os agentes de ensino¹⁵⁷.

A administração escolar, em 1938, deu grande relevo às comemorações do décimo aniversário de Salazar na pasta das Finanças. As comemorações desse aniversário, sobre a forma de atividades festivas ou de palestras¹⁵⁸, eram uma forma de motivação ideológica dos portugueses, alertando-os para os benefícios do regime em oposição à democracia e ao comunismo.

Os quadros da Lição de Salazar, comemorativos do seu décimo aniversário no governo, passaram a marcar presença na sala de aula¹⁵⁹. Essas lições foram divulgadas através da

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ *Escola Portuguesa*, n.º 54, ano II, 24 de outubro de 1935, 1.

¹⁵⁵ Ver a esse propósito o capítulo IV.

¹⁵⁶ AHME, DGEP, Caixa 39-1408. O inspetor José Pires Antunes fez uma conferência sobre Interpretação dos programas para professores da Direção do Distrito Escolar de Castelo Branco (documento sem número).

¹⁵⁷ Ver a esse propósito o capítulo IV.

¹⁵⁸ Em 1939, no XI aniversário, o MEN determinava que os professores fizessem uma palestra aos alunos sobre Salazar e a sua ação pela Nação.

¹⁵⁹ O aniversário era comemorado no dia 27 de abril, dia em que passou a exercer a pasta das Finanças.

*Escola Portuguesa*¹⁶⁰ que publicou informação explicativa de cada quadro destinada aos agentes de ensino. Esses quadros deveriam ser usados como centros de interesse, segundo a pedagogia de Decroly, nas várias disciplinas que integravam o currículo do ensino primário¹⁶¹, e caberia ao professor usá-los para propagandear as obras realizadas pelo Estado Novo.

A *Lei de Bases do Ensino Primário* foi publicada nesse ano, no mês de maio¹⁶². Nessa lei mantinha-se a orientação nacionalista e moralizadora do ensino. O ensino primário compreendia os graus elementar e complementar. O primeiro era composto por três anos e o segundo por dois.

Na Base IV desse diploma legal determinava-se que o Estado se comprometia a criar, a curto prazo, uma rede escolar que permitisse a todos os portugueses cumprirem a obrigatoriedade do ensino elementar. A gratuidade abrangia apenas os pobres, sem que se definisse quais os requisitos para se beneficiar dessa isenção. Foram instituídas bolsas de estudo para alunos pobres “muito bem dotados moral e intelectualmente”¹⁶³. Os que não o fossem pagavam uma propina, segundo a Base X da lei, sendo o seu valor variável e calculado com base na situação económica e encargos familiares. Nas palavras de Salazar, num discurso de natureza economicista, era graças aos que pagavam a educação dos filhos que as “luzes da instrução” chegavam a toda a parte¹⁶⁴.

Defendia-se que o ensino devia ser prático, ideia que já constava dos normativos em vigor no período republicano, intuitivo e não memorista, porque a maioria das crianças não prosseguia estudos e, como referia o inspetor principal António Leal, na *Escola Portuguesa*, “nunca mais lêem nada” depois de abandonarem a escola¹⁶⁵.

À medida que os princípios pedagógicos da *Educação Nova* foram integrados no regime, sobretudo na década de 50, predominava a defesa de um ensino baseado em centros de

¹⁶⁰ Ver a título de exemplo o número da *Escola Portuguesa*, n.º 183, 27 de abril de 1938.

¹⁶¹ Os centros de interesse foram criados pelo médico belga Decroly. Eram uma estratégia pedagógica que considerava que os temas não deviam ser apresentados por disciplinas. A criança devia partir do presente para o passado e do concreto para o abstrato. O professor usava os quadros da *Lição do Salazar* para despertar o interesse da criança para a aprendizagem, e a partir dessas lições podiam realizar-se aprendizagens em todas as áreas que integravam o currículo. Era um método global.

¹⁶² Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

¹⁶³ Base X da Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

¹⁶⁴ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 31.

¹⁶⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 7, 22 de novembro de 1934, 109-110.

interesse da “vida real da criança”, porque se considerava que a abstração era uma operação difícil para a maioria das crianças da escola primária¹⁶⁶.

A redução do analfabetismo, grande combate dos governos republicanos, não alcançou os resultados que se esperava. Em 1930 a taxa de analfabetismo situava-se nos 62%¹⁶⁷. A maioria dos discursos, políticos e da imprensa, responsabilizava os pais, por não considerarem importante a alfabetização dos filhos. Na realidade, a sua situação económica era responsável pela frequência irregular das crianças, situação reportada em relatórios de inspeções e em textos da imprensa que atribuíam a frequência irregular ao seu desvio para os trabalhos agrícolas¹⁶⁸.

A *Federação Escolar*, em 1934, referia que as penalizações em vigor não conseguiam contrariar a tendência de utilização das crianças em “trabalhos pesados, superiores quantas vezes às suas forças”¹⁶⁹. Apesar do apoio dos professores, que chegavam a comprar material escolar para alunos, a pobreza das famílias, sobretudo nas zonas rurais, falava mais alto e o argumento que os docentes ouviam dos pais era que o “saber ler não dava pão”¹⁷⁰.

O debate sobre a alfabetização dividia as personalidades ligadas ao poder político. O médico e diretor geral da saúde escolar, Serras e Silva, apontava duas grandes causas responsáveis pelo analfabetismo: as dificuldades económicas e o “desleixo”¹⁷¹. Numa entrevista de Salazar a António Ferro, em 1932, ficou claro que o chefe defendia que os portugueses deveriam saber ler e escrever. A melhor forma de doutrinar as massas era através da escola primária, onde se fornecia conhecimentos mínimos e se promovia a sua inculcação ideológica. A solução encontrada para a expansão da rede escolar foram os postos de ensino, onde o agente de ensino trabalhava a troco de uma “pequena

¹⁶⁶ AHME, DGEP, Caixa 39-1408. O Inspetor António Dias de Serras Pratas fez uma conferência sobre Interpretação dos programas para professores da Direção do Distrito Escolar de Castelo Branco no dia 12 de maio de 1951 (documento sem número).

¹⁶⁷ *Estatísticas da Educação 1952-1953*, 1954, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶⁸ A frequência irregular motivada pelo trabalho dos campos era uma prática que se manteve ao longo do período considerado. Durante a Segunda Guerra Mundial, a exploração do volfrâmio também provocou essa irregularidade, como se pode ver por exemplo no jornal *O Educador*, n.º 472, 1 de fevereiro de 1942, 1.

¹⁶⁹ *Federação Escolar*, n.º 339, 5 de setembro de 1934, 1.

¹⁷⁰ *Federação Escolar*, n.º 339, 5 de setembro de 1934, 1.

¹⁷¹ ANTT, AO/CO/ED – 1G. Correspondência sobre a reforma do ensino primário, 1ª subdivisão. Parecer da XVII secção sobre a proposta de lei que reforma o ensino primário. Papel da Direcção Geral de Saúde Escolar de 14 de dezembro de 1937. Fólio 155.

gratificação”, o que significava sem gastos excessivos, nas “povoações escondidas e inacessíveis do país”¹⁷².

Em 1935, um parecer da Câmara Corporativa sobre a cultura popular considerava que a extinção do analfabetismo era “uma necessidade que se impunha à Nação”¹⁷³ e defendia-se que ensinar a ler era criar riqueza. Responsabilizava-se a família pela matrícula e frequência escolar e cumpria ao Estado abrir e manter escolas e postos de ensino que possibilitassem a educação das crianças.

Perante a possibilidade de adoção de medidas coercivas em relação aos encarregados de educação que não respeitassem a obrigatoriedade do ensino¹⁷⁴, a Câmara argumentava que existiam, no entanto, restrições à sua aplicação. Defendia-se que os pais só poderiam cumprir o seu dever se existissem escolas, mas que eles precisavam de ter condições económicas para enviar as crianças para escolas distantes da área de residência. Argumentava-se que em algumas zonas existiam muitas crianças que faziam “longas marchas diárias, com frio e fome” para estudar¹⁷⁵.

No discurso de tomada de posse, Carneiro Pacheco deixou bem claro que a preparação dos portugueses era insuficiente, porque não conseguiam acompanhar espiritualmente o ritmo de trabalho do Estado Novo. A criação de uma escola de massas foi implementada pela sua reforma, embora não conseguisse abranger a totalidade da população escolar, dado que a taxa de analfabetismo em 1940 ainda se situava nos 49%¹⁷⁶.

Em novembro de 1937 iniciou-se o debate sobre a proposta de lei de reforma do ensino primário na Assembleia Nacional. Na Assembleia e na imprensa de educação, caso do jornal *Educação Nacional*, elogiava-se o Ministro e acentuava-se a ideia que o ensino primário elementar se baseava no “saber ler, escrever e contar” como habilitação suficiente para a maioria dos portugueses¹⁷⁷.

¹⁷² Ferro, A. (2007). 4ª Entrevista, A poesia dos números. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, p. 71.

¹⁷³ Parecer da Câmara Corporativa sobre o Projecto de lei n.º 22. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 24, 9 de março de 1935, p. 462.

¹⁷⁴ Proposta de imposição de uma taxa sobre os iletrados com idades compreendidas entre os 12 e os 50 anos.

¹⁷⁵ Parecer da 16ª secção sobre a proposta de substituição ao Projecto de lei n.º 22. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 40, 3 de abril de 1935, p. 826.

¹⁷⁶ *Estatísticas da Educação 1952-1953, 1954*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

¹⁷⁷ *Educação Nacional*, n.º 6, 3 de abril de 1938, 1.

Os deputados consideravam que a proposta de lei prosseguia e concretizava o plano da reforma iniciada por Cordeiro Ramos. A deputada Maria Guardiola defendia que a reforma de 1936 ia mais longe para responder às exigências do presente¹⁷⁸. Essas exigências refletiam a conjuntura internacional e o deputado Marques de Carvalho saudava o Ministro, indicando como responsável pelo desenvolvimento de uma formação nacionalista protetora “dos funestos estragos dos ventos de Moscovo”¹⁷⁹.

O ensino primário republicano era considerado, pelos deputados, enciclopédico e dotado de um plano de estudos impreciso e utópico¹⁸⁰. Reconhecia-se que os pequenos passos no bom sentido foram dados já no período da Ditadura Militar, mas argumentava-se que o plano de estudos da escola primária, durante esse período era ainda marcado pelo exagero dos conteúdos programáticos¹⁸¹.

Apresentavam-se os fatores responsáveis pelo índice do analfabetismo e o fraco rendimento escolar. A deficiência da rede escolar era apontada como um dos obstáculos, tendo em consideração o regime educativo de separação de sexos. Argumentava-se que não se pretendia resolver o problema à custa do aumento do número de alunos por turma. No último quartel do século XIX, a reforma de 1878 estabelecia o valor máximo por sala de aula de 119 alunos e o valor mínimo em 80. A partir de então, o número foi reduzido para 89 e 50 em 1901, 79 e 40 em 1911, 36 em 1919, 59 e 30 em 1927 e 79 e 40/45 em 1931¹⁸².

Esses valores, no quotidiano escolar, correspondiam a salas de aula que não tinham mesas e cadeiras suficientes para todos os alunos, questão comprovada através de textos da imprensa da educação e de relatórios de inspetores. A realidade do número excessivo de alunos e a presença de alunos de vários níveis na mesma sala de aula colocava obstáculos à aplicação de métodos pedagógicos modernos, como era o caso da metodologia globalística de Decroly, e era um dos fatores responsáveis pelos fracos resultados escolares de alguns alunos.

¹⁷⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 74, 7 de fevereiro de 1936, p. 418.

¹⁷⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 74, 7 de fevereiro de 1936, p. 417.

¹⁸⁰ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 14.

¹⁸¹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 15.

¹⁸² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 16.

Aos problemas causados pelo número de alunos acrescia o facto da obrigatoriedade de ensino apenas abranger as crianças que residiam a um raio de distância de 3 km da escola mais próxima. A solução para esses problemas levou Cordeiro Ramos a criar os postos de ensino, em 1931, que em 1936 passaram a postos escolares.

As deficientes instalações existentes por todo o país e a falta de material didático¹⁸³ também eram considerados responsáveis pela frequência irregular. O encerramento de escolas pela sua deterioração levou a que, em outubro de 1937, se autorizasse, a título provisório, o funcionamento de 2 lugares na mesma sala de aula, em regime de desdobramento¹⁸⁴.

Outros motivos apontados como condicionantes desses resultados menos satisfatórios prendiam-se com a assiduidade e pontualidade irregulares dos docentes, situação que podia ser comprovada através dos relatórios de atividades inspetivas e de processos instaurados a professores¹⁸⁵. A falta de residência para a instalação dos professores também era apontada, pelos deputados, como prejudicial ao sucesso escolar¹⁸⁶. Muitos professores chegavam atrasados devido aos horários dos transportes. Defendia-se que a solução passava pela reserva nas aldeias de uma casa para a residência do professor, embora não se dispensasse os docentes do pagamento da respetiva renda¹⁸⁷.

Outro fator indicado como responsável pela taxa de analfabetismo era a falta de agentes de ensino e de um grupo elevado se encontrar de licença¹⁸⁸, carência que era noticiada regularmente na imprensa da educação. Essa referência era contraditória com o argumento ministerial de excesso de docentes com que tinha sido justificado, em 1936, o encerramento das escolas de formação de professores, como já fizemos referência. O seu encerramento enquadrava-se numa estratégia de controlo e de remodelação das escolas e não se relacionava com números.

¹⁸³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 17.

¹⁸⁴ Dois professores na mesma sala. Uma classe no período da manhã e outra no período da tarde. Essa autorização foi concedida pelo Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

¹⁸⁵ Ver no capítulo VI os processos instaurados por incumprimento dos deveres profissionais.

¹⁸⁶ Ver a esse respeito o Anexo D, p. 499.

¹⁸⁷ Existiam vários textos na imprensa pedagógica, caso dos jornais *Federação Escolar*, o *Educador* e *Educação Nacional*, que referiam que o ordenado do professor tornava difícil o pagamento da renda de casa.

¹⁸⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 17.

A redução do horário letivo, a duração das férias escolares e a interrupção das aulas à 5ª feira eram também considerados, pelos deputados, como causas do fraco rendimento escolar. Essa interrupção durante a semana terminou em outubro de 1937, e determinou-se que o sábado de manhã passaria a estar apenas reservado a atividades ligadas à educação moral e física¹⁸⁹. Essa alteração foi motivo de protestos na imprensa, caso da *Federação Escolar*, uma vez que deixava os professores sem nenhum dia útil para tratarem de assuntos ligados à sua vida profissional e pessoal.

Os deputados apresentaram uma proposta de lei, em 1937, para a resolução do problema da educação popular e o combate ao analfabetismo¹⁹⁰. O país devia ser dotado com urgência de uma rede escolar que assegurasse o ensino primário elementar a todas as crianças. Defendia-se a necessidade de se proceder à reparação dos edifícios já existentes sobre princípios estipulados pela administração escolar, sendo uma obra a cargo dos municípios. A existência de escolas devia ser acompanhada de um programa de formação de docentes que os preparasse para a sua missão educativa¹⁹¹.

A expansão da rede escolar e a diminuição da taxa de analfabetismo eram entendidas como fatores facilitadores da fixação da população e desencorajadores do êxodo rural. O ensino devia estar ligado à terra e dar aos jovens meios que lhes permitissem valorizar a sua localidade e os desencorajassem de aspirar por uma vida citadina, local apontado como cheio de vícios e de escassez de trabalho¹⁹². Essa valorização era expressa em textos do livro único, que deviam ser lidos e interpretados na sala de aula. No boletim *Escola Portuguesa*, em vários apontamentos de didática, apresentavam-se planos de aula apologeticos das virtudes da vida e do trabalho rural.

A diminuição da taxa de analfabetismo dependia da existência de escolas para abranger todas as crianças. Em 1935, com Eusébio Tamagnini, iniciou-se um trabalho de recenseamento para a identificação do número global de crianças em idade escolar¹⁹³. Com base nesses resultados, Carneiro Pacheco publicou a Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938, que preconizava a criação urgente de uma rede escolar¹⁹⁴. Definia-se que em cada freguesia

¹⁸⁹ Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

¹⁹⁰ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937.

¹⁹¹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de novembro de 1937, p. 31.

¹⁹² *Escola Portuguesa*, 16 de abril de 1936, 176-178.

¹⁹³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 95, de 12 de dezembro de 1940, p. 144.

¹⁹⁴ *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

deveria existir uma escola elementar e os postos escolares, nos meios rurais, que se justificassem, tendo em consideração os números mínimos de frequência. As escolas complementares deveriam existir nos concelhos que se considerassem suficientes e localizar-se-iam onde fosse mais conveniente para a população escolar interessada na sua frequência.

A expansão da rede escolar dependia da existência de professores em número suficiente, num período em que as Escolas do Magistério se encontravam encerradas, e de instalações. Para o efeito foi criada uma comissão de estudo no MEN para a organização da rede escolar.

Nesse mesmo ano, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações publicou um diploma legal através do qual se disponibilizava uma verba de 2500 contos, cabendo igual valor aos municípios, para finalizar os edifícios escolares que se encontrassem em avançado estado de construção¹⁹⁵. Ficou ainda decidido que não seriam construídas novas escolas enquanto não fosse aprovado, pelo governo, o plano geral das novas construções para o ensino primário.

Em 1940, as Comemorações do Duplo Centenário e a Exposição do Mundo Português, eram vivenciadas de modo especial no espaço escolar, promovendo-se a semana do professor na exposição¹⁹⁶, tendo sido publicados vários textos propagandísticos no boletim *Escola Portuguesa* sobre a exposição e seu significado ideológico. O Ministro, no discurso de recepção aos professores de visita à exposição, a 27 de setembro de 1940, apelava à adesão do professorado porque só assim seria possível formar a “mocidade no ambiente nacionalista respirado pela nossa História”¹⁹⁷.

Carneiro Pacheco abandonou a pasta da educação, nos finais de agosto de 1940, e passou a exercer funções de embaixador extraordinário e plenipotenciário no Vaticano. Sucedeu-lhe Mário de Figueiredo, professor universitário em Coimbra, antigo colega de Salazar no seminário de Viseu e seu conselheiro¹⁹⁸. A partir do ano de 1937, Mário de Figueiredo

¹⁹⁵ Decreto-lei n.º 29011, de 19 de setembro de 1938. *Diário do Governo* n.º 218, I Série, de 19 de setembro de 1938.

¹⁹⁶ A título de exemplo refere-se a *Escola Portuguesa*, 19 de dezembro de 1940, 197-198.

¹⁹⁷ *Revista dos Centenários*, n.º 22, 31 de outubro de 1940, 11.

¹⁹⁸ Telo, A. J. (1996). Figueiredo, Mário (1890-1969). In F. Rosas & J. M. B. Brito (Dir.). *Dicionário da História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 710-711). Venda Nova: Bertrand Editores.

dirigiu, conjuntamente com Teixeira de Sampaio, as negociações que culminaram na assinatura da Concordata com a Santa Sé.

O Ministro foi responsável pela criação da Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. Esse organismo era, para além da MP, responsável pela orientação e promoção da educação física do povo português¹⁹⁹.

A Mário de Figueiredo se deveu, em 1942, a reabertura das Escolas do Magistério Primário, remodeladas, disciplinadas e com direções da confiança do ministério²⁰⁰. O processo formativo foi simplificado e encurtado para ir de encontro aos objetivos do ensino primário elementar²⁰¹. Essa simplificação suscitou críticas na Assembleia Nacional, como foi o caso do deputado Nunes de Figueiredo, por se considerar que os alunos recém-formados não estavam preparados para o exercício do magistério²⁰².

A realização do Plano dos Centenários, programa responsável pela construção de uma rede escolar, foi da sua responsabilidade e teve início no ano de 1941²⁰³. O Ministério das Finanças, em dezembro de 1940, determinava que se iniciaria, no ano seguinte, a execução do plano geral da rede escolar ou dos Centenários, estabelecendo-se o número, localização e a tipologia de escolas a construir²⁰⁴. Os edifícios escolares do Plano dos Centenários tinham todos a mesma planta e podiam destinar-se a um sexo ou aos dois, com a devida separação²⁰⁵.

O diretor-geral dos edifícios e monumentos nacionais, o Engenheiro Duarte Pacheco, enviou ordens, no último trimestre de 1941, para que as quatro direções regionais de edifícios procedessem à rápida construção de 50 edifícios²⁰⁶. Em abril de 1943 foi

¹⁹⁹ Decreto-lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

²⁰⁰ Decreto n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

²⁰¹ Ver a questão da formação de professores no capítulo III.

²⁰² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 59, de 29 de novembro de 1946, p. 25.

²⁰³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 95, de 12 de dezembro de 1940, p. 144.

²⁰⁴ Art.º 7º da Lei n.º 1985, de 17 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 292, I Série, de 17 de dezembro de 1940.

²⁰⁵ A construção das escolas, sempre que possível, deveria obedecer às seguintes normas: prédios e recreios independentes para a separação dos sexos, sala de aula próxima do recreio, mínimo de alunos em cada sala, ginásios cobertos com a dupla função de servirem de cantinas e terreiros para recreio e exercícios da Mocidade Portuguesa. Ver a esse respeito *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 95, de 12 de dezembro de 1940, p. 145.

²⁰⁶ Cada direção devia identificar as localidades onde as escolas eram mais necessárias, com base em critérios previamente estabelecidos: os números do recenseamento escolar de cada localidade, o mau estado das

publicada pela comissão de revisão da rede escolar o número de salas a construir e, no ano seguinte, iniciou-se a primeira fase da construção que consistiu na edificação de 561 escolas com 1250 salas de aula.

Durante o seu mandato, o ministério procedeu à suspensão, demissão e aposentação de professores universitários, como Jaime Cardoso de Gouveia e José Vilhena Barbosa de Magalhães²⁰⁷.

José Caeiro da Mata sucedeu-lhe, em setembro de 1944, e ocupou a pasta da Instrução até ao dia 6 de fevereiro de 1947, donde saiu para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Era licenciado em Direito e foi professor universitário em Coimbra e em Lisboa, reitor da Universidade de Lisboa, entre 1929 e 1933, e presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, entre 1926 e 1936.

O final da guerra conduziu a que Salazar procurasse adaptar o regime à realidade, política e económica do pós-guerra²⁰⁸, e, por isso, não era de estranhar que não se assistisse a grandes alterações na política educativa. Durante o mandato de Caeiro da Mata desenvolveu-se uma nova depuração de docentes universitários com a instauração de processos disciplinares, em 1946, a Bento de Jesus Caraça²⁰⁹ e Mário Azevedo Gomes²¹⁰, e a sua demissão em outubro desse ano.

Caeiro da Mata solicitou provavelmente a Salazar a sua saída do governo, perante as críticas à sua atuação, e o Presidente do Conselho, em alternativa, ter-lhe-ia proposto a pasta dos Negócios Estrangeiros²¹¹. Foi substituído no contexto de uma remodelação ministerial, em 1947, por Fernando Pires de Lima, professor de Direito da Universidade de Coimbra e procurador, desde 1942, da Câmara Corporativa²¹².

escolas existentes, questões relacionadas com a aquisição de terrenos e os materiais de construção, e a falta de condições para a separação da população escolar por sexos.

²⁰⁷ Aposentado compulsivamente.

²⁰⁸ Ver a esse propósito o capítulo VI.

²⁰⁹ O pretexto para a instrução do processo relacionava-se com a autoria do Manifesto do MUD relativo à admissão de Portugal nas Nações Unidas.

²¹⁰ Subscritor do Manifesto do MUD relativo à admissão de Portugal nas Nações Unidas.

²¹¹ França, J. A. (2012). *O «Ano XX» Lisboa 1946. Estudo de Factos Socioculturais*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 161.

²¹² Braga, P. D. (2010). Os Ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma função. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 16, 22-24.

O Plano de Educação Popular e a resposta ao atraso cultural

Com Pires de Lima, a administração escolar procurou adaptar-se às mudanças económicas e sociais do pós-guerra. O atraso cultural português era uma realidade. A taxa de analfabetismo tinha descido na década de 1940, mas a um ritmo mais lento do que na década anterior. Em 1930, a taxa situava-se nos 62%, desceu para 49% em 1940 e atingiu os 40% em 1950²¹³. O relatório da UNESCO, publicado em 1957, sobre a iliteracia mundial em meados do século XX, confirmava a situação periférica do nosso país. A taxa de analfabetismo da população portuguesa era bastante alta quando comparada com a de outros países, como era o caso da Bélgica, em 1950, somente com 3%²¹⁴.

O novo rumo da economia portuguesa, que começava a delinear-se, valorizava a indústria como motor de desenvolvimento e isso trazia implícito a necessidade de mão de obra qualificada. A educação precisava de responder aos novos desafios do mercado, e a solução passava por alfabetizar, reformar o ensino técnico e reforçar o ensino secundário²¹⁵.

O problema do analfabetismo era reconhecido pelo ministério, embora se defendesse que o Estado tinha vindo a desenvolver, desde 1930, uma política educativa que visava a sua resolução. Reconhecia-se, no entanto, que o Plano dos Centenários ainda não tinha conseguido realizar o total da obra proposta, mas destacava-se o trabalho realizado até ao momento que tinha permitido a construção de 1390 edifícios novos, com um total de 2883 salas de aula²¹⁶.

Ao nível do ensino primário, em 1947, foram criadas bibliotecas junto das escolas primárias, cujo funcionamento era da responsabilidade dos docentes. Argumentava-se que

²¹³ *Estatísticas da Educação 1952-1953*, 1954, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

²¹⁴ *World illiteracy at mid-century. A statistical study*. 1957. Paris: Organização das Nações Unidas, p. 33.

²¹⁵ A resposta à necessidade de qualificação levou à reforma do ensino técnico profissional em 1947 e procedeu-se a uma reforma do ensino liceal, justificada pela necessidade de coordenação com o ensino técnico. O ensino técnico foi estruturado em dois graus. O primeiro correspondia a um ciclo preparatório elementar. O segundo grau correspondia a cursos de aprendizagem, para formação e aperfeiçoamento profissional. Decreto n.º 36356, de 18 de junho de 1947. *Diário do Governo* n.º 138, I Série, de 18 de junho de 1947. O ensino liceal dividia-se em três ciclos de escolaridade, os dois primeiros com um programa de formação geral, e um terceiro ciclo com diferentes disciplinas de acordo com o curso superior a que se destinavam os alunos. Decreto n.º 36507, de 17 de setembro de 1947. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, 1º Suplemento, de 17 de setembro de 1947.

²¹⁶ Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952, p. 1069.

as crianças precisavam de exercitar a leitura, senão não valia de nada aprenderem a ler, e para isso precisam de ter acesso a livros²¹⁷.

No ano de 1952, o Plano de Educação Popular dava início a uma reforma educativa centrada no combate ao analfabetismo. A apresentação desse plano, apesar de manter a doutrinação nacionalista e moralizadora, anunciava uma Série de medidas de promoção da alfabetização de crianças, adolescentes e adultos iletrados²¹⁸.

Essas medidas de combate ao analfabetismo foram bem-recebidas na Assembleia Nacional, recebendo elogios de deputados, como Maria Guardiola e Melo e Castro. No Plano mereciam destaque, segundo os deputados, o alargamento do período de frequência da escola para as crianças sem exame da 3ª classe, o desenvolvimento da ação social escolar, através da expansão das cantinas e das caixas escolares, e o agravamento do sistema repressivo de transgressões da lei da obrigatoriedade escolar²¹⁹.

O diploma legal que introduziu o Plano Educação Popular, manteve a escolaridade obrigatório no ensino elementar, para crianças entre os sete anos e menores de treze, deixando ainda de parte a quarta classe.

Apontava-se, na lei, que a causa principal do analfabetismo era a falta de assiduidade ou de matrícula das crianças. Para que o plano resultasse era necessário resolver esses problemas, com a imposição de métodos repressivos, em caso de necessidade, para estimular a instrução, como multas e a suspensão do abono de família por seis meses. Os professores eram até então responsabilizados pela frequência irregular dos seus alunos e penalizados por isso pelo ministério, com a instauração de processos para apurar as causas da fraca assiduidade, e por alguns pais que não concordavam com o sistema de cobrança de multas.

A novidade era a passagem dessa cobrança para as direções dos distritos escolares. O decreto estipulava a cobrança de multas pecuniárias, até ao montante máximo de 500 escudos, para os encarregados de educação que não assegurassem o cumprimento da escolaridade obrigatória dos seus educandos. O não pagamento era considerado

²¹⁷ Decreto-lei n.º 36147, de 5 de fevereiro de 1947. *Diário do Governo* n.º 29, I Série, de 5 de fevereiro de 1947.

²¹⁸ Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952.

²¹⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 159, de 5 de novembro de 1952, pp. 887-890.

transgressão pelo tribunal e dava direito a prestações de trabalho em obras públicas ou penas de prisão²²⁰.

Outra medida tomada, no contexto do combate ao analfabetismo, foi a proibição das entidades patronais, do comércio e da indústria, de admitirem menores de 18 anos sem aprovação no exame do ensino primário elementar.

A alfabetização dos adultos desenvolveu-se por duas vias: os cursos noturnos e a Campanha Nacional para a Educação dos Adultos. Os programas lecionados, em ambas as vertentes, correspondiam aos do ensino primário elementar.

Os cursos noturnos passaram a funcionar em dois regimes, diurno e noturno. A introdução do regime diurno era considerada indicado para as raparigas e mulheres analfabetas, uma vez que se considerava que a frequência noturna era desaconselhável para o género feminino²²¹.

O calendário escolar, que marcava o início de funcionamento dos cursos, determinava o seu arranque a 1 de novembro e o seu fim no dia 31 de maio. Esses cursos podiam ser lecionados, por professores e regentes. A gratificação de leção dos cursos de adultos deixou de ser diferenciada²²², de acordo com a zona geográfica e a categoria profissional, porque se pretendia fomentar a criação de cursos nas zonas rurais²²³.

O ministério procurou o apoio dos grupos económicos e sociais, para que cedessem instalações e apoiassem o seu funcionamento²²⁴. No entanto, o Estado podia obrigar as entidades patronais com mais de 20 assalariados nos quadros permanentes, sem a habilitação da terceira classe e de idade inferior a 35 anos, a fornecerem instalações para o funcionamento de um curso.

A preocupação com o número elevado de iletrados, adolescentes e adultos, levou à criação, da Campanha Nacional de Educação de Adultos, que teve como grandes mentores e

²²⁰ Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952, p. 1071.

²²¹ Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952, p. 1078.

²²² Ver os vencimentos dos docentes no capítulo III.

²²³ A gratificação paga aos professores era de 250\$00 em Lisboa e Porto, 200\$00 nas capitais de distrito e 180\$ nas restantes localidades. Os regentes recebiam 10\$00.

²²⁴ Esse normativo foi regulamentado Decreto n.º 38969, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952.

impulsionadores os Subsecretários de Estado da Educação, Veiga de Macedo²²⁵ e Baltazar Rebelo de Sousa²²⁶.

A Campanha abrangia analfabetos com idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos, a quem se procurava fornecer os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo de forma a contribuir para a educação geral do povo. O pessoal docente era composto por voluntários que podiam ser professores, regentes ou pessoas com competência pedagógica e idoneidade moral. Todos receberiam uma gratificação por cada iletrado que obtivesse aprovação no exame do ensino primário elementar. No caso de serem agentes de ensino, os docentes ainda tinham direito ao aumento de meio valor na sua classificação profissional, por cada dez analfabetos que obtivessem aprovação.

O período previsto para o desenvolvimento da campanha foram os anos de 1953 e 1954, mas acabou por ser prolongada até 31 de dezembro de 1956²²⁷. Os resultados positivos na alfabetização justificavam, segundo o ministério, a sua prorrogação, uma vez que o saldo até ao momento tinha consistido na aprovação de 87918 adultos no exame da terceira classe²²⁸.

Para o desenvolvimento dessa política sentiu-se necessidade de remodelar a orgânica da DGEP, para que acompanhasse a crescente extensão e complexidade dos problemas pedagógicos, didáticos e administrativos da escola primária²²⁹.

No mandato de Pires de Lima assistiu-se a uma nova vaga de depurações políticas, entre 1947 e 1950, de professores de vários níveis de ensino, por críticas ao governo, adesão ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e ao partido comunista, e pela participação na campanha eleitoral de Norton de Matos.

Em julho de 1955, Pires de Lima foi substituído pelo Engenheiro Pinto Leite. O Ministro continuou a política do seu antecessor no sentido da escolarização da população e de combate ao analfabetismo. Foi o primeiro Ministro proveniente da Universidade Técnica e

²²⁵ Licenciado em Direito. Foi subsecretário de Estado da Educação Nacional entre 1949 e 1955.

²²⁶ Licenciado em Medicina. Médico, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e Deputado à Assembleia Nacional. Subsecretário de Estado da Educação Nacional entre maio de 1955 e maio de 1961.

²²⁷ Decreto n.º 4011, de 30 de dezembro de 1954. *Diário do Governo* n.º 291, I Série, de 30 de dezembro de 1954, p. 1652.

²²⁸ Decreto n.º 4011, de 30 de dezembro de 1954. *Diário do Governo* n.º 291, I Série, de 30 de dezembro de 1954.

²²⁹ Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952, p. 1081.

o segundo Engenheiro no cargo, depois de Duarte Pacheco. A necessidade da educação dar resposta às carências do mercado de trabalho foi um dos principais objetivos da política educativa desse Ministro.

Leite Pinto assumiu a continuidade da política delineada pelo Plano de Educação Popular através da ampliação e reforço do regime de obrigatoriedade do ensino primário elementar²³⁰. Considerava que o plano de combate ao analfabetismo tinha de ser uma iniciativa permanente do MEN. Prova do sucesso dessa política era, na sua ótica, a descida da taxa de crianças dos 7 aos 11 anos não alfabetizadas de 20% em 1950 e estimada em 1% para 1955²³¹.

Decretou-se durante o seu mandato a obrigatoriedade de frequência da 4ª classe, embora apenas para o sexo masculino, medida que só em 1960 seria extensível ao sexo feminino²³². Para fomento da frequência preconizava-se o transporte gratuito ou com redução de preços, a acordar com as empresas concessionárias dos serviços públicos de transportes coletivos, dos menores que, residindo a mais de 3 km de qualquer escola ou com incapacidade física, não pudessem percorrer a pé esses caminhos. Para assegurar o ensino às crianças residentes em lugares pequenos, o número mínimo de alunos para justificar o funcionamento de postos escolares diminuiu de quinze para dez alunos.

O fomento da alfabetização passava também por restrições no acesso ao mercado de trabalho. Nesse contexto determinou-se que as entidades patronais do comércio e da indústria não podiam aceitar menores de 21 anos que não estivessem habilitados com o exame da 4ª classe, a partir de 1 de janeiro de 1959. Impedia-se ainda que os menores de 21 anos, que não estivessem habilitados com o exame da 4ª classe, pudessem fazer o exame de condução. A aprovação no exame do ensino primário elementar passou a ser indispensável para candidatar-se a empregos na lavoura ou equiparados.

A obrigatoriedade de manutenção de cursos de adultos foi alargada a todos os concecionários do Estado e dos corpos administrativos e às entidades patronais do comércio e da indústria, independentemente do número de assalariados com menos de 35

²³⁰ Decreto-lei 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

²³¹ Dados constantes do Decreto-lei 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956. p. 2077.

²³² Decreto-lei n.º 42994, de 28 de maio de 1960. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 28 de maio de 1960.

anos sem habilitação da 3ª classe. Tornou-se também obrigatória para as entidades patronais da lavoura que empregassem mais de vinte assalariados com menos de 30 anos sem aquela habilitação.

II. Os serviços da administração escolar de orientação e inspeção

O Estado assumiu-se, desde o período republicano, como responsável pela educação dos futuros cidadãos. Essa função comportava a construção de um modelo de administração escolar que permitisse o desenvolvimento de um projeto formativo de carácter nacionalista. A análise da evolução da estrutura orgânica da DGEP permitiria compreender as configurações construídas e reformuladas no sentido da operacionalização desse projeto. Importava ainda, numa linha de continuidade com a análise feita para a política educativa, apresentar as várias remodelações, numa perspetiva conjuntural, associando-as ao crescente autoritarismo do regime.

Nesse contexto, iniciou-se o capítulo com a abordagem da administração escolar republicana para identificar a existência de continuidades ou de ruturas entre essa estrutura orgânica e aquela que se construiu a partir da Ditadura Militar. Os discursos legais sobre as alterações na orgânica administrativa eram construídos para que produzissem sentido para o corpo de funcionários da administração escolar, legitimando-as como um processo de limar deficiências dos serviços ou impor a ordem perante o estado de crise dominante no republicanismo²³³.

A centralização²³⁴ de funções na direção geral foi paralela ao reforço do autoritarismo e marcada por uma progressiva concentração de funções na figura do diretor geral e uma crescente burocratização dos serviços²³⁵ que distanciava e enformava a participação dos restantes atores da organização escolar. A orientação e a fiscalização eram os dois eixos dominantes dos serviços da administração escolar e interessava verificar se existia um equilíbrio entre eles.

Impunha-se tratar a questão da construção do perfil do funcionário superior da administração, enquanto reflexo de uma ação política normalizadora dos serviços e da atuação dos seus funcionários. As justificações político-ideológicas estruturadas na conceção do Estado-Nação eram, na nossa perspetiva, estratégias delineadas pelos atores

²³³ Ver a construção de paradigmas das políticas públicas em Surel, Y. (2008, jul.-dez). Las políticas públicas como paradigmas. *Estudios Políticos*, n.º 33, 56-61. Disponível em <https://tinyurl.com/z2lvm7z> (3 jun. 2016)

²³⁴ Seguiu-se a conceção de centralização de António Barreto enquanto um processo que estabelecia uma autoridade estatal global que dirigia e regulava todas as atividades ligadas ao sistema escolar. Ver a esse respeito Barreto, A. (1995). Centralização e descentralização no sistema educativo. *Análise Social*, Vol. XXX (130), 160. Disponível em <https://tinyurl.com/zae5nb6> (4 de abr. 2016).

²³⁵ Formosinho referia que a burocratização era condicionante da participação dos cidadãos na vida pública. Ver Simões, J. M. F. S. (1987). *Educating for passivity. A study of portuguese education (1926-1968)*. (Tese de Doutoramento policopiada). Londres: Instituto de Educação da Universidade de Londres, p. 317.

organizacionais para legitimar e captar a adesão dos funcionários da organização escolar²³⁶. Pretendia-se criar um corpo de funcionários doutrinadores e disciplinares, que atuasse em função de um princípio superior, o nacionalismo, referencial que funcionaria como um elemento identitário comum a todos.

A criação de uma hierarquia de burocratas responsáveis pela gestão do ensino encontrava-se vinculada a uma concepção da administração escolar que resistia a crises e mudanças. Na prática, o seu modelo organizacional passava por reconfigurações que refletiam a política educativa e a rede de interdependências entre os atores da organização escolar, e nomeadamente as relações do poder com o professorado primário.

A fonte principal para a nossa abordagem foi a regulação, elemento regulador das relações entre o ministério e os seus funcionários. Os discursos legais produzidos pelos titulares da pasta da educação eram marcados por diferentes gradações ideológicas e encarregavam-se de formar, vincular e adestrar os vários executores da política educativa²³⁷. A regulação, embora fosse produzida para um coletivo, identificava o lugar que cada um ocupava na rede de relações da estrutura orgânica administrativa e a sua funcionalidade. Os normativos apresentavam imperativos que deviam ser interiorizados e funcionavam como dispositivos condicionantes das práticas desse corpo de funcionários.

O recurso à imprensa de educação e ensino permitiu-nos identificar possíveis focos de resistência, e ligá-los à necessidade de reformulações. A atuação da censura impediu a circulação de um discurso mais crítico em relação à apreciação da política ministerial e à ação dos seus funcionários. Procedeu-se então à análise dos relatórios dos funcionários superiores da DGEP para detetarmos quais eram os principais problemas com que se debatiam, no seu quotidiano profissional, em função das reformas operadas nos serviços da administração escolar.

A necessidade de reformulações dos serviços, como resposta a alguns focos de resistência, foi abordada através da correspondência trocada entre o Ministro Cordeiro Ramos e

²³⁶ Partimos da argumentação de Elias quando considera que, desde o século XIX, que os governantes apresentam programas ideias para controlar os governados e captá-los para serem seus seguidores. Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia* (M. L. R. Ferreira, Trad.). Lisboa: Edições 70. (obra originalmente publicada em 1970), p. 71.

²³⁷ Foucault refere que na disciplina cada um se define pelo lugar que ocupa na rede de relações, de forma funcional e hierárquica. Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões* (R. Ramalhe, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes, pp. 140-143. (obra originalmente publicada em 1975)

Salazar. O debate das propostas de reformas na Assembleia Nacional permitiu-nos identificar eventuais causas responsáveis por essas alterações e o peso que os eixos orientadores e fiscalizadores tinham, na realidade, nos serviços administrativos²³⁸.

A administração escolar republicana

O ideário republicano de valorização da educação para a formação de cidadãos, dotados de conhecimentos e de consciência cívica, levou à criação, em julho de 1913, do MIP²³⁹. Esse órgão passou a superintender a todos serviços ligados à instrução, à exceção das escolas profissionais. Os seus serviços repartiam-se entre a Secretaria-Geral, o Conselho Superior de Instrução Pública e as repartições responsáveis pelos vários graus de instrução.

A superintendência sobre o ensino primário e as Escolas Normais de formação de professores eram da competência da 2ª Repartição. Essa repartição era composta por duas secções, a primeira ocupava-se de assuntos pedagógicos, legislação e emissão de certificados, e a segunda era responsável pelo movimento do pessoal.

O Conselho Superior de Instrução Pública foi reorganizado em 1911, pelos republicanos, quando a instrução ainda pertencia ao MI, por se considerar importante assegurar a colaboração dos elementos eletivos, representantes dos professores dos vários ramos de ensino, na direção superior da instrução²⁴⁰. Pretendia-se que o Conselho assumisse as funções de representante máximo da atividade cultural e científica da Nação²⁴¹.

Ao novo Conselho Superior de Instrução Pública competia-lhe funções inspetivas ligadas à inspeção extraordinárias dos institutos de ensino, e dar parecer sobre penas disciplinares, aplicadas a professores, de suspensão, transferência e demissão. Nos domínios administrativo e pedagógico, o Conselho, entre outras funções, dava parecer sobre métodos de ensino e programas, habilitações para a docência, propinas, exames e concursos.

²³⁸ Essa questão será desenvolvida no capítulo IV.

²³⁹ Lei n.º 12, de 7 de julho de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴⁰ Criado por Decreto de 7 de setembro de 1835 com funções de “direção e regimento de todo o Ensino e Educação Pública. Foi extinto e criado por diversas vezes. Foi estabelecido por Carta de Lei de 23 de maio de 1884 e manteve-se em funcionamento até à sua extinção pela Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴¹ O diploma legal que procedeu à sua extinção, em abril de 1911, criou um novo, como a mesma designação, composto por quatro vogais nomeados pelo governo, entre individualidades de relevo científico ou cultural que não exerciam a docência. Integrava mais treze vogais, eleitos pelos professores dos diversos ramos, dos quais dois eram professores escolhidos pelos pares das escolas primárias das cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Lei de 27 de abril de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

A fiscalização do ensino foi regulamentada em agosto de 1911²⁴². Os três inspetores de circunscrição²⁴³, nomeados por despacho governamental, estavam encarregues da fiscalização técnica, administrativa e económica do ensino primário, por forma a garantir o cumprimento da lei e seus regulamentos por parte dos corpos administrativos e outras entidades.

A autonomização, ao nível político-administrativo, da Instrução, com a criação do MIP, justificou a remodelação dos serviços do Conselho Superior de Instrução Pública, em dezembro de 1914²⁴⁴ para que representasse os princípios da educação nacional e os direitos dos professores junto do governo. Foram ampliadas as suas atribuições disciplinares dado que os professores do ensino liceal e artístico passaram a ter direito a um delegado, tal como os professores primários²⁴⁵. No caso do professorado primário, estipulava-se que esse órgão deveria, em matéria disciplinar, ser ouvido sobre as penalidades de suspensão, transferência e demissão e sempre que o réu não concordasse com a pena imposta.

O regulamento do ministério só foi publicado em janeiro de 1917²⁴⁶. O MIP a integrar os seguintes organismos: a Secretaria-Geral, o Conselho de Instrução, e sete repartições respeitantes aos vários níveis de ensino²⁴⁷. A Repartição do Ensino Primário e Normal estava a cargo de um chefe de repartição, e tratava de assuntos relativos às escolas do ensino passou infantil, normal e primário, à administração e assistência escolar, aos cursos de aperfeiçoamento, educação cívica, moral e física, e às cantinas escolares.

Dois anos depois, o MIP sofria nova remodelação fundamentada na existência de diferenças entre a sua estrutura e a dos restantes ministérios, qualificando-se de malsucedida a remodelação anterior²⁴⁸. A nova orgânica passou a contar com quatro Direções Gerais para a coordenação de serviços: a Direção Geral do Ensino Primário e

²⁴² Decreto de 23 de agosto de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴³ Desde 1901 que existia uma estrutura permanente de controlo do ensino a cargo de 3 inspetores de circunscrição, segundo o Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901, e regulamentado pelo Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴⁴ Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴⁵ Art.º 31 do Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914, p. 142. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁴⁶ Decreto n.º 2946, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 20 de janeiro de 1917.

²⁴⁷ Decreto n.º 2946, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 20 de janeiro de 1917, p.54.

²⁴⁸ Decreto n.º 5267, de 13 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 56, I Série, de 19 de março de 1919, p. 428.

Normal, a Direção Geral do Ensino Secundário, a Direção Geral do Ensino Superior e a Direção Geral de Belas Artes. Os diretores gerais eram antigos professores e responsáveis pelo exercício de funções inspetivas nos estabelecimentos de ensino que se encontravam sobre a sua responsabilidade²⁴⁹.

A composição do Conselho Superior de Instrução Pública foi também alterada, passando a incluir os diretores gerais, os representantes dos professores do ensino superior, secundário e primário, um representante da Federação Académica, um representante do ensino particular e cinco vogais nomeados pelo governo.

Nesse mesmo ano, em maio, procedeu-se à reorganização do ensino primário²⁵⁰, com base nos estudos da comissão que para isso tinha sido nomeada²⁵¹. A administração das escolas e a assistência escolar passou a ser da responsabilidade, em cada concelho, de uma Junta Escolar²⁵². Competia-lhe a promoção do ensino, a construção e reparação dos edifícios escolares, a nomeação de professores interinos, a conceção de licenças aos docentes e a assistência escolar. Aos municípios de Lisboa e do Porto foi concedida autonomia administrativa.

O modelo de descentralização administrativa foi uma característica da política educativa da Primeira República, que atribuía, desde 1911, às câmaras municipais uma parte importante da administração escolar. A reforma de 1919, no entanto, já ensaiava um novo modelo, porque embora atribuísse a gestão administrativa e financeira da instrução aos municípios, através das Juntas, colocava, em simultâneo, a estrutura permanente de controlo do ensino na dependência da Direção Geral do Ensino Primário e Normal. Essa reforma revelou-se ser uma etapa intermédia entre a descentralização existente antes do sidonismo e a

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁵¹ O texto do diploma apenas referia que a missão da comissão diz respeito às Escolas Normais Superiores, mas Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919, referia que a comissão foi nomeada para estudar a reorganização do ensino primário. Portaria n.º 1744, de 5 de abril de 1919. *Diário do Governo* n.º 71, I Série, de 7 de abril de 1919.

²⁵² A Junta Escolar era composta pelos vereadores da câmara municipal responsáveis pelo pelouro da instrução e da fazenda, um representante das juntas de freguesia concelhias, três professores do ensino primário, eleitos pelos professores do concelho, o inspetor de círculo ou seu delegado e o secretário das Finanças do concelho. O Decreto de 29 de março de 1911 dividiu o país em circunscrições escolares: Lisboa, Coimbra e Porto. Em cada circunscrição existia um inspetor subordinado ao Ministério do qual depende o ensino primário. Art.º 40 do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

centralização administrativa característica desse período, que retirou as atribuições de administração do ensino às câmaras municipais²⁵³.

O diploma legal responsável pela nova reforma criou os círculos escolares, em substituição das circunscrições escolares²⁵⁴, no âmbito da fiscalização do ensino, que se encontravam a cargo de inspetores escolares diretamente subordinados à Direção Geral do Ensino Primário e Normal²⁵⁵. A estrutura criada, em março 1911, de divisão do país em três circunscrições inspetivas²⁵⁶ foi extinta e os inspetores de círculo, até então subordinados aos inspetores de circunscrição, aumentaram de setenta e cinco para oitenta e sete, o que possibilitava um raio de ação mais amplo da ação inspetiva sobre o ensino.

Os inspetores eram nomeados pelo governo através de concurso público. Só podiam concorrer os professores das escolas primárias oficiais que tivessem, pelo menos, cinco anos de serviço e dessem “garantias de fidelidade às instituições republicanas”²⁵⁷.

As suas funções eram de natureza pedagógica e fiscalizadora²⁵⁸. Era da sua responsabilidade a fiscalização do ensino e da disciplina das escolas primárias e, para o feito, deveriam proceder a visitas mensais às escolas que lhes estavam adstritas. Competia-lhes propor, por motivos de ordem pedagógica, técnica ou moral, a suspensão, transferência e demissão de professores. As penas só seriam efetivas depois da organização do processo disciplinar e do voto afirmativo do Conselho Superior de Instrução Pública.

A orientação dos professores, pelos “modernos processos pedagógicos”²⁵⁹, estava sob a sua responsabilidade. Para isso deviam promover a realização de conferências e “lições modelo”²⁶⁰. O governo determinava que fossem organizadas conferências pedagógicas, de quatro em quatro anos, em todos os círculos escolares ou um congresso pedagógico, de

²⁵³ Decreto n.º 4594, de 12 de julho de 1919. *Diário do Governo* n.º 156, I Série, de 13 de julho de 1919.

²⁵⁴ Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

²⁵⁵ Art.º 53º e 54º do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁵⁶ Lisboa, Coimbra e Porto.

²⁵⁷ Art.º 56º do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁵⁸ Eram também responsáveis pela qualificação anual do serviço docente.

²⁵⁹ Art.º 58º do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁰ Ibidem.

cinco em cinco anos²⁶¹. Esses congressos não eram uma realização republicana original, uma vez que já tinham decorrido três congressos nos finais do século XIX²⁶².

A reorganização dos serviços da instrução primária levou à publicação do Regulamento do Ensino Primário e Normal, nos finais do mês de setembro de 1919²⁶³. A gestão financeira do ensino foi mantida nas Juntas Escolares²⁶⁴, responsáveis pela administração do fundo geral financeiro da instrução primária²⁶⁵. A fiscalização do ensino competia ao ministério e exercia-se através dos inspetores dos círculos escolares e dos seus delegados²⁶⁶. O território continental e insular foi dividido em oitenta e sete círculos escolares e os inspetores encontravam-se subordinados à direção geral²⁶⁷.

Os inspetores exerciam funções pedagógicas e fiscalizadoras²⁶⁸, ficando o campo administrativo entregue às Juntas Escolares. No domínio pedagógico, o inspetor devia orientar o ensino de acordo com os princípios pedagógicos estabelecidos, embora se permitisse que o professor utilizasse uma metodologia pedagógica própria. No domínio da fiscalização, competia ao inspetor verificar se o funcionamento da escola e o desempenho do professor obedeciam à regulação em vigor. As funções de orientação e fiscalização entrecruzavam-se na atividade profissional dos inspetores. No exercício das suas funções deviam visitar as escolas dos professores considerados “menos zelosos e inexperientes”²⁶⁹ para os orientar e admoestar, e ainda fiscalizar o serviço de exames.

²⁶¹ Art.º 89º do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶² Ver a esse respeito o capítulo IV, p. 195.

²⁶³ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, de 29 de setembro de 1919.

²⁶⁴ Constituído nos termos do Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁵ As juntas eram responsáveis pelos vencimentos do pessoal docente e não docente, rendas das casas das escolas e de habitação dos professores, reparação e conservação de edifícios, subsídios de rendas de casa de professores, quando não existia casa para o professor no edifício escolar, expediente e limpeza das escolas. A verba das juntas provinha de um imposto especial municipal para a instrução primária, com base no disposto no art.º 46º do Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919, e um subsídio dado pelo Estado. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁶ Art.º 53º do Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁷ Art.º 187º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁸ Art.º 210º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁶⁹ Art.º 212 do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

Os candidatos ao lugar de inspetor tinham de prestar provas escritas, orais e práticas. Os professores de ambos os sexos podiam concorrer ao cargo, mas as mulheres só podiam ser inspetoras das escolas infantis. As provas destinavam-se a avaliar as competências dos futuros inspetores para as atividades de fiscalização, porque a análise do trabalho dos professores implicava que os inspetores possuísem conhecimentos pedagógicos, didáticos e legislativos²⁷⁰.

Os inspetores acabaram gradualmente por ficar com funções que pertenciam a algumas Juntas Escolares, devido a irregularidades no seu funcionamento²⁷¹. Essas Juntas foram dissolvidas, nos finais de maio de 1922, e as suas funções passaram para as câmaras municipais que as aceitassem desempenhar ou para os inspetores escolares até que fosse constituída uma nova Junta²⁷².

Esse processo de recuperação de funções continuou em maio de 1925²⁷³. Os serviços da direção geral foram distribuídos por três repartições, competindo à 2ª repartição as funções de fiscalização do ensino. Determinou-se a distribuição do corpo de inspetores pelos designados distritos escolares que correspondiam, do ponto de vista geográfico, aos distritos administrativos²⁷⁴. No mês seguinte estipulava-se a passagem dos processos, livros de atas e de tomada de posse, e restante documentação das Juntas para os inspetores²⁷⁵. Os inspetores passavam a desempenhar todas as funções que competiam até então às Juntas, enquanto as secretarias escolares não funcionassem regularmente²⁷⁶. Esse processo de passagem de funções só ficou completo no início de dezembro, quando os inspetores

²⁷⁰ Para avaliar as competências dos candidatos, as provas escritas eram compostas por duas composições, realizadas no prazo máximo de cinco horas, uma sobre pedagogia geral e outra sobre legislação escolar. As provas orais compreendiam um interrogatório sobre matérias dos programas do ensino primário. O processo avaliativo terminava com a prestação de duas provas práticas. A primeira consistia numa lição feita numa escola pública sobre um assunto tirado à sorte. A segunda era uma inspeção a uma escola, seguida de um relatório escrito na presença do júri do concurso. Art.º 198º, 200º e 201º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

²⁷¹ Decreto n.º 8140, de 12 de maio de 1922. *Diário do Governo* n.º 92, I Série, de 12 de maio de 1922.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ Decreto n.º 10776, de 19 de maio de 1925. *Diário do Governo* n.º 109, I Série, de 19 de maio de 1925.

²⁷⁴ A distribuição era a seguinte: 10 inspetores em Lisboa; 8 no Porto, 7 em Viseu; 3 no Funchal, 2 em cada um dos distritos dos Açores e 4 em cada um dos restantes distritos.

²⁷⁵ Portaria n.º 4227, de 13 de junho de 1925. *Diário do Governo* n.º 130, I Série, de 13 de junho de 1925.

²⁷⁶ Art.º 1º da Portaria n.º 4446, de 30 de junho de 1925. *Diário do Governo* n.º 146, I Série, 3 de julho de 1925.

receberam todas as funções administrativas das Juntas, à exceção do processamento das folhas de vencimento dos professores e serventes²⁷⁷.

Em tempos de transição

Após a implantação da Ditadura Militar, a 28 de maio de 1926, a estrutura organizacional do ministério sofreu remodelações. O novo regime tomou medidas de centralismo da orgânica administrativa, articulada com o objetivo de desmantelamento da escola republicana. Nesse sentido, assistiu-se à extinção, em julho de 1926, do Conselho Superior de Instrução Pública com o argumento que esse organismo, desde a reforma de 1919, só existia nominalmente, mas não exercia quaisquer funções²⁷⁸. No preâmbulo do diploma legal que o extinguiu surgia uma prática discursiva que remetia para os valores do tradicionalismo e nacionalismo, e para a ação regeneradora do novo regime, quando se referia que esse organismo era uma instituição ligada ao passado nacional que importava regenerar em benefício da “instrução nacional”²⁷⁹.

Nos finais de julho criava-se um novo órgão com a mesma designação, embora a sua composição fosse diferenciada. O número de vogais²⁸⁰ escolhidos pelo governo passou de cinco para sete e aumentou para trinta e um o número de representantes do professorado dos vários níveis de ensino, destacando-se o aumento dos representantes do ensino superior²⁸¹. Os vogais representantes do ensino primário passaram a ser três, sendo um deles representante de Lisboa. O Conselho ainda incluía um representante das três associações académicas universitárias. A comissão permanente do Conselho Superior de Instrução Pública passou a ter quatro secções: ensino primário, secundário, superior e artístico²⁸². Desempenhava funções administrativas, pedagógicas e fiscalizadoras, mas em matéria pedagógica e fiscalizadora manteve as funções que lhes estavam adstritas desde 1911.

²⁷⁷ Art.º 2º da Portaria n.º 4541, de 7 de dezembro de 1925. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 7 de dezembro de 1925.

²⁷⁸ Decreto n.º 11981, de 28 de julho de 1926. *Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 28 de julho de 1926, p. 874.

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ Art.º 4º do Decreto n.º 11981, de 28 de julho de 1926. *Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 28 de julho de 1926.

²⁸¹ A composição desse órgão foi novamente alterada em março do ano seguinte. O seu número de vogais eleitos aumentou com a inclusão de um professor efetivo da Escola Colonial. Decreto n.º 13394, de 30 de março de 1927. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 2 de abril de 1927.

²⁸² Decreto n.º 12256, de 3 de setembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 3 de setembro de 1926.

O Ministro Mendes de Magalhães iniciou um caminho no sentido do centralismo com a ligação dos serviços de inspeção do ensino primário à direção geral, nos finais de novembro de 1926. A nova regulação sobre os serviços inspetivos criava um corpo de oito inspetores que passava a assegurar uma fiscalização superior, e de carácter móvel, sobre os inspetores de círculo escolar. Essa criação processava-se em nome do combate ao excesso de processos de sindicâncias e para simplificação do sistema disciplinar, no que respeitava ao processo de organização e julgamento dos processos disciplinares²⁸³. Os oito inspetores encontravam-se diretamente subordinados ao diretor geral e constituíam com ele o Conselho de Inspeção.

Foi ainda criado um corpo de oitenta e sete inspetores de círculo escolar, amovíveis de cinco em cinco anos dentro dos círculos da mesma categoria. Os círculos escolares compreendiam três categorias. À primeira pertenciam as cidades de Lisboa e do Porto, na segunda incluíam-se as outras sedes dos distritos, e as restantes pertenciam à terceira categoria. Essa mobilidade relacionava-se certamente com a intenção de imparcialidade inspetiva, não permitindo que os inspetores permanecessem muitos anos na mesma área e desenvolvessem “relações e dependências” com a população local que pudessem colocar obstáculos ao desempenho das suas funções²⁸⁴.

Os inspetores escolares procediam à inspeção das escolas, à fiscalização do ensino e do serviço dos diretores de círculo. Competia-lhes ainda a realização de inquéritos²⁸⁵ e de sindicâncias²⁸⁶, e a organização de processos disciplinares. Com a criação dos círculos, os inspetores escolares transitaram para a situação de diretores de círculo²⁸⁷.

Ao diretor de círculo competia a inspeção das escolas e das práticas dos professores, a realização de inquéritos, a organização de processos disciplinares e de processos de concursos para provimento de vagas nas escolas, o processamento de vencimentos e o cumprimento das instruções da direção geral. O provimento de lugares de inspetores e de diretores de círculo era feito por concurso de provas públicas. Ao lugar de inspetor só

²⁸³ Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926, p. 2038.

²⁸⁴ *Revista Escolar*, n.º 8-9, 1922, 244.

²⁸⁵ O processo de inquérito destinava-se a apurar a veracidade de fatos. Caso os mesmos fossem considerados como infrações, o inspetor instrutor propunha a instauração de processo disciplinares ao(s) infrator(es) e a instrução do processo carecia de despacho ministerial.

²⁸⁶ A sindicância era uma averiguação geral sobre o funcionamento de um serviço dependente do ministério.

²⁸⁷ Art.º 18º do Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

podiam concorrer os diretores de círculo e ao lugar de diretor de círculo só eram admitidos a concurso os professores de ensino primário em efetivo serviço. A imprensa criticava o facto dos professores não poderem concorrer ao lugar de inspetor por se considerar que o professor tinha mais qualificação profissional para o exercício do cargo²⁸⁸.

A estrutura orgânica integrava ainda o Conselho de Inspeção do Ensino Primário. A sua composição²⁸⁹ incluía o diretor geral, os oito inspetores e um secretário. Sempre que se justificasse, nas suas reuniões podiam estar presentes, embora sem direito a voto, o diretor da Escola Normal Primária de Lisboa, um delegado do Conselho Superior de Instrução Pública e outra entidade cujo parecer a direção geral julgasse relevante. O diretor geral seria substituído pelo inspetor mais antigo quando se tratassem de assuntos ligados à qualificação de serviço ou de natureza disciplinar.

O Conselho tinha funções de natureza pedagógica e disciplinar²⁹⁰. No domínio pedagógico devia emitir parecer sobre os processos pedagógicos do ensino. No domínio da fiscalização, pronunciava-se sobre as infrações imputadas aos diretores de círculo e julgava os processos disciplinares instaurados a diretores de círculo, professores, e pessoal não docente²⁹¹.

A fiscalização das escolas competia aos inspetores e diretores de círculo, não existindo qualquer referência no diploma legal à orientação do professorado. A reação dos professores e da imprensa de educação não se fez esperar, nomeadamente por parte da *Federação Escolar*, que reagia contra os poderes de fiscalização e disciplina da direção geral e dos oito inspetores principais²⁹².

O jornal *O Professor Primário*, por sua vez, criticava o reduzido trabalho desenvolvido até ao momento pelos oitenta e sete inspetores e defendia que eram necessários mais inspetores para que os serviços inspetivos fossem eficientes, uma vez que a maioria dos professores não conhecia o inspetor da sua área, a não ser através dos seus ofícios²⁹³.

²⁸⁸ Era o caso do jornal *O Professor Primário*, n.º 365, de 28 de novembro de 1926, p. 1, e n.º 371, de 9 de janeiro de 1927, 1.

²⁸⁹ Art.º 10º do Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926, p. 2039.

²⁹⁰ Art.º 11º do Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926, p. 2039.

²⁹¹ Ver a esse propósito o capítulo VI.

²⁹² Ver a estes respeito a *Federação Escolar* entre novembro de 1926 e janeiro de 1927. No número n.º 367 de 12 de dezembro de 1926, na página 1, publicava-se um artigo intitulado “Abaixo o Decreto 12706!”.

²⁹³ *O Professor Primário*, n.º 347, 11 de julho de 1936, 1-2.

A influência dos interesses do grupo profissional dos inspetores fazia-se sentir junto do ministério. Em janeiro de 1922 tinha sido constituída a Associação dos Inspetores do Ensino Primário e Infantil, que ficou com a responsabilidade de editar a *Revista Escolar*, periódico que dava particular relevo ao perfil e funções do inspetorado.

As mudanças operadas nos serviços inspetivos, pelo Ministro Ricardo Jorge, não tinham sido bem-recebidas pelo grupo profissional dos inspetores que criticava o excesso de poder do diretor geral. O inspetorado reuniu em dezembro de 1926, em Lisboa, e organizou uma representação ao novo Ministro Mendes Magalhães criticando as atribuições disciplinares do diretor geral²⁹⁴.

As críticas conduziram a que a administração escolar modificasse as disposições em vigor sobre os serviços inspetivos, em meados de dezembro desse ano²⁹⁵. Os oito inspetores passaram a designar-se por inspetores chefes, e os diretores de círculo passaram a inspetores de círculo. A competência disciplinar do diretor geral diminui para as que lhe tinham sido atribuídas no *Regulamento Disciplinar dos Funcionários do Estado* de 22 de fevereiro de 1913²⁹⁶.

O ministério não confirmava, contudo, que tinha aceite as críticas e fundamentava a remodelação na necessidade de contenção orçamental, que impossibilitava a mobilidade dos funcionários, e defendia-se a manutenção em vigor do diploma republicano que aprovara o regulamento disciplinar²⁹⁷. A deslocação dos inspetores de círculo, em cada cinco anos, foi suspensa face a essa necessidade economicista.

O concurso para inspetores sofreu alterações. Para o concurso de inspetores de círculo eram admitidos todos os professores primários efetivos, com mais de cinco anos de serviço, que não tivessem mais de cinquenta anos de idade e nem tivessem sido castigados com uma pena disciplinar superior à de multa até quinze dias de vencimento. Em nome da “competência” determinava-se que os candidatos prestassem provas de cultura geral e provas especiais e práticas²⁹⁸. Os inspetores deviam ser conhecedores dos programas do

²⁹⁴ *Escola Moderna*, n.º 293, de 15 de dezembro de 1926, 2.

²⁹⁵ Decreto n.º 12854, de 17 de dezembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 20 de dezembro de 1926.

²⁹⁶ Ver o tratamento da questão do *Regulamento Disciplinar dos Funcionários do Estado* de 22 de fevereiro de 1913 no capítulo VI.

²⁹⁷ Preâmbulo do Decreto n.º 12854, de 17 de dezembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 20 de dezembro de 1926, p. 2232.

²⁹⁸ Decreto n.º 13863, de 29 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 136, I Série, de 30 de junho de 1927.

ensino primário e dos métodos de ensino, requisitos que transpareciam na tipologia das provas de cultura geral a realizar e no seu carácter eliminatório²⁹⁹.

O domínio da legislação era fundamental para o exercício das funções inspetivas. O desempenho de responsabilidades ligadas à gestão escolar condicionava a parte escrita das provas especiais e práticas, dado que o candidato tinha que responder a duas questões sobre legislação e uma delas incida sobre matéria de natureza administrativa: organização de um processo de criação, fusão ou transferência de escola, concurso de docentes, concessão de diuturnidades, aposentação, e organização de folhas de vencimentos³⁰⁰.

Na parte oral dessas provas, o candidato era avaliado nos domínios pedagógico e fiscalizador. Permanecia a prática de uma lição a alunos de uma classe ou classes e uma inspeção a uma escola, acompanhada de um relatório escrito, tal como ficou estipulado em 1919³⁰¹. Acrescentou-se, no entanto, uma discussão sobre a lição dada no que respeitava aos métodos e processo de ensino, sistemas educativos e pedagogia em geral e especial, bem como um interrogatório sobre assuntos pedagógicos e didáticos ligados ao ensino primário³⁰².

Na realidade, a falta de verbas condicionava o trabalho dos inspetores, problemática que já se fazia sentir no período republicano. As funções administrativas sobrepunham-se às restantes, questão já salientada pela *Revista Escolar*, em 1921³⁰³, órgão criado por três inspetores do ensino primário³⁰⁴. As outras funções dos inspetores acabavam fundamentalmente por serem exercidas, de forma indireta, mediante a análise de relatórios e dos resultados da estatística escolar.

²⁹⁹ Eram compostas de uma parte escrita, em formato de exposição, sobre um ponto de Língua Portuguesa, História ou Ciências Naturais. A parte oral dessas provas consistia num interrogatório sobre a generalidade da matéria dos programas do ensino normal e primário.

³⁰⁰ O Decreto n.º 10551, de 14 de fevereiro de 1925, determinava que os inspetores eram responsáveis pela organização das folhas de vencimento do pessoal docente e não docente das escolas do ensino primário. Essa atribuição foi mais confirmada pelo Decreto n.º 15999, 24 de setembro de 1928. Decreto n.º 10551, de 14 de fevereiro de 1925. *Diário do Governo* n.º 36, I Série, de 16 de fevereiro de 1925; Decreto n.º 15999, 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 228, I Série, de 3 de outubro de 1928.

³⁰¹ Art.º 201º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

³⁰² Esse interrogatório versava sobre temáticas ligadas à assistência escolar, arranjo da sala de aula, estatística escolar, direitos e deveres de professores e inspetores, novos métodos pedagógicos, higiene escolar e horários. Art.º 9 do Decreto n.º 13863, de 29 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 136, I Série, de 30 de junho de 1927, pp. 1224-1225.

³⁰³ *Revista Escolar*, n.º 5, 1921, 152.

³⁰⁴ A revista foi criada pelos inspetores Albano Ramalho, Heitor Passos e Joaquim Tomás. Ver a página 90.

O descontentamento dos inspetores com a sua redução a meros funcionários administrativos e a necessidade de fiscalização das práticas do professorado não deixou certamente de estar relacionado com a decisão do Ministro Mendes de Magalhães, ainda no mês de dezembro, de decretar a atribuição de uma verba de 50.000\$00 para a realização de inspeções às escolas do ensino primário geral e infantil³⁰⁵. A verba seria reforçada, pelo Ministro, em janeiro do ano seguinte, através do fundo nacional³⁰⁶. A 22 de outubro de 1927, Mendes Magalhães aprovou a distribuição de uma nova verba de 50.000\$00 para a inspeção de escolas que não tinham sido inspecionadas no ano anterior³⁰⁷. A contenção orçamental acabou por condicionar também essa distribuição de verbas e um aviso do diretor geral interino, Aníbal Valdês de Passos e Sousa, de 3 de novembro de 1927, informava que a verba de 50.000\$00 iria sofrer um corte de 10%³⁰⁸.

As críticas na imprensa, caso da *Federação Escolar*, sobre o atraso no pagamento dos vencimentos aos professores eram regulares, questão justificada muitas vezes pelo peso excessivo de trabalho burocrático dos inspetores. Mendes Magalhães, no sentido de resolver esse problema determinou que as folhas de vencimento dos professores deveriam entrar até ao dia 15 de cada mês na 10ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública, para evitar as “justas reclamações dos Srs. Professores”³⁰⁹.

O Ministro procedeu, ainda em 1927, a novas alterações na estrutura organizacional da direção geral e dos serviços inspetivos. A centralização de serviços da direção geral era defendida pelo poder político e em seu nome procedeu-se à extinção da 3ª Repartição da direção geral que tinha sido criada em 1925. Os serviços foram repartidos por duas repartições, ficando os assuntos relativos ao pessoal docente a cargo da 1ª Repartição e todos os restantes assuntos a cargo da 2ª Repartição³¹⁰.

Considerou-se ainda que a direção geral deveria expandir o seu raio de ação e passar a “interferir mais diretamente” no funcionamento da Repartição das Construções Escolares

³⁰⁵ Decreto de 26 de dezembro de 1926, publicado no *Diário do Governo* n.º 303, série II, de 28 de dezembro de 1926.

³⁰⁶ Decreto n.º 13003, de 8 de janeiro de 1927. *Diário do Governo* n.º 6, I Série, de 8 de janeiro de 1927.

³⁰⁷ Decreto n.º 14474, de 20 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 25 de outubro de 1927.

³⁰⁸ Publicado no *Diário do Governo* n.º 244, I Série, de 4 de novembro de 1927.

³⁰⁹ Circular aos Srs. Inspectores dos Círculos Escolares de 24 de outubro de 1927, publicada no *Diário da Governo* n.º 236, I Série, de 25 de outubro de 1927, p. 2085.

³¹⁰ Decreto n.º 14789, de 10 de dezembro de 1927. Esse decreto só foi publicado no *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, de 24 de dezembro de 1927.

com a justificação que a mesma se limitava quase exclusivamente à escola primária³¹¹. Essa repartição foi integrada na Direção Geral do Ensino Primário e Normal³¹².

Nos serviços inspetivos, o Ministro reintroduziu, a 15 de dezembro desse ano, a mobilidade dos inspetores³¹³. O período de serviço dos inspetores dos círculos escolares foi fixado em seis anos, sendo equiparado ao dos magistrados, podendo no fim desse período serem transferidos.

No domínio da prestação de provas de cultura geral, no concurso para inspetores de círculo, determinou-se, em janeiro de 1928, que passavam a ser relevadas as faltas ao serviço a todos os candidatos, no período de duração das mesmas, e não apenas aos candidatos aprovados³¹⁴.

No ano de 1928, alguns discursos legais referiam-se a críticas feitas pela imprensa e grupos profissionais às alterações da política educativa e à orgânica dos serviços do MIP, nomeadamente ao regime de separação de sexos e ao funcionamento da inspeção. Essas críticas e a necessidade de redução das despesas serviram de argumentos legitimadores de novas alterações. Duarte Pacheco publicou, em setembro, um decreto que suprimiu vários lugares em estabelecimentos dependentes do MIP e fixou a concessão de algumas gratificações³¹⁵. Foram ainda suprimidos alguns círculos escolares que passaram a estar integrados noutros, por motivos economicistas e na perspetiva de uma futura reorganização dos serviços de inspeção que não era passível de realização imediata³¹⁶. O diploma considerava que a criação de um número tão elevado de círculos não contribuiu para a

³¹¹ Decreto n.º 14789, de 10 de dezembro de 1927. *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, de 24 de dezembro de 1927, p. 2433.

³¹² Essa transição levou a que o Conselho de Inspeção passasse a incluir um inspetor-chefe, arquiteto auxiliar da Repartição das Construções Escolares, com a incumbência de fiscalizar o emprego de subsídios concedidos para escolas primárias e das vistorias às instalações. Art.º 3º do Decreto n.º 14789, de 10 de dezembro de 1927. *Diário do Governo* n.º 285, I Série, de 24 de dezembro de 1927.

³¹³ Decreto n.º 14734, de 15 de dezembro de 1927. *Diário do Governo*, n.º 277, I Série, de 15 de dezembro de 1927.

³¹⁴ Decreto n.º 14854, de 9 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 6, I Série, de 9 de janeiro de 1928.

³¹⁵ Decreto n.º 15977, de 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 220, I Série, de 24 de setembro de 1928, p. 1975.

³¹⁶ Supressão dos círculos escolares de Feira, Serpa, Cabeceiras de Basto, Mirandela, Estremoz, Tavira, Alcobaca, Baião, Abrantes, Valença, Alijó e Moimenta da Beira. Decreto n.º 15887, de 21 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 24 de agosto de 1928.

descentralização, uma vez que continuava a subsistir um regime de “excessiva centralização”³¹⁷.

A remodelação da inspeção escolar foi finalmente realizada por Duarte Pacheco, no mês de outubro. A reforma foi anunciada como sendo uma medida de combate ao analfabetismo. O conceito de orientação passou a ser utilizado na regulação e surgiu associado às funções da inspeção escolar, quando se defendia que a inspeção devia exercer uma ação fiscalizadora sobre o ensino e orientadora do professorado. Pretendia-se que essas funções predominassem em detrimento do trabalho administrativo que tinha transformado os inspetores até então em meros “funcionários de secretaria”³¹⁸.

O excesso de burocracia tinha reduzido o número de inspeções às escolas, situação reportada e criticada com regularidade na imprensa, como era o caso da *Federação Escolar*. O ciclo inspetivo das escolas, segundo dados do ministério, só ocorria entre quatro e seis anos, o que não permitia o progresso da instrução primária e o aperfeiçoamento do professorado que se encontrava privado da função orientadora dos inspetores³¹⁹. A orientação, por seu lado, também sofria limitações, devido à ausência de atualização dos inspetores de círculo que não trocavam conhecimentos como os seus pares e sofriam influências de elementos da comunidade onde estavam colocados que não se equiparavam social e intelectualmente à sua posição³²⁰.

Em nome da eficiência dos serviços foram extintos os círculos escolares e criadas dezoito regiões escolares que correspondiam aos distritos administrativos do país, à exceção da Madeira e os Açores que mantiveram a organização em círculos ³²¹. A direção dos serviços era da competência do inspetor geral do ensino primário e normal que era coadjuvado pelos inspetores chefes adjuntos. A escolha do inspetor geral era feita entre os professores do ensino normal ou superior, ou ainda entre os antigos diretores gerais do ensino primário e normal.

³¹⁷ Decreto n.º 15977, de 24 de setembro de 1928, *Diário do Governo* n.º 220, de 24 de setembro de 1928, p. 1975.

³¹⁸ Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, de 13 de outubro de 1928, p. 2079.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Ibidem.

³²¹ Redução das 83 secretarias escolares do continente a 18 regiões escolares que correspondiam aos distritos administrativos.

Ao inspetor geral competiam funções de fiscalização das inspeções de região, das escolas normais, dos cursos preparatórios do Instituto do Professorado Primário e das escolas primárias que entendesse conveniente inspecionar para estabelecer a uniformidade e aperfeiçoamento dos serviços. Cumpria-lhe ainda avaliar o mérito dos inspetores e dos professores das escolas normais e dos cursos preparatórios do Instituto do Professorado Primário, elaborar relatórios sobre o ensino e integrar as reuniões do Conselho de Inspetores da Região³²².

Cada região escolar era dirigida por um inspetor chefe, em período de comissão renovável em cada três anos³²³. A nomeação era feita por um ano e passava a definitiva por proposta do inspetor geral, após um ano de bom e efetivo serviço³²⁴. Esses inspetores superintendiam e orientavam todos os serviços da instrução primária na sua região, assim como forneciam informação sobre os vários níveis de ensino ao inspetor geral, e guiavam o trabalho dos inspetores.

Em relação ao pessoal docente, os inspetores chefes nomeavam os professores interinos e colocavam professores em regime de comissão, propunham a abertura de concurso para lugares vagos e podiam conceder quinze dias de licença a professores e inspetores. Era da sua responsabilidade receber todas as queixas, representações e reclamações que lhe eram dirigidas e encaminhá-las para a direção geral quando a resolução não fosse da sua atribuição. Em matéria disciplinar passou a ser da sua competência a aplicação das penas disciplinares de advertência e de repreensão verbal ou escrita. No domínio da fiscalização, realizavam inspeções a escolas e distribuíam pelos inspetores da sua região as escolas a visitar e as vistorias a realizar³²⁵.

Essa reforma criou um quadro de cinquenta e um inspetores, no continente e ilhas, com base nos antigos inspetores de círculo³²⁶. Para as vagas que surgissem nos quadros era dada preferência aos professores habilitados com o concurso de provas públicas para inspetores de círculo. Os inspetores eram obrigados a residir na sede da sua região escolar, tal como os professores.

³²² As reuniões realizavam-se anualmente, nos meses de janeiro e de agosto, no MIP.

³²³ O quadro dos inspetores era constituído por 51 dos atuais inspetores de círculo.

³²⁴ Art.º 5º do Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, de 13 de outubro de 1928.

³²⁵ As escolas da sua área tinham de ser inspecionadas na seguinte proporção: até 200 escolas, em 3 anos; de 200 a 400, em 5 anos; de 400 a 600, em oito anos e de mais de 600 escolas, em 9 anos.

³²⁶ Os inspetores de círculo não colocados ficavam na situação de adidos.

Os inspetores procediam a vistorias e deviam inspecionar as escolas da sua região escolar. Na sua sequência enviavam para a direção geral um relatório, no prazo máximo de 15 dias, a dar conhecimento dos resultados da inspeção e com recomendações a implementar na prática pedagógica do docente³²⁷. A ação de orientação realizava-se em simultâneo com a ação de fiscalização do serviço docente. No decurso da visita inspetiva, o inspetor deveria esclarecer o professor sobre problemas pedagógicos e didáticos, e sugerir-lhe métodos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem³²⁸.

Essa função orientadora exercia-se ainda através das conferências e práticas pedagógicas³²⁹ que se realizavam nas sedes dos concelhos, com periodicidade anual, à exceção das cidades de Lisboa e do Porto onde eram organizadas por bairros devido ao número superior de professores.

A reforma dos serviços inspetivos criou o Conselho Central de Inspeção, constituído pelo inspetor geral e por dois inspetores chefes que eram seus adjuntos³³⁰. Esse órgão dava parecer sobre reclamações do professorado relativas à qualificação de serviço, assunto importante para os docentes porque lhes condicionava a progressão na carreira. No domínio disciplinar organizava processos de inquérito e instaurava processos disciplinares³³¹.

A construção da estrutura orgânica nacionalista

A Historiografia da Educação não tem sido consensual sobre periodização respeitante à evolução da administração escolar. A correlação entre a política educativa e as reconfigurações da orgânica da administração escolar levou-nos a considerar que a fase de transição, a que se refere Formosinho³³², terminou com a nomeação de Cordeiro Ramos para a pasta da Instrução, e não no ano de 1933. Essa opção cronológica deveu-se a entendermos que se iniciou uma nova reconfiguração administrativa centralizadora

³²⁷ Ver a título de exemplo o Anexo C, p. 498.

³²⁸ Art.º 16º do Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

³²⁹ Art.º 25º do Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

³³⁰ Art.º 17º do Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

³³¹ Ver a esse propósito o capítulo VI, pp. 343-344

³³² Ver a periodização referida em Simões, J. M. F. S. (1987). *Educating for passivity. A study of portuguese education (1926-1968)*. (Tese de Doutoramento). Londres: Instituto de Educação da Universidade de Londres, p. 40.

responsável por uma política educativa nacionalista, através da concentração das funções administrativas, pedagógicas e fiscalizadoras na direção geral.

A primeira responsabilidade da administração escolar era de natureza organizativa e fiscalizadora. Os objetivos principais eram a normalização dos serviços e o controlo da ação dos funcionários. Para o prosseguimento dessas metas, no início de janeiro de 1929, procederam-se a alterações de natureza disciplinar nos serviços³³³. Os inspetores das regiões passaram a ser responsáveis pela realização de inquéritos, sindicâncias e a organização de processos disciplinares. O desenvolvimento das ações inspetivas e sindicâncias continuava, na realidade, a depender da existência de verbas, o que levou o ministério, por vezes, a reforçar a verba destinada ao pagamento das despesas com esses serviços.

Ainda em janeiro, no ministério, foi criada a Junta de Educação Nacional responsável pela orientação das instituições culturais portuguesas segundo as “necessidades” político-culturais do presente³³⁴. Esse organismo era responsável pelas instituições ligadas à investigação científica, por um serviço de bolsas de estudo e ações de intercâmbio científico e cultural³³⁵.

Nos inícios de fevereiro assistiu-se a uma reestruturação do ministério. O preâmbulo do diploma legal responsável por essa mudança apresentava uma forte componente ideológica. O MIP era identificado como um organismo responsável pelo ressurgimento educativo, e dotado de funcionários competentes para o promoverem e orientarem³³⁶.

Essa lei anunciava que a reestruturação era a primeira de uma Série de medidas para a remodelação da educação nacional, e referia que o primeiro passo para a regeneração cultural tinha sido dado com a criação da Junta de Educação Nacional. Esse organismo, na perspetiva oficial, era uma resposta do governo às “condições peculiares do meio

³³³ Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

³³⁴ Decreto n.º 16381, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 13, I Série, de 16 de janeiro de 1929, p. 122.

³³⁵ Decreto n.º 16481, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929. O seu regulamento foi publicado pelo Decreto n.º 17037, de 26 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 143, I Série, de 26 de junho de 1929.

³³⁶ Decreto n.º 16481, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

intelectual”³³⁷ português. Essa resposta acabou por consistir na prática de uma política repressiva, em determinados períodos, sobre as instituições universitárias a que já aludimos anteriormente, marcada pelo afastamento de professores universitários considerados críticos do regime.

A administração escolar tinha de ser dotada de funcionários superiores “disciplinados e disciplinadores”³³⁸ que assegurassem o controlo do ensino primário pela direção geral. A estabilidade profissional era considerada sinónimo de acomodação e, por isso, em nome da eficiência e da disciplina, o regime de provimento adotado passou a ser o dos contratos anuais, renováveis segundo critérios de idoneidade e de competência. Esse regime considerava-se essencial para um eficaz funcionamento administrativo e facilitador de uma redução do número de funcionários, numa visão que se assumia como defensiva do Tesouro Público³³⁹. A defesa da doutrinação em detrimento da “violência” presidiu ao espírito do diploma legal, no processo de renovação da elite dirigente da administração escolar³⁴⁰.

O ministério passou a ser constituído pelos seguintes órgãos de serviço: Gabinete do Ministro, Conselho Superior de Instrução Pública, Secretaria-Geral, Direção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico, Direção Geral do Ensino Primário e Normal, Inspeção geral do Ensino Primário e Normal, Inspeção de Saúde Escolar e Educação Física, Comissão Orientadora do Ensino Secundário e Comissão de Educação Popular ³⁴¹. A 10ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública era responsável por toda a contabilidade do ministério.

A publicação do *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública* era da responsabilidade da Secretaria-Geral, revestia-se de carácter trimestral e continha informações de interesse para o ensino e o professorado. A imprensa foi perspectivada, pelo

³³⁷ Decreto n.º 16481, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929, p. 399.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ No sentido da criação desse corpo de funcionários, o Ministro a partir de 6 de novembro de 1929, ficou habilitado, pelo Decreto n.º 17575, a prover em todas as emergências as direções dos estabelecimentos de ensino dependentes do seu Ministério, com dispensa das disposições reguladoras estipuladas para o seu provimento. *Diário do Governo* n.º 257, I Série, de 8 de novembro de 1929.

³⁴¹ Foi incluída mais uma direção de serviços, a Direção Geral do Ensino Técnico, no Regulamento de funcionamento do MIP publicado pelo Decreto n.º 16836, de 4 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 15 de maio de 1929.

Ministro, como um meio fundamental para a orientação e inculcação ideológica dos docentes, o que levou a que a sua existência fosse obrigatória em todas as bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior e secundário, escolas normais e secretarias das inspeções escolares³⁴².

A Direção Geral do Ensino Primário e Normal compunha-se de duas repartições³⁴³ que se designavam, a partir desse diploma, por repartição pedagógica e repartição do pessoal³⁴⁴. No regulamento de funcionamento dos serviços do MIP³⁴⁵, publicado em maio, a repartição pedagógica da direção geral integrava duas secções. A primeira secção era responsável, entre outras funções, pela orientação pedagógica e fiscalização do ensino, recursos ligados à qualificação do serviço docente, horários e distribuição de serviço docente, recenseamento e estatística escolar. A segunda secção tinha competências ligadas ao expediente geral, criação de escolas e de cursos, exames e assistência escolar³⁴⁶.

A construção da escola primária nacionalista levou à criação da Comissão de Educação Popular³⁴⁷, dirigida pelo inspetor geral do ensino primário e normal, com o objetivo de promover a “instrução do povo”³⁴⁸ e combater o analfabetismo. A escola era vista como um meio de criação de uma consciência nacional, e por isso se defendia a expansão da educação.

³⁴² Art.º 4º do Decreto n.º 16481, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

³⁴³ Na primeira dessas repartições integrava-se a secção das construções escolares que deixou de ser uma repartição independente.

³⁴⁴ A Repartição do Pessoal era formada por três secções. A primeira respondia por assuntos ligados a nomeações, transferências, exonerações, licenças, reclamações e ação disciplinar. A segunda responsabilizava-se pelas aposentações, emissão de diplomas, organização do cadastro do pessoal e diuturnidades. A terceira secção tratava de assuntos ligados às escolas normais e complementares, inspetores, qualificação de serviços e vencimentos.

³⁴⁵ Decreto n.º 16836, de 4 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

³⁴⁶ A organização da Direção Geral do Ensino Primário e Normal em duas repartições com cinco secções sofreu alterações em 1930, e passou a ser dotada de seis secções divididas pelas duas repartições, segundo o Decreto n.º 18593, de 11 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 159, I Série, de 11 de julho de 1930.

³⁴⁷ A comissão reunia, pelo menos, duas vezes por mês e era presidida pelo inspetor geral do ensino primário e normal que tinha voto de qualidade nas deliberações das reuniões. Dos seus trabalhos era apresentado um relatório trimestral ao ministro³⁴⁷. Para além do inspetor geral faziam parte cinco membros escolhidos livremente pelo ministro, que exerciam as funções em regime de acumulação e de forma gratuita. Art.º 21º do Decreto n.º 16836, de 4 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, 15 de maio de 1929. Ver também o Regulamento da Comissão de Educação Popular publicado pelo Decreto n.º 18826, de 8 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 104, I Série, de 9 de maio de 1929.

³⁴⁸ Art.º 11º do Decreto n.º 16841, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

A Comissão dava parecer sobre a organização dos programas do ensino primário e das escolas de formação de professores, e apreciava os livros publicados para esses graus de ensino³⁴⁹. A sua ação era extra e pós-escolar e incidia, de acordo com o seu regulamento, sobre a organização e funcionamento de bibliotecas escolares, um recurso importante que permitiria aos alunos a prática da leitura em meios em que o orçamento familiar não possibilitava a aquisição de livros. Competia ainda à Comissão atribuições relativas às caixas escolares de apoio a alunos carenciados, festas infantis e colónias de férias, cursos para adultos e promoção de recompensas para os professores que se distinguissem na ação educativa³⁵⁰.

A centralização de funções prosseguiu com a determinação, em junho de junho de 1929, de que o diretor geral assumisse, em caso de impedimento, as funções do inspetor geral. A passagem definitiva da direção dos serviços inspetivos para o diretor geral do ensino primário e normal, ocorreu em fevereiro de 1930³⁵¹. Suprimiu-se o cargo de inspetor geral³⁵² por se considerar que não fazia sentido uma duplicidade de cargos na direção do ensino, medida que se traduziu numa perda de autonomia dos serviços inspetivos³⁵³. Essa extinção provocou uma alteração na composição do Conselho Central de Inspeção. O diretor geral passou a presidir ao Conselho, que integrava dois inspetores chefes propostos por ele e nomeados em comissão para serem seus adjuntos³⁵⁴. Passou a ser da competência do diretor geral as propostas de substituição dos inspetores chefes.

No mês seguinte foi reorganizado o Conselho Superior de Instrução e extinta a Comissão de Educação Popular³⁵⁵. No preâmbulo do decreto responsável por essas alterações assumia-se a continuidade com a reestruturação do ministério, através de uma orgânica

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Art.º 4º do *Regulamento da Comissão de Educação Popular* publicado pelo Decreto n.º 18826, de 8 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 104, I Série, de 9 de maio de 1929.

³⁵¹ Decreto n.º 17011, de 22 de junho de 1929. Foi publicado no *Diário do Governo* n.º 30, I Série, de 6 de fevereiro de 1930, e novamente publicado no *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro, por ter saído com inexatidão no dia 6.

³⁵² Art.º 2º do Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930.

³⁵³ Art.º 1º do Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930.

³⁵⁴ Art.º 3º do Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930.

³⁵⁵ Decreto n.º 18104, de 19 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 19 de março de 1930.

simplificada a cargo de professores em regime de comissão, dado que se pretendia que a ação administrativa fosse orientada por princípios pedagógicos³⁵⁶.

Nessa ação de “renovação do ensino” foi conferido ao Conselho Superior de Instrução Primária um papel principal, funcionando como interlocutor da administração escolar com os estabelecimentos de ensino ³⁵⁷. Era responsável pela orientação, nos moldes definidos pelo Ministro, da educação e do ensino em conformidade com as “condições e as conveniências nacionais” ³⁵⁸. Essa reforma extinguiu o Conselho, criado em 1926, e constituiu um novo, e as funções da Comissão da Educação Popular foram entregues à sua secção do ensino primário e normal³⁵⁹.

A necessidade de reforma dos serviços de inspeção continuava a fazer-se sentir por parte da administração escolar, no seu processo de centralização de funções na direção geral, mas também da parte da imprensa da educação, onde alguns artigos se referiam à falta de orientação pedagógica por parte dos inspetores e à escassez das visitas realizadas às escolas³⁶⁰. Numa lógica de concentração de funções de orientação e disciplinares, em maio de 1930, o Conselho Central de Inspeção foi extinto e as suas funções foram distribuídas pelos seguintes órgãos: Conselho de Disciplina do Magistério Primário, Conselho de Disciplina do MIP e Secção do Ensino Primário e Normal do Conselho Superior de Instrução Pública³⁶¹. A essa secção pertenciam as atribuições referentes a reclamações de professores e inspetores sobre a qualificação do seu serviço.

As questões relativas a infrações atribuídas aos inspetores pelos inspetores chefes ficaram sob a responsabilidade do Conselho de Disciplina do MIP. As atribuições relativas à organização, instauração e julgamento de processos disciplinares a professores e inspetores

³⁵⁶ Decreto n.º 18104, de 19 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 19 de março de 1930, p. 494.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ Art.º 1º do Decreto n.º 18104, de 19 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 19 de março de 1930.

³⁵⁹ Essa secção foi regulamentada, a 24 de julho, pelo Decreto n.º 18664. *Diário do Governo* n.º 170, I Série, de 24 de julho de 1930.

³⁶⁰ Este assunto era debatido com alguma regularidade em textos da *Federação Escolar, Educação Nacional e Escola Moderna*.

³⁶¹ Decreto n.º 18347, de 17 de maio de 1930. *Diário do Governo* n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1930. Publicado novamente no *Diário do Governo* n.º 119, I Série, de 24 de junho de 1930, por ter saído com inexactidão.

passaram a pertencer ao Conselho Disciplinar do Magistério Primário³⁶². As competências do Conselho Superior de Instrução Pública também foram reduzidas, em benefício desse novo organismo, uma vez que o primeiro deixava de dar parecer sobre os processos disciplinares instaurados a professores dos vários graus de ensino.

A figura do diretor geral foi ganhando mais relevo, num processo gradual, em matéria disciplinar. Para além de presidir ao Conselho de Disciplina do Magistério Primário, passou a nomear os inspetores chefes das regiões escolares, sem seguir as disposições que regulavam o seu provimento, sempre que circunstâncias especiais o exigissem³⁶³. Disposição que, em 1931, se tornou extensível a todos os lugares das regiões e círculos escolares³⁶⁴.

Em 1931 prosseguiu a reorganização dos serviços inspetivos e disciplinares do MIP, com a introdução de modificações nos procedimentos disciplinares do pessoal docente, para uma maior eficiência dos serviços³⁶⁵. Aumentaram-se o número de penalizações e procurou-se reduzir o período de duração do processo de instrução.

A partir do Ministro Cordeiro Ramos, a administração escolar revelou uma preocupação acrescida com a normalização de atuação dos seus funcionários superiores. Um passo importante foi dado, em setembro de 1931, com a padronização dos relatórios elaborados pelos inspetores chefes e inspetores dos círculos³⁶⁶. Esses documentos eram enviados anualmente para a direção geral, até ao dia 30 de novembro, acompanhados de estatística e com propostas para a solução de problemas sentidos em cada região escolar³⁶⁷.

³⁶² O Conselho era constituído pelo diretor geral do ensino primário e normal, seu presidente, pelo representante do ensino primário no Conselho Superior de Instrução Pública, por um professor do ensino secundário, nomeado pelo ministro entre os representantes do Conselho Superior de Instrução Pública. Todos os processos existentes no Conselho Central de Inspeção transitam para esse órgão. Art.º 2º e 3º do Decreto n.º 18347, de 17 de maio de 1930. *Diário do Governo* n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1930.

³⁶³ Decreto n.º 18462, de 14 de junho de 1930. *Diário do Governo* n.º 136, I Série, de 14 de junho de 1930.

³⁶⁴ Decreto n.º 20637, de 19 de dezembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 292, I Série, de 19 de dezembro de 1931. O Ministro da Instrução Pública ficou autorizado a prover, em circunstâncias especiais e com carácter de interinidade, todos os lugares que constituíam o quadro das inspeções das regiões e círculos.

³⁶⁵ Ver a evolução dos serviços disciplinares no capítulo VI.

³⁶⁶ Circular aos inspetores chefes das regiões escolares e inspetores dos círculos escolares. *Diário do Governo*, II Série, de 22 de setembro de 1931.

³⁶⁷ A sua execução devia obedecer a seis categorias de assuntos: efetivação dos serviços de ensino; aperfeiçoamento do ensino; resultados dos trabalhos escolares; serviços administrativos e de fiscalização; serviços disciplinares; alvitre e modificações ou medidas propostas. Circular aos Inspetores Chefes das regiões escolares e inspetores dos círculos escolares. *Diário do Governo*, II Série, de 22 de setembro de 1931.

O Ministro concluiu a reforma dos serviços da inspeção escolar, durante o ano de 1932, mas essa só viria a público no ano seguinte, pelo Decreto n.º 22369, de 30 de março. Cordeiro Ramos informou Salazar que a reforma introduzida por esse diploma representava o fecho de um conjunto de medidas de carácter administrativo que tinha implementado desde que assumiu a pasta da Instrução. Apresentava-o como um diploma muito extenso, mas equilibrado, que deveria ser publicado antes do início do ano letivo de 1933/34, e pedia ao Presidente do Conselho que recebesse o diretor geral do ensino primário, Braga Paixão, para que o mesmo o esclarecesse sobre o documento³⁶⁸.

Não encontrámos na correspondência trocada entre Cordeiro Ramos e Salazar quaisquer referências à questão orientadora e o enfoque foi sempre dado aos serviços inspetivos. O Ministro referia que a remodelação não acarretava “qualquer aumento da despesa”³⁶⁹ e manifestava a sua preocupação com a seleção dos inspetores para o preenchimento das vagas existentes em 1932, argumentando que as reformas não eram viáveis se não fossem implementadas por bons executores³⁷⁰.

O ano de 1933 foi um ano chave para o processo centralizador com a publicação do Decreto n.º 22369, de 30 de março³⁷¹. Esse diploma apresentava a reorganização dos serviços de direção e administração, de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, da inspeção e disciplinares dependentes da DGEF.

O decreto assumia a sua continuidade com a regulação anterior do período da ditadura e a nova reforma caracterizava-se pela finalização do processo de concentração de poderes nas mãos do diretor geral e pela criação de um corpo de funcionários burocratas, que deviam atuar como apóstolos do regime, responsáveis pela doutrinação e controlo do professorado³⁷².

³⁶⁸ AOS/CP/234. Fólios 105 a 108. Gabinete do Ministro da Instrução Pública ao Presidente do Conselho, 17 de agosto de 1932, fólio 105 v.

³⁶⁹ AOS/CP/234. Fólios 105 a 108. Gabinete do Ministro da Instrução Pública ao Presidente do Conselho, 17 de agosto de 1932, fólio 106 v.

³⁷⁰ AOS/CP/234. Fólios 105 a 108. Gabinete do Ministro da Instrução Pública ao Presidente do Conselho, 17 de agosto de 1932, fólio 106.

³⁷¹ *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

³⁷² Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, p. 414. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

A reorganização dos serviços era uma resposta às críticas dos professores³⁷³, numa fase de legitimação do regime. A direção geral passou a denominar-se Direção Geral do Ensino Primário e os seus serviços foram divididos em três categorias: os serviços de direção e administração do ensino, os serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino e os serviços de inspeção e disciplinares.

As competências da DGEP abrangiam o ensino primário, as escolas de formação de professores, e a proteção aos órfãos e filhos dos docentes. O funcionamento dos seus serviços, embora separados a partir desse diploma, não deixava de ser concertado, porque imperava a necessidade de fiscalização do desempenho de todos os funcionários da escala hierárquica. A sua verificação comportava a função disciplinar e a aplicação de sanções sempre que se verificassem infrações. Na realidade, as funções de orientação e de fiscalização eram protagonizadas pela figura do inspetor, porque se considerava que ambas contribuíam para o alinhamento da escola primária com o interesse nacional.

O preâmbulo do decreto expressava a orientação nacionalista da escola primária³⁷⁴, princípio estruturante que estaria na base das práticas discursivas relacionadas com a orientação profissional e a doutrinação dos agentes de ensino. Foram identificados os meios necessários à renovação dos métodos pedagógicos e didáticos dos professores: as conferências de professores e os cursos de aperfeiçoamento, a publicação do *Boletim do Ensino Primário Oficial* e a Biblioteca e Museu do Ensino Primário.

O país foi dividido em distritos escolares, em substituição das regiões escolares, que correspondiam aos distritos administrativos. O mesmo acontecia com a Madeira e os Açores que deixaram de estar divididos em círculos escolares. Cada distrito era composto por zonas escolares compostas por 20 ou mais professores. Nos distritos administrativos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada, a competência da DGEP restringia-se aos domínios da orientação e inspeção e as restantes atribuições permaneciam com as Juntas Gerais³⁷⁵, onde se incluía a organização das estatísticas escolares.

³⁷³ Ver a esse propósito a correspondência trocada entre Cordeiro Ramos e Salazar. ANTT, AOS/CP/ 234 - Cordeiro Ramos 1932-1962.

³⁷⁴ Decreto n.º 22 369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933, p. 415.

³⁷⁵ As Juntas Gerais foram constituídas em 1895, por Decreto de 2 de março. A sua constituição e funcionamento era regulada, no período da ditadura, pelo Decreto n.º 15035, de 16 de fevereiro de 1928. Tinham competências sobre o ensino, nomeadamente relativas à criação e manutenção de escolas,

Os serviços de direção e administração do ensino eram exercidos, no ministério, pelo diretor geral. Esses serviços eram desempenhados por uma hierarquia de funcionários: inspetores de distrito escolar, os seus delegados nos concelhos, diretores das zonas escolares, diretores de escolas e regentes de postos de ensino.

O centralismo administrativo provocou a extinção das Juntas Escolares. Se a descentralização da gestão administrativa republicana nas câmaras municipais tinha sido alvo de críticas pelos professores, que a apelidavam de um “pesadelo”³⁷⁶, as Juntas Escolares, pelo contrário, eram elogiadas³⁷⁷, porque permitiam a participação dos professores na gestão escolar, princípio defendido pelo professorado durante a Primeira República. A participação dos professores tornou-se, a partir de 1933, com a nova reforma muito reduzida, e o seu papel profissional sujeito, cada vez mais, a doutrinação e controlo.

A atuação concertada de todos os funcionários da estrutura hierárquica administrativa era desenvolvida através de regulação e de reuniões. As reuniões dos responsáveis pelos vários serviços foram instituídas para que o Ministro e a direção geral pudessem acompanhar, de forma mais direta, o funcionamento dos vários serviços. O princípio da disciplina também estava presente nessas reuniões, porque era nelas que se definiam as linhas orientadoras que iriam presidir aos serviços de orientação e de fiscalização do professorado e guiar a ação dos seus funcionários. Em cada sede de distrito, o inspetor de distrito era o representante da administração central, a quem competia garantir que a autoridade e a orientação da administração escolar chegassem a cada uma das escolas da sua área. O diretor geral reunia com os inspetores dos distritos escolares, com a autorização prévia do Ministro, e após ter tomado conhecimento da ordem de trabalhos, local e calendarização de cada reunião. Os inspetores dos distritos reuniam-se com os seus diretores de zona.

A DGEP compreendia os serviços de inspeção e disciplinares. Esses serviços controlavam se todos os seus funcionários cumpriam a regulação em vigor e promoviam as sanções disciplinares para as infrações praticadas³⁷⁸. Ao nível dos serviços de orientação pedagógica e de aperfeiçoamento do ensino, a DGEP deveria desenvolver ações que

vencimentos e concursos. O Decreto n.º 15805, de 31 de julho de 1928, ampliou a descentralização administrativa dos distritos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada. Por esse decreto, os serviços do MIP transitaram para as juntas, incluindo todos os estabelecimentos de ensino.

³⁷⁶ *Escola Moderna*, n.º 195, 18 de janeiro de 1925, 1.

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ Art.º 175 do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

promovessem a melhoria dos métodos pedagógico-didáticos e fornecessem aos professores elementos enriquecedores da sua cultura³⁷⁹.

O diretor geral era central nessa nova estrutura. Tinha como adjuntos o chefe da repartição do ensino primário³⁸⁰, para assuntos de carácter administrativo, e um inspetor-principal ou orientador, proposto por ele e designado pelo Ministro. No domínio da direção e administração do ensino, o diretor geral preparava as propostas de leis, decretos e regulamentos relativos aos serviços sobre a sua dependência, distribuía o pessoal do ministério e qualificava o seu serviço, e concedia licenças de serviço.

Enquanto agente dos serviços de orientação e aperfeiçoamento, o diretor presidia à secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública, dirigia o *Boletim do Ensino Primário Oficial* e propunha ao Ministro ações que contribuíssem para o progresso do ensino.

No contexto das suas atribuições disciplinares, o diretor visitava e inspecionava escolas, determinava inspeções ordinárias e extraordinárias, promovia inquéritos ao funcionamento de escolas e a professores, apreciava relatórios de inspeções e inquéritos, e presidia aos conselhos de disciplina das Escolas do Magistério Primário e do Magistério Primário.

O diretor geral, em matéria inspetiva e disciplinar, era secundado por um corpo constituído por seis inspetores principais. A sua nomeação era de carácter definitivo e recaía em inspetores de distritos escolares com pelo menos dez anos de serviço qualificado de suficiente³⁸¹. Esses inspetores realizavam inspeções, de natureza ordinária e extraordinária, inquéritos e procediam à instrução de processos disciplinares³⁸² a pessoal docente e não docente. Para a realização do seu serviço, os distritos escolares foram distribuídos pelos inspetores principais, por despacho do diretor geral. A sua residência oficial devia ser dentro da área de um dos distritos escolares que lhe foram distribuídos. Qualquer

³⁷⁹ Ver o processo de orientação no capítulo IV.

³⁸⁰ A Repartição compreendia três secções. A 1ª secção tratava de assuntos ligados ao recenseamento escolar, criação e extinção de escolas, cursos e postos de ensino. A 2ª secção era responsável por assuntos ligados à inspeção e disciplina, exames, assistência escolar. A 3ª secção encarregava-se de matérias ligadas ao movimento do pessoal docente e administrativo, orientação pedagógica e inspeção, vencimentos, licenças, aposentações, diuturnidades.

³⁸¹ Art.º 180º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

³⁸² Ver o processo de instrução dos processos disciplinares no capítulo VI.

deslocação da área da sua residência oficial carecia de informação ao diretor geral, e em caso de licença a mesma tinha que ser solicitada e autorizada pelo diretor³⁸³.

Na estrutura hierárquica da DGEP, os inspetores principais tinham uma posição superior aos inspetores dos distritos escolares, embora o nível de vencimento fosse o mesmo. Os inspetores dos distritos escolares desempenhavam funções de natureza administrativa, pedagógica e disciplinar. Do ponto de vista administrativo, os inspetores organizavam a estatística, tratavam de assuntos ligados ao pessoal docente e não docente³⁸⁴, à criação e extinção de cursos noturnos e postos de ensino, à nomeação de júris de exame, procediam a vistorias e inspeções às escolas³⁸⁵ e velavam pela disciplina do professorado³⁸⁶.

O processo de nomeação dos inspetores e subinspetores foi alvo de críticas, porque se considerava que os requisitos do concurso impediam muitos professores de concorrer, porque não tinham a classificação exigida³⁸⁷. Podiam concorrer ao concurso professores primários, com 16 ou mais valores de diploma e cinco anos de serviço, com aprovação nas cadeiras que constituíam a secção de ciências pedagógicas da Faculdade de Letras.

A imprensa da educação, assim como alguns professores e inspetores³⁸⁸, defendiam a existência de um concurso, porque permitiria seleccionar os verdadeiramente interessados e competentes. Apenas se criticava o requisito da posse das cadeiras pedagógicas porque se considerava que privilegiava os professores das cidades com universidades e excluía um número considerável de professores competentes a nível nacional³⁸⁹.

O inspetor era coadjuvado, em cada concelho que não era sede de distrito, por um delegado. A escolha de delegados escolares entre os professores do concelho foi bem

³⁸³ Essa informação encontrava-se em vários processos instaurados a professores. Eram enviados ofícios sempre que o inspetor se deslocava em trabalho. Informava também o diretor geral no dia em que regressava à sua residência oficial. Um período de licença era solicitado previamente e para o gozar necessitava de despacho favorável do diretor geral.

³⁸⁴ Como concursos e vencimentos.

³⁸⁵ Atribuição de natureza disciplinar.

³⁸⁶ Os inspetores de distrito tinham as suas funções definidas no art.º 13º, num total de 26. Salientámos as que consideramos mais relevantes para o nosso trabalho. Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

³⁸⁷ Foi o caso do professor Faria Artur. Ver *A Escola Primária*, n.º 22, 20 de abril de 1933, 23-24.

³⁸⁸ Foi o caso do Inspetor Joaquim Tomás que escreveu artigos na imprensa a defender os concursos. Ver *Escola Primária*, n.º 3 de 5 de maio de 1932, 35. O professor Gil Mendonça também produziu artigos defensores do concurso para inspetores. Ver *A Escola Primária*, n.º 10, 20 de outubro de 1932, 149-150.

³⁸⁹ *A Escola Primária*, n.º 22, 20 de abril de 1933, 23-24.

acolhida pela imprensa, porque se considerava que o professor via no seu par uma pessoa que compreendia os problemas do ensino e da profissão docente³⁹⁰.

O delegado escolar representava o inspetor junto das autoridades locais, velava pela disciplina, recebia as justificações de faltas e a relação dos alunos, e organizava o serviço de matrícula e as pautas de exames. Muitos delegados escolares deparavam-se com dificuldades em conciliar as suas novas funções administrativas com a prática da docência³⁹¹. O exercício dessas funções tendia para que o grupo-turma atribuído ao professor delegado não fosse muito numeroso, nem constituído por várias classes³⁹².

Os diretores das zonas escolares eram os responsáveis por todos os serviços do ensino primário na respetiva zona e as suas funções compreendiam a organização de estatística, visitas às escolas, organização das turmas e distribuição do serviço docente, e velar pela disciplina e solucionar conflitos entre os docentes, além da aquisição de mobiliário e material³⁹³.

Os inspetores, os seus delegados concelhios e os diretores de zonas escolares e de escolas desempenhavam funções no contexto dos serviços de orientação, garantindo que eram executadas todas as instruções da DGEP. Competia-lhes qualificar o serviço docente e impedir que fossem utilizados manuais e material que não tivesse sido adotado.

Os inspetores orientadores, em número de dez, pertenciam aos serviços de orientação e aperfeiçoamento. Integravam a secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública e participavam nas conferências de professores, como oradores e assistentes. Cumpria-lhes visitar as escolas e examinar o serviço dos docentes. Participavam na organização das conferências de professores e nos cursos de aperfeiçoamento.

O número de inspetores foi reduzido para oito, nos finais de junho desse ano, com a justificação de que o artigo 34º Decreto n.º 22369, que lhes tinha dado origem, saiu com inexatidão³⁹⁴. Esse corpo inspetivo passou a ser constituído por seis inspetores do sexo

³⁹⁰ *Escola Moderna*, n.º 641, de 12 de junho de 1933, 1.

³⁹¹ Mónica. M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 162.

³⁹² Entrevista ao Professor Moreirinhas Pinheiro.

³⁹³ Art.º 16 do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

³⁹⁴ Decreto n.º 22777, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

masculino e dois do sexo feminino. A sua nomeação era feita pelo Ministro, através de concurso público. As condições do concurso foram alteradas novamente. Passaram a poder concorrer professores diplomados com 18 valores, professores com 16 valores mais cinco anos de tempo de serviço e com aprovação nas cadeiras pedagógicas da Faculdade de Letras, ou licenciados das Faculdades de Letras ou de Ciências com aprovação nas cadeiras pedagógicas da Faculdade de Letras.

A criação desse corpo de inspetores orientadores vinha ao encontro das representações da figura do inspetor construídas pelos grupos de profissionais dos inspetores e professores. Na década de 20, surgiram vários textos na imprensa que debatiam o perfil do inspetor, como na *Revista Escolar* e na *Federação Escolar*. Apresentava-se um perfil de um profissional competente, que sabia orientar o professor, ao nível dos métodos pedagógicos e didáticos, de forma “sensata”³⁹⁵, mas “firme”³⁹⁶, para que o docente seguisse as suas recomendações e corrigisse a sua metodologia e processologia. Pretendia-se que o inspetor fosse um supervisor quando, no seu trabalho, associava as vertentes da orientação e da fiscalização, sendo essa última sempre entendida como uma ação desenvolvida para a identificação de problemas e sua superação³⁹⁷.

A supervisão era, no entanto, um conceito que ultrapassava a esfera da orientação, feita pelos inspetores, porque visava o desenvolvimento profissional do docente mediante o seu acompanhamento regular³⁹⁸. Esse acompanhamento pretendia a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e o progresso dos alunos. Para que isso acontecesse era defendido que a ação orientadora e fiscalizadora tinha de ser “ativa”³⁹⁹, ou seja presencial, e que não se processasse à distância mediante à análise de relatórios e de estatísticas escolares⁴⁰⁰. Na prática, o trabalho dos inspetores não possibilitava que fosse feito um acompanhamento regular de todos os professores da sua área, e como tal não considerámos que exercessem uma função supervisora.

³⁹⁵ Tomás, J. (1921, mar.). O professor e o caos da instrução primária. *Revista Escolar*, n.º 3, 79.

³⁹⁶ Tomás, J. (1921, mar.). O professor e o caos da instrução primária. *Revista Escolar*, n.º 3, 79.

³⁹⁷ O inspetor era encarado como o mestre que orientava e auxiliava o docente. Ver *O Ensino Primário*, n.º 88, de 14 de fevereiro de 1932, 81.

³⁹⁸ Para a definição da noção de supervisão pedagógica usámos a conceção defendida por Isabel Alarcão e José Tavares que a consideram, no âmbito da orientação profissional docente, uma atividade que tem como objetivo o seu desenvolvimento profissional. Alarcão, I. & Tavares, J. (1987). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina.

³⁹⁹ Notas e comentários. *Revista Escolar*, n.º 4, abril de 1921, 79.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

A importância dada aos dois eixos orientadores da ação da DGEP ocasionou uma nova alteração na estrutura da DGEP com o Ministro Eusébio Tamagnini. As medidas tomadas procuravam diferenciar a função da orientação da função disciplinar. A figura do inspetor adjunto do diretor geral foi desdobrada e passaram a existir dois inspetores, um para os serviços de orientação e outro para os serviços disciplinares.

Apesar da importância dada à orientação pedagógica e ideológica, nos finais de dezembro de 1935, aumentou-se de seis para oito o número de inspetores dos serviços disciplinares⁴⁰¹. Caminhava-se para um aumento do controlo e da ação disciplinar sobre os docentes. As inspeções dos distritos escolares passaram a designar-se por direções, dirigidas por diretores com a categoria com a categoria de subinspetores. Cada diretor de distrito escolar era coadjuvado por um adjunto. Os inspetores e subinspetores de distritos passaram a diretores e adjuntos, com as mesmas atribuições⁴⁰².

A reforma da estrutura orgânica de Carneiro Pacheco: controlo e disciplina

A estrutura orgânica da administração escolar foi remodelada e reforçou-se as competências do seu centro decisorio com o Ministro Carneiro Pacheco, a partir de 1936, numa conjuntura fortemente influenciada pela situação política da Espanha e o receio da propagação dos ideais comunistas.

A educação nacionalista revestia-se agora de um carácter moralizador que se traduzia numa ofensiva doutrinadora e disciplinadora⁴⁰³. A coerência discursiva tinha sido até 1936 uma característica dos preâmbulos dos diplomas legais. Apresentava-se uma reflexão crítica do modelo da gestão escolar e ensino republicano como suporte legitimador da construção de um novo modelo. A partir desse ano, a legitimação das reformas deixou de ser feita nos discursos legais e produzia-se essencialmente através de textos no boletim *Escola Portuguesa*, de palestras e cursos de aperfeiçoamento para docentes.

⁴⁰¹ Decreto n.º 26175, de 31 de dezembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 31 de dezembro de 1935.

⁴⁰² Art.º 11º do Decreto n.º 26175, de 31 de dezembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 31 de dezembro de 1935.

⁴⁰³ O Decreto-lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936, da Presidência do Conselho de Ministros determinava que para a admissão a concurso, nomeação, recondução, promoção, comissão de serviço, concessão de diuturnidade e transferência, em relação aos lugares do Estado e serviços autónomos, bem como dos corpos administrativos, fosse exigida uma declaração em como se estava integrado na ordem social estabelecida pela Constituição de 1933 e com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

A Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, alterou o nome do ministério para Ministério da Educação Nacional, como foi referido anteriormente. O diploma não apresentou alterações significativas da estrutura orgânica e incidiu antes na criação dos alicerces que possibilitavam o desenvolvimento de um programa pedagógico de cariz tradicionalista e católico⁴⁰⁴.

Foram extintos o Conselho Superior de Instrução Pública e a Junta de Educação Nacional. Foi criada a Junta Nacional da Educação (JNE)⁴⁰⁵. O presidente da Junta era da escolha do Ministro e devia ser uma personalidade que tivesse dado provas do seu interesse pela educação da juventude. A Junta era constituída por sete secções e a segunda era responsável pelo ensino primário e dirigida pelo diretor geral do ensino primário⁴⁰⁶. Tinha atribuições de natureza orientadora e fiscalizadora, procedendo a estudos preparatórios para elaboração ou revisão de diplomas legais e promovendo experiências pedagógicas para o aperfeiçoamento dos serviços.

A função doutrinadora estava presente no diploma legal que a regulamentou, quando se determinava que a Junta ia dirigir, pela política do espírito, a cultura escolar nacionalista, “no sentido da formação moral e intelectual”⁴⁰⁷ dos jovens para que esses consciencializassem o dever de servir o Estado-Nação⁴⁰⁸. Assumia-se que competia à JNE a orientação da “política pedagógica” do Estado Novo, e para isso devia promover ações que preparassem e aperfeiçoassem o professorado nos domínios espiritual e profissional⁴⁰⁹. Defendia-se que essas ferramentas eram essencialmente adquiridas no período de formação e de realização de estágio, questões que começavam a apontar para a necessidade de reestruturação das escolas de formação dos docentes.

O Conselho Permanente de Ação Educativa, criado pela Lei n.º 1941, desempenhava funções executivas e consultivas que pretendiam assegurar o funcionamento de uma

⁴⁰⁴ Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

⁴⁰⁵ Base II da Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

⁴⁰⁶ Dessa secção faziam parte um vice-presidente, entre quatro e seis vogais, um representante do ensino colonial, o inspetor do ensino particular, um representante dos pais e educadores e outro pelos municípios.

⁴⁰⁷ Art.º 15 do Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

⁴⁰⁸ O diploma referia-se à formação moral e intelectual da consciência da Nação e do dever de servi-la, em todas as circunstâncias, dentro da ordem socialmente estabelecida.

⁴⁰⁹ Ponto 6 do Art.º 15º do Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

estrutura hierárquica unitária⁴¹⁰. A esse organismo, enquadrado na JNE, competia-lhe uma ação fiscalizadora sobre todos os estabelecimentos tutelados pelo ministério para que cumprissem o “programa educativo do Estado Novo”⁴¹¹. Nesse contexto, o Conselho tinha a jurisdição disciplinar sobre todos os funcionários do MEN, incluindo os docentes dos vários níveis de ensino.

A essa lei seguiram-se outros normativos que visavam a operacionalização desse programa político-pedagógico e que procediam a alterações na gestão escolar, nomeadamente nos serviços pedagógicos, mas com propósitos disciplinares. A disciplina dos funcionários intensificava-se novamente, com o propósito de eliminar quaisquer sinais de oposição ao regime. Defendia-se que a fiscalização permanente dos serviços era um princípio geral subjacente ao regular funcionamento da administração escolar⁴¹².

A partir do ano letivo de 1936-1937, a direção geral obrigou a que os opositores aos concursos para as escolas, na categoria de pessoal docente e não docente, passassem a apresentar a declaração, exigida por lei, de repúdio ao comunismo⁴¹³. Permitia-se, no entanto, que os funcionários do ministério se inscrevessem na Legião Portuguesa, sem precisarem de autorização superior⁴¹⁴.

Os adjuntos do diretor geral deixaram de ser obrigatoriamente inspetores e passaram a designar-se por chefes de secção, um para os serviços administrativos e outro para os serviços pedagógicos e disciplinares⁴¹⁵. Eram nomeados livremente pelo Ministro, entre professores primários que tivessem exercido funções inspetivas ou diretivas, e que possuíssem uma boa classificação do seu serviço.

Esse desdobramento era revelador de uma significativa alteração orgânica e da perceção que a ação de doutrinação e disciplina do professorado tinha que ser exercida em simultâneo e não dissociada. Apostava-se na inculcação ideológica, mas a não adesão

⁴¹⁰ Art.º 2º do Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

⁴¹¹ Art.º 24º do Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

⁴¹² Proposta de lei sobre a reforma do ensino primário. *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 25 de novembro de 1937, p. 14.

⁴¹³ Circular n.º 555 da Direção Geral, 20 de novembro de 1936. *Boletim Escolar*, n.º 168, 20 de dezembro de 1936, 10.

⁴¹⁴ Circular n.º 446 da Direção Geral, de 23 de novembro de 1936. *Boletim Escolar*, n.º 168, 20 de dezembro de 1936, 10.

⁴¹⁵ Art.º 11 do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

levava à punição da infração e, por isso, fazia sentido que esses serviços funcionassem em sintonia.

A partir de junho de 1938, determinou-se que era imprescindível que os diretores escolares e seus adjuntos fossem pessoas integradas no regime e de idoneidade moral, mas abria-se concurso público para esses cargos, com a “prestação de provas adequadas”⁴¹⁶. Desse concurso eram eliminados, em julgamento de admissão, os opositores que não tivessem moral irrepreensível e espírito nacionalista⁴¹⁷.

Ao nível dos serviços da inspeção permanente, alterou-se a estrutura criada por Cordeiro Ramos em 1933, com a divisão entre inspetores orientadores e inspetores disciplinares. Foi criado um quadro único de inspetores, em novembro de 1936, e reduziu-se o seu número de dezasseis para doze⁴¹⁸.

A necessidade de uma estrutura hierárquica que executasse, sem falhas, a política educativa do regime foi responsável pela decisão de que a seleção desse corpo de inspetores fosse feita pelo Ministro, que também passou a escolher livremente os diretores dos distritos escolares, os seus adjuntos, os delegados nos concelhos e os secretários das zonas escolares⁴¹⁹. A sua nomeação não era feita a termo certo, porque o Ministro podia substituí-los a qualquer momento⁴²⁰. Os interesses políticos prevaleciam claramente, a partir desse diploma, sobre a competência profissional⁴²¹.

O país passou a ser dividido em regiões escolares, subdivididas em círculos escolares, pela Lei de Bases do Ensino Primário, publicada a 20 de maio de 1938⁴²². A referência ao peso excessivo do trabalho administrativo dos funcionários superiores do MEN originou a

⁴¹⁶ Portaria n.º 9015, de 11 de junho de 1938. *Diário do Governo* n.º 133, I Série, de 11 de junho de 1938, p. 964.

⁴¹⁷ Portaria n.º 9015, de 11 de junho de 1938. *Diário do Governo* n.º 133, I Série, de 11 de junho de 1938, p. 965.

⁴¹⁸ A seleção dos inspetores que foram mantidos no quadro foi da livre escolha do ministro. Art.º 12 do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁴¹⁹ Art.º 13º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁴²⁰ Com base do disposto no art.º 54 do Decreto-lei n.º 26611 de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁴²¹ Essa orientação continuou com o Ministro Mário de Figueiredo. No Decreto-lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942, determinou-se que a escolha dos diretores gerais, inspetores do ensino particular e dos espetáculos, chefes de repartição e de secção fossem escolhidos pelo ministro entre pessoas de reconhecida competência. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

⁴²² Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

determinação de que os serviços administrativos da gestão do ensino primário fossem individualizados em relação aos restantes e passassem a ser da responsabilidade das secretarias das regiões escolares⁴²³.

A ação fiscalizadora surgia como condição necessária ao aperfeiçoamento profissional dos docentes e defendia-se que as deficiências de funcionamento dos serviços tinham impedido até ao momento a sua execução⁴²⁴. A conceção de fiscalização introduzida pela reforma tinha implícitas as vertentes pedagógica e moralizadora, consideradas essenciais para que a escola atingisse a sua “dimensão educativa”⁴²⁵. Assumia-se que a fiscalização incidia sobre as práticas dos docentes que se consideravam influenciadas por dezasseis anos de espírito democrático⁴²⁶.

A ação política da direção geral estruturava-se em nome daquilo que Salazar definia como a defesa moral da Nação⁴²⁷, fundamentada em referenciais identitários que individualizam os portugueses e os protegem dos interesses materiais e individualistas predominantes nos regimes liberal e comunista, segundo a visão oficial do regime⁴²⁸. Para a defesa desse princípio, a administração escolar adotou uma política de conformidade⁴²⁹ de toda a estrutura hierárquica, mas com particular incidência nos agentes de ensino, com os objetivos da política governamental.

O jornal *O Educador* elogiava a separação dos serviços, porque considerava que até então os inspetores estavam sobrecarregados de trabalho burocrático e as visitas inspetivas eram de índole disciplinar e realizadas no contexto da instrução de processos. O periódico defendia que o mais importante era que o professor primário fosse “orientado, encaminhado, dirigido”⁴³⁰.

⁴²³ Base VII da Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

⁴²⁴ Intervenção do Deputado Diniz da Fonseca na discussão da proposta de reforma do ensino primário. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 695.

⁴²⁵ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 696.

⁴²⁶ Intervenção do Deputado Melo Machado na discussão da proposta de reforma do ensino primário. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 696.

⁴²⁷ Salazar, A. O. (2010). Discurso de 25 de junho de 1942. *Pensamento e Doutrina política. Textos Antológicos*. Lisboa: Babel, p.193.

⁴²⁸ Salazar, A. O. (2010). Discurso de 23 de julho de 1942. *Pensamento e Doutrina política. Textos Antológicos*. Lisboa: Babel, p. 195.

⁴²⁹ Salazar definia a política como os meios “pelos quais a consciência publica é levada a um estado de adesão ou simples conformidade” com os objetivos do governo. Ver Salazar, A. O. (1947). *Unidos em prol da Nação*. Lisboa: Edições SNI, p. 13.

⁴³⁰ *O Educador*, 24 de abril de 1938, 1.

A reforma não trazia na realidade mudanças significativas e o desequilíbrio persistia, porque, de acordo com o jornal *O Educador*, ao serviço dos inspetores se encontrava um número reduzido de funcionários da secretaria do distrito⁴³¹. A imprensa pedagógica continuava a lamentar a falta de inspeção pedagógica⁴³² e o predomínio das funções disciplinadoras⁴³³. A participação dos professores na vida do Estado era “passiva”⁴³⁴ e reduzia-se da parte do governo e da administração escolar à prestação de esclarecimentos de carácter ideológicos, enunciados pela regulação e pelo boletim *Escola Portuguesa*. O conformismo imposto comportava o predomínio da função disciplinadora sobre a orientadora.

O reforço dos serviços disciplinares

Após a saída de Carneiro Pacheco da pasta da instrução, e no contexto da guerra mundial, o discurso ideológico ganhou mais peso nos diplomas legais, enfatizando-se as ideias de disciplina e obediência. Essas ideias expressavam-se, por exemplo, no normativo legal que criou, em 1942, a Direção Geral da Educação Física, Deportos e Saúde Escolar em substituição da Direção Geral de Saúde Escolar, organismo que se apresentava como o orientador da formação física do povo e introdutor da disciplina no desporto⁴³⁵.

O Ministro Mário de Figueiredo, em setembro de 1942, justificou que a criação dessa direção geral trouxera novas alterações na estrutura do ministério, com a reorganização da JNE, a criação de uma inspeção geral do ensino⁴³⁶ e os adjuntos do diretor geral passarem a designar-se por chefes de secção⁴³⁷. A reorganização da JNE foi considerada essencial no sentido desse organismo ser dotado de um instrumento burocrático que organizasse os processos da sua competência e para que o Conselho Permanente de Ação Educativa não se reduzisse meramente ao julgamento de processos disciplinares.

⁴³¹ *O Educador*, n.º 317, 5 de fevereiro de 1939, 1 e 6.

⁴³² *O Educador*, n.º 339, de 9 de julho de 1939, 1 e 6.

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ Ver a esse respeito o conceito de intervenção dos cidadãos no Estado de Marcello Caetano. O autor considerava que a intervenção passiva dos cidadãos se caracterizava pela “exigência permanente de esclarecimentos vindos dos próprios órgãos governamentais”. Ver Caetano, M. (1968). *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Editorial Verbo, p. 112.

⁴³⁵ Decreto-lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ Um era responsável pelos serviços ligados ao movimento de pessoal e o outro era responsável pelos serviços de ordem administrativa, pedagógica e disciplinar.

A existência de uma inspeção geral do ensino, que exercesse funções inspetivas de carácter pedagógico e administrativo, fundamentava-se na necessidade de corrigir o deficiente funcionamento dos serviços que se limitavam à prática de inspeções disciplinares e à instrução de processos disciplinares a professores⁴³⁸.

Nesse mesmo ano foi criada a Inspeção Geral do Ensino que tinha jurisdição sobre todos os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, com exceção dos militares⁴³⁹. Até à organização dos seus serviços, as funções inspetivas eram da competência das direcções gerais e da Inspeção do Ensino Particular. Competia ao MEN designar os inspetores do ensino primário que seriam responsáveis pelos serviços de orientação pedagógica. A criação da Inspeção Geral do Ensino conduziu à criação de um novo *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado*, em 1943, uma vez que essa matéria ainda tinha como suporte o regulamento republicano.

A importância dos serviços de orientação no Plano de Educação Popular

O número de diplomas que introduziram reformas na estrutura da gestão escolar diminuiu substancialmente, na década de 50, uma vez que o modelo da administração educativa salazarista já tinha sido criado. Com o Ministro Pires de Lima apenas se introduziram as alterações necessárias para a operacionalização do Plano de Educação Popular e o combate ao analfabetismo.

Os diplomas legais que introduziram essas medidas educativas, como já aludimos anteriormente, encontravam-se marcados por um discurso ideológico apologético da obra educativa salazarista. Práticas discursivas que poderiam estar relacionadas com alguma agitação que se fazia sentir em setores do professorado primário nos finais da década de 40.

O Ministro Caeiro da Mata, em finais de março de 1946, já alertara para que a participação de professores em representações ao governo era passível de procedimentos disciplinares. Essa ação repressiva foi visível no aumento do número de processos que foram instaurados

⁴³⁸ Decreto-lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942, p. 1136.

⁴³⁹ Art.º 1º do Decreto-lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

no pós-guerra, nomeadamente por comportamento considerado imoral⁴⁴⁰. Os focos de alguma resistência justificavam o aumento da doutrinação na imprensa e na regulação.

O diploma legal que criou o Plano de Educação Popular definia a nova organização dos serviços da DGEP e o alargamento dos quadros do pessoal das direcções dos distritos escolares⁴⁴¹. A existência de duas secções da direcção geral era considerada desapropriada, porque a heterogeneidade e o excessivo peso das funções administrativas da secção de serviços administrativos, pedagógicos e disciplinares não lhe permitiam dedicar-se a assuntos ligados à orientação e aperfeiçoamento do ensino. Defendia-se o regresso à estrutura tripartida da direcção geral desenhada pelo Ministro Cordeiro Ramos em 1933, pelo Decreto n.º 22369 e, por isso, se criava mais uma secção, a pedagógica, para dar resposta às necessidades impostas pela execução do Plano de Educação Popular.

A secção pedagógica ficou responsável pela orientação do boletim *Escola Portuguesa*, a literatura infantil, a rádio escolar e o cinema educativo. Meios responsáveis pela difusão da política educativa e através dos quais se procurava incentivar a participação de professores e a colaboração de setores económicos com a política de combate ao analfabetismo.

A secção administrativa e de difusão do ensino era responsável pelo estudo de assuntos ligados à expansão do ensino primário e a estratégias de combate ao analfabetismo da população adulta.

A aplicação dessa reforma educativa articulava-se com estratégias de reforço da orientação do professorado, nomeadamente através da organização de cursos de aperfeiçoamento para professores e regentes escolares.

O seu sucessor na pasta da Instrução, Leite Pinto, reforçou a estrutura da DGEP, em setembro de 1956, com duas novas repartições, criadas para dar resposta ao avolumar do serviço da direcção geral relacionado com o aumento do número de escolas e de alunos⁴⁴². Foi criada a repartição dos assuntos administrativos que integrava, segundo o ministério,

⁴⁴⁰ Ver o tratamento dos processos disciplinares instaurados por conduta moral considerada imprópria no capítulo VI.

⁴⁴¹ Alterações que como já referimos se destinavam a dar solução aos diversos problemas da escola primária que impediam a concretização do plano de alfabetização dos portugueses. Ver a esse respeito o Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952, p. 1081.

⁴⁴² Decreto-lei n.º 40762, de 7 de setembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 7 de setembro de 1956.

cerca de vinte e dois mil funcionários, e que perdia as atribuições ligadas à expansão do ensino⁴⁴³. Era composta por duas secções, a dos assuntos administrativos e a do movimento do pessoal. A segunda repartição criada foi a dos assuntos pedagógicos, difusão do ensino e assistência escolar, constituída por três secções: difusão do ensino e estatística; orientação pedagógica e disciplinar; e assistência escolar.

O Ministro procedeu à reorganização dos serviços de inspeção, por esse normativo, formando-se um quadro de inspeção do ensino primário composto por dezoito inspetores orientadores, uma vez que o corpo de doze inspetores existentes não conseguia dedicar-se ao serviço de orientação devido ao peso dos serviços disciplinares.

Após o período de experimentação dessa reorganização, Leite Pinto procedeu a alguns ajustes nos serviços da DGEP⁴⁴⁴. Os relatórios e ofícios dos diretores dos distritos escolares referiam-se a uma sobrecarga de trabalho de secretaria impeditiva da ação pedagógica e inspetiva sobre os agentes de ensino. Para a superação desse problema determinou-se que os diretores dos distritos escolares, com mais de mil docentes, passassem a ser coadjuvados por dois adjuntos, um para os serviços administrativos, o chefe de secretaria, e outro para os assuntos pedagógicos⁴⁴⁵.

Os diretores dos distritos escolares passaram a ser auxiliados por delegados em todos os concelhos, à exceção dos concelhos de Lisboa e do Porto. O Ministro podia nomear entre um e quatro professores primários, sem prejuízo da função docente, para auxiliarem como adjuntos, os secretários das zonas escolares ou os delegados concelhios.

As professoras primárias efetivas passaram a poderem ser nomeadas para funções de delegado e adjunto, de secretário de zona e de diretor de escola do sexo masculino, embora se tenha dado preferência a que essas últimas funções fossem desempenhadas por professores efetivos do sexo masculino⁴⁴⁶. A crescente feminização do ensino justificou certamente essa disposição legal e muito possivelmente os interesses do ensino a que o

⁴⁴³Decreto-lei n.º 40762, de 7 de setembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 7 de setembro de 1956, p. 1537.

⁴⁴⁴ Decreto-lei n.º 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

⁴⁴⁵ Art.º 42º do Decreto-lei n.º 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

⁴⁴⁶ Art.º 48º do Decreto-lei n.º 40 964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

diploma alude estariam relacionados com a falta de professores do sexo masculino, face ao aumento da rede escolar.

III. O Professorado Primário

A política educativa do Estado Novo construiu uma nova identidade profissional do docente, apresentando-o como um modelador de almas das futuras gerações. Essa representação dava enfoque à formação ética e ideológica e desvalorizava a competência pedagógico-científica do professor primário. Importava proceder a uma caracterização socioprofissional do professor primário no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, para que pudéssemos compreender se a visão redutora do ensino primário se refletiu na sua formação e carreira profissional. Optámos por iniciar essa caracterização nos finais da monarquia e prolongá-la até finais da década de 50, no sentido de identificarmos linhas de continuidade ou de rutura.

A exigência de uma habilitação profissional, no período republicano, para o exercício do magistério primário levou-nos a considerar a evolução do processo de formação de professores. A análise das várias reformas foi feita com base na regulação, em textos da imprensa da educação, relatórios de estágios, relatórios de inspetores, e em documentação dos Arquivos das Escolas do Magistério Primário de Faro e de Lisboa e do AHME. Procurámos equacionar a forma como essas reformas espelhavam o ideário do regime, a sua ação política de controlo sobre alunos e professores das escolas de formação e ainda a sua visão simplista do ensino primário.

O exercício da profissão, numa escola pública, permitia ao professor ingressar na carreira docente. Abordámos a sua origem social e a evolução do seu estatuto profissional, no sentido de percebermos quais as alterações introduzidas na carreira docente, em relação ao período republicano. Para a nossa análise consideramos dados do *Anuário Estatístico de Portugal* e das *Estatísticas da Educação*, textos da imprensa de educação, e o espólio documental do AHME, com principal destaque para os registos biográficos de professores.

Para a caracterização do professorado primário interessava considerar ainda o quotidiano escolar. A prática do professor decorria num espaço preciso, a sala de aula, e desenvolvia-se temporalmente ao ritmo do calendário escolar e do seu horário letivo. O quotidiano do docente não se restringia à prática pedagógica, sendo a sua atividade marcada por um excesso de burocratização. O trabalho administrativo era um mecanismo de controlo indireto da docência por parte da DGEP, desenvolvido ao longo do ano letivo, e que o docente cumpria voluntariamente, porque entendia que se enquadrava nos seus deveres profissionais. A função pedagógico-política de formação das gerações futuras e da

comunidade local era valorizada pela administração escolar. Identificámos algumas das estratégias da administração escolar para difundir os princípios do regime, como as comemorações e a participação dos professores em campanhas eleitorais.

Procurámos caracterizar essa vivência quotidiana, ainda que indiretamente, através da regulação, da imprensa da educação e do espólio documental do AHME e dos Arquivos das Escolas do Magistério Primário de Lisboa e do Algarve.

A formação

A importância dada à escola primária como espaço de socialização e de formação de cidadãos conduziu a que o Estado criasse, na década de 60 do século XIX, as escolas de formação de professores, designadas por Escolas Normais, segundo Nóvoa, para controlar o grupo profissional dos professores primários⁴⁴⁷. Em 1862 era criada a Escola Normal Primária de Marvila, em Lisboa, para os alunos do sexo masculino. Quatro anos mais tarde, no Calvário, entraria em funcionamento, em regime de internato, a escola para o sexo feminino.

No ano de 1878, o currículo foi ampliado⁴⁴⁸. No primeiro grau foram introduzidas as disciplinas de Canto Coral e Ginástica. No segundo grau constavam, para os alunos do sexo masculino, as disciplinas de Escrituração, Rudimentos de Física, Química e História Natural, e Princípios de Economia Rural, Industrial ou Comercial, de acordo com as condições específicas das localidades onde se situavam as escolas de formação. Para o sexo feminino foram acrescentadas, no segundo grau, as disciplinas de Escrituração, Economia Doméstica, Desenho de Ornato e Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais.

Para o exercício da docência era dada preferência aos candidatos com o diploma de aprovação no ensino normal de primeiro ou segundo grau, seguidos dos candidatos com diploma de habilitação para o ensino complementar ou elementar. No caso de não existirem candidatos, as câmaras municipais, que eram as entidades responsáveis pela

⁴⁴⁷ Nóvoa, A. (1992). Formação de Professores e Profissão Docente. In A. Nóvoa (Coord.), *Os professores e a sua formação* (pp. 4-5). Lisboa: Dom Quixote.

⁴⁴⁸ Decreto de 2 de maio de 1878 do ministro Rodrigues Sampaio. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

contratação dos professores, podiam temporariamente nomear pessoas consideradas idóneas, depois de ouvida a respetiva Junta Escolar⁴⁴⁹.

No início do século XX, em 1901, tornou-se obrigatório a posse de um diploma de uma Escola Normal para o exercício da docência. A Direção Geral da Instrução Primária defendia que uma boa instrução dependia da existência de bons professores e que a sua preparação deveria ser realizada nas Escolas Normais e de habilitação para o magistério⁴⁵⁰. A oferta formativa era constituída pelas Escolas Normais de Lisboa, Coimbra e Porto, que funcionavam em regime de separação de sexos, e as escolas de habilitação para o magistério em regime misto. Entre os anos de 1896 e 1902 foram criadas dezoito escolas de habilitação para o magistério, a funcionar nas capitais de distrito, com uma oferta formativa mais simplificada do que a das Escolas Normais⁴⁵¹.

Com a reforma de 1901, os programas de todas essas escolas passaram a ser iguais, em harmonia com os programas do ensino primário, e a duração do curso passou de dois para três anos. Essa alteração deveu-se a não se exigirem grandes habilitações aos candidatos à matrícula. A parte prática do curso passou a ser feita nas escolas elementares anexas às escolas de formação, futuramente designadas por escolas de aplicação, onde os alunos treinavam a lecionação de lições aos alunos que as frequentavam.

A lecionação nas Escolas Normais passou a ser feita por concurso público, a que podiam concorrer indivíduos com habilitação legal para o exercício do magistério. Era dada preferência aos professores, de ambos os sexos, com mais de cinco anos de bom e efetivo serviço.

Os candidatos à matrícula, nas escolas de formação, tinham de possuir a idade mínima de 16 anos e a idade máxima de 25 anos. A habilitação mínima exigida era o exame da instrução primária e o exame de admissão à escola que o candidato pretendia frequentar.

Nas vésperas de implantação da República, a oferta de formação para o exercício do magistério era numerosa. As reformas republicanas, no entanto, reduziram o número de

⁴⁴⁹ Decreto de 2 de maio de 1878, p. 55. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁴⁵⁰ Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁴⁵¹ Por ordem cronológica foram criadas as Escolas de Évora, Vila Real, Braga, Bragança, Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo, Viseu, Angra do Heroísmo, Faro, Leiria, Ponta Delgada, Beja, Funchal e Horta.

escolas com os objetivos da melhoria da qualidade do ensino e da qualificação profissional dos docentes⁴⁵².

Na reforma do ensino infantil, primário e normal de 1911 determinou-se a obrigatoriedade de posse de título de habilitação legal para o exercício do magistério, passado pelas Escolas Normais. Passaram a existir apenas três escolas de formação de professores, as Escolas Normais em Lisboa, Coimbra e Porto, a funcionarem em regime de coeducação de sexos e de externato provisoriamente.

A partir de 1911 passou a existir um curso geral comum a ambos os sexos e um curso especial diferenciado de acordo com o género. Os princípios pedagógicos da *Educação Nova* estavam presentes nessa reforma educativa e marcavam o ensino das escolas de formação. Foram ainda criados cursos complementares, como um de *lições de coisas*⁴⁵³ e um curso colonial.

O curso passou a ter a duração de quatro anos e a sua estrutura curricular era composta pelas seções literária, científica, pedagógica, artística e de ciências aplicadas. Considerava-se que o ensino deveria ter um carácter prático e, para o seu desenvolvimento, eram criadas instituições auxiliares, junto às escolas, como uma biblioteca e um museu, um ginásio, laboratórios, um campo experimental agrícola, oficinas, um boletim, uma escola infantil e duas escolas primárias para o sexo masculino e para o sexo feminino.

Os seus professores eram nomeados pelo governo, através de concurso público, ao qual podiam concorrer indivíduos habilitados com o curso da Escola Normal Superior e professores primários⁴⁵⁴. Os professores primários tinham direito à um terço dos lugares das Escolas Normais, aos quais podiam concorrer através de concurso de provas públicas⁴⁵⁵.

⁴⁵² Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 671.

⁴⁵³ Ver a esse propósito a página 194.

⁴⁵⁴ O quadro dos professores das Escolas Normais dividiu-se, com a reforma de 1911, em ordinários e agregados. Os primeiros eram em número de dez e possuidores de habilitação da Escola Normal Superior. Os segundos correspondiam aos docentes das seções artística e de ciências aplicadas. O seu número dependia do número de oficinas e laboratórios existentes em cada uma das escolas.

⁴⁵⁵ Podiam ainda existir professores interinos em caso de necessidade, sendo habilitados pela Escola Normal Superior. Art.º 131º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

O crescimento do número de alunos começou a ser objeto de reflexão por parte da administração escolar, situação que justificava, na reforma de 1911, a possibilidade de o governo limitar o número de matrículas em situações de excesso de professores primários.

Apesar da redução da idade mínima de matrícula dos candidatos à matrícula de 16 para 15 anos, a administração escolar preocupava-se com qualidade profissional dos futuros docentes. Nesse contexto passou a ser exigido o diploma de aprovação no curso das Escolas Primárias Superiores ou na classe correspondente dos liceus, e ainda aprovação no exame de admissão à Escola Normal.

Também se registaram, em 1911, alterações nos exames de admissão, com particular enfoque na avaliação de competências que se consideravam essenciais a um futuro professor e de conhecimentos relacionados com os programas do ensino primário. Essa situação poderia ser comprovada através do programa para os exames de admissão que foi publicado pelo *Regulamento de 11 de agosto de 1911*⁴⁵⁶. Segundo o artigo 1º desse diploma, os alunos eram submetidos a um conjunto de provas escritas e orais. As provas escritas incluíam uma composição, a resolução de um problema de Aritmética e um de Geometria, e um desenho à vista de objetos. Os candidatos do sexo feminino tinham ainda uma prova de labores. Não eram admitidos às provas orais, os candidatos que tivessem em duas ou mais disciplinas média inferior a oito.

No final do curso, os alunos tinham um exame final constituído por provas teóricas e práticas. A aprovação no exame conferia ao aluno-mestre o diploma de habilitação para o exercício do magistério.

A reforma de 1914 introduziu novas alterações, como um novo aumento da oferta formativa. Foram criadas três Escolas Normais em Lisboa, Coimbra e Porto, que substituíram as anteriores, e dezassete Escolas de Habilitação para o Magistério. Permitia-se ainda a abertura de novas escolas sob requerimento e expensas das Juntas Gerais de Distritos, cabendo apenas ao Estado as despesas inerentes aos vencimentos do pessoal docente e não docente. No caso dos Açores, a primeira escola teria 2/3 do seu financiamento a cargo do Estado.

⁴⁵⁶ O programa incluía conteúdos programáticos de Português, Francês, Aritmética, Geometria, Desenho, Geografia e História, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, e Noções de Educação Cívica. Ver a esse respeito o Decreto de 12 de agosto de 1911. *Diário do Governo* n.º. 187, I Série, de 12 de agosto de 1911.

A duração do curso foi novamente reduzida para três anos. A idade mínima de frequência regressou aos 16 anos e mantiveram-se as habilitações exigidas na reforma de 1911. Os conteúdos do programa do exame de admissão tornaram-se, no entanto, mais aprofundados, quando comparados com o programa de 1911, e aumentou o número de disciplinas sobre as quais recaía a avaliação⁴⁵⁷.

A conceção da educação como fator de progresso levou à valorização do papel do professor primário e a um aperfeiçoamento científico do curso de formação para o magistério. Passou a existir um curso teórico comum aos alunos de ambos os sexos e cursos práticos⁴⁵⁸, sendo alguns diferenciados segundo o género do aluno. Nos dois últimos anos do curso, os alunos-mestres eram obrigados a praticarem nas escolas anexas às Escolas Normais, com o objetivo de se habilitarem na processologia aplicada ao ensino infantil ou primário.

Os professores diplomados nas novas escolas passaram a ter preferência nos concursos de provimento para as escolas infantis e primárias. Nessa perspetiva, a formação profissional dos professores em exercício de funções, diplomados pelas antigas Escolas Normais e de habilitação para o magistério, também foi contemplada. Foram criados, nas novas escolas de formação, cursos de aperfeiçoamento, e os professores que os frequentavam podiam requerer admissão ao exame final e o diploma em caso de aprovação⁴⁵⁹.

No ano de 1919 foi feita uma nova reforma da instrução primária⁴⁶⁰, pelo Ministro Leonardo Coimbra, que não alterou a estrutura de funcionamento das escolas de formação. O curso continuou a ter a duração de 3 anos⁴⁶¹ e a prática dos alunos-mestres continuou a

⁴⁵⁷ Leitura e Gramática Portuguesa, Interpretação do Texto e Redação; Língua Francesa (leitura, tradução e retroversão); História Universal e Pátria; Geografia Geral e Corografia de Portugal; Aritmética, Geometria e Álgebra Elementar; Elementos de Física e Química; Rudimentos de Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia; Desenho Linear e Ornato.

⁴⁵⁸ Os cursos práticos eram: Desenho Linear e Projeções, Trabalhos Manuais e Modelação, Música e Canto Coral, Ginástica Pedagógica, Noções de Economia Rural, Jardinagem e Horticultura, e Noções de Economia Doméstica, Costura e Lavoros.

⁴⁵⁹ Art.º 15º da Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914. *Diário do Governo* n.º 111, I Série, de 7 de julho de 1914.

⁴⁶⁰ O Decreto 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 10 de maio de 1919.

⁴⁶¹ Incluía as disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa, História da Civilização relacionada com a História, História da Instrução Popular em Portugal, Geografia Geral, Corografia de Portugal e Colónias, Matemáticas Elementares, Ciências Físico-Químicas e Naturais, Noções de Higiene e Higiene Escolar, Psicologia Experimental e Pedologia, Pedagogia Geral e História da Educação, Metodologia, Educação Social, Noções de Direito Usual e Economia Social, Legislação Comparada do Ensino Primário, Noções de Economia Doméstica, Noções de Agricultura e Economia Rural, Modelação e Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Coral, Educação Física e Costura e Lavoros.

ser desenvolvida, durante o curso, em escolas do ensino primário existentes junto das Escolas Normais.

A idade mínima para a matrícula manteve-se, embora se introduzisse a novidade de poderem matricular-se alunos que completassem os 16 anos até ao dia 31 de dezembro. Exigia-se aos candidatos as seguintes condições: robustez física, vacinas em dia, bom comportamento moral e civil, e aprovação no exame final do curso das escolas.

A reforma de 1919 determinava que as escolas de formação passassem a Escolas Primárias Superiores, com efeitos a partir de dia 1 de julho, e terminava com as Escolas de Habilitação para o Magistério⁴⁶². Nas cidades de Lisboa e Porto foram criadas duas escolas, face à densidade populacional desses centros urbanos. Iniciaram atividade, gradualmente, as Escolas Normais de Lisboa, Coimbra e Porto, Braga e Ponta Delgada, e foi ainda criada uma escola de formação em Santarém⁴⁶³.

O programa do exame de admissão às Escolas Normais e as provas escritas não sofreram modificações, segundo o disposto no *Regulamento do Ensino Primário e Normal*, publicado a 29 de setembro de 1919⁴⁶⁴. Foram regulamentados os exames finais do curso, compostos por provas escritas, orais, práticas e pedagógicas relacionadas com as disciplinas integrantes do currículo das escolas. As provas escritas eram em número de quatro e divididas em duas seções: redação, execução de uma cópia de um objeto e resolução de um problema de desenho geométrico, um problema de Física ou de Química, e dois problemas de Matemática. As provas práticas passaram a integrar provas de Ginástica, Música, Canto Coral, Trabalhos Manuais, e de Lavoros para as alunas.

As provas orais incidiam sobre as disciplinas que integravam o currículo e serviam para avaliar os conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais dos alunos-mestres. As provas pedagógicas eram compostas por uma dissertação sobre um tema de Pedagogia, Metodologia, Pedologia, Educação Física ou Organização Escolar, seguida de argumentação feita por um dos membros do júri. Integravam ainda uma lição dada a uma

⁴⁶² Decreto n.º 5504, de 5 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 5 de maio de 1919.

⁴⁶³ Decreto n.º 5505, de 5 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 5 de maio de 1919.

⁴⁶⁴ Definiam-se como provas práticas uma manipulação de Física e uma Química. No caso dos candidatos do sexo feminino era também exigida uma prova prática de costura e labores. Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919.

classe sobre um conteúdo programático e uma lição de Ginástica a uma classe, ambas seguidas de argumentação.

As escolas primárias anexas às Escolas Normais funcionavam em regime de separação de sexos. O número de alunos era limitado a 25 alunos, para que aí pudessem praticar os alunos do segundo e terceiro anos do curso, nas diversas classes que integravam a escola. Os alunos do último ano ficavam responsáveis, durante três dias consecutivos, pela direção integral de uma classe, embora com a assistência de professores da Escola Normal. As aulas práticas eram avaliadas mensalmente, na reunião do Conselho Escolar, composto pelo diretor e professores efetivos da escola⁴⁶⁵. Nessa reunião era feita uma avaliação quantitativa e elaborado um parecer sobre as aulas práticas realizadas por cada aluno.

Os alunos do terceiro ano, para além das práticas nas escolas anexas, deveriam visitar, acompanhados por professores, as escolas primárias situadas na zona e nos arredores da escola. Procurava-se preparar os alunos-mestres para a sua vida profissional, através dessas visitas, designadas por “missões”⁴⁶⁶, em número mínimo de três, e que deveriam obrigatoriamente incluir uma escola primária rural.

As várias funções sociais exercidas pelos professores nas comunidades onde lecionavam, no domínio assistencial, justificavam que se determinasse que os alunos-mestres do terceiro ano fizessem visitas a instituições ligadas à educação e assistência a crianças, mas também a museus e a estabelecimentos que lhe possibilitassem o desenvolvimento das competências necessárias à sua futura profissão.

A nomeação de João Camoesas para a pasta da instrução marcou a história da educação em Portugal com a apresentação de um projeto de reforma global do ensino no ano de 1923⁴⁶⁷. Desse projeto constava uma proposta inovadora de criação de Faculdades de Ciências da Educação, nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra⁴⁶⁸, elaborada por pedagogos defensores dos princípios da *Educação Nova*, como era o caso de Faria de Vasconcelos. Nas faculdades passariam a existir sete cursos destinados à formação de profissionais na

⁴⁶⁵ Ver a esse propósito AH-ESELx, Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa, 1915-1926.

⁴⁶⁶ Art.º 360º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919, p. 2088.

⁴⁶⁷ Proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional. *Diário do Governo* n.º 151, II Série, de 2 de julho de 1923, pp. 2258-2273.

⁴⁶⁸ Ibidem.

área da educação, sendo um desses cursos destinado à formação de professores primários. Essa proposta não foi, todavia, concretizada dada a sua rejeição pela Câmara dos Deputados.

A mudança de regime político não se fez imediatamente sentir na orgânica de funcionamento das escolas. Nos finais da década de 20 foi reduzido o número de escolas através da extinção das Escolas Normais de Coimbra, Braga e Ponta Delgada que tinham sido criadas após a reforma de 1919⁴⁶⁹. Procedeu-se, em 1928, a uma nova reforma do ensino normal primário com a passagem da duração do curso para quatro anos, decisão fundamentada pela deficiente cultura profissional dos alunos-mestres⁴⁷⁰.

A principal inovação dessa reforma consistiu na separação da parte da preparação especial em dois cursos de formação, uma para o ensino elementar e outro para o ensino infantil, à exceção das Escolas de Braga e de Ponta Delgada onde funcionava apenas o primeiro desses cursos. Os três primeiros anos de formação eram comuns aos dois cursos e a parte especial decorria no quarto ano, onde era feita a preparação pedagógica e profissional dos alunos. Continuava a valorizar-se a realização de trabalhos práticos e da prática pedagógica com o objetivo da aquisição de ferramentas profissionais, relacionadas com questões didáticas e atividades extracurriculares.

A idade mínima de admissão à matrícula sofreu alterações, ao permitir-se que o exame de admissão passasse a ser realizado por candidatos com a idade de 14 anos ou a completá-los até ao dia 31 de dezembro. Pretendia-se que os candidatos possuísem conhecimentos de base para a frequência da escola e, por isso, exigia-se como requisito mínimo a aprovação no exame de passagem ao segundo ciclo do curso dos liceus. Todos os interessados eram obrigados a realizar o exame de admissão à escola de formação.

As provas pedagógicas do exame final foram remodeladas e passaram a consistir na realização de um trabalho escrito sobre “doutrina ou didática de qualquer das disciplinas” que integravam o currículo do ensino primário, sem carácter eliminatório⁴⁷¹. A essa parte seguia-se uma prova prática de regência, durante um dia, de uma classe do ensino primário

⁴⁶⁹ Decreto n.º 15365, de 14 de abril de 1928. *Diário do Governo* n.º 85, I Série, de 14 de abril de 1928.

⁴⁷⁰ Decreto n.º 16037, de 15 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 15 de outubro de 1928.

⁴⁷¹ Decreto n.º 17041, de 27 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 27 de junho de 1929, p. 1547.

elementar⁴⁷². As provas terminavam com uma argumentação oral sobre o trabalho escrito e prova prática realizados.

O Ministro Cordeiro Ramos, em julho de 1930, substituiu as Escolas Normais pelas Escolas do Magistério⁴⁷³, numa lógica que caracterizou as medidas educativas do período da ditadura militar: simplificação do ensino e uniformização de funcionamento dos vários organismos que dependiam do MIP. Foram criadas Escolas do Magistério Primário, subordinadas à direção geral, nas cidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Ponta Delgada⁴⁷⁴.

A reforma de Cordeiro Ramos, representativa de uma conceção redutora do ensino primário, iniciou, em 1930, um processo de desvalorização da formação profissional dos professores primários. Essa desvalorização era visível, em primeiro lugar nos requisitos de admissão e no período de duração do curso. O exame da quarta classe foi considerado então o requisito mínimo para a frequência das escolas e o curso do magistério primário elementar foi reduzido para dois anos, enquanto que a idade mínima para matrícula aumentava novamente para os 16 anos completos. Os professores do ensino primário infantil tinham de frequentar, como complemento, um curso de dois semestres, medida que foi suspensa no ano letivo seguinte⁴⁷⁵.

Na reforma de 1930 assistiu-se a uma redução do número de disciplinas, e deixam de fazer parte da estrutura curricular disciplinas como a Língua Francesa, a História e a Geografia, apesar dos candidatos prestarem provas escritas, no exame de admissão às escolas, sobre as referidas disciplinas⁴⁷⁶.

A aptidão pedagógica para o exercício do magistério passou a depender da aprovação no Exame de Estado. Desse exame constava a execução de serviços escolares, durante três dias numa escola, e a crítica e argumentação dos planos e das lições dadas.

⁴⁷² O aluno-mestre devia previamente entregar, ao júri, a planificação das lições, onde constassem todos os esclarecimentos sobre os métodos e processos pedagógicos que ia empregar.

⁴⁷³ Decreto n.º 18646, de 19 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 166, I Série, de 19 de julho de 1930.

⁴⁷⁴ A Escola de Ponta Delgada ficou sob responsabilidade da Junta Geral.

⁴⁷⁵ Decreto n.º 20254, de 25 de agosto de 1931. *Diário do Governo* n.º 197, I Série, de 25 de agosto de 1931.

⁴⁷⁶ Decreto n.º 18863, de 17 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 17 de setembro de 1930.

O aumento do número de matrículas acabou por conduzir à fixação do número máximo de 30 alunos para serem admitidas à frequência do primeiro ano curso, no ano letivo de 1931-1932, limite que se justificava pelas condições materiais das escolas⁴⁷⁷.

A organização das escolas sofreu nova remodelação no ano letivo de 1932-1933⁴⁷⁸. O seu funcionamento foi completamente subordinado à DGEP, medida que se enquadrava na política de centralização administrativa de Cordeiro Ramos. Foi retomado o curso de preparação para o magistério primário infantil que tinha sido suspenso no ano anterior e reintroduzidas as disciplinas de Legislação do Ensino Primário e Educação Moral e Cívica.

Essas disciplinas eram consideradas estruturantes para o perfil de professor primário que o ministério pretendia formar. Importava conhecer e obedecer à regulação produzida pelo MIP e implementar uma prática pedagógica segundo princípios nacionalistas e moralizadores. O regresso da religião às Escolas do Magistério e a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica, em 1931, provocaram reações por parte de pedagogos e professores, como Adolfo Lima, que defendiam que os futuros professores necessitavam antes de uma base científica, na estrutura curricular do curso, que os habilitasse para a sua atividade profissional.

Os alunos do terceiro ano do curso realizavam práticas na escola de aplicação, sob orientação do diretor da escola, para que se iniciassem gradualmente nos serviços escolares. Periodicamente realizavam-se sessões para discussão e análise de problemas de Pedagogia e Didática, e ainda das práticas dos alunos nas classes da escola de aplicação. Foi mantida a regência de três dias a uma classe no último ano do curso, e ainda a realização de conferências e cursos destinados a esses alunos, num calendário que se estendia de novembro a maio.

O *Regulamento de Exames de Estado* para o magistério primário foi publicado em abril de 1934⁴⁷⁹. A admissão tinha de ser requerida ao Ministro, até ao dia 25 de setembro⁴⁸⁰. O júri de exames era composto por um presidente, designado entre os inspetores principais, de distrito ou orientadores. Os vogais eram designados entre os inspetores orientadores,

⁴⁷⁷ Decreto n.º 20254, de 25 de agosto de 1931. *Diário do Governo* n.º 197, I Série, de 25 de agosto de 1931.

⁴⁷⁸ Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

⁴⁷⁹ Decreto n.º 23735, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

⁴⁸⁰ No requerimento deviam constar o nome, idade, filiação, naturalidade, residência e a cidade onde o candidato pretendia realizar o exame.

subinspetores ou professores primários do quadro geral com mais de cinco anos de serviço qualificado de suficiente ou equivalente. A sua nomeação era feita pelo Ministro, sob proposta da DGEP.

As provas pedagógicas, escritas e práticas, dos Exames do Estado compreendiam provas de cultura e capacidade pedagógica. Essas últimas provas realizavam-se durante três dias. No primeiro dia, o aluno elaborava o plano e relatório, no dia seguinte executava o serviço escolar, e, no terceiro dia realizava-se a discussão. O júri elaborava um relatório do seu serviço para a DGEP, donde constavam as provas escritas, planos e relatórios, e as atas das sessões do júri⁴⁸¹.

O relatório dos Exames de Estado realizado em Coimbra, em 1934, foi da responsabilidade da inspetora orientadora Felismina de Oliveira. A inspetora, no relatório, não se centrou nos resultados dos exames e criticou fortemente o comportamento dos alunos-mestres. Considerava que existia falta de moral nas escolas de formação e que a sua ausência se devia ao sistema de coeducação existente e à defesa de ideais liberais por parte de alunos e professores⁴⁸².

A reforma nas escolas de formação prosseguiu no ano letivo de 1934-1935 e procurou dar resposta às críticas sobre a atividade das escolas. Em dezembro de 1934 foi publicado o *Regulamento de Matrícula nas Escolas Oficiais do Magistério Primário*⁴⁸³ e em maio do ano seguinte foram publicados os programas das disciplinas que integram o currículo do curso⁴⁸⁴. O programa da disciplina de Educação Moral e Cívica tinha por base os princípios ideológicos do regime, como o nacionalismo, a defesa da Ditadura e do Estado Novo, e a rejeição da democracia e do socialismo⁴⁸⁵. Em relação ao programa de Pedagogia Infantil, na área da História da Pedagogia, existia uma referência à metodologia ligada à *Educação Nova*, nomeadamente aos centros de interesse de Decroly.

⁴⁸¹ Art.º 46º do Decreto n.º 23735, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934, p. 429.

⁴⁸² Oliveira, F. (1934). Relatório da presidente do júri que funcionou na cidade de Coimbra em maio de 1934. *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, Fascículos III e IV, 1936, 428-435.

⁴⁸³ Decreto n.º 24817, de 27 de dezembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 303, I Série, de 27 de dezembro de 1934.

⁴⁸⁴ Decreto n.º 25311, de 10 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1935.

⁴⁸⁵ Educação Moral e Cívica. Decreto n.º 25311, de 10 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1935, p. 640.

As críticas ao funcionamento das escolas, à deficiente preparação pedagógica, e sobretudo ao nível cultural dos alunos-mestres justificaram que o Ministro Eusébio Tamagnini introduzisse novas alterações no *Regulamento dos Exames de Estado*, em setembro de 1935, mês que antecedia o período de realização desses exames⁴⁸⁶. Eram eliminados todos os candidatos que revelassem deficiências de cultura geral, nomeadamente em Português, ou que apresentassem “vícios de orientação” de natureza pedagógica⁴⁸⁷.

Das provas pedagógicas foi eliminada a prestação de um dia letivo que correspondia anteriormente ao segundo dia de provas. Considerava-se que o tempo de duração das provas era muito moroso e que os alunos da escola onde decorriam as provas não ofereciam um elemento seguro de avaliação das aptidões pedagógicas dos futuros professores, porque ficavam perturbados pela sucessão de professores que desconheciam, num espaço curto de tempo.

As provas de capacidade pedagógica passaram então a serem constituídas pela elaboração de um esquema de um tema letivo, sorteado, seguido de uma exposição oral, perante o júri, dos processos empregues para a sua execução. A prestação do candidato terminava com a discussão das provas anteriores e um interrogatório sobre os programas das Escolas do Magistério Primário.

A permanência das críticas e a alegada adesão de professores e alunos aos ideais liberais e comunistas levaram o Ministro Carneiro Pacheco, em 1936, a tomar a decisão de encerrar as escolas de formação de professores⁴⁸⁸. As escolas, desde a sua criação, tinham contribuído para a formação e afirmação de um corpo profissional do professorado primário. Ao ministério e a Salazar chegavam informações que referiam a existência de focos de resistência contra a política educativa do regime e essas notícias conduziram ao desenvolvimento de estratégias de controlo por parte da administração escolar.

O diploma legal que encerrou as escolas datava de novembro de 1936 e determinava que nesse ano letivo não abrissem matrículas para a frequência do primeiro ano do curso de formação nas escolas oficiais e particulares. Os candidatos aos Exames de Estado não

⁴⁸⁶ Iniciava-se a 15 de outubro.

⁴⁸⁷ Preâmbulo do Decreto n.º 25818, de 4 de setembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 205, I Série, de 4 de setembro de 1935, p. 1324.

⁴⁸⁸ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

realizaram provas nesse ano civil, tendo que aguardar até julho de 1937 para realizarem o referido exame, medida que os obrigaria a conhecer os novos programas do ensino primário elementar, entretanto publicados, para a prestação de provas.

Os júris dos Exames de Estado realizados em 1938 integravam elementos do corpo dos doze inspetores principais, como foi o caso da inspetora Áurea Judite Amaral que presidiu ao júri de Braga. Competia aos presidentes dos júris a redação de relatórios, com informações detalhadas sobre as provas realizadas, que seguiam para a direção geral.

Em Braga estavam inscritos 84 candidatos, dos quais 30 eram repetentes, e só 95% dos candidatos conseguiram completar as provas⁴⁸⁹. A inspetora Áurea Judite Amaral salientava, no seu relatório, a colaboração da direção, professores e funcionários da escola e enaltecia a conduta do júri e dos examinados ao longo do processo de examinação, porque era testemunho dos “princípios nacionalistas que” guiavam “a vida do Estado Novo”⁴⁹⁰. O relatório dava mais ênfase à parte ideológica do que à componente pedagógico-científica que deveria ser o principal domínio a ser avaliado.

A saída de Carneiro Pacheco e a nomeação de Mário Figueiredo para a pasta da Educação introduziu novas medidas no domínio da habilitação para o magistério primário. O ministério assumiu finalmente que não existiam professores em número suficiente para assegurarem a regência das escolas em funcionamento. Essa situação de carência já era objeto de notícias na imprensa da educação antes do encerramento das escolas de formação em 1936. Nesse domínio inseria-se o artigo de Álvaro Sampaio, em 1933, na revista *Labor*. O autor referia que a igualdade no acesso à educação e a obrigatoriedade escolar não eram possíveis pela falta de professores e considerava que a rede escolar necessitava de mais 5600 escolas e de mais 21000 professores para que a alfabetização das crianças pudesse realizar-se⁴⁹¹.

O ministério, em 1940, assumiu que 380 escolas não tinham professor, apesar da utilização de todos os professores auxiliares e agregados e regentes⁴⁹². Para resolver essa questão

⁴⁸⁹ Dados constantes de relatório dos exames realizados em Braga. AHME, DGEP, Caixa 1-3450. Relatório dos Exames de Estado para o Magistério Primário realizados em Braga, 1938.

⁴⁹⁰ AHME, DGEP, Caixa 1-3450- Relatório dos Exames de Estado para o Magistério Primário realizados em Braga, 1938, p. 8.

⁴⁹¹ Sampaio, A. (1933, fev.). A Escola única. *Labor*, n.º 43, Ano VII, 213-216.

⁴⁹² Preâmbulo do Decreto-lei n.º 30951, de 10 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 286, I Série, 10 de dezembro de 1940, p. 1453.

determinava-se que seria possível ao Ministro colocar professores auxiliares e agregados fora dos distritos escolares a que pertenciam e professores auxiliares no quadro geral⁴⁹³. Definia-se ainda que o professor era um “apóstolo” difusor do “idealismo fundamental do Estado Novo”⁴⁹⁴ e que esse perfil justificava que a seleção dos docentes não fosse condicionada por um concurso público, mas antes pelo seu reconhecimento enquanto agentes do novo regime.

Para fazer face a essa carência, que não podia ser resolvida a curto prazo pela reabertura das Escolas do Magistério, apresentava-se uma solução de “emergência” que consistia no recrutamento de docentes mediante a realização de um exame⁴⁹⁵. A essa prova eram apenas admitidos candidatos, entre os 18 e os 28 anos, com o curso geral ou o segundo ciclo dos liceus.

O exame de habilitação para o magistério primário consistia numa prova de cultura específica, escrita e oral, um estágio de preparação didática, um exame de aptidão pedagógica e um Exame de Estado⁴⁹⁶. O estágio era realizado nas escolas da sede do distrito escolar onde era feito o requerimento para a realização do exame⁴⁹⁷. O exame de aptidão consistia em uma lição dada a alunos da escola primária onde se realizava a prova de cultura.

O estágio tinha a duração de três meses e realizava-se em escolas das capitais de distrito. As direções de distrito escolar receberam, por circular, instruções da DGEP para a distribuição dos estagiários pelas escolas⁴⁹⁸. Cada escola deveria receber quatro estagiários, por classe, que eram orientados pelo professor orientador e fiscalizados pelo diretor de distrito escolar. Os estagiários masculinos eram colocados em escolas masculinas regidas por professores do sexo masculino. Se nas cidades, o número de escolas fosse insuficiente, os estagiários eram colocados em escolas das sedes de concelho e em sedes de freguesia.

⁴⁹³ Ibidem.

⁴⁹⁴ Ibidem.

⁴⁹⁵ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 30951, de 10 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 286, I Série, 10 de dezembro de 1940, p. 1454.

⁴⁹⁶ O Regulamento de Exames consta do Decreto n.º 30968, de 14 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 290, I Série, de 14 de dezembro de 1940.

⁴⁹⁷ Art.º 20º do Decreto n.º 30968, de 14 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 290, I Série, de 14 de dezembro de 1940, p. 1470.

⁴⁹⁸ AHME, DGEP, Caixa 1392. Circular da DGEP n.º 91. Ofício do Diretor Geral do Ensino Primário aos Diretores de Distrito Escolar de 15 de março de 1941.

Nenhum estagiário do sexo masculino podia ser colocado numa escola regida por uma professora.

No ano de 1942 foram finalmente reabertas as escolas de formação dos professores, com a justificação oficial de que o excesso de professores já tinha sido absorvido, entre os anos de 1936 e 1942, devido ao número de aposentações, aos processos de afastamento de serviço docente e a expansão da rede escolar⁴⁹⁹. Foram criadas Escolas do Magistério em Lisboa, Coimbra, Porto e Braga⁵⁰⁰.

O curso do magistério primário foi reduzido para dois anos, em quatro semestres, e simplificou-se a sua estrutura curricular e o exame de admissão⁵⁰¹. Três semestres eram dedicados à frequência de disciplinas de cultura e prática pedagógica e o último semestre compreendia o estágio.

O exame de admissão substituiu o exame de cultura específica criado em 1940. Era constituído por provas orais e escritas e passava apenas a contemplar conhecimentos das disciplinas de Português, Matemática e Geografia-História. A classificação das provas era da competência de um único júri localizado em Lisboa, nomeado pelo MEN, entre professores, de qualquer nível de ensino, inspetores e diretores de distrito escolar ou seus adjuntos.

A idade mínima dos candidatos manteve-se nos dezasseis anos. O número de vagas aumentou de 30 para um número, fixado anualmente pelo MNE, que poderia ir até ao máximo 60. Excepcionalmente, e em caso de necessidade de professores, o número de alunos a admitir pode ir até aos 80. Dois terços das vagas de cada escola eram preenchidas obrigatoriamente por candidatos do sexo feminino⁵⁰².

Para colmatar a carência de vagas, em 1943, foram criadas duas novas Escolas do Magistério, no Funchal e no Ponta Delgada⁵⁰³ e dois anos mais tarde era aberta a Escola do

⁴⁹⁹ Decreto-lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

⁵⁰⁰ Só seria criada uma escola nos Açores em caso de necessidade.

⁵⁰¹ Os programas foram aprovados pelo Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943.

⁵⁰² Art.º 9º do Decreto-lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942, p. 1141.

⁵⁰³ Art.º 1º do Decreto-lei n.º 33019, de 1 de setembro de 1943. *Diário do Governo* n.º 187, I Série, de 1 de setembro de 1943.

Magistério da Horta⁵⁰⁴. Nesse contexto foi ainda criada, em 1948, a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo⁵⁰⁵ e aumentou-se, no ano letivo de 1948-1949, o número de alunos das escolas de formação em harmonia com as necessidades do ensino primário⁵⁰⁶.

Os candidatos aprovados no exame de admissão e que não entravam nas Escolas do Magistério, por falta de vaga, podiam realizar nas escolas primárias das capitais de distrito, sob direção do diretor da escola, um estágio de trinta dias⁵⁰⁷. Cada candidato elaborava um relatório dos trabalhos escolares, que o professor diretor de estágio enviava ao diretor do distrito escolar com informação sobre a atividade e as qualidades pedagógicas do candidato. Essa medida relacionava-se com a falta de professores primários e com a presença de regentes escolares em várias escolas primárias⁵⁰⁸.

Identificámos 14 relatórios de estágio, no AHME, realizados nos anos de 1943 e 1944, documentos que nos permitiram ter uma perceção das atividades desenvolvidas durante o período de estágio.

Nos primeiros dias, o estagiário assistia às aulas dadas pelo professor da classe, para que se apercebesse dos métodos e processos pedagógicos que deveria utilizar nas suas práticas letivas e de como deveria manter a disciplina na sala de aula⁵⁰⁹. Depois, o orientador atribuía a cada estagiário a tarefa de dar uma lição diária e corrigir os trabalhos dos alunos.

Os relatórios continham informações sobre os métodos e processos pedagógicos utilizados pelos estagiários para lecionar as várias disciplinas que faziam parte do currículo do ensino primário, com referências à pedagogia moderna e mais precisamente às *lições de coisas*⁵¹⁰, metodologia defendida pelos pedagogos estadonovistas, como Domingos Evangelista.

⁵⁰⁴ Decreto-lei n.º 35227, de 7 de dezembro de 1945. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 7 de dezembro de 1945.

⁵⁰⁵ Decreto-lei n.º 36839, de 19 de abril de 1948. *Diário do Governo* n.º 90, I Série, de 19 de abril de 1948.

⁵⁰⁶ Decreto-lei n.º 37079, de 30 de setembro de 1948. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 30 de setembro de 1948.

⁵⁰⁷ Art.º 1º do Decreto n.º 32641, de 23 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 18, I Série, de 23 de janeiro de 1943.

⁵⁰⁸ O ministério apresentava um défice de 457 professores no ano letivo de 1942-1943, a que se acrescentava a necessidade de uma reserva mínima de 1000 docentes para assegurar os lugares criados. Dados do Preâmbulo do Decreto-lei n.º 33019, de 1 de setembro de 1943. *Diário do Governo* n.º 187, I Série, de 1 de setembro de 1943, p. 570.

⁵⁰⁹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15-688. Relatório de estágio efetuado na Escola de Aplicação Feminina anexa à Escola do Magistério Primário de Coimbra, realizado entre 20 de novembro e 20 de dezembro de 1943.

⁵¹⁰ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15-688. Relatório de estágio efetuado na Escola Feminina de Santa Cruz, realizado entre os dias 3 de fevereiro e 4 de março de 1943.

Nesse contexto, nos relatórios analisados, surgiam considerações dos estagiários que remetiam para a formação nacionalista das crianças, sobretudo nas lições com conteúdos ligados à História de Portugal e à Educação Moral, ensinando-lhes os deveres patrióticos dos portugueses⁵¹¹. As estagiárias recorriam ainda a textos das revistas da Mocidade Portuguesa Feminina para ensinar às alunas os seus deveres na sociedade e para com a família⁵¹².

No final do relatório seguia uma informação do professor diretor de estágio onde se fazia referência à pontualidade, cultura e qualidades pedagógicas, interação com as crianças, disciplina, apoio dado ao docente e a sua vocação para o ensino. Eram valorizadas as estagiárias que se apresentavam com simplicidade e com “qualidades de trabalho”, atributos que, segundo os orientadores, permitiriam superar todas as “deficiências pedagógicas” reveladas e possibilitariam o seu aperfeiçoamento profissional⁵¹³.

Os relatórios de estágio também permitiam ao diretor de distrito escolar e à direção geral ter uma ideia da evolução do processo de ensino-aprendizagem, porque os estagiários faziam considerações sobre o cumprimento dos programas e os conhecimentos dos alunos⁵¹⁴. Eram também feitas observações sobre a organização da sala de aula e a higiene dos alunos.

Os candidatos com boa informação do diretor de estágio podiam ser encarregues da regência de escolas e tinham direito à mesma renumeração que os professores agregados. Os candidatos que tivessem prestado bom serviço nas regências tinham preferência na matrícula nas Escolas do Magistério, segundo as suas classificações no exame de admissão.

O plano de estudos das escolas de formação comportava menos disciplinas e as disciplinas pedagógico-didáticas não eram leccionadas em todos os semestres do curso, ao contrário das disciplinas, consideradas práticas, de Educação Física, Desenho e Trabalhos Manuais Educativos, Educação Feminina e Canto Coral. A importância dada às disciplinas práticas

⁵¹¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15-688. Relatório de estágio efetuado na Escola Feminina do Calhabé, realizado entre os dias 3 de fevereiro e 4 de março de 1943.

⁵¹² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15-688. Relatório de estágio efetuado na Escola Central de Santa Cruz, realizado entre 20 de novembro e 20 de dezembro de 1944.

⁵¹³ Ver a título de exemplo a informação da Professora Orientadora de Estágio no Relatório de estágio efetuado na Escola Feminina do Calhabé, datada de 5 de março de 1943. AHME, DGEP, Caixa 15-688.

⁵¹⁴ Ver a título de exemplo o Relatório de estágio efetuado na Escola feminina do Asilo de Infância Desvalida, realizado entre 20 de novembro e 20 de dezembro de 1944. AHME, DGEP, Caixa 15-688.

remontava à Primeira República⁵¹⁵, mas agora surgiam integradas numa nova conceção pedagógico-política em que os alunos-mestres recebiam ensinamentos que eram considerados “úteis para a Nação”⁵¹⁶, ou melhor para o Estado-Nação.

A cultura pedagógica assentava na disciplina de Pedagogia e Didática Geral e nas disciplinas de Didática Específica⁵¹⁷ e de Psicologia Aplicada à Educação. No novo programa de Pedagogia e Didática Geral definia-se essa disciplina como a teoria e a prática da aprendizagem, orientada pelos valores nacionalistas e princípios da *Escola Ativa*⁵¹⁸. Os alunos-mestres, no primeiro semestre, assistiam aos trabalhos escolares nas escolas de aplicação anexas para se familiarizarem com o ambiente escolar, e a partir do segundo semestre passavam para a componente prática através da realização de lições na aula de didática, para grupos reduzidos de alunos⁵¹⁹. No terceiro semestre, os alunos desenvolviam os dois tipos de atividades dos semestres anteriores, para além de lecionarem turmas inteiras nas escolas de aplicação. Essa lecionação era feita na presença do professor de Didática e de pequenos grupos de alunos-mestres⁵²⁰.

A disciplina de Didática Especial tinha um carácter eminentemente prático, marcado pelo facto do professor ter, na sala de aula, dois alunos da escola de aplicação e os alunos-mestres poderem ser convidados a repetir as operações didáticas exemplificadas e a explicitá-las⁵²¹.

A Psicologia Aplicada à Educação ou Psicopedagogia compreendia o estudo da criança para fundamento e adaptação das práticas disciplinares e didáticas às graduais capacidades de aprendizagem das crianças.

⁵¹⁵Ver a esse respeito Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 678.

⁵¹⁶ Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 37.

⁵¹⁷ A disciplina de Didática Especial compreendia a Didática da Aritmética, a Didática da Leitura, a Didática da Escrita, a Didática da Ortografia, a Didática da Geografia, a Didática da História Pátria, a Didática do Desenho e Trabalhos Manuais

⁵¹⁸ Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 32.

⁵¹⁹ Art.º 13º do Decreto-lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942, p. 1141.

⁵²⁰ A planificação das lições era um dos assuntos abordados nas disciplinas de Didática Geral e Especial. Os serviços inspetivos, como já referimos anteriormente, davam grande importância à análise dos planos de aulas durante as visitas às escolas e, por isso, fazia todo o sentido o ênfase dado a essa matéria durante o período de formação.

⁵²¹ Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 36.

A leção dessas disciplinas não ocupava, no entanto, os três semestres do curso de formação. A disciplina de Pedagogia e Didática Geral era lecionada no primeiro semestre, a Psicologia Aplicada à Educação no primeiro e segundo semestres e a Didática Especial no segundo e terceiro semestres.

Apesar da manutenção da cultura pedagógica na estrutura curricular, a organização dos programas era estruturada em função dos princípios do Estado Novo e da função social que se pretendia que o futuro professor exercesse no meio local. Essa última questão era visível nas instruções da disciplina de Educação Feminina que referiam expressamente que a ação da professora deveria transcender a escola e abranger a família das suas alunas⁵²².

Na disciplina de Legislação e Administração Escolares, o aluno-mestre aprendia os princípios da organização política e administrativa da nação, numa visão corporativa e unitária⁵²³, assumindo-se a pretensão de que se visava “integrar os alunos na atmosfera ideológica” em que se desenvolvia “a ação do Estado”⁵²⁴.

O semestre dedicado ao estágio passou a ser feito fora das escolas de aplicação. Essas escolas ficavam apenas reservadas para a prática pedagógica dos três primeiros semestres do curso. O estágio era realizado pelos alunos que tinham aprovação no exame de saída da Escola do Magistério e decorria numa escola primária oficial, de preferência, na sede da Escola do Magistério frequentada pelo candidato, devendo o estagiário ser integrado em todas as atividades escolares. Cada professor orientador devia ter dois estagiários que, sob a sua direção, assumiam a regência das suas classes. A sua escolha era feita pelos diretores das Escolas do Magistério, com consulta aos diretores de distrito escolar.

Durante o estágio decorriam nas escolas de formação sessões de leituras comentadas de trabalhos de educadores modernos e conferências pedagógicas, de frequência obrigatória, divulgadas pela imprensa de educação pertencente às Escolas do Magistério, como era o caso do periódico *Escola Remoçada* dos alunos da Escola do Magistério Primário de Braga.

⁵²² Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 39.

⁵²³ Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 40.

⁵²⁴ Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943, p. 41.

Todos os alunos que concluíam o estágio podiam requer o Exame de Estado. As provas realizavam-se a partir do dia 10 de outubro em todas as cidades que eram sede de Escolas do Magistério Primário. O júri era nomeado pelo ministério e a sua escolha era idêntica ao processo seguido para o júri das provas de admissão.

A estrutura das escolas de formação manteve-se até 1960, ano em que se assistiu a uma nova reforma das Escolas do Magistério, no que respeita ao seu funcionamento e plano de estudos⁵²⁵. Partiu-se do pressuposto que as habilitações dos candidatos⁵²⁶ eram insuficientes e que deviam intensificar-se os estudos da disciplina de Didática Especial.

O quarto semestre do curso passou a ter uma aprendizagem teórico-prática e, por isso, o período de estágio era novamente realizado nas escolas de aplicação ou, em caso de necessidade, em escolas primárias da cidade onde se localizava a Escola do Magistério, que seriam designadas também por escolas de aplicação. Um conjunto de cinco disciplinas era leccionada nos quatro semestres do curso: Pedagogia; Didática Geral e História da Educação; Psicologia Aplicada à Educação; Didática Especial do Grupo A⁵²⁷; Didática Especial do Grupo B⁵²⁸; Desenho e Trabalhos Manuais Educativos.

A profissão docente

Os registos biográficos permitiram-nos acompanhar alguns passos da carreira profissional dos professores. Eram adquiridos pelos docentes, no ato de posse da primeira nomeação, em quadruplicado e deveriam conter cada um deles uma fotografia. Esses registos destinavam-se à DGEP, à direção de distrito escolar, à delegação concelhia e ao professor. O professor devia, anualmente, anotar todos os acontecimentos relacionados com a sua vida profissional: transferências, provimento definitivo, diuturnidades, entradas em exercício, licenças, faltas e outros dados de relevo. Competia ao inspetor ou diretor de distrito escolar a confirmação dos dados através da sua rubrica.

A abordagem da carreira profissional do professor primário justificava, no nosso entender, que utilizássemos elementos constantes nos registos biográficos existentes no espólio do

⁵²⁵ Decreto n.º 43369, de 2 de dezembro de 1960. *Diário do Governo* n.º 279, I Série, de 2 de dezembro de 1960.

⁵²⁶ A habilitação mínima era o segundo ciclo liceal ou equivalente.

⁵²⁷ A disciplina de Didática Especial Grupo A era ministrada por um professor e abrangia Língua Portuguesa, História e Desenho.

⁵²⁸ A disciplina de Didática Especial Grupo B era ministrada por outro professor e abrangia Aritmética e Geometria, Ciências Geográfico-Naturais e Trabalhos Manuais.

AHME⁵²⁹. A nossa amostra reuniu um conjunto de 3099 registos de professores que lecionaram no período abrangido por este trabalho⁵³⁰. A partir dos seus dados procedeu-se à caracterização social dos professores da amostra, tendo em consideração os seguintes aspetos: origem geográfica, habilitações, distribuição geográfica das escolas de formação, estado civil e profissões dos cônjuges.

Partimos da análise da distribuição geográfica das escolas de formação frequentadas pelos professores. Os dados apontaram para a inexistência de uma concentração de matrículas nas escolas de formação das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Essa análise permitiu-nos identificar a existência de alguma discrepância, por género, quanto à localização geográfica das escolas. Em relação ao sexo feminino, a primeira área geográfica das escolas frequentadas foi o Porto (20%), seguido por Lisboa (16%), Braga (10%), Vila Real (10%), Guarda (8%) e Castelo Branco (8%). As escolas mais frequentadas pelos professores do sexo masculino situavam-se em Aveiro (16%), Porto (15%), Lisboa (9%), Castelo Branco (8%) e Coimbra (8%).

Alguns autores abordaram a questão das origens familiares dos alunos das escolas de formação, com base na naturalidade dos alunos matriculados, no entanto a origem social desses alunos-mestres não tem sido consensual entre esses trabalhos.

Filomena Mónica, com base nos registos de matrículas da Escola Normal de Lisboa e na naturalidade dos alunos, considerou que o exercício do magistério primário representava uma forma de ascensão social e que a origem dos alunos-mestres era humilde, sendo em grande parte provenientes de famílias de camponeses⁵³¹. Essa posição encontrou-se em autores contemporâneos à época em análise, como Maria Lamas, e em textos da imprensa da educação. Defendia-se que a origem social dos professores do sexo feminino era considerada modesta e que a docência conferia prestígio, respeito e distinção social aos professores, sobretudo nas comunidades rurais⁵³².

⁵²⁹ Existem várias caixas não numeradas com registos biográficos no Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

⁵³⁰ Nem todos os registos biográficos fazem referência às escolas onde o professor prestou serviço ou então existem vários anos sem dados.

⁵³¹ Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 188.

⁵³² Lamas, Maria (1948). *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Empresa de Tipografia e Publicidade, p. 429.

António Nóvoa e Helena Costa Araújo, no entanto, consideraram que no período compreendido entre a Primeira República e os anos 30, a origem social dos professores era mais heterogénea⁵³³. Para Nóvoa, a maioria dos alunos-mestres eram provenientes de famílias de trabalhadores rurais e industriais qualificados, comerciantes, funcionários públicos, professores e profissionais liberais. Segundo o autor apenas uma percentagem de cerca de 5% tinha origem em famílias rurais pobres⁵³⁴. Essa perspetiva foi confirmada para os alunos da Escola do Magistério de Faro, no período entre 1945 e 1954, pelo trabalho de Aurízia Anica⁵³⁵. Os alunos eram provenientes, em primeiro lugar, de famílias urbanas ligadas ao setor terciário, seguidas de famílias de proprietários e lavradores, e depois de comerciantes e negociantes.

A origem geográfica dos alunos-mestres, no nosso entender, não significava que os mesmos tivessem uma origem humilde e, para além disso, os registos biográficos não possuíam dados relativos à situação socioprofissional dos seus pais. Dever-se-ia ainda ter em consideração que a frequência das escolas de formação não era gratuita e que só eram concedidas bolsas de estudo, designadas por pensões anuais, a alunos carenciados. A sua frequência implicava o pagamento de propinas e uma residência para os alunos que não eram naturais da localidade onde estava instalada a escola.

Em relação aos docentes do sexo feminino, a sua origem geográfica era heterogénea e, em primeiro lugar, situavam-se os distritos do Porto (11%) e Lisboa (11%), seguidos por Vila Real (10%), Bragança (8%), Viseu (8%), Aveiro (7%) e Braga (6%). A origem dos professores do sexo masculino também era heterogénea, mas diferenciada das professoras, porque em primeiro lugar se situava o distrito de Viseu (15%), seguido do Porto (12%), Castelo Branco (9%), Aveiro (8%), Guarda (6%), Bragança (5%) e Vila Real (5%).

⁵³³ Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 602-603; e Araújo, H. C. (2000). *Pioneiras na educação: as professoras primárias, percursos, experiências e subjetividades, 1870-1933*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p. 206.

⁵³⁴ António Nóvoa refere que 4,9% dos alunos eram de famílias de assalariados rurais. Ver Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 602-603.

⁵³⁵ Anica, A. (2012). *Memórias da formação nos primórdios da Escola do Magistério Primário de Faro*, p. 15. Disponível em <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/4548> (18 abr. 2016)

A maioria dos professores da nossa amostra eram originários, com base na sua naturalidade, de zonas rurais (79%), sobretudo do Norte e Centro do País (70%). A frequência das escolas de formação implicava a sua deslocação para os centros urbanos, onde funcionavam as escolas e, em muitos casos, o pagamento de propinas e alojamento. A análise dos dados da nossa amostra apontou para que existisse uma tendência para frequentarem uma escola de formação no distrito onde eram naturais ou num distrito próximo, não se detetando diferenças em relação ao género. Na maioria dos casos, a escola frequentada pelos professores do sexo feminino situava-se no distrito onde nasceram (71%). As restantes professoras frequentaram escolas num distrito próximo do do seu nascimento (15%), mas também frequentaram várias escolas de formação distribuídas por Portugal Continental e Ilhas (14%). No caso dos professores do sexo masculino, a maioria também frequentou uma escola de formação no distrito do qual eram naturais (61%), e em segundo lugar frequentaram uma escola num distrito próximo do local do seu nascimento (23%) ou frequentaram escolas distribuídas por Portugal Continental (16%).

Interessava verificar se os alunos-mestres iniciavam a sua atividade profissional após a conclusão do curso. A maioria das professoras iniciou a sua atividade docente no ano em que terminou o curso do magistério primário (64%). Em segundo lugar situaram-se as docentes que entraram na profissão entre um ano (11%) e dois anos (10%) após a conclusão do curso. Seguiu-se um conjunto heterógeneo de docentes que entrou na profissão 3 anos ou mais após a conclusão da sua formação⁵³⁶. A entrada tardia na atividade profissional não foi condicionada pelo seu estado civil, porque esse grupo incluía professoras solteiras e casadas. Não pudemos concluir que a entrada tardia na profissão se deveu exclusivamente a questões financeiras, dado que desse grupo faziam parte professoras casadas com homens que, em princípio, possuíam rendimentos superiores ao seu vencimento, como proprietários, industriais e médicos.

A situação dos professores era ligeiramente diferenciada. O número de homens que iniciou a sua atividade profissional no ano de conclusão do curso era superior ao das mulheres (82%), seguindo-se com valores iguais (6%) os professores que começam a lecionar um ou dois anos após a conclusão do curso. O grupo de professores que iniciou a leção 3

⁵³⁶ Identificámos um caso de uma professora que iniciou a atividade docente 31 anos após a sua formação.

anos ou mais após a conclusão do curso apresentou-se mais diminuto do que o grupo das professoras.

A nossa amostra era maioritariamente constituída por professoras (72%). Em relação ao estado civil das docentes, a maioria era casada (75%), seguindo-se as professoras solteiras (21%), viúvas (3,5%) e divorciadas (0,5%). A maioria dos professores do sexo masculino também era casado, sendo a sua percentagem superior à das mulheres (88%), seguidos dos solteiros (8%), viúvos (3%) e divorciados (1%).

A profissão dos cônjuges era bastante diferenciada por género. Os professores do sexo masculino casavam com pessoas com um rendimento equivalente ao seu, nomeadamente professoras primárias (52%). Em segundo lugar encontravam-se as domésticas (43%) e identificou-se um grupo reduzido de professores casados com mulheres que auferiam rendimentos inferiores (2,5%)⁵³⁷ ou superiores ao seu (2,5%)⁵³⁸.

A maioria das professoras casou com homens que integravam a população ativa, sendo a situação profissional dos restantes maridos desconhecida. As professoras tendiam, em primeiro lugar, a casar com homens de uma situação socioeconómica equivalente à sua (51%), muito embora a percentagem de casamentos com homens de rendimentos superiores fosse considerável (38%)⁵³⁹. Apenas 3% das professoras casaram com homens com rendimentos inferiores⁵⁴⁰. As professoras casavam em primeiro lugar com os seus pares professores (20%) e proprietários (20%), seguindo-se a alguma distância os casamentos com funcionários públicos (11%), comerciantes (8%) e elementos das forças armadas (6%).

Esses dados apontaram para o facto dos professores, ao contrário das professoras, não criarem através do casamento quaisquer vínculos com a comunidade local, situação que poderiam considerar desprestigiante. Em relação às professoras, os baixos salários auferidos poderiam explicar em parte essa tendência para a heterogeneidade das condições socioeconómicas dos seus maridos, bem como para o facto das professoras, colocadas em zonas rurais, casarem com homens dessas comunidades, nomeadamente com um estatuto económico igual ou superior ao seu.

⁵³⁷ As profissões identificadas foram as de costureira, servente contratada, costureira.

⁵³⁸ As mulheres eram proprietárias.

⁵³⁹ Comerciantes, industriais, médicos, inspetores, administradores de concelho e farmacêuticos.

⁵⁴⁰ *Chauffeur* e ferreiros.

A idade de entrada na profissão era variada e dependia da idade com que se formavam e do ano em que iniciavam a atividade profissional, tendo o intervalo de idades da nossa amostra variado entre os 16 anos e os 55 anos. A análise desses dados permitiu-nos concluir que os homens entravam mais cedo na profissão, entre os 16 anos e os 20 anos (42%), situando-se em primeiro lugar os professores que iniciaram a atividade profissional aos 19 anos (16%). Em relação às professoras, o intervalo com mais entradas encontrou-se entre os 17 e os 24 anos (84%), sendo que o grupo posicionado em primeiro lugar era também o dos 19 anos (25%).

A maioria dos docentes em exercício frequentaram escolas de formação de professores (98%) e apenas dois docentes fizeram o exame de habilitação para o exercício do magistério, prova que possibilitava, a partir de 1940, o exercício da docência sem a frequência de uma escola de formação⁵⁴¹. As exigências legais para o exercício da docência justificavam a frequência das escolas de formação. Nos finais do século XIX, os requisitos legais de habilitação para o ensino primário elementar, por ordem de preferência, eram o diploma de aprovação do ensino normal do primeiro grau, o diploma de habilitação para o ensino complementar e o diploma de habilitação para o ensino elementar⁵⁴².

No caso de não existirem candidatos habilitados, abria-se a possibilidade das câmaras municipais nomearem, com carácter temporário, pessoas julgadas idóneas. A efetividade só era atingida ao fim de três anos completos de bom e efetivo serviço, sendo até então designados por provisórios. Esse tipo de requisitos legais conduziu à existência de um grupo profissional heterógeneo, composto por professores com diferentes habilitações, e estatuto profissional.

No início do século XX, a situação alterou-se e determinou-se que a habilitação para o magistério fosse a aprovação no curso das Escolas Normais ou de Habilitação para o Magistério⁵⁴³. O provimento para as escolas primárias era feito por despacho governamental, pelo período de 20 dias, publicado no *Diário do Governo*, pela Direção Geral da Instrução Primária. Mantinha-se o período de três anos de serviço docente necessário para atingir o estatuto de professor efetivo. Existiam duas categorias de docentes

⁵⁴¹ O regulamento de exames consta do Decreto n.º 30968, de 14 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 290, I Série, de 14 de dezembro de 1940.

⁵⁴² Lei de 2 de maio de 1878. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁵⁴³ Art.º 30º da Lei de 24 de dezembro de 1901 da Direção Geral da Instrução Primária do Ministério dos Negócios do Reino. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

no grupo profissional dos professores primários, os efetivos e os provisórios, tendo os primeiros prioridade nas vagas a concurso e direito a progressão na carreira.

O requisito legal de posse de formação profissional adquirida nas Escolas Normais permaneceu na Primeira República como condição para o exercício da docência⁵⁴⁴. Apesar desse requisito continuavam, no entanto, a existir professores que não tinham habilitação própria para exercer a docência. Apenas identificámos na nossa amostra dois casos de professores, um de cada sexo, que não tinham habilitação própria para a lecionação, porque não possuíam qualquer diploma do ensino, segundo os dados registados no seu registo.

A nomeação de professores era descentralizada e passou novamente para as câmaras municipais, a partir de 1911. Era precedida de concurso documental e processava-se com base na proposta de graduação do inspetor de círculo. Manteve-se a divisão dos professores primários em três classes, mas a nomeação como professor efetivo alterou-se e passou de três para dois anos de bom e efetivo serviço⁵⁴⁵.

Na falta de professores, o governo autorizava que as câmaras municipais nomeassem, para a categoria de professores interinos, indivíduos que estivessem inscritos como professores do ensino particular, ou possuíssem um curso superior, liceal ou especial⁵⁴⁶. O seu ordenado limitava-se ao número de meses em que asseguravam a docência.

Essa decisão de nomeação de professores interinos poderia estar relacionada com a necessidade de docentes que se começava a fazer sentir nos primeiros anos da República e que era inversa à situação dos últimos anos da monarquia, onde se verificava, a existência de professores à espera de colocação por falta de lugares vagos nas escolas primárias⁵⁴⁷.

Para evitar que existissem escolas fechadas por falta de docentes, o governo determinou que os professores que estivessem sem lecionar por falta de casa de habitação pudessem ser colocados em comissão noutra escola. Determinou-se ainda que os professores do sexo

⁵⁴⁴ Lei de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁵⁴⁵ Art.º 84º da Lei de 29 de março de 1911. Ver a esse respeito Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 150-191.

⁵⁴⁶ Decreto n.º 146, de 22 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 222, I Série, de 22 de setembro de 1913. Essa situação manteve-se em 1915 e foi confirmada pelo Decreto n.º 2080, de 24 de novembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 24 de novembro de 1915.

⁵⁴⁷ Áurea Adão refere que no ano letivo de 1906-1907 existiam 937 professores à espera de uma colocação. Ver a esse respeito Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 150-191.

masculino que ficavam sem lugar, por as suas escolas terem sido convertidas em mistas ou femininas, fossem colocados em escolas que não estivessem em funcionamento por falta de professores⁵⁴⁸.

Durante o período republicano, a reforma educativa de 1919, de natureza centralizadora, determinou que a nomeação de professores passasse a ser governamental⁵⁴⁹. Os concursos eram anunciados no *Diário do Governo*, e os interessados deviam demonstrar o seu interesse em concorrer através de um requerimento dirigido ao inspetor escolar⁵⁵⁰.

O tempo de serviço dos professores condicionava, no entanto, o tipo de escolas a que podiam concorrer. As escolas, em 1915, tinham sido classificadas em quatro ordens, segundo as localidades onde se encontravam⁵⁵¹. Às escolas de Lisboa, Porto e Coimbra só podiam concorrer professores com oito anos de bom serviço prestado em localidades de categoria inferior a essas. Esse condicionante imposto aos professores no início da carreira e, por isso, com pouco tempo de serviço, procurava resolver a questão das escolas vagas por falta de professores interessados, localizadas em meios rurais.

A primeira nomeação de um professor passou a ser feita para a ocupação de um lugar numa localidade da quarta ordem. No caso dos concursos ficarem desertos para escolas dessas povoações, o Governo indicava às câmaras municipais quais os professores que declaravam querer servir no ensino oficial, pela ordem de classificação, para preenchimento das vagas⁵⁵². Qualquer professor podia concorrer a uma vaga numa escola de uma localidade de ordem superior àquela onde lecionava, somente após dois anos de serviço nessa zona.

No final do período republicano, em maio de 1926, as escolas para provimento passaram a dividir-se em apenas três categorias: as sedes de distrito, as restantes sedes de concelho e

⁵⁴⁸ Portaria de 1 de março de 1912. *Diário do Governo* n.º 53, I Série, de 5 de março de 1912.

⁵⁴⁹ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

⁵⁵⁰ A partir de 1923, o requerimento passou a ser enviado pelas juntas escolares para a direção geral, segundo o Art.º 40º do Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

⁵⁵¹ A primeira ordem era preenchida pelas sedes dos concelhos, capitais de distrito e as povoações com mais de 8000 habitantes. A segunda ordem era constituída pelas sedes de concelho e as povoações de 5000 a 8000 habitantes. A terceira ordem era ocupada pelas terras dos concelhos e localidades de 1500 a 5000 habitantes. A quarta ordem compreendia todas as restantes localidades. Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 11 de setembro de 1915, p. 978.

⁵⁵² Art.º 7º da Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 11 de setembro de 1915, p. 978.

todas as outras localidades⁵⁵³. Foi mantida a determinação de que os professores no início da carreira somente poderiam concorrer às escolas da última categoria, mas reduzia-se o número de anos de serviço necessários para o provimento em escolas da primeira categoria, as sedes do distrito, de oito para seis anos.

A imprensa continuava a noticiar a existência de professores sem colocação⁵⁵⁴. O MIP, em 1924, atento a esse problema, e alegando razões humanitárias e sociais, solicitou que esses professores enviassem um conjunto de informações⁵⁵⁵ a seu respeito para a Secretaria-Geral do ministério para a organização do seu cadastro⁵⁵⁶.

No período da ditadura militar, a existência de escolas fechadas por falta de professores continuava a ser uma realidade. Os jornais *A Federação Escolar* e a *Educação Nacional* noticiavam com alguma regularidade esse assunto. O Ministro Cordeiro Ramos tomou medidas, em 1930, para a resolução desse problema através da criação do quadro de docentes auxiliares em cada região escolar⁵⁵⁷, que substituiu o quadro de docentes provisórios, constituído pelos professores que ainda não eram efetivos. Esse quadro de professores era ocupado por dois terços de professoras e um terço de professores e o seu vencimento correspondia apenas ao período de lecionação, não tendo direito a vencimento fora desse período⁵⁵⁸.

Pretendia-se resolver o problema dos lugares de professores vagos, porque permitia aos professores exercerem em outras escolas, por impedimento legal dos docentes das mesmas, e tornava possível deslocar docentes em comissão para o preencimento das vagas existentes. As suas nomeações eram feitas por concurso anual. Os professores colocados tinham direito ao vencimento previsto na lei para os professores de provimento temporário

⁵⁵³ Decreto n.º 11638, de 4 de maio de 1926. *Diário do Governo* n.º 95, I Série, de 4 de maio de 1926.

⁵⁵⁴ Ver a título de exemplo o jornal *A Federação Escolar*, n.º 567, de 14 de abril de 1923, 1.

⁵⁵⁵ O conjunto de informações solicitadas incluía: nome, morada, idade, data de conclusão do curso, escola de formação e respetiva classificação, número de vezes que concorreu, se exerceu ou não o ensino particular, se já trabalhou e qual o emprego, e se prefere colocação numa escola pública ou outra colocação oficial com renumeração equivalente.

⁵⁵⁶ Portaria n.º 4159, de 31 de julho de 1924. *Diário do Governo* n.º 175, I Série, de 5 de agosto de 1924.

⁵⁵⁷ Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 206, I Série, de 5 de setembro de 1930.

⁵⁵⁸ Decreto n.º 17043, de 27 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 27 de junho de 1929.

e a abono de despesas de transporte, quando a sua residência fosse deslocada para mais de dez quilômetros⁵⁵⁹.

O ministro Cordeiro Ramos procurou ainda resolver o problema da falta de docentes através da permissão de indivíduos, que não tendo frequentado as escolas de formação, exercessem a docência em escolas primárias oficiais. Abriu-se a possibilidade, desde 1929, da nomeação de indivíduos não diplomados pelas Escolas Normais para professores de escolas oficiais pertencentes a asilos e misericórdias⁵⁶⁰. Essa permissão foi extensível, passados dois anos, a escolas criadas ou mantidas por entidades públicas convertidas em estabelecimentos oficiais⁵⁶¹.

Para além do quadro auxiliar, existia um quadro geral composto por todos os professores nomeados para uma escola específica ou para uma zona escolar⁵⁶².

Em 1931, Cordeiro Ramos decidiu alterar o sistema de provimento dos lugares de professores. O número de anos necessários para atingir a efetividade passou para cinco e as escolas a concurso deixaram de estar agrupadas em categorias, medida que até então impedia o acesso de alguns professores a determinadas escolas. O concurso passou apenas a ter em consideração a classificação dos concorrentes⁵⁶³. Para efeitos de concurso eram admitidos para provimento no quadro geral, os professores do mesmo quadro para efeitos de transferência, e os dos quadros auxiliares para efeito de nomeação. Os professores transferidos ou demitidos, por via da aplicação de pena disciplinar, não podiam ser admitidos a concurso.

O Ministro, em 1931, tomou uma nova medida que contribuiu para a desvalorização profissional dos professores através da criação dos postos de ensino. A sua introdução era enquadrada numa ação governamental de combate ao analfabetismo⁵⁶⁴. Os postos de ensino, com um horário diário de apenas três horas, ficavam a cargo de regentes escolares, agentes de ensino a quem não eram exigidas as mesmas habilitações que aos professores. A administração escolar ignorava por completo a sua falta de habilitações científico-

⁵⁵⁹ Art.º 17º do Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 206, I Série, de 5 de setembro de 1930, p. 1810.

⁵⁶⁰ Decreto n.º 16485, de 25 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 33, I Série, de 9 de fevereiro de 1929.

⁵⁶¹ Decreto n.º 19245, de 16 de janeiro de 1931. *Diário do Governo* n.º 13, I Série, de 16 de janeiro de 1931.

⁵⁶² Uma zona escolar corresponde na atualidade aos quadros de zona pedagógica.

⁵⁶³ Decreto n.º 19531, de 30 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 74, I Série, de 30 de março de 1931.

⁵⁶⁴ Preâmbulo do Decreto n.º 20604, de 30 de novembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 283, I Série, de 9 de dezembro de 1931.

pedagógicas e valorizava a sua “idoneidade moral e intelectual”⁵⁶⁵. O seu vencimento era inferior ao dos professores, e o período de trabalho também, situando-se entre o dia 1 de novembro e o dia 31 de maio, para os cursos diurnos, e o dia 31 de março para os cursos noturnos.

A criação da figura dos regentes suscitou uma polémica entre esse grupo profissional e o dos professores primários, que viram, como já referimos, os seus direitos profissionais cerceados. A sua prática letiva também causou algumas preocupações aos funcionários da DGEP que realizavam ações inspetivas, face aos seus limitados conhecimentos. Em função dessas preocupações, o ministério instituiu, em 1935, a obrigatoriedade de prestação de provas de aptidão para os indivíduos interessados no exercício do cargo⁵⁶⁶.

As provas de aptidão eram elaboradas segundo os programas do ensino primário, o que remetia para um nível de exigência baixo por parte do MIP. Os candidatos realizavam, em 90 minutos, três provas escritas: uma de Português, outra de Aritmética e uma das outras restantes disciplinas. Se aprovados, os candidatos prestavam uma prova oral de Português. A sua realização revelava as falhas de muitos dos candidatos, questão que era visível nos relatórios enviados para a direção geral pelos júris de provas. Os candidatos não só tinham dificuldade em realizar as provas no tempo regulamentar, como apresentavam um nível de conhecimentos escassos no domínio do Português⁵⁶⁷, situação que se traduzia num número elevado de reprovações⁵⁶⁸. A percentagem de reprovações aumentou de 32% em 1935 para 61% em 1941, para depois diminuir para 41% no ano de 1943⁵⁶⁹.

O Ministro Carneiro Pacheco, em 1936, converteu os postos de ensino em postos escolares e introduziu um processo de seleção dos regentes que, em nome de algum rigor oficial, determinava a submissão a exame todos os regentes que tinham sido nomeados sem

⁵⁶⁵ Art.º 3º do Decreto n.º 20604, de 30 de novembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 283, I Série, de 9 de dezembro de 1931, p. 2680.

⁵⁶⁶ Decreto n.º 25797, de 28 de agosto de 1935. *Diário do Governo* n.º 199, I Série, de 28 de agosto de 1935.

⁵⁶⁷ Ver a esse respeito, as referências ao relatório do júri das provas de aptidão realizadas em Faro, no ano de 1935 no jornal *A Federação Escolar* n.º 397, de 23 de outubro de 1935, 1.

⁵⁶⁸ Segundo o jornal *A Federação Escolar*, nas provas de aptidão realizadas em Viana do Castelo, no ano de 1936, foram aprovadas apenas 7 das 26 candidatas inscritas. *A Federação Escolar* n.º 447, de 4 de novembro de 1936, 1.

⁵⁶⁹ Dados referidos no trabalho de Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 146.

prestarem provas, sob pena de perderem o diploma e o lugar⁵⁷⁰. A mesma exigência era extensível a todos os regentes que tivessem nota de deficiente na classificação de serviço.

O exame realizava-se na sede dos distritos escolares⁵⁷¹ e era composto por provas de cultura, que incidiam sobre os programas do ensino primário, e provas de aptidão pedagógica⁵⁷². As provas de cultura consistiam num ditado, numa redação e na resolução de seis problemas, provas que traduziam um grau de exigência baixo. As provas de aptidão pedagógica consistiam numa lição dada a uma classe, durante trinta minutos, sobre um tema designado pelo júri.

O processo de perda de alguns direitos por parte do grupo profissional do professorado primário incidiu ainda sobre a preferência dos cônjuges, regalia que permitia às professoras casadas com funcionários públicos terem preferência no provimento de vagas ocorrentes nas escolas oficiais⁵⁷³. Essa medida foi suspensa por considerar-se que diminuía o número de vagas a que os professores do sexo masculino tinham acesso, sobretudo nas grandes cidades. Esse privilégio foi restringido, em 1936, aos professores cônjuges e só podia ser invocado por professores com boa classificação de serviço⁵⁷⁴, mas deixou de poder ser utilizada por professoras para concurso em escolas masculinas. No ano seguinte, a preferência foi alargada às professoras casadas com inspetores, diretores de distrito escolar e seus adjuntos⁵⁷⁵.

No ano de 1937, o ministério criou o quadro dos professores agregados que substituiu o quadro dos professores auxiliares, mas o seu vencimento era inferior ao que até então era auferido pelos professores auxiliares. Decidiu ainda separar os professores e os regentes agregados em dois quadros distintos, compostos por indivíduos diplomados com o Exame

⁵⁷⁰ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁵⁷¹ A Portaria n.º 8731, de 4 de junho de 1937, determinava que os exames se realizassem em junho. *Diário do Governo* n.º 129, Série I, de 4 de junho de 1937. Posteriormente passaram a realizar-se em outubro, porque não era viável realizar a prova de aptidão pedagógica durante as férias dos alunos. Portaria n.º 8766, de 28 de julho de 1937, publicada no *Diário do Governo* n.º 178, de 2 de agosto de 1937.

⁵⁷² Portaria n.º 8731, de 4 de junho de 1937. *Diário do Governo* n.º 129, I Série, de 4 de junho de 1937.

⁵⁷³ Decreto n.º 19531, de 30 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 74, I Série, de 30 de março de 1931.

⁵⁷⁴ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁵⁷⁵ Decreto-lei n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

de Estado ou habilitados com o exame de aptidão para a regência de postos escolares⁵⁷⁶. Essa separação veio de encontro aos anseios dos professores primários que pretendiam diferenciarem dos regentes.

O concurso de professores sofreu alterações. A intensificação do controlo sobre os docentes justificou que, a partir do ano letivo 1936-1937, se determinasse que os professores interessados em concorrer tivessem que entregar, para além do boletim de concurso, uma declaração anticomunista⁵⁷⁷.

Os diretores de distrito escolar passaram a propor a colocação, válida por um ano, dos agregados, por ordem de classificação, começando pelos professores e só depois eram considerados os regentes. Os professores agregados, com classificação de bom, passavam a poder concorrer às vagas do quadro geral. Deixaram de ser feitas nomeações para o quadro auxiliar, e o provimento de lugares que no concurso ficasse deserto era atribuído aos professores com menor graduação pertencentes ao quadro auxiliar desse distrito, ou, na sua ausência, de outro distrito, a começar pelos mais próximos.

A expansão da rede escolar e a necessidade de docentes que assegurassem todos os lugares possibilitou, em 1943, que os regentes tivessem direito de ser nomeados, em regime de comissão, para as escolas primárias, desde que tivessem 18 meses de tempo de serviço com provas de boa competência pedagógica e de zelo profissional⁵⁷⁸.

Mais tarde, a partir de 1950, os regentes, efetivos e agregados, só podiam ser chamados depois de serem colocados todos os professores agregados, e desde que em 18 meses se tivessem distinguido pelos bons resultados escolares dos alunos⁵⁷⁹. Essa possibilidade de nomeação em comissão de serviço permitiu aos regentes terem acesso a um vencimento superior ao auferido nos postos, apesar de não incluir o período de férias. No início da

⁵⁷⁶ Art.º 5º do Decreto-lei n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937, p. 1072.

⁵⁷⁷ Com base no disposto no Decreto n.º 27003, de 14 de setembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

⁵⁷⁸ Decreto-lei n.º 33160, de 21 de outubro de 1943. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 21 de outubro de 1943.

⁵⁷⁹ Portaria n.º 13306, de 28 de setembro de 1950. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 28 de setembro de 1950. Confirmado pela Circular da DGEP n.º 165, de 26 de fevereiro de 1952.

década de 50, os regentes pediam, através da imprensa, que esse direito salarial fosse extensível a todo o grupo profissional face ao elevado custo de vida⁵⁸⁰.

No ano de 1953 introduziram-se alterações no concurso para os quadros que decorria entre 10 de agosto e 10 de setembro. Ao primeiro quadro, dos professores agregados, podiam concorrer todos os diplomados para o exercício do magistério primário e, ao segundo quadro, o dos regentes agregados, concorriam os habilitados para a regência de postos escolares, desde que não tivessem sido exonerados, a seu pedido, há menos de dois anos ou não tivessem sido alvo de demissão na sequência de processo disciplinar⁵⁸¹.

O recrutamento de regentes, que auferiam cerca de metade do vencimento dos professores diplomados, era de todo o interesse e servia os propósitos de contenção orçamental e o programa político-pedagógico de alfabetização das massas do Estado Novo. Prova desse interesse político, foi a evolução percentual do número de regentes em exercício em relação ao número total de agentes de ensino até 1950: 14% em 1938, 17% em 1940, 24% em 1945, 25% em 1950 e 28% em 1954⁵⁸².

O tempo de serviço de um professor e a sua avaliação eram os critérios de base para a progressão na carreira docente. O vencimento do professor dependia do seu tempo de serviço e constituía um indicador do seu estatuto socioeconómico. Importava considerarmos, nessa análise, o número médio de anos de exercício da docência, com base nos dados constantes na nossa amostra de registos biográficos, bem como a evolução dos vencimentos dos docentes.

A nossa amostra de registos biográficos não nos permitiu identificar, de forma rigorosa, o número médio de anos de serviço até à aposentação, uma vez que a maioria dos registos não possuía informação sobre o número total de dias de serviço prestado. No entanto, referiam o número de anos letivos que os professores prestaram serviço e o motivo que os levou a deixarem de exercer funções.

A maioria dos professores da nossa amostra deixou de exercer funções por motivos de aposentação (92%). Os restantes deixaram de exercer funções pelos seguintes motivos:

⁵⁸⁰ *Os Nossos Filhos*, n.º 116, janeiro de 1952, 13.

⁵⁸¹ Portaria n.º 14496, de 11 de agosto de 1953. *Diário do Governo* n.º 173, I Série, de 11 de agosto de 1953, p. 1087.

⁵⁸² Dados percentuais calculados com base na informação dos *Anuários Estatísticos de Portugal* de 1938, 1940, 1945, 1950, 1954.

licença ilimitada (40%), exoneração a pedido (28%), falecimento (16%), residência nas colónias ou no estrangeiro (7%), afastamento por doença (5%), exoneração (2%) e demissão (2%). Eram sobretudo as professoras que requeriam a situação de licença ilimitada (92%). Não identificámos nenhuma relação com o seu estado civil. No entanto, as professoras casadas que solicitaram essa licença tinham contraído matrimónio com homens com um estatuto socioeconómico superior ao seu, situação que poderia estar relacionada com o seu abandono da profissão.

Partimos para a análise dos anos de serviço docente prestado através da criação de grupos de anos de tempo de serviço: 0-4 anos, 5-9 anos, 10-14 anos, 15-19 anos, 20-24 anos, 25-29 anos, 30-34 anos, 35-39 anos e 40⁺ anos. O número de anos de serviço docente era elevado em ambos os sexos. O grupo de professores do sexo masculino com maior representatividade era o dos docentes com 30 a 34 anos de serviço docente (38%), seguido dos grupos dos 35-39 anos (21%), 25-29 anos (18%), 40⁺ anos (7%)⁵⁸³. O tempo de serviço das professoras seguia a tendência do dos homens, com predomínio do grupo de professoras com tempo de serviço entre os 30 e os 34 anos (27%). Seguiu-se depois os grupos dos 35-39 anos (25%), 25-29 anos (15%) e dos 40⁺ anos (13%)⁵⁸⁴.

Interessava-nos também identificar o número médio de escolas em que o professor, ao longo da sua carreira, prestava serviço docente e se existia uma correlação entre a progressão na carreira e as colocações dos docentes. Para essa análise utilizámos o conjunto de registos biográficos da nossa amostra e um conjunto de 34 registos biográficos do Direção da Educação do Algarve⁵⁸⁵. Com base nesses dados verificámos que o número total de escolas foi muito variável de docente para docente, não sendo possível apontar uma tendência ao longo do período considerado. No entanto verificámos que, no período republicano, e após o provimento definitivo, o número de escolas era mais reduzido, situando-se essas escolas no mesmo concelho ou em um concelho vizinho. No período do Estado Novo, nomeadamente nas décadas de 40 e 50, o número de escolas, após o provimento definitivo, aumentou e os concelhos da sua localização abrangiam, dentro do mesmo distrito, uma área geográfica mais alargada.

⁵⁸³ Os restantes grupos eram os dos 20-24 anos (6%), 15-19 anos (4%), 10-14 anos (4%), 5-9 anos (1%) e 1-4 anos (1%).

⁵⁸⁴ Os restantes grupos eram os dos 20-24 anos (8%), 15-19 anos (5%), 10-14 anos (4%), 5-9 anos (2%) e 1-4 anos (1%).

⁵⁸⁵ Ficheiro em Excel da DREALG-Cadastro Pessoal Docente e Não Docente fornecido pelo AHME.

O regime de faltas condicionava também a concessão de diuturnidades e a progressão na carreira. O termo falta significava o não cumprimento integral do horário do professor. Para controlar as faltas, nas escolas com mais de um lugar de professor, existia um livro de ponto, de modelo oficial, rubricado pelo diretor da escola, que os docentes deveriam assinar diariamente, no início e no fim do seu horário⁵⁸⁶.

Os professores e os regentes tinham o direito de faltar duas vezes por mês, seguidas ou interpoladas, devendo essas faltas serem comunicadas na véspera ou no dia pelo próprio ou seu familiar⁵⁸⁷. Podiam também faltar três dias seguidos por nojo, falecimento de parentes, por consaguinidade ou afinidade no primeiro e segundo grau de linha reta e no segundo e terceiro da linha transversal⁵⁸⁸. A justificação era feita após a apresentação ao serviço⁵⁸⁹.

O tempo de serviço prestado na Legião⁵⁹⁰ e na Mocidade Portuguesa⁵⁹¹, ou na Mocidade Portuguesa Feminina, era considerado como serviço docente, desde que para esse último serviço fosse concedida, previamente, dispensa para a sua prestação por despacho ministerial. Essas faltas não eram descontadas na efetividade e, por isso, não tinham quaisquer implicações na progressão na carreira.

Os professores agregados e os regentes escolares não tinham os mesmos direitos dos professores efetivos também em matéria de faltas. A justificação de faltas dos regentes escolares devia ser devidamente comunicada por escrito ao diretor do distrito escolar a que

⁵⁸⁶ Art.º 2º do Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

⁵⁸⁷ Se as faltas eram de doença e excediam o período de dois dias, o professor devia apresentar um atestado médico.

⁵⁸⁸ Consideravam-se ainda como faltas justificadas das professoras casadas, os períodos de maternidade durante oito dias antes do parto e quinze dias depois.

⁵⁸⁹ Eram também consideradas faltas justificadas, as faltas dadas pelo professor nos dias em que fosse requisitado como testemunha para depor em tribunal, durante o serviço de exames, e nos dias em a escola estivesse encerrada pelas autoridades sanitárias. Também era considerada falta justificada quando o professor era mandado fazer, a partir de 1944, um exame radiográfico e bacteriológico. Os diplomas legais que estabeleciam o regime de assistência aos funcionários civis tuberculosos eram: Decreto n.º 14192, de 12 de agosto de 1927. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 31 de agosto de 1927; Decreto-lei n.º 33549, de 23 de fevereiro de 1944. *Diário do Governo* n.º 37, I Série, de 23 de fevereiro de 1944; Decreto-lei n.º 40365, de 29 de outubro de 1955. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 29 de outubro de 1955.

⁵⁹⁰ De acordo com a Base IV do Decreto-lei n.º 27058, de 30 de setembro de 1936, publicado no *Diário do Governo* n.º 230, I Série, de 30 de setembro de 1936, o professor podia prestar anualmente cinco dias de serviço na Legião, sem perda de vencimento.

⁵⁹¹ O Decreto-lei n.º 27084, de 14 de outubro de 1936, apenas prevê o serviço por parte dos professores de Educação Física e de Canto Coral. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 14 de outubro de 1936. A partir do Decreto-lei n.º 34616, de 18 de maio de 1945, tornou-se extensível a todos os docentes do ensino liceal e a todos os restantes professores com o Decreto n.º 36192, de 20 de março de 1947, publicado no *Diário do Governo* n.º 4, I Série, de 20 de março de 1947.

pertenciam, mas servia apenas para decidir se iam ou não continuar no exercício do cargo⁵⁹². As faltas dessas duas categorias de agentes de ensino implicavam a perda de remuneração e o desconto na efetividade, quando eram dadas por motivo de doença, e ainda que comprovadas por atestado médico, razões particulares, e no caso da licença de maternidade⁵⁹³.

Existia um conjunto de faltas que a administração escolar considerava como injustificáveis: as de doença não confirmadas por junta médica, as dadas por parto de professoras e regentes solteiras, as dadas por motivo de detenção às ordens da PIDE pelo exercício de atividade política contrária ao regime vigente e as dadas por ausência da residência oficial sem autorização superior⁵⁹⁴.

Os diretores das escolas primárias e os regentes dos postos escolares, até ao dia 5 de cada mês, deviam enviar para a secretaria da direção de distrito escolar ou à delegação escolar concelhia, a nota das faltas dadas no mês anterior. No livro de ponto deviam ser lançadas as notas sobre a frequência dos funcionários e delas se retirar uma relação mensal da frequência que era enviada mensalmente para a direção de distrito escolar⁵⁹⁵.

O regime de faltas influenciava o sistema de promoções, porque os professores que dessem mais de trinta faltas, justificadas ou não, não podiam entrar com esse ano letivo no computo para a concessão de uma diuturnidade⁵⁹⁶.

Nos finais do século XIX, em 1894, os professores efetivos foram classificados em três classes de acordo com o seu tempo de serviço docente. Na terceira classe incluíam-se todos os professores com menos de 8 anos de tempo de serviço. Na segunda classe encontravam-se os professores até aos 15 anos de tempo de serviço. Na primeira classe estavam os professores com mais de 15 anos de serviço⁵⁹⁷. O vencimento dos professores era diferente

⁵⁹² Circular da DGEP n.º 54, de 15 de março de 1950.

⁵⁹³ Fernandes, A. (1955). *Elementos Práticos de Legislação Escolar para usos dos Alunos das Escolas do Magistério Primário*. Braga: Livraria Cruz, p. 75.

⁵⁹⁴ Essa última situação implicava a instauração de processo disciplinar e a perda de vencimento durante o tempo de ausência ao serviço.

⁵⁹⁵ Art.º 6 do Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

⁵⁹⁶ Circular da DGEP n.º 2060, de 15 de março de 1929.

⁵⁹⁷ Lei de 22 de dezembro de 1894. Disponível em <http://193.137.22.223/fotos/editor2/1894.pdf> (1 jan. 2017)

consoante a classe a que o docente pertencia: 150 réis para a 3ª classe, 180 réis para a 2ª classe e 220 réis para a 1ª classe⁵⁹⁸.

O número de anos em cada classe alterou-se no início do século XX, a partir de 1901⁵⁹⁹. A terceira classe passou a ser constituída pelos professores que não tinham seis anos completos de bom e efetivo serviço, contados desde a posse do seu provimento temporário. A segunda classe era preenchida pelos professores que tinham mais de seis e menos de doze anos de bom e efetivo serviço. A primeira classe era constituída por todos os professores com doze ou mais anos de bom e efetivo serviço. Registou-se também, em 1901, uma alteração nos vencimentos de cada classe: 165 réis para a 3ª classe, 195 réis para a 2ª classe e 235 réis para a 1ª classe.

Nos finais da monarquia, em abril de 1910, foi publicada a *Regulamentação da Qualificação do Serviço Anual dos Inspectores, Sub-Inspectores e Professores de Instrução Primária*⁶⁰⁰. Esse diploma estipulava os critérios utilizados na classificação do serviço docente. Avaliava-se a prática pedagógica do professor, de forma direta, através de uma inspeção, e indireta através dos resultados escolares dos seus alunos. O inspetor considerava ainda o zelo e a assiduidade do docente, a formação dos alunos, a higiene e a disciplina, e as relações do professor com as famílias dos alunos e a comunidade local. Era dado relevo à ligação entre a escola e a família e à corresponsabilização da família que se consideravam condições essenciais para o sucesso escolar⁶⁰¹. A função de relevo do professor no meio local justificava que se ponderasse o seu comportamento profissional e pessoal, para que não causasse reações negativas da parte da população local.

No período republicano foram mantidas as três classes dos professores efetivos. As promoções de classe eram feitas pelo governo, segundo a ordem de antiguidade dos professores e com base na informação prestada pelos inspetores da respetiva circunscrição

⁵⁹⁸ Os professores de escolas de Lisboa e do Porto tinham direito ao vencimento de residência no valor de 54\$000 réis.

⁵⁹⁹ Art.º 38º da Lei de 24 de dezembro de 1901 da Direção Geral da Instrução Primária do Ministério dos Negócios do Reino. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁶⁰⁰ *Regulamentação da Qualificação do Serviço Anual dos Inspectores, Sub-Inspectores e Professores de Instrução Primária* publicada com a Portaria de 5 de abril de 1910. *Diário do Governo* n.º 73, de 6 de abril de 1910.

⁶⁰¹ *Regulamentação da Qualificação do Serviço Anual dos Inspectores, Sub-Inspectores e Professores de Instrução Primária*. Ministério dos Negócios do Reino, Direcção Geral de Instrução Primária. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, p. 27.

escolar⁶⁰². Essa condição relacionava-se com a alterações dos requisitos para um professor pertencer à 1ª e 2ª classes. Cada uma dessas classes passou a ter apenas 2500 lugares⁶⁰³, o que condicionava a progressão dos professores que estavam quase a atingir o limite de anos na classe onde se encontravam, porque a sua progressão dependia da abertura de novas vagas.

O vencimento dos professores, em 1911, da 1ª classe era de 300\$00, da 2ª classe de 210\$00 e da 3ª classe de 180\$00. O subsídio de residência e de renda de casa que abrangia até então apenas os professores de Lisboa e Porto que não residiam no edifício da escola, passou a incluir também os professores de 1ª classe de outras capitais de distrito e concelhos⁶⁰⁴.

Os protestos dos docentes⁶⁰⁵ sobre o sistema de promoções levou, passados dois anos, a alterações, regressando-se ao sistema anterior baseado no tempo de serviço⁶⁰⁶. O novo diploma legal, de 1913, determinava que o quadro de professores da 1ª classe tivesse 2600 lugares e que a ele pertencessem todos os professores que já o integravam anteriormente e ainda os com doze anos de tempo de serviço. Pertenciam à segunda classe todos os professores com seis anos de tempo de serviço, num total de 2300 lugares.

Apesar das alterações legislativas, a imprensa da educação noticiava atrasos na concessão de promoções que se relacionavam com a inexistência de listas atualizadas, por parte da administração escolar, dos professores que reuniam condições para serem promovidos⁶⁰⁷.

No ano de 1915, um novo diploma legal aumentava o subsídio de renda de casa em 30% e os vencimentos dos docentes para: 360\$00 para os professores de 1ª classe, 300\$00 para os professores de 2ª classe e 240\$00 para os professores de 3ª classe⁶⁰⁸. No entanto, esses vencimentos só entrariam em vigor em setembro de 1917, porque dependiam do Estado

⁶⁰² Art.º 91º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁶⁰³ Decreto de 29 de março de 1911, p. 13. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁶⁰⁴ Para os professores de Lisboa e Porto, o valor do subsídio era de 175\$000, enquanto para os outros professores era de 80\$000.

⁶⁰⁵ Ver a título de exemplo o jornal *A Federação Escolar*, n.º 123, de 20 de maio de 1911, 1.

⁶⁰⁶ Decreto n.º 129, de 10 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 212, I Série, de 10 de setembro de 1913.

⁶⁰⁷ Ver a esse respeito Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 178.

⁶⁰⁸ Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 11 de setembro de 1915.

conseguir cobrir o défice dos municípios⁶⁰⁹. Os professores, em 1918, foram dispensados do pagamento dos direitos de encarte, imposto cobrado por causa da conjuntura de guerra, devido, segundo o diploma legal, à “exiguidade dos seus vencimentos”⁶¹⁰.

O ano de 1919 trouxe algumas alterações nos vencimentos através da concessão de diuturnidades, por cada seis anos de bom e efetivo serviço, a cada uma das quatro classes anteriores à primeira. Essa medida significou também uma nova alteração nas classes dos professores que foram substituídas por um sistema de promoções assente em cinco classes, de acordo com as diuturnidades: a 5ª classe correspondia a menos de 6 anos, a 4ª classe entre os 6 e os 12 anos (1ª diuturnidade), a 3ª classe entre os 12 e os 18 anos (2ª diuturnidade), a 2ª classe entre os 18 e os 24 anos (3ª diuturnidade) e a 1ª classe com mais de 24 anos (4ª diuturnidade)⁶¹¹. Os vencimentos eram definidos em função de cada classe: 420\$00 na 5ª classe, 500\$00 na 4ª classe, 580\$00 na 3ª classe, 660\$00 na 2ª classe e 740\$00 na 1ª classe. Foi mantida a concessão dos subsídios de residência e de renda de casa. Essas alterações eram justificadas, no diploma legal, pela necessidade de aumentar os vencimentos dos professores, que não tinham sofrido grandes alterações desde 1911, ao contrário dos vencimentos dos docentes dos restantes níveis de ensino⁶¹².

Nesse mesmo ano, a progressão na carreira sofreu novas alterações, diminuindo o tempo das diuturnidades de seis para cinco anos de bom e efetivo serviço docente⁶¹³. O valor dos vencimentos, no entanto, manteve-se, sendo a remuneração base de 420\$00 para os professores efetivos e cada diuturnidade correspondia a mais 80\$00.

Segundo alguns autores, como Filomena Mónica e António Nóvoa, os vencimentos dos professores na primeira metade da década de 20, permitiram-lhes melhorar o seu estatuto

⁶⁰⁹ O diploma foi publicado em julho e os vencimentos entraram em vigor a 1 de setembro de 1917. Lei n.º 748, de 25 de julho de 1917. *Diário do Governo* n.º 121, I Série, de 25 de julho de 1917.

⁶¹⁰ O diploma que previa a dispensa era o Decreto n.º 4002, de 28 de março de 1918. *Diário do Governo* n.º 65, I Série, de 1 de abril de 1918. Salvado Sampaio defendeu que essa dispensa era um sinal dos fracos vencimentos dos professores primários. Ver a esse respeito Sampaio, J. S. (1973). *Evolução do Ensino Primário em Portugal. Metrópole 1911-1926* (contributo monográfico). Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, p. 136.

⁶¹¹ Decreto n.º 5322, de 22 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 63, I Série, de 27 de março de 1919, p. 483.

⁶¹² Decreto n.º 5322, de 22 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 63, I Série, de 27 de março de 191, p. 482.

⁶¹³ Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, de 10 de maio de 1919.

económico em relação ao período anterior⁶¹⁴. De facto, em 1920, foram equiparados os vencimentos de todos os funcionários do Estado, em serviço ativo, reformados ou aposentados, disposição legal que incluía também os professores primários⁶¹⁵. Dois anos mais tarde eram extintas as subvenções e ajudas de custo e, em sua substituição, eram completados os vencimentos com uma “percentagem de melhoria”⁶¹⁶. Em 1923 foi elevado o coeficiente de cálculo para essa percentagem, de acordo com o custo de vida⁶¹⁷.

A evolução dos salários não acompanhou, no entanto, a subida do custo de vida, face ao aumento da inflação. Os professores primários reclamavam contra o valor do subsídio da rede de casa, o valor dos vencimentos e as demoras no seu pagamento. Essas reclamações fizeram-se ouvir através de textos de jornais, como o *Professor Primário*, a *Federação Escolar* e a *Educação Nacional*⁶¹⁸.

O Ministro Cordeiro Ramos, em 1931, introduziu novas alterações no sistema de concessão de diuturnidades. Anteriormente, o processo decorria por conta dos inspetores das regiões e círculos escolares, o que causava atrasos devido ao excesso de serviço das secretarias⁶¹⁹. Determinou-se então que eram os professores interessados que deviam requerer a concessão, mediante o envio do “boletim respeitante à concessão de diuturnidade”⁶²⁰, que consistia num registo biográfico do docente com referência às escolas onde lecionou, por anos letivos, faltas e licenças gozadas. Esse boletim devia ser confirmado pelo inspetor, reconhecido no notário, e enviado para a DGEP. Esse novo processo acabou por ser mais rápido, mas comportar custos para o professor, situação que não se verificava anteriormente.

⁶¹⁴ Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 620-627; Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 192.

⁶¹⁵ Lei n.º 1044, de 31 de agosto de 1920. *Diário do Governo* n.º 169, I Série, de 31 de agosto de 1920.

⁶¹⁶ Lei n.º 1044, de 31 de agosto de 1920. *Diário do Governo* n.º 169, I Série, de 31 de agosto de 1920, p. 981.

⁶¹⁷ Lei n.º 1452, de 20 de julho de 1923. *Diário do Governo* n.º 156, I Série, de 20 de julho de 1923. Esse diploma foi objeto de um esclarecimento pela Lei n.º 1456, de 6 de agosto de 1923. *Diário do Governo* n.º 168, I Série, de 6 de agosto de 1923.

⁶¹⁸ Ver a título de exemplo os jornais *O Professor Primário*, n.º 224, de 31 de janeiro de 1924, 1; *O Professor Primário*, n.º 243, de 15 de junho de 1924, 1; *O Professor Primário*, n.º 281, de 29 de março de 1925, 1; *O Professor Primário*, n.º 422, de 15 de fevereiro de 1930, 1, e *Educação Nacional* n.º 54, de 11 de março de 1928, 1, e n.º 179, de 3 de agosto de 1930, 1.

⁶¹⁹ Preâmbulo do Decreto n.º 20397, de 17 de outubro de 1931. *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 17 de outubro de 1931.

⁶²⁰ Decreto n.º 20397, de 17 de outubro de 1931. *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 17 de outubro de 1931, p. 2267.

Na década de 30 assistiu-se a uma degradação das condições de vida do professorado⁶²¹. Na imprensa da educação continuavam a surgir textos que apelavam ao ministério para que corrigisse essa situação, através do aumento do vencimento e do seu pagamento⁶²². O ministério respondeu a esses pedidos com a reforma dos vencimentos do funcionalismo público feita nos finais de novembro de 1935⁶²³. Justificava-se essa medida por necessidades administrativas relacionadas com a política orçamental do regime e por “reclamações da opinião pública”⁶²⁴. Essas reclamações acabaram, todavia, por serem desvalorizadas no preâmbulo do diploma legal, quando se referia os danos materiais causados pelas várias reformas anteriores e se defendia que competia ao Governo tomar as medidas necessárias à correção da situação financeira do país⁶²⁵.

A necessidade de corrigir as contas públicas era sentida no novo sistema de promoções que entrou em vigor em 1935. As classes foram reduzidas e existiam apenas três diuturnidades, em cada dez anos de serviço, medida prejudicial para os professores dado que a sua progressão na carreira passava a ser mais demorada. A classificação das categorias dos funcionários públicos passou a ser feita por letras, de A a Z. Aos professores primários sem diuturnidade correspondia a letra T e o vencimento líquido mensal de 650\$00. Os professores primários com uma diuturnidade pertenciam à letra S com o vencimento de 700\$00. Os professores primários com duas diuturnidades correspondiam à letra R com o vencimento de 800\$00. Os professores primários com três diuturnidades, ou seja, com mais de 30 anos de serviço, pertenciam à letra Q e auferiam o vencimento de 900\$00⁶²⁶.

Esse novo sistema de classificação não era idêntico para os professores dos restantes níveis de ensino. Um professor de liceu sem diuturnidade era classificado na letra K, a que

⁶²¹ Ver a esse respeito Nóvoa, A. (1987b). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 646-647.

⁶²² A *Revista Escolar*, em 1931, faz referência ao atraso nos pagamentos, que chega a prolongar-se por vários meses e conduz o professor à necessidade de contrair empréstimos.

⁶²³ Decreto-lei n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935.

⁶²⁴ *Ibidem*.

⁶²⁵ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935, p. 1759.

⁶²⁶ Decreto-lei n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935.

correspondia um vencimento de 1600\$00, enquanto que um professor do ensino superior, sem diuturnidade, pertencia à letra E e auferia um vencimento de 3000\$00⁶²⁷.

A avaliação do serviço docente condicionava a promoção na carreira, nomeadamente no que respeitava à concessão de uma diuturnidade aos professores efetivos. A qualificação do serviço docente de cada professor e regente era feita pelo inspetor da região/círculo a que pertencia e, mais tarde, pelo diretor do distrito escolar.

Durante o período republicano, a avaliação era feita pelo inspetor escolar, registada no mapa de qualificação e efetividade do serviço, e dado conhecimento aos professores até ao dia 15 de outubro⁶²⁸. O serviço docente até 1919 era qualificado numa escala quantitativa de 0 a 20 e qualitativa de mau a muito bom⁶²⁹.

O professor devia transcrever as informações constantes do mapa de qualificação e efetividade para o seu caderno, designação dada ao registo biográfico do docente, e devolvê-lo ao inspetor até ao dia 31 de outubro. No mapa devolvido deveria constar uma declaração do docente em como se “conformava” com a qualificação obtida, devidamente datada e rubricada⁶³⁰. Caso não concordasse deveria solicitar ao inspetor nova qualificação. Se não fosse bem sucedido, o professor poderia reclamar, no prazo de quinze dias, para o Ministro, via inspetor.

Nos critérios de avaliação do serviço ganharam relevo os resultados escolares, medidos através do número proporcional de passagens de classe e de alunos aprovados no primeiro e segundo graus⁶³¹. Esse relevo vinha ao encontro à importância dada à educação dos futuros cidadãos pelos republicanos.

⁶²⁷ Ver o mapa das categorias do Ministério da Instrução Pública no Decreto-lei n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935, pp. 1787-1788.

⁶²⁸ Art.º 47º do Decreto n.º 2080, 24 de novembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 24 de novembro de 1915.

⁶²⁹ O sistema de classificação respeitava a seguinte escala: mau (0 a 4 valores), medíocre (5 a 9 valores), suficiente (10 a 14 valores), bom (15 a 19 valores) e muito bom (20 valores). Ver a esse respeito o trabalho de Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 181.

⁶³⁰ Decreto n.º 2080, 24 de novembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 24 de novembro de 1915.

⁶³¹ Decreto n.º 5322, de 22 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 63, I Série, de 27 de março de 1919.

No ano de 1919, a avaliação restringia-se unicamente a duas menções: bom e deficiente⁶³². O serviço do professor não podia ser qualificado de bom, quando o docente faltasse, em dois ou mais anos, à escola nos dias em que o inspetor pretendia inspecioná-la, salvo se comunicasse previamente as suas faltas⁶³³. Esses níveis demasiado restritos foram modificados em 1923, passando o novo sistema de qualificação a compreender 4 níveis de classificação: mau, suficiente, bom e muito bom⁶³⁴.

A importância que a avaliação do serviço docente tinha na carreira de um professor levou-nos à análise da qualificação do serviço docente dos professores através dos registos biográficos existentes no AHME, que abrangem um conjunto de docentes que começaram a prestar serviço docente entre a última década do século XIX e os anos 40 do século XX⁶³⁵. Considerámos importante analisar o ano letivo de 1925-1926 por ser o ano de transição da República para a Ditadura, bem como pelo facto de ser o ano letivo em que a maioria dos professores da nossa amostra se encontrava a lecionar. Nesse ano letivo apenas 1% dos docentes não foram avaliados por não se encontrarem a desempenhar funções letivas. No ano letivo de 1925-1926, o sistema de classificação era composto por níveis compreendidos entre o mau e o muito bom. A comparação entre géneros não apontou para dados relevantes⁶³⁶, tendo a maioria dos professores obtido a classificação de bom (76,7%), seguida de muito bom (22%), suficiente (1%), mau (0,3%).

O envio da qualificação atribuída aos docentes até ao dia 15 de outubro impedia o professor de concorrer com dados atualizados aos concursos abertos nesse ano letivo. Para a resolução desse problema, no final da década de 20, determinou-se que os inspetores deveriam enviar o mapa de qualidade e efetividade aos professores, após o encerramento do ano letivo, desde que o mesmo fosse solicitado para efeitos de concurso e que os

⁶³² Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919, p. 2073.

⁶³³ Art.º 130º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919, p. 2075.

⁶³⁴ Art.º 33º do Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

⁶³⁵ Existem várias caixas não numeradas com registos biográficos no AHME. A sua organização é alfabética e não cronológica. Nas caixas também constam registos do pessoal não docente.

⁶³⁶ A maioria dos professores com a classificação de muito bom pertencia ao sexo masculino, mas apenas atingiu os 53%.

docentes tivessem enviado atempadamente todos os elementos estatísticos que serviriam de suporte à sua avaliação⁶³⁷.

A reforma educativa do Ministro Cordeiro Ramos introduziu, em 1933, alterações significativas no sistema de qualificação do tempo de serviço⁶³⁸. Mantiveram-se, no entanto, os requisitos avaliados no período republicano e a avaliação continuava a ser feita pelo inspetor do distrito escolar⁶³⁹, baseada nos seguintes princípios: qualidades e empenho do docente, aproveitamento dos alunos, o seu zelo, a sua cooperação em obras de interesse local e a sua consideração social⁶⁴⁰. A principal diferença residia nos níveis de classificação atribuídos que se resumiam a dois: suficiente e deficiente⁶⁴¹. O suficiente correspondia às anteriores qualificações de bom e muito bom.

A qualificação do tempo de serviço era dada a conhecer, por escrito, ao docente, até ao dia 31 de outubro⁶⁴². Depois de ser dada a conhecer, o professor deveria devolver o mapa e assinar uma declaração em como se “conformava” com a qualificação atribuída⁶⁴³. Em caso de discordância continuava a poder solicitar uma nova avaliação para o inspetor/diretor de distrito escolar⁶⁴⁴.

Os professores desconheciam os motivos justificativos da sua avaliação, questão que provocava algumas reclamações. Encontrámos alguns registos biográficos onde o docente

⁶³⁷ Portaria n.º 5479, de 14 de julho de 1928. *Diário do Governo* n.º 174, I Série, de 1 de agosto de 1928.

⁶³⁸ Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁶³⁹ Nos distritos administrativos de Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, o serviço dos professores era qualificado pelo diretor geral do ensino primário, com base nas informações das Juntas Gerais e dos serviços de inspeção.

⁶⁴⁰ A partir de 1940 foi introduzido um novo elemento a considerar na avaliação docente: os resultados dos exames de admissão aos liceus. As provas de exame incidiam sobre o programa da 4ª classe. Circular da DGEP n.º 36, de 16 de dezembro de 1940. No ano de 1952 foram acrescentados outros dois elementos: a forma como o docente realizou os trabalhos de recenseamento escolar e a sua ação no funcionamento das cantinas e caixas escolares. Essa alteração encontra-se no Decreto n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 27 de outubro de 1952.

⁶⁴¹ Art.º 169 do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁶⁴² Para efeitos de concurso, a qualificação podia ser solicitada à Direção de Distrito Escolar após o dia 14 de julho, data considerada como a data oficial de encerramento do ano letivo. O Despacho ministerial de 16 de março de 1937, constante da Circular da DGEP n.º 70, de 24 de março de 1937, confirmava o disposto na Portaria n.º 5479, de 14 de julho de 1928. Essa solicitação era importante para os professores agregados para efeitos de concurso para provimento no quadro geral. O pedido era feito por escrito, acompanhado de cópia do mapa de estatística desse ano letivo e de um relatório do trabalho desenvolvido.

⁶⁴³ Mantem-se em vigor o disposto no Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919.

⁶⁴⁴ O interessado deveria expor claramente o que julgasse conveniente para corrigir a classificação atribuída, e que não tivesse sido considerado na sua avaliação anterior. Caso a avaliação se mantivesse poderia reclamar para o Ministro, via inspetor/diretor do distrito escolar. O ofício deveria ser idêntico ao que foi enviado para o inspetor/diretor de distrito escolar. *Boletim Escolar*, n.º 164, de 20 de outubro de 1936, 10.

registou a sua discordância com a classificação de suficiente, por considerar que merecia uma nota superior⁶⁴⁵. Para esclarecimento dos docentes e evitar reclamações, o Ministro Carneiro Pacheco decidiu, em 1937, que a qualificação de serviço deveria ser sempre acompanhada dos motivos justificativos da sua atribuição⁶⁴⁶.

Apesar dessa medida, os professores continuaram a não se conformar com o sistema redutor que tinha sido introduzido. Na década de 40, alguns textos da imprensa da educação apontavam para essa discordância, considerando que a classificação de suficiente era demasiado abrangente e defendia-se que o ideal seria a reintrodução da classificação de bom⁶⁴⁷.

Os diretores de distrito escolar, nos seus relatórios anuais, enviavam à direção geral a lista dos professores e regentes do seu distrito que tinham a classificação de deficiente e informavam se os mesmos se encontravam em situação de procedimento disciplinar⁶⁴⁸. A atribuição da qualificação de deficiente, em dois anos letivos consecutivos ou não, implicava a perda da última diuturnidade e a instauração de processo disciplinar ou a demissão se o professor não fosse efetivo⁶⁴⁹. Os regentes de postos escolares com a classificação de deficiente eram submetidos a provas de exame para a regência de postos, mesmo que já as tivessem prestado anteriormente⁶⁵⁰.

Não nos foi possível analisar, de forma aprofundada, a questão da atribuição classificação de serviço através dos registos biográficos existentes no AHME, uma vez que nem todos os registos biográficos continham a classificação de serviço para todos os anos em que prestaram serviço. O número de professores dessa amostra com classificação de deficiente foi sempre muito diminuta⁶⁵¹.

⁶⁴⁵ O registo biográfico era elaborado pelo professor e autenticado anualmente pelo inspetor/diretor do distrito escolar. Os registos biográficos não se encontram numerados e devem ser solicitadas as caixas no Arquivo Histórico do Ministério da Educação. A consulta não é um processo muito simples porque as caixas também incluem pessoal não docente e a organização é alfabética e não cronológica.

⁶⁴⁶ Despacho ministerial de 17 de fevereiro de 1937 constante da Circular da DGEP n.º 117, de 26 de fevereiro de 1937.

⁶⁴⁷ *O Educador* n.º 423, de 23 de fevereiro de 1941, 1.

⁶⁴⁸ A título de exemplo ver AHME, DGEP, Caixa 1037 – Diversos. Relatório anual de 1948-1949 da Direção do Distrito Escolar do Funchal, de 19 de novembro de 1949.

⁶⁴⁹ Art.º 170º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁶⁵⁰ Art.º 3º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁶⁵¹ Na amostra de professores analisada apenas 2% teve classificação de deficiente em 1932-1933, 9% em 1939-1940, 0, 2% em 1946-1947 e 0,4% em 1953-1954. O aumento para 9% dessa classificação poderia estar

Os professores primários preocupavam-se com a sua avaliação, solicitando a sua revisão, e com a contagem do seu tempo de serviço, dados os efeitos adversos que podia ter na sua carreira. Em alguns jornais ligados à educação, existia um espaço para esclarecimento de dúvidas por parte dos docentes sobre essas questões como era o caso do *Boletim Escolar*⁶⁵². Os docentes enviavam cartas a pedir esclarecimentos, a solicitar a contagem correta do seu tempo de serviço e a questionar se o seu tempo de serviço lhes daria direito a uma promoção.

Características do corpo docente

Os dados da nossa amostra de registos biográficos foram coincidentes com a realidade da feminização da profissão docente, dado que a sua representatividade correspondia a 72% dos registos. Esses dados também eram coincidentes com a realidade da frequência, por géneros, das escolas de formação de professores do magistério primário. No ano letivo de 1908-1909 encontravam-se matriculados 1005 alunos nas Escolas Normais e de habilitação para o magistério, dos quais 75% eram do sexo feminino⁶⁵³. Essa situação manteve-se durante toda a Primeira República e prolongou-se pela Ditadura Militar. No ano letivo de 1920-1921, nas Escolas Normais Primárias, encontravam-se inscritos 562 alunos, com uma percentagem de alunas-mestras de 80%⁶⁵⁴. No ano letivo de 1926-1927 cresceu o número total de alunos para 739 e a percentagem de alunos do sexo feminino era de 88%⁶⁵⁵.

No início da década de 30, verificou-se uma diminuição da percentagem das alunas-mestras, sendo de 66% no ano letivo de 1930-1931⁶⁵⁶. No ano letivo seguinte assistiu-se a uma redução significativa do número total de alunos, e as alunas representavam apenas 54% dos alunos inscritos⁶⁵⁷. O crescimento do número de alunos do sexo masculino, em 1931-1932, poderia estar relacionado com a alteração das condições de acesso às escolas de formação. Os candidatos passaram a ter que realizar um exame que incidia sobre os programas de disciplinas liceais e esse nível de ensino era frequentado sobretudo por

relacionado com um aumento do número de visitas inspetivas, nos finais da década de 30, às escolas por parte das direções dos distritos escolares.

⁶⁵² *Boletim Escolar*, n.º 167, de 5 de dezembro de 1936, 15.

⁶⁵³ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1908-1910. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁵⁴ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1921. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁵⁵ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1927. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁵⁶ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1931. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁵⁷ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1933. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

rapazes⁶⁵⁸. Essa situação foi, no entanto, momentânea e alterou-se a partir do ano letivo de 1934-1935. O número de alunos inscritos no primeiro ano do curso das Escolas do Magistério era predominantemente do sexo feminino, com 66% em 1934-1935 e 70% em 1935-1936⁶⁵⁹.

Essa evolução era também visível no número de professores do sexo feminino que exercia a docência. Em 1892, segundo as estatísticas oficiais, o número de professores do sexo masculino era de 60%⁶⁶⁰. No entanto, nos finais da monarquia, no ano letivo 1909-1910, 52% dos professores primários já eram do sexo feminino⁶⁶¹ e a feminização da docência cresceria durante o período republicano. No ano letivo de 1918-1919, as professoras já ocupam 62% dos lugares nas escolas primárias⁶⁶². No período da ditadura militar, o aumento foi mais significativo, situando-se nos 67% no ano letivo de 1926-1927⁶⁶³. A situação manteve-se com o início do Estado Novo, com um valor percentual de 70% em 1932-1933⁶⁶⁴. Esse valor desceu, ligeiramente, para 67% no ano letivo de 1940-1941, mas registou um novo aumento para 78% em 1949-1950⁶⁶⁵. Esse crescimento do número de professoras em exercício não tinha correlação com a realidade das matrículas nas escolas de formação, no início da década de 30, porque como já referimos anteriormente tinha-se registado uma subida do número de matrículas do sexo masculino e uma diminuição do número de matrículas do sexo feminino.

Os professores do sexo masculino não estavam, em grande parte, interessados em lecionar em escolas primárias rurais⁶⁶⁶. Nessas localidades existiam poucas hipóteses de

⁶⁵⁸ Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

⁶⁵⁹ Dados calculados com base na informação do: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1935. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística; e *Anuário Estatístico de Portugal*, 1936. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶⁰ Dados calculados com base na informação do *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶¹ Dados calculados com base na informação do *Anuário Estatístico de Portugal*, 1910. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶² Dados calculados com base na informação do *Anuário Estatístico de Portugal*, 1919. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶³ Dados calculados com base na informação das *Estatísticas da Educação*, 1942-1943. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶⁴ Dados calculados com base na informação das *Estatísticas da Educação*, 1949-1950. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶⁵ Dados calculados com base na informação das *Estatísticas da Educação*, 1949-1950. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁶⁶⁶ Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 191.

desempenharem outras atividades ou de dar explicações a alunos do ensino particular⁶⁶⁷, atividades que constituíam um adicional ao vencimento mensal de um professor. Identificámos referências em alguns processos instaurados a docentes, de ambos os sexos, devido à posse de propriedades agrícolas, à criação de gado e situações de cultivo ilegal no recreio da escola. Essas atividades do setor primário consistiam uma estratégia facilitadora da sobrevivência de vários professores nas comunidades rurais.

A segunda guerra mundial agravou a precariedade de vida dos professores colocados no Alentejo e em zonas do interior do país, segundo o jornal *Educador*⁶⁶⁸. O aumento do preço dos produtos, não produzidos localmente, e dos transportes agravou as suas condições de vida. Nas décadas de 40 e 50 acentuou-se a diminuição do número de docentes do sexo masculino, situação que segundo Salvado Sampaio, se deveu ao surgimento de outras ofertas no mercado de trabalho que eram melhor renumeradas e mais prestigiantes⁶⁶⁹. A diminuição do número de alunos-mestres e professores do sexo masculino era atribuída, pela imprensa da educação, ao baixo vencimento do grupo profissional que os levava a optar por outras profissões.

Não podíamos, contudo, equacionar apenas essa variável e importava termos presente o tipo de escolas para onde podiam ser providos os professores do sexo masculino e do sexo feminino para verificarmos se o número de lugares existentes assegurava um emprego a todos os interessados. No sistema de coeducação em vigor na escola primária republicana, os critérios de distribuição dos professores favoreciam o género feminino quanto ao número de lugares em cada escola⁶⁷⁰, apesar de se determinar que as três primeiras classes deveriam ser lecionadas por professoras e a 4^a e a 5^a classe por professores⁶⁷¹. A partir de

⁶⁶⁷ Assunto comentado em textos da imprensa, como é o caso do jornal *O Educador*, n.º 672, de 5 de março de 1946, 1.

⁶⁶⁸ *O Educador* n.º 475, de 22 de fevereiro de 1942, 1 e 5.

⁶⁶⁹ Sampaio, J. S. (1973). *Evolução do Ensino Primário em Portugal. Metrópole 1940-41/1966-67 (contributo monográfico)*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, p. 54.

⁶⁷⁰ Determinou-se que nas escolas de dois lugares deviam existir dois professores, um de cada sexo, nas de três lugares a proporção era um professor para duas professoras, nas de quatro lugares eram dois de cada sexo, nas de cinco lugares, dois professores e três professoras e nas de seis lugares, dois professores e quatro professoras. Art.º 83º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

⁶⁷¹ Ver a esse respeito o trabalho de Adão, A (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 158.

1920, só as professoras passaram a ter o direito de serem providas nas escolas de um lugar⁶⁷².

O fim da coeducação e a entrada em vigor do regime de separação de sexos abriu um leque superior de escolas para os professores do sexo feminino, uma vez que só as docentes podiam lecionar em todas as tipologias de escolas: femininas, masculinas e mistas. Essas limitações não significavam uma desvalorização profissional do género masculino, porque aos professores se reservava, na década de 30, o desempenho dos cargos de diretor de escola e de delegado escolar⁶⁷³ e tinham preferência nas vagas para as escolas masculinas⁶⁷⁴.

O número de lugares do sexo masculino era superior, em praticamente todo o país, ao número de lugares femininos. No ano letivo de 1933-1934 existiam 9066 lugares de professores nas escolas primárias, dos quais 37% eram lugares masculinos, 33% lugares femininos e 30% lugares em escolas mistas⁶⁷⁵. Não conseguimos, no entanto, identificar, para esse ano, o número de professores do sexo masculino que efetivamente exercia a docência nas escolas masculinas.

Esse cálculo já foi possível para o ano letivo de 1940-1941, embora por escolas e não por lugares. Existiam 10294 escolas primárias e postos escolares, dos quais 30% eram masculinos, 28% femininos e 42% mistos⁶⁷⁶. Os professores e regentes do sexo masculino aparentemente eram em número suficiente para ocupar todas as escolas e postos escolares masculinos, dado que eram 3371 agentes⁶⁷⁷ e o número total de lugares para escolas masculinas era de 4318⁶⁷⁸. Na realidade existiam 12736 salas de aula em 10294 escolas primárias e postos, o que significava, na prática, que as 10422 professoras tinham mais possibilidades no mercado de trabalho e acabavam por ocupar também lugares nas escolas e postos masculinos.

⁶⁷² Decreto n.º 6755, de 10 de julho de 1920. *Diário do Governo* n.º 146, I Série, de 15 de julho de 1920.

⁶⁷³ Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁶⁷⁴ Situação que se mantém durante entre os anos 30 e 50. Situação confirmada pela seguinte legislação: Portaria n.º 8840, de 30 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 30 de outubro de 1937; Portaria n.º 9088, de 19 de outubro de 1938, *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 19 de outubro de 1938; Portaria n.º 11625, de 17 de dezembro de 1946. *Diário do Governo* n.º 287, I Série, de 17 de dezembro de 1946; Portaria n.º 13306, de 28 de setembro de 1950. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 28 de setembro de 1950.

⁶⁷⁵ Cálculo feito com dados no *Anuário Estatístico de Portugal, 1933*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁶⁷⁶ Cálculo feito com dados das *Estatísticas da Educação, 1940-1941*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁶⁷⁷ Dados das *Estatísticas da Educação, 1940-1941*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁶⁷⁸ Dados do *Anuário Estatístico de Portugal, 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Os baixos salários dos professores podiam ser compensados com o exercício de outras funções ligadas ao ensino ou fora dessa área. Uma das funções que era compatível com o magistério era o cargo de diretor de escola⁶⁷⁹. Em 1913, a nomeação era feita pelos inspetores escolares, por solicitação das câmaras municipais⁶⁸⁰, e a partir de 1915 passou a ser feita pelo governo, sobre proposta da inspeção escolar⁶⁸¹. Passados três anos, o MIP decidiu que o diretor passaria a ser escolhido anualmente pelos professores, por via de eleição, considerando que essa era a melhor forma dos docentes confiarem e respeitarem a liderança⁶⁸².

Esse processo de escolha foi de curta duração porque foi logo interrompido no ano seguinte. A nomeação para o cargo de diretor de escola, entre 1919 e 1933, passou a ser governamental, com base na proposta do inspetor círculo ou região escolar. Nas escolas de cinco ou mais lugares, o diretor era escolhido, pela administração escolar, dos nomes constantes duma lista constituída pelos três professores mais votados pelo conselho escolar⁶⁸³.

A centralização de funções na DGEP conduziu, em 1933, a que a nomeação dos diretores recaísse exclusivamente sobre a administração escolar, deixando os professores de terem qualquer participação na escolha da liderança das escolas com mais de um lugar de professor⁶⁸⁴. A função de diretor de escola, a partir de 1933, passou a ser desempenhada em comissão, acumulável com a função docente, por um professor da mesma escola nomeado pelo diretor geral, sob proposta do inspetor do distrito escolar. A sua autonomia administrativa e pedagógica foi reduzida, porque a sua principal função consistia na execução de toda a regulação em vigor⁶⁸⁵.

⁶⁷⁹ As competências do diretor incluíam a administração da escola, a coordenação pedagógica do trabalho dos docentes e a comunicação de irregularidades ao inspetor/diretor do distrito escolar.

⁶⁸⁰ Decreto n.º 149, de 23 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 223, I Série, de 23 de setembro de 1913.

⁶⁸¹ Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 11 de setembro de 1915.

⁶⁸² No período republicano, até 1918, aparece-nos a designação de regente em vez de diretor. Decreto n.º 3853, de 9 de fevereiro de 1918. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 20 de fevereiro de 1918.

⁶⁸³ Essa lista era resultado de uma votação realizada de três em três anos pelo conselho escolar. O conselho escolar é composto por todos os professores em exercício de funções na escola. Na atualidade esse conselho corresponde ao conselho de docentes. Art.º 102º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919. Confirmado pelo Decreto n.º 18113, de 20 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 65, I Série, de 20 de março de 1930.

⁶⁸⁴ Art.º 31º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁶⁸⁵ Inclua toda a legislação e orientações provenientes da administração escolar.

Os professores primários podiam ainda desempenhar funções docentes nas escolas anexas às Escolas do Magistério Primário, mediante um exame de seleção, situação que era bastante vantajosa, financeiramente, para os docentes entre os anos de 1914 e 1930⁶⁸⁶. Esses professores auferiam um vencimento equivalente ao dos professores de primera classe. O seu provimento era temporário e só se tornava definitivo depois de três anos de bom e efetivo serviço.

Essa vantagem salarial foi retirada em 1930. Os professores passaram a ganhar o vencimento e diuturnidades correspondentes ao seu tempo de serviço e a ter direito a uma gratificação mensal de 150\$00⁶⁸⁷. A nomeação era feita por concurso público e os provimentos necessitavam de confirmação ao fim de três anos de serviço. No ano seguinte foram anuladas as provas de aptidão. A nomeação efetiva passou a não ter carácter vitalício e o provimento deveria recair sobre professores com habilitação para o magistério, com classificação não inferior a 16 valores⁶⁸⁸.

A nota mínima de classificação foi alterada, em 1935, para 15 valores⁶⁸⁹. Competia ao Ministro a nomeação dos professores, entre os candidatos com pelo menos dois anos de tempo de serviço e com classificação de suficiente em quatro classes, e a mesma podia ser renovada por despacho ministerial.

Os professores também tinham possibilidade de desempenharem cargos nas secretarias das direções de distrito escolar e aceder a cargos nos serviços de inspeção. O acesso ao cargo de inspeção escolar era feito por concurso público e condicionado pelo número de anos de serviço docente.

A esses requisitos em vigor, desde os finais da monarquia, acrescentou o Estado Novo outros condicionantes. A partir de março de 1933 exigia-se que os concorrentes tivessem diploma com classificação mínima de 16 valores⁶⁹⁰, a que se acrescentava o mínimo de

⁶⁸⁶ Tabela de vencimentos constante da Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914. *Diário do Governo* n.º 111, I Série, de 7 de julho de 1914.

⁶⁸⁷ Art.º 65º do Decreto n.º 18646, de 19 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 166, I Série, de 19 de julho de 1930.

⁶⁸⁸ Art.º 63º do Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

⁶⁸⁹ Art.º 9º do Decreto n.º 25954, de 19 de outubro de 1935. *Diário do Governo* n.º 243, de 19 de outubro de 1935.

⁶⁹⁰ Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

cinco anos de tempo de serviço⁶⁹¹. Com o Ministro Carneiro Pacheco a seleção passou a ser feita livremente pelo Ministro⁶⁹² e obedecia a critérios que ultrapassavam as habilitações e o tempo de serviço dos candidatos para se focar no comportamento moral e na sua adesão ao regime⁶⁹³.

Ao professor primário permitia-se ainda o desempenho de funções em regime de acumulação com a docência e para as quais carecia de autorização superior. Durante o período republicano, o professor não podia ocupar-se de outras funções durante o seu horário letivo ou vender livros e material escolar aos seus alunos⁶⁹⁴. Não era permitido a abertura de uma escola, o exercício do magistério particular na área da freguesia a que pertencia a sua escola, e a leccionação particular a crianças da escola oficial onde prestava serviço. Tinha permissão para lecionar crianças do ensino doméstico, na área da freguesia onde exercia a sua atividade profissional, ou que não estivessem a frequentar a escola onde prestava serviço docente⁶⁹⁵.

Para além da função de ajudante nos postos de registo civil, autorizada desde a Primeira República para docentes de ambos os sexos, determinou-se, em outubro de 1926, que os professores do sexo masculino exercessem a função de juiz de paz, com direito a renumeração, como complemento da sua “obra pedagógica e patriótica da docência”⁶⁹⁶. Nas freguesias sedes de distrito em que existisse mais do que um professor, o cargo era exercido pelo professor com mais antiguidade⁶⁹⁷. O exercício obrigatório do cargo levantava reclamações na imprensa, caso do jornal *O Professor Primário*, onde se exigia que o desempenho fosse de carácter facultativo⁶⁹⁸.

⁶⁹¹ Decreto n.º 22777, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

⁶⁹² Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

⁶⁹³ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁶⁹⁴ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919, p. 2074.

⁶⁹⁵ Art.º 172º do n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

⁶⁹⁶ Preâmbulo do Decreto n.º 12535, de 23 de outubro de 1926. *Diário do Governo* n.º 238, I Série, de 25 de outubro de 1926, p. 1672.

⁶⁹⁷ No caso de impedimento desse professor, o cargo seria exercido pelo que lhe seguir em antiguidade. No caso de estarem todos, em simultâneo, impedidos competiria ao presidente da Junta de freguesia o seu exercício, segundo o artigo 1º do Decreto n.º 12535, de 23 de outubro de 1926. *Diário do Governo* n.º 238, I Série, de 25 de outubro de 1926, p. 1672.

⁶⁹⁸ *O Professor Primário* n.º 370, de 2 de janeiro de 1927, 1.

O Ministro Cordeiro Ramos determinava, em 1933, que os funcionários dependentes da DGEP não pudessem exercer outro cargo público ou privado, sob pena de demissão, sem autorização prévia do Ministro⁶⁹⁹. Não carecia, no entanto, de autorização o exercício do ensino particular. Os professores também não podiam ter, individualmente ou em sociedade, comércio de livraria e papelaria.

Dois anos mais tarde, os professores viram a sua situação piorar com a determinação que não podiam desempenhar funções alheias ao ministério⁷⁰⁰, sem prévia autorização, e exercer mais do que um lugar remunerado nos quadros permanentes do Estado e dos corpos administrativos⁷⁰¹. No entanto, nos finais da década de 30 passou a ser permitido o desempenho da função de observador de postos pluviométricos⁷⁰² e a continuação da acumulação da função de ajudante dos postos de registo civil⁷⁰³.

Os professores podiam ainda lecionar, em complemento, cursos noturnos e, na década de 50, com a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, podiam lecionar esses cursos em regime diurno e noturno. O professor recebia uma gratificação por essa leção que constituía um suplemento ao seu vencimento. No período da Ditadura Militar, em 1930, tinha sido estipulado que o seu valor fosse de 250\$00 nas cidades de Lisboa e Porto, de 200\$00 nas restantes capitais de distrito e de 180\$00 nas outras localidades⁷⁰⁴. Essa disposição legal tinha terminado com a uniformização de vencimento para todo o país, na ordem dos 18\$00 mensais instituída em 1919.

Esse aumento de gratificação, em relação ao período republicano, não abrangia a maioria dos professores que lecionavam esses cursos nas localidades com maior número de analfabetos, porque apenas vigorava nas duas principais cidades do país. Em 1930, a percentagem de população analfabeta, em relação ao total da população, era de 48% em Lisboa, 15% no Porto, 71% em Vila Real, 73% em Portalegre e 76% em Bragança⁷⁰⁵. Se

⁶⁹⁹ Art.º 8º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁷⁰⁰ Art.º 14º do Decreto n.º 26175, de 31 de dezembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 31 de dezembro de 1935.

⁷⁰¹ Art.º 24º do Decreto n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935

⁷⁰² Circular da DGEP n.º 269 de 2 de junho de 1938.

⁷⁰³ Despacho ministerial de 7 de dezembro de 1936. Circular da DGEP n.º 176, de 9 de dezembro de 1936.

⁷⁰⁴ Art.º 5º do Decreto n.º 18724, de 5 de agosto de 1930. *Diário do Governo* n.º 180, I Série, de 5 de agosto de 1930.

⁷⁰⁵ Cálculos efetuados com base em dados do Censo de 1930. *Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930. 7º Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Imprensa Nacional.

relacionarmos esse condicionante com os objetivos da política financeira da Ditadura Militar e do Estado Novo, de contenção das despesas, era compreensível que a medida não fosse extensível a outras localidades. Os professores de Lisboa e do Porto tinham assim condições de trabalho superiores em relação ao resto do país, porque lecionavam menos classes, enquanto em muitas outras zonas, como em muitas aldeias, os professores tinham as quatro classes em simultâneo.

O horário de trabalho também era inferior, porque nas cidades principais o docente lecionava apenas uma classe e essa funcionava em regime de desdobramento devido ao número elevado de alunos e à falta de escolas⁷⁰⁶. O jornal *Educação Nacional*, em 1938, salientava essa discrepância de horário e referia que os professores que lecionavam cursos com várias classes, sem ser em regime de desdobramento, eram obrigados a permanecer na escola, fora do seu horário, para preparar convenientemente os seus alunos⁷⁰⁷.

O Ministro Carneiro Pacheco impôs outras limitações à lecionação dos cursos noturnos. A escolha passou a depender do Ministro e tinha por base a idoneidade dos professores, uma vez que se destina à formação moral e cívica de adultos⁷⁰⁸.

O Ministro Pires de Lima, devido às Campanhas de Educação Popular e Nacional de Educação de Adultos, introduziu uma nova tabela de gratificações para a regência dos cursos de educação de adultos. Unificou-se a gratificação a pagar aos professores, à exceção das localidades de Lisboa e do Porto, com o objetivo de fomentar o seu funcionamento nos meios rurais⁷⁰⁹.

Sempre que o professor pretendesse exercer uma atividade privada deveria requerer a necessária autorização ministerial. Era obrigatório solicitar autorização prévia para publicar qualquer tipo de trabalho, à exceção de textos para publicação no boletim oficial *Escola Portuguesa*⁷¹⁰. Essa última medida pretendia evitar a publicação na imprensa de textos críticos em relação ao ensino primário e ao ministério. Essa preocupação aparecia expressa numa circular da DGEP de 1932. Manifestava-se o desagrado ministerial com a

⁷⁰⁶ *Educação Nacional* n.º 11, 8 de maio de 1938, 2.

⁷⁰⁷ *Educação Nacional* n.º 11, 8 de maio de 1938, 1.

⁷⁰⁸ Preâmbulo do Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937, p. 1072.

⁷⁰⁹ Decreto n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 27 de outubro de 1952, p. 1079.

⁷¹⁰ Circular da DGEP n.º 197, de 5 de setembro de 1934.

publicação de textos sobre o funcionamento da administração escolar, e considerava-se que essa publicação não só era um ato de indisciplina “para com os seus superiores hierárquicos” como ainda procurava causar “desordem”⁷¹¹.

O quotidiano escolar

O quotidiano escolar estava ligado ao um espaço e ao tempo oficiais que modelavam os comportamentos de alunos e docentes.

As práticas letivas dos professores, no período da ditadura militar e no Estado Novo, eram condicionadas pelo peso do trabalho administrativo imposto ao professor. O Estado-educador aumentou o peso da burocracia na vida escolar⁷¹², mas a DGEP procurava apagar a imagem do professor como um burocrata, apresentando-o antes como um modelador das almas dos portugueses⁷¹³. Na realidade pesava sobre a atividade docente uma dose bastante significativa de trabalho burocrático que tinha de ser cumprido regularmente, sob pena de ação disciplinar, e que condicionava o tempo de permanência do professor nas instalações escolares.

O profissionalismo media-se pelo sucesso escolar dos alunos e pela correta organização da escrituração escolar, na imprensa da educação e nos relatórios de inspeção. O centralismo e a uniformização, promovidas pela administração escolar, limitavam a autonomia do docente, mais do ponto de vista teórico do que prático. Muitos professores tinham de adaptar a regulação à realidade profissional, porque a escassez de recursos materiais das escolas e o número elevado de alunos impossibilitavam, em muitos casos, o cumprimento, integral e/ou atempado, das orientações provientes da DGEP.

A administração escolar relembrava, regularmente, através de circulares e do boletim *Escola Portuguesa*, as obrigações que o professor tinha de cumprir no quotidiano escolar. Os deveres do professorado, definidos no período republicano, foram mantidos em vigor⁷¹⁴. Competia-lhe a educação e o ensino das crianças, segundo métodos e processos pedagógicos que promovessem o desenvolvimento físico e moral da criança e incutissem-

⁷¹¹ Circular da DGEP n.º 202, de 19 de fevereiro de 1932.

⁷¹² Ver a questão da relação entre burocracia e profissionalismo no trabalho de Popkewitz, T. S. (1992). Professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: A. Nóvoa (Org.), *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, pp. 40-41.

⁷¹³ Ver a esse respeito o editorial da *Escola Portuguesa*, n.º 87, de 11 de junho de 1936.

⁷¹⁴ Art.º 105º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919.

lhes o amor pela pátria. O professor deveria ser pontual e só retirar-se das instalações após a conclusão dos trabalhos e da execução de toda a regulação em vigor. Deveria organizar o diário escolar, registrando as matérias ensinadas, os cadernos individuais dos alunos e competia-lhe ter em ordem a escrituração escolar. Era ainda obrigado a acompanhar e orientar as crianças nos intervalos.

O docente deveria modelar a conduta dos habitantes locais. Para isso, deveria colaborar no desenvolvimento da escola e conseguir que a instituição escolar fosse respeitada pela comunidade. A administração escolar preocupava-se, desde o período republicano, com o impacto que o comportamento do professor tinha no meio local, o que justificava que se estipulasse que o docente deveria “conduzir-se na vida e na sociedade, tendo sempre presente a elevada missão de educador” para que servisse de exemplo educativo para a população local⁷¹⁵.

A partir de 1933 salientava-se que o docente deveria participar em todos os trabalhos escolares⁷¹⁶, questão que na prática significava a inclusão de atividades realizadas fora do contexto da sala de aula, nomeadamente ações de propaganda dos valores e iniciativas do regime. Para além das funções pedagógicas e sociais, devia ainda ordenar, nos prazos estipulados, os mapas e elementos estatísticos e informativos, distribuir os alunos por classes e participar nas atividades de recenseamento e matrícula.

O espaço escolar não podia ser usado para outras iniciativas que não fossem previamente autorizadas, como reuniões, festas e bailes. Também carecia de autorização a afixação de retratos na sala de aula, que não estivessem estipulados na legislação em vigor, e não se podia afixar anúncios que não fossem de carácter oficial.

A partir de 1936 considerava-se que o cumprimento dos seus deveres tinha implícito o seu comportamento, enfatizando-se a moral e defendendo-se que a sua conduta deveria ser irrepreensível sob pena de demissão⁷¹⁷. O ministério entendia que existia uma ligação íntima entre o serviço docente e a conduta do professor e, por isso, a fiscalização passava a abranger essas duas componentes⁷¹⁸.

⁷¹⁵ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919, p. 2073.

⁷¹⁶ Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁷¹⁷ Disposto no Art.º 8 do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936. Assunto desenvolvido no Capítulo V.

⁷¹⁸ Circular da DGEP n.º 6, de 29 de janeiro de 1942.

A moralização imposta pelo Ministro Carneiro Pacheco estendeu-se até aos nomes dos professores. A influência social exercida pelos docentes poderia levar a que o seu nome fosse ridicularizado pela população ou servisse de sugestão para o nome de batismo dos filhos. Foram enviadas instruções às direções dos distritos escolares, em 1938, para que se identificassem os nomes usados pelos seus docentes e se indicassem aqueles que não eram considerados nomes de pessoa⁷¹⁹ e fossem estranhos ao calendário gregoriano⁷²⁰. Em resposta, os diretores escolares identificaram todos os docentes dos seus distritos cujos nomes não podiam ser considerados de pessoas e as escolas onde exerciam⁷²¹.

As estratégias de controlo dos docentes não tinham, no entanto, impacto significativo no ritmo dos trabalhos escolares. O cumprimento do serviço docente era antes marcado pelo calendário escolar, um elemento temporal uniformizador das práticas escolares por todo o país. O ano escolar iniciava-se a 1 de outubro e terminava a 31 de julho, mas para o professor, o ano escolar só terminava depois de cumpridos todos os serviços de escrituração e estatística⁷²².

O professor tinha de participar ativamente no processo de recenseamento escolar e matrículas. Apresentava-se obrigatoriamente no dia 1 de outubro na sede da sua escola, mesmo que não fosse responsável pelas matrículas. Nas escolas com um só professor, as matrículas eram feitas pelo titular, enquanto que nas escolas com dois ou mais lugares, as matrículas eram realizadas pelo docente nomeado pelo diretor da escola⁷²³. As matrículas efetuavam-se durante o mês de outubro para todas as classes e até ao último dia letivo de março para a 1ª classe⁷²⁴.

No primeiro dia de aulas, o professor deveria ter na sua posse os seis livros oficiais de escrituração escolar. Diariamente, tinha de proceder aos registos necessários no Diário de Frequência, registar a correspondência entrada e expedida no livro respetivo e executar todas as ordens provenientes da direção de distrito escolar.

⁷¹⁹ Circular da DGEP n.º 300, de 20 de abril de 1938.

⁷²⁰ AHME, DGEP, Caixa 05-1084. Ofício do Diretor do Distrito Escolar de Braga, de 22 de abril de 1938.

⁷²¹ Constam nomes como Amável, Aurelina, Damicília e Virgilina. AHME, DGEP, Caixa 05-1084, Ofício do Diretor do Distrito Escolar de Faro, de 30 de abril de 1938.

⁷²² As atividades letivas começavam nos primeiros dias de outubro, e estendiam-se até ao final da primeira quinzena de julho, dado que o período de exames se realizava entre os dias 15 e 31 de julho. No ano letivo de 1936-1937, por exemplo, as atividades letivas tiveram início a 7 de outubro e terminaram a 14 de julho. *Boletim Escolar*, n.º 163, de 5 de outubro de 1936, 9.

⁷²³ *Boletim Escolar* n.º 497-498, de 20 de setembro de 1950, 2-3.

⁷²⁴ A partir de novembro só podiam ser admitidos à frequência, os alunos da 2ª, 3ª e 4ª classes que fossem transferidos de outras escolas por motivo de mudança de residência.

Uma das preocupações regulares dos docentes era a de ter os cadernos diários dos alunos em dia, por ordem e corrigidos. Os trabalhos desenvolvidos em contexto de sala de aula eram registados no “caderno escolar”, de carácter individual, existente desde o período republicano e que obedecia a um modelo do Centro de Publicações Escolares⁷²⁵. Esses cadernos eram importantes para o professor, porque eram usados pelos funcionários dos serviços de inspeção para avaliarem o seu trabalho e orientá-lo em caso de necessidade⁷²⁶. Nos finais da década de 30 foi introduzido um novo sistema composto por folhas soltas que eram reunidas numa capa⁷²⁷. Existia ainda, para a 3ª e 4ª classes, um caderno coletivo, elaborado com a colaboração sucessiva de todos os alunos, onde eram registados diariamente todos os trabalhos escolares. O número de exercícios registados traduzia o progresso do processo de ensino-aprendizagem e funcionava como um dos elementos avaliadores do serviço docente.

Por determinação da DGEP, os docentes deviam introduzir, na sua turma, a prática do intercâmbio escolar, mediante o desenvolvimento de uma atividade de correspondência interescolar⁷²⁸. A ideia foi lançada pela Sociedade de Geografia, no ano letivo de 1933-1934, e tinha como objetivo o desenvolvimento de correspondência entre alunos das escolas primárias do continente, ilhas e colónias⁷²⁹. Pretendia-se que essa atividade também se estendesse ao estrangeiro, nomeadamente ao Brasil e a países com um número significativo de emigrantes portugueses.

As cartas eram enviadas, via direção de distrito escolar, para a Sociedade de Geografia de Lisboa, que se encarregava de as remeter para as outras escolas. Todas as cartas tinham de ser acompanhadas pelo boletim de registo da correspondência interescolar de modelo oficial. Esse processo não implicava nenhum custo para o professor, porque era considerado correspondência oficial. As respostas a essas cartas eram distribuídas pelo professor aos alunos que entendia terem perfil para correspondentes. Em cada escola existia um registo dos correspondentes, feito pelo professor, com a sua identificação, idade, ano e classe.

⁷²⁵ Art.º 360º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919, p. 2071.

⁷²⁶ Ver a esse respeito o Anexo D, pp. 499-500.

⁷²⁷ Encontram-se vários exemplares desses cadernos em processos instaurados a professores. O *Boletim Escolar*, em 1936, anunciava que ia ser adotado esse novo sistema. *Boletim Escolar* n.º 164, 20 de outubro de 1936, 8.

⁷²⁸ Circular da DGEP n.º 80, de 18 de março de 1937.

⁷²⁹ Essa prática foi regular durante o Estado Novo, nomeadamente nas décadas de 30, 40 e 50.

A estatística era outra das atividades burocráticas do docente. Até ao final de julho era obrigado a enviar à direção de distrito, o mapa de estatística definitiva ou anual⁷³⁰, acompanhado de um relatório anual dos seus serviços⁷³¹. O relatório abordava obrigatoriamente os seguintes assuntos: recenseamento, matrícula e frequência, obrigatoriedade escolar; passagens de classe e exames; passeios, festas e exposições escolares; beneficência escolar; ação do Estado, do Município, da Junta e particulares; principais deficiências e dificuldades encontradas e como foram remediadas⁷³².

No período compreendido entre 1928 e 1951, no mês de julho, realizavam-se as operações relativas ao recenseamento escolar, organizadas pelas comissões concelhia e paroquial. A partir desse último ano alterou-se o período do recenseamento que passou a decorrer entre os meses de maio e de agosto. O recenseamento tinha como objetivo a identificação de todas as crianças, entre os 7 e os 12 anos de idade, completos ou a completar até ao dia 31 de dezembro, por sexos, e que não tinham a instrução primária elementar completa.

Durante o mês de agosto, o professor deveria requisitar, à Câmara municipal, os impressos, livros da escrituração, e o material escolar necessário para as suas práticas letivas. Não podia ausentar-se, em agosto, de férias sem o comunicar superiormente, indicando a sua morada de residência durante esse período⁷³³.

O tempo era assim uma das componentes da vida escolar, porque o processo de ensino-aprendizagem organizava-se em função dos tempos letivos definidos pela regulação⁷³⁴.

⁷³⁰ A súmula do mapa estatístico anual ocupava a primeira página do relatório anual do docente. Nesse mapa constava o número de alunos matriculados e o número de alunos existentes no final do ano. Incluía ainda dados sobre a frequência regular, irregular e média. Referia os dias letivos cumpridos e não cumpridos e elementos relativos aos exames. Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo 218, Distrito Escolar de Viseu. Relatório Anual da Escola Mista de Sarzedo do ano letivo de 1947-1948. Alguns relatórios de professores foram publicados no boletim oficial *Escola Portuguesa*, mas em número muito reduzido, na seção noticiosa. Não existe nenhuma seção no AHME com os relatórios dos docentes.

⁷³¹ Art.º 17º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

⁷³² A título de exemplo veja-se AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo 218, Distrito Escolar de Viseu. Relatório Anual da Escola Mista de Sarzedo do ano letivo de 1947-1948.

⁷³³ Caso a ausência fosse para o estrangeiro, deveria solicitar autorização para a mesma. A concessão ministerial era publicada no *Diário do Governo*.

⁷³⁴ O horário era estruturado em função do regime de funcionamento da escola, em regime normal ou duplo.

Marcava o ritmo escolar, imposto pela administração escolar, os espaços onde alunos e professores interagiam, a sala de aula e o recreio, e padronizava comportamentos⁷³⁵.

O tempo socialmente instituído tinha de ser consciencializado pelas crianças e suas famílias, com especial incidência nas zonas rurais. Os trabalhos rurais sobrepunham-se ao relógio e condicionavam a pontualidade e assiduidade das crianças. A agricultura e a pastorícia eram os eixos orientadores do quotidiano rural e os professores não conseguiam institucionalizar a prática de uma frequência regular, apesar das multas. Essa situação acabava por ser prejudicial para o docente, que era responsabilizado pela DGEP, e conduzia à instauração de processos por falta de zelo. Por vezes, os professores não marcavam faltas aos seus alunos e não aplicavam multas para não sofrerem represálias, como queixas, por parte dos encarregados de educação. Essa situação era detetada, pelos funcionários dos serviços disciplinares no decurso de vistas inspetivas, pela discrepância entre o número de alunos presentes, na sala de aula, e o número de alunos registados, no mapa de presenças.

A pontualidade do docente era seguida atentamente pela população local, motivando reclamações, e pelos funcionários dos serviços inspetivos. Desde os inícios do século XX que se determinava que o professor deveria residir na sede da sua escola⁷³⁶. Não havendo casa de habitação, o professor podia ser autorizado a residir noutro lugar, cuja distância não fosse superior a 5 Km.

Essa obrigatoriedade procurava evitar problemas de pontualidade e possibilitava um acompanhamento e apoio regulares aos alunos e famílias. Para que essa ligação ao meio fosse efetiva, o professor não podia ausentar-se, durante o período de aulas, da sede da escola, sem autorização prévia. Os professores casados, residentes em freguesias cujas as escolas não ficassem a uma distância superior a 5 Km, eram autorizados a viverem em comum. Qualquer mudança de residência também deveria ser previamente comunicada.

Nas secretarias de cada zona escolar existia um registo da residência dos docentes⁷³⁷. Competia aos inspetores, diretores dos distritos escolares e seus delegados concelhios

⁷³⁵ Ver a respeito da importância do tempo marcado pelo relógio como condicionante de comportamentos o trabalho de Elias, N. (1998). *Sobre o Tempo* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (obra originalmente publicada em 1984), pp. 14-17.

⁷³⁶ Art.º 117º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919.

⁷³⁷ Circular da DGEP n.º 491, de 30 de junho de 1933.

fiscalizar se a residência dos professores obedecia às disposições legais⁷³⁸. O incumprimento das disposições conduzia à instauração de um processo disciplinar.

Os horários eram elaborados segundo a legislação em vigor, pela inspeção regional e depois direção do distrito escolar, e dependiam da tipologia de funcionamento da escola ou do curso⁷³⁹. Nas escolas com cursos em desdobramento, o primeiro curso tinha início às 8.30h e o segundo às 13.20h⁷⁴⁰. Os seus tempos letivos eram de 45 minutos, mas existia apenas um intervalo de quinze minutos entre o terceiro e o quarto tempo. Nas escolas em que existiam dois cursos diários, e que funcionavam num só edifício, o turno da manhã iniciava-se às 9. 30h e o da tarde às 13.20h⁷⁴¹.

Nas escolas em serviço simples, o horário escolar era diferente segundo a estação do ano⁷⁴². No horário de inverno, as aulas tinham início às 9 horas e terminavam às 14.30h, enquanto que no horário de verão, as aulas começavam às 8.30h e terminavam às 14 horas. Os tempos letivos eram de 40 minutos e existiam intervalos de quinze minutos para recreio entre os tempos⁷⁴³. O intervalo era supervisionado pelos professores. No regime de separação de sexos não existia qualquer hipótese de convívio entre os alunos de ambos os sexos porque os recreios eram separados.

Os tempos letivos destinados ao Desenho, à Geometria e aos Trabalhos Manuais podiam ser aumentados de 15 minutos. A Cultura Física, a Prática de Higiene, e o Canto Coral eram ministrados fora dos tempos letivos definidos, podendo mesmo serem lecionados fora do horário escolar. A Educação Moral e as Regras da Civilidade eram dadas durante os tempos letivos, no decorrer das lições, aproveitando o professor casos do dia, factos da vida das crianças e notícias dos jornais⁷⁴⁴.

⁷³⁸ Circular da DGEP n.º 23, de 26 de setembro de 1932. Confirmado com a Circular da DGEP n.º 1949, de 8 de dezembro de 1934.

⁷³⁹ Podia existir uma escola com mais de um tipo de funcionamento. Pode, por exemplo, existir apenas um curso com desdobramento.

⁷⁴⁰ Art.º 9º do Decreto n.º 18952, de 22 de outubro de 1930. *Diário do Governo* n.º 246, I Série, de 22 de outubro de 1930.

⁷⁴¹ Art.º 10º do Decreto n.º 18952, de 22 de outubro de 1930. *Diário do Governo* n.º 246, I Série, de 22 de outubro de 1930.

⁷⁴² Horário de vinte tempos semanais elaborado segundo o disposto no do Decreto n.º 13791, de 17 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 17 de junho de 1927.

⁷⁴³ Decreto n.º 13791, de 17 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 17 de junho de 1927, p. 999.

⁷⁴⁴ *Boletim Escolar*, n.º 163, de 5 de outubro de 1936, 10.

O trabalho escolar de sábado era organizado pelos diretores dos distritos escolares, de acordo com os diretores das escolas, de forma a que a sua duração não fosse inferior a três tempos letivos, num total de 150 minutos⁷⁴⁵.

O ritmo das atividades escolares era interrompido pelos feriados⁷⁴⁶ e interrupções letivas oficiais⁷⁴⁷. De todos os feriados comemorados, o dia 1 de dezembro de 1640 merecia um destaque especial. Era assinalado anualmente na imprensa e obrigatoriamente comemorado, nas escolas primárias, com trabalhos e palestras dos professores. A sua celebração, a partir da segunda metade do século XIX⁷⁴⁸, assinalava a restauração da independência nacional face a Espanha. No período da Ditadura Militar e do Estado Novo representava um tempo de ressurgimento nacional. Aos feriados nacionais juntavam-se ainda os feriados municipais. As autoridades municipais podiam considerar feriado um dia por ano, escolhido entre as festas tradicionais e características do município.

As férias, durante o ano letivo, eram estipuladas oficialmente e não era possível ao professor proceder a qualquer antecipação ou prolongamento. A desobediência, quando detetada, significava a instauração de um procedimento disciplinar. O período de férias correspondia a quinze dias pelo Natal, entre os dias 23 de dezembro e 6 de janeiro, a cinco dias pelo Carnaval, de sábado a quarta-feira de cinzas, e a quinze dias pela Páscoa, com início no Domingo de Ramos⁷⁴⁹.

Existiam comemorações oficiais que transcendiam os feriados nacionais e municipais e se encontravam associadas a personalidades da vida política e a acontecimentos do passado histórico nacional. Essas atividades não se limitavam à sala de aula e faziam parte da função social do professor no meio local.

Por meio dessas celebrações, os ideólogos do Estado Novo transportavam o passado nacional até ao presente para que servisse de referenciais aos portugueses. Essas

⁷⁴⁵ Circular da DGEP de 16 de fevereiro de 1937. *Boletim Escolar*, n.º 268, de 20 de fevereiro de 1941, 9.

⁷⁴⁶ Segundo o Decreto n.º 17171, de 29 de julho de 1929, eram considerados os seguintes feriados: 1 de janeiro; 31 de janeiro; 3 de maio (Descoberta do Brasil); 10 de junho (Dia da Raça – Festa de Portugal); 5 de outubro (heróis da República); 1 de dezembro; 25 de dezembro. *Diário do Governo* n.º 174, I Série, de 1 de agosto de 1929.

⁷⁴⁷ Férias escolares.

⁷⁴⁸ A Associação do Primeiro de Dezembro foi constituída em 1861. Ver as celebrações do regime monárquico no trabalho de João, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemoração em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 45-54.

⁷⁴⁹ Art.º 2º do Decreto n.º 15453, de 8 de maio de 1928. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1928.

celebrações permitiam uma partilha de memórias que procuravam a identificação da população local com o ideário e a ação política do Estado Novo⁷⁵⁰. Essa partilha era feita por intermédio do professor e com um espírito formativo. Deveria formar, na escola, “bons portugueses” aptos a preencher, no futuro, vagas nos quadros da atividade nacional. A sua ação deveria irradiar-se até às famílias para lhes inculcar a “compreensão do seu dever patriótico”⁷⁵¹.

As celebrações realizadas nas escolas primárias tinham periodicidade anual ou tinham um carácter excecional, porque se festejavam determinados centenários. Esses atos eram estipulados pelo ministério e eram dadas instruções ao professorado através de circulares e do boletim *Escola Portuguesa*.

Anualmente comemorava-se, no dia 27 de abril, a data da posse de Salazar na pasta das Finanças, como responsável pelo ressurgimento nacional e pelas realizações materiais do regime. As grandes comemorações ocorreram no ano de 1938, décimo aniversário da tomada de posse de Salazar. Nesse ano foram publicados os quadros da Lição de Salazar que deviam ser usados pelos professores para enaltecerem a sua importância nacional e a obra material realizada.

No ano seguinte, o ministério determinou que por ocasião desse aniversário se fizesse referência à data em que D. Afonso Henriques utilizou o título de rei pela primeira vez, em virtude das comemorações do duplo centenário de 1940⁷⁵². Procurava-se criar, no domínio ideológico, uma relação entre as duas figuras, porque se considerava que Salazar retomara o processo de independência nacional conseguido por D. Afonso Henriques. Os professores tinham de cumprir as instruções emanadas do MEN e da direção geral relativas a essa comemoração, que se realizava no contexto da sala de aula e poderia estender-se à comunidade.

Mais frequentemente se exigia ao professor que realizasse, nesse dia, uma palestra, destinada a alunos e famílias, onde desse relevo ao significado nacional dessa tomada de posse e divulgasse toda a “obra realizada e os ensinamentos” que ela encerrava⁷⁵³. Essa

⁷⁵⁰ Maria Isabel João considera que o ato de comemorar possui uma dimensão social de partilha de memórias, possibilitando a identificação das comunidades. Ver o trabalho de João, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemoração em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 12.

⁷⁵¹ *Escola Portuguesa*, n.º 408, 20 de agosto de 1942, 740.

⁷⁵² *Educação Nacional*, n.º 9, de 23 de abril de 1939, 5.

⁷⁵³ ACUAlg/EMPF/Caixa 339, Livro 4, 1938. Circular da DGEP n.º 8, de 14 de abril de 1948.

palestra era pública e contava com a presença das autoridades locais. Para permitir o cumprimento dos programas, o ministério determinava que se trocassem os serviços escolar desse dia com os de sábado⁷⁵⁴.

O professor era obrigado a colaborar anualmente, no mês de maio, nas comemorações da Semana do Ultramar, enquadrada na defesa e propaganda do império colonial português. Nesse contexto eram feitas palestras aos alunos da escola primária⁷⁵⁵, realizavam-se exposições e conferências destinadas a alunos-mestres das escolas de formação.

Pontualmente era obrigado a realizar palestras sobre acontecimentos históricos que eram comemorados pelo regime, para propagação do ideário nacionalista. Eram também comemorados os aniversários de figuras históricas, laicas e religiosas, representativas dos valores do Estado Novo.

Em 1930, com carácter excecional, foi comemorado o centenário do nascimento de São João de Deus, patrono dos hospitais e dos docentes, no dia 8 de março⁷⁵⁶. Nesse dia estipulou-se que os trabalhos escolares fossem substituídos por festas e preleções abertas à comunidade escolar. Nesse mesmo ano, no dia 11 de novembro, e em simultâneo com outros países, guardaram-se dois minutos de silêncio em memória dos mortos da Grande Guerra.

No dia 14 de agosto de 1935 foi comemorado o aniversário da Batalha de Aljubarrota (1385), por deliberação da Comissão Central da União Nacional. O dia da celebração ocorreu no período de férias escolares, o que não impediu que os inspetores escolares recebessem instruções para que todos os delegados escolares, diretores de escolas e professores colaborassem com as autoridades e corpos dirigentes da União Nacional nesse acontecimento⁷⁵⁷.

A celebração realizou-se em todas as freguesias, num local que fosse dos mais frequentados ou onde fosse possível reunir mais pessoas, e competiu ao diretor de escola

⁷⁵⁴ Despacho ministerial de 10 de abril de 1939 sobre “A contínua lição de Salazar”. *Escola Portuguesa*, n.º 233, de 13 de abril de 1939.

⁷⁵⁵ Nas escolas de aplicação da Escola do Magistério Primário de Faro realizaram-se, em 1955, por imposição do diretor da Escola do Magistério, palestras alusivas ao tema a “Política Ultramarina de Portugal”. ACUAlg/EMPF, Caixa 346, Livro 16 H, Ofício do Diretor da Escola do Magistério de Faro ao secretário das escolas de aplicação, de 4 de maio de 1955.

⁷⁵⁶ Na cidade de Faro foi inaugurado nesse dia o busto de São João de Deus. *Ver a esse respeito o jornal Terra Ruiva* n.º 169, de 27 de março de 2014. Disponível em <https://tinyurl.com/jxa47he> (2 jan. 2017)

⁷⁵⁷ Circular da DGEP n.º 261, de 24 de julho de 1935.

ou a alguém que o substituisse convocar a população escolar, que deveria apresentar-se de batas. Nas sessões foi lido um texto de Salazar, a *Exortação Patriótica ao País*. Após essa leitura, um professor proferiu um discurso sobre o “efeito educativo” da comemoração⁷⁵⁸.

As comemorações prologaram-se pelo ano seguinte. Realizaram-se no Mosteiro da Batalha e contaram com a presença de Carneiro Pacheco e alunos do ensino primário de várias localidades. O discurso de Carneiro Pacheco enalteceu as qualidades da família de D. João I ao “serviço da Pátria no estudo, nas guerras, nos descobrimentos e conquistas, na governação”⁷⁵⁹.

Ainda em 1935, a escola primária foi chamada, por determinação ministerial, a colaborar com a Semana Militar, iniciativa da revista *Defesa Nacional*. Os professores deveriam realizar palestras, nas quais recordassem os grandes feitos das forças armadas e demonstrassem a necessidade da Nação se preparar para quaisquer eventualidades futuras no âmbito da defesa nacional⁷⁶⁰.

A semana das colónias também era comemorada nos vários níveis de ensino. A sua celebração teve início em 1933 e enquadrou-se numa ação propagandística de defesa do herança civilizadora dos portugueses e do Império colonial⁷⁶¹.

A semana da Mãe era festejada, na escola primária, a partir do ano letivo de 1939-1940, por iniciativa da OMEN. Esse ato tinha como objetivo enaltecer a domesticidade da mulher e valorizar a família como “fundamento de toda a organização social e política e a fonte das forças morais” que faziam a “grandeza” da Nação⁷⁶².

No contexto das comemorações do aniversário da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147, o ministério determinou que todos os professores primários, no dia 15 de maio de 1947, fizessem uma preleção sobre esse facto histórico. Pretendia-se que essa preleção contribuísse para a formação moral e cívica dos alunos. Determinava-se que fosse valorizado o culto do passado histórico, e que se exaltasse o espírito de cruzada da

⁷⁵⁸ Ibidem.

⁷⁵⁹ *Escola Portuguesa* n.º 98, 27 de agosto de 1936, 330.

⁷⁶⁰ Circular da DGEP n.º 146, de 17 de abril de 1935.

⁷⁶¹ Ver a propósito dessas comemorações, o trabalho de João, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemoração em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 114-115.

⁷⁶² *Escola Portuguesa* n.º 264, de 16 de novembro de 1939, 94.

reconquista cristã e de gratidão para com todos os que morreram para “nos legar uma Pátria independente e livre”⁷⁶³.

A festa cívica republicana da árvore foi continuada no Estado Novo. Celebração que já se realizava nos finais da monarquia, em 1907, embora sem carácter oficial. A sua celebração oficial remontava a 1913, sendo uma iniciativa do jornal *Século Agrícola*, e contava com o apoio dos professores primários, nos domínios da dinamização e realização⁷⁶⁴. O salazarismo perpetuou essa celebração que designou por “Árvore do Renascimento”, representando simbolicamente o renascimento nacional instaurado pelo regime. Nesse contexto, as crianças e professores plantavam as “árvores do Renascimento”⁷⁶⁵, em público, após a saudação da bandeira e o cântico do hino nacional.

O docente era também chamado a colaborar com o regime, como seu agente político, em períodos de eleições. Competia à escola e ao posto escolar ser um “centro de atividade e de irradiação das ideias que informam o Estado Novo”⁷⁶⁶, realizando ações de propaganda do regime. Os professores e regentes deviam reunir, geralmente no domingo antes das eleições, a população da sua zona pedagógica e instruí-los dos seus deveres cívicos no ato eleitoral. Deviam salientar obrigatoriamente o desafogo financeiro, a obra económica, a unidade política do Império e a paz vivida no país.

⁷⁶³ ACUAAlg/EMPF/Dp3/E1/P42/Caixa 364, Livro A, n.º 10. Ofício de 1 de maio de 1947 para o secretário das Escolas de Aplicação da parte do professor de desenho servindo como diretor, Francisco Ezequiel Evaristo. Informação constante da Circular da DGEP n.º 686, de 15 de abril de 1947.

⁷⁶⁴ Ver a esse propósito o trabalho de Pintassilgo, J. (1996). “A Festa da Árvore” em Portalegre: Um exemplo da Pedagogia Cívica Republicana. In *Actas do 2.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre* (pp. 301-309). Portalegre: Associação dos Professores de História.

⁷⁶⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 112, de 10 de dezembro de 1936, 73.

⁷⁶⁶ *Escola Portuguesa*, n.º 209, 27 de outubro de 1938, 41-42.

IV. A Orientação Profissional

A administração escolar procurou estruturar a ação dos professores primários, no sentido de se uniformizarem e normalizarem ações e condutas e se atingirem objetivos comuns. O corte com a política educativa republicana e as suas práticas pedagógicas implicava a reformulação da identidade socioprofissional dos professores, através da incorporação de valores, normas e comportamentos definidos pelo novo regime. Importava assim identificar as estratégias utilizadas pela administração escolar para a orientação profissional, pedagógica, ética e ideológica, do professorado e para a sua fiscalização. Pareceu-nos ainda essencial detetar os acontecimentos conjunturais que influenciassem as recontextualizações desse processo.

A orientação do professorado foi assumida pela DGEP quando o Ministro Cordeiro Ramos ocupou a pasta da instrução e de forma clara a partir da publicação do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. Pareceu-nos preferível utilizar, neste trabalho, o conceito de orientação em lugar de supervisão, porque entendemos a supervisão com a orientação profissional continuada do docente, com o objetivo do seu desenvolvimento profissional⁷⁶⁷, e a orientação da direção geral não era desenvolvida regularmente e nem tinha como principal objetivo o desenvolvimento profissional dos professores.

A DGEP desenvolveu um programa de formação profissional que se considerou importante analisar. Essa política formativa não era portadora de uma conceção pedagógica própria, mas começava por marcar o seu distanciamento em relação à pedagogia da *Educação Nova* e, por isso, considerámos que importava problematizar as razões dessa posição. Neste capítulo quisemos analisar o processo de construção de uma pedagogia nacional, também designada de *Escola Ativa* ou *Renovada*, e relacioná-la com a ação de repressão e de silenciamento desenvolvida, no período da Ditadura Militar, em relação aos pedagogos e professores defensores da pedagogia moderna.

Considerámos igualmente importante analisar os objetivos e as estratégias desenvolvidas para o acompanhamento dos docentes pela direção geral. Essa análise tinha de centrar-se nos órgãos dos serviços de orientação e aperfeiçoamento profissional e na ação dos funcionários superiores da estrutura orgânica da direção geral, nomeadamente o corpo de inspetores e diretores dos distritos escolares.

⁷⁶⁷Alarcão, Isabel & Tavares, José (1987). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina.

Abordou-se, neste capítulo, as duas vias utilizadas pela DGEP para a orientação dos professores: indireta e direta. A primeira via era da responsabilidade da Biblioteca e Museu do Ensino Primário e essencialmente de meios de comunicação social com destaque para o boletim *Escola Portuguesa* e a Emissora Nacional. A segunda via era desenvolvida através de ações inspetivas e de reuniões de professores, sob a designação de conferências, cursos e preleções. Analisámos os interesses que estiveram na origem da sua realização e qual o peso que a dimensão científico-pedagógica tinha nelas. Considerámos que essas reuniões de professores eram um meio de socialização utilizada pela administração escolar para promover o contacto de cada professor com os seus pares e superiores, de forma a incorporar os valores do regime e a desenvolver uma nova identidade profissional em sintonia com política educativa salazarista.

As fontes principais para a nossa análise foram a regulação e o *corpus* documental do AHME, nomeadamente toda a documentação que dizia respeito às conferências pedagógicas e ao trabalho dos inspetores e diretores dos distritos escolares, com particular destaque para os relatórios de ações inspetivas e mapas de serviço. Para essa análise foi fundamental a consulta da imprensa da educação, como o boletim *Escola Portuguesa* e os jornais *O Educador* e *Escola Remoçada* que permitiram acompanhar grande parte das conferências e palestras destinadas a professores e as conferências realizadas nas Escolas do Magistério Primário. Procurámos também aprofundar essa temática através da consulta dos Arquivos Históricos de Escolas do Magistério de Lisboa e de Faro⁷⁶⁸.

O lugar da pedagogia moderna na formação dos professores

A necessidade de constituição de uma pedagogia científica era uma ideia que surgiu, em Portugal, nos finais do século XIX. Assistiram-se a algumas disposições regulamentares ainda sem carácter de continuidade e a ensaios que defendiam a importância da Psicopedagogia para a formação e aperfeiçoamento profissional do professorado, onde se destacou Adolfo Coelho⁷⁶⁹.

⁷⁶⁸ O espólio da Escola do Magistério Primário de Lisboa encontra-se no Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa e o espólio da Escola do Magistério Primário de Faro encontra-se no Arquivo Histórico da Universidade do Algarve.

⁷⁶⁹ Rogério Fernandes considera Adolfo Coelho como o introdutor da pedagogia científica na História da Educação em Portugal. Ver a esse propósito Fernandes, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Amadora: Biblioteca Breve, pp. 8-9.

Existia uma preocupação, por parte de pedagogos e professores, como Adolfo Lima, no sentido que a metodologia utilizada pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem seguisse os princípios da pedagogia moderna. Essa ciência da educação, numa designação conjunta com a Pedagogia, surgia já nos cursos de habilitação para o magistério e de aperfeiçoamento criados pelo *Regulamento Geral ao Serviço de Instrução Pública* do município de Lisboa datado de 25 de agosto de 1886. A partir de 1901, a Metodologia do ensino primário passou a integrar o currículo das escolas de formação⁷⁷⁰, embora subordinada à Pedagogia, situação que ainda se manteve nas primeiras reformas educativas republicanas⁷⁷¹.

A disciplina ganhou autonomia nos currículos das Escolas Normais Primárias criadas em 1914 e relevo com o decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919. Aumentou o número total de aulas e passou de disciplina semestral para anual. Essa disciplina, segundo Adolfo Lima, consistia nos métodos, processos e formas e modos de educar. A sua aprendizagem criava e orientava as capacidades do docente para o ensino⁷⁷², e possibilitava uma melhor adequação das práticas pedagógicas contruídas em função do grupo de alunos e da regulação em vigor.

A defesa do princípio da educação integral da criança desvalorizava uma metodologia de ensino tradicional e memorialista e defendia um ensino ativo e intuitivo, influenciado por discursos e práticas que implementadas no estrangeiro.

A circulação do discurso pedagógico sobre o método de ensino intuitivo surgiu em meados do século XIX, nomeadamente na Exposição Internacional de 1851, em Londres, e ligado ao ensino do Desenho⁷⁷³. O relatório dessa exposição era de Buisson que, no seu *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, considerava a intuição, em Pedagogia, como o meio mais natural de conhecimento e o mais conveniente para ser

⁷⁷⁰ Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901 e regulamento de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zpmfngw> (15 de dez. 2016)

⁷⁷¹ Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zpmfngw> (15 de dez. 2016)

⁷⁷² Lima, A. (1927). *Metodologia. Lições de Metodologia professadas na Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Livraria Ferin, pp. 20-21.

⁷⁷³ Ver a esse respeito Schelbauer, A. R. (2006). Método Intuitivo e Lições de Coisas: Saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: J.C. Lombardi [et al.] (Org.), *Navegando pela história da educação brasileira* (pp. 3-4). Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR. Disponível em <http://tinyurl.com/zpmfngw> (16 fev. 2016)

utilizado no ensino primário⁷⁷⁴. A metodologia começava pela educação dos sentidos, através de exercícios relacionados com a audição e a visão, e depois processava-se através de generalizações cada vez mais amplas, mediante o uso das faculdades intelectuais.

O professor devia utilizar uma metodologia de ensino baseada nas *lições de coisas*, de forma a que o aluno fosse estimulado a partir do concreto para o abstrato, do presente para o passado, e realizasse exercícios que lhe possibilitassem raciocínios cada vez mais abstratos. A partir da década de 60 do século XIX⁷⁷⁵ começaram a ser publicados manuais de *lições de coisas* para professores do ensino primário e a sua importância intensificou a partir de finais desse século.

Nos finais do século XIX começaram a aplicar-se esses princípios pedagógicos à escola de massas, para a educação político-social dos futuros cidadãos. Nessa perspectiva interessava à administração escolar orientar o pensamento e as práticas dos docentes para que o processo de ensino-aprendizagem se baseasse nas metas da política educativa. As ciências pedagógicas surgiam agora associadas ao processo formativo e desempenho profissional dos docentes.

A atualização profissional dos docentes e a partilha de experiências pedagógicas com os pares foi institucionalizada por Carta de Lei de 2 de maio de 1878, do Ministro do Reino Rodrigues Sampaio. Determinava-se para o efeito a realização de conferências anuais, por concelho, presididas pelo professor mais graduado na região. A sua realização tinha como objetivos principais o aperfeiçoamento dos métodos de ensino e o tratamento de assuntos relacionados com a instrução primária. Eram elaboradas atas dos trabalhos e o inspetor presente elaborava um relatório sobre a conferência para enviar ao governo.

Estipulava-se que cada conferência não deveria durar mais do que oito dias e que os professores recebiam uma gratificação da Câmara municipal pelos dias em que estavam presentes. As professoras primárias podiam participar nessas conferências e, em caso de não comparência, deviam enviar um relatório e o programa da sua escola, com relação aos pontos sobre os quais a sua escola pretendia ser ouvida na conferência⁷⁷⁶.

⁷⁷⁴ Buisson, F. (1911). *Intuition et méthode intuitive*. Nouveau *Dictionnaire de Pédagogie*. Paris: Librairie Hachette. Disponível em <http://tinyurl.com/y89crnm> (16 abr. 2016)

⁷⁷⁵ Em 1861, o professor Normam Calkins publicou *Primeiras Lições de coisas*.

⁷⁷⁶ Capítulo IX da Carta de Lei de 2 de maio de 1878 da Direção Geral da Instrução Pública. Disponível em <http://tinyurl.com/zpmfngw> (15 de dez. 2016)

A par das conferências pedagógicas, nos anos de 1892 e 1897, realizaram-se os primeiros congressos pedagógicos, onde o principal enfoque era o debate de assuntos relacionados com interesses profissionais dos professores⁷⁷⁷. No primeiro Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular, organizado pela Liga Nacional de Instrução e realizado em abril de 1908, já era visível uma preocupação com o aperfeiçoamento profissional, na área da Pedagogia, criticando-se os métodos de ensino tradicionais⁷⁷⁸. No segundo congresso, que se realizou em abril do ano seguinte, as ideias defendidas apontavam para o papel do professor como guia da aprendizagem e para a ausência de espírito de iniciativa da criança⁷⁷⁹.

O desejo de modificar a metodologia do ensino, em Portugal, levou mesmo a que algumas escolas desenvolvessem, entre os finais do século XIX e princípios do século XX, projetos assentes nos princípios da moderna Pedagogia, como foi o caso da Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, fundada em 1883 e dirigida por Adolfo Coelho⁷⁸⁰, e a Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa, dirigida por Adolfo e António Lima e fundada pela Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, nos finais de 1905.

Depois de um arranque pautado por um ensino tradicional e virado para a formação de marceneiros, a Escola-Oficina n.º 1 inaugurou, a partir de 1907, um processo de ensino marcado por dois dos seus professores e pedagogos portugueses: Adolfo Lima e Luís da Matta. O modelo de ensino era, segundo António Candeias, libertário, apresentando uma síntese entre os princípios da Escola Nova e os planos educativos característico da tradição socialista⁷⁸¹. No quotidiano dessa escola, vivia-se um ambiente diferente em relação às demais, que se caracterizava pela inexistência de faltas, de castigos físicos e de exames escolares.

⁷⁷⁷ Os temas abordados diziam respeito à educação e às condições profissionais e sociais dos professores. A par desses congressos realizaram-se congressos e conferências em Lisboa e no Porto, como foi o caso do primeiro congresso dos professores primários de Lisboa, em maio de 1982.

⁷⁷⁸ Liga Nacional de Instrução (1909). *1 Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁷⁷⁹ Liga Nacional de Instrução (1909). *Segundo Congresso Pedagógico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

⁷⁸⁰ Adolfo Coelho foi o autor da Quinta Conferência do Casino, proferida em 1871 e intitulada *A questão do ensino*. Em vários textos criticava o processo de ensino português e defendia a neutralidade do mesmo em relação à Igreja.

⁷⁸¹ Candeias, A. (1993). A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa 1905-1930: mudar a escola para mudar o mundo. *Análise Psicológica*, 4 (XI), 451.

O movimento pedagógico da *Escola Nova*⁷⁸², segundo Ferrière⁷⁸³, defendia um regime autónomo dos alunos, que partia da experiência e enriquecido, se possível, pelo trabalho manual⁷⁸⁴. Os princípios pedagógicos desse movimento foram utilizados pelo Estado republicano para a formação escolar de um *novo cidadão*. A sua utilização política não agradava a todos os pedagogos portugueses, e existiam vozes discordantes, como Faria de Vasconcelos, da utilização dos princípios do movimento pelo Estado republicano.

A Primeira República concebeu a escola como um serviço público do Estado-educador, responsável pela formação dos cidadãos. Nesse contexto, o papel do professor ganhou relevo como o “grande obreiro da civilização”⁷⁸⁵. O professor era uma pedra basilar no projeto educativo republicano. Era concebido como um agente da sua política e um profissional dotado de conhecimentos científicos atualizados. A sua prática letiva devia promover um ensino intuitivo e prático que habilitasse o homem para a “luta da vida”⁷⁸⁶.

As *lições de coisas* surgiram associadas ao princípio da educação integral da criança⁷⁸⁷ na política educativa republicana e marcavam presença no pensamento pedagógico moderno em Portugal. Na linha da conceção de Buisson, a educação intuitiva compreendia a educação pelos sentidos e intelectual.

A ênfase dada à missão do professor levou a que o Estado considerasse, pelo Decreto de 29 de março de 1911, que competia aos inspetores das circunscrições escolares⁷⁸⁸ a inspeção das escolas e a orientação pedagógica dos professores quanto à metodologia do ensino e aos processos da educação moral⁷⁸⁹.

⁷⁸² A designação utilizada era Escola Nova ou Educação Nova.

⁷⁸³ Adolphe Ferrière foi um dos dinamizadores mais importantes do movimento. Funda o *Bureau International d'Éducation Nouvelle*, em 1899, e o *Institut Jean Jacques Rousseau*, em 1912, conjuntamente com Pierre Bovet e Edouard Claparède.

⁷⁸⁴ A definição de Ferrière foi escrita em 1915. Ver a esse respeito Ferrière, A. (2015). Prefácio. In Vasconcelos, A. F. de. *Uma Escola Nova na Bélgica*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 8. Disponível em <https://tinyurl.com/hdxuugd> (10 jan. 2017)

⁷⁸⁵ Decreto de 29 de março de 1911, p.3. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁷⁸⁶ Art.ºs 12º e 13º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁷⁸⁷ Ver a ligação com a educação integral no trabalho de Pintassilgo, J. (2012). Reformismo Republicano e Inovação Pedagógica: A Difusão do “Ensino Intuitivo”. *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp. 82-83

⁷⁸⁸ Art.º 142º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁷⁸⁹ Art.º 150º do Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

A formação dos professores, segundo esse diploma, devia estruturar-se pelas exigências da pedagogia moderna, preocupação que conduziu a reformas nesse nível de ensino⁷⁹⁰. Foram introduzidas nas Escolas Normais Primárias novas disciplinas, ainda em 1911, nomeadamente Pedagogia Geral, Metodologia do Ensino Primário e Pedologia.

Durante o período republicano realizaram-se vários congressos pedagógicos, reuniões de professores que funcionavam como espaços para o debate de problemas educativos e de reivindicação de melhores condições socioprofissionais⁷⁹¹.

O primeiro congresso decorreu em 1912 e foi organizado pela Liga Nacional de Instrução. Nesse congresso, o conferencista António Ferrão defendia que o conhecimento, físico e psíquico, da criança pelo professor era um meio importante para a sua instrução⁷⁹². Dois anos mais tarde realizou-se um novo Congresso Pedagógico, na cidade do Porto, organizado pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal, onde se conciliou o debate sobre assuntos de interesse para o grupo profissional dos professores primários e questões pedagógicas⁷⁹³.

As reformas republicanas não provocaram alterações significativas no ensino primário, e os professores reunidos no congresso consideraram que era necessário introduzir alterações de fundo na escola primária, no domínio dos programas, para que o ensino fosse mais prático, adaptado à realidade local, e contribuísse para a construção de uma identidade nacional⁷⁹⁴. Esses discursos eram reflexos da conceção de uma prática pedagógica centrada na função social da escola e num ensino focalizado na observação e experiência da criança. Os congressistas defendiam que os professores necessitavam de aperfeiçoamento, mediante cursos de formação para atualização de conhecimentos.

Os restantes congressos foram todos da responsabilidade da União do Professorado Primário Português, órgão que, segundo António Nóvoa, era o mais representativo do

⁷⁹⁰ Ver a respeito da formação de professores o capítulo III.

⁷⁹¹ Adão, A. & Remédios, M. J. (2004). Os Congressos pedagógicos na 1ª República: espelhos da(s) identidade(s) dos professores primários. *Revista Lusófona da Educação*, 4, 107-119.

⁷⁹² Liga Nacional de Instrução (1913). *Terceiro Congresso Pedagógico Em Portugal* (1912). Lisboa: Imprensa Nacional.

⁷⁹³ *Federação Escolar*, 12 de outubro de 1913, 1.

⁷⁹⁴ Conclusões aprovadas e votos emitidos pelo Primeiro Congresso Pedagógico realizado no Porto nos dias 6,7,8 e 9 de abril de 1914. (1914). Porto: Tipografia A. F. Vasconcelos, pp. 1-5.

movimento sindical da classe profissional do professorado⁷⁹⁵. As questões pedagógicas eram uma das secções de debate dos congressos e procurava-se definir quais os princípios dessa área que deveriam presidir às futuras reformas educativas, como aconteceu no congresso que se realizou, em Lisboa, em janeiro de 1926⁷⁹⁶.

O relevo que o movimento associativo começava a atribuir às questões psicopedagógicas não tinha correspondência na orgânica administrativa da administração escolar, uma vez que os serviços pedagógicos não funcionavam autonomamente dos serviços administrativos e inspetivos. Essa questão era visível no funcionamento do Conselho Superior de Instrução Pública, que tinha competências inspetivas, de âmbito disciplinar, administrativas e pedagógicas⁷⁹⁷, e as suas competências disciplinares foram mesmo ampliadas a partir de 1914⁷⁹⁸, enquanto que as pedagógicas permaneceram inalteradas.

A administração escolar apesar de não organizar ações destinadas à atualização profissional dos docentes, começou a revelar uma preocupação com o seu aperfeiçoamento. Essa questão já era visível no regulamento do MIP publicado em janeiro de 1917, cabendo à Repartição do Ensino Primário e Normal a responsabilidade da dinamização de cursos de aperfeiçoamento profissional⁷⁹⁹.

A reforma educativa de 1919, que instituiu o ensino primário geral de frequência obrigatória, determinava que o professor devia dirigir o ensino e a educação da sua classe com base nos métodos e processos indicados pela moderna ciência pedagógica⁸⁰⁰. A atualização dos docentes era feita, a partir desse ano, por conferências pedagógicas organizadas pela direção geral, em todos os círculos escolares, por cada período de quatro anos, e presididas pelos inspetores de círculos⁸⁰¹. A sua duração era de quatro dias.

Os temas das teses eram da responsabilidade da direção geral e enviadas aos inspetores que propunham os relatores para cada tese. Os relatores tinham direito a ajudas de custo, no

⁷⁹⁵ Nóvoa, A. (1987b). Le temps des professeurs. *Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 707.

⁷⁹⁶ A organização e temas dos congressos pode ser acompanhada no jornal *Federação Escolar*.

⁷⁹⁷ Lei de 27 de abril de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁷⁹⁸ Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

⁷⁹⁹ Decreto n.º 2946, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 20 de janeiro de 1917, p.54.

⁸⁰⁰ Art.º 105º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

⁸⁰¹ Art.º 182º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

valor de 2\$50 diários e ao pagamento das despesas de transporte. Foi aberta a possibilidade dos professores proporem, aos inspetores, a apresentação de um trabalho original sobre metodologia ou processologia que era exposto no último dia da conferência.

Em maio desse ano foram delineadas outras medidas no âmbito da orientação do professorado, pelo Decreto n.º 5787-B. Determinava-se que, para além das conferências, o governo organizasse um congresso pedagógico em cada cinco anos. O normativo estipulava que essa matéria seria objeto de regulamento próprio e que seria publicado um boletim mensal, destinado à divulgação de notícias sobre métodos e processos pedagógicos e trabalhos de cultura geral. Disposições que não foram concretizadas.

A substituição das circunscrições escolares pelos círculos escolares e o aumento do número de inspetores de círculo introduziu novidades nos serviços inspetivos. Os inspetores tinham atribuições pedagógicas, para além das fiscalizadoras, porque era da sua competência a orientação do professorado, quer na sequência das visitas às escolas, quer através da realização de conferências e de lições modelo⁸⁰². Essa orientação processava-se cumulativamente com a atividade fiscalizadora quando se tratava de professores menos experientes. Os congressos pedagógicos, no entanto, eram promovidos pelas organizações da classe profissional dos professores e não pelo governo, embora estivesse presente um elemento da administração escolar nas sessões de trabalho⁸⁰³.

Os serviços de inspeção no período da Ditadura Militar

Nas reformas implementadas na estrutura orgânica da administração do ensino primário, nos anos de 1926 e 1927, os serviços de orientação e fiscalização permaneceram ligados. Foi o caso da comissão permanente do Conselho Superior de Instrução Pública, órgão que continuava a dar parecer sobre questões de metodológicas.

Os congressos pedagógicos como lugar de partilha de experiências e de defesa dos interesses profissionais deixaram de ter lugar no novo regime político. Em agosto de 1926, a União organizou o seu último congresso pedagógico que foi marcado pela cisão da classe

⁸⁰² Art.º 58º do Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 56, I Série, de 19 de março de 1919.

⁸⁰³ Os dois congressos que se realizaram em 1920, em Lisboa e em Coimbra, foram ambos da responsabilidade da União do Professorado Primário Português. A situação manteve-se nos congressos realizados entre os anos de 1921 e 1926. Ver a esse respeito desses congressos o trabalho de Adão, A. & Remédios, M. J. (2004). Os “Congressos Pedagógicos” na 1ª República: espelhos da(s) identidade(s) dos professores primários. *Revista Lusófona de Educação*, 4, 107-119.

profissional, dividida entre os defensores do ensino laico e os que apoiavam a reintrodução do ensino “da religião nas escolas”⁸⁰⁴.

Essa divisão no seio do professorado poderia estar relacionada com a valorização, por parte da administração escolar, dos serviços inspetivos. Importava identificar que professores tinham práticas pedagógicas herdadas da escola republicana e proceder, pelo menos teoricamente, à sua irradiação.

O reforço dos serviços levou à criação de uma inspeção superior, formada por oito inspetores, e acima dos oitenta e sete inspetores de círculo na estrutura hierárquica⁸⁰⁵. Foi criado ainda o Conselho de Inspeção com funções pedagógicas e disciplinares. As visitas orientadoras e fiscalizadoras às escolas eram da responsabilidade dos inspetores e dos diretores de círculo que eram, desde novembro de 1926, os responsáveis pela direção dos círculos escolares⁸⁰⁶.

Essas disposições foram rapidamente alteradas face aos protestos de elementos das classes profissionais dos inspetores e professores e às necessidades de redução das despesas. Os inspetores de círculo designavam-se de inspetores chefes e os diretores de círculo foram denominados, a partir de dezembro, de inspetores de círculo.

Em 1928 foi reduzido o número de círculos escolares em nome de uma reorganização mais eficaz dos serviços inspetivos⁸⁰⁷. Essa reorganização processou-se, em outubro de 1928, para que a inspeção pudesse exercer uma ação orientadora dos professores primários⁸⁰⁸. Os círculos foram substituídos pelas regiões escolares sob a responsabilidade de inspetores chefes. Para que fossem assegurados os serviços inspetivos, foi criado um corpo de 51 inspetores que deviam fiscalizar as escolas e orientar as práticas pedagógicas dos docentes. A estrutura inspetiva era dirigida por um inspetor geral para que a ação dos serviços fosse uniforme em todo o país.

Essa reforma introduziu o termo orientação na regulação sobre os serviços inspetivos, como já referimos anteriormente. A análise da imprensa da educação e ensino, como a

⁸⁰⁴ *Federação Escolar*, 7 de novembro de 1926, 362.

⁸⁰⁵ Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

⁸⁰⁶ *Ibidem*.

⁸⁰⁷ Decreto n.º 15977, de 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 220, I Série, de 24 de setembro de 1928.

⁸⁰⁸ Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, 13 de outubro de 1928.

Federação Escolar, o *Professor Primário* e a *Revista Escolar*, e os vários diplomas legais apontavam para que, na prática, continuassem a prevalecer as funções administrativas e fiscalizadoras no quotidiano dos inspetores. A dimensão orientadora continuava a ter um carácter irregular e acabava muitas vezes por resumir-se à realização de conferências e de práticas pedagógicas anuais, nas sedes dos concelhos ou bairros escolares em Lisboa e Porto⁸⁰⁹.

A alteração mais significativa consistiu numa gradual centralização de funções, em matéria disciplinar, na direção geral que culminou com a entrega da direção dos serviços inspetivos ao diretor geral, em fevereiro de 1930⁸¹⁰. A administração insistia na ação disciplinar e atribuía competências aos inspetores das regiões escolares para a instrução de processos, de inquérito e disciplinares ao pessoal docente e não docente⁸¹¹.

A reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública determinava que esse órgão fosse responsável pela orientação nacionalista do ensino⁸¹², a partir de março de 1930. Em outubro do mesmo ano, o Conselho perdeu parte das suas atribuições disciplinares para o Conselho de Disciplina do Magistério Primário.

A divulgação de princípios e métodos pedagógicos passou a ser feita através do *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral⁸¹³. O periódico semanal, criado em 1916, pretendia ser um canal de comunicação com os cidadãos, para a divulgação da política educativa para os vários níveis de ensino.

No período compreendido entre os anos de 1929 e 1935 foram publicados, em cada edição, dois a quatro números. A secção oficial ganhou relevo em relação à secção pedagógica⁸¹⁴ e foram publicados os relatórios dos serviços de inspeção das várias regiões do país.

⁸⁰⁹ Art.º 25º do Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, 13 de outubro de 1928.

⁸¹⁰ Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. Foi publicado no *Diário do Governo*, de 6 de fevereiro de 1930, e novamente publicado no *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930, por ter saído com inexactidão no dia 6.

⁸¹¹ Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

⁸¹² Art.º 1º do Decreto n.º 18104, de 19 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 19 de março de 1930.

⁸¹³ Decreto n.º 16841, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

⁸¹⁴ Ver a esse respeito o trabalho de Silva, C. M. da (2010). *Publicações Periódicas do Ministério da Educação. Repertório Analítico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A orientação nacionalista do professorado

A orientação ideológica e pedagógica do professorado foi assumida com o Ministro Cordeiro Ramos, sobretudo a partir da publicação do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. A criação de uma estrutura orgânica composta por funcionários superiores com uma atuação normalizada levou a que o Ministro tivesse privilegiado a dimensão fiscalizadora dos serviços inspetivos até 1933. Esse diploma legal definiu o funcionamento dos serviços de orientação pedagógica e de aperfeiçoamento do ensino. Eram constituídos pela secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública, a Biblioteca e Museu do Ensino Primário e os Conselhos Escolares das Escolas do Magistério Primário.

Ao Conselho Superior de Instrução Pública competia a organização dos planos e programas das conferências de professores, a proposta e organização dos programas das lições e cursos especiais de aperfeiçoamento cultural e profissional, e a orientação doutrinária e noticiosa do *Boletim do Ensino Primário Oficial*.

A atualização profissional dos docentes era assegurada pela Biblioteca e Museu do Ensino Primário⁸¹⁵. A ideia da criação de um museu pedagógico datava de finais do século XIX. Entre os anos de 1882 e 1883, o pedagogo Adolfo Coelho e o vereador do Pelouro de Instrução da Câmara Municipal de Lisboa desenvolveram esforços, junto do município, para a criação de um museu pedagógico⁸¹⁶. O museu foi inaugurado no dia 1 de julho de 1883 e passou a funcionar no edifício da Escola n.º 6 da cidade. A sua organização e direção foram entregues a Adolfo Coelho que se havia voluntariado para o efeito⁸¹⁷.

O museu dispunha de uma biblioteca anexa e albergava um espólio inicial constituído por revistas e obras de educação e ensino, livros elementares de classe do ensino primário, livros infantis, obras sobre higiene e arquitetura escolar⁸¹⁸, obras sobre a história da Pedagogia e as suas bases científicas.

⁸¹⁵ Esse organismo sofreu uma reorganização em 1979, através do Decreto-lei n.º 519-D2, de 29 dezembro, e passou a ser um organismo dependente da Direção-Geral do Ensino Básico. O seu espólio bibliográfico acabou por dispersar-se e encontra-se atualmente repartido entre a Biblioteca da Secretaria-Geral da Educação e o Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa.

⁸¹⁶ Ver a este respeito Coelho, A. (1969). *Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires, 1882-1904: etnografia-filologia*. Coimbra.

⁸¹⁷ Terenas, F. (1883). Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. *Froebel. Revista de Instrução Primária*, n.º 16, 121-123.

⁸¹⁸ Ver a esse respeito o trabalho de Fernandes, R. (1973). *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Investigação Pedagógica.

Os conhecimentos de Adolfo Coelho sobre o movimento internacional de renovação pedagógica e os seus contactos com diretores de outros espaços pedagógicos similares possibilitaram que esse espaço tivesse informação atualizada, e pudesse contribuir para a atualização profissional dos docentes, proporcionando o contacto com outros modelos pedagógicos e o desenvolvimento de estudos no âmbito da pedagogia comparada.

O museu, no entanto, acabou por perder a sua importância e entrar num período de decadência. Os seus funcionários foram reduzidos⁸¹⁹, devido à transferência dos serviços da instrução pública dos municípios para o poder central, no ano de 1892, e também pelo desinteresse dos poderes públicos pelo projeto⁸²⁰. O seu espólio acabou por dispersar-se por várias instituições⁸²¹, e uma parte passou a preencher três salas da Escola Normal Primária de Lisboa que entrou em funcionamento no ano letivo 1918-1919.

A criação da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, em 1933, não era um sinal do alinhamento da política educativa com o movimento de modernização pedagógica que caracterizou a década de vinte, mas centrava-se antes na função didática desse organismo para os campos da formação e aperfeiçoamento profissional, no contexto de uma política educativa conservadora e nacionalista.

O organismo ficou sediado em Lisboa, na Escola do Magistério Primário, e integrava o espólio documental e de material didático que tinha sido transferido para a Escola Normal Primária de Lisboa. Para diretor da instituição foi nomeado, em 1933, o professor Adolfo Lima que desempenharia essas funções até 1942.

A sua nomeação enquadrou-se numa ação de silenciamento dos pedagogos progressistas por parte do poder político, desde a instauração da Ditadura Militar. Em 1927, na revista *Educação Social* surgiu uma referência à sua pertença à Liga Internacional para a *Educação Nova*, organização fundada em 1920. A criação de uma secção portuguesa, segundo Ferrière, foi tomada no IV Congresso Internacional da *Educação Nova*⁸²². A sua

⁸¹⁹ O diretor era coadjuvado por um aspirante. Existia também um contínuo para o serviço da Biblioteca e Museu.

⁸²⁰ Terenas, F. (1883). Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. *Froebel. Revista de Instrução Primária*, n.º 16, 121-123.

⁸²¹ Foi o caso da Escola Rodrigues Sampaio.

⁸²² Ferrière, A. (1927). *Journal de Genève*, 12 de novembro. Citado por Moreirinhas, J. E. P. (1995). *Elementos para o estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação, p. 28. Ver também Lemos, A. Viana (1928). O 4º Congresso Internacional de «Educação Nova». *Revista Escolar*, junho-julho, 193-204.

fundação não foi bem aceite pelo regime, porque entendia que os seus elementos perfilhavam ideias comunistas. A secção foi dissolvida e a revista deixou de ser publicada.

Adolfo Lima, em outubro de 1927, foi preso devido a pertencer à União do Professorado Oficial Português. O pedagogo era sócio, mas não pertencia aos órgãos gerentes. A União desempenhava um papel importante na defesa dos interesses da classe profissional e expressava regularmente a sua discordância em relação ao regime nas páginas da *Federação Escolar*. O governo considerou que a União era defensora de ideias comunistas e acabou por dissolvê-la por decreto de 29 de janeiro de 1928⁸²³.

A prisão de Adolfo Lima relacionou-se com a sua colaboração com o movimento operário⁸²⁴ e a sua simpatia com ideias do movimento anarquista⁸²⁵ e integrou-se numa ação de repressão, sobre elementos do grupo renovador da Pedagogia portuguesa⁸²⁶, donde faziam parte outros nomes como António Sérgio e Faria de Vasconcelos.

O pedagogo foi suspenso das suas funções docentes por uma ordem de serviço do Ministro da Instrução de 6 de dezembro de 1927⁸²⁷. A 21 desse mês enviou uma exposição ao Ministro em que se defendia das acusações. Na sua defesa, Adolfo Lima referia que não era político, nem bolchevista, apenas sócio da União⁸²⁸.

Esse documento foi acompanhado de um ofício do diretor da Escola Normal Primária de Lisboa em sua defesa⁸²⁹. Após a sua saída da prisão, Adolfo Lima viu a sua suspensão de funções ser levantada por despacho de 8 de fevereiro de 1928 e regressou à Escola Normal para exercer funções como professor.

⁸²³ Decreto publicado no *Diário do Governo*, n.º 28, II Série, de 4 de fevereiro de 1928.

⁸²⁴ Candeias, A. (1981). Movimento operário e educação: 1900-1926. *Análise Psicológica*, II (1), 39-60.

⁸²⁵ Candeias, A. (2003). Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima. In A. Nóvoa (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 736-746). Porto: Edições Asa.

⁸²⁶ Mogarro, M. J. (2006b). Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos. Circulação e Apropriação de Modelos Culturais. In J. Pintassilgo [et al.] (Org.), *História da Escola em Portugal e no Brasil* (pp. 233-257). Lisboa: Edições Colibri.

⁸²⁷ Moreirinhas, J. E. P. (1995). *Elementos para o estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação, p. 28.

⁸²⁸ Candeias, A. (2003). Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima. In A. Nóvoa (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (p. 739). Porto: Edições Asa.

⁸²⁹ Não se encontrou esse ofício no Arquivo da Escola Superior de Lisboa. O ofício encontra-se publicado num trabalho de Moreirinhas Pinheiro, professor da Escola do Magistério Primário e responsável durante vários anos pelo Arquivo Histórico da Escola. Ver o trabalho de Moreirinhas, J. E. P. (1989). Factos e Documentos Inéditos da Escola Normal Primária. *Escola Democrática*, n.º 1, setembro de 1989, 51. (texto cedido pelo autor)

A sua nomeação para diretor da Biblioteca e Museu não apontava para o reconhecimento do seu mérito pedagógico, mas representava antes uma ação de controlo e de silenciamento por parte do MIP.

Quando em novembro de 1930 Adolfo Ferrière visitou Portugal, ele já não foi acompanhado por pedagogos progressistas, mas antes por pedagogos e professores conservadores e adeptos do regime⁸³⁰. O pedagogo foi convidado pela Junta de Educação Nacional para proferir conferências nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto⁸³¹. Na conferência que deu a 17 de novembro, na Escola do Magistério Primário de Lisboa, já não apareceu nenhuma referência à *Escola Nova*⁸³², e antes utilizou o conceito de *Escola Ativa* como um meio de preparar as crianças para o seu futuro papel de “chefes de família e de cidadãos”⁸³³, numa atitude conciliatória das suas ideias pedagógicas com os valores ideológicos do regime político português.

As ideias da *Escola Nova* ou *Educação Nova*, em Portugal, foram reformuladas e enquadradas no movimento da Escola Ativa, por vários autores como Cruz Filipe⁸³⁴ e Domingos Evangelista. Este último autor escreveu vários textos didáticos do boletim *Escola Portuguesa*, na década de 30, de carácter nacionalista e moralizador, com influências da *Educação Nova*⁸³⁵.

Adolfo Lima, enquanto diretor da Biblioteca e Museu, pôs em prática a conceção de museu pedagógico que havia abordado, em 1921, na sua obra, em três volumes, sobre *Metodologia*⁸³⁶. Desenvolveu um conjunto de iniciativas que levaram a que Biblioteca e Museu do Ensino Primário funcionasse como um centro de informação, investigação e de

⁸³⁰ Ver a esse respeito o trabalho de Mogarro, M. J. (2006b). Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos. Circulação e Apropriação de Modelos Culturais. In J. Pintassilgo [et al.] (Org.), *História da Escola em Portugal e no Brasil* (pp. 234-235). Lisboa: Edições Colibri.

⁸³¹ Nóvoa, A. (1982). *Adolphe Ferrière et L'Éducation Nouvelle au Portugal (1920-1935)*. Genève: Université de Genève, pp. 29-41.

⁸³² Educação Nova.

⁸³³ Tradução da nossa responsabilidade. O texto da conferência foi publicado por Moreirinhas Pinheiro. Ver a esse respeito Moreirinhas, J. E. P. (1995). *Elementos para o estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação, pp. 53-57.

⁸³⁴ No ano de 1932, Cruz Filipe representa Portugal na Liga Internacional para a Educação Nova.

⁸³⁵ Nóvoa, A. (2003b). Evangelista, Domingos. *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 522-523). Porto: Edições Asa.

⁸³⁶ Adolfo Lima defendia que o museu pedagógico deveria se composto por nove secções: bibliográfica, material didático, mobiliário escolar, construções escolares, animatógrafo, cursos e conferências, informações e consultas, orientação profissional. Ver a esse respeito Lima, A. (1932). *Metodologia. Lições de Metodologia especial – Processologia – professadas na Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Livraria Ferin, pp. 120-122.

aperfeiçoamento das ciências e dos métodos da educação. Manteve correspondência regular com pedagogos ligados à Escola Nova, como foi o caso de Adolfo Ferrière com quem trocou correspondência sobre a organização da Biblioteca e Museu.

Apesar do reduzido orçamento, o seu espólio foi enriquecido com doações e ofertas de entidades públicas e privadas, o que permitia que funcionasse, durante a sua direção, como um centro vivo da vida escolar e uma peça importante na formação profissional do professorado. Autores como Moreirinhas Pinheiro e Maria João Mogarro referiram que o período em que Adolfo Lima exerceu as funções de diretor desse organismo⁸³⁷ correspondeu a uma nova fase de dinamismo do museísmo pedagógico português⁸³⁸. A sua demissão deu início a um período de estagnação que se prolongou até à Revolução do 25 de Abril de 1974.

Era da competência da Biblioteca e Museu a recolha de livros e outras publicações, nacionais ou estrangeiras, sobre problemas pedagógicos e didáticos do ensino primário, destinados à leitura, na escola ou no domicílio do docente. Era feito o arquivamento de documentação sobre a história da educação, em Portugal, e a organização de material didático que podia ser utilizado nas escolas primárias oficiais, como diapositivos, filmes e discos.

A possibilidade de requisição de obras e do seu envio por correio aos professores, contribuiu para a aquisição e atualização de conhecimentos. Muitos professores colocados nos meios rurais ficavam isolados, situação que dificultava o diálogo com os pares e o acesso à informação. Os vencimentos dos professores também não possibilitavam a aquisição de bibliografia pedagógica, situação que era salientada pela imprensa da educação.

Os Conselhos Escolares das Escolas do Magistério Primário integravam os serviços de orientação pedagógica e de aperfeiçoamento da direção geral. Cada Conselho era presidido pelo diretor da Escola e constituído por todos os professores. Nas suas reuniões eram

⁸³⁷ Entre os anos de 1933 e 1942.

⁸³⁸ Pinheiro, J. E. M. (1996). *Escritos vários relativos à Escola Normal Primária e à Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa; Mogarro, M. J. (2012/2013). Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História da Educação em Portugal. *Cuestiones Pedagógicas*, 22, 67-102. Disponível em http://institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art_3.pdf (11 abr. 2016)

tratados todos os assuntos ligados à rotina escolar, como o calendário escolar, os horários das disciplinas, o vestuário e a higiene, o aproveitamento e o comportamento dos alunos.

A análise das atas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa, levou-nos a concluir que, no período de 1930-1933⁸³⁹, as intervenções dos seus membros eram bastante críticas relativamente à atuação do MIP, nomeadamente quanto aos diplomas legais publicados, e era menor o lugar ocupado pelo tratamento de assuntos ligados ao quotidiano escolar.

O Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, valorizava os Conselhos Escolares, no domínio pedagógico, atribuindo-lhes funções de orientação e aperfeiçoamento, mas limitava o seu raio de ação quando determinava que o seu exercício trataria apenas os assuntos do ensino primário propostos pelo ministro ou diretor geral. Cordeiro Ramos exerceu dessa forma um poder disciplinador sobre as escolas de formação, reprimindo e controlando a sua ação.

Alguns professores e os alunos das Escolas do Magistério Primário, nomeadamente de Lisboa, Coimbra e Porto, começaram, nesse período, a serem identificados como simpatizantes das ideias comunistas, referência que nos apareceu em relatórios de Exames de Estado elaborados pelos inspetores orientadores.

A inspetora orientadora Felismina de Oliveira, em 1935, enviou uma carta a Salazar onde preconizava, a propósito de uma conferência de uma aluna⁸⁴⁰ da Escola do Magistério Primário de Lisboa, crítica em relação ao ensino da História, que as escolas de formação de Lisboa e do Porto precisavam de serem “arrasadas para se começar vida nova”⁸⁴¹.

A ação de controlo sobre as escolas levou a uma mudança de registo nas atas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa. Era feita uma súmula das intervenções dos seus membros que se centravam apenas em questões ligadas ao comportamento e aproveitamento dos alunos⁸⁴².

⁸³⁹ Não foi encontrado nenhum livro de atas da Escola para o período da ditadura militar entre 1926 e 1930.

⁸⁴⁰ A aluna foi castigada segundo notícia publicada na *Educação Nacional*, de 9 de junho de 1935.

⁸⁴¹ ANTT, AOS/CP/202 1-474 1931-1944 - Felismina Glória Oliveira, Fólio 29.

⁸⁴² Ver a esse respeito AH-ESELx, *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1915-1926.

No caso da Escola do Magistério Primário de Coimbra, a repressão foi mais intensa. A escola, segundo Luís Mota, enfrentou duras críticas na imprensa regional⁸⁴³, e mais precisamente nos jornais *Correio de Coimbra*, nos meses de setembro e outubro de 1932, e *Diário de Coimbra*, nos meses de julho a setembro de 1934. As críticas incidiram sobre a ação pedagógica das professoras das escolas de aplicação, Ema Vidal Pinheiro e Celeste da Conceição Teles, que eram apelidadas de liberais. A repressão aumentou em 1934 e os professores Álvaro Viana Lemos e Tomás da Fonseca foram afastados e presos pela polícia política para averiguações sob a suspeita de serem comunistas⁸⁴⁴.

A preocupação com as ideias progressistas do corpo docente e discente dessas escolas acabou por conduzir, em 1936, a decisão do seu encerramento e a uma intensificação do controlo e repressão sobre o professorado.

Desde o Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, que se encontravam definidos os funcionários superiores da administração escolar responsáveis pelos serviços de orientação e aperfeiçoamento do ensino⁸⁴⁵. O diretor geral ocupava o topo da cadeia hierárquica e centralizava nas suas mãos a direção dos serviços de orientação pedagógica, administrativos e disciplinares. Controlava os recursos materiais e humanos da direção e exigia, aos seus funcionários, eficiência e rapidez no cumprimento das suas decisões. Existia um aparelho burocrático através do qual controlava os seus funcionários, que lhe transmitiam regularmente informações sobre as tarefas que tinham em mãos e o local onde se encontravam a desenvolvê-las.

A execução dos serviços de orientação dependia dos dezoito inspetores dos distritos escolares, dos seus delegados nos concelhos, e dos diretores das zonas escolares e das escolas, a quem competia executar, de forma rigorosa e atempada, as instruções emanadas da direção geral e examinar o funcionamento dos serviços escolares. Os inspetores tinham o dever de cooperar, de participar nas conferências de professores, nas lições e cursos de

⁸⁴³ Ver a esse respeito o trabalho de Mota, L. (2007). Confronto ideológico nos primórdios do salazarismo: uma campanha contra a Escola do Magistério Primário de Coimbra. *Estudos do Século XX*, 7, 205-227. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36702> (7 out. 2014)

⁸⁴⁴ Ver a este respeito o trabalho de Vilaça, A. (2003). *Resistências culturais e políticas nos primórdios do Salazarismo*. Coimbra: Campo das Letras, pp. 56-57.

⁸⁴⁵ Os agentes eram: o diretor geral, o diretor dos serviços da Repartição de Educação Física do Ministério da Instrução Pública, o inspetor das Escolas do Magistério Primário, os inspetores orientadores, o diretor da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, e os representantes dos professores do ensino primário no Conselho Superior da Instrução Pública.

aperfeiçoamento cultural e profissional, quer na sua organização, quer como relatores de teses ou preletores.

Na capital estavam concentrados os inspetores orientadores do ensino primário que ocupavam uma posição privilegiada na nova estrutura orgânica da direção geral introduzida pelo Decreto n.º 22369, depois do diretor geral dos serviços de educação física e do inspetor das Escolas do Magistério Primário. Constituíam um corpo de dez inspetores, sendo oito do sexo masculino e dois do sexo feminino, nomeados pelo Ministro⁸⁴⁶.

Esses agentes eram os principais autores dos editoriais e de textos da secção doutrinária do Boletim *Escola Portuguesa*, nos primeiros anos desta publicação. Integravam a secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública e prestavam toda a cooperação que lhes fosse requisitada pelo diretor geral. Participavam nas conferências de professores e redigiam relatórios, para o diretor geral, sobre as teses apresentadas e as intervenções dos professores presentes.

Apesar da centralização dos serviços em Lisboa, os inspetores orientadores deslocavam-se por todo o território nacional, porque só assim era possível exercerem a ação direta de doutrinação e fiscalização determinada pela administração escolar. Não encontramos informações detalhadas sobre a sua atividade. A imprensa da educação, nomeadamente a *Escola Portuguesa*, fazia referência à sua presença em conferências pedagógicas e publicava textos da sua autoria. Apenas se identificou informação mais pormenorizada em relação à inspetora orientadora Felismina Oliveira através da sua correspondência particular com o chefe do governo. Amiga da irmã de Salazar, acompanhava-a em visitas ao irmão no seminário ou no período de férias passado em Santa Comba Dão. Felismina Oliveira teria sido o primeiro amor de Salazar⁸⁴⁷ e manteve com ele uma correspondência regular durante vários anos⁸⁴⁸.

Nessa correspondência, Felismina Oliveira que, mais tarde exerceu funções de inspetora do ensino primário sediada em Viseu, informava Salazar da competência profissional e da

⁸⁴⁶ Esse número sofreu alterações, como já foram referidas anteriormente, para oito inspetores, sendo seis do sexo masculino e dois do sexo feminino. Decreto n.º 22777, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

⁸⁴⁷ Ver a esse respeito Cabrita, F. (2006). *Os Amores de Salazar*. Póvoa de Santo Adrião: Esfera dos Livros.

⁸⁴⁸ O espólio arquivado na Torre do Tombo compreendia o período entre 1931 e 1944. As questões disciplinares com a DGEP podiam estar relacionadas com o fim das suas funções, uma vez que a inspetora teve de entregar todos os processos que tinha para instruir. ANTT, AOS/CP/202 1-474 1931-1944 - Felismina Glória Oliveira.

adesão política dos funcionários da administração escolar, por sua própria iniciativa ou por solicitação do chefe do governo, informação que estaria relacionada com a nomeação de alguns professores e funcionários para desempenharem cargos superiores na estrutura orgânica da DGEP. Manuel Caramona indicado por Felismina de Oliveira a Salazar, em 1933, como um professor primário competente, iria ascender e desempenharia, em 1940, a função de ajunto do diretor geral:

À pergunta que me fez outro dia sobre professores competentes. Respondo hoje com a indicação deste nome: - Manuel Caramona, professor na sede do concelho de Castro Daire. O Vice-Reitor do Seminário de Viseu, (...), por quem tenho a maior consideração tinha-me falado dizendo-o modelar, católico de comunhão diária⁸⁴⁹.

O perfil de funcionário competente, para Felismina Oliveira, correspondia à defesa dos valores nacionalistas e católicos defendidos pelo regime, e não a conhecimentos profissionais que o habilitassem para o exercício do cargo.

No Decreto n.º 22369 foram definidos os instrumentos através dos quais a DGEP pretendia renovar os métodos pedagógicos e didáticos dos professores e que eram a Biblioteca e Museu do Ensino Primário, o *Boletim do Ensino Primário Oficial*, as conferências de professores e os cursos de aperfeiçoamento. O seu funcionamento e a sua ação deviam ser perspectivados como parte integrante das técnicas utilizadas para a orientação, pedagógica e ideológica, dos professores da escola primária portuguesa.

Os meios de comunicação social e os serviços de orientação **As Palestras da DGEP na Emissora Nacional**

O regime apercebeu-se da importância dos meios de comunicação social para a transmissão de uma imagem conservadora e católica da Nação portuguesa. A ideia não era inovadora, porque desde os finais do século XIX que os Estados ocidentais recorriam a órgãos da imprensa para transmitirem discursos com propósitos propagandísticos⁸⁵⁰.

A administração escolar desenvolveu estratégias, de forma indireta, para influenciar as práticas do professorado, através da Biblioteca e Museu do Ensino Primário e, fundamentalmente, da publicação do boletim do ensino primário oficial, designado por *Escola Portuguesa*. Os textos publicados nesse boletim levaram-nos também a considerar

⁸⁴⁹ ANTT, AOS/CP 202 – Felismina Oliveira, carta datada de Coimbra, 6 de março de 1933.

⁸⁵⁰ Hobsbawm, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo, Nações e Nacionalismo desde 1780*. (2ª edição). Lisboa: Terramar, pp. 129-136.

o papel desempenhado por outro meio de comunicação, a Emissora Nacional, como aparelho de doutrinação.

Nos finais de junho de 1933 era publicado o plano de lançamento de modernização das telecomunicações e acelerados os trabalhos de montagem da Emissora Nacional, em onda média, para estarem concluídos dentro de seis meses⁸⁵¹. No preâmbulo do diploma legal responsável por essas medidas afirmava-se que o governo estava consciente da influência da radiodifusão na vida política, social, cultural e espiritual dos povos. Os primeiros passos das emissões experimentais foram dados na primavera desse ano e antes da publicação do decreto. No ano seguinte, a 1 de junho, foi nomeada a primeira comissão administrativa e organizadora dos programas.

Num período de formação do regime, o poder político utilizou a rádio como um canal de informação e de formação político-ideológica dos portugueses⁸⁵², difundido o seu ideário e acompanhando os principais acontecimentos importantes do regime.

A partir de março de 1935, Homem Christo recebeu a incumbência de controlar e depurar os conteúdos de todas as locuções da Emissora Nacional, para que o serviço público da rádio fosse um instrumento dotado de uma função propagandística do regime. Competia-lhe difundir as suas ideias, medidas e conferências dos seus agentes⁸⁵³.

Os desentendimentos com António Ferro, defensor de que o SPN deveria tutelar a emissora, levaram ao afastamento de Homem Christo, em junho desse ano. Foi nomeada uma nova comissão administradora, presidida por Henrique Galvão, mas não foi tomada nenhuma medida no sentido de entregar a tutela da rádio ao SPN.

A rádio foi utilizada pelo Estado Novo para estabelecer um contacto regular com os portugueses. Um artigo de Manuel Cristiano de Sousa, professor liceal e reitor do Liceu Camões e, mais tarde, diretor geral do ensino primário, no primeiro número do *Boletim da Emissora Nacional*, intitulado “a radiofonia ao serviço do Estado”, expressava essa ideia

⁸⁵¹ Decreto-lei n.º 22783, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933, p. 1206.

⁸⁵² Ver a respeito da propaganda e da rádio o trabalho de Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 149-173.

⁸⁵³ Ver o papel da Emissora Nacional como instrumento político do regime no trabalho de Ribeiro, N. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*. n.º 3, 175-199.

quando referia que era através desse meio que os homens do governo podiam “explicar os problemas que interessavam ao bem comum à Nação”⁸⁵⁴.

A rádio teve a sua inauguração oficial a 4 de agosto 1935, e entre esse mês e o mês de julho de 1936 foi publicado o *Boletim da Emissora Nacional* que registava o número de palestras realizadas mensalmente na emissora. Com base nessa informação e nos artigos publicados na *Escola Portuguesa*, organizámos, por temas, as palestras relacionadas com assuntos ligados à formação dos portugueses e à escola primária, com objetivos doutrinários. As suas temáticas podiam ser enquadradas em quatro temas: educação popular, ensino colonial, pedagogia e as palestras radiofónicas da DGEP.

As cinco palestras de educação popular realizaram-se entre abril e maio de 1936 e destinavam-se à doutrinação dos portugueses, abordando temas relacionados com o repúdio ao comunismo. A situação interna da Espanha, com a vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro desse ano, influenciou certamente o governo português que intensificou a doutrinação, mostrando aos portugueses, nomeadamente aos operários, os aspetos negativos do comunismo.

Em abril, as palestras de Henrique Galvão trataram a questão de “como se enganam os operários” e o tema das “esquerdas e direitas”, e a de Águedo de Oliveira⁸⁵⁵ teve como tema as “democracias convulsionadas”⁸⁵⁶. Realizou-se ainda uma palestra de Pires Cardoso, professor universitário e membro da comissão administrativa da emissora⁸⁵⁷, sobre a “revolução e o chefe”. O enaltecimento do chefe e da sua obra de ressurgimento nacional, desenvolvida num contexto de ditadura, eram temáticas usadas pelos ideólogos do regime em contraponto ao liberalismo e ao comunismo.

No mês seguinte, o engenheiro Nobre Guedes realizou uma palestra “a propósito do comunismo” e Domitila de Carvalho, professora liceal e deputada da Assembleia Nacional, abordou a temática do “comunismo contra a infância”⁸⁵⁸. A palestra da deputada era

⁸⁵⁴ Sousa, M. C. de (1935, agos.). A Radiofonia ao serviço do Estado. *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 1, 35.

⁸⁵⁵ Águedo de Oliveira foi um adepto do salazarismo. Exerceu funções de subsecretário das Finanças (1931-1935) e de Ministro das Finanças (1950-1955).

⁸⁵⁶ *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 9, abril de 1936.

⁸⁵⁷ Henrique Galvão foi governador da província de Huíla, em 1929, diretor da primeira exposição colonial, em 1934, membro da comissão administrativa da emissora nacional entre 1935 e 1945, deputado por Angola na Assembleia Nacional, entre 1946-1949.

⁸⁵⁸ *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 10, maio de 1936.

marcadamente ideológica, uma vez que refletia sobre os problemas das crianças soviéticas e responsabilizava o regime comunista sobre o abandono de crianças e a criminalidade infantojuvenil⁸⁵⁹.

As seis palestras sobre o ensino colonial foram da responsabilidade do inspetor escolar Albano Mira Saraiva⁸⁶⁰. O inspetor iniciou as suas palestras em dezembro de 1935 com a temática do intercâmbio escolar entre a metrópole e as colónias⁸⁶¹. No mês de março de 1936, Mira Saraiva realizou mais três sessões na emissora, uma sobre o ensino colonial e duas sobre assuntos pedagógicos⁸⁶². No mês seguinte, ainda proferiu mais duas sobre assuntos ligados ao ensino colonial.

A DGEP utilizou a emissora nacional para os seus agentes dos serviços de orientação e aperfeiçoamento difundirem o projeto educativo salazarista e doutrinar os professores sobre a sua missão na escola primária, no contexto da abordagem de temáticas diversificadas ligadas à educação das crianças na escola primária.

Quadro 4.1 – Palestras da DGEP na Emissora Nacional

Data	Tema	Orador
08-03-1935	<i>As nossas emissões radiofónicas</i>	Inspetor Orientador Miguel Maria da Silva Portugal
22-03-1935	<i>As nossas emissões radiofónicas</i>	Inspetora Orientadora Irene Lisboa
29-03-1935	<i>As nossas emissões radiofónicas</i>	Inspetora Orientadora Felismina de Oliveira
12-04-1935	<i>As nossas emissões radiofónicas</i>	Inspetora Orientadora Antónia Maria de Andrade Moura

⁸⁵⁹ Carvalho, D. (1935, mai.). O Comunismo contra a Infância. *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 10, 29-34.

⁸⁶⁰ Prestou provas para subinspetor escolar segundo o Diário do Governo n.º 7, de 10 de janeiro de 1911. Em 1912 era inspetor do círculo escolar de Moimenta da Beira e, a partir de março desse ano, de Arganil. Escreveu a obra *Leituras Coloniais*, em conjunto com o coronel Carlos Faria Maia, que, em 27 de fevereiro de 1937, passou a ser usado como livro de trabalho subsidiário para os livros de leitura da quarta classe em Angola.

⁸⁶¹ Os professores primários podiam desenvolver com os seus alunos um projeto de correspondência com outra escola portuguesa, sem quaisquer custos, porque era considerada correspondência oficial. *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 5, de dezembro de 1935.

⁸⁶² *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 8, de março de 1936.

Data	Tema	Orador
26-04-1935	<i>A Semana das Colónias</i>	Prof. Manuel Múrias da Escola do Magistério Primário de Lisboa
10-05-1935	<i>A escola primária e a defesa nacional</i>	Inspetor Orientador Parente de Figueiredo
24-05-1935	<i>O ano oitavo e a Escola Primária</i>	Inspetor Adjunto do Diretor Geral do Ensino Primário, Dr. Cunha Leão
28-06-1935	<i>As nossas emissões radiofónicas</i>	Diretor Geral do Ensino Primário, Dr. Braga Paixão
11-10-1935	<i>A Campanha de 1935-1936</i>	Diretor Geral do Ensino Primário, Dr. Braga Paixão
15-11-1935	<i>Atenção à Primeira Classe</i>	Inspetora Orientadora Felismina de Oliveira
Novembro de 1935	<i>Primeiro de dezembro, festa da festa das escolas</i>	Inspetora Orientadora Áurea Judite do Amaral
Fev. de 1936	<i>Ensino Primário</i>	Inspetor Adjunto do Diretor Geral do Ensino Primário, Dr. Cunha Leão
Fevereiro de 1936	<i>Acerca da Literatura Infantil</i>	Inspetor orientador Parente de Figueiredo
Março de 1936	<i>A Primavera e o ensino</i>	Inspetora Orientadora Felismina de Oliveira

Fonte: *Boletim da Emissora Nacional*, 1935-1936; *Escola Portuguesa*, 1935-1936.

A análise do Boletim da Emissora Nacional e do periódico *Escola Portuguesa*, nos anos de 1935 e 1936, permitiu-nos apresentar uma tipologia das palestras realizadas por iniciativa da DGEP. Considerámos que existiram dois tipos de palestras: as político-administrativas e as pedagógicas. Essa última dimensão comportava também uma vertente ideológica.

No domínio pedagógico, identificámos quatro palestras da responsabilidade de inspetores orientadores. A primeira foi realizada pela inspetora Felismina Oliveira que tratou do ensino da primeira classe, no dia 15 de novembro de 1935⁸⁶³. A inspetora considerava que essa classe correspondia ao primeiro contacto da criança com a vida escolar e ao início da sua formação. Referia que os professores deviam preocupar-se menos com os alunos da

⁸⁶³ *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 4, de novembro de 1935.

quarta classe e cuidar das crianças que entravam pela primeira vez na escola⁸⁶⁴. Essa preocupação dos serviços inspetivos com o ensino dos alunos da primeira classe surgiu-nos em vários relatórios de ações inspetivas.

Nesse mês, a inspetora Judite Áurea do Amaral abordou o tema do “primeiro de dezembro, festa da festa das escolas”. Essa palestra tinha um carácter também ideológico, porque o regime valorizava a comemoração do primeiro dezembro de 1640, perspectivando-o como um movimento regenerador do período de decadência da dinastia filipina. Essa ideia era agora remetida para o presente e para o movimento militar de 28 de Maio de 1926 que terminara com a crise do liberalismo⁸⁶⁵.

Em fevereiro de 1935, a palestra foi da responsabilidade do inspetor Parente de Figueiredo e versou a literatura infantil. O tema era importante dado o Estado Novo considerar que era um meio lúdico de doutrinação. A inspetora Felismina de Oliveira proferiu uma nova palestra, em março de 1936, sobre a “primavera e o ensino”⁸⁶⁶. Essas duas palestras estavam relacionadas com a orientação profissional do professorado e funcionavam como um prolongamento das conferências de professores, uma vez que no título dessas palestras aparecia uma referência a essas conferências. Os meios de comunicação eram assim utilizados pela DGEP para orientação profissional, pedagógica e ideológica, à distância do professorado primário.

O segundo tipo de conferências tinha um carácter eminentemente político-administrativo e era essencialmente composto por um conjunto de palestras intitulado de “as nossas emissões radiofónicas”. Essas emissões decorreram entre março e junho de 1935 e alguns dos seus textos foram publicados no boletim *Escola Portuguesa*. Identificámos 5 palestras da responsabilidade do diretor geral, inspetor adjunto e inspetores orientadores.

Essas “emissões radiofónicas” surgiram no seguimento da circular n.º 4 da DGEP, de 6 de agosto de 1934, que apresentava as normas gerais da atitude dos professores em relação aos alunos e ao ensino. A necessidade de dissociar os professores primários dos princípios e práticas da escola republicana levou a uma crescente preocupação com sua orientação profissional, pedagógica e ideológica. A direção geral pretendia que conhecessem e

⁸⁶⁴ *Escola Portuguesa*, n.º 59, de 28 de novembro de 1935, 63-64.

⁸⁶⁵ O dia um de dezembro era uma comemoração anual obrigatória na escola primária.

⁸⁶⁶ *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 8, de março de 1936.

cumprissem a regulação em vigor e desempenhassem a missão político-pedagógica que o regime lhes confiava.

O diretor geral, Braga Paixão, definiu os deveres do professorado em relação à administração escolar e que se resumiam a “atender e cumprir”⁸⁶⁷. Tratava-se fundamentalmente de garantir que o ministério pudesse confiar na sua adesão à política educativa do Estado Novo.

Apresentava-se o principal objetivo da escola primária que era, segundo a inspetora Antónia Andrade de Moura, a formação espiritual e moral dos portugueses. A preocupação não era a instrução, mas a educação dos portugueses no amor à família, a Deus e à Pátria⁸⁶⁸. A educação política do povo era também relevante, e importava fundamentar o poder do chefe. A fonte do seu poder era a Nação e Salazar era o responsável pela restituição de Portugal ao seu destino histórico⁸⁶⁹, procurando-se dessa forma que os professores estivessem em sintonia com o Estado Novo e fossem os seus agentes junto das comunidades locais.

A segunda emissão radiofónica, em março, foi da responsabilidade da inspetora e pedagoga Irene Lisboa. Relembrou aos professores que as temáticas das conferências deviam ser objeto de reflexão e que a administração escolar pretendia estimular a sua atividade profissional⁸⁷⁰.

A Inspetora Felismina Oliveira proferiu uma palestra no mesmo mês, dirigida às professoras primárias. Construiu uma representação de mulher, maternal e profissional, enquanto educadora e mãe, baseada na vida de D. Filipa de Lencastre, e defendeu que competia às professoras sacrificarem-se pelos seus alunos e serem colaboradoras e continuadoras das mães dos seus alunos⁸⁷¹.

A celebração anual da semana das colónias levou a que as emissões radiofónicas deixassem de aparecer com esse título e tratassem de temas ligados a comemorações oficiais. O professor Manuel Múrias da Escola do Magistério Primário de Lisboa foi o

⁸⁶⁷ *Escola Portuguesa*, n.º 33, 23 de maio de 1935, 614.

⁸⁶⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 28, de 18 de abril de 1935, 527.

⁸⁶⁹ *Escola Portuguesa*, n.º 28, de 18 de abril de 1935, 526-527.

⁸⁷⁰ *Escola Portuguesa*, n.º 25, de 28 de março de 1935, 464-465.

⁸⁷¹ *Escola Portuguesa*, n.º 26, de 4 de abril de 1935, 490-491.

responsável por uma palestra da responsabilidade da DGEP sobre a semana das colónias⁸⁷². Defendeu a grandeza espacial de Portugal e deu instruções aos professores sobre a forma como deveriam abordar o tema ao longo do ano letivo: formação e manutenção do império; heróis responsáveis pela sua edificação; missionação. Orientou os professores para que incutissem nos alunos a noção de defesa militar do império em caso de sua “cobiça”⁸⁷³.

No mês de maio, o inspetor Parente de Figueiredo foi responsável por uma palestra sobre a escola primária e a defesa nacional, a propósito de uma comemoração do exército português. No seguimento da palestra anterior de Manuel Múrias defendeu-se que os professores eram responsáveis pela preparação espiritual dos seus alunos para a defesa da integridade nacional⁸⁷⁴.

A comemoração do oitavo ano da instauração da Ditadura Militar justificou que a DGEP promovesse uma palestra intitulada “O ano oitavo e a escola primária” da responsabilidade de Cunha Leão⁸⁷⁵, que desempenhava o cargo de inspetor adjunto do diretor geral. As instruções dessa comemoração, relativa à instauração da Ditadura Militar, foram dadas através de circulares, publicadas no boletim *Escola Portuguesa*, e dessa palestra. Apelava-se ao dever do professorado com o regime e ao corte com as ideias pedagógicas do liberalismo, designando por “velhos do restelo” os professores que ainda não professavam os ideias nacionalistas⁸⁷⁶.

A referência a professores dissidentes desapareceu dos meios de comunicação, no mês de junho de 1935. Numa entrevista do Ministro da Instrução, ao *Diário de Notícias*, sobre a reorganização da escola primária, Eusébio Tamagnini defendia que a escola primária já “abraçou o ideal nacionalista”, referindo que isso era visível nas práticas escolares, nas atividades extracurriculares e nas conferências dos professores⁸⁷⁷.

Na última emissão radiofónica, no dia 28 de junho, o diretor geral, Braga Paixão, partilhava dessa visão e considerava que os docentes já tinham provado à Nação que se encontravam disciplinados⁸⁷⁸, situação que apontava para que a DGEP considerasse que

⁸⁷² *Escola Portuguesa*, n.º 30, de 2 de maio de 1935, 556-557.

⁸⁷³ *Escola Portuguesa*, n.º 30, de 2 de maio de 1935, 557.

⁸⁷⁴ *Escola Portuguesa*, n.º 33, de 16 de maio de 1935, 590-591.

⁸⁷⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 34, de 30 de maio de 1935, 626-627.

⁸⁷⁶ *Escola Portuguesa*, n.º 34, de 30 de maio de 1935, 627.

⁸⁷⁷ *Escola Portuguesa*, n.º 36, de 13 de junho de 1935, 660-661.

⁸⁷⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 39, de 4 de julho de 1935, 714.

essa missão já tinha sido cumprida e que os seus funcionários superiores, nomeadamente os inspetores orientadores, principais ideólogos da escola salazarista, tinham conseguido doutriná-los. Discurso esse que não correspondia à realidade e numa nova palestra de Braga Paixão, emitida a 11 de outubro e intitulada “a campanha de 1935-36”, o diretor, a propósito do arranque do novo ano letivo, lembrava aos professores que os seus deveres assentavam na obediência, no cumprimento da regulação e no respeito pelos seus superiores hierárquicos⁸⁷⁹. Referia ainda que as conferências e a publicação da *Escola Portuguesa* eram instrumentos de apoio aos professores, mas lembrava que a DGEP estava atenta ao seu trabalho e que a estatística escolar era uma forma de fiscalização regular da prática docente, no que respeitava aos resultados escolares e à assiduidade de alunos e docentes.

O boletim Escola Portuguesa

Num trabalho anterior, e seguindo a linha de outros autores⁸⁸⁰, já salientámos o papel do boletim *Escola Portuguesa* nos domínios da orientação, pedagógica e ideológica, e de controlo das práticas educativas do professorado primário⁸⁸¹. Esse periódico era utilizado pela DGEP para produzir e transmitir uma imagem do projeto de educação nacionalista aos professores primários, e para que esses, por sua vez, a transmitissem aos seus alunos e à comunidade local.

O boletim teve uma periodicidade semanal até 1958 e depois tornar-se-ia mensal. Ao diretor geral cabia a direção e promoção do boletim e competia aos inspetores-orientadores a produção regular de textos para publicação, nomeadamente no período de consolidação do regime até ao início dos anos 40. Ao considerar-se a esfera da sua produção, a maioria dos textos publicados dever-se-ia perspetivar nas dimensões pedagógica e política. Eram o caso dos editoriais, a maioria da responsabilidade dos inspetores-orientadores, os discursos oficiais, os textos de conferências e as lições. Apesar da produção dessas práticas

⁸⁷⁹ *Escola Portuguesa*, n.º 54, de 24 de outubro de 1935, 26-27.

⁸⁸⁰ Ver os trabalhos de Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença; Guedes, L. (1998). *Escola Portuguesa (1934-1957), Sobre Política Educativa do Estado Novo*. (Tese de mestrado policopiada). Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga.

⁸⁸¹ Pereira, M. P. (2014). A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. *Da Investigação às práticas*, 4 (1), 63 – 85.

discursivas ter objetivos de orientação e de aperfeiçoamento científico e profissional, não poderíamos subalternizar os seus objetivos político-ideológicos.

O artigo 174º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, estipulava que a *Escola Portuguesa* fosse composta por várias secções. A secção doutrinária integrava artigos destinados a promover a melhoria dos métodos pedagógicos e didáticos dos professores e o seu aperfeiçoamento cultural e profissional⁸⁸². Incluía ainda uma secção noticiosa onde eram divulgados acontecimentos, nacionais e internacionais, ligados ao ensino primário, como festas escolares, reuniões, conferências e visitas das autoridades civis e religiosas. Existia uma secção ligada à estatística da educação, que não ocupava, ao longo do período considerado neste trabalho, um lugar de relevo nas páginas do boletim. As secções sobre legislação e despachos revelavam-se importantes para os agentes de ensino, uma vez que aí eram registadas todas as resoluções da administração escolar, os diplomas legais, circulares, regulamentos e instruções. Por despacho ministerial de 4 de janeiro de 1938 determinava-se que a publicação de regulação, neste semanário, era, para todos os efeitos legais, o meio de conhecimento suficiente “para obrigar ao cumprimento das respetivas disposições”⁸⁸³ os funcionários, “sem necessidade de qualquer outro aviso”⁸⁸⁴.

A circulação desse boletim pelo território nacional era ampla, porque apesar da sua assinatura não ser teoricamente de carácter obrigatório, os inspetores⁸⁸⁵ e os diretores escolares e seus adjuntos, no decurso das suas visitas às escolas, confirmavam se, nas salas de aula, existia o último número da *Escola Portuguesa*, questão reveladora da importância que a administração escolar conferia a esse semanário, como canal privilegiado de comunicação com o professorado.

As próprias instruções de algumas direções dos distritos escolares também apontavam para que o professorado, na prática, tivesse o dever de assinar o boletim, como era “desejo das instâncias superiores”⁸⁸⁶. A direção do distrito escolar de Viseu, em dezembro de 1944, deu

⁸⁸² O diploma define que os artigos da secção doutrinária devem reger-se pelos objetivos dos serviços de orientação e aperfeiçoamento definidos no seu artigo 117º.

⁸⁸³ Circular da DGEP de 4 de janeiro de 1956, Livro 16-H, n.º 11.

⁸⁸⁴ Circular da DGEP de 4 de janeiro de 1956, Livro 16-H, n.º 11.

⁸⁸⁵ Ver a esse respeito o trabalho de Pintassilgo, J. A. S. & Lume, F. (2002). *A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia*, pp 1-21. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4039> (11 mai. 2016)

⁸⁸⁶ AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo 219, Direção do Distrito Escolar de Viseu aos Senhores Professores e Regentes Escolares do Distrito, Circular n.º 258 de 20 de dezembro de 1944 da Direção do Distrito Escolar de Viseu.

instruções aos agentes de ensino para se tornarem assinantes, com a maior brevidade possível, e aconselhava a que os agentes de ensino procedessem, no final de cada ano letivo, à reunião de todos os números da *Escola Portuguesa* num único maço ou à sua encadernação⁸⁸⁷.

A importância da *Escola Portuguesa* não se esgotou nos anos de legitimação e consolidação do regime. Ao longo do período por nós considerado continuou a ser um importante veículo oficial da política educativa do regime e de orientação do professorado, devido aos limites orçamentais, face ao número limitado de inspetores no terreno para procederem a visitas regulares às escolas, à falta de formação dos regentes escolares, ao isolamento e à ausência de formação específica dos professores das zonas rurais.

Em 1956, o diretor geral António Leal lembrava, numa circular, os diretores dos distritos escolares da importância desse boletim pedagógico, referindo que o mesmo tinha sofrido uma renovação através de melhoramentos nas partes gráficas e doutrinal por determinação do Ministro e do Subsecretário de Estado da Educação Nacional⁸⁸⁸. Solicitava-se a colaboração dos diretores dos distritos para que promovessem a sua assinatura voluntária, sobretudo dos agentes que tivessem começado recentemente a exercer o magistério, assim como se requeria a cobrança regular das importâncias devidas pelos assinantes⁸⁸⁹. Pedia-se ainda que enviassem, à redação, notícias sucintas das atividades escolares e extraescolares que pudessem servir de estímulo e de orientação aos leitores do semanário, e que motivassem os melhores “valores profissionais” do seu distrito para colaborarem no boletim⁸⁹⁰.

A utilização do boletim *Escola Portuguesa* tinha de ser necessariamente enquadrada no processo de controlo exercido sobre os professores, que levou à censura e à proibição de periódicos da imprensa da educação⁸⁹¹. Em fevereiro de 1932, tinha sido determinado, com o objetivo de assegurar a disciplina do funcionalismo e o respeito pela hierarquia, que era interdita a inserção de artigos ou de quaisquer escritos de apreciação de atos dos superiores

⁸⁸⁷ AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo 219, Direção do Distrito Escolar de Viseu aos Senhores Professores e Regentes Escolares do Distrito, Circular n.º 258 de 20 de dezembro de 1944 da Direção Escolar de Viseu.

⁸⁸⁸ Circular da DGEP de 4 de janeiro de 1956, Livro 16-H, n.º 11.

⁸⁸⁹ No AHME, na secção referenciada como Escola Portuguesa, existem muitas notas de cobrança por falta de pagamento da assinatura.

⁸⁹⁰ Circular da DGEP de 4 de janeiro de 1956, Livro 16-H, n.º 11.

⁸⁹¹ Filomena Mónica refere-se ao encerramento compulsivo do periódico *Professor Primário*. Mónica, M.F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 182.

hierárquicos nas publicações, promovidas com carácter oficial ou com subsídios do Estado, dos estabelecimentos dependentes do MIP⁸⁹².

A DGEP recorreu a uma estratégia de dominação que limitava os canais de difusão de informação para o professorado e dificultava a comunicação e a interação interpares. A estratégia do isolamento procurava cercear a capacidade interventiva e crítica do professorado, que até aí era expressa nas associações profissionais e essencialmente em periódicos da educação, e eliminar quaisquer focos de resistência à política educativa do regime, por parte de um sector profissional que defendeu ativamente os seus interesses durante o período republicano. A DGEP lançou nessa fase uma ação ofensiva de controlo dos professores, reprimindo e silenciando os seus discursos.

A relação da administração escolar com os professores primários expressava-se numa dimensão ofensiva, procurando aumentar a previsibilidade da conduta dos professores através da redução do seu espaço de ação e de intervenção. Era uma estratégia de confinamento encontrada pela administração escolar, para impor o projeto político-pedagógico do Estado Novo, defendendo-se de possíveis obstáculos colocados pelo professorado à sua implementação junto dos alunos e meio local.

Ações de inspeção às escolas: orientar e disciplinar

A melhor forma de orientar e controlar as práticas educativas do professorado seria diretamente através de ações inspetivas por parte dos agentes da DGEP. O Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, determinava que a execução dos serviços de orientação e aperfeiçoamento se desenvolveria através de visitas aos estabelecimentos de ensino. Com essas ações pretendia-se, em primeiro lugar, conhecer os métodos e processos de ensino usados pelos docentes e os resultados atingidos com a sua utilização.

Teoricamente procurava-se ainda apoiar os professores, em termos metodológicos, mediante a exposição e a exemplificação. Os inspetores dialogavam com os professores e apresentavam propostas práticas de alteração da metodologia utilizada, através de lições dadas a uma ou mais classes que compunham a turma. Essa exemplificação de aulas permitia que os inspetores exercessem a sua função fiscalizadora porque, no decurso da

⁸⁹² Decreto n.º 20889, de 15 de fevereiro de 1932. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1932.

lição, avaliavam os conhecimentos dos alunos, com especial incidência na 1ª, 3ª e 4ª classes que eram consideradas as mais importantes.

As visitas às escolas estavam dependentes dos funcionários superiores da DGEP, encontrando-se o diretor geral no topo da hierarquia de comando. O decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, apenas lhe atribuía a função inspetiva de visitar estabelecimentos de ensino. Em relação aos restantes agentes não pudemos dissociar as duas vertentes, uma vez que a sua realização entrecruzava as duas, sobretudo por parte dos inspetores de quem se esperava que exercessem uma ação dupla “fiscalizadora e orientadora”⁸⁹³.

A administração escolar dava bastante importância ao aperfeiçoamento profissional, o que levou a que analisássemos o processo de realização das visitas inspetivas, no sentido de percebermos as suas prioridades e se a orientação dos docentes tinha como principal objetivo o seu desenvolvimento profissional. Para que o seu acompanhamento fosse efetivo era necessário que os funcionários realizassem visitas inspetivas com uma periodicidade regular e uma duração que permitisse a orientação das práticas docentes.

A responsabilidade das visitas inspetivas competia, a nível distrital, aos dezoito inspetores de distrito, aos delegados das inspeções, em cada concelho, e, finalmente, aos diretores das zonas escolares. Esses agentes deviam, de acordo com o artigo 13º do referido diploma legal, visitar e inspecionar os estabelecimentos que lhe estavam adstritos. No caso dos diretores das zonas escolares, o normativo era mais preciso e determinava, no seu artigo 16º, que lhes competia visitar os estabelecimentos de ensino e assistir quanto possível aos seus serviços.

As visitas podiam abranger todos os professores da escola, caso tivessem mais do que um lugar de professor, ou a visita podia ser dirigida especificamente a um professor caso existissem reclamações relativas ao seu serviço ou fracos resultados no aproveitamento dos seus alunos, situação visível através dos mapas estatísticos de passagem de classe. As visitas, motivadas por motivos disciplinares, também serviam para o agente dos serviços disciplinares dar conselhos pedagógicos ao professor e o seu seguimento era bem visto pelos inspetores, podendo mesmo servir de atenuante à infração aquando da elaboração do seu relatório para a DGEP.

⁸⁹³ AHME, DGEP, Caixa 1- 47. Ofício do Livro 16 – H 11 (47), da DGEP de 6 de janeiro de 1956.

O número de visitas realizadas, a sua regularidade e duração, podiam ser acompanhadas através das notas de serviços que os inspetores enviavam para a direção geral. A partir de outubro de 1933, os inspetores passaram a enviar as notas dos serviços de inspeção, o que incluía as visitas às escolas e as vistorias realizadas no mês anterior, assim como também enviavam, no primeiro dia útil de cada mês, a nota de todos os serviços realizados no mês transato⁸⁹⁴. A partir de 1941, o envio das notas de serviço passou a ser feito até ao dia 3 do mês seguinte e o incumprimento implicava a suspensão do processamento das folhas de ajudas de custo e de despesas de transporte⁸⁹⁵.

O *Boletim do Ensino Primário Oficial* publicou, em 1936, os relatórios anuais dos dezoito inspetores de distrito relativos ao ano letivo de 1934-1935. Segundo os dados fornecidos pelos inspetores foram realizadas 2350 visitas inspetivas a escolas e lugares de professores⁸⁹⁶.

Os inspetores dos distritos de Faro e da Horta foram os únicos que fizeram referência ao facto de realizarem mais do que uma visita à mesma escola. O inspetor do distrito de Faro procedeu a mais do que uma visita, entre duas e quatro, a 65 professores⁸⁹⁷. No caso do distrito da Horta, a ocorrência das visitas foi superior, uma vez que duas escolas foram visitadas entre dezasseis e dezoito vezes, duas foram visitadas nove vezes e seis escolas foram inspecionadas sete vezes. Apenas 20% das escolas inspecionadas pelo inspetor só foram visitadas uma vez⁸⁹⁸.

Essa incidência das visitas não podia ser generalizada a todos os distritos. A maioria dos inspetores apenas realizava uma visita, porque não tinha possibilidade de as repetir. As principais razões prendiam-se com o peso do trabalho administrativo e a falta de verbas.

O número de agentes responsáveis pelas inspeções aumentou com a criação das direções dos distritos escolares. No ano letivo de 1937-1938, e segundo os mapas de serviço mensais consultados, foram realizadas 509 ações inspetivas a escolas e lugares de professor só nos meses de fevereiro e março de 1938⁸⁹⁹.

⁸⁹⁴ Circular da DGEP n.º 768 de 30 de outubro de 1933.

⁸⁹⁵ Circular da DGEP aos Inspetores de 9 de outubro de 1941.

⁸⁹⁶ Não são indicados dados quantitativos no relatório do distrito de Angra do Heroísmo.

⁸⁹⁷ *Boletim do Ensino Primário Oficial*, Ano IV, Fasc. I e II, 1936.

⁸⁹⁸ *Boletim do Ensino Primário Oficial*, Ano IV, Fasc. I e II, 1936.

⁸⁹⁹ AHME, DGEP, Caixa 133- Diversos.

O número de ações inspetivas tinha tendência para a aumentar, muito embora não tenhamos encontrado dados que nos possibilitassem analisar a evolução desses serviços ao longo do período considerado⁹⁰⁰. A nossa amostra reuniu um conjunto de dados para o período compreendido entre os anos letivos de 1934-1935 e 1949-1950⁹⁰¹, embora irregulares.

O único distrito para o qual dispusemos de mais dados foi o distrito escolar de Faro. Nesse distrito, o número de inspeções realizadas em 1934-1935 foi de 168. Os dados seguintes diziam respeito ao ano letivo de 1937-1938 e apenas para os meses de fevereiro e março, sendo o número de ações inspetivas do diretor de distrito escolar apenas de 79. O número de inspeções anuais atingiu, segundo os dados disponíveis, um total de 208 em 1941-1942 e de 197 em 1942-1943⁹⁰².

No ano letivo de 1948-1949 intensificou-se o número de visitas realizadas às escolas primárias e postos escolares, embora essa ação não pudesse ser uniformizada a todos os distritos escolares. Destacaram-se as ações inspetivas realizadas nesse ano letivo no distrito escolar de Santarém a 41% dos agentes de ensino, no distrito escolar de Évora a 75% dos agentes de ensino e no distrito escolar de Faro a 43% dos agentes de ensino⁹⁰³. O número elevado de ações inspetivas, nesses distritos, poderia estar relacionado com o número de processos instaurados a professores⁹⁰⁴ no contexto da campanha eleitoral de Norton de Matos⁹⁰⁵ e com a influência do partido comunista nessa área geográfica, o que justificaria uma maior fiscalização do serviço docente naqueles distritos. Na medida em que grupos de professores participaram ativamente na campanha eleitoral presidencial pela oposição⁹⁰⁶, seria necessário exercer uma vigilância mais apertada sobre as escolas primárias e intensificar a doutrinação dos agentes de ensino.

⁹⁰⁰ A nossa amostra só incluiu dados para os anos letivos de 1934-1935, 1941-1942, 1943-1944, 1947-1948, 1948-1949 e 1949-1950. Não conseguimos encontrar documento para outros anos.

⁹⁰¹ Ver exemplo de mapa dos serviços inspetivos nos Anexos A e B, pp. 447 e 448.

⁹⁰² AHME, DGEP, Diversos e Direções dos Distritos Escolares, Caixas 133, 926, 930, 931, 943, 989, 990, 991 e 1037.

⁹⁰³ Utilizámos os dados do *Anuário Estatístico de Portugal* para identificar o número total de agentes de ensino de cada distrito.

⁹⁰⁴ Ver a esse respeito o capítulo VI.

⁹⁰⁵ Uma Circular do Ministério do Interior, 16 de fevereiro de 1949, determinava que os governadores civis deviam indicar uma relação de todos os funcionários do Estado que participaram na campanha.

⁹⁰⁶ Ver a esse respeito os processos disciplinares instaurados por espírito de oposição política no capítulo VI.

O número de inspeções desceu significativamente no ano letivo seguinte e intensificou-se o número de processos instaurados por motivos políticos, após a administração escolar ter identificado os nomes dos professores que apoiaram Norton de Matos⁹⁰⁷.

Os dados existentes para o ano letivo de 1949-1950, apenas para os meses de janeiro e junho, apontaram para um reduzido número de visitas às escolas, em todos os distritos do país. Em 1948-1949 identificou-se a realização de 1741 visitas em 9 distritos, enquanto no ano seguinte só identificámos 276 em 10 distritos. No distrito de Faro foram realizadas apenas 17 ações inspetivas. Esses dados eram bastante diferentes daqueles que dispúnhamos para o ano letivo anterior. Essa diminuição tão acentuada, a nível nacional, levou-nos a ponderar a hipótese que no segundo período, e mais precisamente durante os meses de fevereiro e de março, era a época em que se realizam o maior número das inspeções, e não nos restantes meses do calendário escolar. O aumento do trabalho dos serviços disciplinares, na sequência do levantamento de informações sobre os professores participantes na campanha de Norton de Matos e, na sua sequência, a instauração de processos disciplinares também poderia ter influenciado essa diminuição.

O número de visitas continuava a depender da quantidade de trabalho administrativo que era necessário realizar. Os diretores de distrito escolar que realizavam mais visitas e vistorias eram aqueles que passavam menos dias de trabalho nas secretarias da sede do distrito. O trabalho desses agentes era realizado de segunda a sábado, sendo o domingo o dia de descanso semanal, exceto quando se efetuavam deslocações de saída ou de regresso à sede⁹⁰⁸. O mapa da distribuição de serviço do diretor do distrito escolar de Viana do Castelo apresentava uma particularidade, uma vez que realizava, em 1938, atividades de vistoria a escolas e postos escolares aos domingos⁹⁰⁹, situação que refletia necessariamente o peso do trabalho que esse funcionário realizava mensalmente.

A DGEP determinava que era conveniente que os inspetores e diretores escolares contactassem com todos os professores do seu distrito escolar, contacto que não era de todo viável face ao número de escolas existente e ao restante trabalho administrativo que

⁹⁰⁷ Ver a esse respeito os processos disciplinares instaurados por espírito de oposição política no capítulo VI.

⁹⁰⁸ Ver o mapa dos serviços realizados pelo Inspetor Benjamim de Carvalho Silva em março de 1938. AHME, DGEP, Caixa 2687. Serviços de Inspeção e Disciplinares, Notas dos Serviços Realizados no mês março de 1938.

⁹⁰⁹ Ver a esse respeito o Anexo B, p. 497. AHME, DGEP, Caixa 2687, Serviços de Inspeção e Disciplinares, Notas dos Serviços Realizados no mês março de 1938.

tinha de ser despachado. Um editorial da *Escola Portuguesa* de António José Escaraméia, diretor do distrito escolar de Lisboa, refletia, em 1940, sobre a orientação dos agentes de ensino, e concluía que nenhum diretor escolar podia chegar a todas as escolas e orientar todos os professores do seu distrito⁹¹⁰. Em alternativa à orientação direta, o diretor propunha que a mesma fosse feita através do boletim *Escola Portuguesa*, referindo que nele era possível expor conceitos e normas “proveitosas” para orientar os agentes de ensino⁹¹¹.

A realização das visitas implicava a deslocação dos inspetores e dos diretores de distrito escolar para fora da sede. Os agentes eram obrigados a manter uma correspondência pormenorizada das suas atividades fiscalizadoras e orientadoras com a DGEP⁹¹², informando-a sobre os dias de partida e de regresso à sede, e ainda dos dias de chegada e de partida de qualquer localidade⁹¹³. O controlo desses funcionários era feito através de um aparelho burocrático que também ocupava uma parte importante do trabalho dos inspetores.

Mensalmente, os inspetores e diretores dos distritos escolares eram obrigados a enviar um mapa discriminando o serviço desenvolvido durante o mês e quantos dias dedicaram a cada atividade. Construiu-se uma amostra do trabalho desenvolvido por esses funcionários superiores com base na informação dos mapas mensais de março de 1938 e de janeiro de 1950. Pretendíamos verificar quais eram os funcionários que mais ações inspetivas desenvolviam e qual o peso do trabalho administrativo no seu quotidiano profissional. A sua escolha prendeu-se com o facto de constituírem o conjunto de dados mais completo no espólio documental inventariado e disponível para consulta no AHME.

Os mapas de serviço do mês de março de 1938 pertenciam a 20 funcionários superiores da DGEP, sendo 8 inspetores, nomeadamente as inspetoras orientadoras Áurea Judite do Amaral e Felismina Oliveira, 10 diretores de distrito escolar e 2 adjuntos de distrito escolar⁹¹⁴. Os mapas mensais de janeiro de 1950 correspondiam a 22 funcionários

⁹¹⁰ Escaraméia, A. J. (1940, 12 de dez.). Orientar. *Escola Portuguesa*, n.º 320, 169-170.

⁹¹¹ Escaraméia, A. J. (1940, 12 de dez.). Orientar. *Escola Portuguesa*, n.º 320, 169-170.

⁹¹² AHME, DGEP, Caixa 5 – 1035. Circular da DGEP n.º 354 – L 16-H n.º 11 (41) de 15 de novembro de 1955.

⁹¹³ Informação feita por telegrama ou ofício.

⁹¹⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-133.

superiores da DEGP, grupo composto por 10 inspetores, 11 diretores de distrito escolar e 1 adjunto de diretor de distrito escolar.

O quotidiano profissional desses funcionários distribuía-se entre o trabalho burocrático que aparecia geralmente com a designação de administrativo ou de secretaria, a instrução de processos, visitas a escolas e lugares de professores, vistorias a escolas e postos, presença em atividades como festas escolares e inaugurações, produção de textos para o boletim *Escola Portuguesa* e a análise de manuais candidatos a livro único da escola primária.

Em março de 1938, essa última atividade foi apenas desempenhada pela inspetora orientadora Felismina Oliveira que ocupou 22 dias com esse serviço. Em janeiro de 1950, três inspetores encarregaram-se de analisar os livros escolares⁹¹⁵. Essa análise podia implicar cortes no texto elaborado pelos autores ou indicação para o desenvolvimento de temas⁹¹⁶. A produção de textos para a *Escola Portuguesa* apenas constava do mapa de serviço da inspetora Áurea Amaral, em 1938, e ocupou-a apenas dois dias.

O tratamento dos dados levou-nos a concluir que os serviços administrativos predominavam, sobretudo nas funções dos diretores dos distritos escolares. Em março de 1938, a média de dias ocupados com trabalho administrativo dos inspetores era de 11 e dos diretores de distrito escolar de 13 dias. Essa média, em 1950, aumentou para 13 dias na globalidade e a média de trabalho dos diretores continuou a ser superior ao dos inspetores. O número de dias de trabalho administrativo era em média de 16, valor que representava um aumento do trabalho burocrático no quotidiano dos diretores dos distritos escolares.

O trabalho relacionado com a instrução de processos de inquérito e disciplinares era realizado essencialmente pelos inspetores. Em 1938, apenas Alfredo Simões Pimenta, adjunto do diretor de distrito escolar de Setúbal, e que se encontrava à frente dos serviços temporariamente, se ocupou dessa matéria durante 22 dias. O mesmo aconteceu em janeiro de 1950, porque o trabalho relativo a processos era desempenhado pelos inspetores e só

⁹¹⁵ O inspetor Ovídio Lobo, do Porto, ocupou 4 dias. O inspetor Arménio Gomes dos Santos ocupou 15 dias e o inspetor Silvestre de Figueiredo ocupou 16 dias.

⁹¹⁶ Encontrámos no Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa a análise da obra *História de Portugal*, de Tomás de Barros, pelo inspetor Silvestre de Figueiredo. O inspetor insistiu que o autor acentuasse a dimensão religiosa da História portuguesa. Ver a esse respeito o trabalho de Pereira, M. P. (2014). *A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. Da Investigação às práticas*, 4 (1), 80.

constava nos mapas que dois diretores, dos distritos escolares de Vila Real e Funchal, que se ocuparam dessa matéria.

A análise desses mapas mensais permitiu-nos concluir que a maioria das ações inspetivas se encontravam a cargo dos diretores dos distritos escolares. Em março de 1938, não encontramos quaisquer dados relativos a visitas dos inspetores às escolas e em 1950 apenas detetámos que três inspetores, sediados em Lisboa, Santarém e Castelo Branco, procederam a algumas ações inspetivas.

A média de ações inspetivas mensais realizadas, em fevereiro de 1938, pelos diretores foi de 19, mas era muito variável. O diretor do distrito escolar de Aveiro, Martins Leite, referiu que ocupou sete dias com trabalho administrativo, realizou 6 vistorias e 46 visitas a escolas e lugares de professor. Em contrapartida, o diretor do distrito escolar de Vila Real, Belmiro Nogueira Xavier, apenas realizou 6 visitas e ocupou 22 dias com trabalho de secretaria.

A média de visitas efetuadas em janeiro de 1950 foi apenas de 11, e oscilou entre 28 ações inspetivas realizadas pelo diretor de Setúbal e 3 do diretor do Porto. Essa diferença podia ser explicada, em parte, pelo aumento do volume trabalho que os diretores passaram a ter com a instrução dos processos de inquérito, disciplinares e de autorização de casamento, nomeadamente com a recolha de informações sobre a vida privada e as práticas pedagógicas dos professores.

A DGEP controlava à distância o serviço dos seus funcionários superiores, com especial incidência sobre os inspetores. Em 1955 enviou-lhes uma circular a relembrar a importância das suas funções e que a sua execução carecia de envio de relatórios para os serviços centrais⁹¹⁷. Verificava-se uma preocupação com a sua autonomia e liberdade de movimentos, uma vez que não era passível de ser controlada de forma direta e exaustiva pelos serviços centrais da administração escolar.

Nessa circular recordava-se-lhes que todo o tempo disponível devia ser ocupado na execução dos serviços e frisava-se que não seria necessário a direção geral desenvolver

⁹¹⁷ AHME, DGEP, Caixa 5 – 1035. Circular da DGEP n.º 354 – L 16-H n.º 11 (41) de 15 de novembro de 1955.

outros “processos de verificação do trabalho”⁹¹⁸ realizado. Os inspetores responderam ao diretor geral, garantindo que a sua liberdade não se traduzia em incumprimento, mas antes numa prática assídua de visitas e até mesmo na lecionação de cursos de adultos, em substituição de professores ausentes.

Os agentes responsáveis pelas ações inspetivas só no início do ano de 1956 ficariam dispensados da elaboração de relatórios das visitas, a não ser em casos que fosse necessário comunicar factos que envolvessem procedimento disciplinar ou “anormalidades de funcionamento”⁹¹⁹, e que obrigassem a que se tomassem providências especiais para a sua superação. A dispensa era uma resposta aos apelos regulares desses funcionários, nos seus ofícios e relatórios, para os aliviarem do volume de trabalho burocrático que os impossibilitava, muitas vezes, de cumprirem os prazos estipulados pela direção geral.

A DGEP era responsável pela distribuição do serviço inspetivo às escolas. Essa distribuição obrigava os inspetores a várias deslocações mensais pelo país, nomeadamente na instrução de processos a professores e de inquéritos a escolas. Essas deslocações podiam ser acompanhadas através da análise das notas dos seus serviços. Como exemplo, o inspetor Benjamim Carvalho Silva, de Coimbra, no decurso do mês de março de 1938, deslocou-se para duas zonas bem distanciadas do país: Castro Marim, no distrito de Faro, e Lisboa. No dia 12 de março saiu de Castro Marim para Lisboa, onde se encontrava a tratar de um processo disciplinar, e onde permaneceu, até dia 22 do mesmo mês, devido a um processo de inquérito a uma escola. Nesse mesmo dia regressou a Coimbra, para tratar de correspondência relativa a processos e elaborar relatórios.

Os inspetores tinham de apresentar as notas das suas despesas à direção geral e registá-las no final dos seus relatórios dos processos⁹²⁰. As deslocações eram feitas de camioneta e de comboio, sendo-lhes distribuído, pela direção geral, um guia dos caminhos-de-ferro. A utilização de transportes públicos colocava constrangimentos ao desenvolvimento da atividade inspetiva, uma vez que provocava atrasos. A utilização de carro só podia ser feita a expensas dos agentes, o que ocasionava alguns protestos pelas demoras que a sua não utilização causava na execução do serviço. As despesas de deslocação só eram pagas

⁹¹⁸ AHME, DGEP, Caixa 5 – 1035. Circular da DGEP n.º 354 – L 16-H n.º 11 (41) de 15 de novembro de 1955.

⁹¹⁹ AHME, DGEP, Caixa 11 – 47. Ofício do Livro 16 – H 11 (47) da DGEP de 6 de janeiro de 1956.

⁹²⁰ Ver Anexo E, pp. 501-512.

quando a distância fosse superior a cinco quilómetros, contados a partir da sua residência oficial⁹²¹. A permanência fora da área da residência implicava ainda a necessidade de pernoitar numa pensão, acabando o quarto por se transformar em escritório improvisado.

A par dos transportes colocavam-se outros dois constrangimentos ao exercício das funções inspetivas. Era o caso das dificuldades orçamentais, que provocavam momentos de paragens nos serviços fora da sede, e o excesso de trabalho administrativo. As contenções orçamentais amplamente referidas nas práticas discursivas dos membros do elenco governativo, da administração escolar, e nos diplomas legais, remetiam para um discurso apologético da poupança, como contraponto aos problemas financeiros vivenciados no período republicano.

Para superar essas dificuldades, os agentes dos serviços de orientação visitavam várias escolas e/ou lugares de professores no mesmo dia, estratégia responsável pela curta duração das ações inspetivas. Os relatórios das inspeções e os mapas do serviço mensal permitiram-nos identificar o número de visitas realizadas diariamente pelos inspetores e o tempo de duração das mesmas. Cada inspeção a um lugar de professor durava, em média, uma a duas horas.

Aos constrangimentos diretos juntava-se a ação do meio local. As autoridades locais e os pais dos alunos apoiavam a ação fiscalizadora do Estado, informando detalhadamente a administração escolar sobre a conduta do professorado. O avolumar das queixas acabava por aumentar também o trabalho dos agentes dos serviços de orientação e disciplinares e, como tal, reduzir o tempo disponível para as visitas de orientação.

A visita inspetiva à escola dava lugar a um registo no livro da escrituração escolar destinado para o efeito⁹²² e à elaboração de um boletim-resumo das apreciações que era enviado para a DGEP⁹²³. Existiam vários casos de inspetores que não utilizavam esse boletim e elaboravam um relatório, manuscrito ou datilografado, mais pormenorizado⁹²⁴.

⁹²¹ Circular da DGEP n.º 89 de 8 de maio de 1935. Os inspetores quando se encontravam a cumprir serviço fora da sede de residência eram abonados com 2\$00 por km para subsidiar as despesas de transporte e 40\$00 diários para as suas restantes despesas, a partir de 1935.

⁹²² Livro D da escrituração escolar.

⁹²³ Ver um exemplo desse registo no Anexo A, p. 496.

⁹²⁴ Ver um exemplo desses relatórios no Anexo D, pp. 499-500.

A análise da execução desses serviços baseou-se numa amostragem de 771 ações de inspeções realizadas, entre 1938 e 1950, a professores, sob a forma de relatórios e mapas-resumo elaborados pelos inspetores e diretores escolares enviados para a direção geral.

O arranque do período da realização das visitas era motivo de informação aos professores por parte das direções escolares. Na maioria dos casos analisados, a data da visita não foi comunicada previamente, o que permitiu que fossem detetados casos de incumprimento do horário letivo, ausência às atividades letivas por parte dos docentes e inexistência de livros de escrituração escolar devidamente arquivados no espaço escolar. Os casos de incumprimento de horário verificavam-se quando as visitas se realizavam no princípio da manhã, sendo o atraso considerado como sinal de “desleixo” profissional por parte do agente de ensino, uma vez que isso reduzia o tempo reservado às atividades letivas.

O inspetor Silvestre Figueiredo era um dos agentes da administração escolar que referia, nos seus relatórios, os inconvenientes causados pelos atrasos dos docentes, nomeadamente quando eram responsáveis pela lecionação de várias classes:

A professora só compareceu às 9h e 30 m, com as aulas em plena actividade. Um dos alunos tinha a chave da escola em seu poder, o calor incomodava (...), pelo que entendi que devíamos entrar e iniciar os trabalhos (...). Não se trata, pois de uma razão de distância, no referido atraso, mas de mero desleixo (...). A leccionação de quatro classes, em pouco mais de três horas e com entradas tardias como a deste dia não pode ser mais frutuosa⁹²⁵.

Os agentes referiam que era fácil detetar se o arranjo cuidadoso do espaço escolar, dos alunos e da escrituração, fazia parte do quotidiano do docente ou se resultava de uma preparação específica para a visita inspetiva que se previa para breve. Para evitar que o professor fosse apanhado desprevenido, os inspetores enviavam instruções sobre os aspetos que deviam ser tidos em consideração na preparação das visitas inspetivas⁹²⁶. Esse alerta acabava por permitir que os professores construíssem uma representação cénica do seu trabalho, para que a mesma fosse vista e necessariamente julgada pelos agentes dos serviços inspetivos.

⁹²⁵ AHME, DGEP, Caixa 145. Inspeção à escola masculina de Parchal, concelho de Faro, de 22 de junho de 1953.

⁹²⁶ Foi o caso das instruções da Inspeção Escolar de Leiria. Museu Escolar de Marrazes. Circular da Inspeção Escolar de Leiria n.º 5 de 16 de abril de 1929.

Eixos orientadores da ação inspetiva

Os agentes dos serviços inspetivos analisavam se o funcionamento das escolas se encontrava em sintonia com a regulação definida pela administração escolar. A conformidade que se procurava englobava a esfera pedagógica e a esfera ideológica. Os instrumentos de observação utilizados, e que eram referenciados nos relatórios e mapas-resumo, permitiram-nos identificar quatro eixos prioritários de intervenção: a frequência escolar, a organização material, a organização pedagógica e a assistência escolar.

A frequência escolar era um assunto de grande importância para a administração escolar. O professor era responsável pelo recenseamento escolar, competindo-lhe garantir que os alunos se encontrassem corretamente matriculados e com uma frequência regular.

Em muitas zonas rurais, os trabalhos agrícolas afastavam as crianças das atividades escolares e a administração escolar considerava que competia ao professorado primário contrariar essa tendência. Uma das práticas de observação do agente inspetivo consistia na comparação entre os alunos matriculados, por classe, e os alunos presentes no dia da visita. A baixa frequência poderia suscitar a instauração de um processo ao professor. A observação direta era completada através da consulta dos livros da escrituração escolar.

No eixo respeitante à organização material, o responsável avaliava o estado da sala, o mobiliário e o material didático. A organização da sala de aula era valorizada pela administração escolar e, a partir de 1934, determinou-se que a mesma devia ter subjacentes os aspetos “da ordem, da razão e da estética”⁹²⁷, argumentando-se que o professor era responsável de “modificação do estado de espírito escolar”⁹²⁸ através da projeção de uma imagem de ordem. No espaço de socialização onde se preparavam os futuros cidadãos nacionais não podiam existir sinais de desordem, porque os mesmos remetiam para a “desordem no meio exterior”⁹²⁹.

O arranjo material foi objeto de uma circular, de 28 de maio de 1935, onde se publicavam as normas práticas sobre a sua organização, numa linha de continuidade com os princípios, já definidos no ano anterior. Essa circular configurava o espaço cénico da sala em sintonia com a política de educação do espírito. Um espaço onde não eram admitidos quaisquer

⁹²⁷ DGEP 2ª secção, livro 2, n.º 88. Circular da DGEP de Instruções - série A de 29 de junho de 1934.

⁹²⁸ DGEP 2ª secção, livro 2, n.º 88. Circular da DGEP de Instruções - série A de 29 de junho de 1934.

⁹²⁹ DGEP 2ª secção, livro 2, n.º 88. Circular da DGEP de Instruções - série A de 29 de junho de 1934.

elementos que perturbassem a concentração dos alunos e os desviassem dos princípios da revolução nacional. Cada elemento material tinha um lugar reservado e não existia qualquer espaço para a criatividade do docente no que concerne à decoração da sala⁹³⁰. As paredes não deviam ser decoradas, porque se considerava que as ornamentações eram motivo de distração.

A afixação das fotografias do Presidente da República e do Presidente do Conselho, devidamente emolduradas, era obrigatória e a fixação de qualquer outra fotografia carecia de autorização prévia da DGEP. O retrato do Chefe de Estado devia ocupar o lugar de honra, na parede principal, que era entendida como a parede para a qual estavam voltados os alunos. O retrato de Salazar devia ocupar o lugar à esquerda, exceto quando estivesse afixado um outro retrato, devendo o de Salazar ocupar o lugar da direita. A partir da Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936⁹³¹, tornou-se obrigatória a afixação de um crucifixo, de modelo oficial, símbolo da educação cristã determinada pela Constituição de 1933⁹³².

O quadro preto ocupava o meio da parede principal, pregado verticalmente e suficientemente alto para que fosse visível por todos⁹³³. A existência de um estrado justificava-se pela necessidade dos alunos mais pequenos puderem alcançar o quadro. Era nele que se afixavam, apenas quando se justificasse, os mapas de carácter didático e as “legendas pedagógicas” que se destinavam a educar civicamente as crianças no espírito nacionalista⁹³⁴.

Essas legendas eram os pensamentos que o MIP, em 1932, tinha determinado que deviam estar afixadas nos espaços escolares⁹³⁵. No ano de 1935, por circular, definiu-se que as mesmas deixavam de estar permanentemente afixadas⁹³⁶ e só o seriam quando constituíssem objeto de lições, para que se tirasse delas todo o efeito educativo, cabendo ao professor interpretar o pensamento que cada uma encerrava. Numa circular de julho desse

⁹³⁰ Museu Escolar de Marrazes. Circular n.º 5 de 16 de abril de 1929. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

⁹³¹ *Diário do Governo* n.º. 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

⁹³² A afixação correta do Crucifixo na sala de aula levou a que a DGEP desse instruções precisas aos professores a esse respeito através da Circular n.º 258 de 20 de dezembro de 1944. AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo 219. Direção do Distrito Escolar de Viseu aos Senhores Professores e regentes Escolares do Distrito.

⁹³³ Circular da DGEP, série A, de 6 de agosto de 1934.

⁹³⁴ Circular da DGEP, série A, de 6 de agosto de 1934.

⁹³⁵ Decreto n.º 22040, de 30 de dezembro de 1932.

⁹³⁶ Circular da DGEP de 28 de maio de 1935.

ano apresentava-se a planificação de uma lição sobre as referidas legendas, e defendia-se a sua utilização para a formação moral e cívica dos alunos⁹³⁷.

A decoração da sala de aula era reduzidíssima e não se permitia a exposição de trabalhos dos alunos nas paredes. Apenas se consentia a presença de umas flores na mesa do professor por se entender serem um “grande elemento decorativo”⁹³⁸. A sua existência passou mesmo a merecer uma referência elogiosa nos relatórios dos inspetores.

Os documentos que relatavam essas inspeções apontavam para deficiências e insuficiências no que dizia respeito à organização material. Muitas salas não estavam corretamente isoladas e eram espaços hostis e pouco estimulantes à aprendizagem das crianças, devido ao frio e à humidade que se fazia sentir. O mobiliário era muitas vezes insuficiente, não existindo número suficiente de carteiras e cadeiras para todos os alunos⁹³⁹. A falta de carteiras era um dos problemas salientados pelos inspetores, e apontavam-no como responsável pelos problemas disciplinares e as dificuldades de aprendizagem, para além do desconforto que provocavam nos alunos.

Um relatório de inspeção a uma escola do concelho de Sintra, em 1948, do inspetor Matos Serrano⁹⁴⁰, registava 40 crianças na sala de aula e a indicação de que cerca de 50 crianças não tinham sido admitidas à frequência por falta de lugares. A falta de mobiliário nessa sala levava a que os alunos da primeira classe fizessem “os trabalhos escritos de joelhos, sobre o soalho, para aproveitarem como mesa um pequeno banco”⁹⁴¹.

Muitas salas de aula não eram dotadas de material didático⁹⁴² ou o mesmo encontrava-se em péssimo estado de conservação, faltando com alguma regularidade mapas, coleções de pesos e medidas e de sólidos geométricos. Os inspetores, perante essas deficiências,

⁹³⁷ Circular da DGEP n.º 246 de 10 de julho de 1935.

⁹³⁸ Circular da DGEP de 28 de maio de 1935.

⁹³⁹ Deveriam existir mesas e cadeiras para 40 alunos, em cada sala de aula, de acordo com o Decreto n.º 25305, de 9 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 105, I Série, de 9 de maio de 1935.

⁹⁴⁰ Datado do dia 26 de abril de 1948.

⁹⁴¹ AHME, DGEP, Caixa 15–668. Relatório da visita de inspeção feita em 26 de abril de 1948 à escola mista de Carenque, concelho de Sintra, do Inspetor António dos Reis Matos Serrano. Datado de 1 de maio de 1948.

⁹⁴² O material didático mínimo para o funcionamento consistia num quadro preto, balança ordinária e coleção de pesos e mediadas, coleção de sólidos geométricos, cartas de Portugal e do Império Colonial Português, Mapa-mundi, cartões contendo os pensamentos nos termos do Decreto n.º 22040, de 20 de dezembro de 1932, Crucifixo (a partir de 1936), retratos do Chefe de Estado e do Presidente do Conselho. Decreto n.º 22040, de 20 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 28 de dezembro de 1932. Decreto n.º 25305, de 9 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 105, I Série, 9 de maio de 1935. Base XII da Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

incentivavam os professores a reforçarem as solicitações às autoridades municipais, uma vez que a aquisição do material era da sua responsabilidade.

A higienização do espaço escolar era também matéria de observação e defendia-se que o professor devia providenciá-la, garantindo que a sala fosse varrida diariamente e lavada regularmente. Essa situação era dificultada pela inexistência de funcionários ou de orçamento para proceder à sua contratação. O recurso à colaboração dos alunos na promoção do asseio, através da sua participação na limpeza, não era permitida e era motivo de queixas para os serviços da DGEP. Muitos professores acabavam por pagar os serviços de limpeza do seu próprio ordenado ou procediam pessoalmente à limpeza da sua sala.

A falta de condições dos edifícios escolares, nas vertentes higiénicas e pedagógicas, era uma preocupação regular dos inspetores, que registavam, nos seus relatórios, os casos em que essa situação ia ser ultrapassada com a passagem para uma escola nova do Plano dos Centenários. A nova escola era sempre apresentada como “um edifício moderno”, dotado com “boas condições higiénicas e pedagógicas”⁹⁴³. Esse discurso acabava por constituir uma forma do inspetor mostrar a sua sintonia com o regime, elogiando as suas obras materiais.

A higiene do docente e dos alunos devia causar uma “agradável impressão”⁹⁴⁴. Competia ao professor verificar diariamente, à entrada na sala de aula, o estado de asseio dos seus alunos. O uso de bata pelos alunos era visto com bons olhos, mas o seu uso nem sempre era possível devido às dificuldades financeiras dos pais. A caixa escolar e as doações de particulares ajudavam, em vários casos, o professor a adquirir as batas necessárias.

A bata padronizava a população escolar, questão que fazia sentido numa escola primária destinada às massas, escondendo as carências e a pobreza do vestuário de muitas crianças⁹⁴⁵. A única representação da pobreza expressava-se através dos pés das crianças, dado que a falta de recursos levava a que muitas usassem tamancos ou fossem descalças

⁹⁴³ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório da visita de inspeção feita nos dias 25 e 26 de abril de 1947 às escolas da Malveira, concelho de Mafra, do Inspetor António dos Reis Matos Serrano. Datado de 1 de julho de 1947.

⁹⁴⁴ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório da visita de inspeção feita nos dias 25 e 26 de abril de 1947 às escolas da Malveira, concelho de Mafra, do Inspetor António dos Reis Matos Serrano. Datado de 1 de julho de 1947.

⁹⁴⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 219. Direção do Distrito Escolar de Viseu aos Senhores Professores e Regentes Escolares do Distrito, Circular da Direção do Distrito Escolar de Viseu n.º 258 de 20 de dezembro de 1944.

para a escola. O branco das batas refletia a pureza do espírito infantil e um ambiente que se queria alegre e agradável, escondendo-se assim a realidade económica de muitas famílias portuguesas.

A organização pedagógica constituía o terceiro eixo analítico e incluía, em primeiro lugar, a escrituração escolar. A medição da qualidade do ensino de cada docente era feita mediante a avaliação dos resultados atingidos, utilizando-se como instrumentos de análise os elementos constantes na escrituração escolar. Monitorizava-se, por seu intermédio, a eficácia com que o docente concretizava os objetivos da política educativa do regime. A súmula dos dados relativos à frequência e ao aproveitamento de cada escola eram enviadas pelas direções dos distritos escolares para a direção geral e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A escrituração escolar devia ser executada de acordo com a legislação em vigor, atualizada⁹⁴⁶ e arrumada em armário fechado, devendo a chave encontrar-se na escola e na posse do professor. A escrituração era objeto de análise inspetiva e a identificação da inexistência dos livros ou de falsificações originava a instauração de processos aos professores⁹⁴⁷. A ordem e a disciplina deviam reger toda a ação docente e a escrituração devia espelhar o seu empenho. A administração escolar produzia regularmente esclarecimentos sobre esse assunto, através de circulares e de notas legislativas que eram publicadas na *Escola Portuguesa*.

A circular n.º 5 da DGEP, de 10 de dezembro de 1934, procedia a um balanço sobre as inspeções realizadas e referia que um grupo significativo de professores não tinham a escrituração em dia, o que revelava falta de cuidado e de “interesse pelo trabalho escolar”⁹⁴⁸. Entendia-se que uma boa escrituração era sinónimo de que os serviços administrativos eram executados com “exatidão e perfeição”⁹⁴⁹ e que o docente não podia nunca alegar desconhecimento sobre essa matéria. Ao professor exigia-se obediência e o cumprimento integral de toda a regulação e o bom professor era o que trabalhava “segundo as normas e os programas estabelecidos”⁹⁵⁰. Competia aos inspetores e diretores escolares

⁹⁴⁶ Circular da DGEP n.º 5 de 10 de dezembro de 1934.

⁹⁴⁷ Ver a esse respeito capítulo VI.

⁹⁴⁸ Circular da DGEP n.º 5 de 10 de outubro de 1934.

⁹⁴⁹ Circulares da DGEP de 10 de dezembro de 1934 e de 28 de maio de 1935.

⁹⁵⁰ Circular da DGEP de 28 de maio de 1935.

“ajuizar”⁹⁵¹ os professores, nas suas visitas, e identificar os casos de incumprimento para que lhes fossem aplicadas sanções disciplinares.

Com base na regulação e nos relatórios de inspeção construímos um quadro com os livros de escrituração obrigatórios e que eram alvo de verificação durante as ações inspetivas.

Quadro 4.2 - Livros de Escrituração Escolar

Livro	Designação	Objetivo
A	Matrícula, frequência e seus resultados (Dois livros, um por sexo, nas escolas mistas)	Registo biográfico do aluno. Data de matrícula e de classe. Presenças e faltas. Data da passagem de classe ou do resultado do exame.
B	Diário da frequência (Dois livros, um por sexo, nas escolas mistas)	Marcação de presenças e de faltas diariamente pelo professor. Somadas as faltas e as presenças por mês.
C	Registo das visitas respeitantes aos serviços de orientação pedagógica	Registos das visitas de inspetores, diretores escolares ou seus adjuntos.
D	Registo das visitas respeitantes aos serviços de inspeção e disciplinares	Registos das atividades inspetivas e disciplinares.
E	Correspondência expedida	Registo da correspondência oficial
F	Inventário	Registo do mobiliário e material existente.
-	Livro de ponto	Apenas nas escolas com mais de um lugar de professor. Assinado diariamente pelos professores, mencionando-se a hora de entrada, do fim das aulas e de saída.

⁹⁵¹ Circular da DGEP de 28 de maio de 1935.

O livro A era composto pelos termos de matrícula que tinham de estar completos e corretamente preenchidos com os dados do ano letivo em curso e dos anos transatos no que dizia respeito a datas de matrículas, faltas e datas de saídas. O período de matrículas era divulgado publicamente, por meio de editais, e processava-se no tempo determinado para o efeito. Competia ao professor, aquando da matrícula, confirmar os dados com os elementos que constavam no recenseamento escolar⁹⁵², e proceder ao seu registo. Até ao dia 31 de julho de cada ano letivo, o docente tinha de anotar o número total de faltas e de presenças, data da passagem de classe ou o resultado final do exame.

Os docentes eram ainda responsabilizados pela ausência de matrículas na quarta classe, nível que já transpunha o limite da escolaridade obrigatória. Nas zonas rurais, muitas crianças limitavam-se a cumprir a escolaridade obrigatória que consistia no ensino primário elementar.

No pós-guerra, o Estado Novo continuava a exaltar os valores da ruralidade e os próprios manuais escolares transmitiam mensagens que doutrinavam as crianças para a valorização dos trabalhos agrícolas que proporcionavam “saúde e alegria” a quem os praticava⁹⁵³. Após o final da segunda guerra mundial, a política educativa sofreu alterações consentâneas com a necessidade de modernização económica e denotava-se uma preocupação com a alfabetização e a qualificação profissional dos portugueses que conduziria à reforma do ensino liceal levada a efeito, em 1947, pelo Ministro Pires de Lima⁹⁵⁴.

A “preparação para a vida” tinha forçosamente que começar pela frequência regular da escola primária, não só do ensino elementar, mas também da 4ª classe. Essa orientação política podia explicar preocupação dos inspetores, a partir de 1947, com o número de alunos, de ambos os sexos, matriculados na 4ª classe. Conscientes que os trabalhos

⁹⁵² O recenseamento escolar estava regulamentado pelo Decreto n.º 15954, de 8 de setembro de 1928, decorrendo no mês de julho de cada ano e abrangendo as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos. Encontrava-se a cargo das comissões recenseadoras e em cada concelho existia uma comissão concelhia formada pelo presidente da Câmara municipal, pelo conservador do Registo Civil e pelo professor mais antigo da sede, agregando-se à comissão todos os professores da sede. A comissão paroquial funcionava em cada freguesia e era constituída pelo presidente da Juntas de Freguesia, pelo ajudante do conservador do registo civil e pelo professor mais antigo, agregando-se-lhe os restantes professores. Os professores primários tinham o dever de participar nas operações de recenseamento escolar para que se inscrevesse a população escolar e se procedesse à sua distribuição pelos vários núcleos escolares. *Diário do Governo* n.º 211, I Série, de 13 de setembro de 1928.

⁹⁵³ *Livro de Leitura da 3ª classe*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, p. 15.

⁹⁵⁴ Decreto-lei n.º 36507, de 17 de setembro de 1947. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, 1º Suplemento, de 17 de setembro de 1947.

agrícolas continuavam, com carácter sazonal ou permanente, a afastar as crianças dos bancos da escola, a única solução passaria pela sensibilização das famílias, por parte do docente, para que matriculassem os seus filhos neste nível de ensino, já que o mesmo não era obrigatório⁹⁵⁵.

O professor procedia diariamente, no livro B, ao registo de assiduidade e, no último dia útil do mês, apurava o movimento escolar, somando o número total de faltas e de presenças por aluno e por classe. O diário de frequência permitia repartir os alunos inscritos pelas categorias de frequência regular e de frequência irregular⁹⁵⁶, assim como determinar os dias de frequência máxima e mínima em cada mês⁹⁵⁷.

A expedição de correspondência oficial obrigava a um registo no livro E da escrituração, devendo os ofícios serem numerados e datados⁹⁵⁸. Existiam minutas e fórmulas que todos tinham de seguir, assim como a terminologia a usar no final de cada ofício, “a bem da Nação”, remetendo para a identificação do Estado com a Nação. A correspondência oficial recebida também tinha de estar devidamente arquivada, em “volume, cosido ou com pregos de papel e por ordem de datas”⁹⁵⁹, com uma capa de papel ou de cartão.

O inventário era obrigatório e o seu registo competia ao diretor da escola⁹⁶⁰. Era obrigatório constar todos os elementos do mobiliário e do material didático, bem como todo o arquivo que integrava a escrituração e a correspondência. O agente de ensino era responsável pela sua conservação e competia-lhe comunicar às autoridades competentes a sua falta ou as necessidades de reparação.

O peso da escrituração transformava o professor num “burocrata disciplinado”⁹⁶¹ e a imprensa da educação e ensino procurava, regularmente, manter o professor atualizado, reservando uma parte de cada edição para prestar informações e esclarecimentos a esse respeito. A principal razão impeditiva da escrituração estar em ordem prendia-se com o

⁹⁵⁵ AHME, DGEP, Diversos, Caixa de 1945-1948. Relatório do Inspetor Gomes dos Santos de 5 de março de 1948 relativo à inspeção de escolas dos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis, folha 4 verso.

⁹⁵⁶ De acordo com a Circular da DGEP n.º 742 de 15 de agosto de 1935, considerava-se como tendo frequência irregular todo o aluno cujo número de faltas fosse maior que metade das presenças dadas durante o ano escolar.

⁹⁵⁷ Circular da DGEP de 28 de maio de 1935.

⁹⁵⁸ A numeração dos ofícios usava a terminologia de L.º 1, n.º ou a de Livro A, n.º

⁹⁵⁹ Museu Escolar de Marrazes, Circular n.º 5 de 16 de abril de 1929. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

⁹⁶⁰ Competia ao professor caso a escola tivesse apenas um lugar.

⁹⁶¹ Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

número excessivo de alunos, que em muitos casos ultrapassava os 40, entregues a cada professor, nomeadamente nas escolas rurais que tinham apenas um lugar de professor. O cumprimento dessas funções implicava que os professores permanecessem na escola para além do seu horário e, por isso, mantinham-se em vigor as disposições do período republicano constantes do *Regulamento do Ensino Primário* de 1919. Determinava-se, como já o referimos anteriormente, que os docentes só podiam abandonar a escola depois de concluídos todos os serviços.

A qualidade do ensino era monitorizada através de elementos analíticos usados pelos agentes da administração escolar e que constavam dos mapas-resumo das visitas às escolas. Um dos indicadores de análise era constituído pelos cadernos de exercícios dos alunos. A organização da sua informação era considerada fundamental, devendo o caderno ter a data em que foi iniciado, na capa, e os exercícios aí registados deviam ser datados e ser objeto de correção pelo professor. O valor da ordem defendido pelo regime imperava também nessa matéria, uma vez que os referidos cadernos deviam ser arrumados pelo número de matrícula, para que pudessem ser rapidamente entregues ao agente da DGEP no sentido de esse verificar os progressos dos alunos⁹⁶².

A sua análise permitia que os agentes identificassem casos de “indiferença e pouca vigilância do professor”⁹⁶³ e, por isso, muitos desses cadernos de exercícios e provas de avaliação constituíam anexos de processos instaurados a professores⁹⁶⁴. Eram também exigidos os cadernos de classe, devendo o docente arquivar os cadernos dos anos letivos transatos⁹⁶⁵.

Outro dos indicadores analíticos consistia na observação do trabalho do professor, nomeadamente na metodologia que utilizava e na forma como distribuía o trabalho pelas diferentes classes que constituíam o seu grupo de alunos. Com alguma regularidade, os inspetores e diretores escolares optavam por ministrar lições. Este processo permitia recolher dados sobre o ritmo de aprendizagem e o estado de aproveitamento dos alunos, sendo um recurso de análise da qualidade pedagógica do docente.

⁹⁶² Museu Escolar de Marrazes, Circular n.º 5 de 16 de abril de 1929. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

⁹⁶³ Ibidem.

⁹⁶⁴ Podiam provar situações de cumprimento ou incumprimento das funções docentes.

⁹⁶⁵ Art.º 46 do *Regulamento Escolar*. Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Pretendia-se ainda que os agentes responsáveis identificassem se o professor encarava a sua profissão com espírito de missão e se dedicava à preparação das lições nas suas horas extraescolares⁹⁶⁶, questão que podia ser identificada através da observação da atividade de lecionação, mas também através do diálogo com o docente. O profissionalismo media-se através do compromisso do docente com o trabalho, mas também através do seu desempenho, junto da comunidade local, enquanto agente propagandístico do regime.

O quarto eixo de análise era composto pela assistência escolar, sendo identificado, pelos agentes, se a escola possuía caixa escolar e cantina. As “obras de educação social”⁹⁶⁷ eram condição prévia para garantir a obrigatoriedade do ensino, consagrado no artigo 42º da Constituição de 1933⁹⁶⁸, uma vez que a gratuidade desaparecera.

A caixa escolar foi instituída em 1923, ainda durante a Primeira República, e o seu fundo de maneio provinha das multas cobradas aos pais dos alunos que apresentavam faltas injustificadas⁹⁶⁹, das quotas dos subscritores e, a partir de 1947, da receita da venda do livro único⁹⁷⁰. A realidade de muitas escolas era a da existência de caixas escolares com receitas muito reduzidas, situação referida em alguns relatórios de inspeções⁹⁷¹. A sua administração competia ao diretor da escola ou ao professor, em escolas com um só lugar, tendo como adjuntos três alunos eleitos pela turma⁹⁷². As receitas da caixa escolar eram destinadas a pequenas reparações na escola e no mobiliário, à compra de material didático, ao financiamento de excursões e passeios escolares e ao fornecimento de livros e material escolar aos alunos carenciados.

As direções dos distritos escolares procuravam uniformizar o sistema contabilístico para que a sua fiscalização fosse mais fácil. O professor responsável pela caixa tinha de ter a contabilidade em ordem e todas as despesas devidamente justificadas, situação que nem

⁹⁶⁶ Museu Escolar de Marrazes, Circular n.º 5 de 16 de abril de 1929. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

⁹⁶⁷ AHME, DGEP, Caixa 1037. Relatório da Direção do Distrito Escolar de Braga de 15 de novembro de 1949.

⁹⁶⁸ Decreto n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Governo* n.º 43, I Série, de 22 de fevereiro de 1933.

⁹⁶⁹ Artigo 12º do Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

⁹⁷⁰ Decreto-lei n.º 36384, de 28 de junho de 1947. *Diário do Governo* n.º 147, I Série, de 28 de junho de 1947.

⁹⁷¹ Ver, a título de exemplo, AHME, DGEP, Caixa 1037. Relatório da Direção do Distrito Escolar de Braga de 15 de novembro de 1949.

⁹⁷² A data da eleição era o dia 15 de janeiro. Os candidatos à eleição eram os doze alunos melhores classificados.

sempre se verificava e conduzia à instauração de processos por gastos não autorizados ou desvio dos fundos.

As cantinas escolares eram contempladas nesse eixo de observação e eram consideradas um instrumento de motivação para aumento da frequência escolar. O seu principal objetivo consistia no fornecimento de uma refeição diária aos alunos mais carenciados. A DGEP tinha de dar autorização para o seu funcionamento e o seu regulamento devia ser enviado para a direção geral⁹⁷³. O financiamento resultava de legados de benfeitores, das Juntas de Província, das Câmaras municipais e de donativos de particulares. As cantinas com mais recursos tinham a possibilidade de fornecer vestuário e calçado, construir um balneário ou proporcionar passeios escolares e excursões aos alunos mais desfavorecidos.

As funções inspetivas

A análise dos relatórios, enviados pelos inspetores e diretores dos distritos escolares sobre as visitas às escolas, e ainda os mapas das inspeções, permitiram-nos considerar quais as questões prioritárias na sua execução, nomeadamente no que dizia respeito à orientação e à disciplina. Nas expectativas, pessoais e profissionais, dos inspetores, através das suas práticas discursivas, verificava-se que a função orientadora prevalecia, embora a prática apontasse para que a função inspetiva fosse predominante, porque era necessário controlar as práticas e a conduta dos agentes de ensino.

A partir do ano letivo de 1935-1936, a intensificação da doutrinação e do controlo, nomeadamente a partir de 1936 com o Ministro Carneiro Pacheco, fez com que os serviços disciplinares ganhassem relevo. Os inspetores de distrito passaram a designar-se por diretores dos distritos escolares⁹⁷⁴, a quem cabia grande parte da ação de orientação profissional, ideológica e pedagógica, do professorado.

A conjuntura externa, a partir de 1936, condicionou a regulação e a ação dos serviços da DGEP. A disciplina dos professores ganhou contornos mais precisos, os discursos da administração escolar valorizavam o espírito de obediência do professorado e aumentou o trabalho dos inspetores dos serviços disciplinares. A cruzada contra o comunismo intensificou-se nos textos do boletim *Escola Portuguesa*, nas lições dadas na escola e nas

⁹⁷³ Existem vários regulamentos de cantinas escolares no *corpus* documental do AHME, nomeadamente no fundo *Diversos*.

⁹⁷⁴ Ver a intervenção do Deputado Proença Duarte em *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 692.

reuniões de professores organizadas pelas direções dos distritos escolares. Organizavam-se sessões anticomunistas⁹⁷⁵, onde eram destacados professores, pela administração escolar, para fazerem discursos apologéticos do Estado Novo e Salazar, e condenatórios do comunismo.

A questão disciplinar ganhou relevo com o Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936, que aglutinava num só corpo de doze agentes, os inspetores disciplinadores e orientadores⁹⁷⁶. Esse quadro de inspetores controlava os inspetores de distrito e, a partir desse diploma legal, advertia-se os professores, cuja ação não fosse conforme à orientação da administração escolar, que iriam sofrer as devidas sanções disciplinares.

A ação sancionatória do Estado também se fez sentir sobre o corpo de inspetores. Dois dias depois de ser publicado o Decreto-Lei n.º 27279, um despacho ministerial dispensava, dos serviços de inspeção, a inspetora e pedagoga Irene Lisboa⁹⁷⁷, ligada ao movimento da *Escola Nova*, e os inspetores Antónia Maria Andrade Mora, Francisco Cunha Leão e José Garcia Domingues⁹⁷⁸. O decreto definia claramente que a escolha do quadro de inspetores era feita livremente pelo Ministro, testemunhando o centralismo da gestão administrativa e um critério assente em interesses político-ideológicos⁹⁷⁹. O corpo de funcionários tinha que ser disciplinado, para poder disciplinar, e mostrar claramente a sua adesão ao Estado Novo, não sendo compatível com outras convicções políticas ou pedagógicas, como era o caso de Irene Lisboa.

⁹⁷⁵ A *Escola Portuguesa* fez referência a estas sessões, nomeadamente nos concelhos de Meda e de Seia. Ver *Escola Portuguesa*, n.º 113 de 17 de dezembro de 1936.

⁹⁷⁶ *Diário do Governo* n.º. 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

⁹⁷⁷ Irene Lisboa foi Professora do ensino primário, professora do ensino infantil, inspetora do ensino primário infantil e inspetora orientadora. Foi bolseira da Junta de Educação Nacional. O relatório enviado de Genebra, em 1931, refere-se à sua visita à Maison des Petits do Instituto Jean Jacques Rousseau, Visitou as escolas maternas de Paris, os jardins de infância de Bruxelas e a École de l'Ermitage, onde contactou com o sistema Decroly. A sua defesa da *Escola Nova* e o seu enquadramento na oposição ao regime levou a que utilizasse o pseudónimo de Manuel Soares para evitar que a publicação dos seus trabalhos pedagógicos fosse proibida pela censura. Após a sua demissão do cargo de inspetora, é colocada na secretaria do Instituto de Alta Cultura e, posteriormente, convidada para exercer a docência na Escola do Magistério Primário de Braga. O MEN determina que caso não aceitasse esse convite era forçada a requerer a aposentação, opção tomada por Irene Lisboa em 1940 Ver a seu respeito os trabalhos de Fernandes, R. (1978). *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve; Fernandes, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Biblioteca Breve; Fernandes, R. (sem data). Bibliografia de Irene Lisboa. Instituto Irene Lisboa. Disponível em <http://www.iil.pt/artigo.asp?id=3> (16 de jan. 2017)

⁹⁷⁸ *Boletim Escolar*, n.º 173, 5 de março de 1937, 16.

⁹⁷⁹ O Decreto n.º 26111, de 19 de maio de 1936, determinava que os funcionários eram da livre escolha do ministro e não dependiam de concurso público. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

A necessidade de construir uma cadeia hierárquica composta por funcionários da sua inteira confiança levou Carneiro Pacheco, em 1938, a definir que os seus subordinados tinham de, para além de estarem integrados na ordem constitucional, serem detentores de idoneidade moral. Os interesses político-ideológicos prevaleciam uma vez mais e competia aos funcionários do ministério comprovar a sua adesão, sendo eliminados do concurso de candidatos a diretores escolares e seus adjuntos aqueles que não tivessem “irrepreensível espírito nacionalista”⁹⁸⁰.

No ano de 1938, os deputados da Assembleia Nacional, no contexto da discussão sobre a reforma do ensino primário, abordavam a necessidade de fiscalização do professorado, nomeadamente em relação aos regentes escolares. A principal razão prendia-se com as suas reduzidas habilitações e defendia-se que todos os agentes de ensino deveriam ter conhecimentos pedagógicos e didáticos para lecionar o ensino primário elementar e complementar⁹⁸¹. A esse propósito, o deputado Diniz da Fonseca considerava que a administração escolar deveria acompanhar o desenvolvimento profissional dos docentes e que esse acompanhamento devia ser feito através de atividades inspetivas.

A palavra fiscalização pressupunha uma atividade de orientação por parte da inspeção, sendo essa atividade considerada uma condição estruturante de bons resultados escolares. O deputado definia aquilo que entendia por fiscalização, eliminando a questão da repressão, porque devia ser pedagógica e contribuir para o aperfeiçoamento metodológico e moral com o objetivo que o professor fosse um bom exemplo dentro e fora da escola⁹⁸².

A imprensa da educação, a propósito do debate na Assembleia Nacional, defendia a separação da ação orientadora da ação inspetiva. *O Educador* não desvalorizava a atividade disciplinar, mas acentuava a necessidade que o professorado primário tinha de acompanhamento e orientação⁹⁸³. Defendia-se que o professor devia encarar o inspetor como o guia e não como alguém que o ia punir, dado que “castigar não é orientar” e o castigo era a consequência duma infração devido “à falta de orientação”⁹⁸⁴.

⁹⁸⁰ Portaria n.º 9015, de 11 de junho de 1938. *Diário do Governo* n.º 133, I Série, de 11 de junho de 1938.

⁹⁸¹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 691.

⁹⁸² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 692.

⁹⁸³ Notas. *O Educador* n.º 276 de 24 de abril de 1938, 124.

⁹⁸⁴ *Ibidem*.

Na medida em que o reconhecimento público das deficiências dos serviços projetaria uma imagem negativa da administração escolar, junto da opinião pública, construiu-se, na imprensa e em publicações comemorativas do regime, uma imagem de eficácia por contraponto ao funcionamento desses serviços no período republicano. No ano de 1954, numa obra publicada de comemoração dos vinte anos de administração pública⁹⁸⁵, o MEN fez um balanço largamente positivo das medidas que tomou para dignificar a ação dos seus agentes e os aliviar do trabalho burocrático⁹⁸⁶.

O perfil de orientador dos inspetores era valorizado, nos relatórios, referindo-se a gratidão com que os docentes os recebiam e apresentando-se casos em que eram os próprios docentes que solicitavam que os inspetores orientadores lhes exemplificassem uma lição. Era nesse preciso momento que muitos inspetores regressavam ao passado, ao seu tempo de professores primários, e davam uma lição prática a uma classe, como referia por exemplo o inspetor Silvestre de Figueiredo:

*Ministrei, a seu pedido, a lição de História (...). Algumas alunas falhavam ainda na reprodução dos descobrimentos e conquistas. Fiz um esboço geográfico, marquei os descobrimentos e descobridores, conquistas e conquistadores, mandei desenhá-lo e fixá-lo e a aquisição foi pronta e creio que sólida. O trabalho foi compreendido pela professora que não escondeu a satisfação pelo que ouviu e viu e que se estendeu a toda a matéria em causa*⁹⁸⁷.

Os discursos pedagógicos dos inspetores e diretores dos distritos escolares apresentavam ligações a princípios pedagógicos da *Educação Nova*⁹⁸⁸, embora marcados pelo conservadorismo. Nas suas práticas discursivas e nos textos da imprensa da educação substituíam-se a expressão nova por renovada ou ativa, defendia-se uma prática pedagógica ligada a uma metodologia intuitiva, em que o professor dialogava com os alunos procurando motivá-los para o ensino-aprendizagem. Considerava-se que o docente devia organizar a sua lição através de centros de interesse, procurando despertar nos alunos o interesse pela aprendizagem.

⁹⁸⁵ *Presidência do Conselho, 25 Anos de Administração Pública*. Ministério da Educação Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, pp. 91-92.

⁹⁸⁶ Criação, a partir de 1928 de uma secretaria e de um corpo auxiliar de funcionários, com dois a cinco adjuntos consoante os distritos.

⁹⁸⁷ AHME, DGEP, Caixa 15-668. Relatório de Inspeção à Escola Feminina n.º 1 de Évora datado de 27 de junho de 1947, folha n.º 14.

⁹⁸⁸ Pintassilgo, J. A. S. & Lume, F. (2002). *A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia*, pp. 1-21. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4039> (11 mai. 2016)

A Pedagogia da *Educação Nova* surgia assim, nesses discursos, integrada no pensamento político e pedagógico do regime⁹⁸⁹. Esta reformulação era expressa numa circular da DGEP, de 28 de maio de 1934, que definia a escola primária como ativa, onde a criança devia ser tomada como um todo para que se promovesse o seu desenvolvimento harmonioso e se formasse o homem que convinha à sociedade portuguesa⁹⁹⁰.

Os inspetores preocupavam-se com a formação dos novos professores e procediam a uma avaliação qualitativa da sua cultura pedagógica. A simplificação dos cursos do magistério primário, no que diz respeito aos programas e à duração do curso, após a reabertura das escolas em 1942, era sempre apresentada, na legislação e nos discursos oficiais, como suficiente para preparar os profissionais das escolas primárias. Apesar disso, verificava-se uma preocupação acrescida com a sua cultura profissional e, na prática, os inspetores procuravam dar-lhes conselhos sobre a melhor forma de lecionarem e de motivarem os seus alunos.

Analisava-se, no decurso das visitas inspetivas, se a prática educativa dos professores, e com particular incidência a dos professores recém-formados, seguia os ensinamentos de Didática que aprenderam na Escola do Magistério. Observava-se ainda se os docentes seguiam um ensino “ativo” que deveria colocar em “atividade as faculdades intelectuais das crianças”⁹⁹¹, criticando os professores que ministravam um ensino centrado na memorização, porque era considerado desmotivador e prejudicial para o raciocínio dos alunos.

No espólio do AHME encontrou-se um conjunto de relatórios de visitas inspetivas do inspetor Silvestre de Figueiredo. Esses relatórios eram bastante pormenorizados e neles eram feitas várias observações sobre o desempenho dos docentes inspecionados, apontando-se as suas deficiências pedagógico-didáticas. O inspetor era colaborador regular do boletim *Escola Portuguesa*, desde os seus tempos de professor primário e diretor de

⁹⁸⁹ Pereira, M. P. (2014). A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. *Da Investigação às práticas*, 4 (1), pp. 63 – 85.

⁹⁹⁰ *Escola Portuguesa*, 11 de outubro de 1934, 4-6.

⁹⁹¹ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório da visita de inspeção feita no dia 30 de maio de 1947 à escola feminina de S. Pedro de Sintra. Inspetor António dos Reis Matos Serrano. Datado de Lisboa 4 de junho de 1947.

distrito escolar⁹⁹². No exercício da sua atividade docente, mais precisamente entre os anos letivos de 1937-1938 e 1939-1940, escreveu planos de lições de Geografia e, sobretudo, de História para esse semanário, de acordo com o método global, embora integrado no pensamento ideológico do Estado Novo⁹⁹³.

O inspetor não era defensor dos princípios da *Educação Nova*, por considerá-los anacrónicos e não estarem em sintonia com a renovação didática do magistério primário⁹⁹⁴. As suas orientações apontavam para a necessidade do professor elaborar um plano das lições e para que a sua lecionação se processasse através dos centros de interesse. O inspetor solicitava, no decurso da visita, os planos de aula e lamentava, por vezes, que o professor não desse o seu cunho pessoal, na prática educativa, aos ensinamentos teóricos das aulas de Didática⁹⁹⁵.

No conjunto dos seus relatórios, de finais da década de 40, identificou-se um conjunto de inspeções realizadas à escola primária masculina n.º 1 da cidade de Elvas. Essa ação inspetiva ultrapassou a observação da parte pedagógico-didática da atividade docente, uma vez que incidiu essencialmente sobre o cumprimento do horário de sábado, dia reservado à formação moral e cívica.

Essa documentação apontava para que as suas funções inspetivas também fossem de natureza política, procurando identificar e disciplinar focos de eventual dissidência política. O inspetor fundamentava a sua ação sobre os docentes da escola n.º 1 de Elvas com argumentos de natureza política, afirmando-se “conhecedor da atitude hostil dalguns professores da cidade de Évora em relação à política que honrosamente” garantia “o prestígio da Pátria”⁹⁹⁶. A sua ação inspetiva comprovava as suas suspeitas iniciais, e indicou três dos cinco docentes da escola cujas aulas apresentaram uma frequência muito

⁹⁹² Silvestre de Figueiredo desempenhou funções de adjunto do Diretor Escolar de Braga, Diretor Escolar em Faro, Braga e Castelo Branco e Inspetor Orientador (a partir de 1945).

⁹⁹³ Ver a esse respeito Pereira, M. P. (2014). A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. *Da Investigação às práticas*, 4 (1), 63 – 85.

⁹⁹⁴ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório da visita de inspeção feita no dia 27 de junho de 1947 à escola feminina n.º 1 de Évora.

⁹⁹⁵ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório da visita a uma escola feminina de Évora datado de 25 de junho de 1947.

⁹⁹⁶ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório de Inspeção à Escola Masculina n.º 1 de Évora datada de 28 de junho de 1947.

diminuta⁹⁹⁷, responsabilizando pelo facto a influência dos “novos comunistas” que exploravam a situação financeira dos professores para os levarem a aderirem à oposição⁹⁹⁸.

Após a chegada dos relatórios à DGEP foi dado conhecimento ao diretor do distrito escolar de Évora, como era habitual, porque pretendia-se que o diretor escolar prestasse informações adicionais ao relatório ou que providenciasse para que as deficiências fossem corrigidas⁹⁹⁹.

O diretor do distrito escolar garantiu ao diretor geral que não observou qualquer atitude hostil e que as observações do inspetor não tinham qualquer fundamento. O seu ofício era exemplo das relações distanciadas, e algo reservadas, que existiam entre os inspetores e os diretores escolares e que pudemos detetar em muita da correspondência trocada.

Em primeiro lugar, as deficiências encontradas podiam ser consideradas, pelo diretor geral, como sinónimo de falta de eficácia no cumprimento de funções por parte do diretor do distrito escolar, uma vez que este era responsável pelo acompanhamento dos seus agentes de ensino. Em segundo lugar, os diretores consideravam que não tinham de prestar contas do seu exercício aos inspetores e que o diretor geral era o único que poderia avaliar “o estado dos serviços” que dirigia e proceder às comparações que entendesse com “outros distritos do país”¹⁰⁰⁰.

A DGEP organizou um processo, face à discordância de opiniões, entre os relatórios do inspetor e o ofício do diretor do distrito escolar¹⁰⁰¹. Esse processo foi enviado ao inspetor orientador Arménio Gomes dos Santos¹⁰⁰², em dezembro de 1947. A instrução do processo foi feita por despacho do subsecretário de Estado da Educação que considerou suspenso o “juízo” do inspetor Silvestre de Figueiredo até que se procedesse a uma nova inspeção, sendo a respetiva ordem dada ao inspetor Gomes dos Santos pelo diretor geral¹⁰⁰³.

⁹⁹⁷ Essa questão encontra-se sublinhada a caneta no relatório pela DGEP.

⁹⁹⁸ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório de Inspeção à Escola Masculina n.º 1 de Évora datada de 28 de junho de 1947.

⁹⁹⁹ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Évora datado de 30 de julho de 1947, L.º 26-A, n.º 304.

¹⁰⁰⁰ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Évora datado de 30 de julho de 1947, L.º 26-A, n.º 304.

¹⁰⁰¹ Constava que em novembro de 1947 deveria ser feita uma nova intervenção inspetiva conduzida por outro inspetor.

¹⁰⁰² O inspetor foi professor primário, subinspetor e inspetor orientador com residência no distrito de Aveiro.

¹⁰⁰³ AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Relatório do inspetor Gomes dos Santos datado de 16 de fevereiro de 1948, folhas 30 a 35.

O inspetor Gomes do Santos considerou, no seu relatório, que os relatos de Silvestre de Figueiredo não eram censuráveis e que as apreciações menos positivas reportavam apenas a questões didáticas. Inspeccionou a atividade de vários professores e considerou que não eram menos eficazes do que noutras zonas do país. Quanto à existência de professores hostis à situação política, o inspetor recolheu informações que comprovavam não serem simpatizantes do regime, mas que também não lhe faziam oposição ativa. O relatório terminava com o parecer de arquivamento, sem emitir qualquer recomendação relativamente ao seu colega inspetor, e considerava que a DGEP deveria recomendar ao diretor do distrito que vigiasse a frequência das aulas de sábado¹⁰⁰⁴.

Nos relatórios consultados, no AHME, não identificámos nenhum caso de partilha de saberes entre inspetores e diretores de distrito escolares. A direção geral não promovia reuniões periódicas entre eles, à exceção das reuniões anuais dos funcionários superiores que se realizavam na direção geral.

O relatório do inspetor Gomes do Santos apontava para uma realidade diferente nas relações entre inspetores, não se registando situações de conflitualidade de interesses. Os inspetores que analisavam ou inspecionavam o trabalho dos seus pares tinham sempre cuidado na avaliação que faziam e procuravam sempre ser construtivos.

A centralização das decisões na DGEP e o seu controle burocrático não deu qualquer margem de autonomia a esses funcionários e os interesses pessoais, que visavam a sua ascensão na cadeia hierárquica da administração social, eram impeditivos da partilha de saberes. Cada funcionário preocupava-se em revelar, através da sua ação, o seu empenho na implementação do projeto de educação nacionalista, o que não deixava de revelar um espírito individualista quanto aos fins a atingir profissionalmente.

Os interesses profissionais conduziram os agentes inspetivos, nas suas práticas discursivas, a enfatizar o empenho com que realizavam a sua atividade profissional. Elogiavam o professor que representava o professor primário do Estado Novo, nomeadamente no que diz respeito ao género feminino, apresentando-o como uma pessoa simples, mas grande no seu papel de educador porque incutia nas crianças a “prática dos seus deveres sociais e

¹⁰⁰⁴ O inspetor referia ainda que a diminuta frequência das aulas de sábado era da responsabilidade dos pais que desvalorizavam as disciplinas de Canto Coral, Moral e Ginástica e só se preocupavam com o “ler, escrever e contar”. AHME, DGEP, Caixa 15 – 668. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Évora datado de 30 de julho de 1947, Lº 26-A, n.º 304. Folhas 23 a 28.

religiosos”, e cumpria a missão que o regime político lhe confiou¹⁰⁰⁵. Essas observações ultrapassavam a esfera pedagógica, na medida em que se reportavam ao espírito missionário e à ação social do docente.

Os relatórios revelavam os seus interesses profissionais e político-ideológicos, ao defenderem os valores ideológicos do Estado Novo e enaltecerem as qualidades profissionais e morais dos seus superiores, nomeadamente de Salazar, do Ministro e do diretor geral do ensino primário. Apresentavam-se como apóstolos do regime, e seus “colaboradores obedientes” que só mais não davam “quando, pela limitação das forças” mais não podiam dar¹⁰⁰⁶.

A construção dessa imagem profissional era visível também numa carta enviada por Braga Paixão, antigo diretor geral do ensino primário e diretor geral do ensino do Ultramar, a Salazar, em 1962, onde fazia um balanço do seu desempenho à frente da direção geral, e enfatizava o espírito nacionalista e de dedicação a Salazar com que sempre cumpriu a sua missão na administração escolar:

*Na administração, depois de 1928, foi com V. Exa. que mentalmente contei sempre, para que, pelo meu esforço, vingassem as minhas iniciativas e se evitassem desvios da linha moral que foi propósito da Revolução Nacional e que V. Exa. praticamente vasou em preceitos e de pessoalmente tem sido fiel mantedor*¹⁰⁰⁷.

Na IV reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário que se realizou em 1953, concluiu-se que a ação disciplinar da inspeção escolar devia ser “ultrapassada pela orientação pedagógica”, competindo aos inspetores estimularem os agentes de ensino a melhorarem as suas técnicas pedagógicas mediante um acompanhamento regular do “seu labor docente”¹⁰⁰⁸.

Existia uma preocupação em diminuir o número de sanções disciplinares aplicadas aos professores e defendia-se que o melhor processo de o conseguir seria através de ações junto dos professores para os doutrinar e normalizar as suas práticas. Os inspetores passaram a reunir com os professores de um concelho e apontavam as suas “deficiências e

¹⁰⁰⁵ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15-668. Relatório da visita de inspeção à escola mista de Rinchoa, concelho de Sintra, feita no dia 12 de fevereiro de 1948 e datado de 18 de fevereiro de 1948, do inspetor António dos Reis Matos Serrano.

¹⁰⁰⁶ Leal, António (1953, 17 out.). A reunião anual dos inspectores do Ensino Primário e directores dos distritos escolares. *Escola Portuguesa*, n.º 975, 34.

¹⁰⁰⁷ AOS/CP – 208-Braga Paixão, fólios 375 a 378, carta datada de Lisboa, 7 de junho de 1962.

¹⁰⁰⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 1035, de 17 de janeiro de 1955, 327.

irregularidades”¹⁰⁰⁹, para minorar os casos que apresentassem “risco de sanções penais por desobediência”.

Essas reuniões eram feitas na presença do diretor do distrito escolar, mas sem que existisse um trabalho prévio de preparação da reunião entre inspetor e diretor. A fiscalização entre funcionários continuava a ser a tônica dominante e impedia, na prática, o desenvolvimento de um trabalho interpares. Persistia uma ação crítica dos inspetores em relação aos diretores dos distritos escolares, existindo casos em que se indicava que a direção geral deveria lembrar-lhes que os diretores deviam respeitar as diretrizes superiores.

A partir de 1953, a administração escolar, na IV reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, procurou contrariar esse distanciamento e promover o trabalho interpares, nomeadamente entre inspetores. Determinava-se a realização de reuniões trimestrais dos inspetores, para debater questões relativas à organização dos serviços e ao desempenho das suas funções pedagógicas e disciplinares.

O desempenho profissional, na área pedagógica, dos inspetores era valorizado por esse grupo profissional. No decurso de ações inspetivas orientadoras, os inspetores não propunham quaisquer medidas sancionatórias. A questão disciplinar era despoletada pela DGEP, uma vez que os relatórios eram analisados pelos funcionários da direção, sublinhados a caneta por forma a salientar os aspetos positivos e negativos do trabalho do docente, podendo esses últimos dar origem à instauração de um processo por despacho ministerial.

A valorização da função orientadora não significava que os agentes não dessem relevo à sua imagem de autoridade. Esses agentes eram o elo de ligação entre a direção geral e as escolas e como tal representavam o poder da administração escolar. A relação do inspetor com o professorado caracterizava-se pelo paternalismo, cabendo-lhe o papel de guia das práticas pedagógicas dos docentes e a quem esses deviam obediência.

Os inspetores também se representavam como dotados de um espírito missionário ao serviço da Nação e revelavam-no quando apresentavam razões especiais que os levavam a inspecionar uma determinada escola ou lugar de professor, registando quase num tom de confiança que “com prejuízo dos processos em seu poder” privilegiaram a ação

¹⁰⁰⁹ AHME, DGEP, Caixa 15- 3610. Relatórios dos Inspetores. Ofício do Inspetor Silvestre de Figueiredo ao Inspetor-Supervisor da DGEP datado de 3 de abril de 1966.

paternalista de orientação sobre a de disciplina¹⁰¹⁰. Consideravam que conseguiam modelar os docentes na sua prática pedagógica e transmitir-lhes os valores sociais e morais defendidos pelo regime.

Dessa noção era exemplo o relatório de 1948 do inspetor António de Meneses Mendes. O inspetor salientava essa ação modeladora referindo que orientou “demorada e pacientemente “a docente, “impressionando-a moralmente”¹⁰¹¹ e considerava que estava convencido que essa influência tinha sido suficiente para que ela corrigisse todas as suas deficiências pedagógicas e burocráticas. Essa modelação do comportamento e das práticas pedagógicas era visível em vários relatórios de ações inspetivas.

As reuniões dos serviços de orientação com os professores

A impossibilidade de orientar individualmente um número significativo de docentes conduziu a que as reuniões de professores ganhassem uma importância acrescida. O Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, determinou que as conferências pedagógicas fossem um dos meios por excelência de promover o aperfeiçoamento cultural e profissional do professorado. Essas reuniões contavam com a presença dos inspetores orientadores e dos diretores dos distritos escolares e serviam para observar o posicionamento dos professores participantes face à política educativa do regime. Os relatórios dos inspetores orientadores e as atas das conferências, documentos enviados para a direção geral, registavam e avaliavam as intervenções dos professores, e apontavam as suas aptidões especiais ou deficiências.

Analisámos uma amostra constituída por 78 reuniões, organizadas pela administração escolar, entre os anos letivos de 1933-1934 e 1950-1951, sob a designação de preleções, conferências, palestras e cursos de aperfeiçoamento, identificadas a partir de textos da imprensa da educação¹⁰¹², do *corpus* documental do AHME e da correspondência da inspetora Felismina Oliveira com Salazar. As atas, as notícias das conferências e os relatórios dos inspetores orientadores davam conta à administração escolar de todas as

¹⁰¹⁰ AHME, DGEP, Caixa 15 – 667. Relatório de Inspeção efectuada em 27 de abril de 1948 à Escola Mista de Passos, Freguesia de Santa Marinha do Zézere, Concelho de Baião, Distrito do Porto, do Inspetor António de Meneses Mendes datado de 12 de maio de 1948.

¹⁰¹¹ AHME, DGEP, Caixa 15 – 667. Relatório de Inspeção efectuado em 27 de abril de 1948 à Escola Mista de Passos, Freguesia de Santa Marinha do Zézere, Concelho de Baião, Distrito do Porto, do Inspetor António de Meneses Mendes datado de 12 de maio de 1948.

¹⁰¹² A partir dos periódicos *Escola Portuguesa*, *Educação Nacional*, *O Educador* e *Escola Remoçada*.

ocorrências nessas reuniões pedagógicas e, em determinados casos, essas informações chegavam mesmo ao chefe do governo quando eram conferências pedagógicas onde estava presente a inspetora orientadora Felismina de Oliveira¹⁰¹³.

As conferências pedagógicas não foram uma criação da administração escolar no período salazarista, pois como já referimos os congressos pedagógicos de professores primários realizaram-se desde os finais do século XIX. A sua principal diferença residia na entidade promotora, porque até 1926 os congressos foram promovidos pelas associações de professores, enquanto a partir de 1933 as conferências passaram a ser da exclusiva competência da direção geral.

As divisões entre o professorado, visíveis no congresso realizado em agosto de 1926, levaram a que a administração escolar chamasse a si a organização das reuniões de professores, nomeadamente com o Ministro Cordeiro Ramos e a criação dos serviços de orientação, através do Decreto n.º 22369, no ano de 1933¹⁰¹⁴.

As reuniões passaram a ser anuais e a maioria realizava-se durante o fim-de-semana, para evitar a interrupção das atividades letivas. Para além das sessões destinadas à aquisição/aperfeiçoamento de conhecimentos e de metodologias, a administração escolar organizava momentos de socialização, como a missa dominical que antecedia o início dos trabalhos, o almoço de confraternização, as sessões práticas nas escolas da localidade, a visita a exposições escolares e récitas de crianças em idade escolar.

Todos esses momentos obedeciam a um plano elaborado pela administração escolar¹⁰¹⁵, cabendo à DGEP a fixação dos temas das preleções e das teses, os responsáveis pelas mesmas e a calendarização das conferências e das atividades organizadas durante esses dias. Essas atividades adicionais, recreativas ou não, não eram concebidas para servirem de momentos de partilha de saberes ou de experiências profissionais, mas antes como instrumentos de motivação do professorado para a sua ação enquanto agentes propagandísticos.

¹⁰¹³ Ver a esse respeito a correspondência de Felismina Oliveira com Salazar no ano de 1935, ANTT, AOS/CP/202 1-474 1931-1944, Fólios 25-28.

¹⁰¹⁴ *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

¹⁰¹⁵ De acordo com o Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, esse plano era concebido pela secção do Conselho Superior da Instrução Pública ou pelas inspeções distritais. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

A assistência às conferências era obrigatória para todos os docentes a que eram destinadas, e esses eram dispensados do serviço letivo nos dias da sua realização. A dispensa do serviço letivo incluía os dias da sua realização, o último dia útil que os antecedia e o primeiro dia útil que se lhes seguia. Alguns não respeitavam o princípio da obrigatoriedade e apresentavam justificativos da sua ausência, por motivos de doença¹⁰¹⁶.

Enquanto no período republicano era concedido um subsídio aos participantes, a partir do Estado Novo passaram os professores a custear as suas despesas de transporte e alojamento. Este sacrifício material era motivo de elogio por parte dos inspetores escolares, mostrando que o mesmo era sinal do respeito e motivação do professorado. O Inspetor Joaquim Sobreiro, de Castelo Branco quando enviou à DGEP, em 1934, o plano das conferências a realizar no seu distrito, elogiava o espírito de sacrifício material, que considerava muito pesado, dos professores do seu distrito, que eram obrigados a deslocar-se durante três dias das suas residências para assistirem às conferências¹⁰¹⁷.

Para além das conferências determinava-se, no ano de 1933, que por iniciativa da DGEP ou da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução se realizassem ainda lições e cursos especiais de aperfeiçoamento cultural e profissional. Os planos e os programas, assim como os responsáveis pela sua realização, tinham de ser aprovados pelo Ministro. Ao contrário da participação nas conferências pedagógicas que implicavam dispensa do serviço, estas lições e cursos tinham de ser organizados de forma a não interromper as atividades letivas.

O cumprimento do plano de formação dos serviços de orientação pedagógica começou com um conjunto de dezoito preleções realizadas entre os meses de janeiro e de março de 1934 pelos inspetores orientadores, inspetor adjunto do diretor geral e o inspetor Ricardo Bensaúde. As preleções inaugurais dos serviços de orientação pretendiam esclarecer os professores sobre os serviços de orientação e orientá-los nos domínios profissional, pedagógico e ideológico.

¹⁰¹⁶ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo 152/585 datado de 1953.

¹⁰¹⁷ AHME, MIP, 2ª repartição Pedagógica. Ofício datado de 30 de novembro de 1934 (Caixa ainda não inventariada).

Quadro 4.3 - Preleções Inaugurais dos Serviços de Orientação realizadas no ano letivo de 1933/1934

Distrito	Responsável	Cargo
Bragança	Antónia Maria Andrade de Moura	Inspetora-orientadora
Santarém	Antónia Maria Andrade de Moura	Inspetora-orientadora
Castelo Branco	António Leal	Inspetor adjunto do diretor geral
Braga	Áurea Judite do Amaral	Inspetora orientadora
Leiria	Áurea Judite do Amaral	Inspetora orientadora
Porto	Cunha Leão	Inspetor orientador
Guarda	Cunha Leão	Inspetor orientador
Angra do Heroísmo	Felismina Oliveira	Inspetora orientadora
Funchal	Felismina Oliveira	Inspetora orientadora
Portalegre	Miguel Maria da Silva Portugal	Inspetor orientador
Vila Real	Miguel Maria da Silva Portugal	Inspetor orientador
Beja	Irene Lisboa	Inspetora orientadora
Coimbra	Irene Lisboa	Inspetora orientadora
Aveiro	Manuel Parente de Figueiredo ¹⁰¹⁸	Inspetor orientador
Faro	Manuel Parente de Figueiredo	Inspetor orientador
Évora	Manuel Parente de Figueiredo	Inspetor orientador
Viana do Castelo	Manuel Parente de Figueiredo	Inspetor orientador
Setúbal	Ricardo Bensaúde	Inspetor
Viseu	Ricardo Bensaúde	Inspetor

Fonte: *Prelecções inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direcção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935.

¹⁰¹⁸ O texto da conferência realizada no dia 22 de fevereiro era do Inspetor José Domingos Garcia Domingues, mas por motivo de doença foi lida pelo inspetor orientador Manuel da Rocha Parente Figueiredo.

Essa série de preleções foi iniciada no dia 15 de janeiro de 1934, no distrito escolar de Portalegre e a maioria das preleções realizou-se nos dias 25 de janeiro e 2 de fevereiro desse ano. No dia 25 de janeiro realizaram-se preleções nos distritos escolares do Porto, Coimbra, Leiria, Santarém, Faro. No dia 2 de fevereiro realizaram-se novas preleções em Castelo Branco, Bragança, Vila Real, Guarda, Viana do Castelo, Braga e Beja. Na maioria dos casos, cada inspetor orientador foi responsável por duas dessas preleções.

O diretor geral do ensino primário, Braga Paixão, presidiu aos trabalhos do dia 1 de fevereiro de 1934, em Braga, e proferiu um discurso nacionalista de fundamentação da adesão dos professores ao Estado Novo, onde não existiam quaisquer referências às práticas pedagógicas dos docentes.

No seu discurso, o diretor geral apresentava-se como chefe e representante do professorado primário perante o Estado-Nação, garantindo a “atitude cívica” desse grupo profissional e o seu apoio à política educativa salazarista¹⁰¹⁹. Aproveitava para distinguir os professores que se sacrificavam pela pátria dos “parasitas” que perturbavam a corporação do professorado primário¹⁰²⁰.

Perante as autoridades locais e os professores, da sede do distrito e dos concelhos mais próximos, Braga Paixão assegurava que a presença dos professores partiu de um convite da administração escolar e que não tinha sido imposta a “comparência de ninguém”¹⁰²¹, argumentação que não correspondia à realidade uma vez que a assistência era obrigatória segundo a legislação em vigor.

As críticas no seio do grupo profissional do professorado em relação às disposições do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, encontravam-se na origem dessas preleções. A preleção do inspetor Parente de Figueiredo, nos distritos de Castelo Branco e Évora, referia claramente a existência dessas críticas, nomeadamente quanto ao funcionamento dos serviços de orientação e de aperfeiçoamento¹⁰²². O inspetor apontava o liberalismo

¹⁰¹⁹ *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, p. 55.

Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, p. 54.

¹⁰²¹ *Ibidem*.

¹⁰²² *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 164-165.

republicano como responsável pela desordem existente e considerava que a administração escolar republicana não tinha sabido orientar o professorado.

Todos os inspetores apresentavam, nas suas preleções, o projeto pedagógico salazarista de uma escola primária de carácter nacionalista, como foi o caso da preleção do inspetor Garcia Domingues, lida por Parente de Figueiredo, aos professores do distrito escolar de Aveiro¹⁰²³. O desenvolvimento desse projeto pressupunha que os professores cumprissem toda a regulação em vigor e conhecessem as técnicas pedagógicas contemporâneas consideradas adequadas pela administração escolar.

A inspetora Irene Lisboa, nas suas preleções aos professores dos distritos escolares de Coimbra e Beja, concentrou a sua atenção no processo de orientação pedagógica, mas enfatizou que essa orientação englobava uma ideologia assente nos valores morais e na metodologia a empregar no processo de ensino-aprendizagem¹⁰²⁴. Irene Lisboa apresentou uma pedagogia nacional que definia por oposição à pedagogia republicana¹⁰²⁵.

O inspetor Garcia Domingues explicitou que a orientação pedagógica compreendia o acompanhamento do professor, por parte da DGEP, para que seguisse uma metodologia atualizada, adequada às crianças, e que respeitasse os normativos em vigor. Defendia o primado da ordem sobre a liberdade pedagógica, o que significava a extinção da “anarquia didática” da escola republicana e criação de uma pedagogia que servisse as “exigências atuais da educação nacional”¹⁰²⁶.

A DGEP não apresentava uma metodologia específica para o ensino e defendia que os professores deveriam criar uma pedagogia nacional, que servisse os interesses da escola primária portuguesa, e não copiarem uma pedagogia moderna estrangeira. Na preleção do inspetor António Leal, aos professores do distrito escolar de Castelo Branco, afirmava-se que a administração escolar iria estudar, sem precipitações, a pedagogia seguida em vários

¹⁰²³ Preleção realizada aos professores do distrito escolar de Aveiro, em 22 de fevereiro de 1934. *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, p. 139.

¹⁰²⁴ *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 123-136.

¹⁰²⁵ Preleção realizada aos professores do distrito escolar de Aveiro, em 22 de fevereiro de 1934. *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, p. 144.

¹⁰²⁶ Preleção realizada aos professores do distrito escolar de Aveiro, em 22 de fevereiro de 1934. *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 139-153.

países, para selecionar a ideal, mas rejeitava-se por completo a pedagogia comunista da Rússia¹⁰²⁷. O inspetor Garcia Domingues completava esse pensamento defendendo que era necessário aperfeiçoar profissionalmente os professores para que surgisse uma consciência coletiva para a defesa e aplicação dos princípios da “pedagogia nacional”¹⁰²⁸.

As preleções apresentavam sempre uma orgânica centralizadora dos serviços de orientação da DGEP. A coordenação competia ao diretor geral e defendia-se que seria exercida de forma a conceder a liberdade de ação que fosse necessária. A representação dos inspetores como “agentes de cooperação ativa” era mais detalhada e abordada pelos vários relatores. O inspetor Cunha Leão defendia que a administração escolar passaria a privilegiar a orientação profissional em detrimento da fiscalização, e apresentava os inspetores orientadores como os “guias” do aperfeiçoamento profissional dos docentes¹⁰²⁹.

A função de orientação dos inspetores foi abordada pelo inspetor Parente Figueiredo em quatro vertentes de atuação: colaboração, observação e assistência da atividade do professor, esclarecimento pedagógico e didático e fomento do interesse e da iniciativa do professor¹⁰³⁰. Procurava-se criar uma empatia com a figura do inspetor, procurando apagar-se a imagem negativa do fiscalizador temido por todos e que era formulada em discursos de professores e nos textos da imprensa da educação¹⁰³¹. Apresentava-se as funções inspetivas e defendia-se que a primeira missão dos inspetores orientadores seriam as preleções, a que se seguiriam as conferências pedagógicas, as visitas inspetivas às escolas, a elaboração de relatórios, os pareceres e instruções.

Os resultados da doutrinação dos docentes eram recebidos pela DGEP através dos relatórios das conferências realizadas. A direção geral ficava a conhecer as intervenções dos professores e, por vezes, o seu posicionamento político, com base nos textos dos inspetores e dos secretários das conferências. A inspetora orientadora Felismina Oliveira,

¹⁰²⁷ Preleção realizada pelo inspetor adjunto do diretor geral, António Leal, aos professores do distrito escolar de Castelo Branco, em 4 de fevereiro de 1934. *Preleções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 26-27.

¹⁰²⁸ Preleção realizada aos professores do distrito escolar de Aveiro, em 22 de fevereiro de 1934. *Preleções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 140-141.

¹⁰²⁹ *Preleções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 99-121.

¹⁰³⁰ *Preleções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 161-171.

¹⁰³¹ Ibidem.

na sua correspondência com Salazar, ia informando diretamente o chefe do governo do seu périplo pelo território português e do posicionamento dos professores, como era o caso da conferência a que assistiu no distrito de Aveiro, em 1935, e que a levou a referir que existiam professores que continuavam a ser defensores de uma “escola neutra”, ou seja do laicismo republicano¹⁰³²

As preleções da inspetora Antónia Andrade Moura trataram de temáticas ligadas ao aperfeiçoamento cultural dos docentes. Referiu que o ensino do português exigia uma Didática apurada para que a criança utilizasse convenientemente a língua, devendo o professor dar o exemplo através do emprego de uma linguagem clara e correta. Na prática, a DGEP procurava limar alguns excessos de linguagem dos docentes, porque chegavam à administração escolar algumas queixas sobre o uso de linguagem incorreta para com os alunos e os seus familiares.

A inspetora afirmava que competia ao professor ter um bom gosto literário e defendia que as conferências iam contribuir para o seu enriquecimento cultural, uma vez que o professor não tinha capacidade financeira para a aquisição de obras para o seu aperfeiçoamento profissional. A História de Arte também foi valorizada pela inspetora que identificava os monumentos, que simbolizavam acontecimentos do passado histórico nacional, e que eram objeto de valorização pelo regime, como os Mosteiros da Batalha e dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Convento de Mafra¹⁰³³.

Antónia Andrade de Moura dedicou especial atenção à História Pátria dado que o regime considerava que o seu ensino poderia contribuir para a formação de uma consciência nacional nas crianças¹⁰³⁴. O Ministro Cordeiro Ramos foi um dos responsáveis pela valorização da História e do seu ensino. Na sua correspondência com o chefe do governo, em 1932, considerava que era uma disciplina cujo ensino bem orientado poderia “contribuir para a educação da juventude nos grandes princípios de ordem moral patriótica em que assentava a Ditadura”¹⁰³⁵. A inspetora salientava ainda os acontecimentos da

¹⁰³² ANTT, AOS/CP/202 1-474 Viseu, 25-28 Fólios – fólio 26 datado de 26 de julho de 1935.

¹⁰³³ *Prelecções Inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa pp. 43-44.

¹⁰³⁴ Ver a esse respeito o trabalho de João, Maria Isabel (2001). Estado, nação e região. *ARQUIPÉLAGO*, 2ª série, 5, pp. 695-697.

¹⁰³⁵ ANTT, AOS/CP/ 234 Cordeiro Ramos 1932-1962, Fólios 109 a 111 datado de 25 de dezembro de 1932.

Expansão Portuguesa que possibilitaram a formação do Império Colonial Português e que esse, no presente, devia ser amado e defendido pelos portugueses.

Abordou no final da sua preleção, embora muito superficialmente, temáticas ligadas ao desenvolvimento do país e ao domínio das grandes invenções e progressos. Seguidamente desenvolveu o tema da moral social e individual, considerando que a célula da família era o lugar onde se transmitiam os valores da disciplina e do trabalho. Salientou o papel socializador da escola como o local ideal para cultivar o amor à Pátria e ao Estado.

Na sequência das preleções inaugurais, os serviços de orientação pedagógica organizaram conferências anuais nos vários distritos escolares do país. O Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, determinava que as conferências dos professores seriam reuniões destinadas ao aperfeiçoamento cultural e profissional dos agentes de ensino.

O normativo definia as temáticas que deviam integrar o eixo formativo do aperfeiçoamento profissional do professorado: “todos os problemas relativos ao estudo da criança portuguesa”, a “história do ensino, em especial do ensino primário”, a “interpretação da legislação vigente acerca dos serviços do ensino primário”, os “problemas da educação”, a “higiene escolar”, os “métodos de ensino utilizáveis na escola primária, segundo o seu objetivo nacional”.

O decreto definia que o aperfeiçoamento cultural se realizasse com a aquisição ou correção dos conhecimentos dos professores acerca dos seguintes temas: o “uso cultural e escrito da língua portuguesa”, a “literatura nacional”, a “história da arte portuguesa”, a “história de Portugal”, os “problemas contemporâneos de interesse para o engrandecimento da Nação Portuguesa”, o “império colonial português e da justificação da sua integridade”, as “grandes invenções e dos progressos das ciências”, a “higiene individual e social”, a “moral social, tendo particularmente em vista a defesa dos institutos da família e do Estado”.

A nossa amostra foi constituída por 78 conferências, com base informação recolhida na imprensa da educação e no espólio do AHME. Essas reuniões realizaram-se no período compreendido entre os anos letivos de 1933-1934 e 1950-1951.

A análise dos temas tratados levou-nos proceder a uma divisão dos mesmos pelos dois eixos formativos definidos pelo diploma legal que institucionalizou as conferências: o

aperfeiçoamento profissional e o aperfeiçoamento cultural. Identificámos 130 palestras ligadas ao aperfeiçoamento profissional e 114 palestras relacionadas com o aperfeiçoamento cultural dos docentes.

Quadro 4.4 – Eixos formativos dos temas tratados nas reuniões de professores

Ano Letivo	Aperfeiçoamento profissional	Aperfeiçoamento cultural
1933/1934	-	18
1934/1935	48	60
1935/1936	10	7
1943/1944	7	3
1949/1950	26	17
1950/1951	39	9

Fonte: *Educador, Educação Nacional, Escola Remoçada, Escola Portuguesa e Corpus documental do Arquivo Histórico do Ministério da Educação*

A análise das temáticas apontou para o domínio completo do eixo formativo ligado ao aperfeiçoamento cultural do professorado no ano letivo de 1933-1934 (100%). No ano letivo seguinte, a percentagem de palestras desse eixo já tinha diminuído, mas ainda representava 56% do total realizado. Esses anos escolares enquadram-se num período de legitimação e consolidação do regime, onde se intensificou a doutrinação dos professores e se procurou a padronização das suas práticas pedagógicas, cerceando-os de quaisquer influências, políticas e pedagógicas, externas.

Os relatores eram agentes dos serviços de orientação e professores indicados por esses, e que, como tal, apresentavam práticas discursivas que procuravam motivar os professores para a sua adesão ao projeto de educação nacionalista. Apesar da feminização do ensino, a maioria dos relatores pertencia ao género masculino, apontando para uma subalternização do papel reservado à mulher na época e na estrutura orgânica da administração escolar.

A partir do ano letivo de 1935-1936 predominaram, na nossa amostra, os temas ligados ao aperfeiçoamento profissional do professorado, muito embora todas as teses apresentadas

tivessem sempre uma dimensão ideológica e os seus relatores procurassem demonstrar que as suas práticas profissionais eram guiadas pelos princípios ideológicos do regime. Os inspetores consideravam que as teses sobre *cultural geral* não se deviam sobrepor às teses ligadas às questões de Didática, questão que poderia explicar o peso crescente do eixo formativo ligado ao aperfeiçoamento profissional. A inspeção do distrito escolar de Beja, num ofício enviado à DGEP, defendia que era necessário colocar, em primeiro lugar, a discussão da Didática Geral, dado que se considerava que os fracos rendimentos escolares eram “consequência da orientação seguida, por muitos professores”¹⁰³⁶.

As teses sobre a interpretação dos programas eram influenciadas pela pedagogia da *Educação Nova*, defendendo-se um ensino intuitivo, racional, ativo e prático¹⁰³⁷, embora enquadrado por valores conservadores e moralizadores. A simplificação dos programas do ensino primário conduziu a que essa questão fosse um tema tratado em várias conferências por inspetores e diretores dos distritos escolares. Defendia-se que os programas eram áridos e que competia aos professores a sua planificação, estando conscientes das suas responsabilidades na modelação das almas das crianças, segundo os “valores espirituais e morais”¹⁰³⁸ da escola primária. A aplicação dos programas não podia desviar-se do projeto de “educação integral normal do indivíduo”¹⁰³⁹ construído pelos ideólogos do regime. A escola laica republicana era substituída pela escola afirmativa em matéria política e religiosa, virada para a formação prática das massas para o mercado de trabalho.

Os assuntos de aperfeiçoamento cultural eram apresentados, nas conferências, através de preleções, e não admitiam qualquer tipo de discussão por parte dos professores assistentes, enquanto os assuntos de aperfeiçoamento profissional implicavam que o relator apresentasse uma tese sobre assuntos pedagógicos ou didáticos cuja conclusão não era sujeita a discussão. O debate levava à intervenção dos inspetores orientadores no sentido de reforçar ou de corrigir algumas das conclusões apresentadas.

Nas reuniões que analisámos, a História de Portugal tinha um papel de relevo no conjunto das teses apresentadas. Factos históricos eram usados como elementos estruturantes do

¹⁰³⁶ AHME, MIP, Repartição Pedagógica. Ofício datado de 19 de julho de 1934 (Caixa não inventariada).

¹⁰³⁷ AHME, DGEP; Caixa 39-1408. Tese sobre a Interpretação dos Programas de António Dias Serras Pratas da Direção Escolar de Castelo Branco, datada de 12 de maio de 1951.

¹⁰³⁸ AHME, DGEP, Caixa 39-1408. Tema interpretação dos programas apresentada pelo Inspetor Interino do Ensino Primário José Pires Antunes na Direção do Distrito Escolar de Castelo Branco.

¹⁰³⁹ Ibidem.

discurso político-pedagógico. Em segundo lugar encontravam-se as teses relativas ao Império Colonial que marcavam a individualidade do povo português e funcionavam como outro dos princípios estruturantes da identidade nacional. As teses apresentavam um discurso propagandístico da defesa do Império e da vocação imperial e civilizadora da Nação Portuguesa.

A variedade temática das várias reuniões de professores fez com que a DGEP, a partir do ano letivo 1935-1936, procurasse uniformizar a realização das conferências, exigindo que cada distrito escolar lhe enviasse uma proposta preparatória onde constasse o local da realização, os temas das teses e preleções e a designação dos relatores e preletores. A direção geral considerava que era necessário corrigir as falhas registadas no ano letivo anterior, nomeadamente quanto à seleção dos relatores e preletores, devendo a sua seleção ser cuidada e não dar lugar a “exibições pretensiosas”¹⁰⁴⁰. Procurava-se limitar o número de agentes de ensino participantes, considerando-se que o número máximo deveria ser cinquenta, e determinava-se que se procurasse agrupar os docentes por concelho ou zona. Apesar dessas preocupações, o número de conferências realizadas decresceu em relação ao ano letivo anterior.

Quanto ao programa de trabalhos, considerava-se conveniente que cada dia de reunião fosse composto por duas sessões, de três horas cada, ou por três sessões de duas a duas horas e meia. Partia-se do pressuposto que as sessões mais longas eram propícias à “intimidade” entre dirigentes e dirigidos¹⁰⁴¹. A calendarização deveria ter em conta a agenda de serviços dos inspetores que habitualmente se ocupavam de um conjunto elevado de processos a professores e a pessoal não docente. Uma circular da DGEP de 13 de setembro de 1935, determinava que as conferências deveriam lugar de forma espaçada e não se realizarem todas no mesmo mês.

Os problemas identificados nas visitas às escolas e nos processos instaurados a professores conduziram a que a administração escolar passasse a escolher os temas que deveriam ser trabalhados, nas conferências pedagógicas, a partir do ano letivo de 1935-1936.

¹⁰⁴⁰ Circular da DGEP de 13 de setembro de 1935.

¹⁰⁴¹ Ibidem.

Privilegiou-se a organização e preparação da primeira e segunda classe, em nome da “resolução do problema” do analfabetismo¹⁰⁴².

Os relatórios dos inspetores relativos às visitas e a processos instaurados a professores referiam que muitas crianças que frequentavam o ensino primário tinham uma preparação deficiente, porque os professores privilegiavam o trabalho com a terceira e a quarta classes tendo em vista a sua preparação para o exame.

A primeira classe correspondia ao primeiro contacto das crianças com a escola, uma vez que a educação pré-escolar era para o Estado Novo uma responsabilidade da família e não do Estado. O processo de ensino-aprendizagem devia contemplar atividades que, desenvolvidas de forma continuada, promovessem o sucesso escolar, ainda que reduzido ao “saber ler, escrever e contar”, e preparassem para o exercício de uma cidadania dirigida para a defesa dos interesses nacionais. Em muitas aldeias, os professores lutavam contra o absentismo das crianças motivado pela sua deslocação para os trabalhos agrícolas e a escola precisava de se tornar um local atraente para as crianças que ingressavam na primeira classe.

As conferências passaram a contemplar uma sessão, a cargo dos inspetores e/ou dos diretores de distrito escolar, de recapitulação, explanação e esclarecimento de dúvidas da doutrina das instruções de orientação pedagógica. Essa necessidade seguia as justificações dadas pelos inspetores orientadores, nas preleções inaugurais, sobre o espírito que presidiu à reforma dos serviços da direção geral e como resposta às críticas da imprensa e de grupos de professores.

Para isso apontava ainda a importância que a circular de 1935 dava aos temas das preleções de aperfeiçoamento cultural. Nessa área tratava-se de atualizar e corrigir os professores sobre temas fundamentais para a sua ação no meio local, nomeadamente sobre as temáticas da guerra, do pacifismo e da assistência e da família. Importava transmitir esses princípios aos docentes porque se considerava que muitos tinham a esse respeito ideias falsas que lhes foram transmitidas nas Escolas Normais, lugares que traziam “o espírito paredes meias com o comunismo”¹⁰⁴³.

¹⁰⁴² Ibidem.

¹⁰⁴³ Ibidem.

A reorganização do plano das conferências terminava com a questão das festas escolares realizadas no seu contexto. Durante as conferências, os professores da sede do concelho onde decorria o encontro preparavam pequenas récitas e exposições escolares para os professores participantes assistirem e visitarem. Procurava-se disciplinar esses rituais escolares, reduzindo o aparato e a sua duração, para que representassem o “ideal de ordem”¹⁰⁴⁴ do regime junto da população local. Uma posição análoga era tida em relação às exposições escolares que deviam ser “Exposições do Estado Novo”, ou seja, que fossem representativas, para a administração escolar, do “novo espírito” do regime¹⁰⁴⁵.

Os diretores dos distritos escolares aproveitavam as conferências para conhecerem e transmitirem informações e orientações aos agentes de ensino do seu distrito, uma vez que não lhes era possível visitá-los regularmente. A sessão inaugural, a discussão das teses e o encerramento eram aproveitados para fornecerem orientações e doutrinar o professorado. A ênfase dada aos assuntos administrativos, nomeadamente à escrituração e legislação escolar, resultavam das deficiências encontradas no decurso das ações inspetivas.

As conferências eram também realizadas pelos alunos mestres, no último ano do curso, sendo identificados como alunos-estagiários. Essas conferências foram instituídas pelo Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932, que determinava que o diretor da escola de formação promovesse a realização de cursos e conferências destinadas aos alunos do terceiro ano, devendo o plano ser apresentado previamente ao inspetor para a sua aprovação¹⁰⁴⁶. As conferências realizavam-se entre os meses de novembro e de maio e eram conferentes os professores, os alunos-mestres e pessoas de reconhecida capacidade que não pertencessem aos quadros da escola.

Com a reabertura das Escolas do Magistério, em 1942, passou a ser obrigatória a apresentação pública e discussão de trabalhos realizados pelos alunos nesse ano. O Decreto-Lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942, determinava que durante o estágio se realizassem, nas Escolas do Magistério, sessões de leitura comentadas de educadores modernos e conferências pedagógicas, sendo a assistência às mesmas de carácter

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

¹⁰⁴⁵ Ibidem.

¹⁰⁴⁶ *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

obrigatório para os alunos-estagiários¹⁰⁴⁷. Essas apresentações decorriam durante a fase em os alunos se encontravam a estagiar numa escola primária. A imprensa da educação, sobretudo ligada às escolas de formação de professores, como a *Escola Remoçada*, dava grande divulgação a essas conferências e alinhava, nos seus textos, as práticas pedagógicas das escolas de formação com o projeto político-pedagógico do regime.

Através da imprensa da educação e do *corpus* documental do AHME e dos Arquivos das Escolas do Magistério Primário de Lisboa e de Faro conseguimos identificar uma amostragem composta por um total de 639 trabalhos apresentados em conferências realizadas nas escolas de formação da Guarda, Braga, Porto, Lisboa e Faro, para o período compreendido entre os anos letivos de 1943-1944 e de 1955-1956.

A Escola do Magistério Primário de Braga apresentou o programa de conferências mais amplo da nossa amostra (74%), seguida pelas Escolas do Magistério Primário de Lisboa (14%), da Guarda (6%), do Porto (4%) e de Faro (2%). Os relatores das conferências foram professores das escolas de formação, professores das escolas de aplicação, inspetores, diretores dos distritos escolares e, sobretudo, alunos-estagiários.

Os temas das conferências tinham de ser submetidos previamente para apreciação e aprovação por parte do diretor geral do ensino primário, não sendo necessário enviar o plano das sessões de leitura e comentário de trabalhos que constituíam grande parte das sessões realizadas no segundo semestre de cada ano letivo¹⁰⁴⁸. Apresentavam-se e discutiam-se temas ligados à formação cultural e profissional dos alunos-mestres, assim como se abordavam temas que refletiam as práticas pedagógicas dos alunos no período de estágio, realizado no semestre que ia de 1 de março a 31 de julho, em escolas primárias oficiais. Os alunos-estagiários refletiam sobre os rituais escolares, a higiene escolar, a metodologia, as bibliotecas e cantinas escolares, a relação escola-família, a concentração e motivação das crianças e questões de Didática.

A modernização pedagógica que marcou os programas e as práticas das escolas de formação no período republicano, já não era visível após a reabertura das escolas de

¹⁰⁴⁷ *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

¹⁰⁴⁸ AHME, DGEP, Caixa 3438, Ofício da Escola do Magistério do Porto datado de 18 de maio de 1950 à DGEP.

formação¹⁰⁴⁹. O domínio da Didática na formação dos professores passou a predominar, tal como nas reuniões de professores, desvalorizando-se a dimensão pedagógico-científica, característica que testemunhava a visão redutora oficial sobre a formação e a profissão docente. Os princípios pedagógicos da *Educação Nova* influenciavam os trabalhos apresentados e discutidos, tal como nas conferências de professores, mas eram enquadrados numa visão pedagógica conservadora e moralista. Os assuntos pedagógicos ocupavam um lugar secundário e o nacionalismo cristão ganhava relevo nos trabalhos apresentados.

A partir do ano letivo de 1943-1944 começaram também a realizar-se cursos de aperfeiçoamento pedagógico para os agentes de ensino. Estes cursos eram realizados anualmente, destinando-se ao convívio e partilha de saberes de cultura, geral e especial, entre membros do grupo profissional do professorado.

A padronização desenvolvida pela administração escolar visava formar uma identidade socioprofissional única e esses cursos passaram a substituir em grande medida as conferências pedagógicas. A administração escolar procurava impor, aos docentes, uma construção da sua identidade profissional¹⁰⁵⁰, mas os professores não deixavam de proceder a reconstruções e adaptações dessa representação, reflexo da sua vivência pessoal e das suas práticas pedagógicas. A própria ausência de fiscalização regular por parte da administração escolar dava certamente margem para uma certa autonomia pedagógica.

A criação dos cursos visava a conservação e a ampliação da formação, profissional e cultural, recebida nas Escolas do Magistério Primário, através do estudo de problemas pedagógicos e culturais e da integração da escola no meio. Esse último tema revestia-se de uma enorme importância para o poder político, uma vez que se pretendia que a escola funcionasse como um aparelho ideológico do regime e que da integração dos professores no meio local dependia a sua aceitação e função social.

Os cursos tinham um carácter iminentemente prático e realizavam-se preferencialmente nas sedes dos concelhos de cada distrito escolar. O curso abria com uma sessão solene a

¹⁰⁴⁹ Posição já defendida por António Nóvoa que refere que o ensino normal na década de vinte atingiu o seu estado científico mais elevado. Ver a esse respeito Nóvoa, N. (1989). *Os Professores. Quem são? Onde Vêm? Para onde vão?*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

¹⁰⁵⁰ Ver o conceito de identidade profissional no trabalho de Dubar, C. (2006). *A Crise das identidades. Interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.

que assistiam as autoridades locais e pessoas interessadas nos problemas educativos. Definia-se que essa sessão inaugural tivesse um carácter performativo, produzindo-se um espetáculo que fosse exemplo da grandiosidade do regime.

Houve um esforço de organização e de definição de regras que se traduziu na sua planificação. Cada curso abrangia entre duas e seis sessões. Uma sessão devia realizar-se no turno da manhã e outra no turno da tarde. O número de sessões condicionava o número de dias da realização do curso, podendo ocupar no máximo três dias. Cada sessão não podia ter mais do que noventa minutos, incluindo a exposição e discussão da tese apresentada.

Os temas dos cursos eram comunicados, pela DGEP, às direcções dos distritos escolares, até ao dia 15 de outubro de cada ano letivo. As temáticas eram escolhidas nas reuniões anuais, realizadas nos meses de agosto e setembro, dos funcionários superiores da direcção geral (diretores das escolas do magistério, inspetores e diretores dos distritos escolares).

Na medida em que os cursos visavam a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos obtidos durante a formação, competiria aos diretores dos distritos escolares, em parceria com os diretores das Escolas do Magistério, a organização do plano dos cursos, a identificação dos locais e os dias da sua realização, assim como a indicação dos relatores que deveriam ser escolhidos entre os professores de qualquer nível de ensino, diretores de distrito escolar e seus adjuntos, e pessoas de reconhecida competência.

A dispersão dos assuntos tratados nas reuniões de professores e a necessidade de padronização dos agentes de ensino, por todo o país, fez com que a administração escolar comesse a estipular os temas que obrigatoriamente eram tratados nos cursos e os instrumentos de socialização que deviam ser levados a efeito.

No ano de 1950, a DGEP determinou as sedes dos concelhos onde se realizariam os cursos, a sua calendarização e os três temas a tratar: Iniciação da Leitura, Iniciação da Aritmética e Ensino da Moral e Doutrina Cristã nas Escolas Primárias¹⁰⁵¹. Definiu-se ainda que deveriam realizar-se récitas infantis e exposições, no contexto do curso, onde colaborassem os estabelecimentos escolares do concelho.

¹⁰⁵¹ AHME, DGEP, Caixa 3438. Direcção do Distrito Escolar de Viseu, Livro 16 – E, n.º 307, 6 de dezembro de 1950.

As medidas tomadas em 1950 não tiveram uma avaliação muito positiva pela DGEP, dado que a sua realização não se estendeu a todo o país. Para que isso fosse viável, no ano letivo de 1950-1951, determinou-se que se criasse uma comissão composta pelo chefe da secção dos serviços pedagógicos e disciplinares, António Martins Leal Júnior, o inspetor Alfredo da Silva Neves e o diretor da Escola do Magistério Primário de Lisboa, Octávio das Neves Dordonnat, para a elaboração de um plano de funcionamento dos cursos nesse ano letivo. Os temas definidos pelo Subsecretário de Estado da Educação, numa ordem de serviço de 5 de junho, foram a *Interpretação dos programas*, a *Iniciação da leitura, do cálculo e da escrita*, e ainda *Palestras sobre os princípios fundamentais da educação e o Ensino da Moral nas escolas*.

Os cursos abordavam assuntos ligados à Didática, nomeadamente à metodologia do ensino, assim como aos exames, ao ensino da moral e à cooperação entre a escola e a família. Continuavam a estar presentes temas estruturantes como a História e o sentido imperial, relacionados com o espírito da educação nacionalista.

Os cursos de orientação pedagógica continuaram a visar a doutrinação/orientação dos professores sobre os pressupostos ideológicos e pedagógicos que presidiam às medidas da DGEP, evitando situações de desconfiança, e motivando-se os professores a colaborarem na implementação de uma política “que, acima das conveniências de carácter privado”, se tinha “imposto pela intransigente defesa dos interesses do ensino e da Nação”¹⁰⁵².

A avaliação positiva da administração escolar sobre os cursos conduziu a que se resolvesse, na Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário de 1954, realizar no ano seguinte cursos em pelo menos dois a três concelhos de cada distrito escolar¹⁰⁵³. Determinou-se ainda que a temática desses cursos se relacionasse com os cursos de educação de adultos¹⁰⁵⁴, tendo em vista que o plano de combate ao analfabetismo necessitava urgentemente de educadores capazes de o implementarem.

Para além dos cursos foi ainda decidida a realização de reuniões com os professores de cada distrito, de carácter trimestral, para serem estudadas questões ligadas ao funcionamento das escolas e à Campanha Nacional para a Educação de Adultos.

¹⁰⁵² *Escola Portuguesa*, n.º 861, de 2 de julho de 1951, 560.

¹⁰⁵³ *A Campanha*, n.º 18 de dezembro de 1954.

¹⁰⁵⁴ O Decreto-lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952 instituiu a Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952

Nessa reunião anual dos funcionários superiores foi tomada a resolução de promover a cooperação entre os inspetores escolares e os diretores dos distritos escolares, medida que assumiu um carácter inovador, determinando-se que competia aos inspetores participar ativamente na organização dos cursos e nas reuniões de estudo dos agentes do ensino. Defendia-se que essa cooperação promoveria o fortalecimento das relações entre todos os que trabalhavam “pelo engrandecimento da escola primária”¹⁰⁵⁵.

Nesse ano, a formação rural foi uma temática dominante desses cursos. A partir da década de 50 existia uma preocupação acrescida com a formação social dos professores colocados em comunidades rurais. A política de fomento industrial e a falta de modernização agrícola levaram à intensificação do êxodo rural, e o governo pretendia contrariar essa prática. Se nos anos 30 e 40 era difícil para a DGEP que os professores permanecessem colocados dois anos consecutivos nas escolas rurais, agora esse problema intensificava-se e procurava-se adotar medidas de ordem prática que contrariassem essa tendência.

Promoveu-se uma consulta às Escolas do Magistério Primário e às direções dos distritos escolares, em 1954, através da circular da DGEP n.º 275 de 9 de abril, sobre as medidas formativas a tomar para que os futuros professores ganhassem o “amor pela terra”¹⁰⁵⁶. O diretor da Escola do Magistério Primário da Guarda, Manuel Elísio Dias, defendeu que se deveria criar nos alunos-mestres uma consciência rural, ministrando conhecimentos sobre as “práticas da gente rústica” nas disciplinas de Higiene, Desenho, Trabalhos Manuais e Canto Coral¹⁰⁵⁷. Por seu lado, o diretor do distrito escolar de Faro¹⁰⁵⁸ defendeu que o melhor processo seria através de reuniões com os agentes de ensino, onde se fornecessem conhecimentos agrícolas e se criasse um espírito de defesa da ruralidade.

A circular da DGEP n.º 278, de 9 de abril de 1954, determinou que se fizesse cumprir o despacho do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, sendo obrigatória a inclusão, nos cursos de aperfeiçoamento, de uma lição, da responsabilidade do diretor do distrito escolar ou de pessoa idónea, sobre a missão das escolas primárias e dos cursos de educação de adultos nos meios rurais, para que o professorado tivesse uma formação específica,

¹⁰⁵⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 1035, de 17 de janeiro de 1955, 327-328.

¹⁰⁵⁶ AHME, DGEP, Caixa 5-1542. Ofício da Escola do Magistério Primário da Guarda datado de 20 de abril de 1954.

¹⁰⁵⁷ Ibidem.

¹⁰⁵⁸ AHME; DGEP, Caixa 5-1542. Ofício de 28 de abril de 1954.

teórica e prática, para o exercício da docência nos meios rurais¹⁰⁵⁹. Os próprios livros destinados ao ensino primário e à educação supletiva de adultos passaram a incluir obrigatoriamente trechos para a “defesa e elevação social nos meios rurais”¹⁰⁶⁰.

¹⁰⁵⁹ ACUALG/EMPF/Dp 3/P39/Caixa 345 Livro 10 (1-35; 36-48) de 1954.

¹⁰⁶⁰ Ibidem.

V. A disciplina do corpo e dos afetos

A importância da função social do professorado primário no meio local fez com que a DGEP exercesse um poder totalizante sobre a sua vida constringendo e interditando a sua privacidade. Interessava compreender que ideias e valores funcionaram como eixos orientadores da doutrinação sobre o corpo e os afetos do professorado e como esse olhar disciplinar se estendeu sobre a sua vida pública e privada.

O comportamento do professorado foi padronizado e desenvolveu-se um intenso treino ideológico que pudemos acompanhar através da análise da imprensa da educação, nomeadamente através do boletim *Escola Portuguesa*, e da participação dos inspetores orientadores nas conferências e cursos de aperfeiçoamento.

Em paralelo colocava-se a questão disciplinar¹⁰⁶¹, porque o envolvimento de seres humanos conduziu a que se equacionasse a questão do risco de falha humana e era através de um controle rigoroso que se poderia evitar desvios de comportamento. A administração escolar apresentava uma organização baseada na informação que não era permissiva porque exigia que todos conhecessem e cumprissem a regulação em vigor¹⁰⁶². Importava ter subjacente que o seu poder organizacional dependia do consentimento dos professores que estavam submetidos ao seu controlo e disciplina.

Assim, impunha-se a identificação, através da análise dos processos disciplinares e dos processos de autorização de casamento, das estratégias usadas pelos professores para se apropriarem das regras e das orientações da DGEP, bem como os modos como as transformavam por forma a puderem resistir aos constringimentos e interdições impostos sobre o seu corpo e os seus afetos.

Em nome do ressurgimento moral de Portugal exercia-se um olhar disciplinar sobre o professorado e de forma mais intensa das professoras e regentes. A ordem social estabelecida expressava-se através de um discurso ideológico¹⁰⁶³ que legitimava a dominação masculina. A nossa análise levou-nos a equacionar a questão do género considerado, no seguimento de Scott, como uma construção social e cultural que definia as

¹⁰⁶¹ Giddens refere que o treino rigoroso e a disciplina são condições essenciais para evitar que um projeto falhe nos sistemas sociais. Ver a este respeito o trabalho de Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, p. 135.

¹⁰⁶² Ver o funcionamento de uma organização baseada na informação em Drucker, P. F. (1993). *As Fronteiras da Gestão* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

¹⁰⁶³ A respeito do discurso ideológico de justificação da dominação masculina ver Hérítier, F. (1997). Masculino/Feminino. *Enciclopédia Einaudi. Parentesco* (Vol. 20, pp. 11-26). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

diferenças entre o homem e a mulher¹⁰⁶⁴, com o propósito de identificar a possível existência de assimetrias em função do gênero. Importava compreender como essa questão estava presente nas práticas discursivas da administração escolar e da imprensa da educação, assim como nos processos instaurados a professores e processos de autorização de casamento.

A importância do casamento no projeto ideológico do Estado Novo, como ritual de iniciação da família católica portuguesa, fez com que a administração escolar procurasse disciplinar o processo de casamento das professoras primárias. Nesse contexto impunha-se abordar o modelo oficial de família e a situação da mulher e dos seus direitos, nomeadamente no mercado de trabalho, no período da Ditadura Militar e do Estado Novo comparativamente com o período republicano. Analisaram-se os processos de autorização de casamento com o objetivo de se apresentar as razões que levaram a administração escolar a exercer uma ação que considerámos disciplinadora sobre as relações amorosas das professoras primárias.

O professor: um exemplo vivo da moralidade no meio local

A administração escolar, no período compreendido entre 1929 e 1936, consciencializou a necessidade de criar estratégias de controlo e de disciplina da vivência pública e privada do professorado.

As duas esferas da vivência do professor não tinham limites marcados e existia um claro domínio da dimensão pública sobre a sua privacidade. A esfera pública desse grupo profissional deveria ser entendida como um espaço onde existiam um conjunto de normas e de regras de ação social¹⁰⁶⁵. Nessa dimensão coexistiam as normas morais e sociais da comunidade local, onde o docente exercia sua atividade profissional, e a regulação produzida pela administração escolar. O indivíduo tinha teoricamente direito à sua intimidade e a distinção entre as duas esferas devia ser feita pela privada, entendida na

¹⁰⁶⁴ Scott, J. W. (1986, dez.). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, n.º 5, 1053-1075. Disponível em <http://tinyurl.com/mb2n4z6> (12 abr. 2016)

¹⁰⁶⁵ Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

conceção de Thompson, como os territórios espaciais e informacionais a que o indivíduo procurava controlar e restringir o acesso¹⁰⁶⁶.

O poder disciplinar da administração escolar não permitia que o professor pudesse controlar a sua privacidade e esse poder estendia-se da sua vida profissional à esfera privada. Essa ação relacionava-se com a importância que revestia a integração do professorado no meio local, que para a DGEP se sobrepunha à sua aptidão pedagógica.

A construção cultural da profissão docente formulada pela visão dominante da sociedade patriarcal tinha assim um forte acento num código de conduta moral¹⁰⁶⁷ que subalternizava as questões ligadas ao conhecimento científico e à competência profissional dos docentes. A opinião da sociedade civil, nesse domínio, era importante e considerou-se neste trabalho, na linha do pensamento de Habermans, que ela exercia alguma influência nos processos de decisão do sistema político¹⁰⁶⁸. Não era assim surpreendente que a política do ministério promovesse a desqualificação profissional dos docentes e exaltasse antes as suas virtudes éticas. A apologia do professor como um exemplo vivo de moralidade no meio local conduziu a que a sua vivência, pública e privada, fosse regida por um código de conduta moral bastante rígido.

As fronteiras entre a vida privada e a vida pública do professor primário eram definidas pela sua visibilidade social¹⁰⁶⁹, porque tudo o que os outros percecionavam passava a ser do domínio público, fossem membros da comunidade local onde os professores lecionavam, seus pares ou funcionários superiores da direção geral. A visibilidade do professorado levou a que a administração escolar se preocupasse com a sua integração até mesmo com a hostilidade com que os membros da comunidade o poderiam acolher.

A relação contratual que a administração impôs aos professores pressupunha que estes sacrificassem a sua vida, um bem que não podia ser abrangido por uma situação contratual,

¹⁰⁶⁶ Thompson, J. B. (2010, jul.-dez.). Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. *Matrizes*, ano IV, n.º 1, 30.

¹⁰⁶⁷ Ver a respeito da construção cultural e histórica da noção de profissão o trabalho de Pintassilgo, J. (2011). *Em torno da Arte de Ensinar: vocação, paixão, exemplaridade moral e prática*. Valadoli: Sociedad Española de Historia de la Educación – Universidad de Valladolid – Centro Internacional de la Cultura Escolar. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8343> (9 jun. 2015)

¹⁰⁶⁸ Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 106.

¹⁰⁶⁹ Ver o conceito de visibilidade em Thompson, J. B. (2010, jul./dez.). Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. *Matrizes*, ano IV, n.º 1, 11-36.

em benefício da sua missão política e pedagógica na escola¹⁰⁷⁰. O Estado legitimou, em função da sua identificação com a Nação, o seu poder de mandar e de ser obedecido. Estabeleceu-se uma relação desigual em que a DGEP se sobrepôs aos docentes e a esses últimos ficou apenas reservado o dever de obediência.

O envolvimento de seres humanos levou a que se equacione a questão do risco da falha humana. A impossibilidade de garantir um contacto direto, com uma periodicidade regular, com o professorado fez com que a administração escolar baseasse a sua organização na informação. Uma organização que não era permissiva porque exigia que todos conhecessem e cumprissem toda a regulação e funcionassem como um “exército de vontades alinhadas” com a política educativa do novo regime¹⁰⁷¹. Esse dever era relembrado regularmente para que o professorado consciencializasse a importância do cumprimento da regulação e das normas de conduta moral e social, condição considerada fundamental para a sua aceitação no meio local.

A relação do poder político, via DGEP, com os professores caracterizava-se por duas dimensões simultaneamente complementares e contraditórias¹⁰⁷². Procedia-se, por um lado, a uma ação de dimensão ofensiva, através de normativos que procuravam aumentar a previsibilidade das suas condutas, mediante a redução do seu espaço de ação, e de práticas discursivas de doutrinação ideológica. Discursos que expressavam um conjunto de crenças no projeto do Estado Novo e procuravam orientarem o professorado para a ação, no meio local, através de normas de conduta e motivação. Desenvolveu-se um intenso treino ideológico dos professores na imprensa da educação, nomeadamente através do boletim *Escola Portuguesa*, nas conferências e cursos de aperfeiçoamento¹⁰⁷³.

Paralelamente, a DGEP desenvolveu uma ação de dimensão defensiva, procurando proteger a Tutela dos problemas, e até dos eventuais escândalos, causados pelas dificuldades de adaptação dos professores ao meio. Esta ação seria desenvolvida através de estratégias que procuravam controlar a conduta dos dos agentes de ensino, e de medidas coercivas no âmbito disciplinar.

¹⁰⁷⁰ Ver a dicotomia entre público e privado no trabalho de Bobbio, N (2001). Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, pp 6-8

¹⁰⁷¹ Expressão utilizada pela DGEP. Ver a este respeito *Escola Portuguesa*, 30 de janeiro de 1936, 107-109.

¹⁰⁷² Seguimos a conceção de relações de poder de Friedberg, E. (1995). *O Poder e a Regra*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 126.

¹⁰⁷³ Ver a este respeito o processo formativo dos professores no capítulo III.

O poder disciplinar da DGEP exercia-se de duas formas, uma visível e outra invisível. As visitas da inspeção escolar e da direção do distrito escolar eram o rosto visível dos serviços disciplinares, mas esse poder também se exercia de forma indireta, através do olhar vigilante e disciplinador da comunidade local¹⁰⁷⁴. A *Escola Portuguesa* abordava essa questão com alguma regularidade, lembrando que o professor, enquanto figura de peso no meio, tinha a sua vida permanentemente sujeita ao controlo da população local:

Hoje o homem e o educador são inseparáveis, formam um todo que nada pode dividir. De manhã, ao abrir a escola, na família e na sociedade, o «Senhor Professor», figura de relevo em toda a freguesia, cuja vida pública e particular se comenta nos menores pormenores por toda a parte, continua a ser alvo das atenções dos pais e dos alunos, para aplauso, admiração ou censura, porque a sua função subsiste sempre¹⁰⁷⁵.

Ao professor competiria controlar a informação a que os membros da comunidade podiam ter acesso, e a informação que conseguia interditar constituía a sua privacidade. O docente tinha ainda dificuldades em controlar a sua privacidade espacial. O seu espaço, como era o caso da sua habitação, era de certa forma invadido fisicamente por habitantes locais que operavam uma vigilância regular sobre o seu território¹⁰⁷⁶. A sua própria privacidade de decisão era invadida, porque as suas ações estavam condicionadas pelas regras da moral social da comunidade local¹⁰⁷⁷.

O controlo e a disciplina sobre o corpo e relações afetivas assumiam-se como técnicas de poder que tinham implícito o ato de examinar, ato que permitia avaliar e julgar cada professor na sua singularidade¹⁰⁷⁸. A vigilância era constante e sujeitava-se o professor, segundo a expressão foucaultiana, a uma “pirâmide de olhares”¹⁰⁷⁹. Defendia-se que o professor devia ser o seu primeiro fiscal e depois a fiscalização estendia-se ao espaço da sala de aula, através das crianças e, por seu intermédio, das famílias.

Os professores, em nome de preocupações pedagógicas legítimas ou por questões pessoais, também exerciam uma vigilância apertada sobre os seus pares, expondo, pessoalmente ou por cartas, as suas queixas aos seus superiores hierárquicos. No próprio meio, o poder local e religioso exercia um controlo apertado e nem sempre pautado por verdadeiras

¹⁰⁷⁴ Pelo diretor do distrito escolar ou o delegado escolar do concelho.

¹⁰⁷⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 363, 9 de outubro de 1941, 6.

¹⁰⁷⁶ Ver a esse respeito o Anexo E, pp. 501-512.

¹⁰⁷⁷ Utilizamos a conceção de “privacidade decisional” de Thompson. Ver o trabalho de Thompson, J. B (2010, jul.-dez.). Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. *Matrizes*, n.º 1, 26.

¹⁰⁷⁸ Utilizamos a conceção de exame de Foucault, enquanto o conjunto de técnicas que permitem medir e julgar os indivíduos na sua singularidade. Ver a este respeito Foucault, M. (1984). *Microfísica do Poder* (4ª ed.). Brasil: Edições Graal, p. 62.

¹⁰⁷⁹ Foucault, M. (1984). *Microfísica do Poder* (4ª ed.). Brasil: Edições Graal, p. 62.

preocupações pedagógicas. Finalmente, a vigilância era efetuada, em cada concelho, pelo delegado escolar e, em última análise, pela inspeção e direção de distrito escolar.

A disciplina implicava um registo e a transferência de informação, numa cadeia hierárquica, de baixo para o topo da hierarquia. Esta informação era constituída essencialmente por cartas de habitantes e de autoridades locais, civis e religiosas, que se queixavam dos agentes de ensino¹⁰⁸⁰. Seguidamente surgiam participações dos funcionários superiores, ou seja, ofícios com informações dos delegados escolares e das direções dos distritos escolares que eram enviados para a DGEP.

Os membros das comunidades locais avaliavam o professor e reconheciam-lhe uma identidade diferenciada. Existiam membros da comunidade que representavam o comportamento moral padrão da comunidade e deviam ser seguidos pelos restantes¹⁰⁸¹. Essa situação não era tão complicada nos meios urbanos, onde a vida privada dos professores era menos sujeita a um olhar disciplinador. O clima vivido era mais liberal e o seu comportamento acabava por diluir-se no anonimato da vida urbana.

Os professores formados nas cidades chegavam aos meios rurais com hábitos diferentes e eram submetidos a um exame sistemático. Criticava-se aqueles que não cumpriam as regras da moralidade comunitária e controlava-se constantemente a sua vida profissional e privada¹⁰⁸². Esse controlo era responsável, por vezes, pela vigilância exercida sobre todos aqueles que frequentavam a habitação dos professores. A presença de estranhos junto à casa ou no seu interior, sobretudo no período noturno, dava origem a práticas públicas de censura expressas através de ações ruidosas e trocistas, como apupos ou lançamento de foguetes¹⁰⁸³.

O ministério apresentava um conceito oficial de moral que adjetivava de tradicionalista e cristã e que remetia para o passado histórico nacional. Essa moral teria sempre acompanhado o povo português e servido de suporte para a resistência espiritual da Nação

¹⁰⁸⁰ Essa correspondência era, na sua maioria, enviada para as direções de distrito escolar e, alguma, endereçada diretamente ao Ministro, sobretudo em casos em que os queixosos sentiam que era preciso uma resolução mais rápida ou em situações em que já existira uma primeira queixa para a direção do distrito escolar e o problema persistira.

¹⁰⁸¹ Ver a questão do padrão de comportamento em Louro, G. L. (2000b). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 9.

¹⁰⁸² Utilizámos o conceito de moral proposto por Foucault enquanto um conjunto de valores e de regras de ação proposto pelos grupos aos indivíduos. Essa proposta era feita por intermédio de aparelhos prescritivos, como a família, a escola e a Igreja. Foucault, M. (1998) *História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres* (M. T. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Edições Graal. (obra originalmente publicada em 1984), p. 26.

¹⁰⁸³ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-43. Processo n.º 191 datado de 1944.

em épocas de ameaça à integridade nacional¹⁰⁸⁴. Era através da fé que os portugueses sempre marcaram a sua individualidade e seria graças a ela que seria possível fazer frente, no presente, à ameaça comunista¹⁰⁸⁵.

A hostilidade do meio servia de legitimação para o controlo de natureza totalizante que era exercido sobre o professor. A falta de uma formação pedagógica específica para os professores rurais¹⁰⁸⁶ e a simplificação do processo formativo dos futuros professores também não facilitaram a sua integração nas escolas rurais¹⁰⁸⁷. Existia uma preocupação constante da administração escolar com a doutrinação dos alunos-mestres¹⁰⁸⁸ e dos professores, para que estes percebessem que o seu sucesso profissional dependeria em muito da reação da comunidade à sua presença. O *Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado* de 1943 passou a incluir uma sanção disciplinar, a pena número 4, a transferência, a ser aplicada aos professores que não conseguiam manter o seu prestígio na comunidade ou que causassem perturbações no ritmo de vida do meio¹⁰⁸⁹.

O poder político tinha assim uma visão dualista do papel do professor no meio, estabelecendo uma relação íntima entre a atividade pedagógica e a privacidade, porque o docente nunca conseguiria cumprir a sua missão se estivesse incompatibilizado com membros da comunidade ou tivesse uma conduta suscetível de causar escândalo público.

A partir de 1935, a DGEP solicitou a colaboração das famílias no processo de vigilância e no ano seguinte, com a nomeação Carneiro Pacheco para a pasta da Instrução, vai intensificar-se a ação de controlo, sendo a questão comportamental a principal preocupação.

A circular da DGEP n.º 6, de 29 de janeiro de 1942, era exemplo dessa preocupação, uma vez que recomendava aos diretores de distrito escolar que assiduamente fiscalizassem o comportamento e o serviço pedagógico dos professores. Na impossibilidade de se deslocarem regularmente a todas as escolas do seu distrito, os diretores confiavam nas

¹⁰⁸⁴ *Presidência do Conselho de Ministros, 25 anos de Administração Pública*, Ministério da Educação Nacional. Lisboa: Imprensa Nacional, 1954, p. 91.

¹⁰⁸⁵ *Escola Portuguesa*, 8 de setembro de 1938, 542.

¹⁰⁸⁶ Adão, A. do C. & Leote, M. I. (2006). *A Escola Em Meio Rural do Estado Novo. A Formação Dos Seus Professores No(s) Discurso(s) Do Poder*, (1933-1956), p. 81. Disponível em <http://www.facEducaçãoufu.br/colubhe06/anais/arquivos/8AureaAdao.pdf> (10 mai. 2013).

¹⁰⁸⁷ Ver a questão da formação de professores no capítulo III.

¹⁰⁸⁸ Assunto debatido regularmente na imprensa ligada às Escolas do Magistério Primário.

¹⁰⁸⁹ Ver a análise do *Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado* no capítulo VI.

informações dos delegados escolares, das autoridades locais e dos habitantes. O reverso dessa transferência de informação era o avolumar das queixas que começavam a dar entrada nas suas secretarias e a necessidade de proceder a averiguações sobre as mesmas.

A exigência de um comportamento moral adequado não foi um requisito inovador do salazarismo, porque já o século XIX exigia-se uma moralidade severa às candidatas às Escolas Normais¹⁰⁹⁰. A partir de 1863, na altura do exame de admissão à frequência, as candidatas passaram a entregar um documento destinado à certificação de *bons costumes*.

No período republicano passou a exigir-se, desde 1911, um certificado de registo criminal¹⁰⁹¹, e, a partir de 1919 tornou-se necessário a apresentação de um atestado de comportamento moral e civil¹⁰⁹². Na reforma do ensino primário desse último ano determinava-se que o professor tinha o dever de conduzir-se na vida e na sociedade tendo sempre presente a sua atividade profissional, para que mereça o respeito e exercesse, através do seu exemplo, uma ação social na comunidade. Esses documentos continuaram, no período da Ditadura Militar a serem exigidos aos candidatos das escolas de formação¹⁰⁹³.

O Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933, do Ministro Cordeiro Ramos já manifestava a preocupação da Tutela com questão da hostilidade que o meio local e suas consequências negativas que, na prática, se traduziam, como já foi referido, num avolumar das queixas entradas nos serviços centrais e regionais da administração escolar. Nesse contexto, procurou-se criar uma orgânica administrativa que orientasse e disciplinasse os professores, mas apesar dessa preocupação não se criou um novo regulamento disciplinar e manteve-se em vigor o regulamento de 1913¹⁰⁹⁴.

A publicação do Decreto-lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935, pela Presidência do Conselho, justificava-se pela necessidade de garantir a defesa das instituições, consagradas na Constituição, através das quais se realizava a unidade moral e jurídica da Nação. Para

¹⁰⁹⁰ Ver a respeito da documentação exigida às alunas-mestras Pintassilgo, J. , Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2012). Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: Percorso Institucional e Enquadramento Legal. In J. Pintassilgo (Coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal. História, Arquivo, Memória* (p. 21). Lisboa: Edições Colibri.

¹⁰⁹¹ Documento exigido na atualidade nos estabelecimentos de ensino de menores.

¹⁰⁹² Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

¹⁰⁹³ Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

¹⁰⁹⁴ Ver o tratamento da questão disciplinar no capítulo VI.

isso era necessário que os funcionários públicos se colocassem ao serviço do Estado e não funcionassem como núcleos de resistência perturbadores da vida nacional.

As disposições desse decreto incidiam sobre os funcionários públicos, nomeadamente sobre professores, que eram considerados hostis aos princípios consagrados na Constituição de 1933. Ao abrigo desse decreto seria solicitada, em nota oficiosa de maio desse ano, a colaboração dos encarregados de educação para que informassem o ministério, de forma pormenorizada, sobre as práticas dos professores na educação mental e moral dos alunos¹⁰⁹⁵. O olhar disciplinar das famílias tornou-se oficial a partir desse ano.

A partir de 1936, e no âmbito da reforma educativa de Carneiro Pacheco, verificou-se uma intensificação da doutrinação e do controlo desenvolvido essencialmente através de normativos. A moralização do professorado começava no seu processo formativo e, por isso, as Escolas do Magistério Primário foram um dos alvos da ação política de Carneiro Pacheco em 1936. Considerava-se que os alunos-mestres, durante o curso, aprendiam “ideias revolucionárias” e a serem partidários de relações amorosas consideradas ilícitas¹⁰⁹⁶. Essas escolas vão encerrar e a idoneidade moral passou a superar a posse de qualquer diploma para o exercício do magistério, de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936¹⁰⁹⁷.

Por esse mesmo diploma impedia-se a liberdade das professoras de contraírem casamento, ficando a sua autorização dependente do Ministro da Educação Nacional. O boletim *Escola Portuguesa* congratulava-se com a sua publicação e legitimava-o perante o professorado. Defendia-se a moralização da escola pela moralização da vida do professor, pois argumentava-se que a função educativa da escola só poderia realizar-se se a vida moral do professor não estivesse manchada, e apresentava-se o tipo de professores sobre os quais se pretendia exercer uma ação moralizadora:

Havia até quem supusesse verdadeiramente independentes o entre e sai da vida do professor na escola e na sociedade. «Eu cumpro as minhas funções na escola de forma que ninguém possa acusar-me de qualquer falta. Depois dos trabalhos escolares não tenho que dar satisfações dos meus actos» - havia quem dissesse -, e frequentava lugares menos respeitáveis e mantinha relações menos lícitas, e constituía motivo de escândalo em toda a freguesia, e atentava contra o próprio Estado, que devia servir¹⁰⁹⁸.

¹⁰⁹⁵ *Educação Nacional*, n.º 12, 19 de maio de 1935.

¹⁰⁹⁶ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-103. Parecer do CPAE de 21 de setembro de 1937.

¹⁰⁹⁷ *Diário do Governo* n.º. 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

¹⁰⁹⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 145, 5 de agosto de 1937, 29.

A administração escolar procurava assim controlar e disciplinar comportamentos, através da redução do espaço de ação dos docentes, e diminuir, ou até mesmo eliminar, comportamentos considerados desviantes.

Em 1937, a DGEP deu ordem às direções dos distritos escolares para que a informassem sobre a conduta moral das professoras primárias. A partir das informações recolhidas em cada localidade e de cartas com queixas, os diretores dos distritos escolares enviavam informações sobre professoras suspeitas, situação que deu origem à instauração de vários processos de inquérito e disciplinares. Dessa ação ofensiva foi exemplo a correspondência trocada, no ano de 1938, entre a direção do distrito escolar de Faro e a DGEP sobre o comportamento moral de cinco professoras e que conduziram à instauração de processos a quatro das visadas¹⁰⁹⁹ por relações consideradas ilícitas¹¹⁰⁰.

A partir de 1940, a administração escolar definiu o que se entendia pela função social e política do professor primário. Pelo Decreto-lei n.º 30951, de 10 de dezembro, a função irradiante do professor no meio deixava de ter um carácter permanente e determinava-se que seria apenas um *apóstolo* do poder político quando fosse chamado “a colaborar, através da escola e fora da escola, em alguma obra social ou mesmo política” que exprimisse “o idealismo fundamental do Estado Novo”¹¹⁰¹. O processo de legitimação do regime já se encontrava consolidado, e daí essa delimitação temporal da missão política do professorado. Finalmente, em 1943, publicou-se o novo Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado, diploma que passava a contemplar a questão da moral social na qualificação da infração disciplinar¹¹⁰².

A moralização da profissão docente tornou-se uma preocupação constante e não se resumia apenas a um código moral, mas compreendia o comportamento real dos professores. Avaliava-se a forma como eles cumpriam ou resistiam aos normativos e ao sistema de valores oficial. O poder político para exercer uma ação moralizadora tinha de atuar em

¹⁰⁹⁹ AHME, DGEP, Caixa 02-370. Processo n.º 6 datado de 1938.

¹¹⁰⁰ Fora do casamento.

¹¹⁰¹ Decreto-lei n.º 30951, de 10 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 286, I Série, de 10 de dezembro de 1940.

¹¹⁰² Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943, p. 97.

relação ao indivíduo enquanto “sujeito moral” e não poderia limitar-se à produção de regulação¹¹⁰³.

Os desvios comportamentais eram associados regularmente pela administração escolar aos professores que já exerciam a sua atividade profissional no período republicano. O liberalismo era considerado responsável pelas situações de indisciplina dos “maus professores”¹¹⁰⁴. No boletim *Escola Portuguesa*, o diretor geral, Braga Paixão, argumentava que o “bom professor” era o apóstolo que seguia as orientações do ministério, enquanto eram apontados como pertencentes ao “revirinho” todos os que perfilhavam um ideal de escola liberal, o que correspondia, nas suas palavras, a uma escola sem doutrina moral¹¹⁰⁵.

Vários autores apontaram a existência de uma relação entre o desmantelamento da escola primária republicana e a ação disciplinadora da conduta e das práticas educativas do professorado¹¹⁰⁶. Nesse contexto, importava analisar se o conjunto de professores que prestavam serviço eram maioritariamente provenientes do período republicano. Para o efeito utilizámos a nossa amostra de registos biográficos e os processos instaurados a professores. Essa amostra foi constituída, como já referimos, por 3099 professores em exercício no ano letivo de 1925-1926, com base nos registos biográficos existentes no AHME. A maioria ainda lecionava no ano letivo de 1932-1933 (96%) e no ano letivo de 1939/1940 apenas 67% se mantinha em funções. Esse número reduziu-se substancialmente, no pós-guerra, para 32% em 1946-1947 e resumiu-se a 0,4% no ano letivo de 1953-1954.

Esses dados apontaram para que muitos dos professores da escola primária republicana já não se encontravam ao serviço na década de 40, resultados que poderiam não ser representativos do universo dos professores, mas que podemos comprovar através das

¹¹⁰³ Foucault, M. (1998). *História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres. História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres* (M. T. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Edições Graal. (obra originalmente publicada em 1984), p. 28.

¹¹⁰⁴ *Escola Portuguesa*, 2 de maio de 1935, 555-556.

¹¹⁰⁵ Ibidem.

¹¹⁰⁶ Ver os trabalhos de Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, 1978; Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão & A. H. de O. Marques, *Nova História de Portugal* (Vol. XII, pp. 456-519). Lisboa: Presença.

informações constantes nos processos instaurados a docentes por comportamento considerado imoral. A maioria desses docentes começou a lecionar apenas no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, e, por isso, a sua vivência socioprofissional não tinha sido modelada no período republicano.

A contradição entre os discursos da administração escolar e a realidade justificava-se pelo facto do Estado Novo reservar para si o papel de guia do progresso espiritual e material da Nação, e, por isso, não poderia reconhecer publicamente que os “bons professores” eram, na realidade, homens e mulheres que nem sempre seguiam mimeticamente o modelo de comportamento moral oficial.

Os discursos sobre o corpo

A defesa do primado do espírito sobre a matéria, no contexto do programa de política do espírito, não invalidava que o poder político estendesse o seu olhar sobre o corpo dos portugueses. O período compreendido entre a Ditadura Militar e os anos de início do Estado Novo correspondeu a uma fase de consciencialização da necessidade de criar mecanismos de controlo sobre o corpo e, de forma particular, sobre o corpo feminino.

O poder político percebia que o controlo social sobre o professorado não podia limitar-se a normativos que impusessem interdições ou limitações. Os ideólogos do regime procuraram, através dos seus discursos, mobilizar os professores para que o seu comportamento se enquadrasse nas fronteiras morais e sociais definidas pelo regime.

O princípio da educação do corpo era um dos eixos orientadores da ação da administração escolar. O corpo era um produto cultural que tinha de ser educado, num processo contínuo e nos espaços onde se operava a socialização. Era no domínio do corpo que se cruzavam a natureza e a vida, individual e social, do homem¹¹⁰⁷. Só socialmente os corpos ganhavam sentido, porque a construção das identidades de géneros e sexuais operava-se no contexto de uma dada sociedade e cultura¹¹⁰⁸.

¹¹⁰⁷ Ver a este respeito o trabalho de Soares, C. L. (2005). *Imagens da Educação no Corpo. Estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX* (3ª ed.). Campinas: Editora Autores Associados Ltda.

¹¹⁰⁸ Louro, G. L. (2000b). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 5.

O corpo dos portugueses e, em particular, o corpo das crianças tinha de ser educado¹¹⁰⁹ nos princípios ideológicos do regime. A escola, enquanto espaço de socialização, era um dos locais privilegiados para essa educação enquadrada pelo programa da política do espírito do SPN. O espírito, sobre o signo providencialista do bem, conduziria a ação dos portugueses para a defesa da Nação.

Os discursos sobre o corpo apresentavam um olhar sobre a divisão sexual. O mundo social operava a “socialização do biológico”, segundo Bourdieu, uma vez que o biológico surgia como uma construção social naturalizada que justificava as diferenças sexuais entre o homem e a mulher e legitimava a dominação masculina¹¹¹⁰. Fundamentava-se com essa construção aquilo que socialmente se esperava da mulher e apresentava-se um discurso por parte da administração escolar e, sobretudo da imprensa de educação, cada vez mais centrado na legitimação da presença das professoras no ensino.

Nos discursos ideológicos do regime, as representações do corpo feminino remetiam para um espaço físico (o lar) e social (a família) bem delimitado, cujas fronteiras não deviam ser transpostas de forma definitiva e, se possível, nunca. A saída da mulher da esfera doméstica para o mercado de trabalho era vista como um movimento de curta duração e o seu regresso era marcado por um ritual que marcava a sua passagem de solteira a casada e à sua missão maternal. Admitia-se a presença da mulher solteira no mercado de trabalho e no exercício de profissões que estivessem de acordo com a natureza feminina.

A mulher era identificada com a Nação e essa era representada nos discursos patrióticos como a mãe de todos os portugueses. A mulher personificava o espírito de sacrifício de todos os portugueses pelo bem da Nação e deveria assumir a sua missão apostólica ao serviço do Estado. Também era representada como mãe e fonte de vida e, por isso, responsável pela continuidade da Nação, porque era através dela e dos seus filhos que se operacionalizava a regeneração da Pátria, assente nos valores do tradicionalismo e da recristianização¹¹¹¹.

¹¹⁰⁹ Ver a questão da educação corporal das crianças em Goellner, S. V. (2010, março). A produção cultural do corpo. *Cadernos de Formação RBCE*, pp. 71-83.

¹¹¹⁰ Bourdieu, P. (2012). *A Dominação Masculina* (M. H. Kühner Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (obra originalmente publicada em 1998), p. 9.

¹¹¹¹ Ver a questão da recristianização em Brasão, I. P. (1999). *Dons e Disciplina do Corpo Feminino. Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Gráfica 2000, pp. 38-39.

A recristianização justificava a defesa da ideia de que a mulher devia modelar a sua conduta pela da Virgem Maria, sendo honesta, casta e caridosa. No jornal *A Campanha*, da DGEP, surgia uma imagem de uma professora primária representada como a Virgem Maria. O seu corpo feminino devia afastar-se da imagem de Eva e da sua individualidade para se colocar ao serviço da Nação, enquanto responsável pelo nascimento e educação do *homem novo*¹¹¹².

Esta imagem da mulher “sacerdotisa”¹¹¹³ surgiu, no boletim *Escola Portuguesa*, com maior intensidade a partir do ano de 1936 e do início da guerra civil de Espanha. Essa questão era usada para marcar a singularidade portuguesa e defender o país do “anti-Cristo” comunista que desviou a mulher da sua missão e lhe prometeu a emancipação e o amor-livre¹¹¹⁴. Nesse contexto, a professora primária era apresentada como a educadora por excelência que educava os portugueses no “templo sagrado da instrução”¹¹¹⁵.

O regime cortou com o liberalismo que associava à desordem dos costumes e construiu uma imagem de mulher que assentava em figuras da História portuguesa, independente de qualquer estatuto social. Eram essencialmente três rainhas portuguesas que personificavam todas as virtudes femininas que a mulher portuguesa: D. Leonor, a Rainha Santa Isabel e D. Filipa de Lencastre¹¹¹⁶.

Na imprensa da educação, a figura de D. Filipa merecia destaque, representando a rainha do lar. A perpetuação do seu culto como heroína nacional levou a que a sua figura marcasse presença no Padrão dos Descobrimentos construído para a Exposição do Mundo Português de 1940. Cabia à mulher criar e educar filhos prontos a servir a pátria e foi isso que D. Filipa fez, porque os seus filhos, os infantes da ínclita geração, brilharam “na história como estrelas de primeira grandeza”¹¹¹⁷.

O Ministro Carneiro Pacheco, num discurso comemorativo da Batalha de Aljubarrota, apresentava uma imagem providencialista dessa rainha ao defender que foi Deus que a

¹¹¹² Expressão usada por Ramos, G. C (1937). *Os Fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo*, Lisboa: Ed. União Nacional.

¹¹¹³ *Escola Portuguesa*, n.º 173, 17 de fevereiro de 1938, 262-263.

¹¹¹⁴ *Escola Portuguesa*, n.º 163, 8 de janeiro de 1937, 117.

¹¹¹⁵ *Escola Portuguesa*, n.º 173, 17 de fevereiro de 1938, 262-263.

¹¹¹⁶ As referências a essas rainhas aparecem na imprensa da educação e na revista *Menina e Moça* com alguma regularidade.

¹¹¹⁷ Palestra Radiofónica da Inspetora Felismina Oliveira. *Escola Portuguesa*, n.º 26, 1934, 490-491.

escolheu para gerar os heróis responsáveis pela Expansão¹¹¹⁸. As suas qualidades foram transpostas para uma mãe do tempo presente que gerou um filho que ostentava “todas as qualidades lusas”, Salazar¹¹¹⁹. A família de D. Filipa de Lencastre e de D. João I representava o modelo ideal de família patriótica que se sacrificava pela Nação.

O papel da professora, como mãe e educadora, deveria inspirar-se em D. Filipa de Lencastre. O seu espírito missionário e a caridade com a que praticava a sua função social no meio deviam guiar-se pelos padrões de conduta que tinham orientado a vida das rainhas D. Leonor e a Rainha Santa Isabel.

As práticas discursivas não se reduziam à doutrinação do professorado para o autocontrole do seu corpo e dos seus afetos¹¹²⁰. A imprensa recordava regularmente aos professores que deviam exercer uma vigilância constante sobre o seu corpo por forma a evitar eventuais problemas disciplinares. A questão disciplinar acabou por implicar um controlo constante das tendências mais profundas do ser humano¹¹²¹. Essa relação entre o poder disciplinar e os professores acabaria por levar a tensões, nomeadamente no domínio do corpo e dos afetos, dado que a reação dos agentes de ensino nem sempre foi dócil e conformada quando se tratava da expressão da sua sexualidade.

O próprio olhar disciplinar da administração escolar não era exercido uniformemente, questão que poderia estar relacionada com diferentes formas de perceção do corpo nesse período¹¹²². Essas diferenças poderiam explicar a ação da administração escolar conciliatória com as práticas discursivas do poder político, que apresentavam uma imagem moralista e tradicionalista do lugar da mulher na sociedade, e com a realidade do mercado do trabalho.

Os discursos sobre a feminização da docência foram uma presença constante na imprensa de educação e serviam para legitimá-la numa sociedade marcada pela dominação masculina. Procurava-se construir um sentido para a diferença entre os sexos

¹¹¹⁸ *Escola Portuguesa*, n.º 98, 27 de agosto de 1936, 330-332.

¹¹¹⁹ Palestra Radiofónica da Inspectora Felismina Oliveira. *Escola Portuguesa*, n.º 26, 1934, 490-491.

¹¹²⁰ Ver a respeito da necessidade do autocontrole do corpo Brasão, I. P. (1999). *Dons e Disciplina do Corpo Feminino. Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Gráfica 2000, p.61.

¹¹²¹ Giddens faz referência à relação estabelecida por Foucault entre o processo de civilização e a questão disciplinar em Giddens, A. (1996). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta, p. 13.

¹¹²² Ver a esse respeito o trabalho de Brasão, I. P. (1999). *Dons e Disciplina do Corpo Feminino. Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Gráfica 2000, p. 30.

propagandeada pelo poder político e para as fronteiras que o Estado Novo colocou à entrada da mulher no mercado de trabalho¹¹²³, impedindo o seu acesso a determinadas profissões ou estabelecendo-lhe constrangimentos e interdições laborais que não foram colocados ao homem¹¹²⁴.

A relação de dominação não pressupunha um plano de igualdade entre o professorado masculino e feminino. A presença feminina no mundo do trabalho era imputada ao liberalismo e defendia-se que a mulher devia ocupar o lugar que lhe estava reservado na ordem social do regime. O regresso ao lar era usado, segundo Irene Pimentel, como um processo de combate ao desemprego dos homens e manutenção dos níveis da natalidade do país¹¹²⁵.

Legitimava-se a presença da mulher no mercado de trabalho com um argumento biológico, a professora era a mãe e a educadora em casa e na sala de aula. A par desta biologização surgia um discurso marcado pela masculinidade que categorizava a ocupação do magistério como uma inferioridade feminina. Num discurso redutor e economicista argumentava-se que as mulheres só marcaram presença na sala de aula porque os homens precisaram de ocupar postos de trabalho melhor renumerados e defendia-se que o magistério até era uma “profissão decente” para as mulheres¹¹²⁶.

Os discursos sobre a diferença de categoria entre géneros caracterizavam-se por um argumento económico. O professor José Maria Gaspar, da Escola do Magistério Primário de Coimbra, era um dos defensores da ideia de que o exercício da profissão docente pelas mulheres era motivado pelas dificuldades sentidas no orçamento familiar¹¹²⁷. O baixo vencimento englobava o leque de sacrifícios que se pediam ao professorado feminino. A comissária da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Guardiola, reconhecia que a docência era mal remunerada, mas enaltecia o papel da professora primária ao estabelecer um

¹¹²³ Pimentel, I. F. (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*. Círculo de Leitores: Lisboa, p. 39.

¹¹²⁴ No período da Ditadura Militar, em 1927, foram proibidos 65 trabalhos às mulheres. Ver a esse respeito o trabalho de Baptista, V. (2013). *A Legislação e as Mulheres trabalhadoras em Portugal – de finais do século XIX aos anos quarenta do século XX. XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, organizado pela Universidade do Minho, 1-11.

¹¹²⁵ Pimentel, I. F. (1999). *As Mulheres no Estado Novo e as Organizações Femininas Estatais*. A. Cova & M. B. N. Silva (Org.), *As Mulheres e o Estado* (p. 67). Lisboa: Universidade Aberta.

¹¹²⁶ Rodrigues, N. (1934, 13 jun). Professores e Professoras. *Federação Escolar*, n.º 327, 1.

¹¹²⁷ Gaspar, J. M. (1945). *Oiça, Senhora Professora! (Ensaio Pedagógico)*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, p. 9.

paralelo entre a sua profissão e a sua missão pela Nação. Se a sua profissão a confinava ao espaço da sala de aula, a sua missão de educadora era nobre porque era exercida em nome da Pátria¹¹²⁸.

A feminização da docência conduziu à intensificação da doutrinação e da ação do poder disciplinar sobre o comportamento das docentes, professoras e regentes, com especial incidência sobre o seu corpo e afetos.

A moda podia ser percecionada como uma expressão da individualidade e, por isso, também foi objeto de constrangimentos pelo regime¹¹²⁹. As regras do vestuário prendiam-se com o seu estatuto socioprofissional e deviam reger-se pelos princípios da simplicidade, descrição e decoro. Defendia-se uma tendência da moda que apontava para a descida das saias, por forma a cobrir os joelhos, e tons mais neutros, porque a mulher não precisava de andar vestida com as “cores do arco-íris”¹¹³⁰. A austeridade marcava os padrões estéticos oficiais e a professora primária devia ser o símbolo desse moralismo cristão. No ano de 1933 era publicado um editorial na *Federação Escolar*, intitulado “a moral dos costumes” onde se criticava a mulher que ia na corrente do modernismo e se masculinizava¹¹³¹ através do seu vestuário e do seu comportamento:

*Temos visto com mágoa que o grande mundo considera atrasada toda a mulher que não vai na corrente impetuosa do modernismo (...). Pior que isso, há a exibição de maneiras, trajos e de costumes pouco recomendáveis, que forçam a timidez natural da mulher, aparentando muitas vezes o que não é, e que brigam com a sensibilidade das pessoas cuja moral não permite anormalidades, verdadeiros desequilíbrios que põem uma nota de loucura na sociedade*¹¹³².

A imprensa era um meio de evasão feminina para um mundo de sonho e de fantasia¹¹³³ e, por isso, algumas revistas femininas e a imprensa da educação, como *O Educador*, procuravam divulgar os paradigmas estéticos do regime. Muitas professoras eram assinantes de periódicos ligados à educação e a revista *Menina e Moça* também era lida por

¹¹²⁸ *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 7, novembro de 1947, 2.

¹¹²⁹ Ver a respeito da moda no Estado Novo Garcia, A. M. (2011). *A moda feminina no Estado Novo. A relação da moda e da política nos anos sessenta em Portugal* (Tese de Mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

¹¹³⁰ *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 2, junho de 1939, 7.

¹¹³¹ Ver a esse respeito o posicionamento das revistas femininas sobre a estilização/masculinização do vestuário em Barreira, C. (1994). *História das Nossas Avós. Retrato da Burguesa em Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 107-113.

¹¹³² *Federação Escolar*, n.º 290, 27 de setembro de 1933, 1.

¹¹³³ Ver o tratamento da questão das revistas femininas em Guinote, P. (1997). *Quotidianos Femininos: 1900-1933*. 2 vols. Cruz Quebrada: Gráfica 2000.

elas¹¹³⁴. Sob o signo da austeridade, a imprensa da educação dava conselhos às professoras sobre a melhor forma de confeccionarem as suas roupas, decorarem o seu lar ou confeccionarem receitas para o aproveitamento das sobras.

A imprensa da educação destacava a singularidade da mulher portuguesa, no contexto de um ideário de recristianização da Nação. Afirmava-se que a professora devia primar pela simplicidade, e não evidenciar sinais de luxo que não eram compatíveis com o seu modesto ordenado. A aparência da professora não podia ser representativa da mulher pecadora, “banal e medíocre”¹¹³⁵ e, por conseguinte, não podia recorrer aos artifícios da pintura, dissimuladores da verdadeira personalidade feminina, e que remetiam para o pecado. Considerava-se que um vestuário e uma pintura exuberantes eram expressões de uma sensualidade que ultrapassava as fronteiras da moralidade social e construía-se um conceito de beleza oficial remetia para uma dimensão espiritual, com correspondência com o conceito de beleza mariano defendido pela Igreja Católica¹¹³⁶.

O jornal *O Educador*, no contexto da segunda guerra mundial, diferenciava a mulher portuguesa da inglesa, defendendo que a verdadeira era a mulher-mãe e não a mulher operária ou soldado e que a sua verdadeira beleza só resplandeceria se a mulher ocupasse o seu lugar no lar¹¹³⁷.

O avolumar das queixas contra professoras colocadas em zonas rurais conduziu assim à construção, por parte da administração escolar e a da imprensa, de um modelo para a sua aparência. A DGEP, no boletim *Escola Portuguesa*, nas décadas de 30 e 40, publicou vários textos que apresentavam uma imagem da professora que se pretendia para a escola portuguesa. Uma professora com “boa figura”, de cabelo bem arranjado e com vestuário de corte simples e modesto, portadora de uma bata branca que simbolizava a pureza feminina.

Na prática, muitas das professoras, recém-formadas nas cidades, escandalizavam, com a sua figura e costumes, a maioria dos habitantes, motivando queixas e a instauração de processos. A sua apresentação devia ser simples, não evidenciar sinais de luxo e não

¹¹³⁴ Nas viagens organizadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, no país e no estrangeiro, eram levadas revistas para distribuir pelos vários locais de passagem.

¹¹³⁵ Ver a título de exemplo o artigo Não Ser Medíocre. *Mocidade Portuguesa Feminina. Boletim Mensal*, n.º 3, julho de 1939, 3.

¹¹³⁶ Ver a este respeito Mota-Ribeiro, S. (2002, abril). ‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo’. Comunicação apresentada ao *IV Congresso Português de Sociologia*, Universidade de Coimbra, 1-26. Disponível em <https://tinyurl.com/z9v6w3k> (5 jan. 2016)

¹¹³⁷ Ver a esse respeito o *Educador*, n.º 543, de 25 de junho de 1943, 1.

utilizar o cabelo solto ou trajes que chocassem os aldeões. Os conselhos dados pela revista *Menina e Moça* às jovens que iam passar férias nas aldeias podiam aplicar-se às mulheres que exerciam a docência nas comunidades rurais:

*És a menina da cidade, a menina de Lisboa (...). Os teus vestidos são os mais elegantes e não-de ser copiados, as tuas atitudes, os teus gestos, a tua maneira de falar serão imitados (...). Não tenhas gosto em escandalizar; em contacto com o recato e a simplicidade, torna-te mais recatada e mais simples*¹¹³⁸.

A linguagem das professoras devia espelhar o código de conduta moral e social oficial, o que nem sempre acontecia e suscitava queixas às direções dos distritos escolares¹¹³⁹. Um dos tipos de queixas que surgia com alguma regularidade prendia-se com a utilização de linguagem considerada imprópria para uma mulher. Defendia-se a existência de uma linguagem característica das mulheres. João da Silva Correia numa conferência realizada, em 1927, na Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra, considerava que a linguagem feminina se diferenciava da dos homens pelo seu tom e ritmo, reflexo do seu sistema nervoso e do seu espírito bisbilhoteiro¹¹⁴⁰.

A construção social sobre o género estava presente em textos e em processos instaurados, cuja acusação incluía o uso de linguagem imprópria, por considerar-se um “péssimo exemplo” dado por uma educadora¹¹⁴¹. Não foi encontrada nenhuma referência à utilização de uma linguagem imprópria por parte de professores do sexo masculino em processos disciplinares.

A imagem ideal da pureza feminina não era compatível com o recurso a calão e a palavrões que eram proferidos em algumas salas de aula. Alguns inspetores atribuíam essa linguagem à fragilidade nervosa das professoras ou à sua idade avançada, sendo algumas encaminhadas para uma junta médica no decurso da instauração do processo disciplinar.

A DGEP procurou disciplinar as práticas das professoras e impedir que estas recorressem à moda para expressão de possíveis feminismos. A imprensa não considerava perigosa a mulher que estudava e trabalhava desde que mantivesse uma conduta irrepreensível¹¹⁴². A possível influência exercida pelas docentes junto das alunas e do meio local esteve na

¹¹³⁸ *Menina e Moça*, n.º 27 e 28, julho-agosto de 1949.

¹¹³⁹ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-367. Processo n.º 311 datado de 1937.

¹¹⁴⁰ Correia, J. da S. (1935). *A linguagem da mulher*. Lisboa: Academia das Ciências.

¹¹⁴¹ AHMN, JNE, Caixa 2-385. Processo n.º 291 datado de 1938-1939.

¹¹⁴² *Federação Escolar*, n.º 343 de 5 de dezembro de 1931, 3; *Federação Escolar*, n.º 344 de 10 de outubro de 1934, 1.

origem da recomendação que as professoras não deviam ensinar as alunas a pintar-se, mas a serem boas donas de casa¹¹⁴³.

Esses conselhos vinham na sequência de uma ordem de serviço da DGEP, de 30 de abril de 1936, que determinava que as docentes e as alunas-mestras não podiam apresentar-se “ao serviço exageradamente pintadas ou em trajes pouco recomendáveis por quaisquer exageros”¹¹⁴⁴. A publicação desse normativo, de acordo com a imprensa, justificava-se pelos exageros das “pinturas modernas”¹¹⁴⁵. A *Escola Portuguesa* relembra, em 1937, essa proibição com a argumentação que as pinturas eram apenas um “verniz superficial”, e associava o seu uso à prostituição quando afirmava que as mesmas eram usadas pelas mulheres públicas no tempo de Cristo¹¹⁴⁶.

O feminismo era alvo das maiores censuras nos relatórios dos instrutores dos processos e na imprensa da educação. Posição semelhante era defendida pela Igreja e em outros regimes autoritários ocidentais, como o fascismo italiano¹¹⁴⁷. A emancipação da mulher era criticada e considerava-se o feminismo como uma exceção exercida por um número reduzido de mulheres que pretendiam, segundo Fernando Pires de Lima, transformar o “belo-sexo” no “feio-sexo”¹¹⁴⁸.

A mulher não queria ser uma mimese do homem, mas possuir uma posição equivalente. Em 1951, uma professora primária publicou um artigo no jornal *A Voz Africana* sobre o “Estado Novo e a Mulher Portuguesa” onde defendia essa posição¹¹⁴⁹. A reação da administração escolar era rápida e incisiva perante a expressão de possíveis feminismos e a essa professora seria instaurado um processo na sequência de queixas de habitantes locais que se sentiam visados pelos seus artigos na imprensa local.

¹¹⁴³ *O Educador*, n.º 178, 7 de junho de 1936, 1 e 6.

¹¹⁴⁴ Circular referenciada em Ferreira, O. G. & Gaspar, J. M. (1951). *Legislação e Administração Escolares: de harmonia com os programas em vigor nas Escolas do Magistério Primário*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 240.

¹¹⁴⁵ Ver, a título de exemplo, *Educador*, n.º 185, 26 de julho de 1936, 5.

¹¹⁴⁶ *Escola Portuguesa*, n.º 153, 30 de setembro de 1937.

¹¹⁴⁷ A propósito da política do fascismo italiano em relação à mulher ver Leal, E. (2007). *O Estatuto da Mulher no Fascismo Italiano. Faces de Eva*, n.º 18, 33-44.

¹¹⁴⁸ Lima, F. de C. P. de (1932). *Feminismo e Feministas*. Porto: Edições Gremem, p. 16.

¹¹⁴⁹ *Voz Africana*, n.º 76, 20 de julho de 1951, 1. A essa professora foi instaurado um processo devido a um livro que publicou. Várias figuras da comunidade onde vivia consideravam que estavam representadas na obra, o que levou a uma queixa à Direção de Distrito Escolar. Não indicamos o número do processo devido vários nomes que eram citados e dado que a declaração de honra que assinámos para a consulta dos processos disciplinares impossibilita-nos de fazer quaisquer referências a pessoas envolvidas nos processos.

O discurso de gênero encontrava-se nos processos instaurados e o olhar disciplinar da administração escolar não era simétrico¹¹⁵⁰. Era um olhar masculino que dominava a cadeia hierárquica, mesmo quando os discursos ou as funções inspetivas eram exercidas por mulheres, como foi o caso das inspetoras Felismina Oliveira e Áurea Amaral¹¹⁵¹. O mesmo olhar surgia através das mulheres que escreviam na imprensa da educação e que possuíam maioritariamente um discurso marcado pelas categorias masculinas¹¹⁵².

Das mulheres que desempenhavam funções oficiais esperava-se que assumissem o papel reservado à mulher e seguissem os princípios ideológicos do regime. Essas funções foram desempenhadas por mulheres solteiras, dado que Salazar permitiu que algumas mulheres solteiras participassem na administração pública e na assembleia nacional¹¹⁵³.

Os princípios ideológicos do regime foram assimilados por alguns elementos dessa elite feminina que expressavam publicamente a sua fidelidade ao regime. A inspetora Áurea Amaral¹¹⁵⁴ nos textos que publicou, nos anos 30, na *Escola Portuguesa* tinha um discurso apologético de Salazar. Defendia que a mulher tinha uma dívida de gratidão para com Salazar, porque foi ele que a dignificou. Assumia claramente que o mercado de trabalho era reservado apenas às solteiras porque essas necessitavam de sustentar o seu lar.

A recusa do feminismo surgia quando referia que todo esse processo de valorização da mulher, nomeadamente no que dizia respeito ao direito de voto e à presença de mulheres deputadas na Assembleia Nacional, foi conseguido sem as contestações que eram características do período republicano, feitas através de campanhas “burlescas e ridículas” pela conquista de direitos políticos¹¹⁵⁵.

¹¹⁵⁰ Ver a questão da relação entre dominantes e dominados e a ausência de simetrismo em Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Edições Fim de Século, pp. 150-151.

¹¹⁵¹ Para além destas duas inspetoras, também Irene Lisboa exercia as funções de Inspetora. O seu discurso era marcado essencialmente por preocupações pedagógicas. Essas mulheres desempenharam funções de inspetoras dos serviços de orientação.

¹¹⁵² Ver a esse respeito Bordieu, P. (2012). *A Dominação Masculina* (M, H, Kühner Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (obra originalmente publicada em 1998), p. 118.

¹¹⁵³ Ver a esse respeito Belo, M., Alão, A. P. & Cabral, I. N. (1987). O Estado Novo e as mulheres. In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959* (Vol. II, pp. 270-273). Lisboa: Fragmentos.

¹¹⁵⁴ Áurea Judith do Amaral foi também docente na Escola Normal Primária do Porto e Diretora da secção feminina do Instituto do Professorado Primário no Porto. Foi uma pedagoga defensora do movimento da Escola Nova.

¹¹⁵⁵ Amaral, A. (1953, 27 abr). A dívida da mulher portuguesa em relação a Salazar. *Escola Portuguesa*, n.º 183, 382.

A inspetora Felismina Oliveira, ao contrário do tom moderado de Áurea Amaral, apresentava um discurso mais intenso e singular. Representava a imagem da mulher solteira, colaboradora ativa do Estado-Nação. A correspondência que trocou com Salazar era exemplo de um discurso apologético do culto e da defesa do chefe, contra tudo e contra todos. Salazar era informado, em longas cartas, da vivência política e educativa de Viseu, zona a partir da qual exercia a sua atividade profissional. Através dessa correspondência, o Presidente do Conselho de Ministros, poderia identificar possíveis inimigos ou colaboradores pouco dinâmicos na sua obra de ressurgimento. O seu contacto com Salazar fez com que tivesse uma influência social considerável na região de Viseu¹¹⁵⁶.

Ela assumia-se como uma “apostola missionária” encarregue pelo mestre de operacionalizar o projeto educativo do regime. Essa questão era por exemplo visível numa carta que enviou a Salazar, a 5 de janeiro de 1940:

Esta exposição é dirigida aquele que, em Março de 1933, me convenceu a ir para Lisboa ocupar o lugar de inspectora orientadora do ensino primário. Diz-me a consciência que até hoje, em nada desmereci da antiga confiança em mim depositada, e por isso me atrevo a pedir a sua atenção para a maneira por que se pretende invalidar o meu esforço na cooperação para o estabelecimento da ordem dentro dos serviços da educação nacional¹¹⁵⁷.

O paradigma do comportamento feminino, pautado pela obediência, não se podia aplicar completamente a essa mulher. A forma como exercia a sua missão de moralização da escola primária levou-a à prática da desobediência aos seus superiores e acabou por afastá-la do que se esperava socialmente e oficialmente de uma mulher. Assumia a sua fidelidade a Salazar e em seu nome chegava a desrespeitar os seus superiores hierárquicos, através de críticas a algumas das suas medidas e de informações detalhadas a Salazar, através de cartas, do funcionamento da direção geral. A sua decisão de recusa do princípio de obediência aos seus superiores hierárquicos era sempre legitimada pelos valores morais que deviam conduzir a vida da mulher portuguesa.

No ano de 1937, devolveu à DGEP um conjunto de processos a professores, que lhe foram enviados pelo adjunto do diretor geral, por considerar que era “impróprio para uma senhora andar por esse país fora a fazer inquéritos disciplinares”¹¹⁵⁸. Essa desobediência foi

¹¹⁵⁶ Ver a respeito da influência de Felismina Oliveira em Viseu e da sua ligação afetiva a Salazar os seguintes trabalhos: Cabrita, F. (2006). *Os Amores de Salazar*. 5ª Edição. Lisboa: A Esfera dos Livros; Ducret, D. (2011) *Mulheres de Ditadores*. Alfragide: Casa das Letras.

¹¹⁵⁷ ANTT, AOS/CP-202, P1, p. 180.

¹¹⁵⁸ ANTT, AOS/CP-202, P1, pp. 180-186.

responsável por um despacho ministerial, de maio de 1941, determinando que lhe fosse aplicada a pena disciplinar de advertência¹¹⁵⁹.

A persistência do seu comportamento fez com que no dia 27 de maio de 1944, por despacho ministerial, lhe fosse instaurado um novo processo disciplinar que conduziu à sua suspensão. No contexto desse último processo, dirigiu uma carta a Salazar onde enviou a sua defesa, face à nota de culpa que lhe era dirigida, e onde procedia a uma retrospectiva do seu serviço “à causa de Deus e da Pátria”, frisando que toda a sua vida profissional foi sempre pautada pela obediência a Salazar¹¹⁶⁰.

Os próprios funcionários da administração escolar, por vezes, tomavam posições públicas que espelhavam a masculinidade hegemónica¹¹⁶¹ em relação ao género feminino. Existiam algumas queixas de professoras à DGEP por terem um tratamento diferenciado dos seus colegas masculinos. Dessa situação foi exemplo a instauração de um processo disciplinar, em 1945, ao diretor do distrito escolar de Viana do Castelo. A nota de culpa tinha vários artigos que se relacionavam com a sua atitude assimétrica em relação aos professores do seu distrito, nomeadamente pela forma agressiva como tratava as professoras e as suas afirmações públicas sobre o desprezo que votava às mulheres¹¹⁶².

Apesar das várias acusações e do processo de sindicância instaurado aos serviços dessa direção escolar, por utilização indevida de verbas, o processo disciplinar acabou por ser arquivado. Essa posição dos serviços centrais não era única e expressava a preocupação por parte da administração escolar de não pôr em causa, publicamente, os seus funcionários superiores, preocupação que se encontrou em pareceres da JNE. Os representantes do ministério tinham de ser um espelho da ordem e da moralidade e a sua acusação punha em causa o seu papel de burocratas disciplinados e disciplinadores, definido pelo Ministro Cordeiro Ramos a partir de 1933.

¹¹⁵⁹ ANTT, AOS/CP-201, P1, pp. 229-261.

¹¹⁶⁰ ANTT, AOS/CP – 201, P1, pp. 419-435.

¹¹⁶¹ A masculinidade hegemónica correspondia a um padrão de práticas que exercia domínio sobre as outras masculinidades. Era normativa porque se apresenta como a melhor forma de ser de um homem e levava a que todos os homens se posicionassem relativamente a ela. Servia ainda para legitimar ideologicamente a subordinação feminina. Ver o trabalho de Almeida, M. V. (1996). Género, Masculinidade e Poder. Revisitando um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, n.º 95, 162. Disponível em <http://tinyurl.com/ztnfcmw> (10 jan. 2015)

¹¹⁶² AHME, JNE, Caixa 02-370. Processo n.º 153/919 datado de 1951-1952.

A regeneração dos afetos

A dimensão afetiva era uma das muitas dimensões das relações sociais, segundo Anália Torres, que operava nos vários domínios da vida social, e que por isso estava presente na atividade profissional do professorado¹¹⁶³. As relações amorosas eram um lugar privilegiado dessa dimensão afetiva, devendo as mesmas serem situadas no contexto cultural e espaço-temporal onde se desenvolviam¹¹⁶⁴. As relações amorosas, nos textos da imprensa e nos processos instaurados, surgiam em três dimensões: o namoro, a *mancebia*¹¹⁶⁵ e o casamento.

Os comportamentos sociais diferenciados¹¹⁶⁶ atribuídos aos professores do sexo masculino e sexo feminino refletiam um universo simbólico que legitimava a construção oficial da sua identidade e serviam de guia aos agentes da administração escolar no controlo das suas relações amorosas.

A redescoberta do corpo, como testemunho do prazer e da felicidade, conduziu à necessidade de controlo da vida privada e afetiva, e sobretudo das relações amorosas, do professorado¹¹⁶⁷. Tornou-se necessário regularizar a corporeidade, o que significava agir sobre as manifestações que a administração escolar e as convenções sociais consideravam desviantes dos paradigmas sociais da apresentação e da gestão do corpo¹¹⁶⁸.

Ao corpo da mulher professora foram impostas fronteiras¹¹⁶⁹, físicas e sociais, que se revestiam de uma importância fundamental. A docente devia primar pelo autodomínio e pautar o seu comportamento por um ideal católico e conservador. Ao homem permitia-se

¹¹⁶³ Torres, A. C. (1987, nov.). Amores e desamores – Para uma análise sociológica das relações afetivas. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 3, novembro de 1987, 22-23. Disponível em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=409> (2 jun. 2014)

¹¹⁶⁴ Torres, A. C. (1987, nov.). Amores e desamores – Para uma análise sociológica das relações afetivas. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 3, novembro de 1987, 23. Disponível em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=409> (2 jun. 2014)

¹¹⁶⁵ A mancebia era entendida, nos processos, nas situações em que as professoras tinham um amante ou viviam em união de facto.

¹¹⁶⁶ Ver a questão do processo de socialização das diferenças entre sexos em Amâncio, L. (2003). Gênero e Ciência no percurso da psicologia social, Comunicação apresentada nas *Conferências sobre o Equinócio*, 9-15.

¹¹⁶⁷ Ver a esse respeito Crespo, J. (2001). A Civilização do Corpo. *Comentário. Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 2, 30-35.

¹¹⁶⁸ Ver a questão dos paradigmas sociais do corpo em Ferreira, V. S. (2013). Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. *Análise Social*, 208, XLVIII (3º), 499. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a01.pdf (19 jan. 2017)

¹¹⁶⁹ Ver a este respeito Brasão, I. P. (1999). *Dons e Disciplina do Corpo Feminino. Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Gráfica 2000.

ultrapassar os constrangimentos sociais e políticos impostos à sexualidade, enquanto a mulher era confinada a regras de conduta que constrangiam, e interditavam mesmo, as suas relações amorosas.

Essa tolerância era visível em casos de relações amorosas de professores com criadas ou auxiliares das escolas. A imagem apresentada pelos inspetores dessas mulheres, nos processos instaurados a professores do sexo masculino, remetia para a sua baixa qualificação, sendo geralmente analfabetas. As criadas identificadas nos processos eram menores¹¹⁷⁰, com idades entre os 14 e os 16 anos. Apesar da sua idade, elas eram representadas como a mulher sedutora e pecadora que seduzia e desviava o professor do caminho da moralidade.

Os instrutores apresentavam-na, na maioria dos casos, como alguém que deliberadamente, sozinha ou com o auxílio de familiares, seduzia o professor e através dessa relação procurava uma promoção social¹¹⁷¹. A imagem da criada tinha uma conotação negativa dentro dos padrões morais da sociedade, uma vez era alguém com quem, em determinados meios sociais, os rapazes iniciavam a sua vida sexual¹¹⁷².

Alguns professores tinham relações com as criadas das casas ou das pensões onde viviam. A gravidez surgia, por vezes, como consequência dessa relação e o professor procurava que a mulher praticasse um aborto, uma vez que não tinha intenção de perfilhar a criança e de regularizar a situação dessa mulher através do casamento¹¹⁷³.

O namoro do professorado era um tema abordado pela imprensa da educação. Esse período era considerado, segundo a visão social dominante, como um estágio de preparação para o casamento. Defendia-se que a paixão era o contrário de amor, porque era inimiga de um bom casamento por se considerar sinónima de uma relação de curta duração. O período de namoro e de noivado correspondia a uma fase de conhecimento do outro e ao início de

¹¹⁷⁰ Ver a respeito da condição social das criadas Brásão, I (2012). O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970). Lisboa: Tinta da China.

¹¹⁷¹ A título de exemplo ver AHME, JNE, Caixa 02-137. Processo de reintegração n.º 959 datado de 1951.

¹¹⁷² Ver a respeito da iniciação sexual dos rapazes Samara, M. A. & Henriques, R. P. (2013). Viver e Resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na primeira pessoa. Lisboa: Versodakapa, pp. 36-37.

¹¹⁷³ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 151/420 datado de 1953.

processo de construção do amor¹¹⁷⁴, condição fundamental para a defesa da família e impeditiva da dissolução do casamento.

No campo, o namoro tinha um tempo e espaço próprios, seguindo os ritmos do trabalho rural. A relação afetiva caracterizava-se pela distância e austeridade, desenvolvendo-se sob a vigilância da mãe ou de uma irmã¹¹⁷⁵. As professoras traziam costumes novos para as comunidades rurais na esfera afetiva que rompiam com a imagem do namoro tradicional.

Nessas comunidades, o lugar das manifestações afetivas era reservado para a intimidade e, afirmava-se nos discursos oficiais, que só deveriam ter lugar após o casamento. Da rapariga esperava-se castidade e serenidade, o que nem sempre acontecia com algumas professoras que manifestavam as suas emoções publicamente e de forma considerada intensa. As professoras eram percecionadas como um elemento estranho e ameaçador aos rituais ligados ao namoro e ao casamento dos membros da comunidade. Considerava-se que entravam em concorrência com as raparigas solteiras da comunidade e interferiam mesmo em alguns dos compromissos de casamento entre famílias locais que esperavam unir os seus filhos e bens familiares.

A imprensa da educação manifestava a sua preocupação com a integração das docentes e fornecia bastantes regras e conselhos sobre o período de namoro dos professores. Nesses textos, o homem surgia como o responsável pelo desvio moral das professoras. A docente, ao contrário das criadas e das serventes, personificava o bem e o homem representava o mal, porque insinuava-se junto da professora e poderia levá-la a pecar.

A melhor forma de evitar o escândalo passava por não existirem contactos, públicos ou privados, com homens, por parte das docentes solteiras. No jornal *O Educador*, em 1947, era publicado um diálogo entre dois jovens professores colocados numa aldeia, numa escola nova do Plano dos Centenários, frequentada por crianças dos dois sexos, embora em regime de separação¹¹⁷⁶. Essa conversa decorria junto ao portão que separava os dois pátios de recreio que funcionava como fronteira espacial e sexual. Os olhares das ceifeiras que trabalhavam nos campos simbolizavam o olhar disciplinador sobre os docentes.

¹¹⁷⁴ Ver a respeito do tempo do namoro Torres, A. C. (1987, novembro). Amores e desamores – Para uma análise sociológica das relações afectivas. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 3, novembro de 1987, 29. Disponível em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=409> (2 jun. 2014)

¹¹⁷⁵ Ver o namoro nas comunidades rurais em Almeida, A. M. N. de (1986). Ente o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 493-520.

¹¹⁷⁶ Gouveia, J. M. (1947, 3 de mar.). Diálogo. *O Educador*, n.º 720, 1.

A professora era apresentada como alguém que evitava sempre ter conversas com o colega, enquanto esse acalentava a esperança de conhecê-la melhor. A mulher personificava, nesse texto, a disciplina, ou seja, a administração escolar, lembrando ao colega que o autocontrole dos funcionários públicos era fundamental. Alertava-o para que a profissão do magistério era uma missão permanente e que por isso se diferenciava do estatuto dos restantes funcionários públicos. Os padrões da moral comunitária levavam a que as famílias quisessem garantir que os professores, a quem entregavam os filhos, fossem dignos da sua confiança e, para isso, era essencial que fossem respeitadas as normas que regiam a vivência no meio local. O artigo terminava com a docente a despedir-se do professor dando a entender que não haveria mais diálogos, ou seja, que a melhor forma de cumprir a sua missão era não socializar com homens, fossem esses professores ou não.

Através da análise dos processos de autorização de casamento e dos processos a professores detetaram-se focos de resistências às regras de constrangimento das relações afetivas impostas pela DGEP. O corpo do professorado feminino funcionava como uma linguagem¹¹⁷⁷ que expressava, sem recorrer a palavras, o que se encontrava escondido no seu íntimo, ou seja, um desejo inconsciente, em muitos casos, de quebrar as regras sociais que lhe eram impostas.

Foram identificadas várias queixas e processos motivados pelo namoro público das docentes e de alunas-mestras. Passear de mão dada ou ser vista a beijar o namorado em público, nas comunidades rurais, ocasionava queixas e a instauração de processos. A esses processos juntavam-se outros motivados por conversas de docentes do sexo feminino com homens, namorados ou noivos, a sós, quando as convenções sociais ditavam a conveniência da presença de uma acompanhante feminina. A idade e o isolamento das professoras eram geralmente apontados como razões para os seus comportamentos desviantes.

O olhar vigilante das comunidades aldeãs esteve na origem do desenvolvimento de estratégias para que as visitas masculinas das professoras não provocassem escândalo. Os

¹¹⁷⁷ Ver a esse respeito da utilização do corpo como linguagem Bourdieu, P. (1977, abr.). *Remarques Provisoires sur la perception sociale du corps. Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 14, 51-54. Disponível em http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_14_1_2554 (18 jan. 2016)

namorados eram apresentados como elementos da família ou recorria-se à presença de uma terceira pessoa, sua conhecida ou familiar, para que fossem mantidas as aparências.

Outra estratégia encontrada por algumas professoras quando o namorado as visitava na escola, e uma vez que não era permitido a entrada de pessoas estranhas na sala de aula, era a da apresentação como inspetor ou um outro funcionário da administração escolar¹¹⁷⁸. A profissão exercida pelo homem era usada por algumas professoras como estratégia para justificar as suas visitas a casa. No caso dos médicos justificava-se a sua presença através da prática de um tratamento e da impossibilidade de o realizar a outra hora devido a compromissos profissionais.

Para fugir ao olhar disciplinar do meio, algumas professoras abandonavam, durante o fim de semana e as férias escolares, a localidade da sede da escola e realizavam os seus encontros amorosos em casas alugadas ou pensões¹¹⁷⁹. No entanto, a ida para fora, em situação de férias ou de fim de semana com o namorado, quando detetada, era motivo para a aplicação de sanções disciplinares¹¹⁸⁰.

Uma professora solteira grávida via a sua situação rapidamente descoberta pela comunidade. A única solução social e moral para o seu comportamento seria a reparação através do matrimónio e competia ao homem essa reparação e regeneração. O casamento era um ritual de passagem na vida dos homens¹¹⁸¹ que conferia a sua transição de celibatários para o grupo dos casados. Era através do matrimónio que a professora atingia a plenitude da sua missão de mulher portuguesa, ao serviço do Estado-Nação, conciliando o seu papel legítimo de educadora e de mãe.

O casamento era, por vezes, considerado como um rito de regeneração masculina pelos inspetores e apresentado como atenuante na aplicação de uma sanção disciplinar a docentes desse sexo. Nesses casos, a mulher assumia o papel da guardiã da moral familiar e seria através dela que se operava a regeneração moral do homem.

¹¹⁷⁸ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-370. Processo n.º 6 datado de 1938.

¹¹⁷⁹ AHME, DGEP, Caixa 1-106. Processo n.º 292 datado de 1950.

¹¹⁸⁰ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/664 datado de 1953.

¹¹⁸¹ Seguimos a conceção de ritual de Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, p. 89.

As sanções eram mais pesadas se a professora não conseguia que a sua situação moral, motivada pela gravidez, fosse reparada através do casamento¹¹⁸². O modelo ideal de família e a sua consagração através do matrimónio fazia uma distinção social entre filhos legítimos e filhos ilegítimos¹¹⁸³. A única atenuante para a administração escolar consistia na recusa da professora em praticar um aborto¹¹⁸⁴.

As relações amorosas das professoras fora do lar conjugal eram sujeitas ao olhar disciplinar da direção geral, mesmo quando se limitavam a uma simples troca de correspondência¹¹⁸⁵. A situação era justificada pela administração escolar que considerava que, apesar dos factos dizerem respeito à vida privada, acabavam por assumir um significado disciplinar porque produziam escândalo público.

A professora era uma funcionária pública e, por isso, a sua atuação tinha que ser um espelho de moralidade para que as suas práticas estivessem em sintonia com o discurso ideológico de uma escola nacionalista guiada pelo espírito da moral cristã. O olhar disciplinar tornava-se mais pesado se a professora seduzia um homem casado e punha em causa a harmonia do seu lar. A situação era ainda mais gravosa se a docente abandonava o lar conjugal por causa de uma relação ilícita e revelava, desse modo, a sua “incapacidade moral para o exercício da função educativa”¹¹⁸⁶.

Nos casos identificados de professores do sexo masculino casados que vivenciaram situações de “mancebia” verificou-se a sua desculpabilização pela administração escolar. Justificava-se que a sua situação se devia à impossibilidade de conseguir o divórcio ou porque o mau comportamento da mulher provocou o seu abandono do lar¹¹⁸⁷. Apenas se exercia o poder disciplinar da DGEP, nos casos que detetamos, quando o professor causava

¹¹⁸² Ver a esse respeito os processos instaurados por comportamento imoral no capítulo VI.

¹¹⁸³ Ver a respeito Wall, K. (2010). *Os homens e a política da família. A Vida Familiar no Masculino. Negociando Novas e Velhas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 67-94.

¹¹⁸⁴ Em 1952 foi arquivado um processo contra uma regente, viúva e mãe de três filhos, assinalada como tendo tido sempre, durante o período do seu casamento, um porte moral irrepreensível. Apresentava-se a imagem de uma professora que no seu estado de viuvez e de alguma fragilidade emocional, não conseguiu resistir à sedução de um homem que lhe prometera o casamento. Dessa relação nasceu uma criança do sexo feminino e a sua recusa em praticar um aborto levou a que o Conselho Permanente de Ação Educativa não concordasse com a pena do instrutor, a transferência, e desse o parecer, que foi aceite pelo ministro, de arquivamento do processo. AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo 151/83 datado de 1952.

¹¹⁸⁵ AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo n.º 152/688 datado de 1953.

¹¹⁸⁶ AHME, JNE, Caixa 2-374. Processo n.º 152/374 datado de 1952.

¹¹⁸⁷ AHME, JNE, Caixa 23-123. Parecer do Conselho Permanente de Ação Educativa aprovado a 19 de junho de 1950. Processo fornecido em fotocópias e sem identificação do seu número.

escândalo público pelas suas relações com mulheres e não era praticante da religião católica.

A posição disciplinar da administração escolar era diferente se fosse comprovado que o professor “desflorou” uma mulher, nomeadamente uma docente, ou se mantinha relações amorosas com mulheres casadas¹¹⁸⁸. Considerava-se que os docentes eram responsáveis pelos comportamentos desviantes das mulheres, uma vez que elas deixavam de cumprir os seus deveres de esposa, nomeadamente no que concerne à fidelidade conjugal¹¹⁸⁹.

A ocupação de cargos na hierarquia da administração podia funcionar como atenuante disciplinar, uma vez que a nomeação desses funcionários era feita pelos serviços centrais do ministério e, por isso, a aplicação de uma pena gravosa poderia ser encarada como o reconhecimento de um erro por parte da DGEP e também de alguma falta de zelo administrativo. A ação defensiva da DGEP sobrepunha-se à ação ofensiva de disciplina do corpo e dos afetos do professorado e isso verificava-se apesar do escândalo público que o caso pudesse provocar.

As normas sociais e morais da sociedade patriarcal estavam presentes nos processos em que era o professor acusado de ter relações sexuais fora do seu casamento, com mulheres solteiras que não exerciam a docência, tal como já referimos em relação às criadas. A culpa era da mulher pecadora e o seu comportamento era de tal forma transgressor que não se considerava passível de provar que o professor fosse o pai de uma criança resultante dessa relação ilícita.

O homem tinha o poder de decisão sobre a reparação e não era fortemente sancionado senão o fizesse. Pelo contrário, a professora adultera ou a viver uma “união ilícita”¹¹⁹⁰, não era encarada com a mesma tolerância. Essa mulher desafiava em nome da sua felicidade as convenções sociais e o seu comportamento era entendido como marginal, porque não se regia pelas normas morais padronizadas pela comunidade.

A apologia do casamento era feita por algumas revistas femininas e periódicos da educação. A revista católica *Stella*, em 1939, criticava, em vários textos, a “união livre”, que era entendida como uma união que não era selada pelo casamento religioso ou mesmo

¹¹⁸⁸ AHME, JNE. Processo n.º 152/7 datado de 1944. Fornecido em fotocópia e sem identificação da caixa.

¹¹⁸⁹ AHME, JNE. Processo 152/7 1944. Fornecido em fotocópia e sem identificação da Caixa.

¹¹⁹⁰ União ilícita era equivalente a mancebia e era entendida como viver com o homem sem a existência de casamento.

civil. Apontava-se o dedo a essas uniões consideradas responsáveis pela negação da família portuguesa e pelo regresso à “animalidade”¹¹⁹¹.

A expressão “mancebia pública” era utilizada pela administração escolar, nos processos instaurados a docentes, para designar casos de professores e regentes do sexo feminino que viviam relações fora do casamento, de carácter permanente, e que eram testemunhadas pela comunidade local. As direcções dos distritos escolares eram informadas dessas uniões através de cartas anónimas e de queixas por parte de encarregados de educação, de membros da comunidade e de autoridades locais, civis e religiosas.

Na sequência dessas denúncias, as direcções dos distritos escolares informavam a DGEP e propunham a instauração de processos. Nos casos considerados mais graves era sugerida a imediata suspensão das professoras do serviço. A direcção de distrito escolar de Faro, em 1937, recomendava que fosse suspensa uma professora do concelho de Vila Real de Santo António por ser um exemplo vivo de imoralidade para população local e para as alunas devido ao seu “caso de mancebia pública e notória”¹¹⁹². A professora não cumpria o preceituado no artigo 8º do Decreto-Lei nº 27279 que exigia um comportamento moral irrepreensível e mantinha a sua relação amorosa.

A comunidade exercia o seu olhar vigilante e bastante acutilante sobre as relações amorosas das professoras. Indicavam-se várias professoras que recebiam visitas de homens, em suas casas, à noite quando se encontravam sós. Identificavam-se os carros, as profissões e os nomes dos supostos amantes e chegava-se mesmo a investigar a vida privada desses homens, referenciando-se se os mesmos eram ou não adeptos da situação política.

O casamento das professoras

A importância do casamento no projeto ideológico do Estado Novo, como ritual de iniciação da família católica portuguesa, levou a que a administração escolar procurasse disciplinar o processo de casamento das professoras primárias. As práticas discursivas explicavam essa medida como um mecanismo criado pela administração escolar para protegê-las de relações consideradas infelizes.

¹¹⁹¹ *Stella*, n.º 1 de janeiro de 1939, 3-5; *Stella*, n.º 2 de fevereiro de 1939, 38-41.

¹¹⁹² AHME, DGEP, Caixa 2-370. Processo n.º 6.

Os discursos oficiais apresentavam o casamento como uma relação duradora e vitalícia, marcado pelos ideais da pureza e da espiritualidade, como era o caso dos jornais *Educação Nacional e Educador* e das revistas *Flama* e *Menina e Moça* da Mocidade Portuguesa Feminina. Eram atribuídos papéis diferenciados a cada género, nas relações amorosas e no seio da célula familiar.

O coletivo formado pela família sobrepunha-se aos direitos individuais de cada um dos seus elementos, num discurso que era comum aos regimes autoritários europeus da década de 30¹¹⁹³. A partir da guerra civil de Espanha, os ideais comunistas passaram a ser considerados como os grandes inimigos da família portuguesa, apresentando-se o comunismo como um regime ateu e apologista das relações amorosas livres realizadas fora da união consagrada por Deus¹¹⁹⁴.

A imprensa da educação abordava regularmente, nos anos 20 e 30, a temática do amor e do casamento das professoras e analisava a fragilidade das suas relações amorosas. O jornal *Educador* publicou, em 1937, uma carta de uma professora em que eram apresentadas as consequências negativas de uma relação afetiva marcada pela paixão, colocando-se especial enfoque na sua efemeridade¹¹⁹⁵. A união nascida do casamento era apresentada como indissolúvel, pois não competia ao homem “desunir”, através do divórcio, “o que Deus uniu”¹¹⁹⁶.

No domínio temporal, a família era apresentada como o elo de ligação entre o passado e o futuro da nação, pois era a fonte das novas gerações da “raça” portuguesa. Esse papel da família encontrava-se consagrado na Constituição de 1933 quando se afirmava que era a fonte de conservação e desenvolvimento da “raça” e, por isso, se apresentava como o alicerce da ordem, da disciplina e da harmonia social¹¹⁹⁷.

No ano de 1935, no seguimento dessa apologia da família com alicerce da Nação, era publicado o Decreto-lei n.º 25936, a 12 de outubro, que pretendia lançar os meios para a

¹¹⁹³ Ver a este respeito Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 557-577.

¹¹⁹⁴ Caso da *Flama* e da *Menina e Moça*, *Federação Escolar, Educação Nacional e Educador*.

¹¹⁹⁵ Luís Carreira, em 1941, defendia que o homem e a mulher passavam a constituir “uma só carne” na obra *Namoro e Casamento: como proceder*. Leiria: Gráfica.

¹¹⁹⁶ Carreira, L. (1941). *Namoro e Casamento: como proceder*. Leiria: Gráfica, p.11.

¹¹⁹⁷ *Constituição de 1933*, Título III, Artigo 11º. Disponível em <https://tinyurl.com/zv7busq> (2 jan. 2017)

defesa da família portuguesa, dando prioridade à proteção da maternidade¹¹⁹⁸. No entanto, essa proteção não teve grandes resultados práticos, pois os direitos da mulher nesse domínio foram sendo, como veremos adiante, reduzidos.

A questão do divórcio esteve presente nas negociações com a Santa Sé que levaram à assinatura da Concordata com a Igreja Católica no dia 7 de maio de 1940. Apesar da valorização do casamento e da defesa da família, os representantes portugueses nas negociações que antecederam a sua assinatura, defenderam que deveria manter-se, na legislação, a possibilidade de divórcio para os casamentos católicos celebrados antes da entrada em vigor da Concordata, e não o interditar por completo¹¹⁹⁹. Essa posição era contraditória com o discurso oficial sobre a defesa da família, mas a interdição do divórcio a todos os casais católicos poderia suscitar contestação por parte de setores menos conservadores ligados aos ideais republicanos¹²⁰⁰, e o poder político procurava sempre limar arestas que pudessem ser alvo de contestação e de dissidência.

A legislação em vigor institucionalizava a distinção entre géneros, secundarizando a mulher, e Salazar considerava que o liberalismo tinha sido o grande inimigo da família, porque algumas leis republicanas, como o direito ao divórcio, constituíram uma fonte de “dissolução e desorganização do lar”¹²⁰¹.

A construção da imagem da mulher como esposa e mãe não era, no entanto, uma construção original do salazarismo e dominava muitos dos discursos literários e jornalísticos do período republicano, como refere Helena Costa Araújo¹²⁰².

O princípio da igualdade entre os cônjuges tinha sido decretado, no período republicano, com as Leis da Família de 25 de dezembro de 1910. Apesar dessa lei, as restrições em função do sexo só foram completamente abolidas a partir de 1917, uma vez que se

¹¹⁹⁸ *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 12 de outubro de 1935.

¹¹⁹⁹ Ver a esse respeito Carvalho, R. M. (2009). *A Concordata de Salazar Portugal-Santa Sé 1940* (Tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 466-468. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5685> (3 jan. 2016)

¹²⁰⁰ Ver a esse respeito Carvalho, R. M. (2009). *A Concordata de Salazar Portugal-Santa Sé 1940* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 209-213. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5685> (3 jan. 2016)

¹²⁰¹ Ver a título de exemplo a obra de Vasconcelos, J. A. P. de (1933). *O conceito do lar e da Família*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 20-21.

¹²⁰² Araújo, H. C. G. (2000). *Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 244-245.

mantiveram em vigor as limitações impostas pelo *Código Civil de 1867*, designado por Código Seabra.

Não era permitido que as mulheres prestassem fiança e fossem testemunhas instrumentárias e tutoras, assim como vogais, do conselho de família¹²⁰³. A Lei republicana n.º 1 sobre o casamento, das Leis da Família, definia o casamento como uma sociedade conjugal assente na liberdade e na igualdade e, apesar do carácter inovador desse princípio, não deixava de se reservar à mulher a domesticidade e um papel como garante da moral no seio da unidade familiar, condição que visava a defesa e fortalecimento da família nas palavras dos legisladores republicanos¹²⁰⁴.

Apesar dessas alterações, a Primeira República negou qualquer direito político à mulher com a Lei Eleitoral de 1913 que atribuía expressamente o direito de voto ao género masculino. O direito de voto foi concedido às mulheres, no período da Ditadura Militar, através do Decreto n.º 19694, de 5 de maio de 1931, que regulamentava os princípios da organização do recenseamento eleitoral para as eleições administrativas e políticas, embora de forma diferenciada do género masculino¹²⁰⁵.

Salazar, embora se referisse à questão da igualdade, não deixava de frisar, numa entrevista a António Ferro, que essa conquista constitucional era limitada, uma vez que a igualdade de direitos e, em certos casos de voto, era reconhecida com as “possíveis restrições” à mulher¹²⁰⁶.

O Estado Novo reformulou a imagem da feminilidade estruturada no lugar reservado à mulher na célula familiar, defendendo o seu abandono do mercado de trabalho e o seu regresso ao lar. A Constituição de 1933 enunciava diferenças de tratamento, na família, para os dois géneros legitimadas na natureza biológica da mulher¹²⁰⁷.

¹²⁰³ Ver o trabalho de Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 563-564.

¹²⁰⁴ Artigo 39º da Lei n.º 1 do Casamento como contrato civil. *Diário do Governo*, n.º 70, de 27 de dezembro de 1910.

¹²⁰⁵ Ver essa questão no capítulo VI nos processos instaurados por espírito de oposição política.

¹²⁰⁶ Ver a esse respeito Ferro, A. (2003). *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

¹²⁰⁷ Manteve-se, em vigor, até ao ano de 1966, o *Código Civil de 1867*, legislação que subalternizava a mulher em relação ao marido, uma vez que a incapacitava legalmente, sem o consentimento do marido, de adquirir ou vender bens, assim como de contrair dívidas. O *Código Civil* teve o mérito, no entanto, de associar, pela primeira vez, a mulher ao poder paternal, conferindo-lhe a faculdade ser ouvida em tudo o que dizia respeito aos interesses dos filhos, muito embora se salvaguardasse que competia ao chefe da família

Em nome da defesa da família e da sua indissolubilidade determinava-se no *Código do Processo Civil* de 1939, que o marido podia exigir que a mulher regressasse ao lar conjugal, podendo mesmo recorrer à força para o conseguir¹²⁰⁸, embora se mantivesse em vigor, segundo Elina Guimarães, as restantes disposições das Leis da Família publicadas pelo regime republicano¹²⁰⁹.

A doutrinação era considerada essencial pelo regime para que a mulher se preparasse para combater e ultrapassar as dificuldades que surgissem no decorrer do seu matrimónio de forma a impedir a sua desagregação. As práticas discursivas procuravam doutrinar as jovens para ocuparem o seu lugar ao serviço do regime, enquanto fadas do lar e educadoras das futuras gerações, elaborando um conjunto de mandamentos que remetiam para o seu papel de esposa submissa, compreensiva e dedicada¹²¹⁰.

A revista *Menina e Moça*, da Mocidade Portuguesa Feminina, num artigo intitulado “A Mulher Ideal”, apresentava, em 1948, uma definição daquilo que se considerava, no discurso ideológico do regime, o modelo da esposa ideal:

(...) a mulher ideal deverá ser boa dona de casa mas sem massar os outros com os acontecimentos caseiros, compreensiva dos gostos e necessidades do marido, pontual, discreta com os seus amigos, económica, sincera e leal, com bom génio, dócil, séria, confiante, pouco tagarela e sem usar “baton”¹²¹¹.

Após o casamento, era preciso evitar que a realidade da vivência conjugal levasse à sua desagregação, continuando-se a doutrinação da mulher casada para que permanecesse no lugar que lhe estava reservado na família salazarista. A evolução gradual da presença da mulher no mercado de trabalho, durante a Primeira República, nomeadamente nas fábricas e no ensino primário era contraditória com a imagem da domesticidade feminina.

A presença das mulheres no ensino primário suscitava o debate público sobre o estado civil das mulheres professoras primárias. A questão era tratada com alguma regularidade na imprensa, nas décadas de 20 a 40, discutindo-se se o exercício da profissão docente devia ser vedado ou não à mulher casada.

dirigir os filhos menores. Ver a esse respeito Ferreira, J. D. (1875). *Código Civil Portuguez*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 179. Disponível em <http://tinyurl.com/m3vhguy> (8 abr. 2014)

¹²⁰⁸ Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 567.

¹²⁰⁹ Ibidem.

¹²¹⁰ Na Imprensa da educação e ensino, nomeadamente no *Educador*, e na revista *Menina e Moça*.

¹²¹¹ *Menina e Moça*, n.º 9, janeiro de 1948.

O jornal *Federação Escolar*, nos anos de 1933 e 1934, publicou alguns artigos sobre o estado civil das professoras. Apresentava uma posição bastante crítica em relação aos que defendiam que a docência devia ser reservada unicamente às mulheres solteiras. Na linha de Filomena Mónica¹²¹² consideramos que a posição desse periódico se afastava de discursos conservadores sobre o estado civil das professoras, como os que eram referenciados no jornal *Novidades*, apesar da *Federação Escolar* defender que a mulher desempenhava um papel importante no seio da estrutura familiar.

Esse periódico, em 1933, em resposta a um artigo do jornal *Novidades* que defendia que a mulher casada não devia exercer o magistério, considerava que não fazia qualquer sentido vedar à mulher casada o exercício da profissão docente, dado que era uma atividade profissional perfeitamente compatível com o seu papel na família. Argumentava-se que a posição do artigo do *Novidades* era “desumana” e “antidemocrática” porque condenava a mulher à esfera doméstica e a uma vida de dificuldades, impossibilitando-a de dar o seu contributo para o orçamento familiar¹²¹³.

Na realidade, a não existência de um impedimento legal ao casamento das professoras, no início da década de 30, possibilitava que o exercício da profissão não fosse condicionado pelo estado civil da docente. O casamento não implicava, em muitos casos, o abandono da profissão face aos baixos rendimentos do marido, e o pedido de exoneração ou de licença ilimitada era essencialmente condicionado pelos rendimentos auferidos pelo marido.

A feminização do ensino conduzia a discursos explicativos sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, com o recurso a argumentos de carácter financeiro e biológico nos textos da imprensa. Predominava um discurso que enaltecia o espírito de sacrifício da professora casada, que numa primeira abordagem parecia ser contraditório com os discursos sobre o lugar da mulher como guardiã da família portuguesa. Apresentava-se, no entanto, um discurso conciliatório da esfera laboral com a esfera doméstica mediante o argumento que a mulher era a “professora nata” em casa e na escola¹²¹⁴.

¹²¹² Filomena Mónica considerava esse semanário como sendo um órgão radical dos professores primários durante os primeiros anos da Ditadura Militar em matérias sobre a educação. Ver a esse respeito Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença.

¹²¹³ *Federação Escolar*, n.º 528, 15 de fevereiro de 1933, 1.

¹²¹⁴ Ver a título de exemplo a *Federação Escolar*, n.º 334, 10 de outubro de 1934, 1.

A professora casada era valorizada pela sua capacidade de conciliar as responsabilidades familiares com as profissionais, justificando-se que a docente colocava a sua própria família em segundo plano em nome da sua missão educativa nacional. O jornal *O Educador* referia-se, com alguma regularidade, a essa questão enaltecendo os atos de “abnegação profissional e familiar” das professoras primárias:

*Para admirá-lo basta observar essas patrióticas operárias do edifício espiritual da Nação que, algumas a muitas léguas da terra natal, em cidades barulhentas e lugarejos inhóspitos, silenciosos, antipáticos atiram para os braços mercenários os filhos tenrinhos para cuidar dos filhos alheios e cuidam 6 horas por dia da escola – casa de todos – deixando nesse tempo a estranhos cuidados o próprio lar. Não as julgueis, porém, menos entradamente mãis, mais descuidadas esposas e donas de casa. (...) Não! Todos são seus filhos espirituais porque a todos sem distinções, sentados nos bancos equalitários da sua escola, comunica a mesma vida espiritual (...)*¹²¹⁵.

Na prática, essas professoras casadas eram colocadas muitas vezes longe da sua família durante o ano letivo. Esta distância acabava por conduzir, em muitos casos, a infrações disciplinares, por falta de pontualidade no cumprimento do horário escolar e até a casos de assiduidade irregular. Muitas professoras ausentavam-se durante o fim de semana da sede da sua escola para visitar a família e os horários dos transportes, no regresso, acabavam por impossibilitar o cumprimento integral do horário da manhã de segunda-feira. Outras ausentam-se à sexta-feira, no final das atividades letivas, não cumprindo as atividades extraescolares previstas na lei para a manhã de sábado.

O casamento com professores também não era garantia que a família permanecesse unida durante o ano letivo. No período da Ditadura Militar, o Decreto n.º 19531, de 30 de março de 1931, determinava que o direito de preferência dos cônjuges abrangia todas as professoras casadas com funcionários públicos, desde que possuíssem um ou mais anos de bom e efetivo serviço docente e que estivessem colocadas a uma distância máxima de 5 quilómetros da repartição onde o marido exercia funções¹²¹⁶. Essa preferência foi limitada através do Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936, que estabelecia que o direito de preferência dos cônjuges só seria aplicável a casos em que ambos eram professores.

As professoras também sentiram os efeitos das alterações legislativas no domínio da maternidade. A legislação laboral não protegia a maternidade apesar do regime defender que o papel da mulher era ter filhos para a regeneração da “raça”. Durante a Ditadura

¹²¹⁵ *Educador*, n.º 215 de 21 de fevereiro de 1937, 1.

¹²¹⁶ *Diário do Governo* n.º 74, I Série, de 30 de março de 1931.

Militar e no período inicial do Estado Novo assistiu-se a um retrocesso nos direitos das mulheres trabalhadoras no domínio da assistência materno-infantil, apesar dos normativos sempre se referirem à necessidade de proteção das mulheres trabalhadoras.

O período de licença de maternidade era importante para as professoras, e o número de faltas dadas antes e pós-parto condicionava a sua progressão na carreira. No período da ditadura retomou-se o período de licença concedido às mulheres trabalhadoras nos finais do século XIX, através de uma Lei de 14 de abril de 1891¹²¹⁷ que estipulava o direito das mulheres gozarem licença nas quatro primeiras semanas após o parto.

A regulamentação do trabalho das mulheres nas fábricas foi feita com o Decreto n.º 14495, de 29 de outubro de 1927. Justificava-se esse normativo pela necessidade de proteção legal para as mulheres no mundo do trabalho industrial, motivado pela diminuição da fecundidade, o aumento da mortalidade infantil e o nascimento de um número mais elevado de crianças do sexo feminino¹²¹⁸.

Determinava-se ainda que as mulheres grávidas e as mães que amamentassem só deveriam empregar-se em trabalhos que exigissem um esforço moderado¹²¹⁹ e que era proibido o trabalho nas quatro primeiras semanas após o parto¹²²⁰. Esta legislação foi reforçada, em outubro desse ano, por um novo decreto que estipulava que durante o período da amamentação a mulher tinha que trabalhar sentada¹²²¹ e não podia exercer funções no período noturno¹²²². O novo diploma atribuiu o direito às mulheres, no período de amamentação, de abandonarem o trabalho meia hora de manhã e à tarde para amamentar o filho, sem redução de salário¹²²³.

Os direitos de maternidade das professoras primárias foram reduzidos a partir de 1931, acabando-se com os direitos concedidos às professoras na Primeira República através de um despacho de 7 de janeiro de 1911, que dispensava as docentes, sem fazer qualquer

¹²¹⁷ Publicada no *Diário do Governo*, n.º 88, de 22 de abril de 1891.

¹²¹⁸ Decreto 14498, de 29 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 29 de outubro de 1927.

¹²¹⁹ Artigo 3º do Decreto 14498, de 29 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 29 de outubro de 1927.

¹²²⁰ Artigo 16º do Decreto 14498, de 29 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 29 de outubro de 1927.

¹²²¹ Artigo 11º do Decreto n.º 14535, de 31 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 245, I Série, de 5 de novembro de 1927.

¹²²² Artigo 15º do Decreto n.º 14535, de 31 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 245, I Série, de 5 de novembro de 1927.

¹²²³ Artigo 14º do Decreto n.º 14535, de 31 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 245, I Série, de 5 de novembro de 1927.

referência ao seu estado civil, do serviço por dois meses, durante o último período da gravidez e em seguida ao parto, com direito a todos os vencimentos¹²²⁴.

A apologia da família, constituída através do casamento, levou a que a licença de parto fosse concedida apenas às mulheres casadas através do Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931, que estabelecia as condições reguladoras da comparência dos funcionários públicos e das suas faltas ao serviço¹²²⁵. No seu artigo 5º determinava-se que a licença era apenas destinada às funcionárias do sexo feminino casadas e definia-se que o período da licença era de vinte e três dias, dos quais oito eram gozados antes do parto e quinze dias depois do nascimento.

A DGEP, através do periódico *Escola Portuguesa*, defendia que a concessão da licença de parto às professoras solteiras tinha sido resultado da falta de moralização do republicanismo, e considerava-a como uma prova de que o Estado não se preocupava com a moralidade dos seus funcionários¹²²⁶. Esse periódico argumentava que essa medida tinha permitido que uma professora “amancebada” continuasse a educar os filhos das famílias católicas e a não ensinar a palavra de Deus, situação responsável pelo domínio da imoralidade no período republicano.

O Estado Novo era associado à introdução da ordem moral na “oficina sagrada das almas”, porque disciplinou a maternidade e introduziu “medidas coercivas” para atacar o mal das relações ilícitas das professoras primárias¹²²⁷. O período de licença carecia de justificação através de atestado médico, devendo a professora comunicar ao seu superior hierárquico a data em que suspendia funções. No atestado era obrigatório constar que a docente tinha entrado no último período da gravidez e esse documento deveria ser enviado para a direção de distrito escolar, geralmente por correio, ficando uma cópia arquivada na secretaria desses serviços. Na folha de vencimentos da professora registava-se o período temporal em que faltava ao serviço e a informação que as respetivas faltas tinham sido dadas ao abrigo do artigo 5º do Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931¹²²⁸.

¹²²⁴ *Diário do Governo*, n.º 6, 9 de janeiro de 1911.

¹²²⁵ *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

¹²²⁶ *Escola Portuguesa*, n.º 291, 23 de maio de 1940, 505-506.

¹²²⁷ *Escola Portuguesa*, n.º 291, 23 de maio de 1940, 505-506.

¹²²⁸ *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

No caso da professora necessitar de prolongar o período de ausência, por questões ligadas ao parto, as mesmas passavam a ser consideradas como doença, devendo novamente ser comunicadas, no primeiro dia de ausência, ao seu superior e comprovadas por meio de documento médico. O atestado podia ser enviado à repartição da direção do distrito escolar a partir do terceiro dia da ausência, de acordo com a circular da DGEP n.º 653, de 9 de março de 1931.

A partir de março de 1937, determinou-se que todas as mulheres trabalhadoras, por ocasião do parto, eram dispensadas de prestar trabalho durante trinta dias, sem que pudesse ser denunciado o seu contrato de trabalho¹²²⁹. Tinham ainda o direito a um subsídio que correspondia, pelo menos a um terço do vencimento, mas apenas se a entidade empregadora as considerasse dignas do mesmo. Podiam ainda, de acordo com a mesma lei não beneficiar desse subsídio caso se provasse que dispunham de bens próprios.

O período de licença de maternidade, antes do parto, nem sempre podia ser gozado na totalidade pelas professoras, porque não era possível calendarizar com rigor a data do parto, questão que levava algumas docentes a faltarem mais do que os oito dias previstos na lei. Justino Ferreira, em 1939, no *Elucidário Escolar*, defendia que essa situação deveria estar prevista na lei, e considerava justo que a parturiente pudesse justificar tais faltas com um atestado médico, devendo ser dada uma tolerância de cinco dias às professoras grávidas¹²³⁰.

O tempo de licença de maternidade podia impedir a concessão de uma diuturnidade e desta forma limitar a progressão na carreira. A licença de maternidade era considerada como dias de faltas ao serviço para efeitos de contagem do tempo de serviço docente e, com base no disposto na circular da DGEP n.º 2060, de 15 de março de 1929, determinava-se que não podiam entrar no cômputo para a concessão de diuturnidades os anos em que os professores tivessem dado mais de 30 faltas, justificadas ou não.

O princípio de obediência ao marido também não era fácil de gerir quando essa obediência chocava com a necessidade de cumprir as ordens dos seus superiores hierárquicos. Uma circular da DGEP, às inspeções dos distritos escolares, de 7 de setembro de 1934, visava contrariar aquilo que considerava como “quebras de disciplina”. Em nome do bom

¹²²⁹ Lei n.º 1952, de 10 de março de 1937. *Diário do Governo* n.º 57, I Série, de 10 de março de 1937.

¹²³⁰ Ferreira, A. J. (1939). *Elucidário Escolar. Guia dos Agentes do Ensino Primário Elementar*. Editora Educação Nacional.

funcionamento da hierarquia e da disciplina determinava-se que não podia haver intermediários entre o professor e a tutela, e especificava-se concretamente o caso dos “maridos das senhoras professoras”¹²³¹.

A circular dava como exemplo dessas falhas, o facto de serem transmitidas instruções às professoras por intermédio dos seus maridos. Referia-se ainda à circunstância de serem muitas vezes os maridos que iam à inspecção proceder a reclamações em nome da mulher. Essas intromissões eram entendidas como possíveis geradores de enfraquecimento da hierarquia disciplinar e considerava-se serem necessárias estratégias que visassem a defesa da administração escolar. Nesse contexto foram dadas instruções aos inspetores para avisarem os seus subordinados sobre essa questão:

*(...) é indispensável que Exa.^a afirme aos seus subordinados que, para ser atendido no que é de direito e de justiça, tanto na Inspeção como na Direcção Geral, não é necessária a intervenção protectora de ninguém (...). Convém acentuar a ofensa que para o superior envolve o recurso por parte do subordinado a um intermediário para lhe recomendar tal ou tal pretensão, pela desconfiança no seu espírito de justiça que aquele recurso revela (...)*¹²³².

Existiam referências a graves situações financeiras de professoras provocadas por maridos que recebiam o seu vencimento e o gastavam indevidamente, pondo em causa o orçamento familiar¹²³³. Eram ainda mencionadas situações de incumprimento profissional causadas pela presença dos maridos na sala de aula aquando da realização de visitas às escolas por parte dos serviços inspetivos.

A partir do ano de 1936, com o Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro, o casamento das professoras primária passou a carecer de autorização do Ministro da Educação Nacional¹²³⁴. A imprensa, como a *Alma Feminina*, saudou a decisão, considerando-a como uma medida que visava defender uma moral sã na escola primária e as professoras primárias vítimas de “enlaces desgraçados” nos meios rurais, onde o “interesse presidia mais do qualquer sentimento nobre”¹²³⁵.

Essa medida estendeu o poder disciplinar dos serviços da administração escolar sobre os seus pretendentes, de modo a evitar futuros problemas causados pelos denominados “maridos das senhoras professoras”. Essa expressão era usada para designar os homens que

¹²³¹ Na circular utilizava-se o masculino de professor porque abrangia o professorado na sua globalidade, para depois se especificar a questão dos maridos das professoras.

¹²³² *Escola Portuguesa*, Ano I, n.º 3, 18 de outubro de 1934, 6.

¹²³³ Na imprensa da educação e em alguns processos instaurados a professoras.

¹²³⁴ *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

¹²³⁵ *Alma Feminina*, n.º 42, 13 de dezembro de 1936, 6

se considerava serem parasitários, porque não trabalhavam e viviam à custa das suas mulheres. A DGEP considerava que essa situação era preocupante porque atingia a escola portuguesa, no sentido em que os problemas familiares das docentes se repercutiam no espaço escolar¹²³⁶. Argumentava-se que a regulamentação do casamento visava defender as professoras de “possíveis fraquezas” e contribuir indiretamente para “a obra de saneamento moral” do País¹²³⁷.

António Nóvoa salientou anteriormente que esses processos de pedido de autorização para casar eram um exemplo do controlo exercido sobre a vida privada das professoras, não se limitando a cumprir uma simples formalidade burocrática¹²³⁸. Com esse procedimento legitimava-se o exercício da profissão docente pelas mulheres casadas, mas pretendia-se que a professora casada continuasse a desempenhar a sua missão na escola portuguesa, como no tempo de solteira, garantindo-se que a sua escolha recaísse sobre um noivo que a prestigiasse “como professora e funcionária”¹²³⁹ do Estado Novo e que não desse origem a nenhum escândalo no meio local.

O pedido de autorização era feito mediante um requerimento ao Ministro, via direção do distrito escolar, sendo constituído um processo que a direção do distrito enviava para a DGEP. A informação sobre o despacho ministerial relativo à concessão de autorização era depois enviada pela DGEP à direção do distrito escolar para que se desse conhecimento da decisão final à professora.

A docente só podia casar após a autorização ser publicada no *Diário do Governo*. Igual procedimento era seguido no caso da professora já não querer efetivar o seu matrimónio. Nessa situação era elaborado um requerimento ao Ministro, entregue na direção do distrito escolar, solicitando a anulação da autorização, sendo a mesma publicada no *Diário do Governo*.

O jornal *O Educador* defendia que a professora devia tomar conhecimento da verdadeira razão que presidia ao indeferimento, para que a decisão não causasse protestos por parte

¹²³⁶ *Escola Portuguesa*, n.º 145, 5 de agosto de 1937, 294.

¹²³⁷ *Ibidem*.

¹²³⁸ Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Org.), *Nova História de Portugal* (Vol. XII, p. 498). Lisboa: Presença.

¹²³⁹ AHME, JNE, Caixa 13-1016. Processo sem número. Ofício da Direção Escolar de Santarém à DGEP de 25 de janeiro de 1941.

das requerentes contra o ministério¹²⁴⁰, e referia que a verdadeira razão devia ser comunicada mesmo quando o indeferimento era de natureza política: “Se à recusa dada àquela requerida autorização presidir um critério de ordem política (...), nunca, supomos, algum outro deverá ser invocado como causa e, sobretudo, causa primeira do indeferimento”¹²⁴¹.

A professora, para dar início ao processo de autorização, entregava um requerimento em papel selado, na direção do distrito escolar, com um selo de 2\$50, onde solicitava autorização¹²⁴², nos termos da lei, para contrair matrimónio, indicando a sua categoria profissional, a escola onde exercia e o nome do seu pretende. A autorização de casamento era concedida, pelo Ministro, com base em dois critérios: o bom comportamento moral e civil do pretendente e os seus rendimentos. Os seus rendimentos, comprovados documentalmente, deviam ser compatíveis com os vencimentos da professora¹²⁴³. Para que o deferimento fosse favorável, os pretendentes das professoras tinham de comprovar a data a partir da qual adquiriam a situação económica que era indicada no processo de autorização.

Analisámos todos os processos de autorização de casamento de professoras primárias que se encontravam disponíveis no AHME¹²⁴⁴, num total de 634¹²⁴⁵, e que abrangiam um período compreendido entre os anos de 1937 e 1954¹²⁴⁶.

Os requerimentos tinham de incluir informações sobre a moralidade do seu pretendente e nesse domínio apareciam referências, em alguns processos, à sua posição política. Encontrámos, em alguns casos, declarações de párocos que atestavam o bom comportamento moral do noivo, com a indicação de que era católico praticante.

¹²⁴⁰ Notas. *O Educador*, n.º 340, 16 de julho de 1939, 1.

¹²⁴¹ Ibidem.

¹²⁴² Ver a título de exemplo, AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-1016. Processo de autorização n.º 60, 28 de junho de 1943.

¹²⁴³ Circular n.º 30, Livro 2, 7 de abril de 1937.

¹²⁴⁴ Dados relativos a 2015. Existe uma Caixa de processos e autorização de casamento relativa ao ano de 1944 que não foi possível consultar porque não se sabia do seu paradeiro no depósito de Camarate do Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Tendo em consideração os resultados apresentados por António Nóvoa, com base numa amostra de 100 processos dos anos de 1944-1945 que lhe foram disponibilizados no AHME, considerámos que possivelmente existirão mais processos não autorizados no espólio documental do Arquivo, na seção da DGEP, e que não foram possíveis de localizar, assim como no espólio do MIP que começou recentemente a ser inventariado.

¹²⁴⁵ A Caixa 13-663 foi detetada no espólio do MIP que se encontrava ainda por inventariar em agosto de 2014.

¹²⁴⁶ Nessa amostra apenas foram detetados quatro casos de processos não autorizados por insuficiência económica.

Era exigido que as autoridades locais comprovassem a moralidade do pretende mediante a apresentação de um atestado comprovativo do seu bom comportamento, moral e civil, passado pela Câmara municipal do concelho de residência, documento onde constavam geralmente informações sobre a filiação e profissão e, por vezes, sobre a sua idade e estado civil.

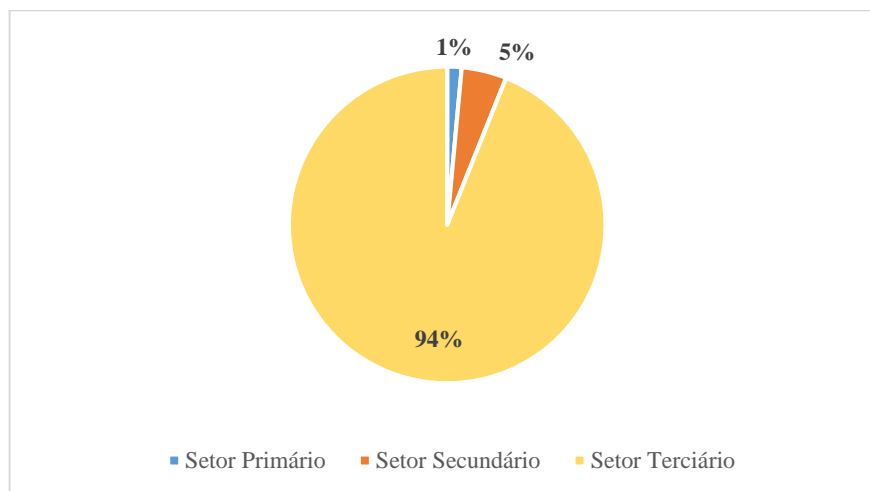
Nos processos também constavam obrigatoriamente documentos certificativos da situação económica dos pretendentes. A natureza dos documentos dependia do tipo de atividade económica exercida e/ou dos bens que possuía. Em vários processos encontraram-se declarações das entidades patronais ou de outras firmas atestando a situação económica, mas também moral dos seus empregados ou conhecidos¹²⁴⁷.

De acordo com as informações encontradas nos processos de casamento autorizados, agrupámos os pretendentes por população não ativa e população ativa e dentro dessa última por setores de atividade. Identificámos ainda as principais categorias profissionais do setor terciário. Essa categorização difere da de António Nóvoa que, no seu estudo, construído a partir de uma amostra de processos relativos aos anos de 1944-1945, dividiu os pretendentes das professoras nas seguintes categorias profissionais: empregados de escritório/empregados públicos (42%); professores do ensino primário (21%), comerciantes (14%); proprietários agrícolas (12%); profissões liberais e atividades similares (11%)¹²⁴⁸. Considerámos, no entanto, que a nossa amostragem por abranger um período mais alargado, 1937-1954, apontava para o predomínio de outras categorias profissionais e daí termos procedido a uma categorização diferenciada.

¹²⁴⁷ Uma casa comercial de cafés do distrito de Leiria que emitiu, em 1951, uma declaração atestando que um pretendente era uma “pessoa de boa moral e de bons sentimentos” e que se encontrava “em boas condições financeiras”. AHME, DGEP, Caixa de Processos de autorização de 1937 a 1951. Processo n.º 567 datado de 1951.

¹²⁴⁸ Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão & A. H. de O. Marques, *Nova História de Portugal* (Vol. XII, p. 498). Lisboa: Presença.

Gráfico 5.1. Distribuição dos pretendentes por setor de atividade (valores percentuais)



Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, DGEP, Processos de Autorização de Casamento, Caixas 13 - 663 – Autorização Casamentos 1944, 13 - 664 – Casamentos 1944, 13 - 915 – Casamentos 1943-1944, 13 - 916 – Casamentos 1945-1946, 13 - 917 – Casamentos 1945-1946, 13 - 940 – Casamentos, 1954, 13 - 1016 – Casamentos, 1945-1946, 13 - 1043 – Casamentos, 1928-1938, 13 - 1188 – Casamentos, 1948-1950, 13 - 1201 – Casamentos, 1937-1951.

A maioria dos pretendentes da nossa amostragem pertencia à população ativa (96%), sendo um resultado semelhante ao que chegámos através da análise dos registos biográficos¹²⁴⁹. Os pretendentes, da população não ativa, correspondiam a 4% do total e eram indivíduos que viviam de rendimentos bancários¹²⁵⁰, estudantes, herdeiros e administradores de rendimentos familiares.

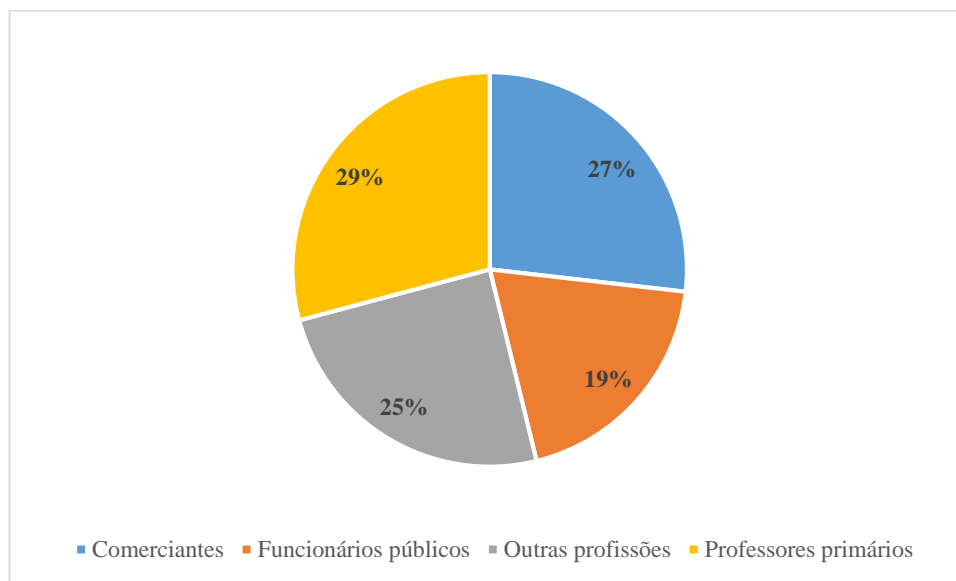
Em termos da população ativa, como se pode observar no gráfico 5.1, o predomínio era do setor terciário com 94%, tendo os restantes setores uma representatividade muito inferior. O setor secundário representava apenas 5% e o setor primário resumia-se a 1%.

O setor terciário correspondia a um conjunto variado de profissões que agrupámos nas seguintes categorias: professores primários, funcionários públicos e outras profissões, onde incluímos as seguintes atividades: empregado de escritório e de bancos; médicos, farmacêuticos e professores de outros níveis; e elementos das forças armadas e policiais. Decidimos não incluir os professores primários no grupo dos funcionários do Estado, porque surgiam nos processos à parte e não foi possível distinguir se pertenciam ao ensino público ou privado.

¹²⁴⁹ Ver a esse respeito a página 147.

¹²⁵⁰ Surgem com a designação de capitalistas.

Gráfico 5.2. Distribuição dos pretendentes no setor terciário (valores percentuais)



Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, DGEF, Processos de Autorização de Casamento, Caixas 13 - 663 – Autorização Casamentos 1944, 13 - 664 – Casamentos 1944, 13 - 915 – Casamentos 1943-1944, 13 - 916 – Casamentos 1945-1946, 13 - 917 – Casamentos 1945-1946, 13 - 940 – Casamentos, 1954, 13 - 1016 – Casamentos, 1945-1946, 13 - 1043 – Casamentos, 1928-1938, 13 - 1188 – Casamentos, 1948-1950, 13 - 1201 – Casamentos, 1937-1951.

Ao longo do período compreendido entre 1937 e 1954, o casamento com professores primários ocupou o primeiro lugar com 29%, seguido de perto pelos pretendes que eram comerciantes com 27%. Em terceiro lugar situavam-se as outras profissões com 25%, embora correspondessem a um grupo variado, e finalmente a categoria dos funcionários públicos onde se incluíam todos o tipo de servidores do Estado, com um valor de 19%.

O predomínio dos pretendes ligados ao ensino primário e à atividade comercial, apontavam para que as professoras, na sua maioria, tendessem a casar com pretendentes que se enquadravam na sua categoria socioeconómica¹²⁵¹, com rendimentos que se situavam entre os 650\$00 e os 800\$00 mensais. Esses resultados diferem dos dados da nossa amostra dos registos biográficos, uma vez que aí os professores e os proprietários representam 40 % do total e registou-se uma percentagem relevante de casamentos com homens de rendimentos superiores¹²⁵².

¹²⁵¹ António Nóvoa refere que a mobilidade marital ascendente das professoras era limitada. Ver a este respeito Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão & A. H. de O. Marques, *Nova História de Portugal* (Vol. XII, p. 498). Lisboa: Presença.

¹²⁵² Os resultados da amostra dos registos biográficos diferem, uma vez que apontaram para: professores (20%) e proprietários (20%), funcionários públicos (11%), comerciantes (8%) e elementos das forças armadas (6%).

No caso do pretendente ser um professor, ele elaborava um requerimento em papel selado à sua direção do distrito escolar, ao qual devia juntar um selo fiscal de 5\$00, a requerer um comprovativo da sua situação profissional. A direção do distrito era responsável pela emissão de um certificado da categoria profissional do professor que era anexo ao requerimento da professora. Não eram necessárias informações adicionais sobre os seus rendimentos, uma vez que no certificado constava a sua categoria profissional e como tal era conhecido oficialmente o seu vencimento. O professor não podia auferir teoricamente um vencimento inferior, situação que condicionava o casamento de uma professora com um colega que se encontra numa categoria profissional inferior.

A segunda categoria dos pretendentes era a de comerciante por conta própria ou por conta de outrem¹²⁵³. No caso dos pretendentes serem proprietários de uma firma comercial, devia ser emitido um certificado pelo chefe da Repartição de Finanças do concelho da sua área de residência, sendo necessário que constasse o montante do seu rendimento coletável.

Nos casos em que o noivo se encontrava na situação de empregado de uma firma, tinha de apresentar uma declaração, comprovativa da situação e devidamente assinada pela entidade empregadora. Nessa declaração, geralmente feita em papel timbrado da firma, constava o vencimento mensal, a data de entrada ao serviço e se a situação profissional era estável. Em certos processos encontrou-se uma informação do empregador expressando que o trabalhador tinha a possibilidade de progredir profissionalmente e assim melhorar o seu rendimento.

A seguir situavam-se os pretendentes que se distribuíam por várias profissões do setor terciário, onde se incluíam: os empregados de escritório e de bancos (53%); elementos das forças armadas e policiais (27%) e os médicos, farmacêuticos e professores (20%).

Os empregados de escritório deviam provar a sua situação profissional através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Relativamente aos médicos que trabalhavam por conta própria competia à Repartição das Finanças da sua área de residência comprovar o seu rendimento coletável.

¹²⁵³ Nem sempre foi possível diferenciar a situação dos noivos, porque não foram encontrados documentos comprovativos em todos os processos. Por vezes era apenas mencionado, no requerimento da professora, que o pretendente era comerciante.

O quarto lugar era ocupado por todos funcionários públicos, à exceção dos professores primários, no conjunto do setor terciário, devendo nessa situação ser anexo ao processo um certificado comprovativo da sua categoria profissional e do vencimento auferido passado pelo seu superior hierárquico.

No que respeitava à população não ativa, os proprietários agrícolas e os que viviam de rendimentos bancários comprovavam a sua situação económica através de um certificado passado pelo chefe da seção de Finanças do concelho de residência onde constasse o seu rendimento coletável. No caso dos designados por “capitalistas” era possível incluir uma declaração do banco onde se encontrava o seu dinheiro depositado, com o valor e a data de início do depósito bancário.

Os pretendentes que eram estudantes universitários tinham de anexar um documento de um familiar, geralmente o pai ou a mãe, onde se declarasse que recebiam uma mesada e qual o quantitativo da mesma, uma vez que era necessário que alguém garantisse o sustento do casal.

Em relação aos herdeiros era anexa uma declaração das Finanças comprovativa do património da herança e o doador redigia uma declaração que comprovasse que o pretendente era seu herdeiro.

No caso de pretendentes que administravam os bens dos pais era exigida a apresentação de uma declaração das Finanças referindo o património e uma declaração, passada pelo(s) familiar(es), comprovativa dessa situação. Por vezes, encontravam-se ainda declarações das entidades oficiais, junta de freguesia ou Câmara municipal, com informações sobre a situação económica da família do pretendente.

Existiam alguns casos de casamentos com pretendentes com rendimentos superiores a 1150\$00 mensais. Essa situação era salientada nas informações fornecidas pelos diretores de distrito escolar, evidenciando certas condições materiais que consideravam serem comprovativas de um estilo de vida considerado abastado e de natureza a assegurar a situação económica das professoras.

Se esses casamentos podiam levar a uma ascensão social e ao abandono da profissão¹²⁵⁴, também podiam ser responsáveis por uma vida com privações, uma vez que o rendimento do marido não era, por vezes, partilhado com a professora. Um artigo do jornal *O Educador* fazia referência aos problemas dos casamentos em regime de separação de bens, que podia ocasionar dificuldades financeiras às professoras, porque, por vezes, eram obrigadas “a pagar, do seu ordenado, todas as despesas incluindo até a própria alimentação, quando fora de casa”¹²⁵⁵.

A mulher era aconselhada, para evitar os problemas que podiam resultar de um desses casamentos, a escolher um noivo dentro da sua condição social, ou seja com educação e rendimento compatíveis com os seus. A generalidade dos textos da imprensa sobre a questão da escolha e da condição social dos noivos defendia, como era o caso da revista *Os Nossos Filhos*, que a rapariga deveria ter presente que o casamento devia ser um ato de reflexão, de “amor puro”, e não motivado por um “romantismo perigoso”, porque os “casamentos desiguais” eram “menos felizes” e responsáveis por “abismos de incompreensão, de dúvidas e de tristezas” entre os noivos¹²⁵⁶. A melhor forma de evitar a infelicidade era através da escolha de um noivo de “educação e fortuna equivalentes” à da rapariga¹²⁵⁷.

A partir de uma circular da DGEP, de 18 de dezembro de 1937, determinou-se que todos os requerimentos de pedidos de autorização deviam conter informações das direções dos distritos escolares sobre os pretendentes, deixando de se considerar suficiente apenas o atestado do bom comportamento moral e civil.

Importava ter presente que esses documentos resultavam da recolha de informações junto de pessoas que conheciam os requerentes ou que podiam ter desentendimentos com eles e que, por isso, podiam não ser totalmente imparciais nas suas declarações. Por outro lado, a administração escolar deparava-se com declarações falsas de emprego apresentadas pelos pretendentes, e a melhor forma de superar essa situação passava por um processo de averiguações locais para legitimar as boas intenções dos noivos e comprovar que não se estava perante um caso de um pária que queria viver à custa da professora.

¹²⁵⁴ A título de exemplo ver AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-1201. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Portalegre datado de 24 de abril de 1937.

¹²⁵⁵ *O Educador*, n.º 502 de 30 de agosto de 1942, 1.

¹²⁵⁶ *Os Nossos Filhos*, n.º 17, de outubro de 1943.

¹²⁵⁷ *Os Nossos Filhos*, n.º 17, de outubro de 1943.

No caso de professoras viúvas e com uma idade superior ao pretendente, os diretores de distrito escolar davam relevo à suficiência económica do pretendente para comprovar que o casamento não era motivado pelo interesse no rendimento da professora¹²⁵⁸.

A partir dessa circular de 18 de dezembro de 1937 passou a ser da competência dos diretores de distrito escolar, como já referimos anteriormente, a recolha de informações, nomeadamente no que concerne à idade, naturalidade, profissão, residência, habilitações e estado civil do pretendente¹²⁵⁹. O diretor, pessoalmente ou através do delegado escolar do concelho, procedia a averiguações junto das autoridades locais, do pároco e dos habitantes da(s) localidade(s) onde a professora lecionava e o pretendente residia. Estas averiguações tinham como objetivo a recolha de dados sobre a “conduta moral irrepreensível dos requerentes”¹²⁶⁰.

A recolha de informações acabava também por fornecer dados sobre o posicionamento político dos requerentes. Em 1951, o diretor do distrito escolar da Guarda enviou à DGEP informações sobre uma professora e o seu pretendente, recolhidas no meio local e junto do presidente da comissão da União Nacional de Seia. Com base nas mesmas, o diretor considerava que o noivo estava longe de se encaixar nos padrões oficiais de boa conduta, nomeadamente pelo facto de não ser católico praticante e ser oposicionista ao regime, tendo participado no processo de campanha eleitoral de Norton de Matos (1949)¹²⁶¹.

Essas diligências podiam levar a que o processo de autorização se prolongasse no tempo, devido à necessidade de confirmar informações ou porque a requerente demorava tempo a entregar a informação adicional que lhe tinha sido solicitada¹²⁶². Verificava-se uma

¹²⁵⁸ No ano de 1940, o diretor do distrito escolar de Ponta Delgada dava conta à DGEP da investigação que desenvolveu no contexto de um processo de casamento de uma professora viúva de 37 anos, com um comerciante e proprietário, solteiro, de 32 anos. Num ofício ao diretor geral, datado de 10 de julho, atestava que o pretendente não pretendia estar “à espera de casar com a professora para viver à custa dela”, pois tinha propriedades e negócios. AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-10. Processo sem número, Ofício da Direção Escolar de Ponta Delgada de 1940.

¹²⁵⁹ Apesar desse normativo, nem todos os processos existentes no AHME incluíam a totalidade desses elementos, nomeadamente no que dizia respeito à idade e à residência do pretendente.

¹²⁶⁰ Circular da DGEP aos diretores dos distritos escolares. Livro 2-I, n.º 1.152, de 18 de dezembro de 1937.

¹²⁶¹ AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-120. Ofício da Direção do Distrito Escolar à DGEP de 14 de fevereiro de 1951.

¹²⁶² A título de exemplo refira-se o ofício da Direção do Distrito Escolar de Viseu, em 1937, ao diretor geral, de esclarecimento sobre a demora no reenvio de um processo para a DGEP, uma vez que a professora só depois de notificada por escrito é que tinha respondido à solicitação da direção do distrito escolar. AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-1201. Processo n.º 483, Ofício 708 da Direção do Distrito Escolar de Viseu de 28 de outubro de 1937 e o Parecer escrito a caneta no ofício 708 da Direção do Distrito Escolar que acompanhou o reenvio do processo de autorização de casamento para a DGEP.

preocupação por parte da DGEP para que um processo de autorização decorresse com a maior brevidade possível, muito provavelmente para evitar que as professoras, face à demora, não esperassem e acabassem por se envolver em uniões consideradas ilícitas, o que causava escândalos nas localidades onde estavam colocadas.

O tempo médio dos processos consultados, desde a entrega do processo na direção do distrito escolar até à concessão da autorização, comunicada por ofício à Direção do distrito escolar, era de três meses. Após a concessão de autorização, a mesma era publicada no *Diário do Governo*, constando apenas o nome da professora e só em muitos poucos casos é que constava a profissão do marido.

No que diz respeito à idade dos requerentes, esta era variável, registando-se casos de noivos com idades aproximadas ou com diferenças de mais de dez anos, e existindo alguns casos de professoras com uma idade superior à do seu pretendente. Apenas identificámos um caso de uma diferença de idades bastante acentuada entre os noivos, e dizia respeito a uma professora viúva com 51 anos que pretendia contrair matrimónio com um comerciante de gado vivo de 26 anos. O pedido de autorização foi concedido, a 17 de agosto de 1943, para evitar “escândalos de maior”, como era referido no parecer do diretor do distrito escolar de Viana do Castelo que defendia o deferimento “como única forma de acabar com murmurações” no meio local¹²⁶³.

No conjunto de processos analisados apenas foi identificado um caso de uma professora da direção do distrito escolar de Évora a quem foram colocados inicialmente constrangimentos devido à idade do noivo, de 42 anos ¹²⁶⁴, embora fosse posteriormente concedida autorização. O parecer da DGEP foi favorável, mas o Ministro não concordou colocando reservas quanto à suficiência económica e à diferença de idades, apesar de não ser explicitado qual era a diferença no processo¹²⁶⁵. Em alguns casos de indeferimento, encontrámos um reenvio do pedido de autorização acompanhado de uma exposição da professora em que eram fornecidas explicações sobre o carácter, a cultura, e a suficiência económica do seu pretendente. Após confirmação dos dados era geralmente dado deferimento ao requerimento.

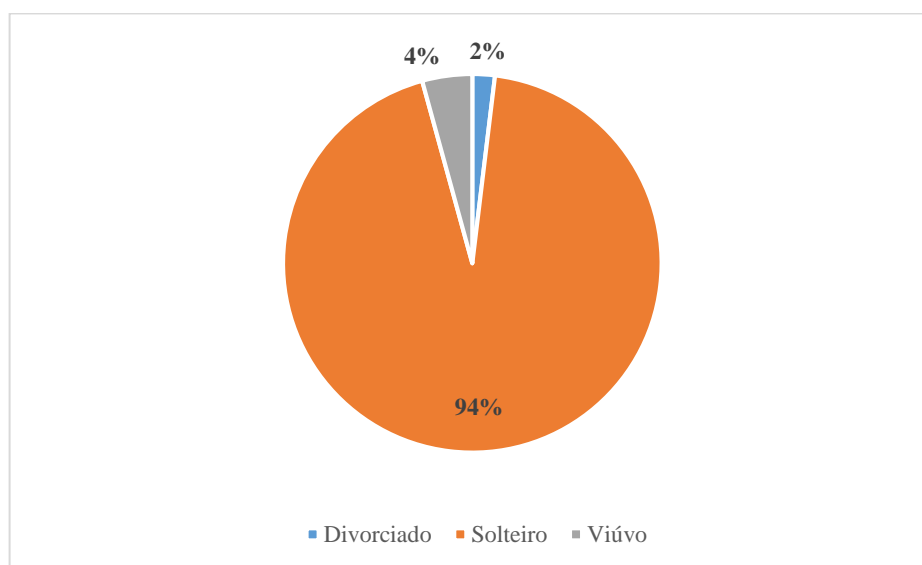
¹²⁶³ AHME, Autorizações de Casamento, Caixa 13-915. Processo n.º 203, Ofício da Direção do Distrito Escolar de Viana do Castelo à DGEP datado de 9 de agosto de 1943.

¹²⁶⁴ O processo foi recebido na DGEP a 24 de maio de 1954 e devidamente autorizado a 27 de junho.

¹²⁶⁵ Não existe referência à idade da professora. AHME, Autorizações de Casamento, Caixa 13-940. Processo 851.

Em relação ao estado civil dos pretendentes, apenas se conseguiu identificá-lo para 468 processos, representando 73% do total dos processos da amostragem. Não se identificaram quaisquer referências a processos não autorizados por questões relacionadas com o estado civil.

Gráfico 5.3 - Processos de Autorização de Casamentos por Estado Civil do Pretendente
(valores percentuais)



Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Educação, DGEP, Processos de Autorização de Casamento, Caixas 13 - 663 – Autorização Casamentos 1944, 13 - 664 – Casamentos 1944, 13 - 915 – Casamentos 1943-1944, 13 - 916 – Casamentos 1945-1946, 13 - 917 – Casamentos 1945-1946, 13 - 940 – Casamentos, 1954, 13 - 1016 – Casamentos, 1945-1946, 13 - 1043 – Casamentos, 1928-1938, 13 - 1188 – Casamentos, 1948-1950, 13 - 1201 – Casamentos, 1937-1951.

A maioria dos pretendentes era solteira (94%), seguindo-se os viúvos (4%) e, finalmente, os divorciados (2%). As investigações das direções dos distritos escolares permitiam comprovar a veracidade do estado civil dos pretendentes e apontavam para existência de informações contraditórias nos processos de pedidos de autorização. Existiam casos de professoras que referiam que iam contrair casamento religioso e que as averiguações acabavam por comprovar que o mesmo não era viável porque o pretendente era divorciado¹²⁶⁶. As professoras, em alguns casos, omitiam nos requerimentos que os seus pretendentes eram divorciados, ou apresentavam-nos antes como viúvos, procurando

¹²⁶⁶ Nos pedidos de autorização cujo pretendente tinha o estado civil de divorciado podia ser incluída a sentença do divórcio, porque permitia justificar, junto do ministro, o facto da requerente não poder contrair matrimónio religioso.

possivelmente evitar que essa informação levasse a um indeferimento. As averiguações da direção do distrito escolar a que pertenciam as professoras acabavam por descobrir essas questões e, apesar das informações contraditórias, a autorização era concedida pelo Ministro¹²⁶⁷.

A administração escolar procurava controlar a dimensão afetiva da vivência das professoras. O seu isolamento em comunidades rurais levava a paixões, a casamentos considerados desprestigiados para a classe profissional e/ou de curta duração. O reflexo público das suas relações amorosas podia revelar-se perigoso para a administração escolar, pelo escândalo que muitas vezes causava, pondo em risco o desempenho da missão, pedagógica e política, que se exigia aos professores junto do meio local.

O jornal *Escola Primária*, em 1938, fazia referência a esses casamentos que causavam escândalo nas aldeias onde as professoras estavam colocadas:

*Um exemplo, que bem conhecemos: numa pequena aldeia, uma professora nova e interessante, ao cabo de breves meses de estada nessa terra, casou, no meio da admiração geral daquela gente simples, com um rapazola, aprendiz de canteiro! Casou «sem dar por isso, nem isso pensar» tal como o outro fazia prosa, na farsa de Molière...Casamento infeliz que, meses volvidos, teve o seu epílogo numa separação para toda a vida (...)*¹²⁶⁸.

Existiam várias referências na imprensa, assim como nos processos a professores, de homens que não trabalhavam e viviam à custa das professoras, assim como de casos de maus tratos e de condições de vida miseráveis. As professoras não se encontravam excluídas dessas situações de violência, física e psicológica, que muitas mulheres vivenciaram durante o Estado Novo¹²⁶⁹. Encontrámos alguns relatos¹²⁷⁰ de casos de maridos que não trabalhavam, deslocam-se à sede do concelho para receber o vencimento da professora e acabavam por gastá-lo enquanto a família passava por sérias dificuldades.

Essa situação aparece descrita num artigo do jornal *Escola Primária*, de maio de 1938:

¹²⁶⁷ Ofício da Direção do Distrito Escolar do Porto de 19 de setembro de 1940. O requerimento de uma professora do Direção do Distrito Escolar do Porto, de 1940, apresentava o seu pretendente como viúvo. A professora era solteira e tinha 52 anos e o noivo tinha 45 anos de idade, afirmando a docente que pretendia realizar um casamento religioso. As averiguações da Direção do Distrito Escolar junto do meio local permitiram constatar que o noivo era divorciado e que a primeira mulher se encontrava viva. Assim, foi anexo ao processo a certidão de divórcio depois da mesma ser exigida pela DGEP. A favor do noivo pesavam as declarações do comandante distrital da Legião Portuguesa atestando que era uma “pessoa exemplar”. O pedido de autorização seria concedido apesar das informações contraditórias da docente. AHME, DGEP, Caixa 13-1016 Autorizações de Casamento. Processo não numerado datado de 1940. setembro de 1940.

¹²⁶⁸ Notícias e Comentários. *Escola Primária*, n.º 110-11, março de 1938, 5-6.

¹²⁶⁹ Ver a esse respeito Timóteo, M. (2013). “*Representações da Maternidade*” – *Retrato de Três Gerações de Mulheres* (Tese de Mestrado policopiada). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

¹²⁷⁰ Na imprensa da educação e nos processos instaurados a professoras.

É preciso conhecer a vida de muitas colegas nossas, vítimas de verdadeiros verdugos que são os maridos, para se compreender bem o intuito e o fim moralizador daquela medida. Atraídos pelo ordenado da professora, muitos homens a quem o trabalho não seduz (...), propõem casamento àquela e, uma vez celebrado, entendeu que fixaram finalmente o seu modo de vida. Passam os meses e os anos, o ordenado da mulher é quasi sempre recebido por eles, porque mais facilmente se deslocam até à sede do concelho e, enquanto a esposa e os filhos se debatem muitas vezes no meio das necessidades mais imperiosas que não podem satisfazer, por falta de dinheiro. O senhor leva durante dias a vida regalada, gastando o que havia de ser pão do lar, voltando a este só quando, voltando as algibeiras de fôra, só cai delas cotão¹²⁷¹

As dificuldades financeiras estavam na origem de expedientes a que algumas professoras recorriam e que levavam, por vezes, a queixas de encarregados de educação e à instauração de processos, como eram os casos do pedido de géneros alimentares aos alunos e da venda ilegal de livros e material escolar.

O discurso ideológico do regime sobre espírito de sacrifício da mulher portuguesa não tinha correspondência na vivência familiar difícil de várias professoras, algumas impedidas de porem termo a essa situação através do divórcio, por terem realizado um casamento católico após a entrada em vigor da *Concordata* de 1940.

O modelo de casamento do regime não era compatível com o divórcio e a ação da administração escolar não podia ser responsável por incentivar as professoras primárias a optarem pelo abandono do lar, e, conseqüentemente, pelo divórcio que se considerava sinónimo de um espírito individualista e “desagregador” da família, porque punha em causa o seu futuro e o da Nação¹²⁷².

Dos 638 processos consultados apenas quatro processos tiveram resposta negativa, não sendo autorizado o casamento por insuficiência económica do noivo. Na realidade nem todos os pretendentes tinham rendimentos compatíveis ou se enquadravam na boa conduta exigida. Os pareceres negativos das direções dos distritos escolares não foram, na maioria dos casos, tidos em consideração, pela DGEP e pelo Ministro, sendo dada autorização para a realização do casamento¹²⁷³.

¹²⁷¹ Notícias e Comentários. *Escola Primária*, n.º 110-11, março de 1938, 6.

¹²⁷² A Nossa Posição. *Flama*, n.º 41, 5 de janeiro de 1938, 1.

¹²⁷³ AHME, Autorizações de Casamento, Caixa 13-940. Processo n.º 835. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Ponta Delgada à DGEP datada de 29 de abril de 1954, p.1. No ano de 1954, em abril, a Direção do Distrito Escolar de Ponta Delgada enviou um processo de casamento, com um parecer negativo, de uma professora, que pretendia contrair matrimónio com um estudante de 22 anos que ainda não tinha feito o exame de Estado para poder exercer a docência. O ministro deferiu o pedido, em maio, considerando como suficiente a documentação que confirmava a suficiência económica do pai do noivo e uma declaração deste em que se “responsabiliza pela manutenção do filho, até que ele se coloque”.

A importância do casamento e o perigo da sua não autorização conduzir a uma relação amorosa ilícita sobrepunha-se ao espírito da lei. O processo do pedido de autorização tinha a vantagem de recolher uma Série de informações importantes sobre a vida privada das docentes e dos seus futuros maridos, e essas averiguações, no nosso entender, eram uma forma de controlo da vivência afetiva das professoras.

A importância dada à família no projeto político-ideológico do regime levava a que o casamento fosse percecionado, como já referimos, como um rito regenerador e moralizante. A mudança de estado civil podia mesmo sobrepor-se à aplicação de uma sanção disciplinar, uma vez que funcionava como mecanismo reparador de qualquer transgressão moral¹²⁷⁴.

O controlo e a disciplina da dimensão afetiva das professoras não foram totalmente conseguidos pela administração escolar. Identificámos focos de resistências às regras de constrangimento das relações afetivas impostas pela DGEP nos processos instaurados a professores e nos processos de pedido de autorização de casamento, assim como em textos da imprensa da educação. O jornal *Educação Nacional*, a 8 de setembro de 1940, referia que essa lei era impeditiva de as professoras constituírem família considerando que cada vez era mais difícil, nas aldeias, de encontrar noivos em “boas casas de lavradores”, e propunha a sua alteração ou revogação¹²⁷⁵.

As professoras acabaram por desenvolver mecanismos para ultrapassar os possíveis obstáculos que pudessem vir a ser colocados pela tutela ao seu casamento. Moreirinhas Pinheiro¹²⁷⁶ fez referência a essa situação, quando relatou alguns casos que conheceu durante o exercício de funções oficiais como delegado escolar, entre 1952 e 1958, e como professor de Didática Especial na Escola do Magistério Primário de Lisboa¹²⁷⁷.

Um dos casos que abordou foi o de uma professora agregada que lecionava numa escola primária alentejana e do seu noivo, um trabalhador rural que não conseguiu apresentar a documentação necessária para a concessão da autorização, o que os levou a viverem amancebados motivando o escândalo da comunidade local¹²⁷⁸. A “união ilícita” de uma

¹²⁷⁴ Ver o tratamento dessa questão no capítulo VI.

¹²⁷⁵ Óportunidades. *Educação Nacional*, n.º 29, 8 de setembro de 1940, 1.

¹²⁷⁶ Ver a esse respeito Pinheiro, J. E. M. (2008). *Notas para a História da (boa e má) Educação*. Lisboa.

¹²⁷⁷ A partir do ano letivo de 1958-1959.

¹²⁷⁸ Pinheiro, J. E. M. (2008). *Notas para a História da (boa e má) Educação*. Lisboa, pp. 65-70.

docente ocasionava escândalo quando era do conhecimento da população local e para contornar essa questão, as docentes, por vezes, apresentavam-se como sendo casadas, embora não o fossem, no meio onde lecionam¹²⁷⁹.

A defesa do ideal de família salazarista, consagrada através do casamento, estaria certamente relacionada com a concessão de autorização em casos em que a suficiência económica não estava completamente garantida. O modelo de conduta moral predominante na sociedade patriarcal, assimétrico quanto ao género, poderia estar relacionado com uma certa desculpabilização do comportamento do pretendente antes do casamento. A censura à conduta moral de uma professora, no contexto dos parâmetros conservadores do regime, encontrava-se subjacente a essa ponderação, porque o casamento era visto como a melhor forma de apagar um escândalo que a mancebia provocava na maioria das comunidades rurais.

Finalmente encontraram-se casos de professoras que casavam antes da concessão de autorização, escondendo a sua profissão, e só posteriormente solicitavam a devida autorização. Essas estratégias estiveram na origem de processos a professoras, como foi o caso de um processo de inquérito instaurado a uma docente da direção do distrito escolar do Porto, em 1953, que requereu, em janeiro de 1952, autorização para casar com um industrial¹²⁸⁰.

O processo de autorização de casamento foi devolvido à direção do distrito escolar pela DGEP por se considerar que não se encontrava provada a situação profissional do pretendente. Os novos documentos entregues pela professora não foram considerados suficientes e foi emitido um despacho, a 13 de abril de 1952, a ordenar novas averiguações¹²⁸¹. Um ofício do diretor do distrito escolar, posterior a esse despacho, informava que a professora já coabitava com o noivo e tinham um filho.

O casamento surgia como a única forma de reparar a situação moral da docente e a autorização foi publicada no *Diário do Governo* de 23 de abril de 1953, apesar de ter lhe

¹²⁷⁹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-106. Processo n.º 294 datado de 1950.

¹²⁸⁰ AHME, DGEP, Caixa 1-141. Processo n.º 373. Relatório do Processo de Inquérito do inspetor Adriano Matos datado do Porto de 5 de agosto de 1953.

¹²⁸¹ A declaração do capital de 250 contos não tinha a data da sua constituição, o que levou a que fossem apenas ao processo novos documentos indicativos, informando que o noivo era sócio do Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis e uma declaração que refere que o registo do capital de 250 contos, mas que tinha data posterior à do requerimento de autorização da professora.

ser instaurado um processo de inquérito¹²⁸². Na sequência desse processo ficou provado que a professora casou a 29 de abril de 1952, ou seja, quase um ano antes de lhe ter sido concedida autorização ministerial, e que deu à luz uma criança em agosto desse ano, cerca de três meses depois da celebração religiosa do casamento¹²⁸³.

A docente acabou por pedir a exoneração, mas não esperou pela sua concessão e saiu do país antes do desfecho do processo, o que impediu o instrutor de solicitar a conversão desse processo em disciplinar, dado a professora já não exercer a docência, e não foi proposta qualquer sanção disciplinar por essa infração¹²⁸⁴.

Existiam ainda alguns casos de falsificações das informações relativas aos rendimentos dos pretendentes, através de declarações falsas de emprego¹²⁸⁵, estratégia que aparecia referenciada na imprensa da educação nos finais da década de 30¹²⁸⁶. Na *Escola Portuguesa*, em 1938, publicou-se um despacho de Carneiro Pacheco relativo à suspensão de uma professora arguida num processo disciplinar, enquanto decorria a sua instrução. A insuficiência de rendimentos esteve na origem de falsas declarações do pretendente, um guarda-florestal, que juntou os rendimentos do pai aos seus, porque os dois tinham o mesmo nome¹²⁸⁷.

A falsidade das declarações levava à intervenção, em alguns casos, da Comissão do Desemprego para se proceder à confirmação da situação profissional do pretendente e ministério participava o caso às autoridades judiciais competentes, se ficasse provado que as declarações não eram verídicas¹²⁸⁸.

Finalmente, uma das estratégias encontradas pelas docentes para não necessitarem de cumprir as disposições do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 27279, relativas à autorização de

¹²⁸² AHME, DGEP, Caixa 1-141. Processo n.º 373. Relatório do Processo de Inquérito do inspetor Adriano Matos datado do Porto de 5 de agosto de 1953.

¹²⁸³ A professora para conseguir realizar o casamento ocultou do pároco a sua situação profissional e apresentou-se como estudante, o que correspondia à informação registada no seu bilhete de identidade. Na Conservatória, apresentou-se antes como doméstica para proceder ao registo do filho.

¹²⁸⁴ AHME, DGEP. Caixa 01-141. Processo n.º 373. Relatório do Processo de Inquérito do inspetor Adriano Matos datado do Porto de 5 de agosto de 1953.

¹²⁸⁵ É o caso de AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13-1201. Processo n.º 567 de 1937.

¹²⁸⁶ Ver a título de exemplo *Escola Primária*, n.º 110-11, março de 1938, 6.

¹²⁸⁷ Ver a esse respeito a *Escola Portuguesa*, n.º 169, 20 de janeiro de 1938.

¹²⁸⁸ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa respeitante anos de 1937 a 1951. Processo de autorização da DGEP n.º 567, Livro 19-A, 1951.

casamento, era a de procederem ao casamento enquanto simples diplomadas com o Exame de Estado¹²⁸⁹ e antes de ingressarem nos quadros do Estado.

No ano de 1937, a direção do distrito escolar de Viseu solicitou um esclarecimento à DGEP sobre as disposições da lei relativamente ao casamento das professoras não diplomadas, onde referia a ineficácia da lei no que dizia respeito a essas docentes¹²⁹⁰. A resposta do adjunto do diretor geral, datada de 3 de novembro, esclarecia que o disposto no artigo 9º não era aplicável “aos simples diplomados com o exame de Estado para o magistério Primário”¹²⁹¹, não sendo por isso possível a administração escolar exercer qualquer controlo sobre as professoras diplomadas.

Essa estratégia levou a que algumas alunas-mestras tomassem a decisão de contraírem casamento após a realização do Exame de Estado e a que a família, preocupada com essa situação, procurasse colocar obstáculos à realização do casamento¹²⁹².

¹²⁸⁹ AHME, DGEP, Autorizações de Casamento, Caixa 13 – 1201. Autorizações de Casamento. Processo sem número. Ofício da Direção do Distrito Escolar de Portalegre de 3 de novembro de 1937.

¹²⁹⁰ AHME, DGEP, Diversos, Caixa 133. Ofício n.º 690 da Direção do Distrito Escolar de Viseu de 27 de outubro de 1937 à DGEP.

¹²⁹¹ AHME, DGEP, Diversos, Caixa 133. Ofício do Adjunto do Diretor Geral do Ensino Primário de 3 de novembro de 1937 ao Diretor do Distrito Escolar de Viseu. AHME, DGEP.

¹²⁹² Moreirinhas Pinheiro abordou essa situação e referiu-se ao caso de uma mãe de uma aluna finalista Escola do Magistério Primário de Lisboa que lhe foi pedir que reprovasse a filha para a impedir de fazer exame e, posteriormente, casar. Ver a esse respeito Pinheiro, J. E. M. (2008). *Notas para a História da (boa e má) Educação*. Lisboa, p. 69.

VI. Processos instaurados

Os princípios da ordem e da disciplina eram fundamentais para a administração escolar. Partia-se do pressuposto teórico que esses princípios estavam ausentes da vivência da maioria dos portugueses. A ideia da existência de focos de resistência no seio do grupo profissional dos professores primários conduziu à sua doutrinação. O ministério através do boletim *Escola Portuguesa*, principalmente nos anos letivos de 1934-1935 e 1935-1936, doutrinou, de forma intensiva, os docentes, fornecendo-lhes três eixos orientadores do seu desempenho profissional: zelo; obediência, respeito e disciplina; formação moral. Nos casos em que a doutrinação falhava acionavam-se medidas disciplinares que tinham como principal objetivo a correção das condutas, pessoais e profissionais, consideradas desviantes.

Uma análise sobre o poder disciplinar da administração escolar justificava que se fizesse uma abordagem da regulação em vigor sobre a disciplina dos funcionários civis do Estado. Importava analisar os diplomas legais, desde o século XIX, para perceber quais foram as principais alterações introduzidas pelos governos da Ditadura Militar e do Estado Novo em matéria disciplinar, e se as mesmas corresponderam a mudanças significativas em relação aos discursos legais da administração escolar que os antecedeu.

Numa segunda fase considerou-se fundamental a análise dos processos instaurados a professores e a alunos-mestres das escolas de formação. Impunha-se que essa análise fosse sistemática e exaustiva, princípios que nos conduziram no trabalho de investigação que desenvolvemos no AHME. Consultámos todas as caixas de processos que nos foram disponibilizadas e identificámos um total de 497 processos.

A nossa amostra correspondia a um universo cronológico situado entre 1927 e 1956 e resultou fundamentalmente da pesquisa desenvolvida nesse arquivo. Considerámos que seria importante completar os dados que dispúnhamos e para o feito procurámos informação completar, relativamente a alguns processos, nos espólios dos Arquivos Salazar, PIDE e JNE e nos Arquivos Históricos da Escola do Magistério Primário de Lisboa e da Escola do Magistério Primário de Faro. Recorremos ainda a textos da imprensa da educação e ao *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* para questões relacionadas com o professorado e o funcionamento dos serviços inspetivos e disciplinares.

Procedemos ainda à análise de testemunhos dos funcionários da administração escolar, contidos em alguns processos, por considerarmos que eram representativos dos valores ideológicos oficiais e do contexto político-social vivenciado pelos seus autores.

Através da análise dos processos importava perceber quais os comportamentos geradores de infrações e tipo de infrações de maior gravidade para a administração escolar. Nesse contexto procedemos a uma análise das penalidades aplicadas para detetarmos se existia uma uniformização das sanções aplicadas, em relação ao mesmo tipo de infrações, e identificar circunstâncias atenuantes ou agravantes para além das previstas na lei. Considerámos também relevante a análise dos motivos que levaram a instrução dos processos, identificando os responsáveis pela denúncia da infração e possíveis elos de ligação com o programa político-pedagógico do regime instaurado pela Ditadura Militar e o Estado Novo.

A regulação e os procedimentos disciplinares

As situações de incumprimento dos deveres do professorado conduziam à aplicação por parte da administração escolar de penas disciplinares. A legislação sobre procedimentos disciplinares da segunda metade do século XIX era, no entanto, muito sintética e limitava-se praticamente à identificação das penas e das entidades responsáveis pela sua aplicação.

No *Regulamento Geral da Instrução Primária* de 1835 surgiam referências à disciplina dos professores das escolas primárias¹²⁹³, através da imposição de multas de 20 réis para os professores que não solicitassem autorização para ensinarem, abrindo “aulas públicas” ou para o ensino particular¹²⁹⁴. Previa-se ainda que os professores que ensinassem doutrinas subversivas da ordem estabelecida fossem perseguidos e punidos judicialmente.

A partir de 1870, na legislação sobre a instrução primária, o funcionamento dos serviços de inspeção e a matéria disciplinar passou a ter um tratamento diferenciado. O diploma legal que introduziu uma nova reforma da instrução enfatizava a necessidade de criar um serviço de inspeção que garantisse um bom funcionamento do ensino¹²⁹⁵.

¹²⁹³ Decreto de 7 de setembro de 1835. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹²⁹⁴ Os professores tinham de comunicar a sua morada de residência e possuir um “certificado de bons costumes” passado pela respetiva câmara municipal. Art.º 4º do Decreto de 7 de setembro de 1835. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹²⁹⁵ Preâmbulo do Decreto de 16 de agosto de 1870. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

As competências em matéria disciplinar, em 1870, passaram a pertencer ao inspetor distrital e ao delegado superior do governo em cada circunscrição escolar. Competia-lhes a instauração dos processos e suspender disciplinarmente, até quinze dias, os professores, depois de ouvidos previamente, e propor ao governo as penas de suspensão, por um período superior a quinze dias, e demissão¹²⁹⁶.

Nos finais da década de 70 entrou em vigor uma tipologia de quatro penas: admoestação, repreensão, suspensão com perda parcial ou total de vencimento, e demissão¹²⁹⁷. As penas de admoestação, repreensão e suspensão até um mês eram aplicadas pelas câmaras municipais, depois de ouvidas a Junta Escolar e a defesa do arguido. As penas de suspensão superior a um mês e de demissão eram impostas pela mesma entidade, mas após audiência do acusado, voto da Junta Escolar e parecer positivo do inspetor da circunscrição.

No início do século XX, a responsabilidade de aplicação das penas disciplinares passou a pertencer ao governo¹²⁹⁸. O número de penas, em 1901, aumentou de quatro para cinco e as principais alterações prendiam-se com o facto da pena de suspensão implicar sempre a perda da totalidade de vencimento, e com a introdução de uma nova pena, a transferência, que passou a ser a quarta pena a aplicar, por ordem de gravidade. Determinava-se que o ensino de doutrinas contrárias à religião oficial, à moral, e às leis portuguesas, ou a prática de delitos graves implicaria a imediata suspensão e a instauração de processo disciplinar¹²⁹⁹.

As penas de suspensão por mais de trinta dias, transferência e demissão só podiam ser aplicadas depois de consulta, com voto afirmativo, ao Conselho de Instrução Pública. O inspetor da circunscrição a que pertencia o professor devia emitir sempre um parecer fundamentado sobre a pena a aplicar. O arguido era ouvido em audiência e tinha o direito de fazer a sua defesa por escrito e indicar testemunhas e provas documentais.

¹²⁹⁶ Art.º 84º do Decreto de 16 de agosto de 1870. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹²⁹⁷ Art.º 40º da Carta de Lei de 2 de maio de 1878. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹²⁹⁸ Art.º 49º do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹²⁹⁹ Art.º 50º do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

No ano seguinte aprofundaram-se as disposições sobre matéria disciplinar, através da definição clara dos principais motivos para a instauração de um processo disciplinar: mau comportamento e desleixo¹³⁰⁰. Motivos que eram considerados prejudiciais para o progresso do ensino e a educação das crianças¹³⁰¹.

Esse diploma legal, de 1902, referia que o primeiro passo consistia numa advertência ou aviso por parte do subinspetor, e que só em casos do professor não se corrigir ou que a situação fosse mais grave é que seria instaurado um processo disciplinar¹³⁰². O processo tinha por base o artigo ou artigos de acusação, formulados pelo subinspetor do respetivo círculo escolar, depois de dado conhecimento ao inspetor, com base no seu próprio conhecimento dos factos ou em queixa recebida. Em caso de queixa, o subinspetor devia proceder a averiguações minuciosas e verificar se a mesma era digna de crédito, e não motivada por “ódios ou intrigas locais de carácter pessoal”¹³⁰³.

Do processo de acusação era dado conhecimento ao professor acusado. Num prazo de dez dias, a contar daquele em que o arguido recebia o processo, o infrator enviava ao subinspetor a sua defesa, por escrito, acompanhada dos documentos que lhe interessava juntar ao processo e da lista das suas testemunhas, se assim o entendesse.

No caso da indicação de testemunhas, de acusação ou defesa, competia ao administrador do concelho ou bairro, a que pertencia o arguido, e por indicação do subinspetor, intimar as pessoas que deveriam depor, para comparecem no dia, hora e local determinados. O inquérito das testemunhas era feito pelo subinspetor, na sede da subinspeção ou noutro lugar por ele designado, e os depoimentos eram escritos por um professor nomeado para secretário pelo subinspetor. Os depoimentos eram assinados por todos e pelos depoentes.

No caso de ser indispensável inquirir alunos da escola, eles deviam ser acompanhados por familiares, os quais assinavam também o depoimento. A audição de crianças foi sempre

¹³⁰⁰ Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹³⁰¹ Regulamento de execução do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Ver Art.º 155º do Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹³⁰² Art.º 156º do Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹³⁰³ § 1 do Art.º 156 do Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

criticada pela administração escolar, porque entendia-se que era um abuso recorrer ao depoimento de crianças, devido à suas “graves consequências morais e pedagógicas”¹³⁰⁴.

O processo, depois de concluído, era enviado ao inspetor de circunscrição que propunha a absolvição ou a condenação. Nessa última situação, competia-lhe a indicação da pena a aplicar e remeter o processo ao governo. As três penas mais graves continuavam a só poderem ser impostas depois do voto favorável do Conselho Superior de Instrução Pública¹³⁰⁵.

A primeira reforma republicana da instrução primária não procedeu a modificações em matéria disciplinar¹³⁰⁶. Manteve-se o princípio de que o professor, sob pena de ser proibido de exercer o magistério, não podia ensinar nada que fosse contra as leis, a liberdade dos cidadãos e a moral social, apenas se eliminou a referência à religião no âmbito do princípio da neutralidade religiosa. A reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública, em 1911, também não provocou alterações nas suas competências anteriores em questões disciplinares.

A importância dada à educação e a necessidade de um serviço inspetivo eficaz justificaram a publicação do *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado*¹³⁰⁷ e do *Regulamento para a fiscalização do ensino*¹³⁰⁸. Esse último diploma legal incidia apenas sobre a reorganização dos serviços. Só após a criação do Ministério da Instrução Pública, em 1913, foi publicado o *Regulamento Disciplinar dos Professores Primários*¹³⁰⁹.

O primeiro desses diplomas regulamentava a disciplina de todos os funcionários do Estado que não estivessem sujeitos à disciplina militar e permaneceu em vigor durante um período longo de tempo. O terceiro regulamento tinha como objetivo principal dotar as câmaras municipais de um diploma que lhes permitisse exercer uma ação disciplinar sobre o professorado.

¹³⁰⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-149. Processo n.º 556 datado de 1953.

¹³⁰⁵ Todas as penas aplicadas, de acordo com as disposições legais em vigor, deveriam ser publicadas no *Boletim da Direção Geral da Instrução Pública*. No entanto essa situação, na prática, não se verificava no que diz respeito ao período considerado neste trabalho. Não encontramos referências à questão disciplinar nesse boletim.

¹³⁰⁶ Decreto n.º 9223, de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹³⁰⁷ Decreto de 22 de fevereiro de 1913. *Diário do Governo* n.º 44, I Série, de 24 de fevereiro de 1913.

¹³⁰⁸ Decreto de 23 de agosto de 1911. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 25 de agosto de 1911.

¹³⁰⁹ Decreto n.º 132, de 12 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 214, I Série, de 12 de setembro de 1913.

A expressão infração disciplinar foi definida legalmente nesses regulamentos. No caso dos professores primários, considerava-se como infração: os atos ou omissões contrárias aos deveres profissionais, a prática de atos hostis à República e à Constituição, e a inobservância da regulação em vigor¹³¹⁰. Apesar da lei referir expressamente o dever de obediência era dada alguma margem de autonomia ao docente quando se lhe concedia o direito de reclamar, no prazo de 24 horas, contra a ordem recebida, sem prejuízo do seu cumprimento. Se a infração fosse simultaneamente considerada crime, pela lei penal, o processo disciplinar não dependeria do processo criminal. Nesse caso, o professor era suspenso de exercício e de vencimento até ao julgamento final.

Em todos os ministérios, devido ao *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado*, passou a existir um conselho disciplinar constituído pelo secretário geral ou, na sua inexistência, pelo diretor geral mais antigo e por dois diretores gerais nomeados pelo respetivo Ministro¹³¹¹.

O conjunto possível de penas a aplicar continuou a ser graduado de acordo com a infração, mas as sanções aumentaram de cinco para nove: advertência (1ª)¹³¹², repreensão verbal ou escrita (2ª), repreensão publicada no *Diário do Governo* (3ª), multa até quinze dias de vencimento (4ª), suspensão de exercício e vencimento de vinte a trinta dias (5ª), transferência (6ª), suspensão de exercício e vencimento de trinta e um até cento e oitenta dias (7ª), inatividade de um a dois anos, com metade ou sem vencimento (8ª), demissão (9ª). Em situações de acumulação ou de reincidência, a pena a aplicar era sempre superior à já sofrida, salvo se existissem atenuantes.

Existiam fatores que atuavam como agravantes ou atenuantes da infração. Eram consideradas circunstâncias agravantes: a premeditação, a infração ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar, a ação combinada com outros, a acumulação de infrações e a reincidência¹³¹³. Eram consideradas circunstâncias atenuantes: o bom comportamento, a

¹³¹⁰ Art.º 2º do Decreto n.º 132, de 12 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 214, I Série, de 12 de setembro de 1913.

¹³¹¹ Art.º 2 do Decreto de 22 de fevereiro de 1913. *Diário do Governo* n.º 44, I Série, de 24 de fevereiro de 1913.

¹³¹² A advertência significava a prevenção ou aviso do superior hierárquico ao professor de que o ato ou omissão praticada era suscetível de causar perturbação no serviço.

¹³¹³ A premeditação consistia no desígnio formado pelo menos de 24 horas antes da prática. Considerava-se uma situação de acumulação quando o professor cometia mais de uma infração disciplinar na mesma ocasião, ou cometia outra antes de ser punido pela anterior. A reincidência era quando se cometia uma nova infração antes do decorrer de um ano, contabilizado a partir do dia em que terminasse o cumprimento da pena

confissão espontânea e o professor ter prestado serviços relevantes à República e à instrução.

A aplicação de algumas penas tinha efeitos práticos na progressão da carreira. A terceira pena, repreensão publicada no *Diário do Governo*, implicava a perda de três dias de antiguidade para promoção. A pena cinco, suspensão de exercício e vencimento de vinte a trinta dias, originava a perda de oito dias, enquanto a pena seis, transferência, conduzia à perda de trinta dias. As penas sete, suspensão de exercício e vencimento de trinta e um até cento e oitenta dias, e oito, inatividade de um a dois anos, levavam à perda de todo o tempo por que eram impostas para efeitos de promoção e até de aposentação.

A aplicação de penas podia também recair sobre professores em situação de aposentação ou inatividade. Nesses casos, as penas eram substituídas pela perda de pensão ou de vencimento, e a pena de demissão implicava a sua perda definitiva e ainda do cargo ou título pelo qual eram designados.

As penas de advertência e repreensão verbal ou escrita eram determinadas por despacho ministerial e aplicáveis a casos de negligência e a erros ou faltas leves. As penas de repreensão publicada no *Diário do Governo* e multa até quinze dias de vencimento eram impostas por despacho ministerial e aplicavam-se a faltas de maior gravidade.

As penas de suspensão, transferência e inatividade eram aplicadas por decreto ou portaria e eram reservadas a casos de desrespeito ou injúria a superiores, recusa de desempenho de serviços, desobediência, aceitação de colocações incompatíveis ou inacumuláveis com o exercício do seu cargo, discussão pública de atos oficiais dos superiores manifestamente atentatória da disciplina, provocação ou incitamento à indisciplina ou insubordinação, e desrespeito às instituições.

A pena de demissão era aplicada por decreto e era a que tinha consequências mais graves, porque implicava a perda definitiva do cargo. Era aplicável quando um professor revelasse assuntos que constituíam segredo profissional ou de serviço, em prejuízo do Estado ou de particulares. Também era atribuída quando o professor abandonasse o lugar onde exercia a profissão, sem prévia autorização, ou cometia atos considerados como insubordinação grave. Aplicava-se ainda em casos de insistência no exercício de funções incompatíveis ou

anterior. Art.º 4 do Decreto n.º 132, de 12 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 214, I Série, de 12 de setembro de 1913.

inacumuláveis com o cargo que exercia, e quando eram aceites “promessas, dádivas ou participação em lucros provenientes de negócios pendentes na escola” em que o professor lecionava¹³¹⁴.

Essa pena era aplicada ainda em situações de colaboração em perturbações graves da ordem pública, de recusa do juramento ou declaração de fidelidade às Instituições políticas ou à Constituição, de prática repetida de atos de hostilidade contra a República e de ofensas ou injúrias contra as instituições.

A demissão era aplicada quando se verificava a prática de uma falta, após duas suspensões, ou de um ato considerado crime pela lei penal, bem como a falta injustificada ao serviço durante trinta dias seguidos ou quarenta e cinco interpolados no decurso de seis meses.

O processo disciplinar era instaurado por determinação da autoridade que tinha competência disciplinar sobre o arguido. Era organizado pelo inspetor de círculo, exceto se esse fosse o queixoso ou quando existisse alguma circunstância que tornasse inconveniente a sua intervenção como instrutor do processo. Nesse último caso competia ao governo a nomeação de outro funcionário para o substituir. O secretário continuava a ser da livre escolha do inspetor.

No caso da infração ser a de abandono do lugar, o inspetor de círculo procedia apenas a um auto de abandono, que só era levantado se o inspetor tivesse a certeza que o professor tinha a intenção de abandonar o seu cargo, depois de decorridos oito dias, ou logo que se completassem trinta dias de não comparência ou explicação.

Nas restantes infrações, o instrutor do processo autuava a comunicação da infração e procedia às investigações necessárias, ouvindo o participante ou o queixoso, as testemunhas indicadas por ele, e as outras que considerasse necessárias¹³¹⁵. Desenvolvia ainda todas as diligências necessárias ao apuramento da verdade. Após esse processo, o instrutor elaborava os artigos de acusação, devendo indicar expressamente o ato ou omissão que constituía a infração disciplinar.

Do auto de acusação era dada cópia ao arguido, que era intimado no prazo de dez dias para examinar o processo, apresentar a sua defesa por escrito e oferecer as provas documentais

¹³¹⁴ É o caso da venda de livros ou material escolar proibida por lei sob pena de demissão.

¹³¹⁵ Art.º 23º do Decreto n.º 132, de 12 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 214, I Série, de 12 de setembro de 1913.

e testemunhais que considerasse necessárias. Podia indicar até três testemunhas para cada facto, que fossem residentes na localidade onde se procedia à organização do processo ou que aí se apresentassem para testemunhar. Tinha ainda o direito de indicar testemunhas para serem inquiridas fora da localidade, mas o instrutor tinha o direito de recusar a inquirição quando a considerasse impertinente ou dilatória.

A instrução de um processo podia implicar custos de deslocação do instrutor e, por isso, se definiu que todas as diligências que tivessem de ser efetuadas fora do concelho onde decorria o processo, deviam ser previamente requisitadas por ofício ou telegrama à autoridade administrativa competente.

Após a conclusão do processo, o inspetor de círculo devia enviá-lo ao inspetor de circunscrição, que propunha a absolvição ou condenação do arguido. O inspetor de circunscrição, se decidisse pela condenação, indicava a pena a aplicar e remetia o processo ao governo ou a câmara municipal, conforme a sua proposta. As penas de suspensão, transferência e demissão eram de responsabilidade governamental e as restantes de as câmaras municipais¹³¹⁶. No registo biográfico do professor eram anotadas todas as suas punições e despachos ou resoluções relativas ao seu serviço docente.

O arguido podia ser privado de exercer o seu cargo e ficar sem vencimento, total ou parcial, enquanto durasse a instrução ou até à decisão final, prática que se prolongou pelo Estado Novo. Na decisão final do processo podia ser reparada a perda de vencimento, confirmada ou levantada.

O professor, ou outra entidade, podia requer a revisão do processo, desde que alegasse circunstâncias suscetíveis de justificar a sua inocência. Para o efeito devia apresentar um requerimento, ao Ministro, com indicação das provas justificativas da sua inocência. O Ministro, depois de ouvido o Conselho Disciplinar do Ministério Público, autorizava ou não a revisão do processo¹³¹⁷. Admitida a revisão, essa era constituída em apenso ao processo disciplinar, sendo nomeado um sindicante diferente para o efeito. Esse procedimento não implicava a suspensão da pena disciplinar, mas se provada a inocência o

¹³¹⁶ Art.º 145º do Decreto n.º 9223, de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹³¹⁷ Com a remodelação do Conselho Superior de Instrução Pública, este passou a dar o seu parecer quando o professor não concordava com a pena imposta. Art.º 31º do Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914. *Diário do Governo* n.º 22, I Série, de 3 de fevereiro de 1915, p. 142.

professor ficaria sem pena. O diploma não previa mais nenhuma compensação, profissional ou material, em caso de inocência, para o professor.

No caso de se provar que as arguições feitas em público, verbais ou escritas, eram falsas, poderia ser enviada uma participação, pelo superior hierárquico do professor, ao delegado do Procurador da República do respectivo juízo, o qual agiria contra o acusador, nos termos legais. O professor podia requerer, ao Ministro, a instauração de um processo disciplinar, com o objetivo de fazer prova da falsidade das declarações.

O cumprimento das penas de suspensão e inatividade podia ser suspenso, numa parte excedente que ia de sessenta dias a seis meses, quando o professor, com assiduidade e bom serviço, não tivesse no seu registo biográfico averbamento disciplinar superior a uma repreensão verbal ou escrita e se dessem a seu favor circunstâncias especiais. A suspensão de cumprimento era requerida pelo docente ao Ministro, tendo de ser ouvido o Conselho Disciplinar do Ministério.

A existência dos dois regulamentos disciplinares era considerada, pela *Revista Escolar*, como uma dualidade na ação disciplinar exercida sobre o Estado, porque a ação sobre os professores baseava-se no *Regulamento Disciplinar dos Professores Primários* e esse grupo profissional não tinha os mesmos direitos que os restantes funcionários civis do Estado¹³¹⁸. Essa situação acabou por ser corrigida pelo *Regulamento do Ensino Primário e Normal* de 1919. Esse diploma determinou que a jurisdição disciplinar sobre os docentes e demais funcionários do ensino primário fosse a estabelecida no *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado* e não no *Regulamento Disciplinar dos Professores Primários*¹³¹⁹.

Os dois regulamentos eram similares à exceção da possibilidade de inquirição de alunos que apenas se encontrava prevista no *Regulamento Disciplinar dos Professores Primários*. O fim da aplicação desse normativo colocou a questão da manutenção ou não dessa possibilidade, uma vez que o *Regulamento do Ensino Primário e Normal* referia tacitamente que eram revogadas todas as disposições em contrário¹³²⁰. No entanto, a

¹³¹⁸ *Revista Escolar* n.º 1, janeiro de 1925, 15-19.

¹³¹⁹ Art.º 127º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

¹³²⁰ Art.º 398º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

disposição manteve-se em vigor por não se verificar qualquer incompatibilidade na forma como os dois regulamentos de 1913 regulavam o processo de inquérito.

Essa questão colocava-se por causa da importância do testemunho das crianças. Os seus depoimentos eram considerados, pela *Revista Escolar*, como um auxiliar e uma necessidade, porque muitas vezes eram as únicas testemunhas das infrações disciplinares dos docentes¹³²¹. A maioria dos alunos da escola primária tinham idade inferior a 14 anos e, como tal, não era um compromisso de honra para a sua audição, requisito exigido aos maiores de 14 anos¹³²².

A remodelação do Conselho Superior de Instrução Pública¹³²³ nos primeiros tempos da Ditadura Militar não modificou as suas competências disciplinares e manteve-se em vigor o regulamento disciplinar de 1913. Verificou-se, no entanto, uma preocupação governamental com a simplificação da organização dos processos disciplinares, sem que esse procedimento fosse devidamente clarificado¹³²⁴. A administração escolar entendia que essa simplificação era sinónimo de um serviço inspetivo eficiente, princípio que não constituiu nenhuma novidade em relação ao período republicano.

Foi criado um Conselho de Inspeção, em 1926, com competência disciplinar. Competia-lhe o julgamento dos processos disciplinares, organizados pelos inspetores escolares, aos diretores de círculo, professores e pessoal não docente do ensino primário¹³²⁵.

Os processos disciplinares eram apresentados ao Conselho por um dos seus membros que era nomeado para o efeito e tinha a designação de relator. No relatório do julgamento do processo registava-se se a decisão era tomada por unanimidade ou por maioria e, nesse último caso, devia incluir-se informação sobre os votos divergentes e a respetiva justificação.

O processo seguia depois para o diretor geral para despacho. A sua homologação era suficiente para que produzisse efeito, desde que a pena a aplicar fosse a de advertência,

¹³²¹ *Revista Escolar*, n.º 1, janeiro de 1925, 16-17.

¹³²² Significa prestação de juramento.

¹³²³ Decreto n.º 12256, de 1 de setembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 3 de setembro de 1926.

¹³²⁴ Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

¹³²⁵ Art.º 11º do Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

repreensão verbal ou escrita, repreensão publicada no *Diário do Governo*, multa até quinze dias de vencimento, suspensão de exercício e vencimento de cinco até trinta e cinco dias e afastamento de serviço para outro análogo¹³²⁶. No caso de divergência entre o parecer do conselho e o diretor geral competia ao Ministro a decisão da penalidade a aplicar, desde que devidamente fundamentada.

A partir de setembro de 1928, o Presidente do Conselho de Inspeção passou a enviar todos os processos para despacho ministerial¹³²⁷, o que significava que o diretor geral deixava de ter competência para homologar penalidades. Passado um mês registou-se uma nova alteração, passando os recém criados inspetores chefes das regiões escolares a aplicarem as penas disciplinares de advertência e de repreensão verbal ou escrita¹³²⁸.

A instauração e o julgamento dos processos foi entregue, em 1928, ao Conselho Central de Inspeção que substituiu o Conselho de Inspeção¹³²⁹. No ano seguinte foram estabelecidas as normas que presidiam à organização e julgamento de processos disciplinares instaurados a funcionários do ensino primário e normal¹³³⁰. Os processos de maior urgência e gravidade, ou em casos de maior categoria do funcionário infrator, eram da responsabilidade dos membros do Conselho Central de Inspeção. Em 1930, esse Conselho passou a ser presidido pelo diretor geral do ensino primário, após a extinção do cargo de inspetor chefe¹³³¹.

O Conselho Central de Inspeção passou a ser ouvido previamente para a aplicação das penas, sendo apenas ouvido, em sua substituição, o Conselho Disciplinar do MIP nos casos em que o processo era organizado por um dos seus membros. O Ministro podia tomar uma decisão contrária ao parecer do Conselho. Nesse caso, o seu despacho era fundamentado e publicado no *Diário do Governo*. Todo o expediente relacionado com a aplicação da pena passou a ser da responsabilidade da direção geral.

¹³²⁶ Art.º 6º do Regulamento dos Funcionários Cíveis do Estado de 22 de fevereiro de 1913. *Diário do Governo* n.º. 44, I Série, de 24 de fevereiro de 1913. A pena de afastamento era equivalente à de transferência. Essa penalidade passou a ser aplicável a todos os funcionários docentes do ministério a partir do Decreto n.º 23531 de 30 de janeiro de 1934. *Diário do Governo* n.º 25, I Série, de 30 de janeiro de 1934.

¹³²⁷ Decreto n.º 15938, de 8 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 209, I Série, de 11 de setembro de 1928.

¹³²⁸ Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

¹³²⁹ Ibidem.

¹³³⁰ Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

¹³³¹ Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 30, I Série, de 6 de fevereiro de 1930.

Essa alteração surgia na sequência de um processo de sindicância que tinha sido ordenado aos serviços das direções gerais do ensino primário e normal e secundário, assim como à repartição das construções escolares, em reação a acusações que lhes tinham sido feitas. O bacharel Marcelo Duarte Matias, magistrado do Ministério Público, e como tal fora dos quadros do ministério, foi nomeado para proceder a esse trabalho¹³³².

No ano de 1930, o processo de concentração da gestão do ensino primário na direção geral conduziu à extinção do Conselho Central de Inspeção e as suas competências em matéria da disciplina dos professores passaram para um novo órgão, o Conselho de Disciplina do Magistério Primário¹³³³. Esse órgão devia pronunciar-se sobre os processos disciplinares que apresentassem propostas de penalidades de suspensão, transferência ou demissão¹³³⁴. Argumentava-se que a análise dos processos deveria ser feita pelos pares dos professores, e considerava-se que esses se encontravam representados nesse Conselho.

No ano seguinte prosseguiu a reorganização dos serviços disciplinares com a introdução de alterações nos procedimentos disciplinares a pessoal docente, novamente no sentido de uma diminuição dos custos e da defesa de uma maior eficiência dos serviços disciplinares¹³³⁵.

Registaram-se duas alterações em relação ao regulamento disciplinar de 1913. A primeira foi ao nível das penalidades, porque passou a existir, a partir da 6ª pena, uma nova gradação: suspensão de exercício e vencimento de mais de trinta até cento e oitenta dias (6ª), inatividade de um a dois anos, com metade ou sem vencimento, (7ª), transferência (8ª)¹³³⁶ e demissão (9ª)¹³³⁷. A transferência, que era a sexta pena, passou então para oitava,

¹³³² A sindicância foi ordenada por portaria de outubro de 1927 e ratificada pelo Decreto n.º 14891, de 12 de janeiro de 1928, e concluída em agosto desse ano. Decreto n.º 14891, de 12 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1928. Portaria de 20 de outubro de 1927 publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 22 de outubro de 1927. O Decreto n.º 15879, de 21 de agosto de 1928, exonerou o magistrado por estar concluída a sindicância. *Diário do Governo* n.º 193, I Série, 23 de agosto de 1928.

¹³³³ Decreto n.º 18347, de 17 de maio de 1930. *Diário do Governo* n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1930.

¹³³⁴ Art.º 2º do Decreto n.º 18934, de 4 de outubro de 1930. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 7 de maio de 1930.

¹³³⁵ Preâmbulo do Decreto n.º 19794, de 29 de maio de 1931. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 29 de maio de 1931, p. 1013. As disposições deste diploma foram extensíveis a todos os funcionários docentes de estabelecimentos dependentes do ministério pelo Decreto n.º 23531, de 30 de janeiro de 1934. *Diário do Governo* n.º 25, I Série, de 30 de janeiro de 1934.

¹³³⁶ O diploma referia a transferência para outro liceu, mas não era dirigido exclusivamente aos professores liceais. No caso do professor não ter vaga na zona escolar para onde era transferido ficava transitoriamente colocado em regime de comissão de serviço. Podia por exemplo desempenhar um cargo na secretaria de uma região escolar ou distrito escolar.

mudança que fazia sentido por o período de tempo de aplicação da pena ser superior ao da suspensão. A segunda diferença consistia no Ministro poder condenar o réu, a quem era aplicada uma pena entre a 5ª e a 8ª, ao pagamento de custas de processo.

Apesar dessas modificações, e da reforma da DGEF operacionalizada pelo Ministro Cordeiro Ramos, a aplicação das penalidades continuou a ser feita nos termos das disposições do regulamento disciplinar republicano¹³³⁸, o que, no nosso entender, revelava que o corte com a escola republicana era mais teórico do que prático em matéria disciplinar.

A instrução de um processo tinha sempre início a partir de um despacho ministerial. Nesse documento era estipulado o prazo máximo para a sua conclusão. O prazo podia ser prorrogado, o que acontecia com regularidade nos processos disciplinares da nossa amostra. Para o efeito, o instrutor requeria ao Ministro, via direção geral, autorização acompanhada de fundamentação.

Embora a legislação em vigor determinasse que o prazo só podia ser prorrogado por uma só vez, e por um período que não excedesse metade do tempo marcado da primeira vez¹³³⁹, verificaram-se vários casos em que o requerimento foi feito por duas ou mais vezes e em que o prazo máximo para a instrução foi ultrapassado.

Os motivos prendiam-se com o gozo de licenças, situações de doença, e, principalmente, devido ao excesso de trabalho administrativo de foro disciplinar. Essas prorrogações condicionavam o prazo de duração da instrução do processo. No conjunto de processos da nossa amostra, a média foi os seis meses, mas alguns processos ficaram resolvidos em três meses e outros passaram de um ano.

A responsabilidade da duração da instrução não se devia exclusivamente aos inspetores instrutores. O seu prolongamento dependia das averiguações, do número de testemunhas a ouvir, e da resposta atempada ou não das várias entidades a que o instrutor solicitava informações. Finalmente, e após o envio de um processo para a direção geral, podia ser

¹³³⁷ Art.º 1º do Decreto n.º 19794, de 29 de maio de 1931. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 29 de maio de 1931.

¹³³⁸ Art.º 189º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

¹³³⁹ Art.º 7º do Decreto n.º 19794, de 29 de maio de 1931. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 29 de maio de 1931.

decidido que era necessário proceder a averiguações complementares, decisão que contribuía para a dilatação do período de duração do processo.

O não cumprimento de prazos pelo instrutor implicava a perda de direitos por parte do sindicante de receber qualquer gratificação, devendo restituir tudo o que já tivesse recebido. Não se encontrou na correspondência trocada entre instrutores e direção geral quaisquer referências a esse assunto, mesmo em situações de incumprimento. Nessas circunstâncias, o inspetor enviava um ofício a pedir desculpa e a pedir nova prorrogação, sendo a mesma concedida pelo diretor geral.

A preocupação com o cumprimento dos prazos não nos pareceu que correspondesse a uma ação protetora dos docentes, uma vez que os professores a quem eram aplicadas penas de suspensão, inatividade ou transferência viam-se impossibilitados de concorrer durante dois anos a concursos para transferência de escola¹³⁴⁰. Não se detetou nenhuma preocupação por parte da administração escolar com o tempo de espera ou com prejuízos que a instrução do processo lhes pudesse causar. Considerámos que a principal preocupação se prendia com a acumulação de trabalho inspetivo e disciplinar e, por isso, se defendia a simplificação e rapidez no processo de instrução.

A partir de 1933, a exigência de pagamento de custas passou a abranger qualquer penalidade aplicada, no sentido de indemnizar o Estado das despesas de ajudas de custo, transportes ou quaisquer outras relacionadas com a instrução de um processo. Os descontos eram efetuados em doze prestações ou por execução fiscal, determinando-se nesse caso a cobrança coerciva¹³⁴¹. No caso de dois ou mais arguidos, a responsabilidade de pagamento era dividida em partes que podiam ser iguais ou diferenciadas.

O aumento do número de queixas infundadas contra os professores e as despesas desnecessárias com a instrução de processos foram responsáveis pela determinação de arquivamento de um processo em que não fosse confirmada a culpabilidade imputada por terceiro. Nesse caso estipulava-se que as despesas ficassem a cargo dos queixosos. Apenas identificámos cinco processos em que essa exigência foi prescrita.

¹³⁴⁰ Art.º 1º do Decreto n.º 21419, de 27 de junho de 1932. *Diário do Governo* n.º 150, I Série, de 29 de junho de 1932.

¹³⁴¹ AHME0, DGEP, Caixa 1-160. Processo 304. Parecer de António Leal de 28 de fevereiro de 1952.

A instrução de processos motivados por queixas de habitantes das localidades onde os professores lecionavam ocorria com alguma frequência e os funcionários e a administração escolar tinham consciência dessa realidade. Exemplo dessa percepção foi o debate, na Assembleia Nacional, em 1935, de um projeto de lei sobre sindicâncias e inquéritos do deputado Lôbo da Costa¹³⁴².

O deputado defendia, em primeiro lugar, que o seu projeto estava perfeitamente integrado no espírito do programa do Movimento do 28 de Maio. Considerava, no entanto, que se vivia numa época de suspeições e que o funcionário público tinha o direito de ilibar a sua honra sempre que a mesma fosse atingida. Para isso entendia que era necessário dar-lhe a possibilidade de solicitar uma sindicância à sua pessoa, sempre que a sua “honorabilidade e a sua moralidade” estivessem numa “posição delicada”¹³⁴³, e defendia que o resultado do processo deveria ser publicado, no *Diário do Governo*, nas situações em que ficasse provada a inocência do funcionário.

Esse projeto foi aprovado com alterações e acabou por não ser concretizado. O deputado Carlos Borges era uma das vozes discordantes. Argumentava que já existia um regulamento disciplinar e que não fazia sentido publicar legislação fragmentária, sobre a ação disciplinar relativa aos funcionários do Estado, quando se anunciava para breve a publicação de um novo regulamento¹³⁴⁴. Apesar desse anúncio, foi preciso esperar até ao ano de 1943 para a sua publicação.

A existência de falsas reclamações perdurou ao longo do período considerado. A sua abordagem na IV Reunião dos Funcionários Superiores do Ensino Primário, realizada em setembro de 1953, era testemunho dessa realidade. Nessa reunião considerou-se que era importante que os queixosos, que não tivessem provado as acusações feitas, fossem chamados à responsabilidade, uma vez que em muitos dos processos essa exigência não lhes era imputada¹³⁴⁵.

No mandato do Ministro Carneiro Pacheco não foram introduzidas quaisquer modificações na legislação sobre a instrução e o julgamento de processos. Foi criado, em 1936, o

¹³⁴² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 50, de 14 de dezembro de 1935, p. 96.

¹³⁴³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 50, de 14 de dezembro de 1935, p. 96.

¹³⁴⁴ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 50, de 14 de dezembro de 1935, p. 97.

¹³⁴⁵ AHME, DGEP, Caixa n.º 01-116. Processo n.º 129 datado de 1951; AHME, DGEP, Caixa n.º 01-160. Processo n.º 304. Parecer de António Leal de 28 de fevereiro de 1952.

Conselho Permanente de Ação Educativa, pertencente à JNE. Esse Conselho tinha jurisdição disciplinar sobre todos os funcionários do MEN, incluindo os docentes dos vários níveis de ensino. A sua criação levou à extinção dos Conselhos de Disciplina do Magistério e do Magistério Primário¹³⁴⁶.

Os relatórios dos processos disciplinares seguiam para o Conselho Permanente de Ação Educativa, que se pronunciava sobre eles. O seu parecer era homologado ou não pelo Ministro e, posteriormente, publicada a decisão no *Diário do Governo*. O Conselho podia devolver o processo ao instrutor por considerar que era necessário aprofundar as investigações, o que aumentava o período de duração do processo. Essa situação era particularmente difícil para os professores suspensos de funções, por decisão ministerial, enquanto decorriam os processos, uma vez que implicava a perda total ou parcial de vencimento.

Na maioria dos casos da nossa amostra, o Ministro concordou com o Conselho, somente em 2% dos casos a decisão ministerial foi contrária. O Ministro podia agravar a pena (80%), sobretudo através do aumento do valor das custas do processo, ou atenuar a penalidade (20%).

A intensificação do controlo e repressão sobre o professorado, feita em nome da sua moralização e da sua adesão ao regime, conduziu a que se intensificasse o número de processos instaurados por motivos relacionados com a sua conduta moral e política, sobretudo entre 1936-1939 e no período pós-segunda guerra. A partir de 1936 passou-se a exigir que professores e funcionários tivessem uma conduta moral própria de um educador¹³⁴⁷. Determinava-se a aplicação da penalidade de demissão para qualquer funcionário que desse “escândalo público permanente” ou assumisse uma “atitude contrária à ordem social” estabelecida pela Constituição de 1933¹³⁴⁸.

¹³⁴⁶ Art.º 50º do Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

¹³⁴⁷ Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

¹³⁴⁸ Art.º 8º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

O princípio da idoneidade moral persistia como um dos alicerces da escola de massas salazarista na *Lei de Bases do Ensino Primário*, publicada a 20 de maio de 1938¹³⁴⁹ e no novo *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado*¹³⁵⁰ publicado, em 1943, na sequência da criação da Inspeção Geral da Educação.

Os funcionários estavam sujeitos a procedimento disciplinar desde o ato de posse e até mesmo depois de deixarem o serviço, situação que não era novidade. O conceito de infração desse regulamento passou a refletir o ideário da moralidade, quando considerava como infração não somente o ato voluntário, ou omissão, praticado pelo funcionário que violasse os deveres decorrentes da sua função, mas também qualquer ato que ofendesse os deveres legais e morais impostos aos cidadãos¹³⁵¹. A ação disciplinar moralizadora também abrangeu os alunos-mestres das escolas de formação reabertas em 1942.

A prescrição da infração só ocorria após cinco anos sobre a data em que a falta fosse cometida. Se o ato fosse qualificado também de infração legal, o vencimento do funcionário era suspenso, mas ser-lhe-ia devolvido em caso de absolvição.

A gradação das penalidades impostas aos infratores continuou a ser de nove, embora com algumas alterações. As sanções de repreensão publicada, transferência, suspensão e inatividade com metade do vencimento deixaram de existir. As penas aplicáveis aos funcionários tornaram-se mais pesadas, segundo a qualificação da infração, e passaram a ser as seguintes: advertência (1ª); repreensão verbal ou por escrita (2ª); multa correspondente aos vencimentos de cinco dias até trinta dias (3ª); afastamento do serviço para outro análogo, sem prejuízo de terceiro (4ª); suspensão de exercício e vencimentos até sessenta dias (5ª); suspensão de exercício e vencimentos até cento e oitenta dias (6ª); inatividade de um a dois anos, sem vencimento algum (7ª); aposentação compulsiva (8ª); demissão (9ª)¹³⁵².

No registo biográfico de um infrator deveriam ser registadas as penalidades aplicadas, mas apenas a partir da 3ª pena, enquanto o regulamento de 1913 determinava o registo de todas

¹³⁴⁹ *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, n.º 183, 8 de abril de 1938, p. 696. Ver também a Base V da Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

¹³⁵⁰ Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁵¹ Art.º 2º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁵² Art.º 11º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

as sanções. As amnistias não implicavam o cancelamento ou destruição do averbamento, porque se considerava que era um dos requisitos de avaliação da conduta do funcionário¹³⁵³.

A pena 4ª de afastamento do serviço era aplicada aos funcionários que não pudessem manter-se no meio em que se encontravam com o prestígio correspondente à função que desempenhavam ou fossem elementos perturbadores da vida local porque se encontravam incompatibilizados com a população local.

As penas 5ª e 6ª eram aplicadas em casos graves de negligência ou falta de zelo, e em situações em que os professores tivessem um comportamento considerado incompatível, ou até mesmo “escandaloso”, com a sua função de educadores¹³⁵⁴.

A aplicação da pena 7ª ficou reservada a infrações que atentassem, com gravidade, contra a dignidade e prestígio do funcionário, como casos de agressão ou desrespeito pelo superior hierárquico e de recebimento ou cobrança de fundo indevida.

As duas últimas penas foram reservadas a arguidos que revelassem impossibilidade de adaptação ou que fosse inconveniente mantê-los ao serviço. Eram também aplicadas a atos ofensivos contra a Constituição. A pena 8ª era usada em processos disciplinares quando se provava que o funcionário era um “alcoólico incorrigível”¹³⁵⁵ ou ficasse provada a incompetência profissional ou a incapacidade moral do funcionário¹³⁵⁶.

Quanto à pena 9ª de demissão, ela era utilizada para infrações relacionadas com a acumulação de funções sem autorização e a casos de prática de atos que contrariassem a posição do Estado em matéria de política internacional. A sua aplicação implicava a perda

¹³⁵³ Art.º 12º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁵⁴ O parágrafo 8º do Art.º 21º referia expressamente que se aplicava aos funcionários que frequentassem com escândalo tabernas ou prostíbulos ou que permanecessem em tabernas, cafés ou outros lugares públicos durante as horas destinadas ao serviço. Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁵⁵ Art.º 23º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁵⁶ O acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 13 de julho de 1934 definia como dotado de incapacidade moral o funcionário que não tivesse consciência ou compreensão dos princípios essenciais no exercício de qualquer função pública que impedissem e condenassem a prática de atitudes provocadoras, desrespeitosas e indisciplinadas para com colegas e superiores. *Diário do Governo*, II Série, de 4 de julho de 1935. Ver a esse respeito o trabalho de Garção, A. P. (1937). *A Disciplina dos Funcionários (do Estado e Administrativos) da Metrópole e das Colónias. Leis, Opiniões e Comentários*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 68.

de todos os direitos do funcionário e a impossibilidade de ser nomeado ou contratado para o exercício de qualquer cargo público.

As penas 7^a, 8^a e 9^a eram ainda aplicadas a funcionários que praticassem atos considerados dos delitos e infrações disciplinares de carácter político¹³⁵⁷. Aos professores que revelassem espírito de oposição ao regime era aplicada a pena, desde 1935, de aposentação ou demissão pelo Conselho de Ministros¹³⁵⁸.

A instrução dos processos desencadeava uma investigação à vida profissional e particular do professor, averiguações que o jornal *O Educador* considerava que eram responsáveis pelo “desprestígio social” do docente na comunidade¹³⁵⁹. Defendia que deviam ser investigadas as razões que ocasionavam as denúncias, porque muitas vezes eram infundadas.

Para evitar reacções adversas da população local, o regulamento disciplinar determinava que, após o cumprimento da pena, o funcionário regressasse à sua atividade profissional, na sua categoria e classe, se houvesse vaga no quadro e, sempre que possível, em lugar diferente daquele que ocupava. Podia ainda ser-lhe imposta a aposentação, independentemente da inspeção médica e de qualquer que fosse a sua idade, se não existisse vaga onde pudesse ser colocado, desde que tivesse mais de quinze anos de tempo de serviço.

A perda de vencimento para o professorado e o pagamento de custas do processo tinham um impacto significativo no orçamento de um infrator se considerarmos o seu baixo salário e nível de vida¹³⁶⁰. As dificuldades financeiras serviam, por vezes, de atenuantes, quando os

¹³⁵⁷ Considerava-se infração. de carácter político, todos os atos que demonstrassem espírito de oposição à política do governo e à execução das suas leis. Ainda se inseria nesse domínio os atos que revelassem que o funcionário não desse total garantias de leal cumprimento dos seus deveres, especialmente os seguintes: atentado contra a integridade territorial da Nação, contra a forma republicana do governo e contra o governo constituído, a ofensa contra o Presidente da República e governo, a propaganda ou incitamento à indisciplina social e à subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade, o conselho ou incitamento ao não cumprimento dos deveres inerentes à função pública, a desobediência às leis e às ordens das autoridades, a divulgação de boatos capazes de perturbar a ordem pública, a ofensa cometida contra a bandeira, hino e outros símbolos nacionais. Decreto-lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933. Retificação de 18 de janeiro de 1934 da Presidência do Conselho de Ministros. *Diário do Governo* n.º 17, I Série, de 20 de janeiro de 1934.

¹³⁵⁸ Decreto-lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

¹³⁵⁹ *O Educador*, n.º 663, de 25 de dezembro de 1945, 1.

¹³⁶⁰ A imprensa da educação, à exceção da *Escola Portuguesa*, referia, com regularidade, que o professor era “mal pago e tarde”. *Revista Escolar*, n.º 1, 1931, 47-50. O jornal *O Educador* também se referia à crise

arguidos tinham uma vida familiar e financeira complicada, nomeadamente se fossem do sexo feminino, na apresentação da proposta de pena nos relatórios dos inspetores instrutores¹³⁶¹. Identificámos esse fator atenuante em apenas 2% dos relatórios dos processos da nossa amostra¹³⁶².

Acresciam às dificuldades financeiras, a influência que um procedimento disciplinar, segundo a penalidade imposta, tinha na progressão na carreira. A multa implicava a perda, para efeitos de antiguidade, dos dias correspondentes aos vencimentos perdidos. O afastamento de serviço levava à perda de trinta dias para efeitos de antiguidade e aposentação.

A suspensão de dez a sessenta dias justificava a perda da faculdade de gozar licença graciosa no período de um ano, contado desde o cumprimento da pena. Essa penalidade acarretava ainda a perda dos dias de suspensão para efeitos de antiguidade e aposentação, que o funcionário não pudesse ser promovido durante o ano subsequente ao cumprimento da pena, e a sua transferência logo que a mesma fosse possível. Nem sempre era mencionada a decisão de transferência nos processos, a não ser nos processos por conduta imoral imprópria, uma vez que a transferência do docente conduzia ao esquecimento do escândalo causado.

A inatividade originava a perda de todo esse tempo para antiguidade e aposentação, a impossibilidade de promoção durante dois anos e a abertura de vaga no quadro. A demissão conduzia à perda de todos os direitos de funcionários e à impossibilidade de ser nomeado funcionário público, administrativo ou contratado.

O regulamento disciplinar, tal como o seu antecessor, também previa circunstâncias atenuantes e agravantes da penalidade a aplicar ao réu. No domínio das circunstâncias atenuantes manteve-se a confissão espontânea, mas substituíram-se os serviços relevantes à República por Pátria. A questão do bom comportamento desapareceu e, em alternativa, surgiu a prestação de mais de dez anos de serviço com comportamento exemplar, zelo e o acatamento bem-intencionado de ordens de um superior hierárquico, em situações em que não era devida obediência. Essas alterações refletiram-se nos relatórios disciplinares, onde

económica dos professores. *O Educador*, n.º 7, de 26 de fevereiro de 1933, 1-2; n.º 475, 22 de fevereiro de 1942, 1 e 5; ver ainda *Educação Nacional*, n.º 9, 22 de maio de 1949, 1-2.

¹³⁶¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-100. Processo n.º 217, datado de 1949.

¹³⁶² A amostra como já referimos foi constituída por um total de 497 processos.

as principais circunstâncias atenuantes eram os anos de serviço docente bem classificado, a prática do cristianismo, e a avaliação dos serviços prestados à Pátria, mediante a sua qualificação como bom nacionalista.

O número de fatores agravantes aumentou de cinco para sete, mantendo-se nesse domínio as questões da premeditação, a acumulação de infrações, a reincidência e a ação combinada com outros. Acresceram a essas circunstâncias, a prática de uma conduta capaz de produzir resultados prejudiciais para o serviço público e o facto da infração ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar.

O princípio da eficiência dos serviços inspetivos defendido pela administração escolar, após o término da Primeira República, aparecia no regulamento, sob o lema da rapidez e simplificação¹³⁶³. O regulamento definia dois tipos de processos disciplinares, divididos em especiais e comuns. Entendia-se como processo especial todos os casos que assim eram designados na lei e, por processo comum, todos os restantes.

Os processos eram instaurados com base em informações e autos de notícia¹³⁶⁴ dos diretores dos distritos escolares, na sequência de relatórios de visitas dos serviços inspetivos e de queixas. O regulamento defendia que todos os que tivessem conhecimento de uma infração disciplinar por parte de um funcionário podiam participá-la a um superior hierárquico. Essa determinação legal possibilitou que vários membros da população local, como já referimos anteriormente, produzissem queixas contra os professores, ocasionadas, por vezes, por motivos sem qualquer fundamento, acabando por conduzir ao arquivamento desses processos.

A instrução iniciava-se por despacho ministerial e o inspetor instrutor devia fazê-la dentro do prazo fixado e ultimá-la no período máximo de trinta dias. O avolumar de processos e os prolongamentos do período de instrução devem ter estado subjacentes a essa fixação.

A prorrogação desse prazo continuava a carecer de despacho, embora esse diploma omitisse o número máximo de vezes que era possível requerê-la. Os instrutores

¹³⁶³ Art.º 28º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁶⁴ O auto de notícia era levantado pela entidade que verificou ou presenciou a infração. Nesse auto deviam constar os factos que constituíam a infração, o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que foi cometida. Incluía ainda os elementos de identificação do infrator, o nome da autoridade ou funcionário que a presenciou e sempre que possível, pelo menos, duas testemunhas.

informavam a direção geral, por ofício, da data em que davam início à instrução. O inspetor apresentava, por ofício, à DGEP, a sua escolha para secretário, sendo professores na maioria dos casos. A sua nomeação competia à direção geral, da qual era dado conhecimento por escrito ao instrutor. No caso de um processo ter muitas testemunhas ou vários arguidos podiam ser nomeados dois secretários.

A instrução de um processo era feita obrigatoriamente na localidade onde tinha sido praticada a infração, porque facilitava as averiguações e as audições das testemunhas de acusação e de defesa¹³⁶⁵. A investigação era sumária e devia recusar-se tudo o que fosse impeditivo do seu desenvolvimento. Competia ao inspetor tomar todas as providências para que não fossem alterados o estado dos factos, dos documentos e livros onde se presumiam existir irregularidades. Essa documentação podia ser apensa ao processo caso se justificasse.

As diligências que fossem feitas fora da localidade onde corria o processo podiam ser requisitadas, por ofício ou telegrama, à respetiva autoridade administrativa ou policial e das mesmas eram prestadas contas, por escrito, à DGEP. O instrutor informava, através de ofícios, as datas em que abandonava a sede para proceder às diligências e em que regressava, e o local para onde se deslocava.

O inspetor procedia à instrução do processo comum que devia conter o despacho com o auto, ofício, participação ou queixa que o provocou. O instrutor podia propor à direção geral que o arguido fosse preventivamente suspenso das suas funções, sem vencimento ou com parte do mesmo, sendo a decisão tomada através de despacho ministerial e por um prazo máximo de noventa dias. Esse prazo podia ser prorrogado, por períodos de igual duração e por decisão do Ministro.

O arguido era sempre ouvido pelo instrutor, quantas vezes se entendesse ser necessário. O instrutor podia acareá-lo com as testemunhas ou participantes. A sua audiência verbal era reservada para a 1ª e 2ª penas, enquanto que as restantes penalidades implicavam o apuramento dos factos em processo. Essa audição permitia ao instrutor verificar se o arguido conseguia provar a sua inocência.

¹³⁶⁵ Despacho do Subsecretário de Estado presente em ofício da DGEP datado de 5 de junho de 1945 para o inspetor Alfredo da Silva Neves. AHME, DGEP, Caixa 1-66. Processo n.º 334, datado de 1945.

O instrutor devia também inquirir as testemunhas da parte da acusação e da parte da defesa do arguido, e proceder a todas as diligências necessárias ao apuramento da verdade. O inspetor anexava ao processo os documentos onde eram registados esses testemunhos, e ainda o registo biográfico do arguido. Esse documento era solicitado ao seu superior hierárquico, por ofício, e acrescentado aos autos pelo instrutor¹³⁶⁶. Após a audição das testemunhas eram deduzidos os artigos de acusação, onde se fazia referência à queixa inicial e se registavam os factos provados e não provados pelas testemunhas de acusação e pela sua investigação.

O processo era de natureza secreta, o que significava que o arguido, ou o seu representante, podia examinar os autos, mas não podia divulgar nenhum aspeto do seu conteúdo. A sua divulgação tinha como consequência a instauração de novo processo disciplinar.

Concluída a investigação do inquérito, e no caso do instrutor entender que os factos constantes dos autos não constituíam matéria para infração disciplinar ou que não devia ser exigida responsabilidade disciplinar por motivo de prescrição, elaborava-se, no prazo de três dias, um relatório que se remetia para a DGEP, propondo o seu arquivamento. Em caso contrário, o inspetor deduzia no prazo de cinco dias a acusação. Na nota de culpa eram discriminadas todas as faltas consideradas infração contra os preceitos legais estabelecidas.

No prazo de 48 horas era extraída uma cópia da acusação, a qual era entregue presencialmente ao réu, ou remetida por correio¹³⁶⁷. Geralmente, o réu tomava conhecimento da acusação na direção de distrito escolar ou na delegação concelhia.

Nessa altura era marcado um prazo, entre três e quinze dias, para o arguido apresentar a sua defesa escrita¹³⁶⁸. A média para consulta do processo era oito dias, embora esse prazo pudesse ser mais dilatado se o processo fosse muito complexo ou tivesse mais do que um arguido. A defesa podia consistir em uma exposição geral, comprovativa da sua inocência, ou o arguido podia ir refutando, ponto por ponto, os vários artigos da acusação.

¹³⁶⁶ A maioria dos processos consultados não tinha o registo do docente.

¹³⁶⁷ Feita para a secretaria da direção do distrito escolar ou delegação concelhia, por carta registada com aviso de receção, se o réu estiver ao serviço, caso contrário é enviada para a sua residência.

¹³⁶⁸ Se o arguido estivesse impossibilitado de organizar a sua defesa, em virtude problemas de saúde mentais ou físicos, ou ainda por motivo de doença, o instrutor nomeava um curador, preferindo que fosse a pessoa a quem competiria a tutela no caso de interdição.

Pretendia-se que a sua resposta fosse clara e concisa, e indicasse o rol das testemunhas, mantendo-se as disposições anteriores em relação ao número de testemunhas por facto. A grande diferença, em relação ao regulamento de 1919, era que o regulamento de 1943 estipulava o número máximo de dez testemunhas. Todas as testemunhas deviam residir no local ou se apresentarem, nesse local, no mesmo no dia e hora indicadas pelo instrutor. Após a receção dessa resposta, o instrutor devia inquirir as testemunhas e reunir os elementos de prova indicados pelo arguido, num prazo máximo de quinze dias.

Finalizada a instrução do processo era elaborado um relatório, completo e conciso, no prazo de cinco dias. Esse prazo nem sempre era possível de cumprir e carecia de pedido fundamentado para a sua prorrogação, o que aconteceu na maioria dos processos analisados. No relatório, manuscrito ou dactilografado, deviam constar as faltas, a sua qualificação e gravidade, as importâncias que porventura houvesse a repor e o seu destino, a proposta de pena ou de arquivamento. Apenso ao relatório encontrava-se uma nota das suas despesas, e as do secretário caso existissem, relativas a transportes e ajudas de custo. O valor das ajudas de custo Era com base nessa nota de despesas que o ministério calculava o valor das ajudas de custo e que poderia cobrá-las aos arguidos ou até mesmo aos queixosos nos casos em que ficava provado que as queixas não tinham qualquer fundamento.

O processo era remetido, acompanhado de ofício, à DGEP, no prazo de 24 horas. A direcção geral, por sua vez, tinha cinco dias para o enviar para a JNE, nos casos em que era necessário o seu parecer, ou ao Ministro. A entidade competente examinava o processo, concordando ou não com as conclusões, mantendo-se a regra de puderem ser ordenadas novas diligências. O instrutor podia propor, ao Ministro, a sua conversão em disciplinar, por meio de um ofício, e antes da elaboração de qualquer relatório. Esse processo constituía a fase acusatória do processo disciplinar e competia aos funcionários encarregues do serviço de sindicâncias e de inquéritos a sua instrução, mediante despacho ministerial.

O regulamento disciplinar de 1943 abrangia ainda os procedimentos relativos aos processos de inquérito e de sindicância¹³⁶⁹, questão que estava contemplada na anterior

¹³⁶⁹ Secção III do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

legislação. O Ministro podia ordenar sindicâncias e inquéritos ao serviço de uma escola ou ao serviço de um ou mais professores de uma determinada escola.

O inquérito tinha como objetivo o apuramento de determinados factos. No caso de uma escola, podia ser ordenado um inquérito com base nos mapas estatísticos de um ano letivo, nomeadamente nos fracos resultados escolares, em um número significativo de não aprovações nos exames e na assiduidade muito irregular da maioria dos alunos.

Caso o instrutor considerasse que existiam infrações disciplinares solicitava, ao Ministro, autorização para a instauração de processo disciplinar. Uma parte importante dos processos analisados enquadrava-se nessa categoria, à execução dos processos por auto de abandono, espírito de oposição política e duas qualificações de serviço deficiente.

A sindicância destinava-se a uma averiguação geral sobre o funcionamento do serviço. No caso de um processo dessa natureza, competia ao sindicante, logo que a ele desse início, fazê-lo constar publicamente, por meio de anúncios publicados na imprensa local e de editais cuja afixação requeria às autoridades administrativas ou policiais. Essa divulgação pretendia que qualquer pessoa que tivesse razão de queixa contra o regular funcionamento dos serviços sindicados se apresentasse para os fins convenientes.

O regulamento contemplava ainda os processos por abandono de lugar e por falta de assiduidade¹³⁷⁰. Era levantado, pelo superior hierárquico do docente, um auto de abandono de lugar sempre que um funcionário deixasse de comparecer ao serviço durante cinco dias depois de ter manifestado a intenção de abandonar o cargo, ou faltasse durante trinta dias úteis seguidos e sem justificação. O auto por falta de assiduidade era interposto quando o professor dava, no mesmo ano civil, trinta dias de faltas, interpoladas, sem justificação. Esses autos não davam origem à instrução de processo e era imediatamente aplicada a pena.

Da decisão proferida em processo disciplinar podia caber recurso hierárquico e recurso contencioso. Esse recurso podia ser interposto pelo arguido, participante ou instrutor. O recurso hierárquico interpunha-se diretamente ao Ministro, no prazo de cinco dias a contar da data em que o arguido fora notificado do despacho. A sua interposição suspendia a

¹³⁷⁰ Secção IV do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

execução da decisão condenatória e o Ministro podia mandar proceder a novas diligências manter, substituir, agravar, diminuir ou anular a pena.

A revisão do processo era admitida sempre que se verificavam circunstâncias suscetíveis de demonstrar a inexistência de factos que influíram decisivamente na condenação e que não tivessem podido ser utilizados pelo arguido. O pedido era feito por requerimento ao Ministro, no prazo de cento e oitenta dias contados da data em que o funcionário obteve a possibilidade de invocar circunstâncias ou os meios de prova alegados como fundamento da revisão¹³⁷¹.

O Ministro decidia se devia ou não conceder a revisão, decisão que não suspendia o cumprimento da pena. Caso o Ministro decidisse contrariamente, não podia existir recurso. Na situação de ser aceite a revisão, essa era apenas ao processo disciplinar. Não encontrámos nenhum recurso de docentes que tenha sido decidido favoravelmente. Esses recursos foram identificados através da análise de processos de reintegração publicados pela imprensa de educação e o *Diário do Governo*.

Era nomeado um instrutor diferente para a revisão. Esse instrutor marcava ao interessado um prazo, entre três e dez dias, para responder por escrito aos artigos de acusação que constavam do processo disciplinar. A decisão do processo era revogada, julgando-se procedente a revisão, o que levava ao cancelamento do registo no processo individual do professor e à anulação dos efeitos da pena. A revogação não dava lugar ao pagamento dos vencimentos que o professor deixara de receber.

Os processos de inquérito, disciplinares e sindicâncias, e a sua revisão, estavam isentos de custas e selos, mas no caso de condenação ou de improcedência do pedido de revisão, as despesas corriam por conta, parcial ou total, do infrator, conforme ficasse decidido no julgamento do mesmo. A decisão final sobre essa matéria competia ao Ministro que podia sancionar ou não a decisão do Conselho Permanente de Ação Educativa da JNE¹³⁷².

Os professores a quem fosse anulada a pena de demissão, em função da revisão do processo, eram reintegrados no quadro geral e colocados numa escola do distrito a que pertenciam, segundo as condições que regulavam as colocações dos professores

¹³⁷¹ Art.º 73º do Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

¹³⁷² Incluía-se ainda nas despesas, a importância de selo dos documentos e dos requerimentos constantes do processo.

pertencentes aos quadros agregados. O direito de provimento era-lhes reconhecido desde que ocorresse uma vacatura e que fizessem o pedido por meio de requerimento.

Os funcionários públicos demitidos por crimes ou faltas disciplinares de natureza política podiam, a partir de 1950, beneficiar de uma amnistia governamental, desde que se provasse que estavam integrados na ordem social estabelecida¹³⁷³. Eram também abrangidos pela amnistia os demitidos em consequência de expulsão da Legião Portuguesa.

O *Regulamento da Legião Portuguesa*, publicado em 1938, determinava que a pena de expulsão era aplicada a crimes de traição, insubordinação, covardia e outros de gravidade análoga, dependendo a sua aplicação de homologação governamental¹³⁷⁴. Essa penalidade obrigava à saída da Legião, e determinava a demissão de quaisquer cargos públicos e a impossibilidade de ser nomeado para o seu exercício. Identificámos apenas um caso nos processos de reintegração consultados¹³⁷⁵.

A possibilidade de amnistia não abrangia, contudo, um grande leque de delitos. Eram excluídos os seguintes crimes: os delitos que revelassem “indignidade ou baixeza de carácter”¹³⁷⁶; os crimes consumados ou frustrados de homicídio, envenenamento e ofensas corporais, roubo e fogo posto¹³⁷⁷; os fundadores de organizações e agrupamentos de carácter comunista¹³⁷⁸; os praticantes de crimes contra a segurança exterior do Estado, de atos de terrorismo e os que facilitassem essas atividades subversivas¹³⁷⁹; os agentes de crimes de subversão dos princípios e instituições fundamentais da sociedade e os que a ela tivessem incitado ou propagandeado¹³⁸⁰.

A amnistia possibilitava a reintegração de um funcionário na situação de reforma ou aposentação, recebendo a pensão respetiva, ou o reingresso na atividade na categoria a que

¹³⁷³ Lei n.º 2039, de 10 de maio de 1950. *Diário de Governo* n.º 84, I Série, de 10 de maio de 1950.

¹³⁷⁴ Art.º 26º do Decreto n.º 29233, de 8 de dezembro de 1938. *Diário de Governo* n.º 284, I Série, de 8 de dezembro de 1938.

¹³⁷⁵ Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 2-1374, 1913-1951. Processos disciplinares, Reintegração, Inquéritos, Sindicâncias. Processo n.º 155, datado de 1947.

¹³⁷⁶ Decreto-lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário de Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

¹³⁷⁷ Art.º 39º do Código de Processo Penal de 1929. Decreto n.º 16489, de 15 de fevereiro de 1929. *Diário de Governo* n.º 37, I Série, de 15 de fevereiro de 1929.

¹³⁷⁸ N.º 1 e 2 do Art.º 20º do Decreto-lei n.º 37447, de 13 de junho de 1949. *Diário de Governo* n.º 126, I Série, de 13 de junho de 1949.

¹³⁷⁹ Ibidem.

¹³⁸⁰ Art.º 1º da Lei n.º 2039, de 10 de maio de 1950. *Diário de Governo* n.º 84, I Série, de 10 de maio de 1950.

teria direito se tivessem continuado ao serviço. A reintegração correspondia a um encargo financeiro para o governo, o que justificou que, em 1951, um novo diploma legal referisse que a mesma só era concedida a casos que merecessem uma atenção especial¹³⁸¹. Determinava-se a possibilidade de reintegração de todos os que fossem amnistiados ao abrigo da Lei n.º 2309, de 10 de maio de 1950. As condições necessárias para esse benefício eram: ter pertencido aos quadros permanentes da administração pública, não ter sido condenado em pena maior ou punido com deserção em tempo de guerra ou de perigo iminente dela, com mobilização geral ou parcial das forças armadas, e estar integrado na ordem social estabelecida.

A reintegração era feita na atividade do serviço, salvo se os reintegrados excedessem o limite de idade para o exercício das funções ou, se tivessem mais de 60 anos de idade, e fossem considerados absolutamente incapazes de exercício do cargo pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

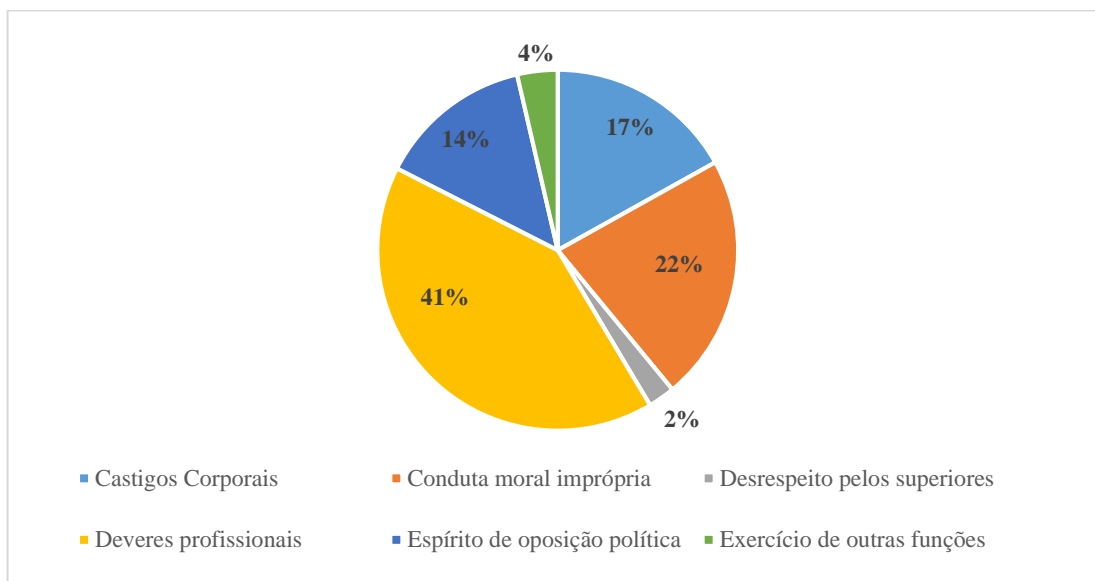
Processos instaurados a docentes

A nossa amostra integra 497 processos instaurados a docentes, entre os anos de 1927 e 1956. Importa dizer que a documentação existente nos processos consultados diferiu de pasta para pasta. A existência de poucos registos biográficos nos processos não nos permitiu quantificar o número de processos instaurados a professores que iniciaram a sua carreira no período liberal ou no período que lhe sucedeu.

Para facilitar a análise e explicação histórica dos processos da amostra, procedeu-se à sua distribuição por seis categorias: deveres profissionais, castigos corporais, exercício de outras funções, desrespeito pelos superiores, espírito de oposição política e conduta moral imprópria.

¹³⁸¹ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 38267, de 26 de maio de 1951. *Diário de Governo* n.º 105, I Série, 26 de maio de 1951.

Gráfico 6.1. Tipologia dos processos instaurados a professores (valores percentuais)



Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-34, 1-36, 1-37, 1-41, 1-42, 1-43, 1-44, 1-45, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-54, 1-55, 1-56, 1-57, 1-61, 1-62, 1-63, 1-65, 1-66, 1-67, 1-71, 1-75, 1-76, 1-77, 1-82, 1-83, 1-84, 1-92, 1-102, 1-103, 1-105, 1-107, 1-108, 1-110, 1-111, 1-112, 1-116, 1-122, 1-129, 1-135, 1-137, 1-138, 1-146, 1-148, 1-153, 1-154, 1-155, 1-161, 1-165, 1-167, 1-168, 1-170, 2687- Relatórios de inspetores, 921- Licenças e Aposentações 1949-1950, Relatórios de Professores 15/2687 ano 1958, Relatórios de Professores 15/2687, 9/612; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-104, 2-112, 2-269, 2-346, 2-348, 2-349, 2-350, 2-351, 2-352, 2-367, 2-368, 2-369, 2-370, 2-381, 2-382, 2-385, 2-2890, 2-1374, 23-110, 23-112, 23-113, Processos 1951, Processos 1952-1953, Processos 1954-1957; AHME, Gabinete do Ministro 19-3547 Processos Disciplinares, Inquéritos, 1949, 1955 a 1956; AHESELx, *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943 – 1950.

A maior percentagem de processos instaurados prendeu-se com o incumprimento dos deveres profissionais (41%), seguidos por processos relacionados com a conduta moral imprópria (22%), castigos corporais (17%), espírito de oposição política (14%), desrespeito pelos superiores (4%) e exercício de outras funções (2%).

Incumprimento dos deveres profissionais

A representação oficial do professorado foi construída unicamente em função do correto desempenho dos seus deveres profissionais. A sua ação não se restringia, contudo ao espaço e tempo escolares, como referia o diretor geral do ensino primário, Braga Paixão, porque incluía a função social que o professor devia exercer no meio local¹³⁸².

Os funcionários responsáveis pelos serviços inspetivos e disciplinares consideravam que os processos instaurados tinham um impacto benéfico na docência, porque os professores, após a tomada de conhecimento do procedimento disciplinar que lhes tinha sido

¹³⁸² Preleção realizada ao microfone da Emissora Nacional pelo Diretor Geral do Ensino Primário, Dr. Braga Paixão, em 11 de out de 1935. *Escola Portuguesa* n.º 54, de 20 de outubro de 1935, 26-27.

instaurado, melhoravam o seu desempenho profissional e promoviam a frequência da sua escola¹³⁸³. Essa reflexão apontava para uma conceção corretiva da ação do poder disciplinar por parte dos inspetores, distanciando-se de uma conceção repressiva. Através dessa ação disciplinar comparavam-se desempenhos e comportamentos e procurava-se a sua normalização.

Uma das grandes preocupações dos inspetores e diretores de distritos escolares, visível nos seus relatórios, consistia no aperfeiçoamento cultural e profissional do professorado, sobretudo com o Ministro Cordeiro Ramos, guiado pelo princípio nacionalista do regime¹³⁸⁴. Pretendia-se o desenvolvimento de um ensino mais ativo e prático, nas escolas primárias espalhadas pelo país, que seguisse as orientações divulgadas na regulação, nas conferências e reuniões, e nas inspeções realizadas.

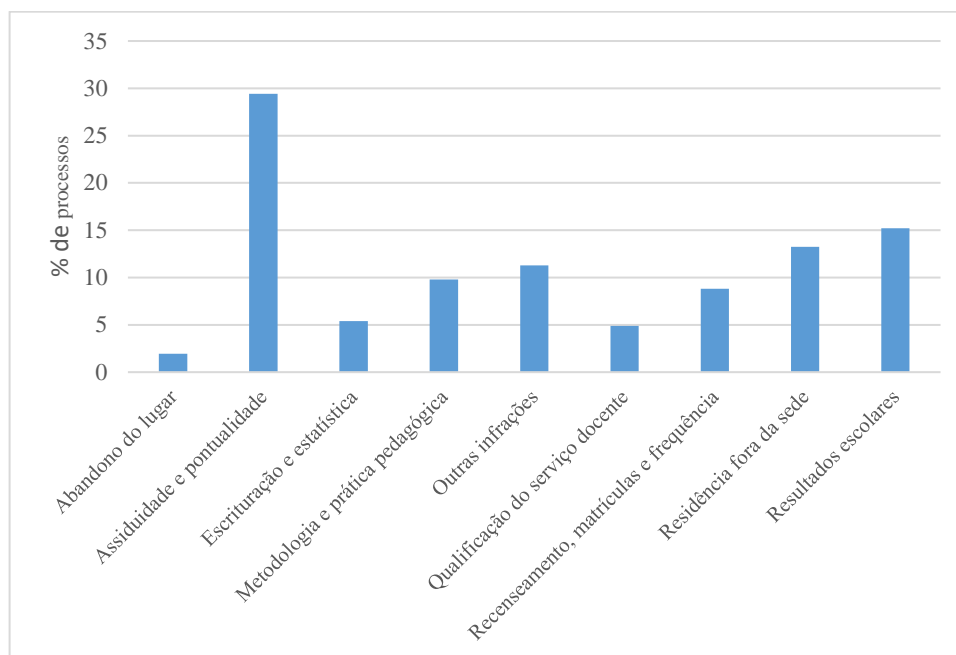
Identificou-se um conjunto de 204 processos instaurados por incumprimento dos deveres profissionais, sendo a maior representatividade de professores do sexo feminino (76%)¹³⁸⁵. Os motivos da sua instauração foram muito heterogêneos. Para facilitar a compreensão desses dados procedeu-se à sua organização nas seguintes categorias: assiduidade e pontualidade; abandono do lugar; residência fora da sede; recenseamento, matrículas e frequência; escrituração e estatística; metodologia e prática pedagógica; resultados escolares; e outras infrações.

¹³⁸³ Considerações do inspetor Manuel Ribeiro sobre os professores do distrito escolar de Braga. AHME, JNE, Caixa 2-346. Processo n.º 117. Relatório do inspetor Manuel Ribeiro datado de 25 de março de 1936 e o ofício dirigido à DGEP de 8 de abril de 1936.

¹³⁸⁴ Ver a título de exemplo o Relatório do Inspetor Escolar de Aveiro. *Boletim do Ensino Primário Oficial*, Fascículos I e II, 1935, 93.

¹³⁸⁵ Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-36, 1-37, 1-41, 1-42, 1-43, 1-44, 1-45, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-55, 1-56, 1-57, 1-61, 1-62, 1-63, 1-65, 1-66, 1-67, 1-71, 1-75, 1-76, 1-77, 1-82, 1-83, 1-84, 1-92, 1-102, 1-103, 1-105, 1-107, 1-108, 1-110, 1-111, 1-116, 1-122, 1-129, 1-135, 1-137, 1-138, 1-146, 1-148, 1-153, 1-161, 1-165, 1-167, 1-168, 1-170, 2687- Relatórios de inspetores, 921- Licenças e Aposentações 1949-1950. Relatórios de Professores 15-2687 ano 1958; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-104, 2-112, 2-346, 2-348, 2-349, 2-350, 2-351, 2-352, 2-368, 2-369, 2-385, 2-2890, 23-110, 23-112, 23-113. Processos 1951, Processos 1954-1957; AHME, Gabinete do Ministro 19-3547 Processos Disciplinares, Inquéritos, 1949, 1955 a 1956.

Gráfico 6.2. Tipologia dos processos instaurados por incumprimento dos deveres profissionais



Fonte: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-36, 1-37, 1-41, 1-42, 1-43, 1-44, 1-45, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-55, 1-56, 1-57, 1-61, 1-62, 1-63, 1-65, 1-66, 1-67, 1-71, 1-75, 1-76, 1-77, 1-82, 1-83, 1-84, 1-92, 1-102, 1-103, 1-105, 1-107, 1-108, 1-110, 1-111, 1-116, 1-122, 1-129, 1-135, 1-137, 1-138, 1-146, 1-148, 1-153, 1-161, 1-165, 1-167, 1-168, 1-170, 2687- Relatórios de inspetores, 921- Licenças e Aposentações 1949-1950, Relatórios de Professores 15-2687 ano 1958; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-104, 2-112, 2-346, 2-348, 2-349, 2-350, 2-351, 2-352, 2-368, 2-369, 2-385, 2-2890, 23-110, 23-112, 23-113, Processos 1951, Processos 1954-1957; AHME, Gabinete do Ministro 19-3547 Processos Disciplinares, Inquéritos, 1949, 1955 a 1956.

A maior percentagem de processos prendeu-se com questões relacionadas com a assiduidade e pontualidade (29%), dever instituído desde o período liberal e que determinava o horário de trabalho do professor só terminava após o cumprimento de todas as tarefas escolares, independentemente do número de alunos e do trabalho letivo e não letivo a que estivesse sujeito. O não cumprimento do horário escolar condicionava o processo de ensino-aprendizagem, sendo um dos factores considerados responsáveis pela falta de conhecimentos das crianças, os seus baixos resultados escolares e a sua frequência irregular¹³⁸⁶. Alguns professores procuravam colmatar as dificuldades dos seus alunos

¹³⁸⁶ Os inspetores fazem referência à assiduidade de docentes nos seus relatórios. Defendia-se que a frequência das escolas e os resultados escolares dependiam do zelo e dedicação dos professores e da regularidade e continuidade do ensino. Ver a título de exemplo o Relatório do Inspetor do Distrito Escolar de Santarém. *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, Fascículos I e II, 1935, 243.

através de um prolongamento do horário escolar, com o objetivo de uma melhor preparação¹³⁸⁷.

A falta de pontualidade relacionava-se com motivos variados: residência fora da sede¹³⁸⁸, ausências de fim de semana¹³⁸⁹, sem autorização superior, e as deslocações para compra de géneros fora da localidade¹³⁹⁰ ou para tratar de assuntos pessoais. A domesticidade também influenciava a pontualidade dos professores do sexo feminino¹³⁹¹. Algumas chegavam atrasadas por questões familiares ou devido à realização de serviços domésticos. Para colmatar esse incumprimento, algumas docentes entregavam a chave da escola a empregadas domésticas¹³⁹² ou a uma criança que a ia buscar à sua residência. A entrada dos alunos a horas no recinto escolar procurava esconder a falta de pontualidade dos docentes dos olhares vigilantes do meio local.

A assiduidade irregular condicionava o ensino. Prendia-se muitas vezes com questões legítimas, como o seu estado de saúde ou de familiares e a impossibilidade de encontrar uma residência na área da escola. A justificação de faltas seguia as disposições legais em vigor e nem todos os justificativos eram aceites, o que conduzia à sua injustificação e a descontos no vencimento. Os intrutores consideravam que a injustificação das faltas já era uma punição, perceção que os levava a não proporem sanções de maior gravidade¹³⁹³. Outra circunstância atenuante, e prevista na lei, era o número de anos bem classificados que o docente possuía até ao momento em que ocorria a infração.

¹³⁸⁷ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-116. Processo n.º 129, datado de 1951.

¹³⁸⁸ Implicava a utilização de transportes públicos e os horários nem sempre eram compatíveis, uma vez que o primeiro transporte não permitia ao professor cumprir o horário escolar.

¹³⁸⁹ Refira-se o caso de uma professora que se ausentava ao fim de semana para uma casa de férias na Figueira da Foz e só começava a lecionar às segundas-feiras, por volta das dez horas, o que significava incumprimento do horário escolar. AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/164. O despacho ministerial foi datado de 28 de janeiro de 1931.

¹³⁹⁰ A compra de alimentos também podia implicar uma falta a um dia letivo. Um inspetor encontrou uma escola fechada que ia inspecionar porque a professora se deslocava todos os meses ao Porto, por ocasião de uma feira. AHME, DGEP, Caixa 15-2687. Processo n.º 48. Ofício dirigido à DGEP de 22 de fevereiro de 1938. Um processo foi arquivado porque ficou provado que a professora necessitava de deslocar-se, quinzenalmente, de comboio, ao domingo, para comprar géneros, o que fazia com que não conseguisse cumprir o horário de segunda-feira da parte da manhã. AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 59, datado de 1945.

¹³⁹¹ Uma professora do concelho de Braga teve um processo por motivos de assiduidade e pontualidade irregular, porque ia a Braga visitar a filha que sofria de paralisia infantil. AHME, DGEP, Caixa 1-148. Processo n.º 552 datado de 1953.

¹³⁹² Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-368. Processo n.º 160, datado de 1936.

¹³⁹³ A uma professora do concelho de Vila Real foi aplicada apenas uma multa de cinco dias, porque o instrutor considerava como sanção a injustificação das faltas. A professora estava grávida, não dava aulas ao sábado e ausentava-se ao fim de semana para fora da sede sem autorização superior. AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/757. Despacho ministerial de 21 de maio de 1953.

Essas penalizações levavam alguns professores a cometerem outras infrações adicionais, porque não procediam ao registo das faltas nos livros de escrituração¹³⁹⁴ e no respetivo mapa estatístico. Essas falhas chegavam ao conhecimento dos seus superiores hierárquicos através de visitas inspetivas, algumas realizadas na sequência de queixas de familiares de alunos e de autoridades locais.

O absentismo dos docentes também se verificava em casos de incumprimento do calendário escolar. Alguns professores iniciavam as férias escolares antes do tempo regulamentar ou começavam um novo período letivo mais tarde¹³⁹⁵. Outros não davam aulas à quinta-feira¹³⁹⁶. Esse dia foi considerado como um tempo de interrupção das atividades letivas até 1936¹³⁹⁷, e a sua suspensão não agradou muito ao professorado primário que utilizava esse dia para tratar de assuntos pessoais. A quinta feira passou a ser considerada um dia útil¹³⁹⁸ e foi determinado que as aulas dos dias santificados fossem trocadas pelas de sábado de seguinte e leccionadas no período da tarde¹³⁹⁹, medida que limitava em muito o tempo livre dos docentes.

As queixas partiam, em primeiro lugar, dos seus superiores hierárquicos (46%), de familiares dos alunos e da população local (32%), e das autoridades locais civis (18%) e religiosas (4%). Por vezes, os funcionários responsáveis pelas ações inspetivas deparavam-se com professores que seguiam no transporte público onde se encontravam, e que por isso não iriam chegar a horas à escola¹⁴⁰⁰. Outras vezes encontravam a escola fechada quando aí chegavam para realizar uma ação inspetiva¹⁴⁰¹.

Algumas queixas da população, nomeadamente de familiares dos alunos, não tinham qualquer fundamento e resultavam de atos vingativos em relação a professores que aplicavam multas, por falta de assiduidade, ou que eram considerados demasiado

¹³⁹⁴ A existência de falsificações nos livros e o facto dos professores defenderem a sua inocência poderia levar a que esses livros fossem enviados para o Instituto de Medicina Legal para comprovar se a caligrafia era do docente. Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-99. Processo n.º 58 que se desenvolveu nos anos de 1949 e 1950.

¹³⁹⁵ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-44. Processo n.º 208, datado de 1944.

¹³⁹⁶ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-84. Processo n.º 45, datado de 1948; AHME, DGEP, Caixa 1-84. Processo n.º 46 datado de 1948.

¹³⁹⁷ Art.º 4º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

¹³⁹⁸ Confirmado pelo Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

¹³⁹⁹ Ordem de serviço da DGEP datada de 2 de dezembro de 1937.

¹⁴⁰⁰ AHME, DGEP, Caixa 1-65. Processo n.º 292, datado de 1945.

¹⁴⁰¹ AHME, DGEP, Caixa 1-66. Processo n.º 335, datado de 1942.

autoritários¹⁴⁰². Quando a queixa não era anônima poderia ser imputada a responsabilidade aos queixosos e os mesmos serem obrigados a pagarem as custas da instrução do processo, mas raramente isso acontecia como já foi referido.

A gravidade desse incumprimento nos discursos dos inspetores, no contexto de ações inspetivas e de alguns processos, não correspondia à gradação de sanções que eram aplicadas aos infratores, uma vez que a maioria das decisões foi no sentido de aplicação das três primeiras penalidades, nomeadamente advertência, repreensão verbal ou escrita, e multas entre cinco e 30 dias sobre o vencimento (74%)¹⁴⁰³, bem como de arquivamento do processo (18%) .

As sanções de suspensão entre 30 dias e 65 dias e de demissão foram aplicadas a casos em que os docentes acumularam o incumprimento do dever da assiduidade e da pontualidade com outras infrações¹⁴⁰⁴, como escrituração irregular, falta de zelo, não promoção da matrícula e falsificações¹⁴⁰⁵.

A possibilidade de aplicação de exigência de pagamento total ou parcial de ajudas de custo com a instrução do processo, possível a partir de 1933, só foi aplicada a 69% desses processos¹⁴⁰⁶. Considerámos que essa medida nem sempre estaria relacionada com a gradação das penas, uma vez que não foi aplicada num dos casos mais graves¹⁴⁰⁷.

O absentismo docente era responsável pela instrução de processos, designados por autos, de abandono do lugar, dos quais apenas se identificaram quatro¹⁴⁰⁸, com predomínio dos professores do sexo feminino (75%). O processo não seguia os trâmites dos outros, uma vez que era apenas feito um auto de abandono¹⁴⁰⁹. Era instaurado a docentes que tivessem abandonado o lugar sem esperar pela concessão do pedido de exoneração, autorização que

¹⁴⁰² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 2-385. Processo n.º 279, datado de 1938.

¹⁴⁰³ A maioria das multas correspondeu a uma incidência sobre o vencimento de entre cinco dias e 15 dias.

¹⁴⁰⁴ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-44. Processo n.º 209, datado de 1944.

¹⁴⁰⁵ A pena de demissão foi aplicada a um arguido que procedeu a falsificações dos livros de escrituração e mapas estatísticos, por ter uma assiduidade irregular. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-122. Processo n.º 202 datado de 1952.

¹⁴⁰⁶ A maioria das ajudas de custo cobradas foram a totalidade das despesas, um décimo das despesas e metade das despesas.

¹⁴⁰⁷ Aplicação da pena de suspensão do exercício e vencimento.

¹⁴⁰⁸ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-350. Processo n.º 268, datado de 1936; AHME, DGEP, Caixa 1-44. Processo n.º 202, datado de 1945; AHME, JNE, Caixa 2-350. Processo n.º 268 datado de 1936.

¹⁴⁰⁹ No processo por auto de abandono constavam os dados do professor, a razão do seu levantamento e informações, caso existissem, justificativas da ausência.

nem sempre era requerida e o professor limitava-se a não comparecer na escola e a não justificar as suas faltas. A sanção para esses casos era sempre a demissão.

Existia ainda um outro condicionante responsável pela falta de pontualidade de um docente: a sua residência fora da sede. Caso a escola não possuísse casa de habitação, o professor poderia requer autorização para residir em outro lugar cuja distância não fosse superior a cinco quilómetros¹⁴¹⁰. Identificámos apenas 27 processos por residência fora da sede. Correspondiam maioritariamente a professores de zonas rurais (93%) e do sexo feminino (74%). As queixas partiam essencialmente dos seus superiores (55%), mas também de população local (27%) e das autoridades civis locais (18%)¹⁴¹¹.

As razões que levavam os professores a cometerem infrações relacionavam-se, em primeiro lugar, com a falta de habitações¹⁴¹² e a degradação da habitação que lhes estava reservada¹⁴¹³. O jornal *Educação Nacional*, em 1936, criticava a manutenção dessa prerrogativa legal e argumentava que os transportes e as vias de comunicação construídas por Salazar possibilitavam que os professores, em muitas localidades, chegassem em cerca de meia hora à escola¹⁴¹⁴.

Os professores eram obrigados, enquanto a autorização de residência não fosse dada, a permanecer numa situação de incumprimento ou tinham que faltar, e as suas faltas não eram justificadas¹⁴¹⁵. Noutros casos, a situação de ilegalidade prendia-se com o facto da residência familiar dos professores situar-se relativamente perto, embora a mais de cinco quilómetros, e não lhes ter sido concedida autorização para aí viverem.

A frequência e os horários dos transportes públicos acabavam por condicionar as deslocações dos professores e o cumprimento do seu horário escolar. Para algumas

¹⁴¹⁰ Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

¹⁴¹¹ Competia às direções de distrito escolar comunicar à DGEP as irregularidades e a população local reclamava essencialmente sobre a falta de pontualidade dos agentes de ensino.

¹⁴¹² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-36. Processo n.º 101, datado de 1944.

¹⁴¹³ Os professores eram obrigados a usar a casa reservada ao professor, mesmo que a mesma não estivesse em condições.

¹⁴¹⁴ *Educação Nacional* n.º 36, de 1 de novembro de 1936, 1.

¹⁴¹⁵ Essas faltas não só implicavam cortes no vencimento e condicionavam a progressão na carreira, como poderiam levar a um auto de abandono se o número de faltas fosse de trinta ou mais dias sem comparecer ao serviço, e sem explicação, até 1943. Posteriormente o número de faltas passou a ser de trinta dias seguidos ou interpoladas sem justificação.

localidades não existiam transportes públicos, sendo necessário recorrer a cavalos, barcos ou a carros de aluguer, o que ainda dificultava a chegada a horas à escola¹⁴¹⁶.

A administração escolar estava consciente desses problemas e esse alerta também era dado através de relatórios de inspetores e diretores escolares. Essa consciencialização poderia ser a principal razão para que as penalidades aplicadas correspondessem às menos graduadas e até mesmo ao arquivamento de processos (22%), sobretudo em casos em que já tivesse sido solicitada autorização, mas que a mesma ainda não tivesse sido concedida¹⁴¹⁷. As sanções aplicadas foram leves, nomeadamente as sanções de advertência (7%), repreensão verbal ou escrita (19%) e multas entre os cinco e os trinta dias (52%)¹⁴¹⁸.

Os deveres do professorado relacionavam-se com os alunos e a obrigatoriedade do ensino primário trazia implícito que desenvolvesse procedimentos relativos ao recenseamento dos alunos, para apuramento das crianças em idade escolar, e à sua matrícula. A discrepância entre o número de alunos em idade escolar, em cada localidade, e o número de alunos matriculados era calculado com base no recenseamento.

Após esses procedimentos era necessário assegurar a sua frequência regular. A irregularidade era explicada, em primeira instância, pela sua utilização nos trabalhos agrícolas. A participação nessas tarefas chegava mesmo a implicar deslocações para fora da localidade, acompanhando os movimentos migratórios internos sazonais dos seus familiares¹⁴¹⁹. O professor era responsabilizado por esse absentismo pela administração escolar e era-lhe instaurado um processo.

A outra razão para a frequência irregular das crianças dependia diretamente do docente, segundo os argumentos de encarregados de educação e de presidentes de algumas juntas de

¹⁴¹⁶ Esses obstáculos eram, por vezes, superados pelos docentes. Uma professora, designada pelo instrutor como uma “senhora moderna”, utilizava uma bicicleta para as suas deslocações entre a residência e a escola. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 58, datado de 1945.

¹⁴¹⁷ Foi, no entanto, arquivado um processo a um professor que tinha prestado informações falsas sobre a distância entre a residência e a escola. Esse professor residia a mais de cinco quilómetros, mas o processo foi arquivado porque estava no primeiro ano da carreira e era, segundo o instrutor, um devoto nacionalista. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-103. Processo n.º 254. Relatório do inspetor Ovídio Lobo datado de 8 de maio de 1950.

¹⁴¹⁸ Os dias de multa sobre o vencimento dependeram da assiduidade, do número de horas de atraso ou de ter sido detetada a infração por um inspetor, como foi o caso de um inspetor que apanhou a mesma camioneta da professora e percebeu que o incumprimento do horário era recorrente.

¹⁴¹⁹ Os mapas estatísticos, por vezes, referiam-se a transferências de alunos por motivo de trabalhos agrícolas. AHME, DGEP, Caixa 992. Processo n.º 355, Ofício circular da DGEP aos Diretores dos Distritos Escolares, datado de 17 de dezembro de 1957.

freguesia. Um professor com uma assiduidade irregular influenciava o nível de assiduidade dos seus alunos¹⁴²⁰. A administração escolar considerava que a melhor forma de combater esse problema consistia na injustificação de faltas dadas por motivos que não pudessem ser considerados justos¹⁴²¹. As outras razões relacionavam-se com professores considerados demasiado autoritários ou que não eram aceites pela população local, nomeadamente devido a condutas consideradas imorais.

Identificámos 18 processos instruídos por razões ligadas a irregularidades no recenseamento, matrícula e frequência dos alunos, a docentes de meios rurais e, sobretudo, a mulheres (94%). As queixas partiam dos seus superiores hierárquicos (67%), sendo mais reduzidas as reclamações de encarregados de educação e da população local (25%) e das autoridades civis locais (8%).

Essa representação das participações e queixas fazia sentido porque essas infrações eram essencialmente apuradas através de visitas inspetivas às escolas e dos mapas estatísticos. Em algumas situações, a DGEP começava por ordenar um processo de inquérito à escola, no caso de ter mais do que um lugar de professor, e depois de apurados os factos eram instaurados processos a um ou mais docentes¹⁴²². As reclamações dos pais eram, por vezes, uma vingança contra os docentes que promoviam a frequência, seguindo a legislação em vigor, através da imposição de multas ou solicitando a intervenção das forças policiais para obrigarem os pais a enviarem os filhos à escola¹⁴²³.

Desses 18 processos instaurados, metade resultou em arquivamento, por não terem sido encontradas provas de culpa do arguido ou pelo facto de terem sido os pais responsáveis pela falta de assiduidade dos filhos. As principais penas aplicadas foram leves e consistiam em advertência (6%), repreensão verbal (6%) e multas (22%)¹⁴²⁴. Apenas um docente foi

¹⁴²⁰ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15/2687. Processo n.º 47. Relatório do inspetor Alfredo da Silva Neves datado de 26 de outubro de 1940. Esse relatório referia que as constantes interrupções de lecionação da professora, por motivo de faltas, provocaram o abandono da escola por parte das crianças, ficando umas sem ir à escola e outras pediram transferência para outros estabelecimentos de ensino.

¹⁴²¹ Ver a título de exemplo o Relatório da Inspeção da Região escolar de Santarém publicado no *Boletim do Ensino Primário Oficial*, n.º 3 e 4, de 1930, p. 207.

¹⁴²² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 15/2687. Processo n.º 47. Inquérito ordenado, por despacho ministerial de 9 de fevereiro de 1938, a uma escola do concelho de Oliveira do Hospital com apenas um lugar de professor.

¹⁴²³ AHME, DGEP, Caixa 1-103. Processo n.º 250, datado de 1951.

¹⁴²⁴ Foi aplicada uma multa de 20 dias a uma docente que utilizava uma linguagem incorreta para com alunos e pais e não “gozava de simpatia no meio”, razões que o instrutor considerava como responsáveis pela baixa frequência da escola. O inspetor sugeriu que a professora fosse enviada a uma junta médica porque

suspenso por trinta dias, sem pagamento de ajudas de custo, por irregularidades no recenseamento. Na maioria dos processos não foram cobradas ajudas de custo (89%).

Após o serviço de matrículas que marcava o arranque do calendário escolar, o professor dividia o seu tempo entre a prática pedagógica e o serviço de escrituração. O serviço burocrático não podia realizar-se durante as horas letivas, embora alguns docentes o fizessem. O docente tinha que ter em ordem os livros de escrituração escolar e enviar os mapas estatísticos no prazo agendado para o efeito.

Identificámos 11 de processos a professores, maioritariamente do sexo feminino (64%) e de zonas rurais (91%). A sua origem deveu-se a informações chegadas à DGEP por via dos funcionários da direção geral (64%), mas também por queixas de pais e autoridades sobre o funcionamento das escolas, questão que provocou visitas inspetivas às mesmas¹⁴²⁵.

Apenas foram cobradas ajudas de custo a 36% dos casos e as penalidades aplicadas consistiram sobretudo em multas (64%). As penalidades de repreensão, suspensão e aposentação corresponderam cada uma delas a apenas um docente¹⁴²⁶. O número de processo arquivados foi muito baixo (9%), quando comparado com o número de arquivamentos de outro tipo de processos, possivelmente devido à importância dada pela administração escolar ao trabalho burocrático. Importa lembrar que era através dos livros de escrituração e de mapas estatísticos que se acompanhava a assiduidade de alunos e professores e se avaliavam os resultados escolares.

considerava que sofria de problemas psicológicos que careciam de tratamento. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-65. Processo n.º 301 datado de 1945.

¹⁴²⁵ Identificou-se uma queixa do Instituto Nacional de Estatística contra um delegado escolar que não enviou os mapas estatísticos solicitados, necessários para a compilação de dados estatísticos sobre educação, anualmente publicados, e não respondia aos ofícios dessa entidade sobre o assunto. Exercia os cargos de Juiz de Paz, Ajudante do Posto do Registo Civil, Presidente da Junta de Freguesia, Delegado do Presidente da Câmara Municipal na Comissão Paroquial de Recenseamento Eleitoral, Vogal da Comissão Paroquial de Assistência, além de outros de carácter eventual ou religiosos. Essa queixa foi arquivada porque se entendeu que o professor e delegado escolar estava sobrecarregado de trabalho administrativo, não lhe sendo possível cumprir atempadamente todas as tarefas que tinha em mãos. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-83. Processo n.º 14, datado de 1948.

¹⁴²⁶ A suspensão de 60 dias de exercício e vencimento foi aplicada a um docente a quem foram exigidos os livros de escrituração no decorrer de uma inspeção. O docente residia a mais de 5 quilómetros da escola e os livros estavam na sua casa, o que constituía uma infração à regulação em vigor, agravada pelo facto do docente não se disponibilizar para ir buscá-los. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-75. Processo n.º 156 datado de 1947. A aposentação foi aplicada a um professor que não tinha livro de ponto e a chave do armário dos livros de escrituração estava em sua casa. Também se recusou a entregá-la ao funcionário dos serviços inspetivos que visitava a escola. O instrutor considerou que os livros não estavam em ordem face à sua recusa. Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 2-104. Processo sem número de professor do círculo escolar de Vila Nova de Gaia. Despacho do Ministro de 14 de julho de 1927.

As infrações relacionadas com prática pedagógica deveriam ser aquelas, à partida, que poderiam ser julgadas com maior gravidade, uma vez que a administração escolar defendia que o professor deveria utilizar uma metodologia promotora do desenvolvimento integral dos seus alunos. No entanto, no conjunto de processos da nossa amostra apenas foram instaurados 20 processos, número que representava apenas 10% do total dos processos instaurados por incumprimento dos deveres profissionais. Eram todos professores de meios rurais, com predominância para os processos instaurados a docentes do sexo feminino (70%).

As infrações dos docentes chegavam ao conhecimento da administração escolar sobretudo através da população local e de encarregados de educação (61%), sendo essa a principal diferença em relação aos outros tipos de processos instaurados por incumprimento de deveres profissionais¹⁴²⁷.

Um dos principais motivos para a qualificação da infração disciplinar era a prática da coadjuvância ou mesmo da substituição do docente por familiares, nomeadamente o marido ou uma irmã no caso das professoras. A legislação em vigor, desde o período republicano, não autorizava que o professor permitisse a entrada ou a presença de pessoas estranhas na sala de aula, à execução de inspetores¹⁴²⁸. A utilização de alunos de classes mais adiantadas, 3ª e 4ª classes, para lecionar as crianças novas também não era admissível. Essa prática era utilizada por professores de ambos os sexos, com turmas heterógeneas, porque consideravam que era uma metodologia facilitadora do processo de ensino.

A falta de zelo profissional era um dos motivos responsáveis pela infração segundo os superiores hierárquicos. Correspondiam a casos de professores que abandonavam a sala de aula, o que era proibido por lei, para tratar de assuntos pessoais ou interagir com a população local. Nessa acusação também se enquadravam docentes que adormeciam na sala de aula¹⁴²⁹, liam o jornal e tratavam de assuntos domésticos¹⁴³⁰. As disposições legais em vigor proibiam que o professor se ocupasse de trabalhos estranhos à educação dos seus

¹⁴²⁷ As queixas dos funcionários superiores representavam apenas 22% e as das autoridades civis locais representavam 17%.

¹⁴²⁸ Art.º 107º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

¹⁴²⁹ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-382. Processo n.º 197, iniciado em 1935 e só concluído em 1937.

¹⁴³⁰ Um dos casos referidos era a costura. Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-41. Processo n.º 161, datado de 1944.

alunos¹⁴³¹. Finalmente eram consideradas como infrações a falta de metodologia no processo de ensino.

O arquivamento foi decidido em 40% dos processos analisados e foi a tipologia em que as penalidades aplicadas foram as mais heterogêneas. Foram aplicadas as penas de advertência (10%), repreensão escrita (10%), multa entre 5 e 6 dias (15%), suspensão (15%), inatividade (5%) e um caso sem qualquer referência à sanção (5%). Foram cobradas ajudas de custo a apenas 45% dos processos.

Considerou-se ainda que existiu, por parte dos instrutores, uma tendência para aplicação de sanções mais pesadas, porque os inspetores nas suas práticas discursivas defendiam o aperfeiçoamento dos professores e o desenvolvimento do ensino segundo métodos pedagógicos modernos orientados pelo nacionalismo salazarista. As sanções mais graduadas nessa tipologia corresponderam a 20% do total dos casos¹⁴³². As penas de suspensão corresponderam a 31, 65 e 120 dias¹⁴³³. Foram aplicadas a arguidos cuja nota de culpa do seu processo registava mais do que uma infração, relacionando-se com irregularidades de escrituração, conversas incorretas com os alunos, e infrações de incumprimento do calendário escolar acumuladas com procedimentos de coadjuvância ou substituição por familiares¹⁴³⁴.

As deficiências na lecionação e a assiduidade irregular dos docentes condicionavam os resultados escolares dos alunos. Foram identificados 31 processos relacionados com resultados escolares, todos instaurados a docentes de zonas rurais. Nessa categoria verificou-se o segundo maior número de processos com maior número de docentes do sexo masculino (42%). A maioria de queixas era proveniente dos superiores hierárquicos (72%), representatividade que estaria certamente relacionado com o facto de ser a administração escolar que avaliava, pelos mapas estatísticos, as passagens de classe¹⁴³⁵ e o número de aprovações de exames. As restantes queixas pertenceram às autoridades civis locais (16%) e aos familiares e população local (12%).

¹⁴³¹ Art.º 107º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

¹⁴³² Identificou-se um caso de proposta de demissão por parte do instrutor que não foi aceite, sendo o despacho final de suspensão por 60 dias.

¹⁴³³ A professora não cumpria o programa de sábado e faltava, o que levava a que não ensinasse o programa de educação moral. Foi-lhe aplicada a pena de suspensão por 120 dias. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-44. Processo n.º 207, datado de 1944.

¹⁴³⁴ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-35. Processo n.º 111, datado de 1944.

¹⁴³⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-99. Processo n.º 135, datado de 1948.

A análise das notas de culpa e dos relatórios dos instrutores permitiu identificar um conjunto diversificado de infrações. Em alguns casos, o instrutor apenas responsabilizava o arguido pela sua falta de interesse, motivo que considerava responsável pelos fracos resultados das crianças. Outros casos relacionavam-se com o baixo número de passagens de classe¹⁴³⁶, irregularidades na transição de classe e ou nas aprovações em exame¹⁴³⁷. Foram instaurados processos a professores que integraram júris de exames, devido à má correção das provas dos examinados¹⁴³⁸. Acrescentam-se ainda outras infrações relacionadas com a violação de provas de exame e o fornecimento de cábulas aos examinados¹⁴³⁹.

O número de arquivamentos foi baixo (26%), traduzindo uma certa exigência do ministério. A política de contenção orçamental não era compatível com um número elevado de repetições, porque implicaria encargos financeiros acrescidos dado que os alunos teriam que repetir o ano.

Foram cobradas apenas ajudas de custas a 35% dos arguidos e em 10% dos processos não foram identificadas penalidades. Aplicaram-se maioritariamente penas de multa (45%), sendo que o número de advertências e de repreensão foi baixo, situando-se respetivamente nos 6% e 3%. As multas são variadas, predominando os cinco, dez e quinze dias¹⁴⁴⁰. Foram ainda atribuídas as sanções de suspensão (6%) e de inatividade (3%) no julgamento desses processos¹⁴⁴¹.

A administração escolar era responsável pela avaliação dos docentes, através da qualificação do serviço docente. As deficiências reveladas nas práticas pedagógicas e nos

¹⁴³⁶ Uma professora, em 1938, foi multada cinco dias, por ter passado alunas de classe sem preparação, porque tinha faltado 90 dias por doença. AHME, JNE, Caixa 2-385. Processo n.º 293, datado de 1938.

¹⁴³⁷ Identificou-se um caso de uma professora com treze anos de tempo de serviço que nunca tinha conseguido levar um único aluno a exame, devido às más classificações das crianças. Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 2-103. Processo n.º 128, datado de 1932.

¹⁴³⁸ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/757, datado de 1953.

¹⁴³⁹ AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 78, datado de 1945.

¹⁴⁴⁰ Foi imposta uma multa de 20 e outra de 30 dias, a docentes que não prepararam convenientemente os alunos e cometeram irregularidades nas passagens de classe.

¹⁴⁴¹ A imposição da suspensão de dez dias foi aplicada a uma docente cujos alunos transitaram de classe sem conhecimentos para o efeito. A docente que nunca levou, no decorrer da sua vida profissional, um aluno a exame sofreu uma pena de 12 meses de suspensão. A inatividade foi aplicada a uma professora cujo marido pertencia ao júri de exames. A infração consistiu na violação do envelope com as provas de exame e no facto de ter preparado antecipadamente os seus alunos para a sua realização. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 73, datado de 1945.

resultados escolares conduziam, desde 1933, à qualificação desse serviço como deficiente¹⁴⁴².

Apenas identificámos 10 processos, instaurados entre os anos de 1944 a 1953. Não sabemos se essa amostra era representativa da realidade, muito embora a outra amostra com que trabalhámos constituída pelos registos biográficos dos docentes também indiciasse um número baixo de professores avaliados com a classificação de deficiente. Os processos foram todos instaurados com base em comunicações efetuadas pelas direções de distrito escolar, organismos responsáveis por esse serviço de avaliação.

A globalidade dos processos reportava-se a professores rurais e verificou-se uma representação significativa de professoras (80%). A diuturnidade era sempre retirada, independentemente da instauração do processo, a todos os professores que tivessem esse direito¹⁴⁴³. A sua perda correspondia a um corte no vencimento mensal do professor.

O resultado dos processos foi diversificado. Apenas 20% dos mesmos resultaram em arquivamento e foram aplicadas ajudas de custo a 50% dos arguidos. As multas (30%) abrangeram docentes com faltas às atividades letivas, incumprimento do calendário escolar, e falsificações de registos relativos à sua assiduidade¹⁴⁴⁴. A aplicação da penalidade de advertência (10%) e de repreensão escrita (10%) corresponderam a casos de fracos resultados escolares. Foram aplicadas uma sanção de suspensão de 65 dias e uma de aposentação¹⁴⁴⁵.

A nossa amostra incluía ainda um conjunto de 23 processos, que designámos por outras infrações. Procedemos à sua divisão em quatro subcategorias: rivalidades e agressões a colegas ou a outros funcionários públicos (61%), colaboração com jornais (17%), falsificações e furtos (13%) e realização de atividades no espaço escolar sem autorização

¹⁴⁴² Art.º 170º do Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

¹⁴⁴³ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-137. Processo n.º 260, datado de 1953.

¹⁴⁴⁴ Foi aplicada uma multa de 39 dias a uma docente que era “muito carinhosa” com os alunos, e portanto considerada pouco disciplinadora pelo instrutor. Os seus alunos, segundo a diretora da escola, apresentavam deficiências de conhecimentos. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-139. Processo n.º 290, datado de 1953.

¹⁴⁴⁵ A suspensão de 65 dias seguida de transferência foi imposta a uma docente com fracos resultados escolares e que fazia renda e camisolas nos tempos letivos em vez de lecionar. A aposentação foi aplicada a uma arguida considerada docente e que foi submetida a Junta Médica. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-65. Processo n.º 301, datado de 1945.

(9%). A maioria diziam respeito a docentes de zonas rurais (96%) e com a percentagem mais significativa do sexo masculino (44%).

As rivalidades podiam ser apenas verbais, mas consideradas graves quando davam origem a discussões em espaço público, porque eram desprestigiadas para o professor e davam um mau exemplo aos seus alunos¹⁴⁴⁶.

A partir de 1934 passou a ser obrigatório os professores requererem autorização para publicarem livros¹⁴⁴⁷ ou enviarem textos seus para os jornais¹⁴⁴⁸. O aparecimento de textos em jornais locais ou nacionais¹⁴⁴⁹, como o *Século*, ou a transmissão de informações sobre o funcionamento de uma escola a jornais dava lugar à instauração de processos.

A falsificação de documentos de identidade era considerado grave e podia ser penalizada com a demissão¹⁴⁵⁰. A falsificações de requisições para a aquisição de bens para usufruto pessoal¹⁴⁵¹, a cobrança de quantias indevidas aos alunos¹⁴⁵², e o desvio de fundos da caixa escolar foram as outras infrações presentes nesse conjunto de processos.

Foram cobradas ajudas de custo em 39% dos casos e o número de processos arquivados foi baixo, sendo apenas de 17%.¹⁴⁵³, depois de provado que a responsabilidade pela utilização do espaço não pertencia aos docentes. Também decorreram arquivamentos em situações de insultos públicos por parte de professores, cuja queixa foi infundada.

As infrações condicionaram as penalidades que foram impostas a esses docentes. O número de sanções menos graduadas foi menor, compreendendo apenas advertências (4%)

¹⁴⁴⁶ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-146. Processo n.º 499, datado de 1954.

¹⁴⁴⁷ A Circular às Direções dos Distritos Escolares, Escolas do Magistério Primário e Inspeção do Ensino Particular sobre despacho ministerial de 31 de março de 1938 proibiu o uso dos Cadernos de Exercícios de História Pátria, da autoria do professor do ensino primário Carlos Alberto da Costa Frias, assim como de quaisquer outros que não tenham tido aprovação ou autorização superior. AHME, JNE, Caixa 2-348. Processo n.º 93 datado de 1938.

¹⁴⁴⁸ Circular da DGEP n.º 197, de 5 de setembro de 1934.

¹⁴⁴⁹ AHME, JNE, Caixa 2-103. Processo n.º 129 datado de 1932.

¹⁴⁵⁰ A um regente foi aplicada a pena de demissão. Era um antigo professor demitido na sequência de um processo disciplinar e que foi admitido no ensino com uma nova identidade e na condição de regente. Essa falsificação foi responsável pela sua demissão. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-77. Processo n.º 207, datado de 1947.

¹⁴⁵¹ AHME, DGEP, Caixa 1-41. Processo n.º 163 datado de 1945.

¹⁴⁵² Um professor, e delegado escolar, cobrou aos alunos pelo diploma de exame. AHME, JNE, Caixa 2-348. Processo n.º 188, datado de 1941.

¹⁴⁵³ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-102. Processo n.º 239, datado de 1950. Ver também o processo instaurado a uma professora que estava docente e o marido sem o seu conhecimento entregou a chave da escola para a realização de uma festa de homenagem a um professor aposentado. AHME, JNE, Caixa 2-382. Processo n.º 186 datado de 1937.

e a multas entre 5 e 30 dias (35%)¹⁴⁵⁴. Foi ainda aplicada uma pena de afastamento para outro serviço análogo (4%)¹⁴⁵⁵. O número de dias de suspensão imposto foi também dos mais elevados (17%)¹⁴⁵⁶.

A pena de demissão (9%) foi, no entanto, aplicada a um caso de rivalidade que resultou em agressão, que consistiu numa agressão de uma docente a um colega¹⁴⁵⁷. A penalidade de inatividade estava prevista na lei mas para casos de agressão a superiores. No entanto, a sanção foi aplicada por se considerar inconveniente mantê-la ao serviço, situação que se encontrava prevista no regulamento disciplinar. A aplicação da sanção de inatividade (9%), por dois anos resultou de infrações ligadas ao desvio de dinheiro da caixa escolar¹⁴⁵⁸.

Castigos e utilização de alunos em serviços pessoais

O recurso a castigos corporais correspondia à utilização de práticas de violência infligida, de forma deliberada, aos alunos do ensino primário, no período considerado. Esses atos foram por nós considerados enquanto a expressão de sentimentos de inadequação vivenciados pelos docentes que não conheciam ou rejeitavam outras formas de disciplina na gestão do comportamento dos seus alunos em contexto de sala de aula¹⁴⁵⁹.

Por disciplina na sala de aula entendia-se que o professor deveria desenvolver com os seus alunos atividades que lhes permitissem compreender e seguir as regras sociais. Essas atividades enquadravam-se no processo de socialização das crianças operado na escola primária. A perceção política que a instrução primária contribuía para a integração social, conduziu necessariamente a que as regras de civilidade tivessem lugar no ensino primário desde a reforma pombalina do ensino¹⁴⁶⁰.

¹⁴⁵⁴ AHME, JNE, Caixa 23-112. Processos Disciplinares. Processo n.º 152/562. Despacho ministerial de 4 de março de 1953.

¹⁴⁵⁵ Foi aplicada a um professor que tinha habitualmente conflitos com os seus pares.

¹⁴⁵⁶ A pena de suspensão de 61 dias correspondeu a um caso de rivalidade com colega, e as restantes, de 90 dias cada, a situações de colaboração, direta ou indireta, em jornais. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-57. Processo n.º 57, datado de 1946.

¹⁴⁵⁷ AHME, JNE, Caixa 23-110. Processo n.º 152/370, datado de 1958.

¹⁴⁵⁸ AHME, DGEP, Caixa 1-67. Processo n.º 4, datado de 1947.

¹⁴⁵⁹ Utilizamos o conceito de castigo corporal da UNESCO de 2006. Ver a esse propósito o Prefácio do trabalho *A Disciplina Positiva na Sala de Aula Inclusiva e Amiga da Aprendizagem. Um guia para professores e formadores de professores*. Portugal: Associação Cidadãos do Mundo.

¹⁴⁶⁰ Ver a esse respeito o trabalho de Pintassilgo, J. (2002). A componente socializadora do currículo escolar oitocentista. O particular e o global no virar do milénio. Cruzar saberes em educação, p. 3. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4030> (11 jul. 2016)

O emprego de castigos corporais na escola primária tinha como principais finalidades a punição de maus resultados escolares e de comportamentos incorretos. Até aos anos oitenta do século XIX, o seu uso regulava a relação entre professor e aluno, como um processo de imposição do poder disciplinar do primeiro em relação ao segundo, com o objetivo de adestramento de condutas¹⁴⁶¹.

Nos finais do século XIX, a legitimação do emprego de castigos sofreu alterações, sobretudo no campo teórico, com o aparecimento de projetos de lei protetores da infância¹⁴⁶². Na comissão encarregue da revisão do Código Penal, António Castelo Branco, defendeu a implementação de mecanismos legais protetores da criança. No entanto, uma Lei de Proteção à Infância só seria publicada após a implantação da República, em 1911, criando-se então mecanismos de apoio e proteção às crianças, para que se formassem futuros “homens de bem”¹⁴⁶³.

O ideário de proteção da infância justificava a discussão sobre a aplicação de castigos corporais na escola primária nos finais do século, começando gradualmente a ganhar relevo uma posição tendente à sua abolição. No ano de 1896, uma portaria reguladora do serviço de matrícula e frequência do ensino primário referia que era expressamente proibida a aplicação de castigos físicos¹⁴⁶⁴.

Uma outra posição contraditória defendia a sua perpetuação em nome do respeito e da autoridade do professor, da regeneração moral e das regras da civilidade. A esses argumentos juntava-se a questão dos resultados escolares e, nessa perspetiva, o poder disciplinar era visto como uma garantia de sucesso na aprendizagem.

A legislação sobre a regulamentação do ensino primário só contemplou a questão da indisciplina dos alunos a partir de 1902¹⁴⁶⁵. As punições a aplicar para castigar os alunos que praticassem atos de indisciplina eram: a admoestação (1ª); a repreensão (2ª); a

¹⁴⁶¹ Utilizamos a expressão de adestramento de Michel Foucault. O autor refere que o poder disciplinar se destina ao adestramento dos indivíduos para que esses possam ser transformados e sua conduta padronizada. Ver o trabalho de Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões* (R. Ramalhe, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. (obra originalmente publicada em 1975), p. 164.

¹⁴⁶² Ver a esse propósito o trabalho de Tomé, M. R. (2012). *Justiça e Cidadania infantil Em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra* (Tese de Doutoramento policopiada). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 292-294.

¹⁴⁶³ Lei de 1 de janeiro de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/hv23pho> (15 de dez. 2016)

¹⁴⁶⁴ Art.º 30º da Portaria *estabelecendo várias providências para a regularização do serviço de matrícula e frequência das escolas de instrução pública*, de 26 setembro de 1893. *Diário de Governo* n.º 219, de 28 de setembro de 1893.

¹⁴⁶⁵ Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

privação de recreio, detenção na escola depois de findos os exercícios escolares, ou quaisquer outros castigos aplicados paternalmente que não ofendessem a saúde dos alunos (3º); a suspensão temporária (4ª) e a expulsão imposta pelo governo, sob proposta fundamentada do professor (5ª). Apesar de no diploma não existir uma referência expressa a castigos corporais, esses estavam presentes, na terceira punição, sobre a expressão de “castigos aplicados paternalmente” e a proibição da sua aplicação apenas abrangia as escolas de educação pré-escolar, designadas oficialmente por escolas infantis¹⁴⁶⁶.

Na imprensa da educação começaram a surgir artigos, a partir dos finais do século XIX, que defendiam a inutilidade de castigos físicos, porque só contribuía para que as crianças nutrissem pelos professores sentimentos de terror¹⁴⁶⁷. Essa linha de pensamento tornou-se mais presente na imprensa, desde inícios do século XX, e ganhou relevo a partir da década de 20.

Essa tendência não significava, contudo que o emprego de “castigos paternos” fosse abolido. A sua aplicação transitou para a escola primária republicana e isso apesar do *Regulamento do Ensino Primário e Normal*, de 1919, defender que a disciplina escolar devia estruturar-se no respeito pelos direitos da criança e não em quaisquer formas de autoritarismo, intimidação ou violência¹⁴⁶⁸.

Essa defesa relacionava-se com princípios modernos da pedagogia, o que não significava que os republicanos partilhassem os princípios pedagógicos defensores da ausência de castigos e de autoridade do professor, como era o caso das práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas primárias de Altona, na Alemanha, na década de 20¹⁴⁶⁹.

Os republicanos defendiam que a disciplina na sala de aula devia ser mantida pelo professor, por forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem e a despertar o interesse da criança, inculcando-lhe hábitos de trabalho. O ensino tinha que ser desenvolvido de maneira a que os alunos tivessem respeito pelo professor e se sentissem confiantes e responsáveis, requisitos que tinham como principais objetivos o aperfeiçoamento do

¹⁴⁶⁶ Art.º 59º do Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹⁴⁶⁷ *Federação Escolar* n.º 121, de 13 de janeiro de 1889, 1.

¹⁴⁶⁸ Art.º 106º do Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, de 29 de setembro de 1919.

¹⁴⁶⁹ Ver a esse propósito o trabalho de Barros, F. [et al.]. (2012). As implicações pedagógicas de Freinet para a educação infantil: das técnicas ao registro. Anais do VI Congresso Paulista de Educação Infantil – COPEDI. São Paulo (p. 2). Disponível em <http://tinyurl.com/h6vw69z> (12 jun. 2016)

carácter e a educação da vontade das futuras gerações de cidadãos republicanos. A melhor forma de gerir a disciplina na sala de aula, segundo o diploma legal, era através do conhecimento da criança, nomeadamente das suas crises, do seu desenvolvimento intelectual e afetivo e do ambiente em que vivia.

Essa conceção de disciplina não era incompatível com o exercício da autoridade, porque para a correção das faltas se permitia a aplicação paternal de castigos. O professor devia informar regularmente os encarregados de educação para que colaborassem na educação da criança ou obtivessem a intervenção médica que o docente julgasse conveniente.

Essas disposições legais não eram contraditórias com os princípios da *Educação Nova* divulgados em Portugal na década de 20. A *Educação Nova* ou *Escola Nova* conferia à criança a liberdade de se “governar a si mesma”¹⁴⁷⁰, estruturando o seu conhecimento, de forma autónoma, e sem necessitar que lhe fossem aplicadas sanções coercivas porque o professor era respeitado como seu guia. A disciplina não era assim imposta do exterior, mas partia do interior da criança.

Esse discurso, no entanto, não significava a total ausência de sanções. A revista *Educação* publicava um texto, em 1929, onde apresentava trinta características da Escola Nova, sendo a 25^a sobre os castigos. Considerava-se que existia uma correlação direta entre a sanção e a falta cometida e que os castigos visavam colocar a criança à altura de atingir melhor, futuramente, os objetivos que ela tinha atingido mal¹⁴⁷¹. A punição tinha assim uma função corretiva e era empregue com o objetivo de reduzir os possíveis desvios e, por isso, o sistema educativo deveria implicar sempre mecanismos de sanção e de louvor.

O regulamento de 1919 determinava que fossem atribuídos estímulos, recompensas e prémios aos alunos, tendo em atenção o seu progresso individual. No entanto, se os estímulos individualizam os alunos, o poder disciplinar homogeneizava comportamentos e sancionava os desvios. A existência de crianças com origens sociais heterogéneas era um dos argumentos justificativos para a utilização de castigos. Ideia que se prolongou pelo período da Ditadura Militar e do Estado Novo. A expressão “castigos paternos” não era definida na regulação, mas, na prática, incluía todo o tipo de castigos que os professores aplicavam aos alunos. A incapacidade de algumas famílias para educarem os seus filhos,

¹⁴⁷⁰ Santos, A. (1919). *Educação Nova — as bases. I- O Corpo da Criança*. Lisboa: Bertrand, p. 10.

¹⁴⁷¹ *Educação*, n.º 1 e 2, julho e agosto de 1929.

segundo o ministério, levou a que Carneiro Pacheco defendesse que, nesses casos, essa missão educativa competia ao Estado e, como tal, aos professores primários. Os castigos corporais eram assim admissíveis, desde que o professor, tal como os pais, os aplicasse com o objetivo de educar as crianças.

A reação dos alunos e famílias era, por vezes, negativa quando os professores recorriam a qualquer tipo de punição, fosse ela verbal ou física. Os encarregados de educação também não aceitavam bem o emprego das crianças em tarefas não letivas, como por exemplo a limpeza da sala de aula. Encaravam essas atividades como um desrespeito e uma punição infligida aos seus educandos.

A imprensa da educação abordava a temática dos castigos corporais na escola primária com alguma regularidade. O emprego da palmatória foi mesmo objeto de dois plebiscitos na imprensa, o primeiro em 1896 e o segundo em 1916¹⁴⁷². Esse objeto era empregue no tipo de castigos paternos possíveis, e como tal defendido por articulistas da imprensa da educação¹⁴⁷³ e professores, a que se acrescentavam o emprego de uma vara ou ponteiro e o chapéu de orelhas de burro.

A “dor física”, infligida pela vara ou a palmatória, e a humilhação psicológica, imposta pelo uso do chapéu, tinham o condão de lembrar aos alunos, segundo um artigo do coronel Ferreira de Simas sobre castigos corporais, no jornal *O Educador*, as consequências dos atos das crianças rebeldes que “só pela pancada” podiam “ser educadas”¹⁴⁷⁴.

A política educativa defensora de uma escola nacionalista, guiada pela ordem e a moral, não eliminava as sanções. A ordem remetia para a disciplina que se tornou um elemento importante de avaliação do trabalho desenvolvido por alunos-estagiários e professores. Manteve-se em vigor a prerrogativa legal do regulamento de 1919 que permitia a sua aplicação paternal, entendida como um ato educativo guiado pelo amor para a formação dos portugueses.

¹⁴⁷² Ver a esse propósito o trabalho de Alves, L. A. M. & Barros, M. C. L (2012). A Pedagogia do Castigo na Imprensa Pedagógica (Finais do Século XIX e Inícios do Século XX) – O Caso da Palmatória. *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. Livro de Atas* (p. 77). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

¹⁴⁷³ Ver a título de exemplo o periódico *O Meu Jornal* n.º 368, de 19 de junho de 1916, 1.

¹⁴⁷⁴ *O Educador* n.º 552, de 23 de janeiro de 1943, 1 e 8.

O debate sobre a sua aplicação ou não continuou na imprensa. O boletim oficial *Escola Portuguesa* publicou com alguma regularidade artigos que advogavam a não utilização de sanções físicas. Defendia-se a prática de castigos, como algo naturalmente utilizado pelos educadores, pais e professores, para corrigir os erros das crianças¹⁴⁷⁵. mas argumentava-se que não tinha implícito o recurso a punições corporais¹⁴⁷⁶. O conceito de erro, na imprensa, já não correspondia, como no século XIX, a ritmos de aprendizagem diferenciados, mas relacionava-se antes com condutas comportamentais incorretas no espaço escolar.

O jornal *Educação Nacional* perfilhava dessa teoria, mas era defensor da sua aplicação. Considerava que muitos pais se queixavam porque encaravam os professores como “burros de carga” sempre dispostos a aturar alunos malcriados¹⁴⁷⁷. Um artigo de novembro de 1949 defendia que os castigos eram admissíveis por lei e que se fosse necessário recorrer ao açoite ou à palmatória que não se hesitasse, mas que se procedesse com humanidade e sem exageros¹⁴⁷⁸.

Perante essa dualidade de posições e a existência de uma prerrogativa legal facilitadora da aplicação de castigos, a sua utilização acabou por ser subjetiva. Dependia de cada docente e da gestão que fazia dos comportamentos dos seus alunos.

Não existia qualquer tipologia de comportamentos e de sanções. Nessa perspetiva importava analisar, através dos processos instaurados, em que circunstâncias eram empregues os castigos corporais, qual tipologia utilizada e quais as suas consequências para o professor. Impunha-se ainda equacionar as reações de pais à aplicação de castigos físicos e outras imposições dos professores.

Partimos para essa análise através de uma amostra de processos instaurados a docentes, professores e regentes, por castigos corporais. Identificou-se um total 84 de processos instaurados pela aplicação de castigos físicos e utilização de alunos em serviços, domésticos e agrícolas, por parte dos docentes¹⁴⁷⁹. Todos esses processos tiveram origem

¹⁴⁷⁵ *Escola Portuguesa* n.º 781, de 13 de outubro de 1949, 15.

¹⁴⁷⁶ Ver a esse respeito os artigos sobre castigos corporais em *Escola Portuguesa*. n.º 516, de 14 de setembro de 1944, 751, e *Escola Portuguesa* n.º 1132, de 25 de fevereiro de 1957, 272.

¹⁴⁷⁷ *Educação Nacional* n.º 35, de 20 de novembro de 1949, 1.

¹⁴⁷⁸ *Educação Nacional* n.º 35, de 20 de novembro de 1949, 1.

¹⁴⁷⁹ Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-34, 1-36, 01-37, 1-41, 1-47, 1-51, 1-53, 1-56, 1-63, 1-65, 1-66, 1-67, 1-71, 1-75, 1-76, 1-83, 1-92, 1-102, 1-103, 1-105, 1-107, 1-108, 1-110, 1-111, 1-116, 1-122, 1-138, 1-148, 1-154, 1-155, 1-167, 1-168, 1-170; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-104, 2-112, 2-346, 2-348, 2-349, 2-367, 2-370, 2-381, 2-1374 2-2890, 23-112, 23-113. Processos 1951. Processos 1952-1953.

em queixas enviadas para os superiores hierárquicos dos professores, sendo a sua maioria constituída por queixas de pais e encarregados de educação (98%) e apenas uma minoria por queixas de autoridades civis locais (2%), nomeadamente presidentes de junta de freguesia e regedores. Essa tendência foi considerada por nós reveladora do posicionamento de alguns pais em relação a essa problemática.

Nos processos analisados foram considerados como castigos paternais a utilização da palmatória¹⁴⁸⁰, a aplicação de reguadas¹⁴⁸¹ e bofetadas¹⁴⁸², o recurso a ponteiros e varas¹⁴⁸³, e a utilização das mãos¹⁴⁸⁴. Essas punições foram aplicadas essencialmente na cabeça e no rosto¹⁴⁸⁵, orelhas¹⁴⁸⁶, mãos e braços, ombros, pernas¹⁴⁸⁷ e nádegas¹⁴⁸⁸ de crianças. Identificámos ainda referências a crianças que tinham escoriações produzidas pelas unhas de professoras¹⁴⁸⁹.

A maioria dos processos foi instaurada a docentes de escolas rurais (82%). Um dos argumentos utilizados, pelos instrutores, era o facto dos professores das escolas rurais lecionarem turmas com diferentes classes, com um número excessivo de alunos e de origem social mais baixa.

O facto dos pais estarem ocupados com os trabalhos rurais não levava, no entanto, a que autorizassem a aplicação de castigos aos professores dos seus filhos. As queixas entradas foram todas de familiares de alunos. Os encarregados de educação também consideravam que os professores estavam a punir os seus filhos quando os utilizavam para os seus

¹⁴⁸⁰ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processos Disciplinares. Processo n.º 178, Parecer de Processo de inquérito de 7 de fevereiro de 1939.

¹⁴⁸¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 222. Processo de inquérito convertido em disciplinar de 1949.

¹⁴⁸² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processos Disciplinares. Processo n.º 178. Parecer de 7 de fevereiro de 1939.

¹⁴⁸³ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/704. Parecer de 6 de janeiro de 1953.

¹⁴⁸⁴ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-170. Processo n.º 367, datado de 1955.

¹⁴⁸⁵ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 79. Processo de inquérito recebido a 28 de julho de 1945 pelo inspetor Alfredo da Silva Neves.

¹⁴⁸⁶ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 232. Processo de inquérito convertido em disciplinar de 1949.

¹⁴⁸⁷ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 221. Processo de inquérito convertido em disciplinar de 1949.

¹⁴⁸⁸ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-65. Processo n.º 307. Processo disciplinar da responsabilidade do inspetor António dos Reis Matos Serrano.

¹⁴⁸⁹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-170. Processo n.º 367. Processo disciplinar de 1955.

serviços pessoais, como ir buscar água à fonte pública¹⁴⁹⁰, pastar os animais¹⁴⁹¹ ou desempenhar tarefas agrícolas¹⁴⁹². Essa recusa não significava que os pais não recorressem aos filhos para o desempenho de tarefas idênticas.

Na atualidade, a assunção de infração disciplinar e a aplicação de uma sanção baseia-se no *Estatuto do Aluno e Ética Escolar*¹⁴⁹³, lei onde estão consignados os direitos e deveres dos alunos e se defende que têm direito a ver salvaguardada e respeitada a sua integridade física e moral¹⁴⁹⁴. Face à inexistência, na época analisada, de um diploma regulador dos deveres dos alunos do ensino primário, importava equacionar como os alunos tomavam conhecimento desses deveres para os puderem cumprir.

Essa tarefa ficava sob a responsabilidade dos professores, no decorrer das suas práticas letivas. A sua abordagem era feita nas aulas das disciplinas que integravam o currículo, e com especial enfoque para a Educação Moral, sendo o docente responsável por incutir nos alunos a necessidade de cumprimento dos seus deveres. No livro de leitura da terceira classe, num texto intitulado “A felicidade pelo estudo” definia-se que o aluno tinha os seguintes deveres: asseio e arrumação, pontualidade, prontidão no cumprimento das tarefas, concentração nos trabalhos da aula e de casa, arranjo dos cadernos e respeito pelo professor¹⁴⁹⁵.

O primeiro texto do livro da 4ª classe começava com um texto intitulado “No Começo das Aulas”. Nesse texto, o professor dava as boas vindas aos seus alunos, referia que a felicidade se conseguia pela educação e instrução, e que os alunos deveriam ser “respeitadores e disciplinados”¹⁴⁹⁶. O texto terminava com a indicação do espaço e do tempo próprios para a alegria e a brincadeira: “É durante o recreio que deveis dar expansão à vossa alegria e mocidade, nos vossos risos e jogos”¹⁴⁹⁷.

¹⁴⁹⁰ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/585. Processo de inquérito convertido em disciplinar de 1952.

¹⁴⁹¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-36. Processo n.º 109. Processo disciplinar da responsabilidade do inspetor Manuel Martins de 1944.

¹⁴⁹² Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-36. Processo n.º 109. Processo disciplinar da responsabilidade do inspetor Manuel Martins de 1944.

¹⁴⁹³ Lei n.º 51, de 5 de setembro de 2012. *Diário da República* n.º 172, I Série, de 5 de setembro de 2012.

¹⁴⁹⁴ Art.º 7º da Lei n.º 51, de 5 de setembro de 2012. *Diário da República* n.º 172, I Série, de 5 de setembro de 2012.

¹⁴⁹⁵ *Livro de Leitura da 3ª Classe*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, p. 6.

¹⁴⁹⁶ *Livro de Leitura para a 4ª Classe*. Porto: Editora Educação Nacional, p. 4.

¹⁴⁹⁷ *Ibidem*.

O não cumprimento desses deveres implicava a aplicação de um castigo. Os titulares da pasta da educação e a direção geral recomendavam, na homologação da decisão dos processos, a vigilância dos docentes que recorriam a castigos corporais e que os seus superiores lhes deveriam dar instruções para que, no futuro, a sua aplicação fosse feita de forma “moderada e com sentido paternal”¹⁴⁹⁸. Os professores justificavam o seu emprego como sendo o último recurso, depois de esgotadas todas as estratégias possíveis. Essa defesa era apoiada pelos diretores de distrito escolar¹⁴⁹⁹.

Para além das dificuldades de concentração, os professores aplicavam também castigos físicos pela falta de estudo e pelos fracos resultados escolares, o que significava que, na prática, persistia a ideia oitocentista de uma correlação entre os maus resultados e a aplicação de punições.

Os relatórios dos processos instaurados permitiram-nos identificar as posições dos inspetores em relação a esse assunto e que foram passíveis de agrupar em três tipos. Uma primeira posição justificava o emprego de castigos em crianças de más tendências e instintos, como referia o inspetor Manuel Ribeiro Miranda, em 1939¹⁵⁰⁰. O inspetor considerava que nesses casos, o castigo corporal era uma triste necessidade e afirmava que os grandes pedagogos e educadores também recorriam a tais castigos. Foi ainda mais preciso quando referia que no Instituto de Yverdon¹⁵⁰¹, fundado por Pestalozzi, não se “poupavam os bofetões aos educandos”¹⁵⁰². O entendimento da pedagogia desse educador suíço por parte do inspetor não era a mais correta, dado que Pestalozzi defendia que os

¹⁴⁹⁸ AHME, DGEP, Caixa 1-53. Processo n.º 79, Despacho do Ministro de 1945.

¹⁴⁹⁹ Foi o caso do diretor do distrito escolar de Braga, em 1944, que enviou um ofício para a direção geral depois de efetuadas duas audições de inquérito aos atos de um dos professores do seu distrito por causa de uma queixa sobre a aplicação de castigos corporais. Nesse ofício referia que o aluno tinha sido primeiramente repreendido “por meios brandos e dissuasórios para estar atento às explicações da lição” e só após terem sido esgotados esses meios, e sem resultados práticos, foi que o professor lhe deu “uma bofetada com a própria mão”. AHME, DGEP, Caixa 1-41. Processo n.º 167, Ofício do Diretor do Distrito Escolar de Braga datado de 5 de agosto de 1944.

¹⁵⁰⁰ AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processo n.º 178. Relatório do inspetor Manuel Ribeiro Miranda, 1939.

¹⁵⁰¹ Instituto fundado, em 1805, por Pestalozzi. Nesse local colocou em prática o seu projeto pedagógico para alunos em regime de internos e externos.

¹⁵⁰² AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processo n.º 178. Relatório do inspetor Manuel Ribeiro Miranda, 1939.

castigos físicos em nada ajudavam e podiam mesmo fazer com que a criança regressasse a uma condição de animal¹⁵⁰³.

Outros inspetores não concordavam com a aplicação de castigos enquanto punição por fracos resultados escolares. O inspetor Manuel Alves Martins defendia, em 1945, que os professores tinham ideias erradas sobre a sua aplicação e que esses só deviam ser aplicados em casos de indisciplina e não como estímulo à aprendizagem¹⁵⁰⁴. Legitimava o emprego de uns “açoites ou de uma reguada dada com moderação”, apenas depois de esgotados todos os outros meios de correção, e nunca como estratégia para provocar a atenção dos alunos ou melhorar a sua aprendizagem.

Essas duas posições atrás descritas consideravam que o emprego de castigos não justificava a aplicação de uma sanção disciplinar ao professor e propunha-se o arquivamento do processo. Uma terceira posição era expressa nos relatórios de inspetores, como António Barata¹⁵⁰⁵ e Custódio da Cunha Leite da Costa. Esse último inspetor defendia que a aplicação de castigos corporais era uma falta leve, mas que os professores no início de carreira deveriam ter um pequeno castigo para que procedessem, no futuro, com mais prudência, e evitassem situações de queixas¹⁵⁰⁶.

A defesa da aplicação de castigos paternais pela administração escolar e seus funcionários condicionava a decisão final do processo. Dos processos instaurados, 55% foram arquivados e essa decisão não foi influenciada pelo género dos arguidos, nem pela existência de provas físicas resultantes da aplicação de castigos ou de um processo judicial.

Identificámos 16 processos, que entendemos serem casos extremos, dado que os relatórios dos inspetores confirmaram a existência de provas física da agressão, através de equimoses e contusões, ou de prova documental da mesma, constituída por atestados médicos e relatórios hospitalares¹⁵⁰⁷. No entanto, apenas foram aplicadas penas a 25% desses

¹⁵⁰³ O pedagogo considerava como instinto animal todas as reações que a criança pequena tinha, como a impaciência e a necessidade que os seus desejos fossem atendidos. Entendia que esse instinto podia ser controlado através do amor maternal e não pelo recurso a sanções de carácter físico. Ver a respeito do instinto animal da criança o trabalho de Arce, A. (2002). *A Pedagogia na “Era das Revoluções”. Uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel*. Brasil: Editora Autores Associados, p. 119.

¹⁵⁰⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-66. Processo n.º 333. Relatório datado de 27 de abril de 1945.

¹⁵⁰⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-66. Processo n.º 331 de 1942.

¹⁵⁰⁶ AHME, DGEP, Caixa 1-75. Processo n.º 171. Relatório de 21 de agosto de 1947.

¹⁵⁰⁷ A prova da existência de equimoses surgiu, por exemplo, em um processo instaurado a um professor da direção do distrito escolar do Porto, em 1949, onde constava uma participação da Polícia Judiciária relativa à condução do menor ao Hospital de Santo António “por ter sido agredido a pontapé e bofetada pelo professor.

professores. As circunstâncias atenuantes consistiram no bom comportamento dos professores, condição prevista na lei, a que se acrescentava a ação do docente no meio local e o seu contributo para a formação moral e cristã dos seus alunos. As circunstâncias agravantes residiam na reincidência de infrações disciplinares.

Se a maioria dos processos em que existiam provas físicas ou documentais de ferimentos eram arquivados, importava fundamentar os motivos que levaram à aplicação de sanções a alguns infratores. Só em 16% dos casos foi aplicada uma sanção unicamente por castigos corporais considerados excessivos. A nota de culpa dos restantes processos, que resultaram em sanção disciplinar, dizia respeito a mais do que uma infração na nota de culpa, tendo sido identificado um único processo de aplicação da oitava penalidade, a aposentação (3%)¹⁵⁰⁸.

A aplicação da primeira penalidade, a advertência (19%), foi usada em casos em que se registava uma reincidência de infração, a privação de uma criança de almoço para cumprir um castigo, e a exigência de serviços domésticos. A segunda penalidade, repreensão verbal ou escrita (30%) foi imposta a casos de incumprimento do horário escolar, falta de assiduidade e de pontualidade, venda de livros, e residência fora da sede.

A terceira penalidade, a multa correspondente aos vencimentos de cinco até trinta dias (35%) correspondeu a situações de insultos e hostilidade em relação à população local, incumprimento de horário, assiduidade irregular, utilização de alunos em serviços agrícolas, e reincidência de infração disciplinar.

A quinta sanção que correspondia à suspensão de exercício e vencimentos até cento e oitenta dias (14%) ocorreu em casos de reincidência de infração e de acumulação de

O caso foi noticiado pelo *Jornal de Notícias* que apelidou o professor de “bruto” e defendia que o mesmo deveria ser proibido de ensinar. O inspetor Ovídio Lobo considerou que o processo devia ser arquivado, porque embora o professor tivesse “produzido algumas equimoses”, o castigo em nada tinha prejudicado “a integridade física do aluno”. Ver a esse respeito os seguintes documentos: Participação da Polícia de Segurança Pública enviada num ofício do Diretor do Distrito Escolar do Porto datado de 19 de março de 1949, Ofício do Diretor do Distrito Escolar do Porto datado de 9 de abril de 1949 e Relatório do Inspetor Ovídio Lobo de 30 de maio de 1949. AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 221. Ofício do Diretor do Distrito Escolar do Porto datado de 9 de abril de 1949.

¹⁵⁰⁸ Resultou de um processo disciplinar instaurado a um professor, no ano de 1930. Esse processo foi julgado com base no regulamento disciplinar de 1913 e como tal a aposentação não era contemplada no conjunto de penalidades. O professor foi mandado aposentar, segundo proposta do Conselho de Disciplina, por não cumprir os seus deveres profissionais, aplicar castigos desumanos e dar “escândalo público de mancebia na casa que pertencia à escola. Ver a esse respeito AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-103. Processo de Sindicância sem número. Parecer do Conselho de Disciplina datado de 26 de novembro de 1930 a um professor do concelho de Celorico de Bastos.

infrações como a venda de livros escolares, escrituração deficiente e ausência de promoção da matrícula, incitamento ao roubo de gêneros pelos alunos¹⁵⁰⁹ e fechar um aluno na escola, fora do horário escolar, durante a tarde e a noite¹⁵¹⁰.

Exercício de outras funções

Na nossa amostra surgiram 18 professores arguidos por infrações relacionadas com o exercício de outras funções em acumulação com a docência¹⁵¹¹. Esse conjunto de processos pertencia maioritariamente a professores rurais (89%) e com predomínio dos professores do sexo masculino (56%).

A necessidade de completar o vencimento mensal era uma necessidade sentida pelos docentes, com particular incidência para os chefes de família. O jornal *Educação Nacional*, em 1939, considerava que os impeditivos legais à acumulação de funções dos professores eram discricionários porque se permitia que os inspetores publicassem livros da sua autoria¹⁵¹². O periódico referia que a solução, para contornar a proibição de escrever textos para os jornais, passava pela utilização de nomes falsos.

Os docentes estavam proibidos, como já referimos anteriormente, de exercício do ensino particular na freguesia da escola e de dar explicações a crianças da escola a que pertenciam. Apesar dessa proibição identificaram-se casos em que o professor trabalhava umas horas numa escola particular, dava explicações¹⁵¹³ ou aulas aos seus alunos¹⁵¹⁴, fora do horário escolar, cobrando dinheiro por essa prática (56%). A abertura de um curso noturno pago¹⁵¹⁵, sem autorização ministerial, também foi uma das infrações detetadas (6%).

Outras das infrações relacionava-se com uma imagem do espaço escolar enquanto prolongamento do espaço doméstico. A escola foi considerada a partir da segunda metade do século XIX como a casa do professor, porque cerca de metade dos docentes tinha a sua

¹⁵⁰⁹ AHME, DGEP, Caixa 1- 92. Processo n.º 216 de 1949.

¹⁵¹⁰ AHME, DGEP, Caixa 1- 66. Processo n.º 333 de 1945.

¹⁵¹¹ Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-42, 1-76, 1-92, 1-102, 1-111, 1-135, 1-137, 1-146, 1-148, 1-155, 1-170; AHME, JNE, Caixas n.º 2-269, 23-112.

¹⁵¹² *Educação Nacional* n.º 49, de 29 de janeiro de 1939, 3.

¹⁵¹³ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-269. Processo n.º 179 com dados relativos ao professor entre os anos de 1933 e 1937.

¹⁵¹⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 226, Livro 15-E, datado de 1949.

¹⁵¹⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-146. Processo n.º 496, Livro 15-H, datado de 1954.

habitação, a “casa do professor”, no espaço escolar¹⁵¹⁶. Essa associação perpetuou-se, em algumas zonas rurais, no período analisado (11%). Os docentes apropriavam-se do recreio escolar para trabalhos agrícolas, como o cultivo de batatas, nabos e couves, destinadas a consumo próprio e à venda¹⁵¹⁷. Esse espaço também era utilizado como curral para animais, o que afetava as condições de higiene exigidas ao espaço escolar.

Dois dos casos analisados prendiam-se com o exercício da função de ajudante civil, acumulação autorizada por lei (11%). Um dos casos dizia respeito a um professor que não desempenhava essa função, sendo substituído pela mulher e pelo filho¹⁵¹⁸. O outro reportava-se a uma professora que exercia a função de ajudante, só que ela e o marido cobravam quantias indevidas pelos seus serviços¹⁵¹⁹. O primeiro processo foi arquivado e o segundo resultou na aplicação de uma pena de 120 dias de suspensão de exercício e vencimento.

Os professores também recorriam à venda de livros e material escolar, ação expressamente proibida desde o período republicano. Identificámos apenas um caso (6%), tendo sido o docente transferido apesar da pena prevista na legislação republicana ser a demissão.

Identificámos mais dois casos de infrações por acumulação que diziam respeito ao exercício de uma atividade comercial (6%)¹⁵²⁰ e a um docente que faltava à escola porque tinha um emprego como caixa do Banco de Portugal (6%), tendo sido castigado com 180 dias de suspensão¹⁵²¹.

A DGEP era bastante rigorosa em relação ao exercício de outras atividades e considerava que os servidores do Estado que desempenhavam outras funções, sem autorização superior, deviam ser “rigorosamente castigados”¹⁵²². Esse rigor poderia explicar o facto de apenas 33%, dos processos terem sido arquivados. Apesar disso não foram cobradas ajudas de

¹⁵¹⁶ Ver a propósito da dicotomia escola/habitação o trabalho de Silva, C. M. (2005). A ideia de “casa da escola” no século XIX português. *HISTÓRIA*, III Série, Vol. 6, 292. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3389.pdf> (4 jan. 2017)

¹⁵¹⁷ AHME, DGEP, Caixa 1-111. Processo n.º 24 datado de 1952; AHME, DGEP. Caixa 1-137. Processo n.º 269, datado de 1952 e 1953.

¹⁵¹⁸ AHME, JNE, Caixa 23-112. Processos Disciplinares. Processo n.º 152/410, livro B-3, Parecer datado de 28 de abril de 1952.

¹⁵¹⁹ AHME, DGEP, Caixa 1-76. Processo n.º 181, datado de 1947.

¹⁵²⁰ O professor era dono de uma padaria), em sociedade com a mulher, mas apurados os factos o processo foi arquivado porque tinha autorização ministerial. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-102. Processo n.º 237 datado de 1950.

¹⁵²¹ AHME, JNE, Caixa 23-112. Processos Disciplinares. Processo n.º 152/410 datado de 1952.

¹⁵²² AHME, DGEP, Caixa 1-102. Processo n.º 237 datado de 1950.

custos a esses arguidos. A sanção de advertência foi aplicada a 28% dos arguidos. As penalidades de repreensão escrita (6%) e de transferência (6%) foram dadas apenas a um docente. As multas entre cinco e 15 dias (17%) foram impostas a docentes que davam explicações, sendo a de quinze dias atribuída a um docente cujo processo teve origem em uma queixa de pais de alunos. Foram aplicadas duas suspensões de 120 e 180 dias (11%).

Desrespeito pelos superiores hierárquicos

A desobediência e o desrespeito aos superiores também eram considerados infrações e deram origem à instrução de 12 processos a docentes¹⁵²³. Esses processos diziam respeito maioritariamente a homens (64%) e a docentes de escolas rurais (82%). Foram todos instaurados na sequência de informações dos seus superiores hierárquicos.

Os processos dividiam-se em três subcategorias: desobediência a ordens verbais ou escritas (64%), críticas públicas a superiores (18%) e desrespeito a Salazar (18%). A última subcategoria referia-se à instauração de processo a dois professores, membros de um júri de exames¹⁵²⁴.

Um simples requerimento de um professor solicitando que fosse revisto o seu processo, situação prevista na lei, poderia ocasionar um processo disciplinar. O professor queixou-se da forma como a inspetora Felismina Oliveira conduziu o seu processo. O seu requerimento foi considerado um ato difamatório contra a inspetora e resultou na aplicação de uma repreensão¹⁵²⁵.

Apenas se registou uma situação de cobrança de ajudas de custo e outra de arquivamento do processo¹⁵²⁶. A maioria dos processos resultou na aplicação de repreensões verbais ou escritas (55%), o que não aconteceu em relação aos outros tipos de processos. Foram

¹⁵²³ Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-41, 1-53, 1-83, 1-84, 1-105; AHME, JNE, Caixas n.º 2-381, 2-1374, 23-112, 23-113. Processos 1954-1957.

¹⁵²⁴ A última subcategoria referia-se à instauração de processo a dois professores, membros de um júri de exames. Um deles proferiu umas observações consideradas pouco respeitosas sobre o quadro de Salazar afixado na sala de aula, enquanto procedia ao exame oral de um aluno. O professor referiu que o quadro era “uma afronta ao professor primário”. Foi igualmente colocado um processo ao professor responsável pelo júri de exames. O resultado desses processos foram repreensões escritas, não se dando muito relevo ao assunto. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-41. Processo n.º 160 datado de 1944.

¹⁵²⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-41. Processo n.º 168, L 15 B. As informações do processo dizem respeito aos anos de 1944 e 1945.

¹⁵²⁶ Essa última foi decidida em relação a um delegado escolar que não respondeu a um ofício do seu diretor de distrito escolar. As circunstâncias atenuantes foram o excesso de trabalho e o facto de ser um servidor dedicado à “causa nacionalista”. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 224 datado de 1949.

aplicadas multas entre 5 e 20 dias a 27% dos arguidos e uma suspensão de exercício e vencimento por 90 dias (9%)¹⁵²⁷.

As penalidades aplicadas não corresponderam às penalidades previstas na lei para esse tipo de infração. A pena 7ª, inatividade, devia ser aplicada, segundo o regulamento disciplinar, a infrações que tivessem revelado desrespeito grave pelo superior hierárquico e ao recebimento ou cobrança de fundo indevida. Essa disposição legal não foi aplicada aos vários casos de desrespeito. Apenas foi aplicada a um arguido a pena de suspensão, o que traduz, no nosso entender, que o incumprimento dos deveres de obediência e de respeito não foram fortemente penalizados nos processos identificados.

Ter “espírito de oposição política”

O conformismo exigido a todos os portugueses, sob o lema da disciplina e da obediência, significava aceitar o sistema político-administrativo vigente. O Estado pretendia que o seu programa político-ideológico, formulado na capital, chegasse até à periferia. Para isso contava com os funcionários superiores dos ministérios, colocados nos serviços públicos distribuídos pelo país, governadores civis e restantes autoridades locais. Localmente, o governo contava com, para além dos presidentes das Câmaras municipais, as Juntas de Freguesia¹⁵²⁸, ligadas ao aparelho governamental e eleitas diretamente pela população com direito de voto, e os Regedores de nomeação governamental¹⁵²⁹. Por intermédio desses funcionários e das autoridades se operava a doutrinação e o controlo, fazendo a ponte entre a população local e o poder central.

A *Constituição de 1933* fixou apenas as “liberdades elementares” da população¹⁵³⁰ e a legislação posterior acabou por suprimir ou regulá-las de forma a defender o regime de quaisquer movimentos contrários à ordem social definida pela Constituição. O Estado de direito deu lugar, segundo Braga da Cruz, a um regime preventivo e policial, caracterizado

¹⁵²⁷ Essa sanção aplicou-se a uma arguida que desconsiderava em público os seus superiores e escrevia textos na imprensa local, onde procedia a críticas aos mesmos. O processo disciplinar foi instaurado por desconsideração e indisciplina para com o seu superior hierárquico. Considerava-se que não possuía espírito de disciplina e escrevia com o nome fictício de “Castanha” no jornal *A Montanha*, onde se queixava do inspetor escolar do Porto. Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 2/137. Processos Disciplinares, Reintegração e Sindicâncias. Parecer do Conselho de Disciplina do Magistério Primário datado de 5 de novembro de 1931.

¹⁵²⁸ A Junta de freguesia era composta pelo presidente, secretário e tesoureiro.

¹⁵²⁹ O regedor era nomeado pelo presidente da Câmara municipal. Era um cargo anual entregue a um residente local, alfabetizado, que representava a administração governamental e a polícia.

¹⁵³⁰ Barriga, P (1932). Entrevista ao *Diário de Lisboa* de 7 de junho de 1932, 7. Citado por Cruz, M. B. (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 779.

pela arbitrariedade administrativa e pela atuação da polícia política e da censura¹⁵³¹, que desenvolveu mecanismos de controlo de possíveis ameaças. Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, o governo concedeu perdões ou procedeu a expulsões, banimentos ou deportações, conciliando práticas repressivas com gestos de grandeza de Salazar expressos através da concessão de perdões¹⁵³².

Os períodos eleitorais eram importantes para a Ditadura Militar e o Estado Novo e durante essa fase intensificava-se a ação propagandística e controlava-se oficialmente o processo de recenseamento, as campanhas, o direito de voto e a atividade de escrutínio eleitoral. Esperava-se que o professorado primário participasse, sempre que solicitado, nas campanhas eleitorais, promovendo ações propagandísticas das obras materiais do regime, junto da população local, e não do lado da chamada oposição.

O Estado não reconhecia a existência regular de uma oposição e essa era apenas aceite durante o período eleitoral e os trinta dias de duração da campanha¹⁵³³. Nas sessões de campanha identificavam-se e confirmavam-se elementos da oposição, para posteriormente se recolherem informações complementares a seu respeito. Por oposição entendia-se todos os que eram considerados desafetos, ou seja, adversários do regime, o que incluía elementos de diversas correntes políticas como monárquicos, republicanos, democratas, socialistas e comunistas. A partir de meados da década de trinta, nos discursos oficiais, ganhou cada vez maior expressão designá-los como comunistas, designação que não tinha uma conotação imediata com um movimento partidário.

No ano de 1928 decorreu a primeira eleição para a presidência em período ditatorial. Nos finais de fevereiro anunciava-se a realização de uma eleição direta para a escolha do presidente, precedida de um recenseamento eleitoral, promulgado pela lei “mais liberal” que já tinha sido publicada em Portugal¹⁵³⁴. O diploma legal que regulava as eleições permitia a apresentação de candidaturas feitas perante o presidente do Supremo Tribunal de Justiça. No início de março foi publicado o decreto orientador do ato eleitoral, tendo em

¹⁵³¹ Cruz, M. B. (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 779-780.

¹⁵³² Assunto salientado no trabalho de Rosas, F. [et al.]. (2009). *Tribunais Políticos. Tribunais Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 23.

¹⁵³³ A apresentação das listas era feita trinta dias antes do ato eleitoral. Art.º 8º do Decreto-lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

¹⁵³⁴ Preâmbulo do Decreto n.º 15063, de 25 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 45, I Série, de 25 de fevereiro de 1928.

consideração o número significativo de eleitores inscritos, não se mencionando quaisquer restrições ao exercício do direito de voto¹⁵³⁵.

No ano de 1930, o governo reorganizou a Polícia de Informação, extinta no ano seguinte, e criou o Tribunal Militar Especial¹⁵³⁶. Esse tribunal tinha sede em Lisboa e competência legal para proceder a julgamentos em qualquer zona do território nacional¹⁵³⁷. O diploma que o criou considerava os crimes de posse ou emprego de armas e explosivos para fins revolucionários equiparados a crimes de homicídio involuntário¹⁵³⁸. A possibilidade dos tribunais militares julgarem crimes contra a segurança do Estado já remontava ao mês de junho de 1926¹⁵³⁹.

Em 1932 foram criados os Tribunais Militares Especiais de Lisboa e do Porto, constituídos por dois oficiais do exército ou da armada, nomeados pelo governo, sendo um deles presidente e o outro juiz auditor. O decreto que os criou procedeu à definição de delito político enquanto um ataque à segurança do Estado que podia causar graves danos para pessoas e bens¹⁵⁴⁰. Determinava-se que a pena de prisão para crimes de rebelião era cumprida em prisões especiais ou nas prisões comuns, mas em “quartos distintos”, embora sem isolamento¹⁵⁴¹.

Esse diploma previa que fosse instaurado um processo disciplinar aos funcionários públicos que praticassem alguma infração disciplinar de carácter político¹⁵⁴². Eram consideradas como infrações disciplinares, dessa tipologia, os crimes de rebelião, as ofensas contra o Estado, o incitamento à subversão e à indisciplina social, e a demonstração de espírito de oposição à política da ditadura nacional. A esses funcionários

¹⁵³⁵ Preâmbulo do Decreto n.º 15095, de 2 de março de 1928. *Diário do Governo* n.º 51, I Série, de 3 de março de 1928

¹⁵³⁶ O tribunal foi primeiramente criado em 1928 e reintroduzido em 1930. Estes tribunais estiveram em funcionamento até 1945.

¹⁵³⁷ Decreto n.º 19143, de 19 de dezembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 295, I Série, de 19 de dezembro de 1930.

¹⁵³⁸ Art.º 1º do Decreto n.º 19143, de 19 de dezembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 295, I Série, de 19 de dezembro de 1930.

¹⁵³⁹ Decreto n.º 11759, de 19 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 134, I Série, de 24 de junho de 1926. Revogado pelo Decreto n.º 11990, de 30 de julho de 1926. *Diário do Governo* n.º 165, I Série, de 30 de julho de 1926.

¹⁵⁴⁰ Decreto n.º 21942, de 5 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 5 de dezembro de 1932, p. 2373.

¹⁵⁴¹ Decreto n.º 21942, de 5 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 5 de dezembro de 1932, p. 2373.

¹⁵⁴² Art.º 30º do Decreto n.º 21942, de 5 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 5 de dezembro de 1932.

eram aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade criminal, as penas de demissão para os crimes de rebelião e para os restantes as penas de afastamento do serviço por tempo indeterminado, que não podia exceder dois anos, reforma, aposentação ou demissão.

Após a instauração do Estado Novo e da publicação da *Constituição de 1933* foram alteradas as normas do recenseamento eleitoral e definiu-se o sistema de eleição das juntas de freguesia, câmaras municipais e juntas gerais dos distritos autónomos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e os conselhos de província¹⁵⁴³.

A possibilidade de participação no sufrágio era diferente consoante o órgão em que se votava e o género dos eleitores¹⁵⁴⁴. Nas eleições para Junta de freguesia participavam os cidadãos do sexo masculino que fossem chefes de família ou que eram autónomos financeiramente. No caso das mulheres aparecia já uma referência à sua idoneidade quando se reportava às mulheres solteiras com família própria. Era também reconhecido esse direito às mulheres viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas e às casadas cujos maridos exercessem a sua atividade nas colónias ou no estrangeiro.

Nas eleições para as câmaras municipais votavam os cidadãos alfabetizados ou que pagassem contribuições ao Estado e corpos administrativos que não fossem inferiores a 100\$00¹⁵⁴⁵. Podiam votar as cidadãs com curso especial, secundário ou superior, comprovado por diploma.

Foram concebidos mecanismos que filtravam a participação de opositores no processo eleitoral. Um dessas estratégias desenvolvia-se através do processo de recenseamento eleitoral. A par da inscrição livre existia a inscrição oficial, da responsabilidade das comissões concelhias de recenseamento, integradas por elementos da União Nacional.

Na sede de cada freguesia funcionava uma comissão constituída pelo presidente da junta, regedor e um delegado do administrador do concelho¹⁵⁴⁶. Essa comissão organizava a relação dos eleitores da freguesia. Nos concelhos de Lisboa e do Porto, os delegados eram

¹⁵⁴³ Decreto-lei n.º 23406, de 27 de dezembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 295, I Série, de 27 de dezembro de 1933.

¹⁵⁴⁴ O direito de voto era interdito aos que recebiam subsídios de assistência pública, aos pronunciados por crimes com trânsito em Julgado, aos falidos e aos que não gozassem dos seus direitos civis e políticos. Esse diploma não fazia ainda qualquer referência à segurança do Estado.

¹⁵⁴⁵ Os impostos referidos eram: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre a aplicação de capitais.

¹⁵⁴⁶ O recenseamento eleitoral das colónias era processado com base o disposto na Portaria n.º 7799, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

nomeados pelos governadores civis¹⁵⁴⁷. Os cidadãos que pretendiam inscrever-se como eleitores podiam apresentar-se às comissões para serem incluídos nas relações, com toda a documentação necessária à comprovação da sua aptidão para participar no ato eleitoral.

O sistema multipartidário foi rejeitado por decreto governamental e não pelo texto constitucional. A União Nacional, formalmente constituída em 1930, apresentava-se como uma força cívica de apoio, que congregava no seu seio os vários grupos de direita apoiantes do salazarismo. Nos seus estatutos, publicados em 1932, era clara a sua identificação como uma associação, sem carácter de partido, destinada a defender o Estado e a Nação portugueses¹⁵⁴⁸. A União Nacional era, segundo Fernando Rosas, mais uma repartição do Ministério do Interior, de carácter político-partidária, do que um partido político oficial do Estado Novo¹⁵⁴⁹.

O direito de reunião era possível desde que não fosse exercido, segundo o governo, para fins contrários à lei, moral e bem público¹⁵⁵⁰. Para o garantir determinava-se que as reuniões com objetivos de propaganda política e social careciam de autorização prévia do governador civil do respetivo distrito. Essas disposições legais naturalmente restringiam o direito de associação. Essas reuniões não podiam realizar-se em sítios públicos, sem autorização, e iniciarem-se ou prolongarem-se após a meia-noite.

A censura prévia controlava a publicação de textos, folhetos e cartazes. Essa atuação tinha como objetivo impedir a “preversão da opinião pública”, por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientavam contra a “moral e a boa administração”¹⁵⁵¹.

No prosseguimento do estabelecimento das bases de consolidação do Estado policial e repressivo foi criada, a 29 de agosto de 1933, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)¹⁵⁵² que agregava a Polícia de Defesa Política e Social¹⁵⁵³ e a Polícia Internacional¹⁵⁵⁴, criadas respetivamente em 1933 e 1928. A PVDE funcionava em duas

¹⁵⁴⁷ Nos concelhos do distrito do Funchal, as comissões eram formadas pelo regedor, um delegado administrador e outro da Câmara municipal.

¹⁵⁴⁸ Decreto n.º 21608, de 20 de agosto de 1932. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 20 de agosto de 1932.

¹⁵⁴⁹ Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VII, p. 274). Lisboa: Círculo dos Leitores.

¹⁵⁵⁰ Decreto-lei n.º 22468, de 11 de abril de 1933. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 11 de abril de 1933.

¹⁵⁵¹ Decreto-lei n.º 22469, de 11 de abril de 1933. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 11 de abril de 1933.

¹⁵⁵² Decreto-lei n.º 22992, de 29 de agosto de 1933. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 29 de agosto de 1933.

¹⁵⁵³ Exercia a sua ação no território nacional.

¹⁵⁵⁴ Ação nas fronteiras e sobre estrangeiros residentes no país.

seções: a defesa política e social e a internacional. No âmbito das suas funções incluía-se efetuar a repressão do comunismo, competência que em 1931 tinha sido entregue à polícia internacional.

Vários diplomas legais dotaram essa polícia de amplos poderes no âmbito das suas funções preventivas e repressivas de crimes políticos contra o Estado. A PVDE tinha a competência de prender e o poder de instrução processual, embora partilhado com o Tribunal Militar Especial¹⁵⁵⁵.

No ano seguinte, a PVDE passou a ter uma secção de presos políticos e sociais e a capacidade de superintender ao cumprimento de penas de prisão através da administração de estabelecimentos prisionais destinados a crimes de natureza política¹⁵⁵⁶.

Para além das suas forças policiais, a PVDE contava com a colaboração de informadores espalhados pelo país que lhe permitiam identificar novos elementos desafetos e acompanhar o seu quotidiano. Nas suas prisões especiais podiam ser mantidos presos, sem processo de culpa formada, por um período máximo de seis meses¹⁵⁵⁷.

Essa ação foi legitimada por Salazar, numa das entrevistas a António Ferro, no contexto da regeneração das almas dos portugueses que considerava serem excessivamente sentimentais e “com horror à disciplina”¹⁵⁵⁸. Na resposta a António Ferro, na terceira entrevista, sobre uma questão relacionada com maus tratos a presos políticos, respondeu perentoriamente que os maltratados eram bombistas e que só com recurso a meios violentos confessavam onde estavam escondidas as armas. Foi ainda mais longe nos seus argumentos quando referiu que a vida de algumas crianças e pessoas idosas justificava a repressão dos abusos com o recurso a “meia dúzia de safanões a tempo nessas pessoas sinistras”¹⁵⁵⁹.

¹⁵⁵⁵ Ver a esse respeito o trabalho de Ribeiro, M. C. (1996). *Polícias Políticas*. In F. Rosas & J. M. B. de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, p. 747). Venda Nova: Bertrand Editora.

¹⁵⁵⁶ Ribeiro, M. C. (1996). *Polícias Políticas*. In F. Rosas & J. M. B. de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, p. 748). Venda Nova: Bertrand Editora.

¹⁵⁵⁷ Permaneciam em regime incomunicável e sem possibilidade de assistência jurídica. Um número significativo de detidos, de acordo com Fernando Rosas, acabaram por ficar presos durante vários anos na década de 30, sem serem apresentados a tribunal. Ver a esse respeito Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VII). Lisboa: Círculo dos Leitores, p. 277.

¹⁵⁵⁸ Ferro, A. (2007). 7ª Entrevista. Salazar princípio e fim. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, p. 183.

¹⁵⁵⁹ Ferro, A. (2007). 3ª Entrevista. A Ditadura e o seu contacto com a Nação. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, p. 54.

Em novembro desse ano foi publicada nova legislação sobre os Tribunais Militares Especiais, após uma intensificação da ação da oposição que se seguiu ao regresso ao país, em dezembro de 1932, de vários opositorista abrangidos por uma amnistia. Esse diploma introduzia uma tipologia das penas para os crimes de rebelião¹⁵⁶⁰ e mantinha a anterior definição dos mesmos ¹⁵⁶¹.

Em 1934 realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional, que passariam a decorrer com uma periodicidade de quatro anos. Mantinha-se o processo de eleição através de um colégio eleitoral, mas alterava-se a sua organização passando a ser feita por listas de círculo único¹⁵⁶². O diploma legal contemplava a questão da ameaça ao Estado e à ordem social no articulado sobre os cidadãos que se encontravam impedidos de serem eleitores para deputados da Assembleia Nacional. Não eram elegíveis os cidadãos não residentes em território nacional, os que se encontravam presos por delitos políticos ou sociais e os que professassem ideias contrárias à existência de Portugal como estado independente, à disciplina social, e com o objetivo de subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade¹⁵⁶³.

A apresentação das listas de candidaturas permitiu ao Estado identificar novos opositores, apesar dos candidatos, individualmente ou conjuntamente, terem de apresentar uma declaração em como acatavam os princípios fundamentais da ordem social estabelecida¹⁵⁶⁴. A regulação em vigor não permitia qualquer participação da oposição no processo eleitoral, uma vez que os candidatos não tinham o direito de consultar os cadernos eleitorais e não podiam indicar elementos para fiscalizar o ato eleitoral.

¹⁵⁶⁰ Art.º 3º do Decreto-lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

¹⁵⁶¹ Art.º 1º do Decreto-lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

¹⁵⁶² O preâmbulo do Decreto-lei que o regulamentava justificava essa mudança através da alegação que o direito de voto se exercia em harmonia com os interesses da Nação e com os princípios da organização política em que ela se inspirava. A representação da Nação justificava que a eleição passasse a ser feita por listas de círculo único. Esse sistema manteve-se em vigor até 1949. Preâmbulo do Decreto-lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

¹⁵⁶³ Art.º 2º do Decreto-lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

¹⁵⁶⁴ Cada lista tinha que ser que ser subscrita por duzentos eleitores. Os cinco primeiros candidatos eram considerados candidatos-mandatários e os dez primeiros eleitores designavam-se por eleitores-mandatários, e todos eram obrigados a indicar as suas moradas. Art.º 9º do Decreto-lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

Em 1935, passados dois anos da criação da PVDE, o controlo e o cerco repressivo aumentaram, com a publicação de dois diplomas legais em maio. O primeiro, no dia 13, determinava que todos os funcionários que revelassem, ou tenham revelado, espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição ou não colaborassem na concretização dos fins superiores do Estado seriam demitidos¹⁵⁶⁵. O segundo, de dia 21, dizia respeito às associações secretas. A direção das associações foi notificada para, no prazo de cinco dias, apresentar aos governadores civis dos distritos cópias dos seus estatutos, a relação dos seus sócios e outras informações que lhes fossem solicitadas¹⁵⁶⁶.

No seguimento desses diplomas procedeu-se a uma vaga de depurações que atingiu várias personalidades da vida cultural portuguesa, e a que já aludimos anteriormente, e todas as associações que funcionassem de modo secreto ou clandestino foram dissolvidas¹⁵⁶⁷. Os funcionários públicos passaram a entregar uma declaração de honra em como não pertenciam nem nunca tinham pertencido a uma dessas organizações para efeitos de promoção¹⁵⁶⁸. Esses diplomas foram completados por um outro de 1936 que obrigava os funcionários públicos a entregarem uma declaração de repúdio do comunismo e de ideias subversivas¹⁵⁶⁹.

No ano de 1935 foram ainda introduzidas novas normas no processo eleitoral para a Presidência da República e que já impunham limites no universo dos cidadãos participantes¹⁵⁷⁰. Os requisitos eram idênticos aos exigidos aos cidadãos que exerciam o direito de voto para as câmaras municipais¹⁵⁷¹.

¹⁵⁶⁵ Decreto-lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

¹⁵⁶⁶ Art.º 1º da Lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 21 de maio de 1935.

¹⁵⁶⁷ As pessoas que exerciam funções diretivas ou administrativas nessas associações eram punidas com: prisão correccional nunca inferior a um ano, demitidas de funções públicas, perda de pensão de aposentação, multa não inferior a 6000\$00 e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

¹⁵⁶⁸ Também era entregue para casos de admissão na função pública.

¹⁵⁶⁹ Decreto-lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

¹⁵⁷⁰ Decreto-lei n.º 24897, de 10 de janeiro de 1935. *Diário do Governo* n.º 8, I Série, de 10 de janeiro de 1935.

¹⁵⁷¹ Esse diploma legal já era mais pormenorizado em relação aos mecanismos de escrutínio dos votos, num processo que teoricamente visava impedir quaisquer falsificações. Os votos eram contados em todas as assembleias eleitorais e seções de voto. Até ao domingo seguinte às eleições, as atas, cadernos e demais papéis respeitantes ao ato eleitoral eram entregues, em mão, ao presidente da comissão administrativa da câmara de cada concelho. A ata original, todos os documentos e um dos cadernos eleitorais eram entregues, em mão, ao presidente da assembleia distrital de apuramento, pelo portador das atas de cada concelho, que seria o escrutinador efetivo da mesa eleitoral que funcionaria nos paços do concelho. A assembleia distrital procederia ao apuramento dos votos no segundo domingo imediato às eleições. A outra ata e um dos caderno

A entrada na década de 40 inaugurou um período de crise do regime, marcado por agitação social e política. O partido comunista entretanto reorganizado foi responsável pelos protestos e movimentos grevistas que caracterizaram estes primeiros anos dessa década.

A oposição agrupou-se, em finais de 1943, no Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF). A iniciativa partiu do partido comunista que desenvolveu contactos com outros partidos e organizações, como os monárquicos, os católicos liberais, a união socialista, o partido democrático e o partido socialista (SPIO), a CGT, a maçonaria e o grupo da Seara Nova¹⁵⁷². O principal propósito do MUNAF consistiu no fim da ditadura salazarista e na instituição de um governo democrático de unidade nacional.

Em 1945, as derrotas do Eixo deram um novo alento aos portugueses. Nos inícios de maio assistiram-se a manifestações, em várias zonas do país, pela vitória das democracias. Nesses atos participaram várias mulheres pertencentes à Associação Feminina Portuguesa pela Paz¹⁵⁷³.

O regime reagiu organizando, no dia 19 de maio, uma manifestação de agradecimento das mulheres portuguesas a Salazar pela sua não participação na guerra. A Associação Feminina Portuguesa pela Paz era considerada subversiva pelo Estado. As professoras que pertenceram a essa organização foram impedidas, na década de 60, de serem nomeadas para receberem condecorações, por se considerar essa organização como um “movimento político de características subversivas”¹⁵⁷⁴.

Essa manifestação de apoio a Salazar não esmoreceu a oposição que encarou como um dado positivo as decisões oficiais de dissolução da Assembleia Nacional, datada de 18 de agosto de 1945, e de alteração da lei eleitoral. Essas medidas foram anunciadas no contexto de um clima de alguma abertura política e planeadas com um sentido preventivo de evitar eventuais pressões políticas internacionais em relação à ditadura portuguesa¹⁵⁷⁵.

eleitorais eram enviados à Direção Geral da Administração Política e Civil. Em caso de reclamação, o Supremo Tribunal de Justiça nomeava dois dos seus juízes conselheiros para, conjuntamente com o presidente, constituírem a assembleia de apuramento. Essa assembleia devia reunir até ao quarto domingo após a realização das eleições.

¹⁵⁷² Ver a esse respeito o trabalho de Raby, D. L. (1984). O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47. *Análise Social*. Vol. X (84), 687.

¹⁵⁷³ Essa associação foi encerrada pelo governo em 1952.

¹⁵⁷⁴ AHME, DGEP, Condecorações, Porto. Ofício do Governo Civil do Porto de 11 de maio de 1967.

¹⁵⁷⁵ Essa posição consistiu, segundo Fernando Rosas, em um recuo calculado e controlado por Salazar. Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VII, p. 377). Lisboa: Círculo dos Leitores.

Anunciava-se assim a possibilidade da próxima legislatura da Assembleia Nacional incluir deputados da oposição nas listas da União Nacional. A única condição era a de esses homens abandonarem o seu espírito partidário e respeitarem os princípios políticos do regime.

Em setembro foi publicado um diploma que regulava os requisitos da elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e o exercício do direito eleitoral¹⁵⁷⁶. O período de apresentação das listas, e subsequente campanha foi mantido, mas o número de subscritores diminuiu para vinte eleitores residentes no círculo eleitoral¹⁵⁷⁷.

Para concorrer às eleições legislativas de novembro desse ano foi criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) a 8 de outubro. Na reunião realizada no Centro Republicano da Almirante Reis surgiu uma proposta de alteração da lei eleitoral que foi apresentada ao governo e por ele rejeitada. O principal objetivo era que o processo eleitoral corresse sob o signo da imparcialidade, sendo para isso necessária a organização de um novo recenseamento eleitoral, a participação de uma comissão fiscalizadora do MUD durante o ato eleitoral e o adiamento da data das eleições.

A adesão popular à constituição do MUD foi importante, não só pelo número de subscritores das listas de apoio, mas também pelo número de participantes nas reuniões e comícios organizados.

O regime consciente dos efeitos dessa adesão, ordenou a 27 de outubro a suspensão de todas as reuniões e comícios. Exigiu-se ainda a entrega das listas de subscritores ao MI, à exceção das listas do Porto que não foram entregues, ação que resultou na prisão de alguns dos membros¹⁵⁷⁸. Foram ainda convocadas eleições antecipadas. Limitou-se a realização dos comícios com o argumento que o MUD não apresentou candidaturas às eleições. A

¹⁵⁷⁶ A primeira novidade foi a alteração do número de deputados de 90 para 120. A segunda era que a eleição passou a ser feita por círculos eleitorais, em número de trinta, incluindo as ilhas adjacente e o império colonial. Decreto-lei n.º 34938, de 22 de setembro de 1945. *Diário do Governo* n.º 213, I Série, de 22 de setembro de 1945. A apresentação de candidaturas nos círculos eleitorais ultramarinos foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 34963, de 2 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 219, I Série, de 2 de outubro de 1945.

¹⁵⁷⁷ Apenas um candidato e um eleitor eram considerados mandatários, continuando a ser obrigatória a indicação da sua morada.

¹⁵⁷⁸ Ver o processo de controlo governamental em relação ao MUD em Costa, F. (1996). Movimento de Unidade Democrática (MUD). In F. Rosas & J. M. B de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 634-635). Venda Nova: Bertrand Editora.

censura endureceu. Perante todas as intransigências do governo, o MUD acabou por desistir de concorrer às eleições de 1945 e apelou à abstenção.

Ainda em outubro de 1945 foram extintos os Tribunais Militares Especiais e criados os Tribunais Plenários¹⁵⁷⁹. Esses últimos tribunais existiam em Lisboa e no Porto e tinham como responsabilidade o julgamento de crimes contra a segurança do Estado, de imprensa e de açambarcamento e especulação.

Nos finais de outubro de 1945, a PVDE foi substituída pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)¹⁵⁸⁰. Os poderes e as funções da PIDE eram as mesmas atribuídas juridicamente à polícia judiciária, mas era organizada autonomamente e sob tutela do Ministério do Interior¹⁵⁸¹. A PIDE tinha funções administrativas, repressivas e de prevenção criminal. No domínio administrativo, realizava serviços ligados à emigração, passagem de fronteiras e permanência e trânsito de estrangeiros.

Em matéria de repressão mantinha os poderes da PVDE em relação à instrução preparatória de processo respeitantes a: infrações praticadas por estrangeiros e relativas à passagem das fronteiras; crimes de emigração clandestina; crimes contra segurança interior e exterior do Estado. Tinha a possibilidade de avaliar de forma independente se os arguidos deviam ficar ou não em prisão preventiva e sem culpa formada¹⁵⁸². Teoricamente o período de detenção podia durar três meses, e após o seu término prolongar-se por mais dois períodos de 45 dias cada¹⁵⁸³.

No domínio da prevenção encarregava-se da vigilância das fronteiras, impedindo a entrada de estrangeiros indesejáveis e de indivíduos indocumentados. Tinha o dever de vigiar os terroristas, os suspeitos de atividades contra a segurança do Estado e organizações ou bandos dedicados à prática de crimes.

¹⁵⁷⁹ Decreto-lei n.º 35044, de 20 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 20 de outubro de 1945.

¹⁵⁸⁰ Decreto-lei n.º 35046, de 22 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 234, I Série, de 22 de outubro de 1945.

¹⁵⁸¹ Competia-lhe o policiamento das fronteiras, da emigração e a segurança interna e externa do Estado. A execução das condenações passou para o Ministério da Justiça, bem como o Campo do Tarrafal e o Forte de Peniche.

¹⁵⁸² Quando os seus crimes correspondiam à pena maior prevista na lei ou a casos em que se receava que se procurassem subtrair à ação da justiça ou que pudessem perturbar a instrução do processo.

¹⁵⁸³ Essa prorrogação era proposta pela PIDE e aprovada pelo MI que a tutelava. Possuía ainda a faculdade de propor o prolongamento da pena, decidida no julgamento, como uma medida de segurança, por um período compreendido entre seis meses e um ano.

Os poderes da polícia política e o facto dos seus chefes não só despacharem com o Ministro do Interior, mas também diretamente com Salazar, foram as razões apontadas por Irene Pimentel para apresentar a PIDE como a força policial de um ditador com amplos poderes¹⁵⁸⁴. O Presidente do Conselho tinha informação regular e atualizada sobre o trabalho desenvolvido pela PIDE e tratava diretamente com os seus chefes, sem passar pelo ministério que a tutelava.

A PIDE passou a ser responsável, no contexto das suas funções de prevenção e segurança, por acompanhar os movimentos dos ativistas e apoiantes do MUD¹⁵⁸⁵. Nos finais de maio de 1946, o governo alterou novamente as normas que regulavam o recenseamento eleitoral para a eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional¹⁵⁸⁶. O direito de voto continuava limitado e para além dos condicionamentos serem diferentes segundo o género, o diploma ainda impedia o direito de voto a um leque variado de cidadãos, onde se incluíam oposicionistas do regime¹⁵⁸⁷.

O recenseamento continuava a ser um processo ligado à estrutura governamental e por ela controlado¹⁵⁸⁸. A inscrição dos eleitores era oficiosa porque era feita pelas comissões ou podia ser feita mediante requerimento do interessado, indicando os requisitos legais que lhe permitiam o exercício dessa faculdade. Todas as repartições e serviços civis eram obrigadas a enviarem as relações do pessoal com direito a voto às comissões

¹⁵⁸⁴ Pimentel, I. F. (2011, jan/jun). A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS. História, justiça e memória. *Acervo*. Vol. 24, no 1, 140.

¹⁵⁸⁵ Em 1946 foi fundado o Movimento de Unidade Democrática Juvenil e foram aproveitadas, pelo MUD, as celebrações de factos históricos para a promoção debates e de documentos. Criticava-se abertamente o processo de negociações para a entrada de Portugal na ONU, que acabou por ser inviabilizado por veto soviético.

¹⁵⁸⁶ O direito de voto era limitado aos cidadãos do sexo masculino alfabetizados ou que pagassem de impostos ao Estado e corpos administrativos uma quantia não inferior a 100\$00. Os impostos contemplados eram: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre a aplicação de capitais. Permitia-se os votos às mulheres que eram chefes de família, e cumprissem os mesmos requisitos legais dos cidadãos eleitores do sexo masculino, e às que possuíam os seguintes cursos: geral dos liceus, magistério primário, escola de belas-artes, conservatório nacional e conservatório de música do Porto, e dos institutos industriais e comerciais. Lei n.º 2015, de 28 de maio de 1946. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, 28 de maio de 1946.

¹⁵⁸⁷ Era proibido o voto aos portugueses que estavam impedidos de gozarem os seus direitos civis e políticos, aos interditos por sentença de tribunal com trânsito de julgado, aos pronunciados definitivamente e aos condenados criminalmente, aos que careciam de idoneidade moral e aos que professassem ideias contrárias à existência de Portugal como “Estado independente e à disciplina social”. Estavam ainda proibidos de votar os interditos por demência, os indigentes, os que tinham adquirido a nacionalidade portuguesa há menos de cinco anos e os falidos e insolvente enquanto não fossem reabilitados. Art.º 2º da Lei n.º 2015, de 28 de maio de 1946. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, 28 de maio de 1946.

¹⁵⁸⁸ Em cada localidade, uma comissão, constituída pelo presidente da junta de freguesia, o regedor e um delegado do presidente da câmara municipal, organizava a relação dos eleitores da freguesia. Nas cidades de Lisboa e do Porto, o delegado do presidente da câmara era substituído por delegados do governo civil.

recenseadoras. Os diretores das escolas de formação também eram obrigados a enviar um mapa do pessoal da escola de formação e das escolas de aplicação com direito de voto. Desse mapa constavam obrigatoriamente o nome, filiação, estado civil, profissão, residência e habilitações¹⁵⁸⁹.

O diploma legal determinava ainda o calendário eleitoral, o processo e os prazos para apresentação de candidaturas à presidência e o processo de escrutínio dos votos. Os pedidos do MUD para que o processo eleitoral fosse democrático, nomeadamente no que respeita ao apuramento dos votos, não foram contemplados apesar desse documento dar bastante enfoque ao processo burocrático de escrutínio¹⁵⁹⁰.

No início do mês de dezembro de 1946, o general Norton de Matos entregou ao Presidente da República um conjunto de reivindicações com vista à democratização do Estado português. O ativismo do MUD levou a que fosse dada uma resposta dura às medidas governamentais. O ano de 1947 foi marcado por uma ação repressiva em relação ao MUD que se saldou pela prisão de dirigentes desse movimento, durante o período compreendido entre março e maio. Foram afastados de funções públicas todos os indivíduos que o governo considerasse responsáveis pela prática de “atos sediciosos”, onde se incluíam professores, sobretudo universitários¹⁵⁹¹.

Em finais de março, Norton de Matos foi escolhido como candidato às eleições presidenciais de 1949, contra o candidato do regime Óscar Carmona, uma escolha que congregava a maioria da oposição. Em junho desse mesmo ano, o Governador Civil de Lisboa, Mário Madeira, encerrou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, criado em 1914, e então dirigido por Maria Lamas. Foi criada a Comissão Feminina de Apoio à Candidatura de Norton de Matos, numa fase em que já era mais visível a participação política feminina na oposição ao regime. Foram ainda criadas comissões dos serviços

¹⁵⁸⁹ ACUALg/EMPF/Dp 3/E1/P42/caixa 364. Ofício da Câmara Municipal do Concelho de Faro ao Diretor da Escola do Magistério de Faro datado de 5 de janeiro de 1952.

¹⁵⁹⁰ Art.º 29º a 33º da Lei n.º 2015, de 28 de maio de 1946. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 28 de maio de 1946.

¹⁵⁹¹ ANTT, AOS-CO-PC-2D, 322-337, 13-14 junho 1947. Nota oficiosa do Conselho de Ministros sobre a prisão e demissão de oficiais do exército e da marinha e de professores universitários.

distritais da candidatura de Norton de Matos com o propósito de mobilização do eleitorado e de angariação de fundos para a campanha¹⁵⁹².

O regime voltou novamente a endurecer a sua atuação sobre os responsáveis por crimes políticos, procedendo a alterações no *Código Penal*¹⁵⁹³. A condenação por crimes contra a segurança do Estado podia agora implicar a pena fixa ou temporária de suspensão de direitos políticos, pena que até então revestia apenas um carácter temporário. Os condenados por crimes de terroristas ficavam sujeitos ao mesmo regime legal aplicável aos delinquentes de difícil correção, o que correspondia ao seu internamento.

No ano seguinte, o governo decidiu ilegalizar o MUD, sob acusação de estar relacionado com o partido comunista, e prendeu os elementos que formavam a sua comissão central e a comissão distrital de Lisboa. Essa ofensiva não impediu que os seus membros participassem ativamente na campanha eleitoral de Norton de Matos.

Em 1949 intensificou-se a repressão agora dirigida aos apoiantes da candidatura de Norton de Matos. Nesse ano foi criado o Conselho Superior de Polícia, presidido pelo Ministro do Interior, e que integrava os comandantes gerais da guarda republicana e da polícia de segurança pública e o diretor da PIDE¹⁵⁹⁴. O diploma legal que o criou conferia às forças policiais competência para dissolver reuniões e ajuntamentos que fossem manifestações ofensivas da autoridade e colocassem em perigo a segurança e a ordem pública.

Uma das medidas de segurança instituídas por esse diploma permitia que se colocasse sobre vigilância especial os indivíduos que tivessem sido condenados por crimes de natureza política¹⁵⁹⁵. Por questões de segurança foi introduzida uma outra medida que possibilitava o internamento, por um a três anos, em estabelecimento adequado, daqueles considerados responsáveis pela criação de organizações ou agrupamentos de carácter

¹⁵⁹² Essas comissões distritais promoviam ações de propaganda que se pretendiam desligadas de quaisquer correntes políticas. Ver a estrutura da campanha eleitoral de Norton de Matos no trabalho de Silva, A. M. (2002). O Major e o General. O apoio de Miguel Ferreira e dos seus correligionários, no distrito de Braga, à candidatura presidencial de Norton de Matos. *Actas das Terceiras Jornadas de História Local* (pp. 455-551). Fafe: Câmara Municipal de Fafe. Disponível em <https://tinyurl.com/ja4c4rb> (7 jan. 2017)

¹⁵⁹³ Decreto-lei n.º 36387, de 1 de julho de 1947. *Diário do Governo* n.º 149, I Série, de 1 de julho de 1947.

¹⁵⁹⁴ Decreto-lei n.º 37447, de 13 de junho de 1949. *Diário do Governo* n.º 126, I Série, de 13 de junho de 1949.

¹⁵⁹⁵ Os indivíduos sujeitos a vigilância eram obrigados a comunicar às autoridades a sua morada, local de trabalho, as suas deslocações e condições de vida. Era permitido que se efetuassem buscas nas suas residências e que se procedesse à sua captura em casos de desobediências às condições que lhes foram impostas. Art.º 19º do Decreto-lei n.º 37447, de 13 de junho de 1949. *Diário do Governo* n.º 126, I Série, de 13 de junho de 1949.

comunista, ou que praticassem crimes contra a segurança do Estado ou atos de terrorismo. Para evitar a divulgação de propaganda antifascista, o diploma previa ainda o encerramento de tipografias que publicassem qualquer tipo de textos e cartazes considerados subversivos.

A partir de 1954, a PIDE aumentou o seu poder. Nesse ano era redefinida a sua orgânica e reforçadas as suas competências que também foram alargadas ao ultramar¹⁵⁹⁶. A PIDE passou a ter a faculdade de propor medidas de segurança e vigiar os indivíduos que a elas estavam sujeitos após o cumprimento de pena. Foi-lhe também atribuída competência para instruir processos e proceder à captura de indivíduos arguidos de crimes cuja instrução lhe era atribuída¹⁵⁹⁷. O tempo de prisão preventiva aumentou para 360 dias¹⁵⁹⁸.

O funcionamento do sistema policial, com a sua rede de informadores e o serviço de escutas telefónicas e de interceção de correspondência, e o trabalho desenvolvido no terreno por inspetores, diretores escolares e seus adjuntos, e delegados escolares permitia que, com alguma facilidade, chegassem informações sobre professores primários “com espírito de oposição” até ao governo¹⁵⁹⁹.

A exigência de colaboração com o regime, através da divulgação e explicitação de acontecimentos, também podia funcionar no sentido inverso. A sua integração nas comunidades locais poderia facilitar o desenvolvimento de atividades de propaganda de ideias antifascistas ou ser reveladora de comportamentos que os indentificassem como oposicionistas.

As denúncias eram feitas por habitantes locais e possivelmente por informadores, designados por “bufos”, indivíduos que trabalhavam para a PIDE sobretudo por motivos materiais e ideológicos. A população local, hostil a alguns professores, também procedia a denúncias sem fundamento. A denúncia levava à vigilância do quotidiano dos suspeitos para identificação das suas atividades e de possíveis contactos. A detenção pela PIDE

¹⁵⁹⁶ Decreto-lei n.º 39749, de 9 de agosto de 1954. *Diário do Governo* n.º 173, I Série, de 9 de agosto de 1954.

¹⁵⁹⁷ As funções atribuídas ao juiz, durante a instrução preparatória, passam a ser desempenhadas pelo diretor, inspetor superior, subdiretores dessa força policial, inspetores adjuntos, inspetores, subinspetores e chefes de brigada. Essa faculdade permitia-lhes decidir sobre a liberdade ou manutenção na prisão dos arguidos e aplicação provisória de medidas de segurança.

¹⁵⁹⁸ Pimentel, I. F. (2011, jan/jun). A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS. História, justiça e memória. *Acervo*. Vol. 24, n.º 1, 142.

¹⁵⁹⁹ Terminologia utilizada nos processos instaurados.

implicava uma metodologia de interrogatórios que tinha como principais objetivos a extração de informações e provocar, a nível psicológico, um sentimento de isolamento do preso, com vista à destruição do seu ideário e propiciador da confissão.

A instauração de processos por motivos políticos também se verificou durante o período republicano. Nos processos de reintegração encontrados no AHME e nos registos biográficos de professores encontrámos referências a cinco processos disciplinares instaurados por motivos políticos a professores, na I República¹⁶⁰⁰. Em três processos de reintegração¹⁶⁰¹ e num processo disciplinar¹⁶⁰² identificaram-se quatro professores demitidos, em 1919, por terem “participado no movimento da Monarquia do Norte” e que foram posteriormente readmitidos após o fim da República¹⁶⁰³.

A nossa amostra sobre processos por infrações disciplinares políticas foi constituída por 69 processos instaurados, entre 1931 e 1954, por motivos políticos¹⁶⁰⁴. Essa amostra era constituída por processos disciplinares, de inquérito e de reintegração¹⁶⁰⁵. A sua análise permitiu-nos concluir que o ativismo político mantinha a estrutura tradicional quanto ao género, uma vez que a maior número de processos foi instaurado a professores do sexo masculino (81%). No pós-segunda guerra mundial registou-se um crescimento do ativismo feminino, o que foi visível na nossa amostra. O maior número de processos instaurados a

¹⁶⁰⁰ Identificámos 5, três dos quais são processos de reintegração e um processo disciplinar.

¹⁶⁰¹ AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração n.º 745, datado de 1951. AHME, DGEP, Caixa 2-2890 – 1913-1952. Processo de Reintegração n.º 96, datado de 1930. AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração sem número de um professor do distrito escolar do Porto, demitido em 1919 de escola do concelho de Peso da Régua.

¹⁶⁰² AHME, DGEP, Caixa 1- 44. Processo n.º 204 datado de 1945.

¹⁶⁰³ Não encontrámos referências concretas ao tipo de participação que tiveram.

¹⁶⁰⁴ Fontes: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-36, 1-41, 1-43, 1-44, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-54, 1-61, 1-65, 1-67, 1-83, 1-108, 1-111, 1-112, 01-137, 1-153, 1-154, 15/2687, 9/612, AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-112, 2-346, 2-348, 2-350, 2-367, 2-370, 2-381, 2-382, 2-385, 2-1374, 23-110, 23-112, 23-113. Processos 1951.

¹⁶⁰⁵ No AHME encontrámos várias pastas de processos disciplinares instaurados por motivos políticos vazias, que correspondiam a 51% dos processos instaurados. As pastas tinham apenas um documento com o nome do professor e com uma referência, em um ofício, à sua participação na campanha eleitoral Norton de Matos. Encontrou-se alguma informação complementar sobre esses docentes no espólio do AHME, na secção do gabinete do ministro, e no Arquivo da PIDE. A existência de acusações de pertença ao partido comunista, levou a que procurássemos confirmar essas acusações. Para o efeito estabelecemos contacto com o partido comunista, mas não foi possível aceder a qualquer documentação ou ter uma confirmação verbal desse ativismo. Também não conseguimos comprová-lo, para todos os docentes, através da consulta do Arquivo da PIDE. Considerámos importante perceber se alguns desses professores identificados como opositores foram julgados pelos tribunais políticos. Com esse objetivo consultamos a lista de presos políticos processados pelo Tribunal Militar Especial e os Tribunais Plenários, publicada num trabalho de investigação coordenado por Fernando Rosas. Nessas listas identificámos 5 professores processados pelo tribunal militar especial, dos quais apenas 2 foram julgados. Identificámos um professor primário preso, em 1946, e julgado pelo tribunal plenário em 1950. Não foram encontrados processos disciplinares no AHME para quatro desses docentes.

professoras ocorreu entre 1946 e 1954 (92%) e relacionou-se sobretudo com a participação na campanha de Norton de Matos.

A detenção de um docente pela PIDE e a instrução de um processo era acompanhada pelo MEN através de ofícios oriundos do gabinete do Ministro do Interior, da PIDE e dos Tribunais Especiais. A comunicação da ocorrência ocasionava um despacho ministerial de suspensão de funções, mesmo no caso em que o arguido não ficava em regime de prisão preventiva¹⁶⁰⁶.

Os diretores de distrito escolar informavam o diretor geral do ensino primário sobre a prisão de professores pela polícia política. Aquando da sua libertação, os diretores solicitavam informações sobre o levantamento ou não da suspensão de serviço. A suspensão era levantada, por despacho ministerial, após a receção de informações da polícia política e apenas nos casos em que não foram encontrados indícios da culpabilidade do arguido¹⁶⁰⁷. A suspensão implicava a perda de vencimento e, por isso, os docentes requeriam, após a sua saída da prisão, que lhes fosse levantada essa penalidade¹⁶⁰⁸.

A informação enviada para o ministério nem sempre dizia respeito a professores detidos pela PIDE. O ministério recebia queixas da população local ou de professores sobre docentes hostis à situação (15%). A maioria dessas queixas não tinham fundamento e os processos eram arquivados (60%). Apenas 40% dos 69 processos resultaram na aplicação de penalidades. Dois professores sofreram a penalidade de aposentação, um foi multado e outro foi suspenso por faltar às aulas para tratar de assuntos relacionados com a oposição ao regime. A penalidade de aposentação compulsiva estava prevista no regulamento de 1943 para funcionários que praticassem atos considerados como infrações disciplinares de carácter político.

As queixas eram também feitas pelas autoridades locais, nomeadamente presidentes de junta, e governadores civis (7%). Essa queixas chegavam ao ministério por duas vias, diretamente através de ofícios ou indiretamente através de comunicações do MI.

¹⁶⁰⁶ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração n.º 959, datado de 1951. O professor foi preso pela PIDE. Um despacho ministerial referido num ofício da DGEP de 4 de agosto de 1937 referia a sua suspensão de funções.

¹⁶⁰⁷ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-83. Processo n.º 15. Ofício da PIDE ao Diretor Geral do Ensino Primário de 3 de abril de 1948.

¹⁶⁰⁸ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, JNE, Caixa 2- 382. Processo n.º 187 datado de 1936.

Apenas não conseguimos identificar a origem da instauração do processo para 13% dos casos. A maioria da informação chegava através do MI e da polícia política (61%) e referia-se à prisão de professores. Essas entidades solicitavam, ao gabinete do Ministro e à direção geral, informações sobre o professor, pessoais e profissionais. Ao MI chegavam relatórios onde constavam nomes de professores, e essas informações seguiam para o gabinete do Ministro da Educação Nacional¹⁶⁰⁹. Eram também recebidas informações da União Nacional e da Legião Portuguesa (5%) com nomes de professores hostis à situação política¹⁶¹⁰. Essas queixas davam origem a processos de inquérito aos atos dos professores pela prática de atos atentatórios contra as “leis e as instituições políticas atuais” ou por possuir “cadastro de actos subversivos”¹⁶¹¹.

A detenção dava origem a interrogatórios muito regulares. Não encontramos quaisquer referências à utilização de práticas de tortura nos interrogatórios¹⁶¹². No âmbito das averiguações, a polícia podia efetuar buscas domiciliárias em casa de suspeitos. Encontrámos referência a essa atividade na defesa de um professor a quem foi instaurado um processo disciplinar por motivos políticos. O docente pertencia ao Grupo de Coordenação Cultural de Santarém¹⁶¹³. O grupo iniciou a sua atividade cultural em 1943 e foi dissolvido a 30 de junho de 1947. A sua dissolução esteve certamente relacionada com o ativismo político de alguns dos seus membros que participaram em campanhas pela oposição, como foi o caso da campanha presidencial de Norton de Matos.

¹⁶⁰⁹ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 468 Pt 26/6, confidencial 380. Ofício de 1944 do gabinete do Ministro do Interior para o Ministro da Educação Nacional. Envio do ofício confidencial n.º 223/934 de 1 de março de 1934 da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado acompanhado de uma cópia do ofício do administrador do concelho da Mealhada.

¹⁶¹⁰ AHME, DGEP, Caixa 1-75. Processo n.º 155. Ofício do Secretário Geral da Legião Portuguesa confidencial ao Ministro de 22 de maio de 1947.

¹⁶¹¹ AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-1374. Processo n.º 3. Parecer da JNE datado de 1938.

¹⁶¹² Um ofício de um agente da PVDE, datado de 1937, dirigido ao secretário geral dessa força policial, referia que o processo de averiguações estava atrasado devido à “intransigência do arguido” e que se esperava que o mesmo melhorasse de “disposição”, sem se fazer menção a possíveis estratégias para o conseguir. AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração n.º 959. Cópia de Ofício dirigido ao Secretário Geral da PVDE datado de 26 de julho de 1937.

¹⁶¹³ O grupo iniciou os seus trabalhos em 1943 ligados ao Orfeão Escalabitano. Em 1944 foram ampliadas as atividades culturais do grupo. Alguns dos seus membros eram oposicionistas ao regime, como Ginestal Machado e Humberto Lopes que tinha ligação ao partido comunista. Ver a esse respeito o trabalho de Moreira, M. T. (2013). “Todos Têm Direito à Cultura” A Dinâmica Cultural da Cidade de Santarém, (1930-1959) (tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, pp. 239-256.

O professor infrator era acusado de ter convidado a pedagoga Irene Lisboa para uma conferência em Almeirim, no ano de 1947, sobre a mulher¹⁶¹⁴. A PIDE instruiu um processo contra o professor, em função de uma queixa do governador civil de Santarém. O grupo cultural era acusado, pelo governador, de praticar atos contra a situação política mascarados de conferências sobre temas culturais.

As averiguações da PIDE a seu respeito incluíram buscas domiciliárias, ação contestada pelo professor por considerar que ia contra os direitos e as garantias constitucionais dos cidadãos. O professor já tinha sido preso pela PVDE, em 1933, por propaganda comunista, mas tinha sido solto por não ter sido provada a sua culpabilidade.

A vigilância dos suspeitos podia prolongar-se durante vários anos. Um dos casos que identificámos no Arquivo da PIDE dizia respeito a um professor do distrito escolar de Coimbra¹⁶¹⁵. No seu processo constavam informações das suas atividades culturais e políticas entre 1945 e 1967. O docente era apoiante do MUD e subscritor das suas listas, participou na campanha eleitoral de Humberto Delgado e foi membro das Juntas de Ação Patriótica de Coimbra. Foi demitido do ensino disciplinarmente por infração disciplinar política, segundo as informações do seu processo na PIDE¹⁶¹⁶.

A instrução de um processo disciplinar, pelo MEN, era feita obrigatoriamente com base no disposto no artº 29 do Decreto-Lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933¹⁶¹⁷, desde que no julgamento do processo crime não tivesse sido decretada a pena de demissão¹⁶¹⁸. As penas previstas no diploma para infrações de carácter político eram a demissão, suspensão de vencimento até dois anos e a reforma ou aposentação. Nem todos os processos tinham informação sobre a decisão final. Só se conseguiu identificar essa decisão para 33% dos processos. A decisão de aplicação de uma penalidade existiu em 50% dos processos e foram aplicadas as seguintes penalidades: advertência (18%); repreensão escrita (10%); multa (18%); suspensão (18%); aposentação (18%); demissão (18%).

¹⁶¹⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-75. Processo n.º 148 datado de 1947.

¹⁶¹⁵ ANTT, Arquivo da PIDE, SV, E/GT 685 NT 1445.

¹⁶¹⁶ ANTT, Arquivo da PIDE, SV, E/GT 685 NT 1445. Boletim de Informação n.º 86529.

¹⁶¹⁷ *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

¹⁶¹⁸ O despacho para a instauração partia do Ministro da Educação Nacional, mas identificámos um caso em que a instauração do processo disciplinar, em 1939, foi ordenada por despacho do Presidente do Conselho. AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração n.º 959, datado de 1951. O professor foi preso em 1937. O processo de inquérito foi convertido em disciplinar em 1939. O arguido cumpriu 21 meses de prisão e perdeu os seus direitos políticos por cinco anos.

As penalidades mais graduadas não foram aplicadas apenas aos professores que tinham sido presos. A três arguidos que não foram sujeitos a prisão foram aplicadas penalidades mais pesadas, sendo uma sanção de suspensão e duas de demissão, um dos quais por conduta considerada “imoral”¹⁶¹⁹. A aplicação dessas penas não seguiu as disposições legais em vigor, uma vez que o regulamento disciplinar previa antes a aplicação das penas de inatividade, aposentação e demissão para os funcionários que praticassem atos considerados como delitos e infrações disciplinares de carácter político. Previam-se ainda que os professores que revelassem “espírito de oposição” ao regime pudessem ser penalizados com as sanções de aposentação ou demissão pelo Conselho de Ministros.

As penalizações dependiam, na prática, daquilo que o instrutor e o Ministro consideravam como grave (67%), e como tal entrava no domínio da subjetividade, ou seguiam a legislação em vigor e consideravam a reincidência da infração como condição agravante da pena (33%). As penalidades foram aplicadas tendo em consideração o impacto do seu ativismo, o grau de integração no meio e o incumprimento dos seus deveres profissionais.

A não conversão em processo disciplinar e o seu arquivamento (50%) dependeram das averiguações feitas no meio local sobre a “idoneidade profissional e política” do docente¹⁶²⁰. A existência de provas de integração na situação política atual, nomeadamente a filiação na União Nacional ou na Legião Portuguesa e o trabalho desenvolvido na comunidade constituíram factores atenuantes na avaliação do processo.

Os diretores dos distritos escolares tinham uma perceção sobre os professores do seu distrito que não eram afetos da situação. No decurso das suas deslocações também identificavam sinais exteriores das suas ideias políticas, como por exemplo o uso de emblemas do MUD¹⁶²¹. Até eles chegavam queixas de habitantes locais e das autoridades sobre professores que não votavam, recolhiam nomes de subscritores para as listas da oposição em período eleitoral, faziam campanha pública pela oposição¹⁶²² ou pretendiam fiscalizar o ato eleitoral pela oposição, situação não prevista na lei¹⁶²³. As queixas iam até

¹⁶¹⁹ AHME, DGEP, Caixa 2-1374 – 1913-1951. Processo de Reintegração sem número datado de 1939. Acusado de ter tido relações sexuais com uma menor.

¹⁶²⁰ AHME, DGEP, Caixa 5-1037 – Diversos. Processo n.º 28 de 1947.

¹⁶²¹ AHME, DGEP, Caixa 1-57. Processo n.º 162 datado de 1948.

¹⁶²² AHME, DGEP, Caixa 1-57. Processo n.º 156 datado de 1946.

¹⁶²³ AHME, DGEP, Caixa 1-67. Processo n.º 1, Livro 15-D, datado de 1946.

ao pormenor de indicar docentes que não liam o *Diário da Manhã*, jornal governamental, e preferiam outros jornais como a *República* e o *Primeiro de Janeiro*¹⁶²⁴.

Todas essas queixas eram enviadas para a DGEP e despoletavam processos de inquérito. Caso o MEN entendesse que existiam provas da prática de atos contra a segurança do Estado ou que os factos reportados eram graves, o processo era remetido para o MI. A convivência de professores com elementos de grupos profissionais considerados como potenciais responsáveis por focos de agitação social, como o operariado, podia levantar suspeitas nos casos em que o docente tivesse antecedentes da prática de propaganda ou atos subversivos¹⁶²⁵.

No caso das escolas do magistério primário e das escolas de aplicação anexas, o ministério exigia que os seus diretores lhe enviassem as listas do seu pessoal docente com a indicação de quais os professores que estavam integrados no “programa educativo do Estado Novo”¹⁶²⁶. Essa prática iniciou-se em 1936 e voltou a ser reativada com a reabertura das escolas de formação de professores em 1942.

No ano de 1942, a DGEP determinava que os diretores escolares tinham de fiscalizar o serviço e comportamento do professorado do seu distrito¹⁶²⁷. Pretendia-se que a conduta profissional, política e moral dos docentes fosse padronizada por toda a regulação em vigor.

Na instrução de processos de inquérito e disciplinares, por razões que não são de natureza política, foram identificados familiares ligados à oposição, o que provocou suspeitas sobre o comportamento dos docentes, sobretudo em casos de incumprimento do dever de ministrar uma educação moral e cristã aos seus alunos¹⁶²⁸. No caso de professores do sexo

¹⁶²⁴ O jornal *República* era um periódico identificado com a oposição ao regime, apesar da ação censória sobre a imprensa. AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-351. Processo n.º 154 datado de 1937.

¹⁶²⁵ Em 1939 foi enviado por despacho do Ministro da Educação Nacional um processo de um professor de uma vila do concelho do Porto para o gabinete do Ministro do Interior. O professor era suspeito de ter sido em tempos adversário da situação e tido como “revirinho vermelho”. Foi visto por um elemento do núcleo local da Legião Portuguesa a conversar com operários. O processo foi arquivado porque o professor não exteriorizou os seus ideais políticos e já tinha entregado na comissão da União Nacional um pedido de inscrição. AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processo n.º 199 datado de 1939.

¹⁶²⁶ AHME, Direção Geral do Ensino Liceal, Caixa 1053 – Licenças e Aposentações. Processo 159, Ofício da Escola do Magistério Primário do Porto de 11 de junho de 1936.

¹⁶²⁷ Circular da DGEP n.º 6, de 29 de janeiro de 1942.

¹⁶²⁸ Uma professora de uma escola do concelho de Marco de Canaveses é acusada de incutir nas crianças a semente anticristã. O irmão da professora pertence ao MUD e no período eleitoral substituiu os cartazes de propaganda do governo por cartazes do MUD. AHME, DGEP, Caixa 1-61. Processo n.º 215, datado de 1946.

feminino, a administração escolar considerava como um ato insensato o facto das docentes serem influenciadas pelas ideias políticas oposicionistas dos seus familiares¹⁶²⁹.

A partir de 1936, a grande ameaça à segurança do Estado era trazida pelos apelidados de “revirinhos vermelhos” ou comunistas¹⁶³⁰. O boletim *Escola Portuguesa* publicou, nesse ano, um editorial onde se definia o conceito de comunista¹⁶³¹. Entendia-se como comunistas todos os viviam na desordem, os indisciplinados e agitadores e os que reclamavam. A solução defendida era a repressão.

Quando era ordenado um processo de inquérito e, no decorrer da sua instrução, chegavam ao MEN informações sobre possíveis ligações do professor ao comunismo, o Ministro ordenava imediatamente e diretamente a instauração de um processo disciplinar, antes mesmo de tomar conhecimento dos resultados do inquérito¹⁶³². Identificámos apenas 6% de processos por propaganda comunista ou pertença a essa organização e apenas a um dos arguidos foi aplicada a pena de aposentação, sendo os outros processos arquivados.

A defesa do liberalismo e do internacionalismo também transformara a maçonaria numa organização considerada hostil. A participação em reuniões maçónicas ia contra a legislação em vigor que proibia a existência de organizações secretas. Identificámos apenas um caso de um professor preso pela PIDE, para averiguações, à saída da escola, por suspeita de ter assistido a uma reunião. Foi liberto por não serem encontradas provas e novamente preso, passados quatro meses, quando, segundo informação da PIDE, se preparava para assistir a uma reunião clandestina de vários triângulos maçónicos no Buçaco¹⁶³³.

A participação nas sessões de propaganda, reuniões e comícios organizados no âmbito da campanha eleitoral do general Norton de Matos deu origem a vários processos disciplinares a professores primários. O ministério recebia informações provenientes do gabinete do Ministro do Interior relativas a participantes na campanha¹⁶³⁴. Os relatórios de professores detidos também assinalavam as zonas geográficas com maior incidência de

¹⁶²⁹ AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 212 datado de 1950.

¹⁶³⁰ AHME, DGEP, JNE, Caixa 2-381. Processo n.º 199 datado de 1939.

¹⁶³¹ *Escola Portuguesa* n.º 106, de 29 de outubro de 1936, 29-30.

¹⁶³² Disso foi exemplo o caso de uma professora de uma escola da cidade de Lisboa, acusada de fazer propaganda comunista por duas colegas. AHME, DGEP, JNE, Caixa 2- 385. Processo n.º 287 datado de 1938.

¹⁶³³ AHME, DGEP, Caixa 2-369. Processo n.º 178, Ofício da PVDE de 14 de agosto de 1936.

¹⁶³⁴ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-92. Processo n.º 216 datado de 1949.

oposicionista, como era o caso do concelho de Fafe nos finais da década de 40. Fafe era apontada como uma zona onde predominava “um professorado perigoso e indesejável”¹⁶³⁵.

A pena de transferência foi aplicada a um professor do distrito escolar de Viseu por participar em sessões de propaganda, conviver com pessoas hostis, não votar nas eleições presidenciais e patrocinar ideias comunistas¹⁶³⁶. Era uma solução legal que isolava o professor do convívio com pessoas com ideias semelhante e resolvia as animosidades locais contra o docente, segundo o relatório do inspetor Alfredo da Silva Neves. A sua transferência impediria que continuasse a divulgar os seus ideais junto da população local.

No segundo pós-guerra foram colocados dois processos a professores por colocarem obstáculos a que uma sala, da escola onde lecionavam, funcionasse como assembleia de voto. Uma professora do concelho de Elvas recusou a entrega da chave da escola. O seu ato foi motivo de averiguações pela PIDE. O processo de investigação decorreu pelo menos até 1951, e verificou-se, na documentação que constituía o processo, uma dualidade na representação da docente. Em 1949, a docente era apresentada como uma pessoa de moral pouco recomendável, não sendo apresentadas mais razões para o efeito a não ser a recusa de entrega das chaves¹⁶³⁷. Passado pouco mais de dois anos, a sua representação mudou e passou a ser identificada com uma pessoa de bom comportamento moral com base no inquérito desenvolvido pelo MEN e depois de provada a sua inocência¹⁶³⁸.

Alguns professores tornavam-se mais arrojados, nos finais da década de 40, protagonizando atos considerados subversivos em relação às autoridades locais. Um professor do concelho de Fafe foi responsável pelo apedrejamento da Câmara municipal e por telefonemas feitos de madrugada para as residências de membros pertencentes à União Nacional desse concelho. Foi detido pela PIDE, em 1949, e interrogado, tendo sido dado como inocente da prática de crimes contra a segurança do Estado¹⁶³⁹, uma vez que ficou provado que os seus atos não foram motivados por motivos políticos.

¹⁶³⁵ ANTT, Arquivo da Pide. Processo do Professor. Boletim n.º 96709 de 30 de abril de 1948 ao Presidente da Câmara Municipal de Fafe.

¹⁶³⁶ ANTT, Arquivo da Pide. Processo do Professor. Boletim n.º 96709 de 30 de abril de 1948 ao presidente da Câmara Municipal de Fafe.

¹⁶³⁷ ANTT, Arquivo da Pide. Processo da Professora. Boletim n.º 115109 NT 8044.

¹⁶³⁸ ANTT, Arquivo da Pide, Registo n.º 8602/951. Informação do Ministério da Educação Nacional de 11 de dezembro de 1951.

¹⁶³⁹ ANTT, Arquivo da Pide. Processo do Professor. Processo 977/48.

Nos jornais diários constavam notícias relativas a processos de julgamento de réus nos tribunais especiais. A sua consulta pelos diretores dos distritos escolares levava, por vezes, à redação de ofícios para o MEN, identificando professores primários pertencentes ao seu distrito ou atualizando informação enviada anteriormente. Essa informação dava origem à instauração de processos disciplinares. A análise dos mesmos apontou para o facto do Ministério do Interior e dos Tribunais Plenários não informarem o MEN sobre as sentenças respeitantes aos seus funcionários, situação que não acontecia anteriormente com o Tribunal Militar Especial¹⁶⁴⁰. O endurecimento da repressão nos finais da década de 40 poderia ser um dos motivos da ausência dessas participações.

No contexto da campanha de Norton de Matos foram instaurados vários processos a docentes e que constituíram o grosso da nossa amostra (65%). A PIDE solicitava informação sobre professores participantes na campanha ao gabinete do Ministro, resultante dos seus processos de averiguação. Na maioria desses pedidos, apenas existia uma referência ao primeiro nome e ao último apelido do professor, assim como à escola onde lecionava. Foram aplicados processos a professores acusados de pertencerem ao MUD e dois professores foram acusados de pertencerem ao MUD e ao partido comunista¹⁶⁴¹.

A acusação de pertença ao partido comunista foi feita a um professor, preso pela PIDE por pertencer ao “setor intelectual” de Coimbra¹⁶⁴². O processo foi movido contra oito arguidos e acusava-os de defenderem as ideias doutrinárias do partido e de, com o propósito da sua divulgação, se terem introduzido no MUD, no MUNAF e em associações culturais e recreativas de Coimbra.

O caso foi julgado pelo Tribunal Plenário de Lisboa e o professor foi sentenciado, no dia 22 de junho de 1950, a dois anos de prisão maior ou três de degredo, quinze anos de

¹⁶⁴⁰ Até 1945, o Tribunal Militar Especial comunicava, ao MEN, a prisão e instrução de processos a professores. É disso exemplo um ofício da PVDE dando conta da prisão de um docente acusado da distribuição de quatro exemplares do jornal comunista *Avante* a bombeiros municipais, acompanhado de alunos. O professor foi punido com vinte meses de prisão correcional pelo tribunal e, como resultado do processo disciplinar, foi-lhe aplicada a pena de aposentação por despacho ministerial. AHME, DGEP, Caixa 1-94. Processo sem número. Relatório do inspetor Augusto Gomes de Oliveira de 18 de janeiro de 1939.

¹⁶⁴¹ Esse conjunto de processos inclui as 26 pastas de processos, já anteriormente referidas, onde apenas se indicam o nome dos docentes e a sua ligação à campanha. AHME, DGEP, Caixa 1-93. Processos n.ºs 252, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280 e 281.

¹⁶⁴² AHME, DGEP, Caixa 1-99. Processo 170, datado de 1950.

suspensão de direitos políticos, mil escudos de impostos de justiça e a aplicação da medida de segurança¹⁶⁴³. A decisão era desconhecida pela DGEP que oficiou ao tribunal solicitando uma cópia da sentença, depois da mesma ter sido divulgada pela imprensa¹⁶⁴⁴.

Paralelamente ao processo crime foi instaurado um processo disciplinar por infração política, com base numa informação do diretor do distrito escolar sobre a prisão do professor. A instrução do processo ficou a cargo do inspetor António dos Reis Matos Serrano. O instrutor solicitou informações à PIDE sobre as causas da detenção. A resposta foi que o professor era acusado de pertencer a uma organização subversiva e secreta denominada “Partido Comunista Português”¹⁶⁴⁵.

A defesa do professor¹⁶⁴⁶ apresentava-o como um bom profissional que nunca tinha tomado quaisquer posições políticas no desenvolvimento da sua atividade profissional. O inspetor considerou que não existiam quaisquer situações atenuantes e que a defesa não conseguiu destruir a acusação. Defendeu, no entanto, que deveria aguardar-se a decisão do julgamento para lhe ser aplicada a pena de aposentação, no caso de provar-se que não exercera nenhuma atividade contrária aos interesses da Pátria. O despacho ministerial aplicou-lhe a pena de aposentação mesmo antes de ser conhecida a sentença do julgamento.

No contexto da campanha eleitoral de 1949, o MEN enviou informações a Salazar sobre os professores de vários níveis de ensino envolvidos em atividades oposicionistas¹⁶⁴⁷. A maioria eram professores primários (78%), do sexo masculino (86%). Os professores primários eram acusados de distribuição do jornal oposicionista *República* (14%), participação na campanha eleitoral (29%), em reuniões (29%) e em atividades de propaganda (29%)¹⁶⁴⁸. O Ministro considerava as acusações provadas e propunha que fossem abrangidos pelo disposto no decreto n.º 25317, de 13 de maio de 1935, o que se traduzia na aplicação pelo Conselho de Ministros da penalidade de aposentação ou

¹⁶⁴³ Ver o Anexo F, p. 513.

¹⁶⁴⁴ AHME, DGEP, Caixa 1-99. Processo 170 datado de 1950. Informação da DGEP datada de 30 de junho de 1950.

¹⁶⁴⁵ AHME, DGEP, Caixa 1-99. Processo 170 datado de 1950. Relatório do Inspetor António dos Reis Matos Serrano datado de 23 de março de 1950.

¹⁶⁴⁶ Inclui a sua defesa escrita e a audição de testemunhas de defesa.

¹⁶⁴⁷ AHME, DGEP, Caixa 19-3547, Ofício Confidencial n.º 444 de 2 de junho de 1949.

¹⁶⁴⁸ Dados calculados com base na lista existente em AHME, DGEP, Caixa 19-3547, Ofício Confidencial n.º 444 de 2 de junho de 1949.

demissão¹⁶⁴⁹. Esse dispositivo legal não implicava a instauração de um processo disciplinar pelo MEN¹⁶⁵⁰.

A conduta moral do professor

Os deveres do professorado foram incluídos na regulamentação do ensino primário a partir dos inícios do século XX. No *Regulamento do Ensino Primário* de 1902 já constavam algumas das suas obrigações, focadas nos domínios pedagógico e administrativo¹⁶⁵¹.

A reforma do ensino de 1911 preocupou-se em apresentar uma definição do conceito de moral defendido pelos republicanos, enquanto uma moral laica firmada no princípio da solidariedade¹⁶⁵². Era essa moral que justificava, segundo esse diploma legal, que se exigisse ao educador “compostura moral” e o rigoroso cumprimento dos deveres¹⁶⁵³.

A definição de compostura moral foi clarificada no *Regulamento do Ensino Primário e Normal* de 1919. O diploma apresentava dez deveres do professorado, numa visão que não contemplava apenas a sua atividade profissional no espaço escolar. Entendia-se que o educador tinha uma função social na comunidade local e que deveria conduzir-se na vida e na sociedade de forma a merecer o respeito da população¹⁶⁵⁴.

Essa obrigatoriedade não sofreu qualquer alteração com o fim do regime republicano. A intensificação da ação repressiva do Estado, em 1936, fez-se sentir sobre os portugueses em geral e aos professores e funcionários, dos serviços inspetivos e administrativos, do ensino primário passou a exigir-se um comportamento moral irrepreensível, sob pena de demissão¹⁶⁵⁵.

Essa exigência legal não fazia qualquer referência à parte profissional, subentendendo-se que abrangia os domínios público e privado. Se restasse alguma margem de dúvida, a

¹⁶⁴⁹ Decreto-lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

¹⁶⁵⁰ Não conseguimos comprovar se na realidade alguns desses professores foram demitidos, bem como não encontramos os seus processos disciplinares. A nossa amostra de registos biográficos não inclui esses professores e nela apenas consta um caso de um professor demitido, sem que fosse feita referência ao motivo da sua demissão.

¹⁶⁵¹ Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹⁶⁵² Preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911, p.2. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹⁶⁵³ Preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911, p.2. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹⁶⁵⁴ Art.º 105 do Decreto de 29 de março de 1911, p.2. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

¹⁶⁵⁵ Art.º 8º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

mesma poderia ser esclarecida pelo mesmo diploma, quando se fazia depender o casamento das professoras de autorização ministerial¹⁶⁵⁶.

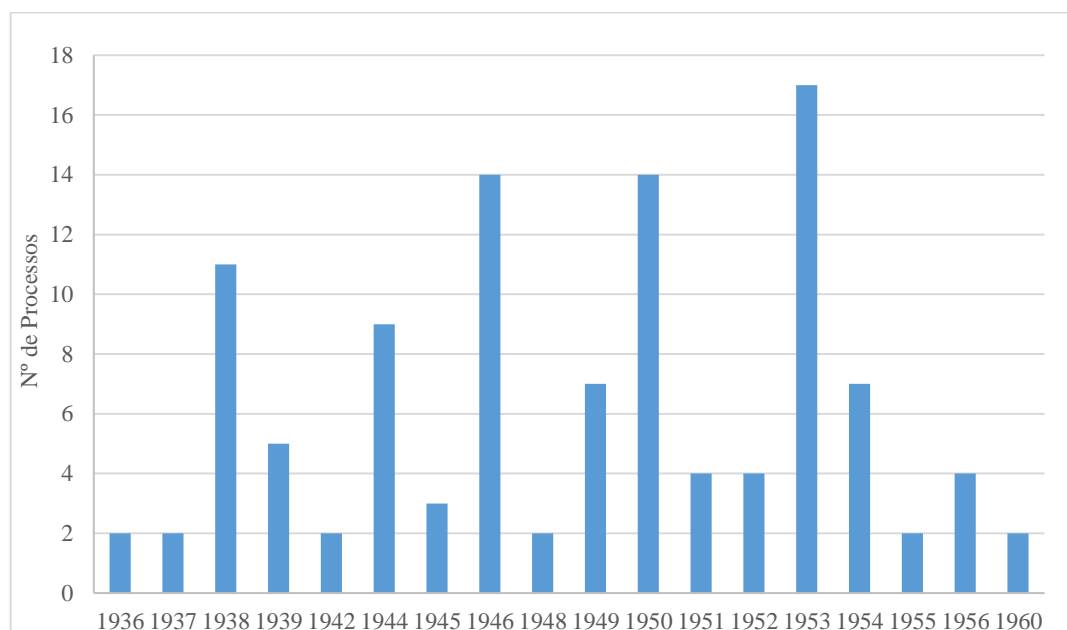
O olhar disciplinar da DGEP começou a incidir sobre a conduta moral de professores e regentes, e surgiram os primeiros processos de inquérito, muitos convertidos em disciplinares, aos docentes que não se sabiam conduzir na vida privada e pública como educadores.

Identificaram-se 110 processos cuja nota de culpa referia que o docente apresentara uma conduta moral considerada imprópria para um educador. Esses processos abrangiam um período compreendido entre os anos de 1936 e 1956. O maior número de processos era respeitante a professores do sexo feminino (70%), não só devido à feminização do ensino, mas principalmente devido à existência de uma sociedade patriarcal discriminatória em relação à sexualidade feminina. Parte dos arguidos desses processos eram regentes (39%), tendo sido a única categoria de processos em que se identificou uma representação tão significativa dos regentes. Os regentes apenas representavam 6% do total de arguidos da nossa amostra e isso apesar do crescimento do número de regentes em exercício.

Impunha-se perceber que tipos de comportamentos dos professores era considerados como impróprios e de que forma a sua instauração poderia estar relacionada com a política salazarista. A análise da evolução cronológica dos processos instaurados por motivos morais revelou-nos uma grande oscilação, tendo identificado alguns períodos onde o seu número aumentou de forma significativa, como se pode comprovar no gráfico 6.3.

¹⁶⁵⁶ Art.º 9º do Decreto-lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Gráfico 6.3. Número de processos, por ano, por comportamento imoral



Fonte: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-36, 1-41, 1-43, 1-44, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-54, 1-61, 1-65, 1-67, 1-83, 1-108, 1-111, 1-112, 1-137, 1-153, 1-154; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-112, 2-346, 2-348, 2-350, 2-367, 2-370, 2-381, 2-382, 2-385, 2-1374, 23-110, 23-112, 23-113, Caixa 23-123, Processos 1951; AHESELx, *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943 - 1950.

O primeiro período correspondeu aos anos de 1936 e 1939, fase onde ocorreram 18% das infrações, num total de 20 processos. Foi um período onde a administração escolar desenvolveu estratégias de moralização do professorado, intensificando a sua vigilância e repressão. Procurava-se a sua desmarcação de um inimigo moral e político identificado como o comunismo, que se considerava responsável por práticas consideradas imorais, como era o caso de relações amorosas livres, ou seja, sem a realização de um casamento.

A segunda fase correspondeu ao período pós-segunda guerra, entre 1946 e 1953, onde se registou um crescimento significativo dos processos instaurados, num total de 62 processos, valor que corresponde a 56% dos processos analisados por conduta imoral. Foi um período de transformações socioeconómicas e de um aumento da oposição política ao regime. Os registos biográficos encontrados nesses processos diziam respeito, na sua maioria, a professores que iniciaram a sua atividade profissional no período da Ditadura Militar ou no Estado Novo.

O domínio do patriarcalismo justificava que a maioria dos habitantes das comunidades rurais não fosse recetivo a novos costumes culturais, sobretudo quanto ao comportamento

feminino. O maior número de queixas partia principalmente da população local e encarregados de educação (62%)¹⁶⁵⁷, seguido por participações dos funcionários superiores da DGEP (26%) e de queixas das autoridades locais civis (9%) e religiosas (3%).

A obrigatoriedade de as direções de distrito escolares fiscalizarem a vida privada dos seus docentes e de enviarem informações para a direção geral¹⁶⁵⁸ sobre essa matéria conduziu à instauração de processos. A particularidade dessa vigilância ter incidido, segundo instruções superiores, sobre o setor feminino poderia justificar que a maioria das arguidas, entre 1936 e 1939, tenham sido professoras (71%). Essa percentagem sofreu uma diminuição para o período compreendido entre os anos de 1946 e 1953, passando a situar-se nos 68%.

A representação oficial do professor da escola primária portuguesa, dotado de espírito missionário e de virtudes morais, não correspondia à realidade. A orientação ideológica dos professores não conseguiu, na prática, moldar a vivência de alguns membros desse grupo profissional. Apesar disso, muitos desses professores não eram focos de resistência e cumpriam integralmente os seus deveres profissionais no espaço escolar, procurando apenas estabelecerem uma fronteira entre as esferas pública e privada da sua vida.

A solução da administração escolar para os casos em que a doutrinação não resultava passava pelo exercício do seu poder disciplinar, individualmente, sobre os infratores. Nos processos surge, na nota de culpa, como infração, o facto dos docentes terem tido uma “conduta moral imprópria”. Essa expressão incluía uma panóplia diversificada de infrações: alcoolismo, conversas públicas com homens, convívio privado com pessoas de outro sexo, filhos ilegítimos, relações ilícitas, e abuso de menores.

O alcoolismo representava 6% da amostra, com um predomínio, ainda que ligeiro, dos arguidos do sexo masculino (57%). O álcool era uma das causas responsáveis pela pobreza, segundo um texto sobre assistência social publicado pelo Secretariado Nacional de Informação no pós-guerra¹⁶⁵⁹. O consumo de álcool não era encarado de forma pejorativa na época e antes como um hábito social. As tabernas, nas aldeias, funcionavam

¹⁶⁵⁷ No ano de 1937 foi instaurado um processo a uma professora do distrito escolar de Faro. A professora era viúva e vivia há dois anos com um homem casado, que tinha abandonado a mulher. A população local manifestou-se publicamente contra a professora e provou cenas violentas no edifício escolar, chegando mesmo a serem partidas cadeiras. AHME, JNE, Caixa 2-370. Processo n.º 6 datado de 1937.

¹⁶⁵⁸ Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 02-370. Processo n.º 6 datado de 1938.

¹⁶⁵⁹ *Assistência Social, Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: SNI.

como um espaço de convívio da população masculina. A máxima popular de que beber vinho era dar de comer a um milhão de portugueses não era aplicável aos docentes, sobretudo aos que davam mostras públicas de consumo excessivo ou de frequência regular de tabernas. A dependência era censurada e olhada disciplinarmente com severidade.

Todos os processos pertenciam a docentes colocados em zonas rurais. A maioria decorreu no pós-guerra (86%), verificando-se uma diferenciação, até 1953, quanto ao género nas penalidades impostas. Se antes do final da guerra, a sanção imposta a um regente foi a demissão, no pós-guerra as penas impostas aos professores do sexo masculino foram mais heterogéneas, consistindo na sanção de multa de cinco dias de vencimento, suspensão e demissão¹⁶⁶⁰ para os infratores cuja nota de culpa incluía outras acusações como desrespeito aos superiores, sinais de oposição política¹⁶⁶¹, e relações ilícitas. O olhar disciplinar não foi tão tolerante em relação às docentes, uma vez que foram colocadas na situação de inatividade ou demitidas¹⁶⁶².

Na década de 50 registou-se uma ação disciplinar mais tolerante, sem condicionantes de género, porque as penalizações aplicadas foram a transferência e o afastamento do serviço para outro análogo¹⁶⁶³. Essas penalizações não seguiram rigorosamente o previsto na lei, porque o regulamento disciplinar determinava a pena de aposentação para os que eram considerados como “alcoólicos incorrigíveis”¹⁶⁶⁴.

As conversas públicas com homens corresponderam a 6% dos casos analisados e era uma infração condicionada pelo género, devido à inexistência de processos relativos a professores do sexo masculino. A grande percentagem dos casos ocorreu em meios rurais (86%) e detetou-se um processo instaurado, em 1955, a uma aluna-mestra da Escola do Magistério Primário de Lisboa. As queixas relacionavam-se com conversas públicas com homens identificados ou não como namorados ou noivos e algumas notas de culpa incluíam pormenores como a troca de carícias e de beijos, e ainda a identificação do local e da duração da infração.

¹⁶⁶⁰ A demissão foi aplicada ao professor que ofendeu o seu superior e falsificou o seu registo biográfico.

¹⁶⁶¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-57. Processo n.º 156 datado de 1946.

¹⁶⁶² Ver a título de exemplo AHME, JNE, caixa 2-103. Processo n.º 30 datado de 1948.

¹⁶⁶³ Aplicada a uma docente. Ver a esse respeito AHME, JNE. Processo n.º 151/86, Livro B-3. Processo entregue em fotocópia pelos funcionários do arquivo.

¹⁶⁶⁴ Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

Apenas se conheceu a penalização atribuída a 71% dessas infrações. Identificámos um único caso que foi arquivado¹⁶⁶⁵. A partir da década de 40 assistiu-se a uma gradação das sanções consoante o grau de imoralidade atribuído a essas conversas.

A pena de repreensão (40%) foi dada a uma professora cujo namorado a visitou na escola e conversou com ele à porta de casa. Essa penalização também foi atribuída a uma aluna-mestra que se encontrava a fazer estágio numa escola da cidade de Lisboa. Esse processo decorreu numa fase em que as escolas de formação já tinham sido disciplinadas pelo MEN, e os seus professores eram aprovados pela administração escolar. A sua instauração teve origem numa queixa de uma colega estagiária ao diretor da Escola do Magistério Primário de Lisboa¹⁶⁶⁶.

As alunas em estágio deviam cumprir o regulamento da escola que as proibia de entrarem ou saírem acompanhadas das instalações, assim como que alguém as fosse esperar junto à porta. A diretora da escola de estágio foi uma das testemunhas no processo e acusou a aluna de comportamento imoral porque considerava um escândalo o facto do namorado lhe tocar com a mão na cara e nos “braços nus”¹⁶⁶⁷. Esse comportamento público era considerado pouco digno de uma “rapariga honesta” pelos professores membros do Conselho Escolar que a consideraram uma sedutora¹⁶⁶⁸.

A pena de suspensão era aplicada em situações em que os docentes tivessem um comportamento considerado incompatível com a sua função de educadores. Foram atribuídas suspensões de 61 e 90 dias (40%). A primeira dessas arguidas acompanhou o namorado numa viagem, situação que pressupôs a existência de relações ilícitas. O segundo caso dizia respeito a uma regente cujo comportamento causava escândalo na aldeia onde estava colocada¹⁶⁶⁹. O seu vestuário era moderno, usava o cabelo solto e andava

¹⁶⁶⁵ O único caso que mereceu arquivamento foi um processo de 1938 cuja infração dizia respeito a liberdades com o namorado.

¹⁶⁶⁶ Acta do Conselho escolar n.º 60 da Escola do Magistério Primário de Lisboa. *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943-1950.

¹⁶⁶⁷ Acta do Conselho escolar n.º 60 da Escola do Magistério Primário de Lisboa. *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943 - 1950.

¹⁶⁶⁸ A sanção imposta pela DGEP não foi bem aceite pelo conselho e foi lavrado um protesto em ata, uma vez que essa se resumiu a uma repreensão dada pelo Diretor da Escola. Acta do Conselho Escolar n.º 60 da Escola do Magistério Primário de Lisboa. *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943 - 1950.

¹⁶⁶⁹ O seu vestuário era moderno, usava o cabelo solto e andava de bicicleta, e tinha liberdades com os rapazes segundo o instrutor. Contestava-se a maneira como a regente seduzia os jovens da localidade com o

de bicicleta, e tinha liberdades com os rapazes segundo o instrutor. Numa sociedade que defendia a imagem de uma mulher submissa e obediente ao homem, a regente afastava-se da mesma ao esbofetear um homem publicamente. Como agravante do seu comportamento, frequentava a casa do namorado e esse tinha sido visto no seu quarto pelos seus alunos da Campanha Nacional da Educação de Adultos.

Os relatórios dos instrutores e as decisões da administração escolar revelaram que estavam conscientes das transformações sociais que decorriam no pós-guerra. Essa consciencialização resultava em decisões de penas menos gravosas, tendo por base a consideração de atenuantes que ultrapassavam a competência profissional dos docentes e se centravam na sua imaturidade e nos novos costumes.

Essas circunstâncias atenuantes não eram consideradas se existissem queixas que o convívio com pessoas de outro sexo ocorresse em privado, processos que representavam 16% do total analisado. Correspondiam a docentes de zonas rurais e maioritariamente do sexo feminino (89%). As informações partiam de cartas anónimas e de queixas de encarregados de educação, população local e de autoridades civis e religiosas da localidade. Algumas dessas informações pormenorizadas eram conseguidas através de um sistema de vigilância regular à residência dos docentes, registando-se mesmo o número de horas e o local da casa onde permaneciam os indivíduos que as visitavam.

A aplicação de uma penalização dependia dos factos terem sido provados, questão que conduziu a que apenas 56% dos casos não fossem arquivados. Não foram aplicadas suspensões às arguidas em que foi provado que o noivo tinha dormido lá em casa. Possivelmente a proximidade do casamento, ou o facto de não ter sido provado a existência de relações sexuais, levaram a que as infrações se resolvessem simplesmente com a transferência ou o afastamento para um serviço análogo¹⁶⁷⁰, sanções que representaram 20% das penalidades aplicadas.

A transferência e o afastamento para outro serviço implicavam a saída da localidade, e eram a solução encontrada para os docentes cujo comportamento perturbava a vida local, ou seja, causava escândalo, e que não podiam continuar a exercer naquela localidade, porque tinham perdido o seu prestígio e não podiam exercer a sua função social no meio.

seu “olhar inflamado” e as suas “guedelhas soltas ao vento”. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1- 48. Processo n.º 151/533 datado de 1953; e também AHME, JNE, Caixa 2-112. Processo n.º 152/483.

¹⁶⁷⁰ AHME, DGEP, Caixa 1-145. Processo n.º 484 datado de 1953.

A advertência, repreensão e multa (80%) foram utilizadas em processos em que as arguidas viajaram com os namorados de automóvel para fora de localidade e que não ficaram provadas a existência de relações ilícitas¹⁶⁷¹.

Identificou-se uma exceção nas reações da população local a esses comportamentos considerados repreensíveis. A população de uma aldeia, do concelho de Almeida, nomeadamente as mulheres, aceitava com naturalidade o comportamento afetivo de uma regente solteira¹⁶⁷². O instrutor indicou como atenuantes a sua ação social em benefício da população, nomeadamente os serviços de enfermagem que prestava, e o prestígio pessoal que tinha junto dos membros da comunidade e a sanção disciplinar foi uma repreensão escrita.

Os processos disciplinares a docentes por terem filhos ilegítimos só foram instaurados, no caso da nossa amostra, a professores do sexo masculino. No caso dos docentes do sexo feminino, os processos não foram instaurados unicamente por esse motivo, dado que os instrutores consideravam que a criança era o resultado de relações amorosas ilícitas, questão que não era mencionada nos processos dos professores do sexo masculino.

Os instrutores eram certamente influenciados pela posição dominante da sociedade tradicionalista, que permitia ao homem uma maior liberdade no campo da sexualidade. Esse constructo da masculinidade foi designado de masculinidade hegemónica, por Connell¹⁶⁷³, ou de patriarcado, por Vale de Almeida¹⁶⁷⁴. Entendeu-se que a imagem da masculinidade hegemónica, nos discursos dos relatórios dos instrutores, correspondia à construção de uma imagem padronizada de práticas masculinas, nomeadamente do corpo

¹⁶⁷¹ Ver a título de exemplo AHME, DGEP, Caixa 1-93. Processo n.º 50 datado de 1954. Uma das repreensões foi dada a uma docente que recebeu um dos seus alunos adultos na sua residência. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-153. Processo n.º 28 datado de 1954.

¹⁶⁷² Na instrução do processo ficou provado que a regente recebia o seu namorado em casa, a sós, por volta das 22.30h. Perante esse facto, a atitude das mulheres da aldeia causava estranheza à sensibilidade do inspetor instrutor que referia, no relatório, que o “facto de uma rapariga receber em casa o seu namorado estando só (...) nada representa de estranhável para os costumes” dessa aldeia. A origem da queixa partiu de vários membros de uma família da aldeia. A conclusão do instrutor do processo era a que essa família agiu por vingança porque pretendia despejar a regente da casa onde vivia, o que só seria concretizado através da sua demissão ou transferência. Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 2-103. Processo 151/467 datado de 1949.

¹⁶⁷³ Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013, jan/abr.). Masculinidade hegemónica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, n.º 21, 244-245.

¹⁶⁷⁴ Almeida, M. V. (1996). Género, Masculinidade e Poder. Revisitando um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, n.º 95, 164. Disponível em <http://tinyurl.com/ztnfcmw> (10 jan. 2015)

masculino, que admitia as relações sexuais fora do casamento e até a existência de filhos ilegítimos.

Um desses processos instaurados a professores do sexo masculino foi arquivado porque a criança nasceu antes da disposição legal que obrigava os professores a terem um comportamento irrepreensível e como tal não podia ser objeto de castigo ao abrigo da legislação em vigor¹⁶⁷⁵. O segundo caso referia-se a um professor que teve um filho e recusou-se a perfilhá-lo e a casar com a mãe. Foi-lhe imposta uma multa, mas não por essa questão. A sanção deveu-se, no entanto, a outra infração que foi considerada provada e identificada no decorrer da instrução: a aplicação de castigos violentos a dois alunos.

As relações ilícitas, também designadas por mancebia, representavam 50% das infrações. A mancebia era entendida como a prática de relações sexuais fora do casamento, e daí a designação de ilícitas, ou a existência de amantes. Os processos eram de docentes colocados em aldeias e vilas e a maior representatividade era de professores e regentes do sexo feminino (75%).

A administração escolar não era tão tolerante em relação aos professores que mantinham relações amorosas com mulheres casadas. Considerava-se que eram responsáveis pelos comportamentos desviantes das mulheres, uma vez que elas não só violavam o dever de fidelidade como expressavam a sua sexualidade fora das fronteiras do casamento. A sanção de inatividade por dois anos foi imposta a um professor, em 1944, por ter uma relação ilícita com a mulher do farmacêutico que morava na pensão onde o docente residia¹⁶⁷⁶.

Apesar dessas reservas por parte da administração escolar, o exercício da ação disciplinar sobre os professores do sexo masculino acusados de relações ilícitas foi bastante leve. A inatividade representou 14% dos processos e a aposentação correspondeu apenas a 7% dos

¹⁶⁷⁵ A criança foi perfilhada pelo professor. AHME, JNE, Caixa 2-385. Processo n.º 289 datado de 1938.

¹⁶⁷⁶ O professor permanecia no quarto da mulher do farmacêutico, quando este se ausentava da localidade, originando que corresse o boato entre os habitantes da freguesia que eram amantes. A situação ficou provada pelas testemunhas e pelo facto do professor se ter sido forçado a fugir precipitadamente da localidade, o que conduziu à aplicação de uma sanção de dois anos de inatividade sem vencimento. Ver a esse respeito AHME, JNE. Processo 152/7, Livro B-4, datado de 1950. Fornecido em fotocópia e sem identificação da Caixa. Também se encontra uma parte desse processo em AHME, DGEP, Caixa 1-106. Processo n.º 294 datado de 1950.

casos. O sancionamento da infração, retirando o de um processo já mencionado, deveu-se à existência de circunstâncias agravantes¹⁶⁷⁷.

A suspensão representou 14% das penalizações¹⁶⁷⁸. Apenas foi aplicada uma multa de cinco dias por um caso de mancebia e as restantes situações resultaram em arquivamento (57%)¹⁶⁷⁹, mesmo em situações em que a acusação foi provada. A sanção de multa foi identificada aplicada a um professor e delegado escolar¹⁶⁸⁰. O processo foi instaurado ao docente e a uma auxiliar de limpeza das escolas da localidade onde estava colocado. A auxiliar foi representada, na documentação constante do processo, como tendo um mau comportamento moral, faltando ao cumprimento dos seus deveres profissionais. A consequência dessa relação foi uma gravidez e uma tentativa de aborto.

O resultado da instrução foi bastante assimétrico e refletiu, no nosso entender, a sociedade patriarcal em se inseriam. A auxiliar recebeu a pena de demissão. O instrutor propôs a pena de demissão para o docente, mas o parecer do Conselho Permanente de Ação Educativa atenuou para inatividade por dois anos e a decisão final do Ministro foi uma multa e a exoneração do cargo de delegado escolar¹⁶⁸¹.

O ministério e a sociedade em geral não mantinham essa tolerância em relação às mulheres que tinham relações consideradas ilícitas. As penalizações foram condicionadas pelo género e pelas habilitações das docentes. Os primeiros processos instaurados a regentes datavam de 1944, e desde esse ano e até 1952, 71% tiveram como resultado a demissão das docentes¹⁶⁸². Nenhuma professora foi demitida em circunstâncias idênticas.

¹⁶⁷⁷ Um desses professores praticou um furto e foi-lhe imposta a aposentação compulsiva, e o outro também utilizou indevidamente dinheiro da caixa escolar e tinha uma assiduidade irregular, infrações acumuladas que lhe valeram a inatividade por dois anos.

¹⁶⁷⁸ A suspensão de 30 dias reservou-se a um docente que teve relações com a namorada e nunca manifestou intenções de casar. Um regente sofreu a pena de suspensão de 90 dias (7,14%) por ser casado e viver com uma regente solteira, como se fossem os dois casados. A recusa da mulher de lhe conceder o divórcio conduziu a que os dois regentes vivessem juntos, embora dessem a entender na localidade que eram casados, situação que o instrutor encarou de forma tolerante, apesar do castigo aplicado.

¹⁶⁷⁹ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-78. Processo n.º 289, datado de 1938.

¹⁶⁸⁰ AHME, JNE, Caixa 23-112. Processo n.º 152/420 datado de 1952.

¹⁶⁸¹ AHME, JNE, Caixa 23- 112. Processo 151/420 datado de 1952.

¹⁶⁸² Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo n.º 151/296 datado de 1950; AHME, DGEP, Caixa 1-148. Processo n.º 537 datado de 1953. Em 1953 a situação altera-se e foi dada uma pena de suspensão a uma regente por ter um comportamento público que provocava um escândalo permanente, mantendo relações com um indivíduo “africanista”. AHME, JNE, Caixa 23-113. Processo n.º 151/436, Livro B-3 datado de 1953.

Na globalidade dos processos instaurados a docentes do sexo feminino, 23% foram arquivados, 5% receberam multas de dez e trinta dias, a 5% foi-lhes imposto o afastamento para outro serviço análogo, 57% sofreram suspensão¹⁶⁸³ e 11% demissão. Os casos de arquivamento incidiram sobre docentes que já tinham casado ou a quem já tinha sido concedida autorização para o casamento¹⁶⁸⁴. A mudança de estado civil funcionava, como já referimos anteriormente neste trabalho, como elemento reparador e moralizador de condutas¹⁶⁸⁵.

A maioria das docentes sofreu penas de suspensão entre 60 e 180 dias (96%)¹⁶⁸⁶. A suspensão sofria agravantes consoante a duração da relação, o número de casos e se a mesma resultava em gravidez¹⁶⁸⁷. A reação negativa da comunidade local e a intensidade desse escândalo também funcionavam como agravantes e aumentavam a duração da suspensão.

Alguns processos referiam apenas que a conduta dos docentes era imoral, não especificando os motivos para essa qualificação ou indicando apenas que a imoralidade se prendia com o facto de não praticarem a religião católica. Esses casos representavam apenas 5% do global, pertenciam a docentes que lecionavam em zonas rurais e com maior percentagem para o sexo feminino (80%)¹⁶⁸⁸. Apenas se detetaram sanções para 80% desses casos¹⁶⁸⁹.

Os casos de abuso de menores foram subdivididos em dois tipos. Os primeiros correspondiam a processos em que os responsáveis pela infração foram os próprios docentes, representando 9% do total. Os segundos diziam respeito a processos instruídos a

¹⁶⁸³ Ver o caso de uma professora suspensa por 65 dias em 1946 por relações ilícitas com um pároco. AHME, DGEP, Caixa 1-57. Processo n.º 157, datado de 1946.

¹⁶⁸⁴ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-103. Processo n.º 1937, datado de 1937; AHME, DGEP, Caixa 1-145. Processo n.º 481 datado de 1955.

¹⁶⁸⁵ Ver a esse respeito o Anexo E, p. 501-512.

¹⁶⁸⁶ A uma professora do distrito escolar de Faro, em 1938, foi imposta a suspensão de 90 dias. O seu amante era médico e visitava durante a noite, com o pretexto que não podia realizar os tratamentos médicos durante o dia por motivos profissionais. AHME, JNE, Caixa 2-370. Processo n.º 6, datado de 1938.

¹⁶⁸⁷ Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-346. Processo n.º 108, datado de 1937.

¹⁶⁸⁸ Em relação às docentes arguidas, uma foi acusada de comportamento moral duvidoso, devido ao seu vestuário e feitio, mas não foi detetada a pena aplicada. As outras duas arguidas foram suspensas por 90 dias por comportamento duvidoso. Ver a título de exemplo AHME, JNE, Caixa 2-385. Processo n.º 277, datado de 1937.

¹⁶⁸⁹ Um professor foi unicamente acusado de não frequentar a missa, tendo-lhe sido aplicada uma multa de cinco dias. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-65. Processo n.º 300, datado de 1939.

professores, de ambos os sexos, por causa de infrações cometida por familiares e constituíam 5% do total.

O conceito de abuso de menores foi empregue, neste trabalho, para processos que envolveram acusações ligadas a situações onde se deu o envolvimento de crianças em práticas com a intenção de providenciar satisfação sexual de um adulto por elas responsável¹⁶⁹⁰. Os abusos cometidos por professores pertenciam a processos respeitantes a docentes de aldeias e vilas, na sua maioria do sexo masculino (90%). Foram arquivados somente 30% dos processos, por não terem sido provadas as acusações¹⁶⁹¹.

Nesse conjunto identificaram-se três casos de relações sexuais com jovens de 16 anos. As penas impostas foram diversificadas: arquivamento, suspensão e demissão. A suspensão foi aplicada a um professor que mantinha uma relação com uma jovem de 16 anos, criada da pensão onde residia. Testemunhas tinham visto o professor no quarto com a menor, com o braço sobre os seus ombros, e afirmavam que a tinha mantido aí durante 6 horas. A visibilidade da falha e o escândalo levaram a que a pena aplicada fosse de 45 dias de suspensão de serviço e vencimentos e, argumentava-se, no despacho ministerial, que a sanção não poderia ser superior porque a intimidade não foi possível de comprovar com toda a segurança¹⁶⁹².

A demissão foi a sanção imposta a um professor que tinha sido preso pela PVDE e era reincidente do ponto de vista disciplinar. O instrutor representou-o como um insensato e possuidor de um “espírito doentio”¹⁶⁹³. A pena imposta resultou, segundo o Conselho Permanente de Ação Educativa, de ter sido o seu terceiro processo disciplinar¹⁶⁹⁴.

¹⁶⁹⁰ Utilizou-se o conceito de abuso sexual definido pelo American Psychiatric Association: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders como “Child sexual abuse encompasses any sexual act involving a child that is intended to provide sexual gratification to a parent, caregiver, or other individual who has responsibility for the child. Sexual abuse includes activities such as fondling a child's genitals, penetration, incest, rape, sodomy, and indecent exposure. Sexual abuse also includes noncontact exploitation of a child by a parent or caregiver—for example, forcing, tricking, enticing, threatening, or pressuring a child to participate in acts for the sexual gratification of others, without direct physical contact between child and abuser”. American Psychiatric Association: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5ª ed.) Arlington: American Psychiatric Association, 2013, p. 718,

¹⁶⁹¹ Ver o processo de um professor acusado de crime de estupro a menor. Foi arquivado por não ter sido provadas as acusações. AHME, DGEP, Caixa n.º 01-153. Processo n.º 21 datado de 1954.

¹⁶⁹² AHME, DGEP, Caixa 1-43. Processo n.º 152/441. Parecer do CPAE de 8 de junho de 1946.

¹⁶⁹³ AHME, JNE, Caixa 02-137. Processo de reintegração n.º 959 datado de 1939.

¹⁶⁹⁴ Esse órgão referia, no seu parecer, que o ato do professor foi desonroso, mas que a família da jovem teve a culpa, pois viu nessa relação uma possibilidade de explorar o arguido, e daí que tenha introduzido a

Aos restantes arguidos, que correspondiam a 40% do total, foi-lhes imputada a acusação de “atos indecorosos de homossexualismo” com os seus alunos. As experiências de vida sexual que saíam do modelo de masculinidade hegemónica eram consideradas como desviantes e alvo de censura e repressão. Essa ação censória foi responsável, certamente, pela omissão de informações nos processos dos professores, o que não aconteceu em outros casos de abuso sexual praticados em relação a crianças do sexo feminino.

Metade desses processos resultaram em arquivamento porque as acusações eram falsas. Nos relatórios, as averiguações não se encontravam detalhadas, ao contrário de outros processos por comportamento considerado imoral, e considerava-se as queixas como atos de vingança contra os docentes por parte de familiares dos alunos¹⁶⁹⁵.

Os restantes processos resultaram em demissão dos docentes. Um desses casos não especificava quais os atos praticados e o outro referia-se a um docente que obrigava os alunos a “masturbá-lo, numa dependência em que habitava”¹⁶⁹⁶. O instrutor ouviu os pais e os alunos envolvidos. De acordo com os testemunhos, o professor atraía os alunos para o seu quarto, numa pensão, com o pretexto que as crianças precisavam de “lições especiais”¹⁶⁹⁷. O docente foi suspenso durante a instrução e aplicada a pena de demissão¹⁶⁹⁸.

rapariga em sua casa, para ajudar a avô que lhe prestava serviços domésticos. Ver a esse respeito AHME, JNE, Caixa 02-137. Processo de reintegração n.º 959 datado de 1939.

¹⁶⁹⁵ Essa desvalorização encontrou-se num processo que teve origem numa queixa de um encarregado de educação contra o professor que dava lições particulares aos seus filhos, um rapaz e uma rapariga. Referia-se que o arguido se apresentava decomposto, de braguilha aberta, e era acusado de beijar e abraçar os alunos. As testemunhas da infração eram uma criada e a mãe das crianças. O instrutor do processo considerava que a acusação era imprudente e infundada, e que foi mal interpretado o desleixo das roupas com que o professor se apresenta em público, uma vez que as suas calças estavam apenas descosidas. Culpabilizava-se a mãe das crianças e considerava-se que essa queixa era uma vingança devido ao facto do professor ter castigado o seu filho. Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-124. Processo n.º 17 datado de 1952.

¹⁶⁹⁶ Os atos de abuso sexual do professor foram primeiramente praticados em relação a alunos da 3ª classe. As queixas dos pais foram ouvidas pelo diretor da escola e pelo delegado escolar que reuniram com os pais, na casa do primeiro, e os convenceram a não apresentar queixa superiormente, até porque o professor iria abandonar o grupo-turma. O professor esteve presente na reunião e pediu desculpas aos pais, prometendo que iria deixar de ensinar os seus filhos. De facto, o professor deixou de lecionar a 3ª classe, mas passou a dar aulas aos alunos da 1ª classe e continuaram as situações de abuso que agora atingiam os seus novos alunos. A situação acabou por chegar à Direção do Distrito Escolar de Lisboa, devido a queixas de pais, e, por isso, à DGEP, dando origem a instauração de um processo. Foi aplicada a pena de demissão, a 8 de março de 1950, e determinou-se que fosse instaurado um processo ao diretor da escola e ao delegado escolar por não comunicarem superiormente o caso. AHME. Processo não numerado e cedido em fotocópias, datado de 1950.

¹⁶⁹⁷ Os atos de abuso sexual do professor foram primeiramente praticados em relação a alunos da 3ª classe. As queixas dos pais foram ouvidas pelo diretor da escola e pelo delegado escolar que reuniram com os pais, na casa do primeiro, e os convenceram a não apresentar queixa superiormente, até porque o professor iria abandonar o grupo-turma. O professor esteve presente na reunião e pediu desculpas aos pais, prometendo que iria deixar de ensinar os seus filhos. De facto, o professor deixou de lecionar a 3ª classe, mas passou a dar

Identificámos ainda um processo de abuso sexual imputado a uma docente. A nota de culpa acusava a regente de ter tido, no passado, relações sexuais com um rapaz de 15 anos que foi seu aluno¹⁶⁹⁹. O instrutor considerou que as acusações eram motivadas pela baixeza moral do queixoso e que a arguida de 22 anos era muito ingénua, o que não era nada normal nos “tempos que” iam “correndo”¹⁷⁰⁰. Não foi possível provar a relação sexual com o menor e considerou-se que a regente foi uma vítima do meio e da sua falta de experiência de vida. No decurso desse processo, a regente solicitou a exoneração e, sem esperar pela devida autorização, mudou-se para o Brasil. Foi-lhe instaurado um auto de abandono do lugar e aplicada a pena de demissão.

Os processos por abuso praticado por familiares das professoras eram da responsabilidade de filhas (25%) ou dos maridos das docentes (75%). Uma professora foi suspensa por 90 dias porque abandonava a lecionação e no seu lugar ficava a filha que apalpava os alunos. Os restantes casos não foram tratados com a mesma severidade e resultaram todos em repreensões às professoras. A instauração dos processos era uma consequência de queixas de pais e relacionava-se com atos praticados pelos maridos das professoras no espaço escolar. A presença dos maridos, na sala de aula, violava as disposições legais em vigor e dessa presença resultavam, por vezes, casos de abuso. O processo era instaurado às

aulas aos alunos da 1ª classe e continuaram as situações de abuso que agora atingiam os seus novos alunos. A situação acabou por chegar à Direção do Distrito Escolar de Lisboa, devido a queixas de pais, e, por isso, à DGEP, dando origem a instauração de um processo. Foi aplicada a pena de demissão, a 8 de março de 1950, e determinou-se que fosse instaurado um processo ao diretor da escola e ao delegado escolar por não comunicarem superiormente o caso. AHME. Processo não numerado e cedido em fotocópias, datado de 1950.

¹⁶⁹⁸ Os atos de abuso sexual do professor foram primeiramente praticados em relação a alunos da 3ª classe. As queixas dos pais foram ouvidas pelo diretor da escola e pelo delegado escolar que reuniram com os pais, na casa do primeiro, e os convenceram a não apresentar queixa superiormente, até porque o professor iria abandonar o grupo-turma. O professor esteve presente na reunião e pediu desculpas aos pais, prometendo que iria deixar de ensinar os seus filhos. De facto, o professor deixou de lecionar a 3ª classe, mas passou a dar aulas aos alunos da 1ª classe e continuaram as situações de abuso que agora atingiam os seus novos alunos. A situação acabou por chegar à Direção do Distrito Escolar de Lisboa, devido a queixas de pais, e, por isso, à DGEP, dando origem a instauração de um processo. Foi aplicada a pena de demissão, a 8 de março de 1950, e determinou-se que fosse instaurado um processo ao diretor da escola e ao delegado escolar por não comunicarem superiormente o caso. AHME. Processo não numerado e cedido em fotocópias, datado de 1950.

¹⁶⁹⁹ O antigo aluno foi o autor da queixa e a docente era acusada, segundo a nota de culpa, de: *Ter, com ausência completa de sensibilidade moral e de toda e qualquer noção de honra e dignidade de mulher e de educadora, levado à prática actos sexuais, consigo, o (...) residente e, hoje, soldado do Batalhão de Caçadores (...), a quem, como ele próprio afirma, fez perder a inocência, quando apenas tinha 15 anos de idade e era seu aluno do ensino particular, praticando com ele actos sexuais nas próprias instalações do posto escolar, sem respeito pelo local, nem pela presença do Crucificado, Ali colocado, mostrando-se, deste modo, possuidora de sadismo (...).* Ver a esse respeito AHME, DGEP, Caixa 1-124. Processo n.º 15 datado de 1953.

¹⁷⁰⁰ Ibidem.

professoras porque não deveriam ter permitido a sua presença, situação considerada como falta de zelo profissional¹⁷⁰¹.

Um dos processos instaurados partiu da acusação de “intromissão abusiva do marido” nos serviços escolares e resultou de queixas de encarregados de educação¹⁷⁰². O artigo 2º da nota de culpa referia-se ao facto do marido da professora, quando a substituía na lecionação, praticar “ofensas graves à inocência das alunas da arguida, às quais metia as mãos por debaixo das saias, sentava no colo com intenções de luxúria e mostrava as partes vergonhosas”¹⁷⁰³. O instrutor do processo propôs a aplicação de 10 dias de multa com o pagamento das custas, mas a decisão final foi a de repreensão registada¹⁷⁰⁴.

Destacamos ainda outro processo cuja instauração partiu de uma queixa de habitantes da aldeia devido ao escândalo que a presença do marido da professora provocava no espaço escolar. A professora residia na escola e essas situações de abusos, de acordo com os depoimentos das alunas feitos ao instrutor do processo, ocorriam na sala de aula, no corredor e noutras divisões do edifício:

(...) uma vez o marido da senhora professora quando estava a ensinar tabuada lhe fez porcarias nas pernas com as mãos por baixo dos vestidos”, - “que o marido da senhora professora fazia-lhes fazer acções feias, pois lhe metia uma cana por baixo dos vestidos, e às vezes dava-lhes beijos (...)”, que quando estava na cosinha, só com o sr. (...) este abraçava pelas costas e a beijava e uma vez mostrou-lhe a gaita, mas ela não tocou no corpo dele”, etc¹⁷⁰⁵.

O parecer do Conselho Permanente de Ação Educativa e a sua proposta de sanção teve em consideração o bom comportamento anterior da professora e o facto do marido ser um oficial reformado do exército e, por isso, não terem sobre ele qualquer jurisdição disciplinar. A proposta de pena consistiu na aplicação da pena de repreensão por escrito, devendo pagar a docente um décimo das custas do processo. O Ministro Veiga de Macedo concordou com a aplicação da repreensão, mas aumentou para metade o pagamento das

¹⁷⁰¹ Ver a título de exemplo o processo instaurado a uma professora do distrito escolar de Vila Real cujo marido dirigia frases “obscenas” às alunas e “lhes mexia com os dedos na vagina”. AHME, JNE. Processo 1951. Processo n.º 153/209, datado de 1952.

¹⁷⁰² AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo n.º 152/739 datado de 1950.

¹⁷⁰³ AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo n.º 152/739, datado de 1950.

¹⁷⁰⁴ O parecer do Conselho Permanente de Ação Educativa deferiu e a sua proposta foi de uma repreensão por escrito e o pagamento de um décimo das custas do processo. Essa proposta baseava-se no facto de não ter sido provada a interferência do marido da professora nos serviços escolares. No entanto, foi proposto que o conteúdo do processo fosse enviado ao Ministério Público. Proposta que foi aceite na quase totalidade pelo ministro Veiga de Macedo que, por despacho ministerial, lhe aplicou a pena de repreensão por escrito, mas aumentou a importância a pagar pela professora, para a totalidade das despesas com a instrução do seu processo.

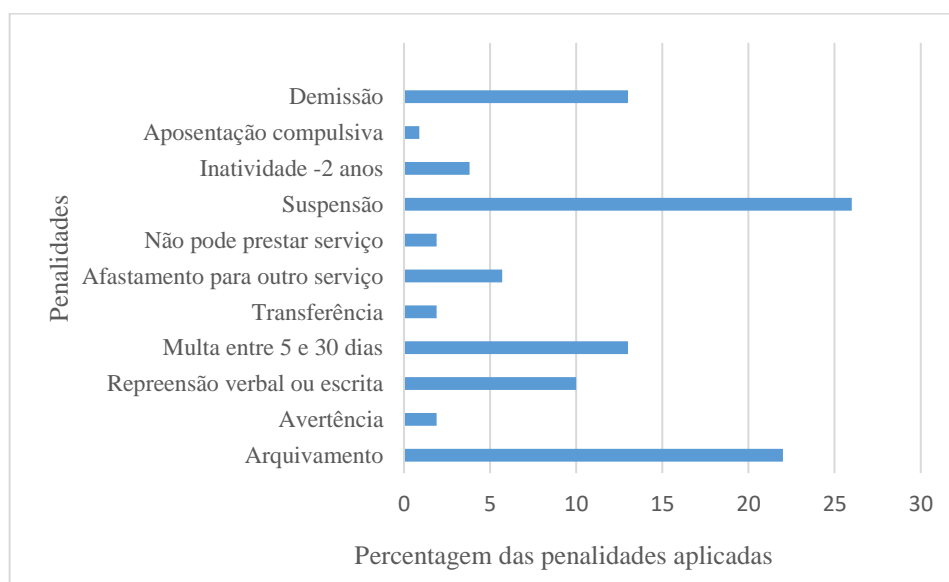
¹⁷⁰⁵ AHME, JNE, Caixa 23-123. Processo n.º 152/837, datado de 1950.

custas do processo. Determinou ainda que quanto ao marido da professora se desse “conhecimento ao competente agente do Ministério Público” para os efeitos legais que fossem considerados necessários¹⁷⁰⁶.

As penas aplicadas nestes dois processos não impediram possivelmente o prolongamento da situação de abuso, uma vez que ambas as professoras continuaram a lecionar na mesma escola, e no segundo processo não foi encontrada nenhuma determinação que a impedisse de viver no edifício escolar.

As penalizações dos arguidos apenas incluíram ajudas ou pagamento integral das custas do processo para 22% dos casos. Analisando a gradação das penas aplicadas aos processos instaurados por conduta moral imprópria constatámos que foram das mais pesadas da nossa amostra, como podemos observar no gráfico 6.4, porque a esses arguidos foram atribuídas o maior número de sanções de suspensão e de demissão.

Gráfico 6.4. Percentagem das penalidades aplicadas às infrações por comportamento imoral



Fonte: AHME, DGEP, Caixas n.º 1-36, 1-41, 1-43, 1-44, 1-47, 1-48, 1-51, 1-53, 1-54, 1-61, 1-65, 1-67, 1-83, 1-108, 1-111, 1-112, 1-137, 1-153, 1-154; AHME, JNE, Caixas n.º 2-103, 2-112, 2-346, 2-348, 2-350, 2-367, 2-370, 2-381, 2-382, 2-385, 2-1374, 23-110, 23-112, 23-113, Caixa 23-123, Processos 1951; AHESELx, *Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa*, 1943 - 1950.

¹⁷⁰⁶ Ibidem.

Apesar da ação repressiva sobre a conduta moral, verificou-se que prevaleceu a aplicação de suspensões e não de demissões, não se aplicando a sanção prevista na lei que determinava a demissão de todos os funcionários que dessem escândalo público permanente. A impossibilidade de acompanhar de forma presencial, e com carácter regular os docentes, conduziu a que a ação disciplinar da administração fosse acionada como forma de corrigir e sancionar falhas pedagógico-didáticas. As penalidades aplicadas apontam para o facto do poder disciplinador da administração escolar incidir sobre a conduta social desse grupo profissional, a par das suas práticas pedagógicas, possivelmente devido ao conservadorismo da sociedade e às funções reservadas ao professorado no contexto da política educativa salazarista.

Conclusão

A administração escolar, após a queda da Primeira República, iniciou a construção de uma nova identidade socioprofissional do professor primário em sintonia com os principais objetivos da política educativa do regime. Aos docentes competiria a formação das novas gerações de portugueses e a promoção de laços identitários com o programa político-ideológico do Estado nos alunos e comunidade local.

Após a instauração da Ditadura, entre 1926 e 1929, o MIP procedeu a um conjunto de reformas que marcavam um propósito, mais retórico do que prático, de corte completo com a política educativa republicana. Os reajustes introduzidos, nesse período, resultavam de necessidades de contenção orçamental e respondiam a algumas críticas provenientes de grupos profissionais ligados ao setor educativo, como professores e inspetores.

A partir de 1927, os discursos legais das reformas educativas anunciavam um ensino primário marcado por um currículo redutor, apologético do império colonial, e com rituais escolares de índole nacionalista. Em articulação com essa política educativa procedeu-se a uma reforma da estrutura orgânica da administração escolar que iniciou a centralização de funções inspetivas na direção geral responsável pelo ensino primário, reforçando a sua ação disciplinar na instrução de processos a pessoal docente e não docente. No ano seguinte, o ministério começou a apostar na orientação dos professores, função que entregou à inspeção escolar. Esse eixo orientador desenvolveu-se apenas no contexto de ações inspetivas a professores, em conjunto com uma ação fiscalizadora, não sendo concretizadas as conferências pedagógicas que se encontravam previstas na legislação em vigor.

A construção do projeto educativo salazarista iniciou-se, a partir de 1930, com o ministro Cordeiro Ramos. As suas reformas educativas estruturaram um projeto de formação integral de um *homem novo*, ou seja, de futuros cidadãos que se pretendiam passivos, disciplinados e aptos a defender o regime de qualquer ameaça interna ou externa. Um projeto direcionado para a formação das massas na escola primária, continuando os liceus reservados à formação das elites. O seu desenvolvimento pressupunha uma orgânica administrativa centralizadora que concentrasse as funções administrativas, pedagógicas e fiscalizadoras do ensino na direção geral. Todas as funções de direção das escolas primárias e das escolas de formação de professores foram colocadas, em 1933, nas mãos do diretor geral que passou a dirigir uma cadeia hierárquica de funcionários dos quais se

exigia respeito, obediência e disciplina. Para isso produziram-se discursos e desenvolveram-se estratégias conducentes à uniformização das suas práticas em conformidade com os valores oficiais e o programa político-ideológico do regime, da responsabilidade dos serviços de orientação, pedagógica e aperfeiçoamento profissional, e serviços disciplinares da DGEP.

A defesa de um ensino primário simplista e a necessidade de silenciamento dos professores, habituados no período republicano a reunirem-se, a debaterem o estado da educação e os seus interesses profissionais, conduziu à construção de uma nova identidade socioprofissional do professor primário salazarista. A administração escolar representava-o como um *apóstolo* responsável pela modelação das almas das futuras gerações, mas cujas práticas pedagógicas estavam marcadas por vícios do modelo escolar republicano. A sua passividade e conformidade com a política educativa salazarista, para a DGEP, conseguir-se-iam através de doutrinação/orientação, fiscalização e disciplina, e, em último recurso, através de coerção com a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias.

A dimensão fiscalizadora dos serviços da DGEP foi predominante até 1933. Nesse ano, a administração escolar consciencializou a importância da orientação do professorado nos domínios cultural e profissional e apresentou-a separada dos serviços responsáveis pela parte disciplinar na nova orgânica da direção geral. Era a solução encontrada para normalizar e uniformizar as práticas do professorado, e demais funcionários da DGEP, segundo o programa político-pedagógico salazarista.

Essa ofensiva orientadora representou um culminar de um processo iniciado na Ditadura Militar de rutura com a pedagogia moderna, conotada com o período liberal, e que conduziria a uma ação de repressão e silenciamento de pedagogos progressistas. O mesmo aconteceria em relação à formação profissional dos professores que deixou de ser realizada, de forma autónoma pelos docentes, passando a ser integralmente controlada pela DGEP. O último congresso pedagógico organizado por professores, mais precisamente pela União do Professorado Primário Português, realizara-se em 1926 e a administração escolar reclamava, a partir do ano letivo de 1933-1934, a responsabilidade de organização e realização de todas as ações no domínio da orientação profissional, pedagógico-didática, ideológica e ética dos docentes.

O desenvolvimento desses serviços de orientação, a nível regional, estava sob a responsabilidade dos dezoito inspetores de distrito, dos delegados dos inspetores e dos diretores das zonas escolares e escolas. Paralelamente existia ainda um corpo de dez inspetores orientadores, centralizado na capital, mas que exercia uma ação direta de doutrinação e fiscalização, participando em conferências de professores realizadas em várias zonas do país, e indireta essencialmente através dos textos que produziam para o boletim *Escola Portuguesa*.

Os serviços de orientação profissional desenvolveram um processo de construção de uma pedagogia nacional, sobretudo na fase de legitimação e consolidação do regime salazarista, que antes de apresentar um modelo próprio procurou marcar o seu distanciamento em relação à *Educação Nova* e ao modelo pedagógico republicano. A *Escola Ativa* foi a designação encontrada para essa pedagogia nacionalista e que acabou por integrar alguns dos princípios pedagógicos da *Educação Nova*, como a defesa de um ensino intuitivo baseado em centros de interesse, mas enquadrados numa visão conservadora.

A par dessa construção desenhou-se um processo de orientação ampla dos professores, direta e indireta, da responsabilidade dos serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino da DGEP. As dificuldades de um acompanhamento direto e regular da atividade docente, conduziu a que a administração escolar desenvolvesse estratégias indiretas, na área da formação profissional, através da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, e sobretudo dos meios de comunicação social. A Emissora Nacional foi um dos meios escolhidos para a divulgação da nova estrutura administrativa da direção geral e da política educativa salazarista através de um conjunto de palestras da responsabilidade do diretor geral e de elementos do corpo dos inspetores orientadores. Realizaram-se ainda, na rádio, várias palestras de carácter doutrinário sobre a escola primária, nos domínios político-administrativo e pedagógico.

O boletim da direção geral *Escola Portuguesa* funcionou como um canal privilegiado de interlocução entre a direção geral e os professores primários, nos domínios da doutrinação, da Didática e da Pedagogia e da regulação, após uma ação de censura e proibição de periódicos da imprensa da educação no início da década de 30. A sua importância era relevante e, embora a sua assinatura não fosse obrigatória, a sua leitura era recomendada e a sua presença assinalada no contexto de visitas inspetivas às escolas, porque era por seu

intermédio que as orientações de serviço eram difundidas e se desenvolvia uma intensa ação de doutrinação.

As ações inspetivas a escolas e lugares de professores eram a melhor forma de, simultaneamente e diretamente, orientar/doutrinar e fiscalizar o trabalho docente. Essas ações eram da responsabilidade dos serviços de orientação, verificando-se uma distribuição dos serviços de orientação, fiscalização e disciplinares entre os diretores dos distritos escolares e os inspetores. As visitas inspetivas eram realizadas essencialmente pelos diretores dos distritos escolares¹⁷⁰⁷, enquanto os inspetores eram essencialmente responsáveis pela parte disciplinar, desenvolvida no âmbito da instrução de processos e sindicâncias.

As inspeções tinham como principais objetivos o conhecimento da metodologia e processologia utilizada no ensino, os resultados escolares atingidos e de, pelo menos no campo teórico, acompanhar e aconselhar os docentes. O número de visitas às escolas era de curta duração e não eram repetidas na maioria dos casos, o que impossibilitava a verificação de uma eventual correção das falhas detetadas anteriormente. A falta de verbas, os condicionantes impostos pelo uso de transportes públicos, o peso do trabalho administrativo e a instrução e recolha de informações para os processos instaurados a docentes não só não permitiam o conhecimento de todos os professores que pertenciam à sua área geográfica e o seu acompanhamento periódico, como levavam a que cada funcionário realizasse várias visitas inspetivas no mesmo dia. Esses condicionalismos levaram a que o número de visitas às escolas fosse reduzido, à sua duração curta e que não fosse possível realizar, na maioria dos casos, uma nova ação inspetiva para verificar se as falhas detetadas teriam sido corrigidas.

As estratégias de orientação/doutrinação diretas eram desenvolvidas ainda em reuniões de professores, nas conferências pedagógicas, palestras e cursos de aperfeiçoamento da responsabilidade de inspetores orientadores, inspetores, diretores de distrito escolar e professores escolhidos pelos serviços regionais da administração escolar. As conferências, iniciadas no ano letivo de 1933-1934 respondiam aos eixos formativos de aperfeiçoamento cultural e profissional dos docentes. Nos dois primeiros anos letivos prevaleceu o eixo do aperfeiçoamento cultural, numa fase importante de doutrinação, para os professores

¹⁷⁰⁷ Designação que substituiu a de inspetores de distrito.

corrigirem e uniformizarem as suas práticas profissionais e pedagógicas. O conformismo era visível nas regras de funcionamento dessas preleções que não abriam qualquer hipótese de discussão do trabalho apresentado. No domínio formativo do aperfeiçoamento profissional, dominante a partir do ano letivo de 1935-1936, apresentavam-se trabalhos que incidiam sobre assuntos pedagógicos e sobretudo didáticos, sendo admitida discussão da tese apresentada por cada relator. A abertura para a discussão das teses relatadas servia também para indicar os professores intervenientes no debate, nos relatórios enviados à direção geral, e proceder a uma análise crítica da sua participação. Na década de 40, o número de conferências diminuiu e passaram a realizar-se, desde o ano letivo de 1943-1944, cursos de aperfeiçoamento profissional cujos temas eram indicados pela direção geral com carácter obrigatório e que incidiam sobre questões relacionadas com os objetivos da política educativa nessa fase, como a alfabetização dos adultos e apologia do espírito rural.

Em simultâneo com essa ofensiva orientadora/doutrinadora, o ministério adotou várias medidas que desvalorizaram esse grupo profissional, sobretudo com Cordeiro Ramos, nos domínios da formação para o magistério e da sua carreira profissional. No domínio das habilitações profissionais, alterou-se o funcionamento das escolas de formação de professores no sentido da simplificação dos requisitos de admissão e do currículo, encurtando-se ainda a duração do curso do magistério primário. A noção oficial que existiriam alunos e professores dessas escolas discordantes da política educativa e simpatizantes dos princípios da *Educação Nova* e de ideias liberais/comunistas esteve certamente subjacente à subordinação das escolas de formação à DGEP e à introdução de disciplinas que contribuíssem para a formação do perfil de professor primário idealizado pelo regime, nacionalista, disciplinado, e moralista, como foi o caso das disciplinas de Legislação do Ensino Primário e Educação Moral e Cívica. A imposição legal da realização de um Exame de Estado, no ano de 1934, para o exercício do magistério, e a presença no júri desses exames dos inspetores orientadores era ilustradora da fiscalização e do controlo da administração escolar sobre os novos professores, valorizando-se a sua formação nacionalista e descurando-se a componente psicopedagógica.

Essas alterações na orgânica das escolas de formação deram origem a críticas, caso da imprensa, sobre a introdução da religião no percurso formativo e a preparação deficiente dos alunos-mestres. Essas críticas e as informações veiculadas na imprensa e em relatórios

de inspetores sobre o posicionamento crítico de alunos e professores em relação ao regime e à sua política educativa, conduziram ao encerramento das escolas, em 1936, com o ministro Carneiro Pacheco. A sua reabertura, em 1942, apresentava alterações na orgânica de funcionamento, com a redução do curso do magistério primário para dois anos, a simplificação da estrutura curricular e a desvalorização das disciplinas pedagógico-didáticas que deixaram de ser lecionadas em todos os semestres do curso. As direções das escolas eram agora da confiança do ministério e o corpo docente tinha, anualmente, de ser identificado como “bons nacionalistas” nas listas que os diretores das escolas enviavam para a direção geral.

A frequência dessas escolas de formação era importante porque o seu diploma era a condição legal para o exercício da docência desde o início do século XX. A caracterização socioprofissional dos professores primários tinha que partir da sua formação, porque a matrícula numa escola de formação para o magistério, implicava a existência de recursos financeiros para o pagamento de propinas e até de alojamento para os alunos que não residiam na cidade onde funcionava a escola. A análise dos registos biográficos apontou para que um grupo significativo de alunos, de ambos os sexos, fosse proveniente de zonas rurais e que, por isso, necessitaria de alojamento, apesar da tendência para a matrícula se realizar numa escola do distrito de onde eram naturais ou num distrito próximo. Tendência que não podia ser considerada como sinal de uma origem modesta para a maioria dos candidatos às escolas de formação.

A correlação entre a frequência de uma escola de formação e a entrada no mercado de trabalho permitiu perceber se a frequência das escolas de formação tinha o exercício da docência como principal objetivo. Uma percentagem significativa de professores entrou no mercado de trabalho no ano da conclusão do curso ou no ano letivo seguinte, nomeadamente professores do sexo masculino. Verificou-se uma tendência para as mulheres iniciarem a docência mais tardiamente, embora não pudéssemos relacionar essa decisão com condicionalismos provocados pelo estado civil e/ou condicionantes financeiros.

A carreira profissional dos professores primários também sofreu alterações que contribuíram para a sua desvalorização profissional. A nomeação era feita pelo governo, as vagas nas escolas urbanas eram raras e as únicas possibilidades de trabalho, em muitos

casos, eram nas escolas rurais. Esse mercado de trabalho não era muito atrativo para os docentes, nomeadamente para os professores do sexo masculino, e existia uma recusa de vários docentes em permanecerem na mesma escola durante dois anos letivos seguidos. No período da Ditadura Militar existiam várias escolas fechadas por falta de professores como era noticiado com alguma regularidade na imprensa da educação. A partir de 1931, o provimento dos lugares nas escolas a concurso passou a ser feito pela habilitação profissional dos concorrentes, medida que abriu a possibilidade dos professores no início da carreira poderem concorrer às escolas situadas em sedes de distritos e concelhos, possibilidade que lhes tinha sido vedada em maio de 1926. Os professores passaram a estar divididos em duas categorias, geral e auxiliar, sendo o último desses quadros composto por professores destinados a satisfazer as vagas existentes e auferindo vencimento apenas no período de lecionação. O número de anos para um professor se tornar efetivo, aumentou para cinco anos traduzindo mais instabilidade nos primeiros anos do exercício da docência.

A par dessas alterações foram criados, em 1931, os postos de ensino defendidos como a forma de alfabetizar as crianças de todos os lugares do país, mas cuja docência foi entregue aos regentes escolares. Esses eram pessoas sem habilitação para a docência, mas a quem o ministério reconhecia competência ética para ministrar os conhecimentos mínimos do currículo do ensino primário. O seu vencimento era inferior ao dos professores auxiliares e vinha de encontro à política de contenção orçamental do Estado português. A criação da figura do regente escolar causou algum mal-estar na classe profissional dos professores, pela redução da oferta de trabalho e pela falta de requisitos académicos para o exercício da docência. A resposta às expectativas dos docentes não foi o fim dessa figura profissional, apresentada aquando da sua criação como uma medida temporária, mas antes a criação de um exame de aptidão para a regência e a separação dos dois grupos profissionais feita em 1937, através da criação do quadro dos regentes escolares e do quadro dos professores agregados, anteriormente designados por auxiliares. Os próprios regentes também ganhariam, em 1943, o direito de serem nomeados, em regime de comissão para as escolas primárias, face à redução do número de professores provocada pelos efeitos do encerramento das Escolas do Magistério Primário. Essa nomeação abriu a possibilidade dos regentes ganharem um vencimento superior ao atribuído à docência dos postos escolares, embora continuasse a não abranger o período das férias escolares.

A progressão na carreira era importante pelos direitos profissionais concedidos, nomeadamente as diuturnidades. O número de faltas e a classificação do serviço docente condicionavam as possibilidades de promoção. O sistema de faltas em vigor era discricionário para as mulheres, porque a licença de maternidade era contada como faltas ao serviço e um número de faltas superior a 30 dias impedia a concessão de uma diuturnidade. O sistema de progressão sofreu várias alterações que implicaram o aumento do número de anos em cada categoria e a diminuição do número de diuturnidades, com implicações nos vencimentos mensais. Na década de 30, os vencimentos dos professores primários conduziram a uma degradação das suas condições de vida, face ao aumento do nível do custo de vida, após uma melhoria sentida no seu estatuto económico na década de 20.

A classificação do serviço docente conheceu alterações com a reforma de Cordeiro Ramos de 1933 e algumas reações críticas de professores, nos seus registos biográficos e na imprensa da educação. A classificação que até então compreendia uma escala entre o muito bom e o bom foi reduzida para suficiente e deficiente, abrangendo a classificação de suficiente os níveis anteriores de muito bom, bom e suficiente. Duas classificações de deficiente implicariam a perda de diuturnidade e a instauração de um processo disciplinar por infração relacionada com o incumprimento dos deveres profissionais do docente.

Os professores acabavam por conhecer várias escolas ao longo da sua carreira, questão impeditiva de estabilidade profissional e familiar, porque distanciava, muitas vezes, o professor da sua família. A tendência apontava para que essas escolas se situassem no mesmo distrito escolar, embora pudessem variar de concelho, e para que o número de escolas tenha sido inferior no período republicano e superior a partir da Ditadura Militar e no Estado Novo, sobretudo, nos anos 40 e 50.

O número médio de anos de permanência na docência situava-se entre os 30 e os 39 anos para ambos os sexos e a aposentação foi o principal motivo do fim da carreira docente. Os professores que requereriam licença ilimitada eram principalmente do sexo feminino e algumas dessas docentes estavam casadas com homens com um rendimento socioeconómico superior ao seu.

A construção social sobre o género influenciou discursos e práticas sobre a identidade socioprofissional do professorado primário. A feminização era uma realidade na docência e

nas escolas de formação, tendência que sofreu apenas uma alteração em relação às matrículas nas escolas de formação, no início dos anos 30, quando passou a ser exigido, no ano letivo de 1930-1931, um exame que incidia sobre conhecimentos dos programas do ensino liceal. No entanto, essa situação já se tinha invertido no ano letivo de 1934-1935 e essa feminização relacionava-se com o nível salarial baixo, que afastaria os homens do exercício da docência, mas sobretudo pela maior oferta de trabalho para as mulheres com o fim da coeducação. Os professores tinham acesso aos lugares de diretor de escola e delegado escolar, em exclusividade na década de 30 para o sexo masculino, e preferencialmente aos lugares das escolas masculinas, e as professoras tinham acesso às escolas femininas, mistas e masculinas.

A moralização da escola primária portuguesa e do seu corpo docente intensificou-se com o ministro Carneiro Pacheco que foi o responsável pela consolidação e desenvolvimento do projeto de uma escola de massas nacionalista. O novo nome do ministério e a entronização do crucifixo no espaço escolar foram referenciais simbólicos dos princípios do nacionalismo e da moral cristã que deveriam guiar toda a comunidade escolar. A conjuntura internacional marcada pela instabilidade política em Espanha e o deflagrar da guerra civil, em 1936, intensificou os textos doutrinários, numa ofensiva contra o comunismo, e o eixo disciplinar dos serviços da direção geral ganhou relevo. Assistiu-se à união dos serviços de orientação e disciplina através da criação de um corpo de doze inspetores disciplinadores e orientadores e advertiu-se os professores, a partir do ano letivo de 1936-1937, que seriam aplicadas sanções aos professores e outros funcionários que não cumprissem as orientações da DGEP. Essa ação repressiva desenvolveu-se em relação a professores, sobretudo do sexo feminino, e a quatro inspetores que foram dispensados dos serviços de orientação.

A conceção dos funcionários da cadeia hierárquica da DGEP, incluindo os professores, como interlocutores entre a administração central e a população local, justificava que, tal como os restantes funcionários públicos, dessem provas da sua integração na ordem constitucional e de repúdio ao comunismo. Mais importante que o diálogo e a partilha de saberes entre pares era criar espaços de reunião, pelos serviços centrais e locais da DGEP, para a socialização política, como as reuniões anuais dos funcionários superiores da direção geral e as conferências e cursos de aperfeiçoamento para docentes. Os inspetores e

os professores preocupavam-se em apresentar, nessas conferências e nos seus relatórios, um perfil de bons profissionais e nacionalistas.

A partir do Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936, a construção cultural da profissão docente estruturou-se num forte código de conduta moral e no conhecimento científico e competência profissional do docente. Os deveres profissionais e éticos eram permanentemente lembrados aos professores primários, salientando-se a importância do cumprimento da regulação, a obediência e o respeito aos superiores e a sua função social no meio local. A disciplina e o controlo profissional dos professores eram exercidos indiretamente através de mecanismos burocráticos ligados ao recenseamento e matrícula, escrituração escolar e estatística. Apesar do peso do trabalho administrativo e da modelação oficial do trabalho docente, em termos espaço-temporais, existia margem para a autonomia das práticas pedagógicas porque, na realidade profissional, os professores não podiam seguir integralmente a regulação em vigor e tinham que adaptar as suas metodologias e práticas às condições materiais do espaço escolar e ao número de alunos e de classes que compunham o seu grupo-turma. A padronização era feita também pelos rituais escolares impostos pela administração escolar, com carácter regular ou extraordinário, que marcavam o quotidiano escolar e eram, muitas vezes, abertos à comunidade local como uma forma de identificação da população local com o ideário e a política salazarista.

A importância da conduta ética e moral já fazia parte dos deveres do professorado no período liberal, porém essa moralização cristianizou-se e tornou-se um enfoque dominante nos discursos e práticas dos serviços orientadores e disciplinares da DGEP. A preocupação com a integração dos professores no meio local e a hostilidade dos habitantes locais aos professores formados em meios urbanos e com costumes diferenciados, conduziu a uma ação ofensiva de controlo, de natureza totalizante, do professorado, procurando defender-se a administração escolar dos escândalos e do avolumar de queixas, muitas infundadas, denunciando comportamentos considerados desviantes em relação aos padrões sociais e morais dominantes na comunidade local. Fiscalizava-se e avaliava-se a forma como os docentes guiavam a sua vivência, pública e privada, pelos valores oficiais e pelos normativos em vigor, procurando identificar e sancionar eventuais focos de resistência ao conformismo que se esperava do corpo docente. Oficialmente, em discursos produzidos no seio da administração escolar, responsabilizava-se por esses comportamentos os

professores herdados da escola republicana, mas vários dos processos instaurados nas décadas de 40 e 50 correspondiam a professores que iniciaram a sua atividade docente após a implantação da Ditadura Militar.

O estado civil dos professores foi objeto de controlo e disciplina pela administração escolar. A maioria dos professores de ambos os sexos eram casados, questão que poderia justificar o facto do debate sobre a feminização da docência e o estado civil das docentes começasse a ser gradualmente substituído por práticas discursivas que valorizavam a mulher professora dotada de competências científicas necessárias ao exercício do magistério. A apresentação de um modelo maternal e profissional da professora primária não foi contemplado, pela administração escolar, no quotidiano profissional, nomeadamente no domínio dos direitos materno-infantis, nos condicionalismos impostos pelo número de faltas à progressão na carreira e nas medidas disciplinares sancionatórias aplicadas às mães solteiras.

A valorização do casamento como ritual regenerador e construtor de uma nova célula familiar esteve presente na ação disciplinar da administração escolar sobre o corpo e os afetos dos docentes. A origem e o processo de escolha do cônjuge eram motivos de preocupação para a administração escolar, devido aos efeitos negativos que poderia provocar à integração do docente na comunidade local. Os professores da amostra de registos biográficos analisados eram na sua maioria casados com mulheres de rendimento equivalente ao seu, nomeadamente professoras primárias, e em segundo lugar com domésticas, e não revelavam uma tendência para criarem laços com elementos da comunidade local através do matrimónio. Os professores também procuravam compensar o baixo salário com a acumulação de outras funções, permitidas pela legislação em vigor, situação que não era fácil nas zonas rurais e, por isso, existiria um certo desinteresse em relação ao provimento para essas escolas. O seu número reduziu-se significativamente nas décadas de 40 e 50 face ao aparecimento de oportunidades profissionais melhor remuneradas.

A mesma tendência em relação aos casamentos não foi encontrada para as professoras. Casavam preferencialmente com homens da população ativa e com uma situação económica equivalente à sua, com destaque para os professores primários. No entanto, a análise dos registos, dos processos de casamento e disciplinares, apontou para que uma

percentagem importante de professoras desenvolvesse relações afetivas e casasse com elementos da comunidade local onde exercia a sua atividade profissional e um grupo ainda relevante casaria com homens de rendimento superior ao seu. A maior heterogeneidade das condições socioeconómicas dos maridos das professoras estaria também relacionada com os baixos salários do professorado primário e as referências, na imprensa e em relatórios de inspetores, às dificuldades financeiras de docentes, nomeadamente do sexo feminino.

O controlo e disciplina das relações amorosas dos docentes incidiram sobre o namoro, as relações fora do casamento, designadas por mancebia, e o casamento. A construção social sobre o género condicionou o exercício do controlo e da ação disciplinar, uma vez que era exercido um olhar mais tolerante sobre as relações afetivas dos professores do sexo masculino, desde que não se envolvessem com mulheres casadas. Algumas professoras resistiam aos constrangimentos impostos ao seu corpo e afetos, através do vestuário e procurando manter as suas relações afetivas fora do controlo da regulação e da pirâmide de olhares disciplinares que sobre elas exercia vigilância.

A partir de 1936 passou-se a exigir aos docentes mais um dever ético-profissional e que consistia na prática de uma conduta própria de um educador sob pena de demissão para casos de escândalo público com carácter permanente ou para situações em que o docente assumisse uma posição contrária à ordem social e política instituída pela *Constituição de 1933*. A partir de 1938, a idoneidade moral transformou-se num pilar da escola primária, segundo a Lei de Bases do Ensino Primário, e em 1943 no novo *Regulamento dos Funcionários Cíveis do Estado* passou a estar contemplada a questão moral quando se referia à prática de atos que ofendessem os deveres legais e morais impostos aos cidadãos.

A ação disciplinar moralizadora estendeu-se, desde o ano de 1936, ao casamento das professoras que passou a necessitar de autorização do Ministro da Educação Nacional. Ao pretendente eram exigidas provas de um rendimento compatível com o da professora e o seu bom comportamento moral e civil. A importância oficial do casamento e os escândalos e intromissões dos seus maridos nos trabalhos escolares conduziram a essa disposição legal e ao controlo sobre a sua vida afetiva. Pretendia-se que a professora casasse com homens de uma condição social equivalente à sua e não fosse motivada por paixões de curta duração, pois as tensões daí resultantes poderiam ter um impacto negativo no exercício da sua função social no meio local. Essa preocupação poderia explicar o número reduzido de

não autorizações e o facto de termos identificado processos de autorização em que o pretendente tinha rendimentos inferiores aos auferidos pela professora. Os condicionalismos impostos levaram a que as docentes desenvolvessem estratégias que lhes permitissem resistir a esse constrangimento, como a celebração do casamento antes da realização do Exame de Estado ou a falsificação de dados relativos ao rendimento do pretendente.

O incumprimento dos deveres profissionais, incluindo morais, implicava a instauração de processos disciplinares a cargo de inspetores nomeados pela direção geral. Os inspetores no perfil profissional que construíam procuravam desvalorizar esse papel disciplinar e apresentava antes um perfil de um profissional nacionalista, empenhado na concretização do projeto de educação nacionalista, e na orientação profissional dos docentes. No entanto, a orientação não era o principal vetor da sua atividade profissional e grande parte do seu trabalho mensal encontrava-se relacionado com a instrução de processos de inquérito e disciplinares a docentes.

Até 1943 foi mantido em vigor o *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado* publicado em 1913. As principais preocupações da administração escolar consistiram na simplificação da organização dos processos disciplinares, em setembro de 1926, e numa maior eficiência dos serviços disciplinares, embora numa perspetiva de redução dos custos, em 1931. Foram ainda introduzidas alterações nas penalidades a aplicar, aumentando o seu número e tendo as penas uma nova gradação. O Conselho do Central de Inspeção foi responsável, desde 1928, pela instrução e julgamento dos processos, passando esse órgão a ser dirigido pelo diretor geral do ensino primário a partir da centralização de serviços iniciada em 1930. Nesse mesmo ano, esse órgão acabou por ser substituído pelo Conselho do Magistério Primário, cuja existência foi também de curta duração, uma vez que em 1936 foi substituído pelo Conselho Permanente de Ação Educativa sob alçada da JNE e com jurisdição disciplinar sobre todos os funcionários do MEN. O Conselho pronunciava-se sobre os relatórios dos inspetores instrutores, sancionando ou não a proposta do inspetor instrutor, e o ministro homologava ou não o seu parecer.

Em 1943 foi finalmente publicado um novo *Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado*, diploma onde o poder disciplinador da administração escolar se revelava

mais pesado na gradação das penas aplicadas. A questão da integração dos professores no meio local estava contemplado na pena 4º que seria aplicada aos docentes, professores e regentes, que não pudessem manter-se no meio em que lecionavam com o prestígio correspondente à função de educadores ou se revelassem elementos perturbadores da vida local devido a incompatibilidades com a população local. A questão política também passou a estar presente nas penalidades, porque as penas de 7º a 9º seriam aplicadas a docentes que praticassem infrações disciplinares de carácter político.

Os processos eram instaurados na sequência de ofícios e relatórios dos superiores dos docentes ou por via de queixas da população e autoridades locais. Considerava-se que a sua instauração tinha um poder corretivo superior ao poder punitivo, porque servia de motivação, a curto prazo, para a correção de falhas por parte dos infratores. A imprensa e os relatórios dos inspetores apontavam, no entanto, que muitos processos eram acionados na sequência de denúncias falsas, situação que conduzia ao arquivamento do processo, mas que não deixava de ter um impacto negativo na vida socioprofissional dos docentes. Tendo essa situação de desprestígio em consideração, o regulamento determinava que os infratores, após o cumprimento da pena, fossem reintegrados na sua atividade profissional, sempre que possível, num lugar diferente daquele em que lecionavam anteriormente.

A suspensão de vencimento durante a instrução, as multas cobradas, os dias de suspensão sem vencimento e o pagamento de ajudas de custo agravavam as dificuldades financeiras dos docentes e eram tidas em consideração, como atenuantes, nas propostas de pena dos relatórios dos inspetores, sobretudo em relação às professoras. A essa atenuante acrescentavam-se a confissão espontânea, a prestação de dez anos de bom serviço docente, a prática do catolicismo, e os bons serviços à Pátria que se resumiam a ser considerado um bom nacionalista e católico nos relatórios dos processos. Em contrapartida registou-se, com o novo regulamento, um aumento dos fatores agravantes da pena e introduziu-se como condições agravantes a prática de atos prejudiciais para o serviço público e a reincidência durante o cumprimento de pena disciplinar. A partir de 1950 foi aberta a possibilidade do professor poder beneficiar de uma amnistia governamental para crimes ou faltas disciplinares de natureza política, desde que fosse provado que estava integrado na ordem social estabelecida.

A análise da amostra dos processos apontou para uma heterogeneidade de infrações que conduziram à decisão da sua instrução. Foi necessário proceder a uma categorização facilitadora da análise das infrações que originaram esses processos: incumprimento dos deveres profissionais, conduta moral imprópria, castigos corporais, espírito de oposição política, desrespeito pelos superiores e exercício de outras funções.

O maior peso nas infrações devia-se ao incumprimento dos deveres profissionais e sobretudo a questões relacionados com problemas de assiduidade e pontualidade, dado que desmotivavam os alunos, condicionando a sua frequência, e influenciavam negativamente os resultados escolares. As penalidades aplicadas foram na geralidade pouco pesadas e mais heterógeneas nas infrações relacionadas com as práticas pedagógicas dos professores. As infrações ligadas a furtos, falsificações e agressão entrecruzavam as dimensões profissional e ética e corresponderam a medidas sancionatórias severas, tendo sido aplicadas multas mais pesadas e penas de afastamento, suspensão e demissão.

O exercício de outras funções em acumulação com a docência requeriam autorização superior. Era uma opção essencialmente tomada por professores do sexo masculino, para equilibrar o orçamento familiar, e, por isso, considerámos natural que a maior representatividade de infratores fosse do sexo masculino. O rigor com que a DGEP olhava para essas situações estaria certamente relacionado com a gradação das penas aplicadas que incluiu suspensões de 120 e 180 dias. Esse rigor deveria ainda ser visível na aplicação das penalidades nos processos por desrespeito pelos superiores hierárquicos, sobretudo instaurados a docentes do sexo masculino, mas, no entanto, só foi aplicada uma suspensão e não foi aplicada a pena de inatividade que se encontrava prevista na lei para casos graves de desrespeito pelo superior hierárquico.

O olhar disciplinador dos serviços da direção geral e do ministro sobre os castigos corporais não foi severo, apesar de corresponder ao terceiro maior conjunto de processos da amostra, muitos resultantes de queixas de encarregados de educação. A aplicação de castigos ditos paternais, segundo a terminologia legal em vigor criada no período republicano, era possível à luz do entendimento da função do professor como um educador. As posições dos inspetores nos relatórios dos processos espelhavam o debate na imprensa da educação sobre o emprego de castigos corporais na escola primária. As penalidades aplicadas, de pouca gradação, e o número significativo de arquivamentos

refletiam a posição oficial da administração escolar sobre esse assunto, defensora de uma escola primária guiada pelos princípios da ordem e obediência.

Os processos por infrações de natureza política eram instaurados com base num diploma legal de 1933, o Decreto-Lei n.º 23203, de 6 de novembro, e motivados por informações da polícia política, do MI, dos superiores hierárquicos dos professores e denúncias da população local. O processo político era controlado pelo MI e o MEN só tinha conhecimento, por vezes, do seu desfecho através da imprensa, não existindo uma partilha de informação entre os dois ministérios. As penas aplicadas eram independentes do processo judicial que decorria, após a detenção pela polícia política. As sanções foram heterógenas e tiveram em consideração os obstáculos colocados ao seu desempenho profissional e ao seu prestígio no meio local. As sanções mais severas, suspensão e demissão, foram aplicadas a professores presos pela PIDE ou que apresentaram também uma conduta moral imprópria. A ausência de documentação em muitos dos processos instaurados não permitiu uma análise mais aprofundada das medidas coersivas aplicadas, uma vez que não foram encontradas as sanções aplicadas a vários professores que participaram na campanha eleitoral de Norton de Matos.

Os processos por conduta moral imprópria de um educador, foram instaurados na sua maioria a professoras de zonas rurais, resultantes das denúncias da população local e do controlo dos seus superiores hierárquicos. Foi neste eixo interpretativo do poder disciplinar que identificámos mais processos instaurados a regentes. As infrações e penalidades aplicadas foram condicionadas pelo género e pela categoria profissional dos docentes, porque foram mais pesadas as penas aplicadas a regentes.

A dimensão ética e moral teve um peso importante na orientação e disciplina dos docentes. A definição de conduta moral do *Regulamento do Ensino Primário e Normal* de 1919 manteve-se em vigor e determinava que o professor deveria ter uma conduta socioprofissional que merecesse o respeito da população. Assim defendia-se que o professor deveria ser um espelho de moralidade no meio local porque se entendia que a sua conduta era modeladora de comportamentos locais. A conduta moral imprópria incluía problemas de alcoolismo, abusos de menores e infrações localizadas na área dos afetos. As penalizações mais pesadas foram impostas aos docentes do sexo feminino e só foram atenuadas ou arquivadas, no caso de relações amorosas consideradas ilícitas, se a docente

contraísse matrimónio. A maior liberdade concedida ao homem no campo da sexualidade pesou favoravelmente nas sanções aplicadas, mas foi bastante severa com práticas consideradas desviantes relacionadas com a homossexualidade e com o abuso sexual de menores que conduziram à demissão de professores do sexo masculino. A mesma penalização severa não foi aplicada a professoras que permitiram a presença dos maridos na sala de aula e no espaço escolar, dando origem a casos de abusos de natureza sexual.

O exercício do poder dos serviços disciplinares apontou para uma intensificação do controlo dos professores em determinados períodos refletindo o processo de consolidação do regime e a conjuntura política nacional e internacional, questões que poderiam explicar, apesar das oscilações, que o número de processos instaurados tenha aumentado em dois momentos, 1936 a 1939 e 1946 a 1953. O primeiro período correspondeu a uma intensificação do controlo e repressão do professorado em nome do combate ao comunismo, sob a influência da situação política espanhola. O segundo período correspondeu ao pós-segunda guerra e continuou um processo de intensificação da doutrinação e controlo do professorado que marcou a década de 40, valorizando-se os princípios da disciplina e obediência. O maior número de processos por oposição política foi instaurado no contexto de atividades ligadas ao MUD e à campanha eleitoral de Norton de Matos nos finais da década de 40 e inícios da década seguinte.

A década de 50 marcou uma inflexão na política educativa, marcada por uma grande aposta na alfabetização dos portugueses através das Campanhas de Educação Popular e Nacional para a Educação de Adultos. Os serviços disciplinares e de orientação foram de novo separados e aumentou o número de funcionários nas direções dos distritos escolares, por forma a libertar os seus diretores de trabalho administrativo em benefício do desenvolvimento de ações inspetivas orientadoras. Aumentou o número de ações inspetivas, mas a maioria dos processos da nossa amostra dessa década não corresponderam a questões profissionais, mas a infrações por conduta moral imprópria e espírito de oposição política.

As penas aplicadas não indicaram uma grande severidade do poder disciplinar, apesar das disposições legais, sobretudo desde 1943, apontarem nesse sentido, à exceção das penas aplicadas aos arguidos dos processos por conduta considerada imoral, infrações de carácter político infrações ligadas a furtos, agressões e falsificações, processos onde foram

aplicadas as penas de maior gradação e o maior número de penas a partir da pena 4º. A sanção de afastamento para outro serviço análogo, pena 4º, foi o recurso utilizado pela administração escolar para limitar o grau e a duração do escândalo que a conduta do docente tinha causado entre os habitantes da comunidade local.

Uma investigação por mais exaustiva que procure ser deixa sempre muitos campos em aberto e levanta pistas para investigações futuras. O levantamento do espólio documental do MIP, a ser desenvolvido no presente momento, abrirá novas hipóteses de trabalho de investigação sobre os processos disciplinares instaurados a professores antes de 1926, estudando-se as causas e as penalidades aplicadas, o que vai possibilitar desenvolver um estudo comparado com os processos instaurados a partir do período da Ditadura Militar. É igualmente importante a análise dos relatórios dos inspetores do ensino liceal e dos processos instaurados a professores desse nível de ensino para compreender se existiam práticas inspetivas comuns em relação aos professores do ensino primário e liceal, nos domínios da orientação e fiscalização. Apontamos ainda o caso do estudo das conferências pedagógicas para professores do ensino liceal, realizadas no Liceu de Pedro Nunes e que se encontram no seu Arquivo Histórico. A sua análise apontará muito provavelmente para práticas discursivas doutrinadoras/orientadoras diferenciadas em relação aos professores desses dois níveis de ensino.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1. 1. Fontes de Arquivo

Ministério da Educação, Secretaria-Geral, Arquivo Histórico

- CONSELHO SUPERIOR INSTRUÇÃO PÚBLICA

Actas, 1934.

- GABINETE DO MINISTRO

Caixa 19-3547-Processos Disciplinares, Inquéritos, 1949, 1955 a 1956.

- DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO LICEAL

Caixa 1053 –Licenças e Aposentações.

- DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO

a) CASAMENTOS

Caixa 13 –663 – Casamentos, 1944.

Caixa 13 –664 – Casamentos, 1944.

Caixa 13 –915 – Casamentos, 1943-1944.

Caixa 13 –916 – Casamentos, 1945-1946.

Caixa 13 –917 – Casamentos, 1945-1946.

Caixa 13 –940 – Casamentos, 1954.

Caixa 13 –1016 – Casamentos, 1945-1946.

Caixa 13 –1043 – Casamentos, 1928-1938.

Caixa 13 –1188 – Casamentos, 1948-1950.

Caixa 13 –1201 – Casamentos, 1937-1951.

b) CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (PROFESSORES)

Caixa 1374 –1954-1955.

Caixa 3172 –1955-1956.

Caixa 3177 –1953.

Caixa 3214 –1952-1957.

Caixa 3216 –1954-1955.

Caixa 3217 –1954-1957.

Caixa 3289 –1954.

Caixa 3435 –1953-1955.

Caixa 3440 –1953-1955.

Caixa 3477 –1954-1955.

c) CIRCULARES

Caixa 15 -3454 –Circulares 1927-1928.

Caixa 3230 – Circulares, 1932-1971.

Circulares 500 a 599, AH425.

d) CONDECORAÇÕES

Caixa 120 –Condecorações, 1958-1971.

Caixa 121 –Condecorações, 1958-1971.

Caixa 127 –Condecorações, 1946.
Caixa 128 –Condecorações, 1957-1958.
Caixa 129 –Condecorações, 1958-1972.
Caixa 132 –Condecorações, 1972-1973.

e) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIREÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO

Caixa 2546 –Livro de Registo de Actas das Sessões do Conselho de Administração da Direcção Geral do Ensino Primário, 1948-1956.
Caixa 2962 –Livro de Registo de Actas das Sessões do Conselho de Administração da Direcção Geral do Ensino Primário, 1933-1948.

f) CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Caixa 5- 142-Cursos de Aperfeiçoamento, 1950.
Caixa 39-1408-Cursos de Aperfeiçoamento, 1951.

g) DIRECÇÕES ESCOLARES

Caixa 989-Direcções Escolares, 1947-1949.
Caixa 990-Direcções Escolares, 1954-1967.
Caixa 991-Direcções Escolares, 1951-1960.
Caixa 1037-Direcções Escolares, 1949.

h) DIVERSOS

Caixa 5-1035-Diversos, 1955-1956.
Caixa 5-1084, 1938.
Caixa 133-Diversos, 1936-1950.
Caixa 926-Diversos, 1943.
Caixa 930-Diversos, 1943.
Caixa 931-Diversos, 1943.
Caixa 943-Diversos, 1944.
Caixa 1037-Diversos, 1947-1949.
Caixa 1049-Diversos, 1953.
Caixa 1436-Diversos, 1950.
Caixa 1542-Diversos, 1953.
Caixa 3438-Diversos, 1950
Caixa de 1945-1948.
Caixa 39-1408, 1951.
Caixa 9/612 (sem data).

i) EXAMES DO ESTADO

Caixa 1-3540-Exames do Estado, 1938.
Caixa 115-Exames do Estado, 1955.

l) PROCESSOS DISCIPLINARES

Caixa 1-33-Processos Disciplinares, 1944.
Caixa 1-36-Processos Disciplinares
Caixa 1- 37-Processos Disciplinares.

Caixa 1-41-Processos Disciplinares, 1944-1946.
Caixa 1-42-Processos Disciplinares, 1944.
Caixa 1-43-Processos Disciplinares, 1944.
Caixa 1-44-Processos Disciplinares, 1944-1945.
Caixa 1-45-Processos Disciplinares, 1944-1945.
Caixa 1-47-Processos Disciplinares, 1944-1945.
Caixa 1-48-Processos Disciplinares, 1945; 1952-1953.
Caixa 1-51-Processos Disciplinares, 1945.
Caixa 1-53- Processos Disciplinares, 1945-1946.
Caixa 1-55-Processos Disciplinares.
Caixa 1-56-Processos Disciplinares, 1945-1946.
Caixa 1-57-Processos Disciplinares, 1946.
Caixa 1-61-Processos Disciplinares, 1946-1947.
Caixa 1-62-Processos Disciplinares, 1946.
Caixa 1-63-Processos Disciplinares, 1946.
Caixa 1-65-Processos Disciplinares, 1945.
Caixa 1-66-Processos Disciplinares, 1945.
Caixa 1-67-Processos, 1946-1947.
Caixa 1-68-Processos (sem data).
Caixa 1-71-Processos (sem data).
Caixa 1-75-Processos (sem data).
Caixa 1-76-Processos (sem data).
Caixa 1-77-Processos (sem data).
Caixa 1-82-Processos (sem data).
Caixa 1-83-Processos (sem data).
Caixa 1-84-Processos (sem data).
Caixa 1-92-Processos (sem data).
Caixa 1-100-Processos, 1949.
Caixa 1-102-Processos (sem data).
Caixa 1-103-Processos (sem data).
Caixa 1-105-Processos (sem data).
Caixa 1-106-Processos, 1950.
Caixa 1-107-Processos (sem data).
Caixa 1-108-Processos (sem data).
Caixa 1-110-Processos, 1944-1946
Caixa 1-111-Processos, 1951.
Caixa 1-116-Processos, 1951.
Caixa 1-122-Processos, 1947-1948.
Caixa 1-129-Processos (sem data).
Caixa 1-135-Processos (sem data).
Caixa 1-137-Processos (sem data).
Caixa 1-138-Processos (sem data).
Caixa 1-141-Processos, 1953.
Caixa 1-148-Processos (sem data).
Caixa 1-149-Processos, 1953.
Caixa 1-153-Processos (sem data).
Caixa 1-154-Processos (sem data).

Caixa 1-160-Processos, 1952.
Caixa 1-161-Processos (sem data).
Caixa 1-165-Processos (sem data).
Caixa 1-167-Processos (sem data).
Caixa 1-170-Processos (sem data).
Caixa 11-47-Processos.
Caixa 921 – Licenças e Aposentações, 1949-1950.

m) REGISTOS BIOGRÁFICOS

Caixa 1077-1939.
Caixa 2491-883-1930.
Caixa 2492-1887-1955.
Caixa 2495-1879-1929.
Caixa 2495 A-1879-1929.
Caixa 2498-1871 a 1931.
Caixa 2498 A-1871 a 1931.
Ficheiro em Excel da DREALG-Cadastro Pessoal Docente e Não Docente

n) RELATÓRIOS/RELATÓRIOS DE INSPECTORES

Caixa 3-106 Relatórios [Estágios], 1943-1944; 1953.
Caixa 3-107 Relatórios [Estágios], 1936-1939; 1943-1944.
Caixa 15-667-Relatórios de Inspectores, 1947-1949.
Caixa 15-668-Relatórios de Inspectores, 1947-1948.
Caixa 15-2687-Relatórios de Inspectores, 1938 - 1958.
Caixa 15-3610-Relatórios de Inspectores, 1962-1963
Caixa 15-2687-Relatórios de Professores, 1938-1940.
Caixa 15-3454-Inspecções Escolares, 1927-1928.

o) CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Caixa 39-1408.

- JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Caixa 19-Processos Ensino Primário, 1932-1967.
Caixa 31-Actas.
Caixa 296-Actas, 1937-1938.
Caixa 23-Conselho Permanente de Acção Educativa, Processos Disciplinares, 1944-1945.
Caixa 29-Conselho Permanente de Acção Educativa, Actas e Processos.
Caixa 30-Conselho Permanente de Acção Educativa, Processos.
Caixa 283-Processos Ensino Primário, 1954-1955.
Caixa 284-Processos Ensino Primário 1954-1955.
Caixa 2-103-Processos Disciplinares, 1931-1932.
Caixa 2-104-Processos Disciplinares/Reintegração/Inquéritos/Sindicâncias, 1927-1928; 1932.
Caixa 2-112-Processos Disciplinares (sem data).
Caixa 2-137-Processos Disciplinares/Reintegração/Inquéritos/Sindicâncias, 1929-1930.
Caixa 2-348-Processos Disciplinares, 1936-1938.
Caixa 2-349-Processos Disciplinares, 1935-1938.

Caixa 2-350-Processos Disciplinares, 1936-1937.
 Caixa 2-351-Processos Disciplinares, 1935-1938.
 Caixa 2-352-Processos Disciplinares (sem data).
 Caixa 2-353-Processos Disciplinares, 1936-1939.
 Caixa 2-367-Processos Disciplinares, 1936-1938.
 Caixa 2-346-Processos Disciplinares, 1935-1938.
 Caixa 2-368-Processos Disciplinares, 1936-1937.
 Caixa 2-369-Processos Disciplinares, 1936-1937.
 Caixa 2-370-Processos Disciplinares, 1936-1939.
 Caixa 2-374-Processos Disciplinares, 1952 – 1953.
 Caixa 2-381-Processos Disciplinares, 1936-1939.
 Caixa 2-382-Processos Disciplinares, 1935-1941.
 Caixa 2-385-Processos Disciplinares, 1937-1938.
 Caixa 2-436-Processos Disciplinares, 1936.
 Caixa 2-890-Processos Disciplinares, 1931-1952.
 Caixa 2-1374-Processos Disciplinares/Reintegração/Inquéritos/Sindicâncias, 1913-1951.
 Caixa 2- 2890-Processos Disciplinares (sem data).
 Caixa 23-112-Processos Disciplinares, 1952-1953.
 Caixa 23-113-Processos Disciplinares, 1952-1953.
 Caixa 23-123-Processos Disciplinares, 1952-1953.
 Caixa de Processos. 1951.
 Caixa de Processos, 1954-1957.

- MOCIDADE PORTUGUESA

Caixa 1-1549 – Ordens de Serviço, 1950-1951 a 1954-1955.
 Caixa 1-3826 – Ordens de Serviço, 1940-1941 a 1956-1957.

- CAIXAS NÃO INVENTARIADAS - MIP

Caixa sem número. MIP, Repartição Pedagógica, Ofício datado de 19 de julho de 1934.
 Caixa 13-1016.
 Caixa 13-663.

- FOTOCÓPIAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES

JNE, Processo n.º 152/7 datado de 1944.
 Processos 1951 e 1952-1953.

Arquivo da Escola Superior da Educação de Lisboa

Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa, 1915-1926.
Actas do Conselho Escolar da Escola do Magistério Primário de Lisboa, 1930-1934 e 1943-1972.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

a) ARQUIVO SALAZAR

ANTT, AOS/CP – 208 -Braga Paixão, 1962.
 ANTT, AOS/CP/ 234 -Cordeiro Ramos 1932-1962.
 ANTT, AO/CO/ED – 1G -Correspondência sobre a reforma do ensino primário.
 ANTT, AOS/CP/202 1-474 1931-1944 -Felismina Glória Oliveira.

ANTT, AOS-CO-PC-2D, 322-337, 13-14 junho 1947. Nota oficiosa do Conselho de Ministros sobre a prisão e demissão de oficiais do exército e da marinha e de professores universitários.

b) ARQUIVO DA PIDE

ANTT, Arquivo da Pide. Processo do Professor. Boletim n.º 96709 de 30 de abril de 1948 ao presidente da Câmara Municipal de Fafe.

ANTT, Arquivo da Pide. Processo do Professor. Processo 977/48.

ANTT, Arquivo da Pide. Processo da Professora. Boletim n.º 115109 NT 8044.

ANTT, Arquivo da Pide, Registo n.º 8602/951. Informação do Ministério da Educação Nacional de 11 de dezembro de 1951.

ANTT, Arquivo da PIDE, SV, E/GT 685 NT 1445.

c) MINISTÉRIO DO INTERIOR

ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 468 Pt 26/6, confidencial 380.

Arquivo da Universidade do Algarve – Escola do Magistério Primário de Faro

ACUAlg/EMPF/Dp3/E1/P39/Cx335. Livro 2 (1-90).

ACUAlg/EMPF/Caixa 339, Livro 4.

ACUALG/EMPF/Dp 3/P39/caixa 345 Livro 10 (1-35; 36-48) de 1954.

ACUAlg/EMPF/Caixa 346, Livro 16 H.

ACUAlg/EMPF/Dp3/E1/P42/Caixa 364, Livro A.

Museu Escolar de Marrazes

Circular n.º 5 de 16 de abril de 1929. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

Circular n.º 24 de 26 de fevereiro de 1931. Inspeção Escolar de Leiria aos professores primários da região.

1. 2. Fontes impressas

Constituições

Constituição de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zwfy4b6> (2 jan. 2017)

Constituição de 1933. Disponível em <https://tinyurl.com/zv7busq> (2 jan. 2017)

Legislação

Os diplomas legais encontram-se apresentados por temas e ordem cronológica.

- Política Educativa

Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei n.º 12, de 7 de julho de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 187, de 25 de outubro de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 4799, de 8 de setembro de 1918. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 12 de setembro de 1918.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

Decreto n.º 10597, de 5 de março de 1925. *Diário do Governo* n.º 49, I Série, de 5 de março de 1925.

Lei n.º 1880, de 8 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 134, I Série, de 24 de junho de 1926.

Decreto n.º 11730, de 15 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 126, I Série, de 15 de junho de 1926.

Decreto n.º 11795, de 26 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 138, I Série, de 29 de junho de 1926.

Decreto n.º 12854, de 17 de dezembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 20 de dezembro de 1926.

Decreto n.º 13394, de 30 de março de 1927. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 2 de abril de 1927.

Decreto n.º 13619, de 17 de maio de 1927. *Diário do Governo* n.º 100, I Série, de 17 de maio de 1927.

Decreto n.º 13791, de 17 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 17 de junho de 1927.

Decreto n.º 14463, de 7 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 234, I Série, de 22 de outubro de 1927.

Decreto n.º 14417, de 12 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 225, I Série, de 12 de outubro de 1927.

Portaria n.º 5060, de 18 de outubro de 1927. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 21 de outubro de 1927.

Decreto n.º 14900, de 16 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1928.

Decreto n.º 15302, de 15 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1928.

Decreto n.º 15088, de 23 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 47, I Série, de 28 de fevereiro de 1928.

Decreto n.º 15365, de 12 de abril de 1928. *Diário do Governo* n.º 85, I Série, de 14 de abril de 1928.

Decreto n.º 15453, de 10 de maio de 1928. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1928.

Portaria de 18 de julho de 1928, publicada no *Diário do Governo* n.º 106, II Série, de 21 de julho de 1928.

Decreto n.º 15886, de 24 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 24 de agosto de 1928.

Decreto n.º 16025, de 12 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16038, de 15 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 15 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16077, de 26 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 247, I Série, de 26 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16422, de 25 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 21, I Série, de 25 de janeiro de 1929.

Decreto n.º 16730, de 13 de abril de 1929. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 13 de abril de 1929.

Decreto n.º 17983, de 19 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 41, I Série, de 20 de fevereiro de 1930.

Decreto n.º 18140, de 22 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 72, I Série, de 28 de março de 1930.

Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 217, I Série, de 18 de setembro de 1930.

Decreto n.º 20181, de 24 de julho de 1931. *Diário do Governo* n.º 182, I Série, de 7 de agosto de 1931.

Decreto n.º 20433, de 16 de outubro de 1931. *Diário do Governo* n.º 246, I Série, de 24 de outubro de 1931.

Decreto n.º 20604, de 30 de novembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 283, I Série, de 9 de dezembro de 1931.

Decreto n.º 20889, de 15 de fevereiro de 1932. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1932.

Decreto n.º 21014, de 19 de março de 1932. *Diário do Governo* n.º 68, de 21 de março de 1932.

Decreto n.º 21103, de 7 de abril de 1932. *Diário do Governo* n.º 89, I Série, de 15 de abril de 1932.

Decreto n.º 22040, de 20 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 28 de dezembro de 1932.

Decreto n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Governo* n.º 43, I Série, de 22 de fevereiro de 1933.

Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

Decreto n.º 23735, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

Decreto-Lei n.º 24174, de 13 de julho de 1934. *Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 13 de julho de 1934.

Decreto n.º 24553, de 16 de outubro de 1934. *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 16 de outubro de 1934.

Portaria n.º 7932, de 19 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 19 de novembro de 1934.

Lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 21 de maio de 1935.

Decreto n.º 25818, de 4 de setembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 205, I Série, de 4 de setembro de 1935.

Decreto n.º 25954, de 19 de outubro de 1935. *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 19 de outubro de 1935.

Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

Decreto n.º 26611, de 20 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

Decreto n.º 26893, de 15 de agosto de 1936. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 15 de agosto de 1936.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Decreto n.º 27301, de 4 de dezembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 4 de dezembro de 1936.

Decreto n.º 27603, de 29 de março de 1937. *Diário do Governo* n.º 72, I Série, de 29 de março de 1937.

Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

Decreto n.º 28262, de 8 de dezembro de 1937. *Diário do Governo* n.º 285, I Série, de 8 de dezembro de 1937.

Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

Decreto-Lei n.º 29011, de 19 de setembro de 1938. *Diário do Governo* n.º 218, I Série, de 19 de setembro de 1938.

Decreto n.º 30316, de 14 de março de 1940. *Diário do Governo* n.º 61, I Série, de 14 de março de 1940.

Decreto-Lei n.º 30660, de 20 de agosto de 1940. *Diário do Governo* n.º 193, I Série, de 20 de agosto de 1940.

Lei n.º 1985, de 17 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 292, I Série, de 17 de dezembro de 1940.

Decreto-Lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

Decreto n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

Decreto-Lei n.º 36147, de 5 de fevereiro de 1947. *Diário do Governo* n.º 29, I Série, de 5 de fevereiro de 1947.

Decreto n.º 36356, de 18 de junho de 1947. *Diário do Governo* n.º 138, I Série, de 18 de junho de 1947.

Decreto n.º 36507, de 17 de setembro de 1947. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, 1º Suplemento, de 17 de setembro de 1947.

Decreto-Lei n.º 38968, de 27 de outubro. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952.

Decreto n.º 4011, de 30 de dezembro de 1954. *Diário do Governo* n.º 291, I Série, de 30 de dezembro de 1954.

Decreto-Lei 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

Decreto-Lei n.º 42994, de 28 de maio de 1960. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 28 de maio de 1960.

- Administração Escolar

Decreto de 7 de setembro de 1835. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Carta de Lei de 23 de maio de 1884. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei de 27 de abril de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 23 de agosto de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei n.º 12, de 7 de julho de 1913. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 2946, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 20 de janeiro de 1917.

Decreto n.º 5267, de 13 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 56, I Série, de 19 de março de 1919.

Portaria n.º 1744, de 5 de abril de 1919. *Diário do Governo* n.º 71, I Série, de 7 de abril de 1919.

Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, 16º Suplemento, de 10 de maio de 1919.

Decreto n.º 4594, de 12 de julho de 1919. *Diário do Governo* n.º 156, I Série, de 13 de julho de 1919.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto n.º 8140, de 12 de maio de 1922. *Diário do Governo* n.º 92, I Série, de 12 de maio de 1922.

Decreto n.º 10776, de 19 de maio de 1925. *Diário do Governo* n.º 109, I Série, de 19 de maio de 1925.

Decreto n.º 10551, de 14 de fevereiro de 1925. *Diário do Governo* n.º 36, I Série, de 16 de fevereiro de 1925.

Portaria n.º 4227, de 13 de junho de 1925. *Diário do Governo* n.º 130, I Série, de 13 de junho de 1925.

Portaria n.º 4446, de 30 de junho de 1925. *Diário do Governo* n.º 146, I Série, 3 de julho de 1925.

Portaria n.º 4541, de 7 de dezembro de 1925. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 7 de dezembro de 1925.

Decreto n.º 11981, de 28 de julho de 1926. *Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 28 de julho de 1926.

Decreto n.º 12256, de 3 de setembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 3 de setembro de 1926.

Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

Decreto n.º 12854, de 17 de dezembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 20 de dezembro de 1926.

Decreto n.º 13003, de 8 de janeiro de 1927. *Diário do Governo* n.º 6, I Série, de 8 de janeiro de 1927.

Decreto n.º 13394, de 30 de março de 1927. *Diário do Governo* n.º 68, I Série, de 2 de abril de 1927.

Decreto n.º 13863, de 29 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 136, I Série, de 30 de junho de 1927.

Circular aos Srs. Inspectores dos Círculos Escolares de 24 de outubro de 1927, publicada no *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 25 de outubro de 1927.

Decreto n.º 14789, de 10 de dezembro de 1927. *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, de 24 de dezembro de 1927.

Decreto n.º 14734, de 15 de dezembro de 1927. *Diário do Governo*, n.º 277, I Série, de 15 de dezembro de 1927.

Decreto n.º 14854, de 9 de janeiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 6, I Série, de 9 de janeiro de 1928.

Decreto n.º 15887, de 21 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 24 de agosto de 1928.

Decreto n.º 15977, de 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 220, I Série, de 24 de setembro de 1928.

Decreto n.º 15999, 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 228, I Série, de 3 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, de 13 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

Decreto n.º 16381, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 13, I Série, de 16 de janeiro de 1929.

Decreto n.º 16481, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

Decreto n.º 18826, de 8 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 104, I Série, de 9 de maio de 1929.

Decreto n.º 16836, de 4 de maio de 1929. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, 15 de maio de 1929.

Decreto n.º 17011, de 22 de junho de 1929. Foi publicado no *Diário do Governo* n.º 30, I Série, de 6 de fevereiro de 1930, e novamente publicado no *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro, por ter saído com inexatidão no dia 6.

Decreto n.º 17037, de 26 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 143, I Série, de 26 de junho de 1929.

Decreto n.º 17575, de 6 de novembro de 1929. *Diário do Governo* n.º 257, I Série, de 8 de novembro de 1929.

Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930.

Decreto n.º 18104, de 19 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 19 de março de 1930.

Decreto n.º 18347, de 17 de maio de 1930. *Diário do Governo* n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1930.

Decreto n.º 18462, de 14 de junho de 1930. *Diário do Governo* n.º 136, I Série, de 14 de junho de 1930.

Decreto n.º 18593, de 11 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 159, I Série, de 11 de julho de 1930.

Decreto n.º 18664, de 24 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 170, I Série, de 24 de julho de 1930.

Circular aos Inspetores Chefes das regiões escolares e inspetores dos círculos escolares. *Diário do Governo*, II Série, de 22 de setembro de 1931.

Decreto n.º 20637, de 19 de dezembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 292, I Série, de 19 de dezembro de 1931.

Decreto n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Governo* n.º 43, I Série, de 22 de fevereiro de 1933.

Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

Decreto n.º 26175, de 31 de dezembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 31 de dezembro de 1935.

Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

Decreto-Lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

Decreto n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

Portaria n.º 9015, de 11 de junho de 1938. *Diário do Governo* n.º 133, I Série, de 11 de junho de 1938.

Decreto-Lei n.º 32241, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

Decreto-Lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952.

Decreto-Lei n.º 40762, de 7 de setembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 7 de setembro de 1956.

Decreto-Lei n.º 40964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 31 de dezembro de 1956.

- Professores

Formação

Decreto de 2 de maio de 1878. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 12 de agosto de 1911. *Diário do Governo* n.º 187, I Série, de 12 de agosto de 1911.

Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914. *Diário do Governo* n.º 111, I Série, de 7 de julho de 1914.

Decreto 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 10 de maio de 1919.

Decreto n.º 5504, de 5 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 5 de maio de 1919.

Decreto n.º 5505, de 5 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 93, I Série, de 5 de maio de 1919.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, 29 de setembro de 1919.

Proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional. *Diário do Governo* n.º 151, II Série, de 2 de julho de 1923.

Decreto n.º 15365, de 14 de abril de 1928. *Diário do Governo* n.º 85, I Série, de 14 de abril de 1928.

Decreto n.º 16037, de 15 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 15 de outubro de 1928.

Decreto n.º 17041, de 27 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 27 de junho de 1929.

Decreto n.º 18646, de 19 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 166, I Série, de 19 de julho de 1930.

Decreto n.º 18863, de 17 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 17 de setembro de 1930.

Decreto n.º 20254, de 25 de agosto de 1931. *Diário do Governo* n.º 197, I Série, de 25 de agosto de 1931.

Decreto n.º 20254, de 25 de agosto de 1931. *Diário do Governo* n.º 197, I Série, de 25 de agosto de 1931.

Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

Decreto n.º 23735, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

Decreto n.º 24817, de 27 de dezembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 303, I Série, de 27 de dezembro de 1934.

Decreto n.º 25311, de 10 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1935.

Decreto n.º 25818, de 4 de setembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 205, I Série, de 4 de setembro de 1935.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Decreto-Lei n.º 30951, de 10 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 286, I Série, 10 de dezembro de 1940.

Decreto n.º 30968, de 14 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 290, I Série, de 14 de dezembro de 1940.

Decreto-Lei n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

Decreto n.º 32629, de 16 de janeiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 12, I Série, de 16 de janeiro de 1943.

Decreto n.º 43369, de 2 de dezembro de 1960. *Diário do Governo* n.º 279, I Série, de 2 de dezembro de 1960.

Profissão docente

Lei de 2 de maio de 1878. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei de 22 de dezembro de 1894. Disponível em <http://193.137.22.223/fotos/editor2/1894.pdf> (1 jan. 2017)

Lei de 24 de dezembro de 1901 da Direção Geral da Instrução Primária do Ministério dos Negócios do Reino. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Regulamentação da Qualificação do Serviço Annual dos Inspectores, Sub-Inspectores e Professores de Instrução Primaria. Ministério dos Negócios do Reino, Direcção Geral de Instrução Primária. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Portaria de 5 de abril de 1910. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 6 de abril de 1910.

Lei de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Portaria de 1 de março de 1912. *Diário do Governo* n.º 53, I Série, de 5 de março de 1912.

Decreto n.º 129, de 10 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 212, I Série, de 10 de setembro de 1913.

Decreto n.º 146, de 22 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 222, I Série, de 22 de setembro de 1913.

Decreto n.º 149, de 23 de setembro de 1913. *Diário do Governo* n.º 223, I Série, de 23 de setembro de 1913.

Lei n.º 233, de 7 de julho de 1914. *Diário do Governo* n.º 111, I Série, de 7 de julho de 1914.

Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 11 de setembro de 1915

Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 183, I Série, de 15 de setembro de 1915.

Decreto n.º 2080, de 24 de novembro de 1915. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 24 de novembro de 1915.

Lei n.º 748, de 25 de julho de 1917. *Diário do Governo* n.º 121, I Série, de 25 de julho de 1917.

Decreto n.º 3853, de 9 de fevereiro de 1918. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 20 de fevereiro de 1918.

Decreto n.º 4002, de 28 de março de 1918. *Diário do Governo* n.º 65, I Série, de 1 de abril de 1918.

Decreto n.º 5322, de 22 de março de 1919. *Diário do Governo* n.º 63, I Série, de 27 de março de 1919.

Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 98, I Série, de 10 de maio de 1919.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto n.º 6755, de 10 de julho de 1920. *Diário do Governo* n.º 146, I Série, de 15 de julho de 1920.

Lei n.º 1044, de 31 de agosto de 1920. *Diário do Governo* n.º 169, I Série, de 31 de agosto de 1920.

Lei n.º 1452, de 20 de julho de 1923. *Diário do Governo* n.º 156, I Série, de 20 de julho de 1923.

Lei n.º 1456, de 6 de agosto de 1923. *Diário do Governo* n.º 168, I Série, de 6 de agosto de 1923.

Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

Portaria n.º 4159, de 31 de julho de 1924. *Diário do Governo* n.º 175, I Série, de 5 de agosto de 1924.

Decreto n.º 11638, de 4 de maio de 1926. *Diário do Governo* n.º 95, I Série, de 4 de maio de 1926.

Decreto n.º 12535, de 23 de outubro de 1926. *Diário do Governo* n.º 238, I Série, de 25 de outubro de 1926.

Decreto n.º 13791, de 17 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 125, I Série, de 17 de junho de 1927.

Decreto n.º 14192, de 12 de agosto de 1927. *Diário do Governo* n.º 191, I Série, de 31 de agosto de 1927.

Decreto n.º 15453, de 8 de maio de 1928. *Diário do Governo* n.º 106, I Série, de 10 de maio de 1928.

Portaria n.º 5479, de 14 de julho de 1928. *Diário do Governo* n.º 174, I Série, de 1 de agosto de 1928.

Decreto n.º 16360, de 14 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

Decreto n.º 16485, de 25 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 33, I Série, de 9 de fevereiro de 1929.

Decreto n.º 17043, de 27 de junho de 1929. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 27 de junho de 1929.

Decreto n.º 17171, de 29 de julho de 1929. *Diário do Governo* n.º 174, I Série, de 1 de agosto de 1929.

Decreto n.º 18113, de 20 de março de 1930. *Diário do Governo* n.º 65, I Série, de 20 de março de 1930.

Decreto n.º 18646, de 19 de julho de 1930. *Diário do Governo* n.º 166, I Série, de 19 de julho de 1930.

Decreto n.º 18724, de 5 de agosto de 1930. *Diário do Governo* n.º 180, I Série, de 5 de agosto de 1930.

Decreto n.º 18819, de 5 de setembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 206, I Série, de 5 de setembro de 1930.

Decreto n.º 18952, de 22 de outubro de 1930. *Diário do Governo* n.º 246, I Série, de 22 de outubro de 1930.

Decreto n.º 19245, de 16 de janeiro de 1931. *Diário do Governo* n.º 13, I Série, de 16 de janeiro de 1931.

Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

Decreto n.º 19531, de 30 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 74, I Série, de 30 de março de 1931.

Decreto n.º 20397, de 17 de outubro de 1931. *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 17 de outubro de 1931.

Decreto n.º 20604, de 30 de novembro de 1931. *Diário do Governo* n.º 283, I Série, de 9 de dezembro de 1931.

Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

Decreto n.º 22777, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

Decreto n.º 25797, de 28 de agosto de 1935. *Diário do Governo* n.º 199, I Série, de 28 de agosto de 1935.

Decreto-Lei n.º 26115, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272, I Série, de 23 de novembro de 1935.

Decreto n.º 26175, de 31 de dezembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 31 de dezembro de 1935.

Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

Decreto n.º 27003, de 14 de setembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

Decreto-Lei n.º 27058, de 30 de setembro de 1936, publicado no *Diário do Governo* n.º 230, I Série, de 30 de setembro de 1936.

Decreto-Lei n.º 27084, de 14 de outubro de 1936. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 14 de outubro de 1936.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Portaria n.º 8731, de 4 de junho de 1937. *Diário do Governo* n.º 129, I Série, de 4 de junho de 1937.

Portaria n.º 8766, de 28 de julho de 1937, publicada no *Diário do Governo* n.º 178, de 2 de agosto de 1937.

Decreto-Lei n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

Portaria n.º 8840, de 30 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 30 de outubro de 1937.

Portaria n.º 9088, de 19 de outubro de 1938, *Diário do Governo* n.º 243, I Série, de 19 de outubro de 1938

Decreto-Lei n.º 33160, de 21 de outubro de 1943. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 21 de outubro de 1943.

Decreto-Lei n.º 33549, de 23 de fevereiro de 1944. *Diário do Governo* n.º 37, I Série, de 23 de fevereiro de 1944.

Portaria n.º 11625, de 17 de dezembro de 1946. *Diário do Governo* n.º 287, I Série, de 17 de dezembro de 1946.

Decreto n.º 36192, de 20 de março de 1947, publicado no *Diário do Governo* n.º 4, I Série, de 20 de março de 1947.

Portaria n.º 13306, de 28 de setembro de 1950. *Diário do Governo* n.º 194, I Série, de 28 de setembro de 1950.

Decreto n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, de 27 de outubro de 1952.

Portaria n.º 14496, de 11 de agosto de 1953. *Diário do Governo* n.º 173, I Série, de 11 de agosto de 1953.

Decreto-Lei n.º 40365, de 29 de outubro de 1955. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 29 de outubro de 1955.

- Orientação Profissional

Decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Regulamento de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei de 27 de abril de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 1302, de 5 de dezembro de 1914. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 2946, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11, de 20 de janeiro de 1917.

Decreto n.º 5787-B, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo* n.º 56, I Série, de 19 de março de 1919.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto n.º 9223, de 6 de novembro de 1923. *Diário do Governo* n.º 235, I Série, de 6 de novembro de 1923.

Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

Decreto n.º 15977, de 24 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 220, I Série, de 24 de setembro de 1928.

Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, 13 de outubro de 1928.

Decreto n.º 15954, de 8 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 211, I Série, de 13 de setembro de 1928.

Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

Decreto n.º 16841, de 8 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1929.

Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 8 de fevereiro de 1930.

Decreto n.º 20889, de 15 de fevereiro de 1932. *Diário do Governo* n.º 38, I Série, de 15 de fevereiro de 1932.

Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

Decreto n.º 22040, de 20 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 304, I Série, de 28 de dezembro de 1932.

Decreto n.º 22241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Governo* n.º 43, I Série, de 22 de fevereiro de 1933.

Decreto n.º 22369, no ano de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

Decreto n.º 22777, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

Decreto-Lei n.º 22783, de 29 de junho de 1933. *Diário do Governo* n.º 144, I Série, de 29 de junho de 1933.

Decreto n.º 25305, de 9 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 105, I Série, de 9 de maio de 1935.

Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo* n.º 84, I Série, de 11 de abril de 1936.

Decreto n.º 26111, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Portaria n.º 9015, de 11 de junho de 1938. *Diário do Governo* n.º 133, I Série, de 11 de junho de 1938.

Decreto n.º 32243, de 5 de setembro de 1942. *Diário do Governo* n.º 208, I Série, de 5 de setembro de 1942.

Decreto-Lei n.º 36384, de 28 de junho de 1947. *Diário do Governo* n.º 147, I Série, de 28 de junho de 1947.

Decreto-Lei n.º 36507, de 17 de setembro de 1947. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, 1º Suplemento, de 17 de setembro de 1947.

Decreto-Lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952. *Diário do Governo* n.º 241, I Série, 1º Suplemento, de 27 de outubro de 1952.

Decreto-Lei n.º 519-D2, de 29 de dezembro de 1979. *Diário da República* n.º 299, I Série, de 29 de dezembro de 1979.

- A Disciplina do Corpo e dos Afetos

Ferreira, J. D. (1875). *Código Civil Portuguez*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 179. Consultado em <http://tinyurl.com/m3vhguy> (8 abr. 2014)

Lei de 14 de abril de 1891. *Diário do Governo*, n.º 88, de 22 de abril de 1891.

Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei n.º 1 do Casamento como contrato civil, *Diário do Governo*, n.º 70, de 27 de dezembro de 1910.

Despacho de 7 de janeiro de 1911. *Diário do Governo*, n.º 6, de 9 de janeiro de 1911.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto 14498, de 29 de outubro de 1927, *Diário do Governo* n.º 240, I Série, de 29 de outubro de 1927.

Decreto n.º 19478, de 18 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 64, I Série, de 18 de março de 1931.

Decreto n.º 19531, de 30 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 74, I Série, de 30 de março de 1931.

Decreto n.º 21695, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 229, I Série, de 29 de setembro de 1932.

Decreto-lei n.º 25936, de 12 de outubro de 1935. *Diário do Governo* n.º 237, I Série, de 12 de outubro de 1935.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Lei n.º 1952, de 10 de março de 1937. *Diário do Governo* n.º 57, I Série, de 10 de março de 1937.

Decreto-Lei n.º 30951, de 10 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 286, I Série, de 10 de dezembro de 1940.

Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

- Processos instaurados

Incumprimento dos deveres profissionais

Decreto de 7 de setembro de 1835. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 16 de agosto de 1870. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Carta de Lei de 2 de maio de 1878. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 4 de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 9223, de 29 de março de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Regulmento dos Funcionários Civis do Estado de 22 de fevereiro de 1913. *Diário do Governo* n.º 44, I Série, de 24 de fevereiro de 1913.

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, I Série, de 29 de setembro de 1919.

Decreto n.º 12256, de 1 de setembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 3 de setembro de 1926.

Decreto n.º 12706, de 17 de novembro de 1926. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 22 de novembro de 1926.

Portaria de 20 de outubro de 1927 publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 22 de outubro de 1927.

Decreto n.º 15879, de 21 de agosto de 1928. *Diário do Governo* n.º 193, I Série, 23 de agosto de 1928.

Decreto n.º 15938, de 8 de setembro de 1928. *Diário do Governo* n.º 209, I Série, de 11 de setembro de 1928.

Decreto n.º 16024, de 10 de outubro de 1928. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 13 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16361, de 9 de janeiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 11, I Série, de 14 de janeiro de 1929.

Código de Processo Penal de 1929. Decreto n.º 16489, de 15 de fevereiro de 1929. *Diário do Governo* n.º 37, I Série, de 15 de fevereiro de 1929.

Decreto n.º 17926, de 4 de fevereiro de 1930. *Diário do Governo* n.º 30, I Série, de 6 de fevereiro de 1930.

Decreto n.º 18347, de 17 de maio de 1930. *Diário do Governo* n.º 113, I Série, de 17 de maio de 1930.

Decreto n.º 18934, de 4 de outubro de 1930. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 7 de maio de 1930.

Decreto n.º 19794, de 29 de maio de 1931. *Diário do Governo* n.º 124, I Série, de 29 de maio de 1931.

Decreto n.º 22369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo* n.º 73, I Série, de 30 de março de 1933.

Decreto Decreto-Lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

-Lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

Decreto n.º 23531 de 30 de janeiro de 1934. *Diário do Governo* n.º 25, I Série, de 30 de janeiro de 1934.

Retificação de 18 de janeiro de 1934 da Presidência do Conselho de Ministros. *Diário do Governo* n.º 17, I Série, de 20 de janeiro de 1934.

Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

Decreto-lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, de 19 de maio de 1936.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Decreto n.º 28081, de 9 de outubro de 1937. *Diário do Governo* n.º 236, I Série, de 9 de outubro de 1937.

Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 20 de maio de 1938.

Decreto n.º 29233, de 8 de dezembro de 1938. *Diário de Governo* n.º 284, I Série, de 8 de dezembro de 1938.

Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

Decreto-Lei n.º 37447, de 13 de junho de 1949. *Diário de Governo* n.º 126, I Série, de 13 de junho de 1949.

Lei n.º 2039, de 10 de maio de 1950. *Diário de Governo* n.º 84, I Série, de 10 de maio de 1950.

Decreto-Lei n.º 38267, de 26 de maio de 1951. *Diário de Governo* n.º 105, I Série, 26 de maio de 1951.

Castigos

Portaria *estabelecendo várias providências para a regularização do serviço de matrícula e frequência das escolas de instrução pública*, de 26 setembro de 1893. *Diário de Governo* n.º 219, de 28 de setembro de 1893.

Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Lei de 1 de janeiro de 1911. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198, de 29 de setembro de 1919.

Lei n.º 51, de 5 de setembro de 2012. *Diário da República* n.º 172, I Série, de 5 de setembro de 2012.

Ter “espírito de oposição política”

Decreto-Lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

Decreto n.º 11759, de 19 de junho de 1926. *Diário do Governo* n.º 134, I Série, de 24 de junho de 1926.

Decreto n.º 11990, de 30 de julho de 1926. *Diário do Governo* n.º 165, I Série, de 30 de julho de 1926.

Decreto n.º 15063, de 25 de fevereiro de 1928. *Diário do Governo* n.º 45, I Série, de 25 de fevereiro de 1928.

Decreto n.º 15095, de 2 de março de 1928. *Diário do Governo* n.º 51, I Série, de 3 de março de 1928

Decreto n.º 19143, de 19 de dezembro de 1930. *Diário do Governo* n.º 295, I Série, de 19 de dezembro de 1930.

Decreto n.º 21608, de 20 de agosto de 1932. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 20 de agosto de 1932.

Decreto n.º 21942, de 5 de dezembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 284, I Série, de 5 de dezembro de 1932.

Decreto-Lei n.º 22468, de 11 de abril de 1933. *Diário do Governo* n.º 83, I Série, de 11 de abril de 1933.

Decreto-Lei n.º 22992, de 29 de agosto de 1933. *Diário do Governo* n.º 195, I Série, de 29 de agosto de 1933.

Decreto-Lei n.º 23203, de 6 de novembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 253, I Série, de 6 de novembro de 1933.

Decreto-Lei n.º 23406, de 27 de dezembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 295, I Série, de 27 de dezembro de 1933.

Portaria n.º 7799, de 3 de abril de 1934. *Diário do Governo* n.º 77, I Série, de 3 de abril de 1934.

Decreto-Lei n.º 24631, de 6 de novembro de 1934. *Diário do Governo* n.º 261, I Série, de 6 de novembro de 1934.

Decreto-Lei n.º 24897, de 10 de janeiro de 1935. *Diário do Governo* n.º 8, I Série, de 10 de janeiro de 1935.

Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

Lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 21 de maio de 1935.

Decreto-Lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 216, I Série, de 14 de setembro de 1936.

Decreto-Lei n.º 34938, de 22 de setembro de 1945. *Diário do Governo* n.º 213, I Série, de 22 de setembro de 1945.

Decreto-Lei n.º 34963, de 2 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 219, I Série, de 2 de outubro de 1945.

Decreto-Lei n.º 35044, de 20 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 233, I Série, de 20 de outubro de 1945.

Decreto-Lei n.º 35046, de 22 de outubro de 1945. *Diário do Governo* n.º 234, I Série, de 22 de outubro de 1945.

Lei n.º 2015, de 28 de maio de 1946. *Diário do Governo* n.º 116, I Série, 28 de maio de 1946.

Decreto-Lei n.º 36387, de 1 de julho de 1947. *Diário do Governo* n.º 149, I Série, de 1 de julho de 1947.

Decreto-Lei n.º 37447, de 13 de junho de 1949. *Diário do Governo* n.º 126, I Série, de 13 de junho de 1949.

Decreto-Lei n.º 39749, de 9 de agosto de 1954. *Diário do Governo* n.º 173, I Série, de 9 de agosto de 1954.

Decreto n.º 4, de 19 de setembro de 1902. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto de 29 de março de 1911, p.2. Disponível em <http://tinyurl.com/zortfmx> (15 de dez. 2016)

Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935. *Diário do Governo* n.º 108, I Série, de 13 de maio de 1935.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo* n.º 276, I Série, de 24 de novembro de 1936.

Decreto n.º 32659, de 9 de fevereiro de 1943. *Diário do Governo* n.º 32, I Série, de 9 de fevereiro de 1943.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 24, 9 de março de 1935.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional n.º 50, de 14 de dezembro de 1935.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 40, 3 de abril de 1935.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 74, 7 de fevereiro de 1936.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 147, 25 de novembro de 1937.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 183, 8 de abril de 1938.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 95, de 12 de dezembro de 1940.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 59, 29 de novembro de 1946.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, n.º 159, de 5 de novembro de 1952.

Imprensa

A Escola Primária, 1924-1935.
A Federação Escolar, 1920-1937.
A Voz da Figueira, 1956.
Acção Escolar, 1930-1931.
Alma Feminina, 1931 – 1946.
Anuário do Professorado Primário, 1925.
Boletim da Emissora Nacional, 1935-1936.
Boletim Escolar, 1936-1950.
Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública, 1929-1936.
Campanha, Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos, outubro de 1953-dezembro de 1956.
Diário da Manhã, 1933-1955.
Educação, n.º 1 e 2 de 1929.
Educação, 1950-1951.
Educação Nacional, 1930-1955.
Educação Social, 1924-1927.
Escola Democrática, n.º 1, setembro de 1989.
Escola Portuguesa, Boletim de Acção Educativa publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário, 1934-1974.
Escola Remoçada, 1944- 1956
Fagulha, 1958-1968.
Flama, 1944-1958.
Froebel, 1883.
Labor, Revista Trimestral do Liceu Vasco da Gama, 1926-1957.
Lusitas, 1943-1957.
Magistério, Órgão dos Alunos da Escola do Magistério Primário de Lisboa, 1959.
Menina e Moça, 1947-1968.
Mocidade Portuguesa Feminina. Boletim Mensal, 1939-1947.
O Educador, 1933-1956.
O Ensino Primário, 1930-1932.
O Mestre, 1958.
O Meu Jornal n.º 368, de 19 de junho de 1916.
Os Novos, 1926.
O Professor Primário, 1920-1927 e 1929-1930.

Revista dos Centenários, 1940.

Revista Escolar, 1924-1935.

Seara Nova, 1928-1950.

Stella, 1937-1955.

Terra Ruiva n.º 169, de 27 de março de 2014. Disponível em <https://tinyurl.com/jxa47he> (2 jan. 2017)

Voz Africana, n.º 76, 20 de julho de 1951.

Estatísticas

Anuário Estatístico de Portugal, 1892. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1908-1910. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1910. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1919. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1921. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1927. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1931. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1933. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1935. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1936. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Anuário Estatístico de Portugal, 1940. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930. 7º Recenseamento Geral da População. Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatísticas da Educação 1940-1941, 1942, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Estatísticas da Educação 1942-1943, 1944, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Estatísticas da Educação 1949-1950, 1951, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Estatísticas da Educação 1952-1953, 1954, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

World illiteracy at mid-century. A statistical study. 1957. Paris: Organização das Nações Unidas.

1.3. Entrevista

J. Moreirinhas Pinheiro de 4 e 10 de outubro de 2013, Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.

2. Bibliografia

1 Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

A Disciplina Positiva na Sala de Aula Inclusiva e Amiga da Aprendizagem. Um guia para professores e formadores de professores. Portugal: Associação Cidadãos do Mundo.

A Mulher na Sociedade Portuguesa: Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio, 1986. Coimbra: Instituto de História Económica e Social.

Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXI, 121-139. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9864.pdf> (5 mai. 2013).

Actas da 1ª Conferência Nacional da Inspeção-Geral da Educação, 1999. Coimbra: Scarpa.

Adão, A. (1984). *O Estatuto Socio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciências.

- Adão, A. (1993). “A História da Profissão Docente em Portugal: Balanço da Investigação realizada nas Últimas Décadas. In A. Nóvoa & J. Berrio (Eds.), *História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades* (pp. 124-135). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Adão, A. C. & Leote, M. I. (s.d.). *A Escola Em Meio Rural do Estado Novo. A Formação Dos Seus Professores No(s) Discurso(s) Do Poder*, (1933-1956), 77-89. Disponível em <http://www.facEducaçãoufu.br/colubhe06/anais/arquivos/8AureaAdao.pdf> (10 mai. 2013).
- Adão, A. C. & Martins, E. (2004). *Os Professores: Identidades (Re)Construídas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Adão, A. C. & Remédios, M. J. (2004). Os “Congressos Pedagógicos na 1ª República: espelho das identidades dos professores primários. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 4, 107-119.
- Afonso, A. J. (2003, jan.-abr.). Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 22, 35-46.
- Aguilar, A., Tomé, C. & Morais, V. (1984). A «Lição de Salazar». *História*, n.º 73, 2-15.
- Alarcão, I. & Tavares, J. (1987). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina.
- Alexandre, V. (1995a). A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX e XX). *Penélope*, n.º 15, 39-52. Disponível em <https://tinyurl.com/zwm5325> (30 mai. 2013)
- Alexandre, V. (1995b). Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, Vol. XXVIII, 1117-1136.
- Almeida, A. N. (1985). Trabalho Feminino e Estratégias Familiares. *Análise Social*, Vol. XI, 7-44.
- Almeida, A. N. (1986). Ente o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 493-520.
- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1989). Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais. In A. A. Silva & J. M. P. (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 55-78). Porto: Afrontamento.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Almeida, M. V. (1996). Género, Masculinidade e Poder. Revisitando um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, n.º 95, 1-19. Disponível em <http://tinyurl.com/ztnfcmw> (10 jan. 2015)
- Almeida, S. J. (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante Editora.
- Altet, M. (2000). *Análise das Práticas dos Professores e das Situações Pedagógicas*. Porto: Porto Editora.
- Alves, L. A. M. & Barros, M. C. L (2012). A Pedagogia do Castigo na Imprensa Pedagógica (Finais do Século XIX e Inícios do Século XX) – O Caso da Palmatória. *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. Livro de Atas* (pp. 73-84). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Alves, L. A. M. (2012). *História da Educação. Uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Alves, R. F. (1956a). Formação. *A Voz da Figueira, Secção Escola e Vida*, n.º 4.

- Alves, R. F. (1956b). O Ensino da História. Arestas que urge limar. *A Voz da Figueira, Secção Escola e Vida*, n.º 9.
- Amâncio, L. (1993). Género – Representações e Identidades. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 14, 127-140.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003). Género e Ciência no percurso da psicologia social, Comunicação apresentada nas *Conferências sobre o Equinócio*, 9-15.
- Amaral, A. (1953, 27 abr.). A dívida da mulher portuguesa em relação a Salazar. *Escola Portuguesa*, n.º 183, 382.
- Ameal, J. (1932). *A Revolução da Ordem*. Lisboa: Tipografia Inglesa.
- American Psychiatric Association: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5ª ed.) Arlington: American Psychiatric Association, 2013.
- Anderson, B. (1993). *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Anguera Argilaga, M.T. (1986). La Investigacion Cualitativa. *Educar*, n.º 10, 23-50.
- Anica, A. (2012). *Memórias da formação nos primórdios da Escola do Magistério Primário de Faro*. Disponível em <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/4548> (18 abr. 2016)
- Aragão, R. (1985). *O Portugal O Desafio Nacionalista, Psicologia e Identidades Nacional*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Arce, A. (2002). *A Pedagogia na “Era das Revoluções”. Uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel*. Brasil: Editora Autores Associados.
- Araújo, H. C. G. (1990, fev.). As Mulheres Professoras e o Ensino Estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, 81-103.
- Araújo, H. C. G. (1996a). Memórias da Escola. Diálogos sobre o Vivido. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 175-207.
- Araújo, H. C. G. (1996b). Precocidade e «Retórica» na Construção da Escola de Massas em Portugal. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 161-174.
- Araújo, H. (1998). A “Batalha em torno da coeducação, 1919-1927. Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970: *Actas do 1º Congresso luso-brasileiro de História da Educação* (Vol. 3, pp. 35-40). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/15275> (23 jul. 2015)
- Araújo, H. C. G. (2000). Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Assistência Social, Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: SNI.
- Baptista, L. A. V. (1986). Valores e Imagens da Família em Portugal nos Anos Trinta – O Quadro Normativo. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio* (pp. 191-219). Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- Baptista, M. I. (2006). O Ensino Normal Primário. Currículo, Práticas e Políticas de Formação. Lisboa: Educa.
- Baptista, V. (2013). A Legislação e as Mulheres trabalhadoras em Portugal – de finais do século XIX aos anos quarenta do século XX. *XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, organizado pela Universidade do Minho, 1-11.

- Bardin, L. (1975). Le texte et l'image. *Communication et langages*, n. °26, 98-112. Disponível em http://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_1975_num_26_1_4211 (8 out. 2013)
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreira, C. (1994). *História das Nossas Avós. Retrato da burguesa em Lisboa 1890-1930*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barreto, A. (1995). Centralização e descentralização no sistema educativo. *Análise Social*, Vol. XXX (130), 159-163. Disponível em <https://tinyurl.com/zae5nb6> (4 de abr. 2016).
- Barros, F. [et al.]. (2012). As implicações pedagógicas de Freinet para a educação infantil: das técnicas ao registro. *Anais do VI Congresso Paulista de Educação Infantil – COPEDI* (pp. 1-13). São Paulo. Disponível em <http://tinyurl.com/h6vw69z> (12 jun. 2016)
- Barros, J. L. & Henriques, R. P. (1987). A educação nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933. In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959 (Vol. II, pp. 149-155)*. Lisboa: Fragmentos.
- Barros, T. (s.d.). *História de Portugal*. Porto: Editora Educação Nacional de Adolfo Machado.
- Barroso, J. (2005, out.). O Estado, A Educação e a Regulação das Políticas Públicas. *Educação Social*, Vol. 26, n.º 92, 725-751.
- Barroso, J. (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.
- Barroso, J. (2007). A História das Instituições Escolares. In J. Pintassilgo [et al.], *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas* (pp. 147-177). Porto: Asa Editores.
- Barroso, J. (2009, set-dez.). A Utilização do Conhecimento em Política: O Caso da Gestão Escolar em Portugal. *Educação & Sociedade*, Vol. 30, n.º 109, 987- 1007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a04.pdf> (17 out. 2013)
- Barroso, J. (2010, mai.-ag.). Conhecimento, actores e política. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n.º 12, 37-49. Disponível em <https://tinyurl.com/zn5eaa7> (16 out. 2013).
- Barroso, J. (2011). Prefácio. In A. H. Carneiro & S. A. Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal. No Período da Ditadura Nacional* (pp. 7-10). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bastos, S. (1994). *O Estado Novo e os «seus» Vadios. Mendigos, loucos, prostitutas, homossexuais e outros arruaceiros. Mitos e rituais regeneradores do «Portugal-moribundo» (1933-1988)*. (Tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Belo, M, Alão, A. P. & Cabral, I. N. (1987). O Estado Novo e as mulheres. In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959* (Vol. II, pp. 263-279). Lisboa: Fragmentos.
- Benavente, A. (1990). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Benito, E. (2008). La invencion del tiempo escolar. In R. Fernandes & A. Mignot (Eds.), *O Tempo na Escola* (pp. 33-53). Porto: Profedições.
- Bethencourt, F. & Curto, D. R. (1991). *À Memória da Nação, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Bivar, M. F. (1975). *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa, Seara Nova.

- Bobbio, N. (1989a). Democracia/Ditadura. In *Enciclopédia Einaudi, Estado-Guerra* (Vol. 14, pp. 171-213). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bobbio, N. (1989b). Poder/autoridade. In *Enciclopédia Einaudi, Estado-Guerra* (Vol. 14, pp. 44-57). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bobbio, N. (2001). Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra.
- Bobbio, N. (2007). *Estado Governo Sociedade. Para uma teoria geral da política*-Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Bourdieu, P. (2012). *A Dominação Masculina* (M, H, Kühner Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (obra originalmente publicada em 1998)
- Bourdieu, P. & Passeron, J. (1978). *A Reprodução, Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Veja.
- Bourdieu, P. (1977, abr.). Remarques Provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 14, 51-54. Disponível em http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_14_1_2554 (18 jan. 2016)
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Braga, P. D. (2010). Os Ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma função. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 16, 23-38. Disponível em <http://tinyurl.com/zxru6x6> (8 jan. 2015)
- Brasão, I. (1999). *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na História do Estado Novo (Tese de Mestrado policopiada)*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Brassard, A. (2000, jan.-mar.). L'institutionnalisation du champ d'études de l'administration de l'éducation: une analyse critique de l'expérience québécoise. *Revue Française de Pédagogie*, n.º 130, 15-28. Disponível em http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_2000_num_130_1_1050 (15 out. 2013).
- Brockmann, M. (1980). Ideologia, socialização política e dominação. *Dados*, Vol. 23, n.º 2, 131-150.
- Buisson, F. (1911). Intuition et méthode intuitive. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie*. Paris: Librairie Hachette. Disponível em <http://tinyurl.com/y89crnm> (16 abr. 2016)
- Cabrita, F. (2006). *Os Amores de Salazar*. Póvoa de Santo Adrião: Esfera dos Livros.
- Caetano, M. (1968). *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Caetano, M. (1967). *Juventude de hoje, Juventude de sempre*. Lisboa: Separata da Revista "Rumo".
- Candeias, A., Paz, A. & Rocha, M. (2007). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Candeias, A. (1981). Movimento operário e educação: 1900-1926. *Análise Psicológica*, II (1), 39-60.
- Candeias, A. (1993). A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa 1905-1930: Mudar a escola para mudar o mundo. *Análise Psicológica*, 447-463.
- Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma: A escola oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Candeias, A. (1996). Ritmos e Formas de Alfabetização da População Portuguesa na Transição de Século: O que nos mostram os Censos Populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 39-63.
- Candeias, A. (2003). Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima. In A. Nóvoa (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 736-746). Porto: Edições Asa.

- Candeias, A. [et al.]. (2005). *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa.
- Candeias, A. (2009). *Educação, Estado e Mercado no Século XX. Apontamentos para o caso português numa perspectiva comparada*. Lisboa: Edições Colibri.
- Carmo, I. & Amâncio, L. (2004). *Vozes insubmissas: a história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: D. Quixote.
- Cardijn, J (1958). *Os jovens perante o casamento*. Lisboa: JOC.
- Carneiro, A. H, & Afonso, S. A. (2011). *A Inspeção do Ensino em Portugal. No Período da Ditadura Nacional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carneiro, A. H, & Afonso, S. A. (2014). *A Inspeção do Ensino em Portugal, na Vigência do Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carreira, L. (1941). *Namoro e Casamento: como proceder*. Leiria: Gráfica.
- Carvalho, D. (1935, mai.). O Comunismo contra a Infância”. *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 10, 29-34.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico, «Saber-Fazer» da Investigação para dissertações e teses*. Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, L. M. (2007). A Imprensa da Educação e Ensino na História da Educação: Um Olhar sobre Teses de Doutoramento (1990-2004). In J. Pintassilgo [et al.], *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas* (pp. 181-202). Porto: Asa Editores.
- Carvalho, P. (2015). *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, R. (2011). *História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, R. M. (2009). *A Concordata de Salazar Portugal-Santa Sé 1940* (Tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5685> (3 jan. 2016)
- Castro, A. (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Catroga, F. (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Chartier, R. (1998). Le monde comme représentation. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º 6, 1505-1520.
- Chartier, R. (2002). A História Cultural entre Prática e Representações (M. M. Galhardo, Trad.). Miraflores: Difel. (obra originalmente publicada em 1988)
- Coelho, A. (1969). *Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires, 1882-1904: etnografia-filologia*. Coimbra.
- Connel, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013, jan/abr.). Masculinidade hegemónica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, n.º 21, 241-282.
- Connel, R. W. (1990, out.). The State, Gender, and Sexual Politics: Theory and Appraisal. *Theory and Society*, n.º 5, Vol. 19, 507-544.
- Correia, A. (2008). Entre o campanário da igreja e a sineta da escola: notas sobre a organização das temporalidades no ensino primário em Portugal (sécs XIX – XX). In R. Fernandes & A. Mignot (Eds.), *O Tempo na Escola* (pp. 123-137). Porto: Profedições.
- Correia, L. G. (1998). «Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação». O sistema educativo no Estado Novo. *Ler História*, n.º 35, 71-107.

- Cortesão, L. (1988). *Escola, Sociedade. Que Relação?* Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, F. (1996). Movimento de Unidade Democrática (MUD). In F. Rosas & J. M. B de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 634-635). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Costa, R. (2006). Contribuição para a história da inspeção permanente da escola primária (1878-1933). In J. Pintassilgo [et al.], *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 365-398). Lisboa: Edições Colibri.
- Correia, J. da S. (1935). *A linguagem da mulher*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Correia, L. G. (2010, out.). O Ensino Primário na Primeira República – o homem vale, sobretudo, pela educação que possui, *Seara Nova*, n.º 1713. Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163> (14 jan. 2013)
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências*. Coimbra: Almedina.
- Cova, A. & Pinto, A. (1997). O Salazarismo e as Mulheres. Uma Abordagem Comparativa. *Penélope*, n.º 17, 71-94.
- Cova, A. & Silva, M. B. N. (1999). *Colóquio As Mulheres e o Estado*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Crespo, J. (2001). A Civilização do Corpo. *Comentário. Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 2, 30-35.
- Cruz, M. B. da (1982-1983). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, Vol. XVIII, 773-794.
- Cunha, L. (2001). *A Nação nas malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cunha, Maria Teresa Santos – Preces, cânticos, louvores: um ritmo para a construção do calendário escolar. In R. Fernandes & A. Mignot (Eds), *O Tempo na Escola* (pp. 139-151). Porto: Profedições.
- Develay, M. (2004). Por Uma Nova Identidade Docente, Reconstruída A Partir da Actividade Real da Profissão. In A. Adão & E. Martins, *Os Professores: Identidades (Re)Construídas* (pp. 55-60). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Drucker, P. F. (1993). *As Fronteiras da Gestão* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Dubar, C. (2006). *A Crise das identidades. Interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Duby, G. & Perrot, M. (1995). *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX* (Vol. 5). Porto: Afrontamento.
- Ducret, D. (2011) *Mulheres de Ditadores*. Alfragide: Casa das Letras.
- Eagleton, T. (1999). *Ideologia, Uma Introdução*. São Paulo: Edição UNESP.
- Felgueiras, M. L. (2008). *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma nova família: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português*. Porto: Campo das Letras.
- Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Elias, N. (1998). *Sobre o Tempo* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (obra originalmente publicada em 1984)
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia* (M. L. R. Ferreira, Trad.). Lisboa: Edições 70. (obra originalmente publicada em 1970)
- Escaraméia, A. J. (1940, 12 de dez.). Orientar. *Escola Portuguesa*, n.º 320, 169-170.
- Fernandes, R. & Mignot, A. (2008). *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições.

- Fernandes, R. (1973). *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Investigação Pedagógica.
- Fernandes, R. (1978). *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Fernandes, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Amadora: Biblioteca Breve.
- Fernandes, R. (sem data). Bibliografia de Irene Lisboa. Instituto Irene Lisboa. Disponível em <http://www.iil.pt/artigo.asp?id=3> (16 de jan. 2017)
- Fernando, A. (2012). *Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 155-191.
- Ferreira, A. J. (1936). *Legislação do Ensino Primário. Apêndice II*. Porto: Educação Nacional.
- Ferreira, H. C. (2006). *A administração da educação primária entre 1926 e 1995: que participação dos professores na organização da escola e do processo educativo?* (Tese de Doutoramento policopiada). Minho: Universidade do Minho, 2006.
- Ferreira, A. J. (1936). *Legislação do Ensino Primário*. Porto: Educação Nacional.
- Ferreira, A. J. (1939). *Elucidário Escolar. Guia dos Agentes do Ensino Primário Elementar*. Porto: Educação Nacional.
- Ferreira, M. (2010). *As Inspeções da Educação em Portugal e Espanha na segunda metade do século XX: percursos e perceções*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Ferreira, V. S. (2013). Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. *Análise Social*, 208, XLVIII (3º), 2182-2999. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a01.pdf (19 jan. 2017)
- Ferrière, A. (2015). Prefácio. In A. F. de Vasconcelos, *Uma Escola Nova na Bélgica* (7-20). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <https://tinyurl.com/hdxuugd> (10 jan. 2017)
- Ferro, A. (1948). *Catorze anos de Política do Espírito, Apontamentos para uma Exposição*. Lisboa: Edições SNI.
- Ferro, A. (1982). *Salazar, o homem e a sua obra*. Lisboa: Edição Fernando Pereira. (obra originalmente publicada em 1935)
- Ferro, A. (2007). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Figueiredo, L. M. C. (2007). *A Professora do Ensino Primário no Estado Novo: da mulher à funcionária pública* (Tese de Mestrado policopiada). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Formosinho, J. & Machado, J. (2013). A regulação da educação em Portugal - do Estado Novo à democracia. *EDUCAÇÃO/TEMAS e PROBLEMAS*, 12 e 13, 27-40.
- Foucault, M. (1977). *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Lisboa: Edições António Ramos.
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do Poder* (R. Machado, Trad.). Brasil: Edições Graal. (obra originalmente publicada em 1979)
- Foucault, M. (1987). *A Arqueologia do Saber*. (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (obra originalmente publicada em 1969).
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir. História da Violência nas prisões* (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis: Vozes. (obra originalmente publicada em 1975)
- Foucault, M. (1998) *História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres* (M. T. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Edições Graal. (obra originalmente publicada em 1984)
- Fráguas, A. (1956). Quem não poupa a vara. In *A Voz da Figueira*, Secção A Escola e a Vida, n.º 18.

- França, J. A. (2012). O «Ano XX» Lisboa 1946. Estudo de Factos Socioculturais. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freire, I. (2010). *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Friedberg, E. (1995). *O Poder e a Regra. Dinâmicas de Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gameiro, F. L. (2011). A Política Educativa do Estado Novo, O Ensino Secundário Liceal. In F. Martins (Coord.), *A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As Décadas de 1930 e 1940* (pp. 87-112). Lisboa: Edições Colibri.
- Garcia, A. M. (2011). *A moda feminina no Estado Novo. A relação da moda e da política nos anos sessenta em Portugal* (Tese de Mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Garção, A. P. (1937). *A Disciplina dos Funcionários (do Estado e Administrativos) da Metrópole e das Colónias. Leis, Opiniões e Comentários*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Gaspar, J. M. & Freitas, C. (1962). *Escolas do Magistério Primário. Legislação Vigente (Metrópole e Ultramar)*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Gaspar, J. M. (1945). *Oiça, Senhora Professora! (Ensaio Pedagógico)*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- Gellner, E. (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Giddens, A. (1996). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura. Agência e estrutura*. Oeiras: Celta Editores.
- Gil, J. (1989). Nação. In *Enciclopédia Einaudi, Estado-Guerra* (Vol. 14, pp. 276-305). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gil, J. (1989). Poder. In *Enciclopédia Einaudi, Estado-Guerra* (Vol. 14, pp- 58-103). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Girão, L. (2005). *Tacto”, “bom senso” e “prudência” nos manuais de pedagogia e didáctica do magistério primário: a dimensão hermenêutica do trabalho do professor* (Tese de Mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Goellner, S. V. (2010, mar.). A produção cultural do corpo. *Cadernos de Formação RBCE*, 71-83.
- Goffman, E. (2002). *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gomes, S. (2006-2007). As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Vol. V-VI, 189-224. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6628.pdf> (21 fev. 2013)
- Gorjão, V. (2002). *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gouveia, J. M. (1947, 3 de mar.). Diálogo. *O Educador*, n.º 720, 1.
- Grácio, S. (1998). *Política Educativa como Tecnologia Social. As reformas do ensino técnico de 1948-1983*. Lisboa: Piaget.
- Guedes, L. (1998). *Escola Portuguesa (1934-1957), Sobre Política Educativa do Estado Novo* (Tese de Mestrado policopiada). Minho: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 557-577.

- Guinote, P. (1997). *Quotidianos Femininos: 1900-1933*. 2 Vols. Cruz Quebrada: Gráfica 2000.
- Guinote, P. (2006, set.-dez.) O Lugar da(o)s Regentes Escolares na Política Educativa do Estado Novo: Uma Proposta de Releitura (anos 30 – anos 50). *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, n.º 1, 113-126.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Henriques, M. C. & Melo, G. S. (2010). *Pensamento Político e Doutrina Política, Textos Antológicos António Oliveira Salazar*. Lisboa: Verbo Babel.
- Henriques, R. P. (2010). *Discursos Legais e Práticas Educativas, Ser Professor e Ensinar História (1947-1974)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Héritier, F. (1997). Masculino/Feminino. *Enciclopédia Einaudi. Parentesco* (Vol. 20, pp. 11-26). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Hobsbawm, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo, Nações e Nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- Homem, A. (2011). A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2010). *História*, IV Série, Vol. 1, 89-101.
- Homem, A. L. de C. (2011). Sousa Pinto. Os Reitores da Universidade do Porto 1911-2011. Porto: Universidade do Porto/Fundação Engenheiro António de Almeida.
- Houssaye, J. (1998). *Pedagogie et Politique: Évolution des Rapports*. In J. Magalhães [et al.], *Fazer e Ensinar História da Educação. Actas do 2º Encontro de História da Educação* (pp. 55-74). Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações, 8 vols. Lisboa: União Nacional (s. d).
- João, M. I. (2001). Estado, nação e região. *ARQUIPÉLAGO*, 2ª Série, Vol. 5, 695-697.
- João, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- João, M. I. (2005). Memória, História e Educação. *NW Noroeste, Revista de História*, n.º 1, 81-100. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/128791> (12 mar. 2013)
- Kuin, S. (1993). A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), 555-588. Disponível em <https://tinyurl.com/zj93lrm> (18 jun. 2016)
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, Vol. XXXIII, n.º 148, 871-883.
- Lamas, Maria (1948). *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Empresa de Tipografia e Publicidade.
- Lawn, M. (2001, jul.-dez.). Os Professores e a Fabricação de Identidades. *Currículo Sem Fronteiras*, Vol.1, n.º 2, 117-130. Disponível em <https://tinyurl.com/zk3jv7l> (9 out. 2013)
- Le Goff, J. (1997). Memória. in *Enciclopédia Einaudi, Memória-História* (Vol. 1, pp. 11-50). Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (2000). *Memória e História*. Lisboa: Edições 70.
- Leal, António (1953, 17 out.). A reunião anual dos inspectores do Ensino Primário e directores dos distritos escolares. *Escola Portuguesa*, n.º 975, 34.
- Leal, E. (2007). O Estatuto da Mulher no Fascismo Italiano. *Faces de Eva*, n.º 18, 33-44.
- Leal, E. C. (2008). *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*. Coimbra: Almedina.

- Leal, I. (1986). Os Papéis Tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de Meados do Séc. XIX a Meados do Séc. XX. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: Visão Histórica e Perspectivas Actuais* (pp. 353-367). Actas do Colóquio. Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- Lemos, A. Viana (1928). O 4º Congresso Internacional de «Educação Nova». *Revista Escolar*, junho-julho, 193-204.
- Lima, A. (1927). *Metodologia. Lições de Metodologia professadas na Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Livraria Ferin.
- Lima, A. (1932). *Metodologia. Lições de Metodologia especial – Processologia – professadas na Escola do Magistério Primário de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Livraria Ferin.
- Lima, F. de C. P. de (1932). *Feminismo e Feministas*. Porto: Edições Gremen.
- Lima, L. (2008). *A Escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Lima, L. C. & Afonso, A. J. (1990). Participação discente e socialização normativa na perspectiva da sociologia das organizações educativas. *Aprender*, 11, 29-37.
- Lima, L. C. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2008, mai.-agos.). A “escola” como categoria na pesquisa em educação. *Educação Unisinos*, n.º 12, 82-88.
- Loureiro, F. S. (1950). *Lições de Pedagogia e Didáctica Geral*. Coimbra: F. S. Loureiro.
- Louro, G. L. (2000a). *Currículo, Género e Sexualidade*. Porto: Porto Editora.
- Louro, G. L. (2000b). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lume, F. O. F. N. (2004). *A Inspeção Escolar - entre o Estado Novo e a Democracia. Representações, Dinâmicas e Estruturas Organizacionais* (Tese de Mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Lume, F. (2006). Os inspectores do ensino primário; de orientadores a auditores. Motivações, dissensões e tensões na operacionalização das práticas inspectivas. J. Pintassilgo [et al.], *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 399-429). Lisboa: Edições Colibri.
- Macedo, H. V. (1953a). *Plano de Educação Popular II. A Educação Popular no Progresso Económico do País*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Macedo, H. V. (1953b). *Plano de Educação Popular III. A Missão do Livro na Educação*
- Macedo, H. V. (1953c). *Plano de Educação Popular IV. A Assistência Escolar no Combate ao Analfabetismo*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Macedo, H. V. (1953d). *Plano de Educação Popular IX. A Política da Educação Popular e o seu Espírito*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Macedo, H. V. (1953e). *Plano de Educação Popular VII. O Problema do Analfabetismo*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Macedo, H. V. (1955a). *Grandes e Pequenos Problemas da Educação Primária, Plano de Educação Popular*, XVII, Série A– n.º 9. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- Macedo, H. V. (1955b). *Plano de Educação Popular X. Missões Culturais*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos.

- Machado, J. T. M. (1972). *No II Centenário da Instrução Primária*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Madureira, A. (2010). *Salazar a instauração da ordem*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, J. & Escolano, A. (1999). *Os Professores na História*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Magalhães, J. (1996). Um contributo para a História do Processo de Escolarização da Sociedade Portuguesa na Transição do Antigo Regime. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 5, 7-34.
- Magalhães, J. (2010). *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa.
- Magalhães, J. (2007). A História da Educação em Portugal: Temas, Discursos, Paradigmas. In J. Pintassilgo [et al.], *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas* (pp. 13-34). Porto: Asa Editores.
- Magalhães, J. [et al.]. (1998). *Fazer e Ensinar História da Educação*. Actas do 2º Encontro de História da Educação. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- Maroy, C. & Dupriez, V. (2000, jan.-mar.). La régulation dans les systèmes scolaires. Proposition théorique et analyse du cadre structurel en Belgique francophone. *Revue Française de Pédagogie*, n.º 130, 74-87. Disponível http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_2000_num_130_1_1054 (10 jan. 2015)
- Marques, A. H. O. (1973). *A Primeira Legislatura do Estado Novo 1935-1938. História do Portugal Contemporâneo. Documentos*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Martins, F. (2012). *A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mascarenhas, J. [et al.]. (2001). *O Estado Novo e as Mulheres. O género como Investimento ideológico e mobilização*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- Matos, S. C. (1990). *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, S. C. (2008). *Consciência Histórica e Nacionalismo Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Melo, J. (1990, out.). Possíveis influências de algumas correntes sociológicas da «Escola» Elitista no Ideário Pedagógico dos Primórdios do Salazarismo. *O Professor*, n.º 10, 10-20.
- Mendes, J. A. (1987). *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Mendes, R. S. (2008). *A formação inicial dos professores do ensino primário no Portugal do século XX (1942-2000). Do modelo maternal ao modelo profissional* (Tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Mignot, A. (2008). Entre aplausos e críticas: a escola pública de tempo integral. In R. Fernandes & A. Mignot (Eds), *O Tempo na Escola* (pp. 33-53). Porto: Profedições.
- Mogarro, M. J. (1998). A Formação De Professores Durante O Estado Novo – Do Enquadramento Legal À Vida Escolar. In J. Magalhães [et al.], *Fazer e Ensinar História da Educação*. Actas do 2º Encontro de História da Educação (pp. 297-310). Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

- Mogarro, M. J. (2006a). *Bibliotecas para a Formação de Professores em Portugal (1930-1970)*. In *Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação* (pp. 6507-6515). Uberlândia: EDUFU / Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/jspui/handle/10451/12307> (13 out. 2015)
- Mogarro, M. J. (2006b). Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos. Circulação e Apropriação de Modelos Culturais. In J. Pintassilgo [et al.] (Org.), *História da Escola em Portugal e no Brasil* (pp. 233-257). Lisboa: Edições Colibri.
- Mogarro, M. J. (2006, set.-dez.). Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa. *Sí s i f o, Revista de Ciências da Educação*, n.º 1, 71-84.
- Mogarro, M. J. (2008). Tempo de formação, ritmos da profissão: o tempo nas escolas normais em Portugal. In R. Fernandes & A. Mignot (Eds.), *O Tempo na Escola* (pp. 171-189). Porto: Profedições.
- Mogarro, M. J. (2012/2013). Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História da Educação em Portugal. *Cuestiones Pedagógicas*, 22, 67-102. Disponível em http://institucional.us.es/revistas/cuestiones/22/art_3.pdf (11 abr. 2016)
- Mónica, M. F. (1977). «Deve ensinar-se o povo a ler»: a questão do analfabetismo (1926-1939). *Análise Social*, Vol. XIII, n.º 50, 321-353.
- Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Morais, A. M. & Neves, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, n.º 20, 75-104
- Moreira, M. T. (2013). “Todos Têm Direito à Cultura” A Dinâmica Cultural da Cidade de Santarém, (1930-1959) (Tese de Doutoramento policopiada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Moreirinhas, J. E. P. (1989). Factos e Documentos Inéditos da Escola Normal Primária. *Escola Democrática*, n.º 1, setembro de 1989, 51.
- Mota, L. (2007). Confronto ideológico nos primórdios do Salazarismo: uma campanha contra a Escola do Magistério Primário de Coimbra. *Estudos do Século XX*, n.º 7 (2007), 205-227. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36702> (7 out. 2014)
- Mota-Ribeiro, S. (2002, abr.). ‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo’. Comunicação apresentada ao *IV Congresso Português de Sociologia*, Universidade de Coimbra, 1-26. Disponível em <https://tinyurl.com/z9v6w3k> (5 jan. 2016)
- Nora, P. (1983). O Acontecimento e o Historiador do Presente. In J. Le Goff [et al.], *A Nova História* (45-55). Lisboa: Edições 70.
- Nora, P. (1993, dez.). Ente memória e História. A problemática dos lugares de memória. *Projeto História*, n.º 10, p. 11. Disponível em <http://tinyurl.com/jtn7z43> (5 jan. 2016)
- Nóvoa, A. & Popkewitz, T. S. (1992). *Reformas Educativas e Formação de Professores*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, A. & Ruiz Berrio, J. (1993). *História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades* (pp. 11-22). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Nóvoa, A. (1982). *Adolphe Ferrière et L'Education Nouvelle au Portugal (1920-1935)*. Genève: Université de Genève.

- Nóvoa, A. (1987a). Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV -XX). *Análise Psicológica*, Vol. 3, 413-440.
- Nóvoa, A. (1987b). Le Temps des Professeurs: Analyse Socio-Historique da la Profession Enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle), 2 Vol. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (1989). *Os Professores. Quem são? Onde Vêm? Para onde vão?*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Nóvoa, A. (1992a). A Educação Nacional. In J. Serrão e A. H. O. Marques (Coord.), *Nova História de Portugal* (Vol. XII, pp. 456-519). Lisboa: Presença.
- Nóvoa, A. (1992b). Formação de Professores e Profissão Docente. In. A. Nóvoa (Coord.), *Os professores e a sua formação* (13-33). Lisboa: Dom Quixote.
- Nóvoa, A. (1993a). *A Imprensa da Educação e Ensino. Relatório Analítico (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1993b). Perspectivas de Renovação da História da Educação em Portugal. In A. Nóvoa & J. Ruiz Berrio (Eds.), *História Da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades* (pp. 11-22). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Nóvoa, A. (1998). História da Educação: Novos Sentidos, Velhos Problemas. In J. Magalhães [et al.], *Fazer e Ensinar História da Educação. Actas do 2º Encontro de História da Educação* (pp. 35-54). Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- Nóvoa, A. (2003a). (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa.
- Nóvoa, A. (2003b). Evangelista, Domingos. *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 522-523). Porto: Edições Asa.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa.
- Nunes, N. (1981). *Memórias da Escola Antiga*. Lisboa: Didáctica Editora.
- Pacheco, A. F. C. (1935). *O retrato do chefe*. Lisboa: União Nacional.
- Pacheco, A. F. C. (1940). *Portugal Renovado (discursos)*. Lisboa.
- Peralta, E. (2007). Abordagens Teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória*, n.º 2, 4-23. Disponível em <https://tinyurl.com/hdt8amk> (5 mar. 2015)
- Ó, J. R. do (1999). *Os anos de Ferro, o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-194. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ó, J. R. do (2003). *O Governo de Si Mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- Oliveira, A. L. & Gaspar, J. M. (1961). *Legislação Prática do Ensino Primário (Normas e Apontamentos)*. Castelo Branco: A. L. Oliveira & J. M. Gaspar.
- Oliveira, F. (1934). Relatório da presidente do júri que funcionou na cidade de Coimbra em maio de 1934. *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, Fascículos III e IV, 1936, pp 428-435.
- Pacheco, A. F. C. (1940). *Portugal Renovado. Discursos*. Lisboa: Tipografia da Casa Portuguesa.
- Pereira, M. (2014). A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as lições de História de Portugal do boletim do ensino primário oficial e o projeto ideológico do salazarismo. *Da Investigação às práticas*, 4(1), 63 - 85.

- Perrenoud, P. (2005). *Escola e Cidadania. O Papel da Escola na Formação para a Democracia*. Porto Alegre: Artmed.
- Pimentel, I. (1998). A Mocidade Portuguesa Feminina nos Primeiros Dez Anos de Vida (1937-1947). *Penélope*, 19-20, 161-187. Disponível em <https://tinyurl.com/ju8gksu> (11 jan. 2017)
- Pimentel, I. F. (1999). As Mulheres no Estado Novo e as Organizações Femininas Estatais. A. Cova & M. B. N. Silva (Org.), *As Mulheres e o Estado* (pp. 63-90). Lisboa: Universidade Aberta.
- Pimentel, I. F. (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Pimentel, I. F. (2011, jan./jun.). A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS. História, justiça e memória. *Acervo*. Vol. 24, no 1, 139-156.
- Pinheiro, J. E. M. (1956). Educando e Educador. *A Voz da Figueira, Secção A Escola e a Vida*, n.º 15 (texto cedido pelo autor).
- Pinheiro, J. E. M. (1965). *Introdução ao Estudo da Didáctica Especial. Língua Portuguesa – História da Pátria – Desenho*. Lisboa: J. E. M. Pinheiro.
- Pinheiro, J. E. M. (1995a). *Elementos para o Estudo da Escola Normal Primária de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Pinheiro, J. E. M. (1995b). Introdução a Decroly. *Revista Magistério*, n.º 1 (texto cedido pelo autor).
- Pinheiro, J. E. M. (1996). *Escritos vários relativos à Escola Normal Primária e à Escola do Primário de Lisboa*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Pinheiro, J. E. M. (1997a). *Notas e Documentos para a História do Ensino Primário Normal*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Pinheiro, J. E. M. (2008). *Notas para a História da (boa e má) Educação*. Lisboa, 2008.
- Pinheiro, J. E. M. (s.d). *A divulgação da metódica global do Dr. Decroly na Escola Normal de Lisboa. Nota Memorialística* (texto cedido pelo autor).
- Pintassilgo, J. & Serrazinha, L. (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores, Arquivo, História e Memória*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. & Mogarro, M. J. (2011, jul.-dez.) A Historiografia Portuguesa da Educação: Balanço da Produção Recente (2008-2010). *Cadernos de História da Educação*, Vol. 10, n.º 2, 89-111.
- Pintassilgo, J. & Lume, F. (2002). *A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia*, 1-21. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4039> (11 mai. 2016)
- Pintassilgo, J. & Mogarro, M. J. (2012, jan.-abr.). A historiografia portuguesa da educação: balanço e reflexões a partir do exemplo da histórica formação dos professores. *Educação*, n.º 1, 28-41. Disponível em <https://tinyurl.com/zlv4c5s> (10 abr. 2014)
- Pintassilgo, J., Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2012). Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: Percurso Institucional e Enquadramento Legal. In J. Pintassilgo (Coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal. História, Arquivo, Memória* (pp. 7-41). Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2000). A República e o ensino da história: inovações e permanências. In M. C. Proença [et al.] (Coord.), *Um Século de Ensino da História* (pp. 53-74). Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2002). *A componente socializadora do currículo escolar oitocentista. O particular e o global no virar do milénio. Cruzar saberes em educação*. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4030> (11 jul. 2016)

- Pintassilgo, J. (2011). *Em torno da Arte de Ensinar: vocação, paixão, exemplaridade moral e prática*. Valadoli: Sociedad Española de Historia de la Educación – Universidad de Valladolid – Centro Internacional de la Cultura Escolar. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8343> (9 jun. 2015)
- Pintassilgo, J. (2012). Reformismo Republicano e Inovação Pedagógica: A Difusão do “Ensino Intuitivo”. *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal* (pp.1-15). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Pintassilgo, J. [et al.]. (2006). *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. [et al.]. (2007). *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa Editores.
- Pintassilgo, J. [et al.]. (2012). *Escolas de Formação de Professores em Portugal. História, Arquivo, Memória*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, J. M. (1976). Ideologias: inventário crítico dum conceito (i): localização do objecto ideologias no quadro das principais problemáticas sociológicas. *Análise Social* Vol. XII, n.º 45, 127-152. Disponível em <https://tinyurl.com/gljn6ke> (9 mar. 2015)
- Pinto, J. M. (1991, jun.). Considerações Sobre a Produção Social de Identidade. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 217-231.
- Pinto, L. (1949). *O Acesso à Cultura. O Problema do Analfabetismo*. Porto: 2ª Conferência da União Nacional.
- Plano de Educação Popular I. Discurso de S. Excelência o Ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima*. Lisboa, 1953.
- Plano de Educação Popular V. Despachos de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Dr. Henrique Veiga de Macedo*. Lisboa, 1953.
- Plano de Educação Popular VI. IV Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário. Directivas dadas por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional*. Lisboa, 1953.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.º 10, 200-212. Disponível em <https://tinyurl.com/zwzztoc> (1 fev. 2016)
- Popkewitz, T. S. (1992). Professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: A. Nóvoa (Org.), *Os professores e a sua formação* (93-114). Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- Popkewitz, T. & Pereyra, M. (1992). Práticas de Reforma na Formação de Professores em Oito Países: Esboço de uma Problemática. In A. Nóvoa & T. Popkewitz (Ed.), *Reformas Educativas e Formação de Professores* (pp. 11-41). Lisboa: Educa.
- Popkewitz, T. (1994). Política, conocimiento y poder: algunas cuestiones para el estudio de las reformas educativas. *Revista de Educación*, n.º. 305, 1-29. Disponível em file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/politica_conocimiento_poder_popkewitz.pdf (23 set. 2016).
- Portugal. In J. Pintassilgo [et al.], *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas* (pp. 181-202). Porto: Asa Editores.
- Preleções inaugurais. Serviços de Orientação Pedagógica. Direcção Geral do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935.
- Presidência do Conselho de Ministros, 25 anos de Administração Pública, Ministério da Educação Nacional. Lisboa: Imprensa Nacional, 1954.
- Primeiro Congresso Pedagógico realizado no Porto nos dias 6,7,8 e 9 de abril de 1914*. (1914). Porto: Tipografia A. F. Vasconcelos.

- Proença, M. C. (1987). O conceito de regeneração no Estado Novo. In *O Estado Novo. Das Origens Ao Fim da Autarcia (1926-1959)* (Vol. II, pp. 251-262). Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Proença, M. C. (2000). *Um Século de Ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri.
- Proença, M. C. [et al.]. (1998). *O Sistema de Ensino em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- Proença, C. (1996). Pacheco, António Faria Carneiro (1887-1957). In F. Rosas & J. M. B. Brito. (Dir.) *Dicionário da História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 709-710). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Raby, D. L. (1984). O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47. *Análise Social*. Vol. X (84), 687-700.
- Ramos, G. (1937). Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo. *Uma Série de conferências*. Lisboa: União Nacional.
- Reis, B. C. (2015). *A Vida Política. Olhando para dentro 1930-1960*. Lisboa: Fundación Mapfre.
- Remédios, M. J. (2004). Ser Mulher. Contributos para a compreensão da narratividade do Estado Novo sobre o feminismo. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 4, 167-174.
- Reynaud, J. (1997). *Les règles du jeu*. Paris: Armand Colin.
- Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares, IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Universidade de Lisboa, 2012.
- Ribeiro, M. C. (1996). Polícias Políticas. In F. Rosas & J. M. B. de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 747-748). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Ribeiro, N. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*. n.º 3, 175-199.
- Rodrigues, M. L. & Pereira, S. (1996). Pacheco, Duarte (1899-1943). In F. Rosas & J. M. B. Brito (Dir.) *Dicionário da História do Estado Novo*. (Vol. II, pp. 710-711). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Rodrigues, N. (1934, 13 jun.). Professores e Professoras. *Federação Escolar*, n.º 327, 1.
- Rosas, F. & Brito, J. M. B. (Dir.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 Vols. Venda Nova: Bertrand.
- Rosas, F. & Brito, J. M. (Org.). (1989). *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote.
- Rosas, F. & Sizifredo, C. (2013). *A Perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta da China.
- Rosas, F. (1986). *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (1990). *O Estado Novo entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (1992). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In J. Serrão e A. H. O. Marques (Coord.), *Nova História de Portugal*, Vol. XII. Lisboa: Presença.
- Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.) - *História de Portugal*, Vol. VII. S. I. Círculo de Leitores.
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Vol. XXXV, 1031-1054. Disponível em https://www.jstor.org/stable/41011481?seq=1#page_scan_tab_contents (20 fev. 2016).
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder*. Lisboa: Tinta da China.
- Rosas, F. [et al.]. (2009). *Tribunais Políticos. Tribunais Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, A. O. (1947). *Unidos em prol da Nação*. Lisboa: Edições SNI.

- Salazar, A. O. (1954). *Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909-1953*. Lisboa: Editorial Vanguarda.
- Salazar, A. O. (1955). A educação política, garantia da continuidade revolucionária. Discurso à União Nacional a 22 de março de 1938. *Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas*. Lisboa: Editorial Vanguarda.
- Salazar, A. O. (1958). *A Obra do Regime na Campanha Eleitoral, Maio de 1958. Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho em 31 de Maio de 1958 no Palácio de Belém*.
- Salazar, A. O. (1965). *Erros e Fracassos da Era Política. Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar na posse da Comissão Executiva da União Nacional em 18 de Fevereiro de 1965*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.
- Salazar, A. O. (2010). *Pensamento e Doutrina política. Textos Antológicos*. Lisboa: Babel.
- Samara, M. A. & Henriques, R. P. (2013). *Viver e Resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na primeira pessoa*. Lisboa: Versodakap.
- Sampaio, A. (1933, fev.). A Escola única. *Labor*, n.º 43, Ano VII, 213-216.
- Sampaio, J. S. (1973). *Evolução do Ensino Primário em Portugal. Metrópole 1940-41/1966-67 (contributo monográfico)*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Sampaio, J. S. (1976). *O Ensino Primário Contribuição Monográfica, 2º Período 1926-1955. Vol. II*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Santos, A. (1919). *Educação Nova — as bases. I- O Corpo da Criança*. Lisboa: Bertrand.
- Schelbauer, A. R. (2006). Método Intuitivo e Lições de Coisas: Saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: J. C. Lombardi [et al.] (Org.), *Navegando pela história da educação brasileira* (pp. 1-23). Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR. Disponível em <http://tinyurl.com/zpmfngw> (16 fev. 2016)
- Matos, S. C. de (1990). *História, Mitologia, Imaginário no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Scott, J. (1995, jul.-dez.). Género: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*, Vol. 20, n.º 2, 71-99. Disponível em <https://tinyurl.com/juyrllw> (4 jan. 2016).
- Scott, J. W. (1986, dez.). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, n.º 5, 1053-1075. Disponível em <http://tinyurl.com/mb2n4z6> (12 abr. 2016)
- Silva, A. M. (2002). O Major e o General. O apoio de Miguel Ferreira e dos seus correligionários, no distrito de Braga, à candidatura presidencial de Norton de Matos. *Actas das Terceiras Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. Disponível em <https://tinyurl.com/ja4c4rb> (7 jan. 2017)
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (1989). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Silva, C. M. (2005). A ideia de “casa da escola” no século XIX português. *HISTÓRIA*, III Série, Vol. 6, 291-312. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3389.pdf> (4 jan. 2017)
- Silva, C. M. (2010). *Publicações Periódicas do Ministério da Educação, Repertório Analítico (1861-2009)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, S. (1997). Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social*, Vol. XLII, n.º 184, 789-810.
- Simões, J. M. F. S. (1987). *Educating for passivity. A study of portuguese education (1926-1968)*. (Tese de Doutoramento policopiada). Londres: Instituto de Educação da Universidade de Londres.

- Smith, A. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Soares, C. L. (2005). *Imagens da Educação no Corpo. Estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX* (3ª ed.). Campinas: Editora Autores Associados Ltda.
- Sousa, M. C. de (1935, agos.). A Radiofonia ao serviço do Estado. *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 1, 35.
- Stoer, S. & Costa, H. (1987). A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e rupturas (1926-1933). In *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959* (Vol. II, pp. 125-147). Lisboa: Fragmento.
- Stoer, S. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Strang, B. (2011). Educação em revista: a Escola Portuguesa nos primeiros anos do Estado Novo. In *Congresso Nacional de Educação – EDUCERE* (pp. 2482-2494). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em <http://tinyurl.com/qbsu8ar> (8 mai. 2013)
- Surel, Y. (1998), Idées, intérêts, institutions dans l'analyse des politiques publiques. *Pouvoirs*, 87, 161-178.
- Surel, Y. (2008, jul.-dez). Las políticas públicas como paradigmas. *Estudios Políticos*, n.º 33, 41-65. Disponível em <https://tinyurl.com/z2lvm7z> (3 jun. 2016)
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <http://tinyurl.com/grb459f> (11 fev. 2014)
- Telo, A. J. (1996). Figueiredo, Mário (1890-1969). In F. Rosas & J. M. B. Brito (Dir.), *Dicionário da História do Estado Novo* (Vol. II, pp. 710-711). Venda Nova: Bertrand Editores.
- Teodoro, A. (1994). *Política Educativa em Portugal. Educação, desenvolvimento e participação política dos professores*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Teodoro, A. (1999). Crise de Identidade nos Papéis e na Formação de Professores. Quatro Tópicos a Partir de uma Leitura Sociológica. In J. Magalhães & A. Escolano (Eds.), *Os Professores na História* (pp. 59-68). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Teodoro, A. (2003). Educação e políticas educativas no Portugal contemporâneo: da construção do modelo escolar ao tesouro a descobrir. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 1, 127-144.
- Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva.
- Terceiro Congresso Pedagógico Em Portugal* (1912). Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.
- Terenas, F. (1883). Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. *Froebel. Revista de Instrução Primária*, n.º 16, 121-123.
- Thompson, J. B. (2010, jul.-dez.). Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. *Matrizes*, ano IV, n.º 1, 11-36.
- Timóteo, M. (2013). “*Representações da Maternidade*” – Retrato de Três Gerações de Mulheres (Tese de Mestrado policopiada). Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <https://tinyurl.com/jkbpkvp> (21 mai. 2016)
- Tomás, J. (1921, mar.). O professor e o caos da instrução primária. *Revista Escolar*, n.º 3, 79.
- Tomé, M. R. (2012). *Justiça e Cidadania infantil Em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra* (Tese de Doutoramento policopiada). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Torgal, L. R. (2000). Estado y Nación en el Portugal contemporâneo. *Ayer*, n.º 37, 219-231. Disponível em <https://tinyurl.com/grkhl6c> (14 jan. 2013).
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo*. (Vol. I e II). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torres, A. C. (1987, nov.). Amores e desamores – Para uma análise sociológica das relações afectivas. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 3, 21-33. Disponível em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=409> (2 jun. 2014).
- Vasconcelos, A. F. (2015). *Uma Escola Nova na Bélgica* (7-20). Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <https://tinyurl.com/hdxuugd> (10 jan. 2017).
- Vasconcelos, J. A. P. de (1933). *O conceito do lar e da Família*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Verón, E. (1978). Sémosis de l'idéologie et du pouvoir. *Communications*, n.º 28, 8. Disponível em <https://tinyurl.com/mxyp9jw> (5 mai. 2014)
- Vilaça, A. (2003). *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*. Coimbra: Campo das Letras.
- Wagner, P. (2003). *A sociology of modernity. Liberty and discipline*. London: Routledge.
- Wall, K. (2010). *Os homens e a política da família. A Vida Familiar no Masculino. Negociando Novas e Velhas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wodak, R. & Meyer, M. (2009). Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. *Methods for Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 1-33.

Anexos

Anexo A – Nota dos serviços mensais realizados pelo inspetor Augusto Gomes de Oliveira no mês de março de 1938.

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços de { direcção e administração, e
de inspecção e disciplinares

Mês de Março de 1938

Nota dos serviços realizados pelo ^(a) inspector d. ^(b) Augusto Gomes de Oliveira
de ^(c) Augusto Gomes de Oliveira
para cumprimento das atribuições que lhe são definidas pelo n.º 8.º do artigo 13.º e pelo § 1.º do artigo 178.º do decreto n.º 22.369, de 30 de Março de 1933.

Dias	Serviços
1	Serviço disciplinar, em Lisboa, ref.ª a prof.ª Maria Castelo Branco
2	"
3	"
4	"
5	Requisito a rede oficial
6	Permissão
7	Impedimento para a Direcção Geral
8	Estudo de processo referente ao Director do Distrito de Faro, Abel Viana
9	Elaboração de relatório referente ao Director Abel Viana
10	Conclusão de processo anterior e remessa deste a Direcção Geral
11	Preparação de processo referente a prof.ª Maria Castelo Branco - Lisboa
12	Preparação de processo referente a prof.ª Maria Ribeiro Pinto de Palma
13	Permissão
14	Preparação de processo referente a professores Zulmira Ribeiro e Albertina Regente
15	Viagem para Lisboa de Aguiar, processo de Adm. Pub. de Aguiar
16	Serviço disciplinar em Oliveira de Azeméis
17	"
18	"
19	"
20	Permissão, impedida
21	Serviço em Oliveira de Azeméis, processo por Aguiar e Glória Morais
22	"
23	"
24	"
25	"
26	Viagem para Vagos
27	Permissão, impedida
28	Serviço disciplinar em Vagos, processo Zulmira Ribeiro e Albertina Regente
29	"
30	"
31	"

Vagos, 31 de Março de 1938.

(a) — Inspector, sub-inspector ou director.
(b) — Distrito ou zona escolar.
(c) — Nome do funcionário.
(d) — Inspector, sub-inspector ou director de zona.

O (d) Inspector
Augusto Gomes de Oliveira

Fonte: AHME, Caixa 15-2687 – AHME, DGEP, Caixa 2687, Serviços de Inspeção e Disciplinares, Notas dos Serviços Realizados no mês março de 1938.

Anexo B – Nota dos serviços mensais realizados pelo diretor do distrito escolar de Viana do Castelo, Manuel Bernardo, no mês de março de 1938.

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços de { direcção e administração, e
de inspecção e disciplinares

Mês de março de 1938

Nota dos serviços realizados pelo (a) director d o (b) distrito escolar
de Viana do Castelo, (c) Manuel Bernardo
para cumprimento das atribuições que lhe são definidas pelo n.º 8.º do artigo 13.º e pelo § 1.º do
artigo 178.º do decreto n.º 22.369, de 30 de Março de 1933.

Dias	Serviços
1	Ocupado em serviços de administração do ensino
2	Vistoria a escola de Dem, concelho de Caminha
3	Idem a instalação do posto escolar de Penelas, conc. de Ponte do Lima
4	Ocupado em serviços de administração do ensino
5	Idem
6	Vistoria as escolas de Gornas, conc. de Cerveira e Cristelo-Góvo, Valença
7	Ocupado em serviços de administração do ensino
8	Idem
9	Idem
10	Idem
11	Vistoria a instalação do posto escolar de Conceição, conc. V.º do Castelo
12	Inspeção a escola mixta de Barrio, concelho de Ponte do Lima
13	Vistoria as escolas da sede do concelho de Ponte do Lima
14	Inspeção as escolas da freguesia de Moreira, conc. de Ponte do Lima
15	Ocupado em serviços de administração do ensino
16	Inspeção as escolas da sede do concelho de Monção
17	Inspeção as escolas da sede do concelho de Melgaço
18	Inspeção no posto escolar de Extremo, concelho de Arcos de Valdevez
19	Inspeção as escolas da Arcosa, concelho de Viana do Castelo
20	Vistoria as escolas de Sapardos e Vila Meã, conc. de Cerveira
21	Ocupado em serviços de administração do ensino
22	Idem
23	Idem
24	Idem
25	Inspeção as escolas da freguesia de Portuzelo, conc. de V.º do Castelo
26	Ocupado em serviços de administração do ensino
27	Vistoria as escolas de Meixedo e Montaria, conc. de Viana do Castelo
28	Ocupado em serviços de administração do ensino
29	Idem
30	Idem
31	Idem

Viana do Castelo, 1 de Abril de 1938

(a) — Inspector, sub-inspector ou director.
(b) — Distrito ou zona escolar.
(c) — Nome do funcionário.
(d) — Inspector, sub-inspector ou director de zona.

O (a) Director,
Manuel Bernardo

Fonte: AHME, Caixa 15-2687 – AHME, DGEP, Caixa 2687, Serviços de Inspeção e Disciplinares, Notas dos Serviços Realizados no mês março de 1938.

**Anexo C – Relatório de Inspeção a uma escola feminina do concelho de Braga,
Distrito Escolar de Braga, realizada no dia 26 de maio de 1950.**

DISTRITO ESCOLAR DE BRAGA

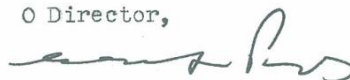
RELATÓRIO DE INSPECÇÃO

Concelho de Braga
 Freguesia de [REDACTED]
 Escola Feminina de [REDACTED]
 Professor a [REDACTED]
 Data da inspecção 26 / 5 / 1950. (Das 9 às 10)

Alunos matriculados	{	Na 1. ^a classe, m. f. <u>16</u>	{	Na 1. ^a classe, m. f. <u>15</u>
		" 2. ^a " " " " <u>12</u>		" 2. ^a " " " <u>11</u>
		" 3. ^a " " " " <u>14</u>		" 3. ^a " " " <u>13</u>
		" 4. ^a " " " " <u>5</u>		" 4. ^a " " " <u>5</u>
		Total . " " " <u>47</u>		Total . " " " <u>44</u>
Alunos presentes				
Organização material	{	Sala de aula <u>Em bom estado de arrumação e limpeza</u>		
		Mobiliário <u>Bem conservado</u>		
		Material didáctico <u>Idem</u>		
		Escrituração <u>Em ordem</u>		
Organização pedagógica	{	Cadernos dos alunos <u>Bem orientados</u>		
		Preparação das lições <u>Bom</u>		
		Adiantamento dos alunos <u>Normal</u>		
		Caixa escolar <u>Em ordem</u>		
Assistência Escolar	{	Cantina <u>A escola é privativa da "Oficina Escola de João de Deus" a qual fornece uma sopa diária às crianças</u>		
		Mocidade Portuguesa <u>Está organizado um Centro Escolar Primário</u>		

Braga, 26 de Maio de 1950

O Director,



Anexo D – Relatório da inspeção a uma escola masculina do concelho de Ferreira do Zêzere, de 15 de junho de 1947, do inspetor António Barata.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção Geral do Ensino Primário
Serviços Pedagógicos e Disciplinares

Relatório da inspeção feita
à Escola Masculina de [redacted]
concelho de Ferreira do Zêzere.

Professor efectivo e delegado escolar, [redacted]
[redacted] com 17 alunos matriculados na 1ª classe,
14 na 2ª, 7 na 3ª e 8 na 4ª, num total de 46.
No dia da inspeção estavam presentes 40 alunos.
No núcleo escolar estão recensados 55 crianças do
sexo masculino.

A actividade escolar, da escola e da delegação, está
em dia. Quem me fez os elementos estatísticos
verifiquei que no concelho de escrituras recensadas
1853 crianças; estão matriculados 1229 alu-
nos; cada professor tem uma média de 41 alu-
nos, e cada regente lecciona 30 alunos.

O mobiliário está em mau estado. — Os cadernos
escolares estão deficientemente organizados.

Na 1ª classe fez uma lição de Língua Materna;
apenas 8 alunos, dos 17 matriculados, têm alguma
coisa. Em Aritmética verifiquei também que o me-
mo grupo de alunos fez apenas as operações da
Adição e Subacção. É uma classe de 17 alunos, com
um aproveitamento deficiente.

Na 2ª classe fez lições de Língua Materna e
Aritmética, verificando que a grande maioria

dos alunos está muito atrasada. Fiquei com a impressão que é uma classe abandonada.

Na 3ª classe o professor propôs 4 alunos ao exame de Lusitano P. Clementes. Interroguei-os numa lição de Português, e fizeram leituras regulares, mas interpretaram os textos lidos muito deficientemente, e em gramática estão mal preparados.

Na 4ª classe fiz uma lição de Aritmética; os 6 alunos propostos ao exame cumpriram.

Da minha visita de inspeção ficou-me a impressão de que o professor dedica a preparação das 3 primeiras classes em benefício da 4ª. O professor vive em Lornes a 4 ou 5 quilómetros de distância, e tal circunstância prejudica, evidentemente, o rendimento escolar.

Lisboa, 15 de Junho de 1947

O Inspectór

António Barata

Anexo E – Processo Disciplinar a uma Regente por conduta moral imprópria, entre outras infrações, 1954.

NOTA DE CULPA

Celestino de Azevedo Pires, inspector do Ensino Primário, na qualidade de instrutor do processo disciplinar mandado instaurar por despacho de 1 de Junho de 1954 contra a regente do posto escolar de ~~Sandim, freguesia de~~ ~~Adraal~~, do concelho de Vinhais, deduz contra a referida regente, ~~Augusta da Conceição Pereira~~, a seguinte acusação:

Artigo 1º

Ter comportamento moral escandaloso, como o provam os seguintes factos:

a) Foi visto por mais de uma vez no quarto de dormir da arguida, sentado na cama, o seu namorado ~~João Martins Reis~~ (que consta ser seu amante).

b) A arguida, há cerca de 6 ou 7 meses, sendo já noite, entrou para a casa onde o ~~João Martins Reis~~ pernoita,

c) Foram ouvidos a conversar de noite, a arguida e o ~~João Martins Reis~~, no quarto onde este último pernoita, digo, onde aquela pernoita.

Cometeu, assim, infracção prevista no artº 2º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado (Decreto-lei nº 32.659, de 9 de Fevereiro de 1943), no nº 9º do artigo 105º do Decreto nº 6.137 de 29-9-919, no ^{nº} 3º do artigo 21º do referido Estatuto Disciplinar, e no ar-

tigo 8º do Decreto-lei nº 27.279, de 24-XI-936.

Artigo 2º

Ter permitido que o seu namorado, ~~Enélio Martins~~
~~Paula~~, entrasse por várias vezes na sala da aula onde a ar-
guída exerce as suas funções, facto que se deu durante as
horas lectivas. Este facto constitui infracção prevista no
artigo 2º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis
do Estado, do artigo 107º do Decreto nº 6.137, de 29-9-919,
e do nº 6º do artigo 19º do referido Estatuto Disciplinar.

Artigo 3º

Ter mandado os seus alunos apanhar lenha para a
arguida por várias vezes, algumas das quais com prejuizo do
ensino, o que é infracção prevista no artigo 2º do Estatuto
Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado e representa
má compreensão dos deveres profissionais nos termos do ar-
tigo 19º do mesmo Estatuto Disciplinar.

Artigo 4º

Ter iniciado os trabalhos escolares depois da
hora regulamentar, facto que se deu por várias vezes, desi-
gnadamente nos dias 19 de Janeiro e 11 de Março últimos.

Este facto constitui infracção prevista no ar-
tigo 2º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do
Estado, do nº 6º do artigo 105º do Decreto nº 6.137 e do
nº 6º do artigo 19º do referido Estatuto Disciplinar.

Artigo 5º

	Ter faltado algumas vezes às aulas sem fazer a devida comunicação à Direcção do Distrito Escolar, facto que se deu em dias que não foi possível determinar-se. Praticou, assim, infracção prevista no artigo 2º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado, no nº 6º do artigo 105 do Decreto nº 6.137 e no nº 6º do artigo 19º do referido Estatuto Disciplinar.	
	- + -	
	Fixo à arguida o prazo de oito dias, a contar da data em que receber o duplicado desta acusação, para examinar o processo na Delegação Escolar de Vinhais, apresentar a sua defesa por escrito e oferecer a prova testemunhal e documental que julgar necessária, devendo ter em consideração que "não podem ser inquiridas mais de três testemunhas por cada facto e mais de dez no total". A arguida deverá indicar na sua defesa os factos sobre que cada testemunha será inquirida.	
	Chamo a atenção da arguida para os artigos 29º, 52º e 53º e seus parágrafos do Estatuto Disciplinar.	
	Braga, 8 de Junho de 1954.	
	O inspector instrutor do processo,	
	<i>Alcides B. Gomes Reis</i>	
	<u>DECLARAÇÃO</u>	
	Declaro que recebi o duplicado desta acusação no dia <u>16</u> de <u>Junho</u> de 1954, e que me foi facultado o exame	

do processo desde 18 a 21 de Junho de 1954.

A Arguida,

~~_____~~

RELATÓRIO DO PROCESSO DISCIPLINAR EN QUE É
ARGUIDA A REGENTE DO POSTO ESCOLAR DE [REDACTED],
FREGUESIA DE [REDACTED], CONCELHO DE VINHAIS, [REDACTED]

[REDACTED] dirigiu a Direcção do Distrito Escolar de Bragança a participação que consta de folhas 3, na qual acusa a regente do posto escolar de [REDACTED] freguesia de [REDACTED], concelho de Vinhais, [REDACTED] de ter comportamento moral escandaloso e de não cumprir o horário escolar.

A queixa foi remetida à Ex.ma Direcção-Geral do Ensino Primário com o officio do senhor Director Escolar, de 16 de Fevereiro último, e Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, em seu douto despacho de 10 de Março, dignou-se ordenar que se procedesse a inquérito (fls. 2).

Ouvidos o participante e outras pessoas, apuraram-se infracções disciplinares pelo que, por despacho de 1 de Junho último, foi o inquérito convertido em processo disciplinar (fls. 47), deduzindo-se a acusação que consta de folhas 49 e 50.

Respondendo à acusação, veio a arguida alegar na sua defesa o seguinte:

1º ARTIGO DE ACUSAÇÃO

Acusada de ter comportamento moral escandaloso, diz

a arguida que é certo namorar com [REDACTED], mas sem que de tal namoro tenha resultado qualquer acto imoral ou escandaloso. Confessa que o [REDACTED] entrara uma ou duas vezes em sua casa, mas sempre acompanhado, e nega que ele tivesse estado alguma vez no seu quarto (fls. 55 e 55-v.).

Os autos mostram que o namorado da arguida - que dizem ser seu amante - (fls. 22-v., 24-v., 25, 28-v. e 33-v.) foi visto no seu quarto de dormir (fls. 20, 22, 23, 27, 29, 32, 34 e 36) e as testemunhas de defesa limitaram-se a dizer que não acreditam que o facto se desse por a acusada viver com a sua mãe (fls. 67 e 68).

Também o declarante [REDACTED] disse nos autos que, há cerca de 6 ou 7 meses, vira a arguida entrar de noite para a casa onde o [REDACTED] pernoita (fs. 32-v.). Esta acusação, porém, como a que se refere ao [REDACTED] ~~ter ouvido~~ ter ouvido, de noite, a acusada conversar no seu quarto com o [REDACTED] ^(fs. 33-v.), não me parece suficientemente provada. Apenas uma pessoa se refere a cada um destes factos e as testemunhas de defesa afirmaram que na casa onde o referido [REDACTED] pernoita também dormiam a irmã deste e o seu marido (fls. 67-v.). A testemunha [REDACTED] tem uma adega e um estábulo juntos da referida casa e, costumando ir ali ao escurecer, e outras vezes mais tarde, para tratar das crias, "nunca viu a arguida entrar para a casa do [REDACTED] nem

tampouco a viu nas proximidades"(fls.68).

Admito a possibilidade de haver má vontade contra a arguída por parte do ~~Maria dos Santos~~, como ela diz na sua defesa (fls.57) e as testemunhas confirmam (fls.68-v., 69-v. e 70). Mas para além das causas que deram origem à participação está a verdade dos factos. E a regente ~~regente~~ ~~de la casa de la regente~~, tendo permitido a entrada do seu namorado no quarto - o que foi visto pelos seus alunos de campanha - causou escândalo na povoação onde exerce o magistério e deu lugar a que a considerassem como amante do ~~seu~~ ~~seu marido~~.

A arguída juntou aos autos o documento que consta de folhas 66, o qual prova que está organizado e a correr prazo o seu processo de casamento com o ~~seu marido~~.

Por outro lado, o pai deste, tendo-me procurado no dia em que fui a Vinhais ouvir as testemunhas de defesa, disse-me que ele próprio aconselhara o filho a casar, uma vez que tinha contribuído para a situação desairosa em que a acusada se encontra, e que, uma vez casados, o ~~seu marido~~ tomaria a seu cargo a administração das suas propriedades.

Apresenta-se agora a questão com um aspecto que, não deixando de ser culposos, me parece atenuante. Com efeito, realizado o casamento e dada a boa situação económica dos pais do noivo, a arguída recuperará o prestígio que os seus actos irreflectidos abalaram. Por isso se dá como provado

este artigo de acusação com os atenuantes que me parecem de justiça.

2º ARTIGO DE ACUSAÇÃO

Refere-se este artigo de acusação ao facto de a arguída ter permitido que o seu namorado, ~~Paulo Roberto Silva~~, entrasse na sala da aula onde ^{ela} exerce as suas funções .

A acusação ficou provada nos autos (fls.29-v.,30-v.,32-v. e 35) e a arguída, embora negue o facto dizendo que o ~~Paulo~~ nunca penetrara no interior da sala, demorando-se à porta da entrada apenas o tempo suficiente para a cumprimentar (fls.55-v.), não provou o contrário. Por sua vez, as testemunhas de defesa também não destruíram a prova feita, pois limitaram-se a dizer que não tinham presenciado o facto e nada lhes constara sobre ele (fls.69 e 69-v.). Assim, dá-se, também, como provado este artigo de acusação.

3º ARTIGO DE ACUSAÇÃO

Apurou-se no inquérito que a arguída mandara por várias vezes os seus alunos apanhar lenha para o seu uso e algumas vezes o fizera com prejuizo do ensino (fls.24,24-v.,25,27-v.,28,28-v. e 32-v.).

Diz a arguída que nunca mandara qualquer aluno apanhar lenha, embora uma vez ou outra eles lhe tivessem levado pequenos molhos de urzes, o que fizeram espontâneamente (fls. 55-v. e 56).

As testemunhas oferecidas pela arguída nunca viram nem

têm conhecimento do facto (fls.70 e 70-v.);e embora a testemunha ~~Antônio Alves Argüda~~ dissesse que a acusada nunca mandara os seus filhos apanhar lenha,tal afirmação não é suficiente para destruir o que no inquérito se provou.

Assim,também este artigo de acusação ficou provado.

4º ARTIGO DE ACUSAÇÃO

À acusação de ter iniciado os trabalhos escolares depois da hora regulamentar,veio a arguída dizer que sempre cumprira o horário escolar iniciando as aulas às 9 horas e 30 minutos e não se limitando à duração dos tempos lectivos(fl.56).

A acusação baseia-se nas declarações prestadas nos autos (fls.21,23 e 23-v.) e as testemunhas de defesa não provaram o contrário. A testemunha ~~Antônio Alves Argüda~~ não tem filhos a frequentar o posto e apenas lhe consta que a arguída inicia os trabalhos escolares às 9 horas,prolongando-os até às 17 (fls.71-v.) e o senhor ~~Antônio Alves Argüda~~,que tem um filho matriculado no posto escolar de Sandim,"sabe que as aulas do referido posto têm sido sempre iniciadas às 9 horas"(fls.71),mas sendo-lhe perguntado se nos dias 19 de Janeiro e 11 de Março também o horário escolar fora cumprido,respondeu "que não sabia pois,como é jornalista,em alguns dias anda a trabalhar longe de casa"(fls.71-v.).

O declarante ~~Antônio Alves Argüda~~ ao mesmo tempo que diz não ser a arguída cumpridora do horário escolar por a ter

visto passar para o posto tarde, também afirma que "habitualmente as aulas começam às 9 horas e meia" (fls.23). Por isso, embora provado que a acusada algumas vezes iniciara as aulas tarde, não se provou que o facto se tivesse dado muitas vezes.

5º ARTIGO DE ACUSAÇÃO

Também dos autos consta que a arguída algumas vezes faltara às aulas sem ter feito a devida comunicação .

Disseram-no as pessoas ouvidas no inquérito (fls. 23, 24, 29-v.e 30-v.), mas a arguída, na sua defesa, nega o facto afirmando que apenas faltou desde 1 a 23 de Fevereiro, tendo feito a devida justificação (fls.56).

As faltas dos dias 1 a 23 de Fevereiro último constam dos registos da Direcção Escolar de Bragança, não havendo ali conhecimento de outras (fls.10). As testemunhas de defesa pouco esclarecem sobre o assunto. O senhor ~~António~~ ~~António~~, pai do noivo da arguída, não tem conhecimento de que ela faltasse, ^(fls.70-v.) e a segunda testemunha oferecida, por ter um filho a frequentar o posto escolar de ~~Alfama~~, diz saber que a acusada não costuma faltar (fls.72).

O facto de apenas se ter podido concretizar a falta do dia 7 de Março (fls.23) e de arguída ter justificado 23 faltas em Fevereiro ^{dificulta} a apreciação da culpa, bem podendo ser que as pessoas ouvidas nos autos tenham citado faltas incluídas no número das justificadas. Mas, se mais não houve, uma

falta, pelo menos, ficou provada - a do dia 7 de Março último.

- + -

Os autos mostram que a arguida, não obstante as faltas de que é acusada, tem revelado interesse pelo ensino, como o prova o facto de ela costumar dar aulas aos seus alunos também da parte da tarde sem que a isso seja obrigada (fls. 25-v., 30, 31, 67-v. e 71-v.). Por outro lado, o aproveitamento escolar obtido pela mesma arguida - 80% em 1952 e 95% em 1953 - também abona o seu zelo profissional (fls. 11).

Assim, tudo ponderado:

Considerando que se provou a acusação; mas

considerando que a falta mais grave parece dever dar-

-se como atenuada pelo próximo casamento da arguida;

Considerando que a acusada se tem mostrado zelosa no exercício das suas funções e não tem antecedentes disciplinares;

Considerando que as faltas cometidas, revelando má compreensão dos deveres profissionais, podem enquadrar-se

no artigo 19º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários
Civis
do Estado:

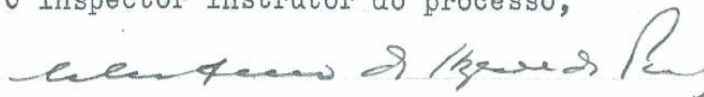
Por estes fundamentos e o mais que consta dos autos, sou de parecer que seja aplicada à regente do posto escolar de ~~Alameda~~, freguesia de ~~Alameda~~, concelho de Vinhais, ~~Alameda~~, a pena do número 3º do artigo 11º do Estatuto Disciplinar dos Funcio-

nários Civis do Estado - MULTA CORRESPONDENTE AOS
VENCIMENTOS DE 30 DIAS.

Superiormente, porém, se resolverá com melhor crité-
rio.

Braga, 4 de Agosto de 1954.

O inspector instrutor do processo,



NOTA DA DESPESA

Ajudas de custo 448\$00

Transportes 456\$00

Soma 904\$00

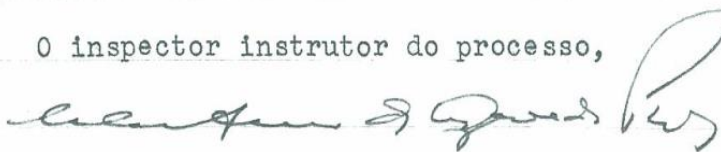
(Novecentos e quatro escudos)

TERMO DE CONCLUSÃO


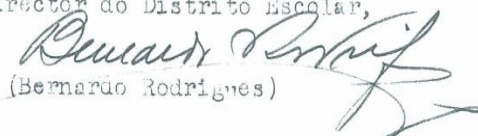
No dia quatro do mês de Agosto de mil novecentos e cinquen-
ta e quatro, faço estes autos conclusos com setenta e oito
folhas por mim devidamente numeradas e rubricadas. -----

Braga, 4 de Agosto de 1954.

O inspector instrutor do processo,



Anexo F – Ofício da Direcção do Distrito Escolar de Coimbra para a DGEP sobre uma notícia publicada na imprensa sobre a pena aplicada a um professor pelo Tribunal Plenário

<p>24. Junho 1950</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <p>BRECHA</p> <p>SECCAO DE DISCIPLINAS</p> <p>LIVRO 16-F Nº 140</p> <p>27-6-1950</p> </div> <p>2.º 1.ª Cl. 27</p> <p>Ref.ª 22. Fls. 227</p> <p>Referência</p> <p>Secção</p> <p>2.º 2.ª</p> <p>Fls.</p> <p>Assunto</p> <p>leixas e processos disciplinares.</p> <p>B.R.</p>	<p align="center">S.  R. 125F</p> <p align="center">Da Direcção do Distrito Escolar de Coimbra</p> <p align="right">Coimbra, 23 de Junho de 1950</p> <p>Exm.º Snr. DIRECTOR-GERAL do Ensino Primário</p> <p>Para os devidos efeitos, tenho a honra de comunicar a V.Ex.ª que os jornais diários de hoje publicaram a seguinte notícia:</p> <p>"Julgamento no Tribunal Plenário-Terminou ontem em Lisboa, no Tribunal Plenário, o julgamento de oito indivíduos da [redacted] organização comunista, em Coimbra, denominada "Sector Intelectual".</p> <p>A sentença foi proferida ao princípio da noite, sendo condenados os d.ºs., em 2 anos de prisão maior ou 3 de degredo, 15 anos de suspensão de direitos políticos, mil escudos de imposto de Justiça, e aplicada a medida de segurança....."</p> <p>Trata-se do professor David dos Santos Carvalheira, que exercia as suas funções na escola masculina de Santo António dos Olivais, zona da cidade de Coimbra, que, como oportunamente informei V.Ex.ª, se encontrava detido à ordem da Polícia Internacional e de Vigilância do Estado desde 31 de Julho do ano findo.</p> <p align="center">A bem da Nação.</p> <p align="center">O Director do Distrito Escolar,</p> <p align="center"> (Bernardo Rodrigues)</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: AHME, DGEP, Caixa 01-99, Processo n.º 170.